



Série Documentos de Trabalho
Working Papers Series

**Autarquias locais e divisões
administrativas em Portugal
1836-2013**

Ana Tomás
Nuno Valério

DT/WP nº 63

ISSN 2183-1785

Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade de Lisboa

Autarquias locais e divisões administrativas em Portugal 1836-2013

Ana Tomás

Nuno Valério

(GHES/CSG – ISEG – ULisboa)

Resumo

O objetivo do presente documento de trabalho é apresentar uma síntese da evolução da divisão administrativa de Portugal entre as reformas de 1836 e de 2013.

Palavras-chave: Portugal, história administrativa, concelhos, freguesias, distritos, províncias, regiões, regiões autónomas.

Abstract

The aim of this working paper is to present a synthesis of the evolution of the administrative division of Portugal between the reforms enacted in 1836 and in 2013.

Key-words: Portugal, administrative history, municipalities, parishes, administrative districts, provinces, regions, autonomous regions.

Classificação JEL / JEL codes: H70

Plano

Introdução

1 – Concelhos

2 – Freguesias

3 – Distritos

4 – Províncias

5 – Regiões

6 – Regiões autónomas

Introdução¹

Os concelhos ou municípios foram um dos principais temas da investigação histórica de Joaquim Romero Magalhães, quer no contexto mais particularmente português, sobretudo através da obra *O poder concelhio: das origens às Cortes Constituintes, Notas de história social*, publicada em 1986 em colaboração com Maria Helena Cruz Coelho, quer no contexto do império colonial português, através de artigos como “Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira”, publicado em 1985 na *Revista de História Económica e Social*, “Algumas notas sobre o poder municipal no império português durante o século XVI”, publicado em 1988 na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, e “A rede concelhia nos domínios portugueses”, comunicação apresentada no congresso comemorativo dos 500 anos de elevação da Ribeira Grande a vila e publicada nas respetivas atas em 2008, quer mesmo no contexto latino-americano, no texto “Respeito e lealdade: poder real e municípios nas colónias hispânicas da América durante os séculos XVI e XVII”, publicado em 2006 como colaboração numa *História do Municipalismo. Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico*.

Parece-nos, por isso, natural, participar nesta homenagem a Joaquim Romero Magalhães através de uma síntese do trabalho que realizámos no âmbito do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa sobre a evolução das autarquias locais e das divisões administrativas em Portugal desde o estabelecimento definitivo do regime da Monarquia Constitucional em meados da década de 1830 até à reforma da divisão administrativa a nível de freguesias de 2013.² Esse trabalho deu origem a dois documentos de trabalho disponíveis na estação do Gabinete de História Económica e Social na Internet.

As únicas autarquias locais existentes em Portugal antes do estabelecimento definitivo do regime da Monarquia Constitucional em meados da década de 1830 eram os municípios ou concelhos. Os concelhos estavam agrupados em comarcas, que não eram autarquias locais, mas divisões administrativas de atuação de agentes do poder central;³ e englobavam freguesias, que não eram autarquias locais, nem divisões administrativas, mas apenas circunscrições de natureza eclesiástica.

¹ A parte inicial desta introdução foi publicada na revista *Al-Ulya* em número especial de homenagem ao professor Joaquim Romero Magalhães.

² Entendemos por autarquia local uma comunidade territorial que possui órgãos próprios (a partir do estabelecimento da Monarquia Constitucional, por regra, órgãos eleitos) que administram o respetivo território no quadro das normas legais nacionais sobre a matéria e por divisões administrativas, além das autarquias locais, territórios administrados no mesmo quadro por órgãos delegados do poder central ou das autarquias locais propriamente ditas.

³ Em rigor, concelhos e comarcas eram divisões administrativas e judiciais, pois os dois domínios de atuação do Estado não estavam efetivamente separados. Diversa era a divisão para fins financeiros em almoxarifados e provedorias.

Após a implantação definitiva do regime da Monarquia Constitucional, foi levada a cabo uma reforma administrativa, que envolveu a abolição das comarcas enquanto divisões administrativas e a criação de dois novos níveis de autarquias locais:

- os distritos, correspondentes a agrupamentos de concelhos;
- as paróquias, ou freguesias, divisões dos concelhos correspondentes às freguesias anteriormente existentes para fins eclesiásticos.⁴

Esta reforma administrativa foi regulada principalmente pelos decretos:⁵

- de 18 de julho de 1835, que criou os distritos no Continente;
- de 12 de setembro de 1835, que criou os distritos nas Ilhas Adjacentes;
- de 6 de novembro de 1836, que alterou profundamente o mapa dos concelhos do Continente;
- de 31 de dezembro de 1836, que aprovou o primeiro Código Administrativo português;
- de 18 de maio de 1842, que aprovou um novo Código Administrativo.

O quadro seguinte sintetiza a alteração do mapa dos concelhos do Continente realizada em 1836.

⁴ Foi igualmente revista a divisão do território para fins judiciais, na sequência da distinção entre os domínios administrativo e judicial de atuação do Estado. A divisão judicial passou a fazer-se em julgados, comarcas e relações e não é tratada neste trabalho. Ao mesmo tempo, a divisão para fins financeiros foi feita coincidir com a divisão administrativa.

⁵ O Decreto n.º 65 de 28 de junho de 1833 tinha estabelecido uma primeira reforma das autarquias locais e uma primeira divisão administrativa de Portugal no contexto da Monarquia Constitucional, mas esse Decreto nunca foi efetivamente aplicado.

Continente / distritos (a)	Concelhos						
	Decreto de 18 de julho de 1835	transfe- ridos de outros distritos	transfe- ridos para outros distritos	extintos	criados	mudanças de sede	Decreto de 6 de novembro de 1836
total do Continente	811	45	45	483	23	3	351
Aveiro	54	1	7	25	2	0	25
Beja	34	1	2	16	0	0	17
Braga	62	0	6	41	0	0	15
Bragança	44	0	0	29	2	0	17
Castelo Branco	27	13	0	26	0	0	14
Coimbra	73	8	5	48	4	1	32
Évora	26	3	0	15	0	0	14
Faro	16	1	0	4	0	0	13
Guarda	79	3	1	51	0	1	30
Leiria	41	2	5	25	2	0	15
Lisboa	52	0	4	13	1	0	36
Portalegre	41	0	1	23	0	0	17
Porto	54	9	0	47	3	0	19
Santarém	44	1	13	15	2	1	19
Viana	29	0	0	18	0	0	11
Vila Real	36	0	0	18	6	0	24
Lamego / Viseu (b)	99	3	1	69	1	0	33

(a) Os distritos do Continente sempre foram oficialmente denominados pelo nome da sua sede.

(b) O Decreto de 18 de julho de 1835 criou este distrito com sede em Lamego, mas o Decreto de 15 de dezembro de 1835 transferiu a sede para Viseu.

Este mapa dos concelhos estabelecido em 1836 só acabou de estabilizar ao fim de duas décadas de sucessivos ajustamentos, concluídos pelo Decreto de 24 de outubro de 1855.

Os quadros seguintes sintetizam as alterações do mapa dos concelhos realizadas entre 1836 e 1855.

Continente / distritos	concelhos						
	Decreto de 6 de novembro de 1836	transfe- ridos de outros distritos	transfe- ridos para outros distritos	criados	extintos	mudanças de sede	Decreto de 24 de outubro de 1855
total do Continente	351	12	12	43	134	4	260
Aveiro	25	1	1	0	9	1	16
Beja	17	0	0	0	3	0	14
Braga	15	0	0	5	7	0	13
Bragança	17	0	0	3	8	0	12
Castelo Branco	14	1	2	4	5	0	12
Coimbra	32	1	4	3	15	2	17
Évora	14	0	0	3	5	0	12
Faro	13	0	0	2	2	0	13
Guarda	30	1	4	0	13	0	14
Leiria	15	1	0	4	8	0	12
Lisboa	36	0	1	6	17	0	24
Portalegre	17	0	0	2	5	0	14
Porto	19	0	0	3	5	0	17
Santarém	19	1	0	1	3	0	18
Viana	11	0	0	2	3	0	10
Vila Real	24	0	0	1	11	0	14
Viseu	33	6	0	4	17	1	26

Portugal / Continente / Ilhas Adjacentes / ilhas (a)	concelhos						
	1835- 1836 (b)	transfe- ridos de outros distritos	transfe- ridos para outros distritos	criados	extintos	mudanças de sede	Decreto de 24 de outubro de 1855
total de Portugal	383	12	12	45	139	4	289
total do Continente	351	12	12	43	134	4	260
total da Madeira	10	0	0	0	0	0	10
Madeira	9	0	0	0	0	0	9
Porto Santo	1	0	0	0	0	0	1
total dos Açores	22	0	0	2	5	0	19
Corvo	1	0	0	0	0	0	1
Faial	1	0	0	0	0	0	1

Portugal / Continentes / Ilhas Adjacentes / ilhas (a)	concelhos						
	1835- 1836 (b)	transfe- ridos de outros distritos	transfe- ridos para outros distritos	criados	extintos	mudanças de sede	Decreto de 24 de outubro de 1855
Flores	2	0	0	0	0	0	2
Graciosa	2	0	0	0	1	0	1
Pico	3	0	0	0	0	0	3
Santa Maria	1	0	0	0	0	0	1
São Jorge	3	0	0	0	1	0	2
São Miguel	6	0	0	2	2	0	6
Terceira	3	0	0	0	1	0	2

(a) O Decreto de 12 de setembro de 1835 dividiu as Ilhas Adjacentes em três distritos – Madeira, com sede no Funchal; Açores Ocidentais, com sede em Angra e englobando as ilhas de Corvo, Faial, Flores, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira; e Açores Orientais, com sede em Ponta Delgada e englobando as ilhas de Santa Maria e São Miguel. A Lei de 12 de março de 1836 dividiu o distrito dos Açores Orientais em dois – Açores Centrais, com sede em Angra e englobando as ilhas de Graciosa, São Jorge e Terceira; e Açores Ocidentais, com sede na Horta e englobando as ilhas de Corvo, Faial, Flores e Pico.

(b) Decreto de 6 de novembro de 1836 para o Continente e Decreto de 12 de setembro de 1835 e Lei de 12 de março de 1836 para as Ilhas Adjacentes.

Pode dizer-se que desde 1855 foram muito diminutas as alterações feitas no mapa dos concelhos. Na verdade, a Lei de 26 de junho de 1867 e os Decretos de 10 e de 17 de dezembro de 1867 determinaram uma revisão profunda do mapa dos concelhos (e também dos distritos e das freguesias), mas essa revisão foi revogada por Decreto de 14 de janeiro de 1868 antes de ser efetivamente aplicada; e vários decretos no ano de 1895 reduziram significativamente o número de concelhos,⁶ mas essa reforma apenas foi aplicada até 1898, ano em que foi praticamente toda revogada.⁷ O quadro seguinte sintetiza as alterações do mapa dos concelhos do Continente realizadas desde 1855.

Portugal /	concelhos
------------	-----------

⁶ Durante algum tempo apenas existiram 213 concelhos no Continente e 238 em todo o país.

⁷ Apenas 3 dos 54 concelhos suprimidos em 1895 não foram restaurados em 1898. Note-se que desde 1855 apenas foi suprimido duradouramente mais outro concelho.

	Decreto de 24 de outubro de 1855	transfe- ridos de distrito	criados	extintos	mudanças de sede	suprimidos em 1895 e restaurados em 1898	situação atual (2019)
total de Portugal	289	13	23	1	6	-54 +51	308
total do Continente	260	13	22	1	6	-50 +47	278
Aveiro	16	0	3	0	1	-4 +4	19
Beja	14	0	0	0	0	-3 +3	14
Braga	13	0	1	0	0	-1 +1	14
Bragança	12	0	0	0	0	-2 +2	12
Castelo Branco	12	0	0	0	0	-4 +3	11
Coimbra	17	0	0	0	0	-2 +2	17
Évora	12	0	2	0	0	-4 +4	14
Faro	13	0	3	0	0	-3 +3	16
Guarda	14	0	0	0	0	-2 +2	14
Leiria	12	0	4	0	1	-4 +4	16
Lisboa (a)	24	-13	6	1	1	-7 +7	16
Portalegre	14	0	1	0	0	-4 +4	15
Porto	17	0	1	0	1	0	18
Santarém	18	0	3	0	0	-2 +2	21
Setúbal (a)	—	+13	0	0	0	—	13
Viana	10	0	0	0	1	-1 +1	10
Vila Real	14	0	0	0	0	0	14
Viseu	26	0	0	0	1	-5 +3	24
total da Madeira	10	0	1	0	0	-1 +1	11
Madeira	9	0	1	0	0	-1 +1	10
Porto Santo	1	0	0	0	0	0	1
total dos Açores	19	0	0	0	0	-3 +3	19
Corvo	1	0	0	0	0	-1 +1	1
Faial	1	0	0	0	0	0	1
Flores	2	0	0	0	0	-1 +1	2
Graciosa	1	0	0	0	0	0	1
Pico	3	0	0	0	0	-1 +1	3
Santa Maria	1	0	0	0	0	0	1
São Jorge	2	0	0	0	0	0	2
São Miguel	6	0	0	0	0	0	6
Terceira	2	0	0	0	0	0	2

(a) O Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926 criou o distrito de Setúbal, separado do distrito de Lisboa.

Entretanto, tinham sido aprovados novos Códigos Administrativos por leis de 26 de junho de 1867, de 21 de julho de 1870, de 6 de maio de 1878 e de 17 de julho de 1886, mas sem alterações da tipologia das autarquias locais e divisões administrativas.

Pelo Código Administrativo aprovado pela Lei de 4 de maio de 1896, os distritos deixaram de ser autarquias locais no Continente, mantendo-se como autarquias locais (agora denominadas distritos autónomos) nas Ilhas Adjacentes. Pelo Decreto com força de Lei de 13 de outubro de 1910, os distritos voltaram a ser autarquias locais no Continente. Porém, pelo Decreto com força de Lei n.º 12073 de 9 de agosto de 1926, os distritos deixaram de novo e definitivamente de ser autarquias locais no Continente, situação que foi confirmada pelo Código Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936. Uma vez mais, os distritos mantiveram-se como autarquias locais (distritos autónomos) nas Ilhas Adjacentes, situação que foi confirmada pelo Decreto-Lei n.º 30214 de 22 de dezembro de 1939, que tornou o Código Administrativo de 1936 extensivo às Ilhas Adjacentes com adaptações.

Ainda houve uma tentativa de criar um novo nível de autarquia local supramunicipal no Continente, a província, determinada pela Constituição Política da República Portuguesa entrada em vigor em 11 de abril de 1933 e regulada pelo Código Administrativo de 31 de dezembro de 1936. Porém, a extinção das províncias no Continente foi determinada pela revisão da Constituição Política da República Portuguesa através da Lei n.º 2100 de 29 de agosto de 1959 e regulada pelo Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959.

A partir de 1969, foi criado um novo nível de divisão administrativa no Continente, a região, inicialmente concebida como espaço de planeamento no domínio económico.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa entrada em vigor em 25 de abril de 1976, a Madeira e os Açores passaram a constituir regiões autónomas e foi determinada a divisão do Continente em novas regiões administrativas com estatuto de autarquia local.

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira foram efetivamente criadas e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-B/76 de 30 de abril de 1976 e do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de abril de 1976, foram extintos os respetivos distritos.

Já as regiões administrativas com estatuto de autarquia local do Continente nunca foram efetivamente criadas.⁸ As regiões existentes transformaram-se gradualmente em circunscrições de atuação de agentes do poder central e foram hierarquizadas em dois níveis, o mais desagregado dos quais foi, pelo menos formalmente, depois transformado num conjunto de espaços de federação das autarquias locais municipais.

⁸ A sua instituição em concreto foi mesmo rejeitada em referendo realizado em 8 de novembro de 1998.

Em 2012 e 2013, foi feita uma reforma muito profunda do mapa das freguesias do Continente, através da Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro para o concelho de Lisboa e da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro para os outros concelhos do Continente. Trata-se da maior reforma do mapa das freguesias jamais efetivamente aplicada desde que elas se tornaram autarquias locais, como se pode ver pelo quadro seguinte.

Portugal / Continente / distritos / regiões / ilhas	freguesias						
	existentes em 1836	transfe- ridas de distrito	criadas	extintas	existentes em 2012	criadas e suprimidas em 2012 e 2013	situação atual (2019)
total de Portugal	4 270	+297 -297	478	489	4 259	+1 -1 169	3 091
total do Continente	4 097	+297 -297	437	484	4 050	+1 -1 169	2 882
Aveiro	173	+12 -5	30	2	208	-61	147
Beja	109	+1 -4	11	17	100	-25	75
Braga	519	+31 -22	8	21	515	-168	347
Bragança	438	0	12	151	299	-73	226
Castelo Branco	170	+9 -20	21	20	160	-40	120
Coimbra	227	+15 -40	25	18	209	-54	155
Évora	115	+10 -8	19	45	91	-22	69
Faro	67	+1 -1	19	2	84	-17	67
Guarda	412	+18 -50	13	57	336	-94	242
Leiria	114	+19 -17	35	3	148	-38	110
Lisboa	221	+18 -65	81	29	226	+1 -93	134
Portalegre	109	+7 -9	8	29	86	-17	69
Porto	386	+12 -12	17	20	383	-140	243
Santarém	144	+18 -11	61	19	193	-52	141
Setúbal	—	+52	37	7	82	-27	55
Viana	295	+7 -11	3	4	290	-82	208
Vila Real	278	+8 -14	20	24	268	-71	197
Viseu	320	+59 -8	16	15	372	-95	277
total da Madeira	49	—	4	0	53	0	53
Madeira	48	—	4	0	52	0	52
Porto Santo	1	—	0	0	1	0	1
total dos Açores	124	—	37	5	156	0	156
Corvo	1	—	0	0	1	0	1
Faial	13	—	0	0	13	0	13
Flores	10	—	1	0	11	0	11

Portugal / Continente / distritos / regiões / ilhas	freguesias						
	existentes em 1836	transfe- ridas de distrito	criadas	extintas	existentes em 2012	criadas e suprimidas em 2012 e 2013	situação atual (2019)
Graciosa	4	—	0	0	4	0	4
Pico	15	—	2	0	17	0	17
Santa Maria	4	—	1	0	5	0	5
São Jorge	10	—	1	0	11	0	11
São Miguel	43	—	26	5	64	0	64
Terceira	24	—	6	0	30	0	30

Os dados apresentados neste texto estão desenvolvidos, como referido atrás, em dois documentos de trabalho:

- um sobre a reforma dos concelhos do Continente realizada pelo Decreto de 6 de novembro de 1836;
- outro sobre as alterações das autarquias locais e divisões administrativas entre 1836 e 2013.

Estes documentos de trabalho estão disponíveis, como também referido atrás, na estação do Gabinete de História Económica e Social na Internet.

*

Este documento de trabalho sobre as alterações das autarquias locais e divisões administrativas entre 1836 e 2013 está organizado por capítulos que abordam sucessivamente:

- os concelhos;
- as freguesias;
- os distritos;
- as províncias;
- as regiões;
- as regiões autónomas.

Justifica-se abordar em primeiro lugar os concelhos por eles serem as autarquias locais mais antigas e sempre terem sido considerados como o nível fundamental da divisão administrativa; seguem-se as freguesias por terem igualmente origem anterior ao período considerado, embora como circunscrições eclesiásticas, e por serem o outro nível de autarquias locais que subsistiu até à atualidade; as autarquias locais e divisões administrativas supramunicipais são tratadas por ordem cronológica de criação. A mesma ordem cronológica de criação justifica a colocação das regiões autónomas em último lugar.

As informações apresentadas baseiam-se primordialmente na legislação citada e secundariamente em documentos oficiais em que são enumeradas as divisões do território, por regra recenseamentos da população. Nos casos em que não foi possível identificar o diploma legal que

determinou uma alteração da divisão do território, referiram-se as datas dos documentos em que essa alteração foi comprovada.

1 – Concelhos

Apresenta-se uma lista dos concelhos que existiram em Portugal entre o estabelecimento definitivo do regime da Monarquia Constitucional em meados da década de 1830 e meados da segunda década do século XXI. Para cada concelho indicam-se:

- a extensão em meados da década de 1830, nos casos dos concelhos existentes nessa época;
- o diploma de criação e a extensão inicial, nos casos dos concelhos criados durante o período em consideração;
- as alterações da extensão e da composição em termos de divisões administrativas de nível inferior (freguesias) ao longo do período em consideração;
- as alterações do enquadramento em autarquias locais e divisões administrativas de nível superior (distritos, províncias, regiões e regiões autónomas) ao longo do período em consideração;
- o diploma de extinção e a repartição imediata do território por outros concelhos, nos casos dos concelhos extintos durante o período em consideração.

Continente

Abadim

Em meados da década de 1830, o concelho de Abadim englobava 1 freguesia — Abadim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Abadim passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Abadim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Abadim — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto.

Abitureiras

Em meados da década de 1830, o concelho de Abitureiras englobava 1 freguesia — Almagreira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- o concelho de Abitureiras foi anexado ao concelho de Soure;
- o concelho de Soure e Abitureiras passou a pertencer ao distrito de Leiria então criado.

O concelho de Abitureiras foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Almagreira — integrada no concelho de Pombal.

Abiul

Em meados da década de 1830, o concelho de Abiul englobava 1 freguesia — Abiul.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Abiul passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Abiul foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Abiul — integrada no concelho de Pombal.

Aboim da Nóbrega

Em meados da década de 1830, o concelho de Aboim da Nóbrega englobava 2 freguesias, 1 com sede em Aboim da Nóbrega e 1 — Ermida — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aboim da Nóbrega passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Aboim da Nóbrega foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aboim da Nóbrega; e Ermida — integradas no concelho de Pico de Regalados.

O concelho de Aboim da Nóbrega foi restaurado e integrado no distrito de Braga por Lei de 17 de abril de 1838, englobando 10 freguesias separadas:

- 3 — Aboim da Nóbrega; Barros; e Ermida — do concelho de Pico de Regalados;
- 7 — Azias; Codeceda; Covas; Entre Ambos-os-Rios; Grovelas; Penascais; e Valões — do concelho de Ponte da Barca.

O concelho de Aboim da Nóbrega foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 10 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Aboim da Nóbrega; Barros; Codeceda; Penascais; e Valões — no concelho de Pico de Regalados;
- 5 — Azias; Covas; Entre Ambos-os-Rios; Ermida; e Grovelas — no concelho de Ponte da Barca.

Aboim e Codeçoso

Em meados da década de 1830, o concelho de Aboim e Codeçoso englobava 2 freguesias — Aboim; e Codeçoso.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aboim e Codeçoso passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Aboim e Codeçoso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aboim; e Codeçoso — integradas no concelho de Amarante.

Abrantes

Em meados da década de 1830, o concelho de Abrantes englobava 19 freguesias, 4 — Castelo; São João; São Pedro; e São Vicente — com sede em Abrantes e 15 — Aboboreira; Aldeia do Mato; Alvega; Bemposta; Martinchel; Montalvo; Mouriscas; Panascoso; Pego; Rio de Moinhos;

Santa Margarida da Coutada; São Facundo; São Miguel do Rio Torto; Souto; e Tramagal — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Abrantes passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — Alvega — do concelho de Abrantes para o concelho de Gavião;
- foram transferidas 2 freguesias — Aboboreira; e Panascoso — do concelho de Abrantes para o concelho de Mação;

- foram transferidas 4 freguesias — Aldeia do Mato; Martinchel; Montalvo; e Santa Margarida da Coutada — do concelho de Abrantes para o concelho de Punhete;

- foram transferidas 2 freguesias — Mouriscas; e Souto — do concelho de Abrantes para o concelho de Sardoal;

- foi transferida 1 freguesia — Bemposta — do concelho de Abrantes para o concelho de Ulme.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foram transferidas para o concelho de Abrantes 2 freguesias — Aboboreira; e Panascoso — do concelho de Mação;

- foram transferidas para o concelho de Abrantes 2 freguesias — Aldeia do Mato; e Martinchel — do concelho de Constância;

- foram transferidas para o concelho de Abrantes 2 freguesias — Mouriscas; e Souto — do concelho de Sardoal;

- foi transferida para o concelho de Abrantes 1 freguesia — Bemposta — do concelho de Ulme.

Por Lei de 22 de fevereiro de 1838, foi transferida para o concelho de Abrantes 1 freguesia — Alvega — do concelho de Gavião.

Por Lei de 18 de maio de 1839, foi criada a freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, separada da freguesia de Abrantes – São João.

Por Decreto de 2 de novembro de 1841:

- a freguesia de Abrantes – Castelo foi integrada na freguesia de Abrantes – São Vicente;

- a freguesia de Abrantes – São Pedro foi integrada na freguesia de Abrantes – São João.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Constância, sendo as 3 freguesias que o compunham — Constância; Montalvo; e Santa Margarida da Coutada — integradas no concelho de Abrantes;

- foi transferida 1 freguesia — Aboboreira — do concelho de Abrantes para o concelho de Mação;

- foi transferida 1 freguesia — Panascoso — do concelho de Abrantes para o concelho de Sardoal.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Constância, englobando 3 freguesias — Constância; Montalvo; e Santa Margarida da Coutada — separadas do concelho de Abrantes.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Abrantes passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 42157 de 25 de fevereiro de 1959, foi criada a freguesia de Alferrarede, separada das freguesias de Abrantes – São João e de Abrantes – São Vicente.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Abrantes passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região interior:

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Abrantes passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 87/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Vale de Mós, separada da freguesia de São Facundo.

Pela Lei n.º 109/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Concavada, separada da freguesia de Alvega.

Pela Lei n.º 132/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Fontes, separada da freguesia de Souto.

Pela Lei n.º 133/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Carvalhal, separada da freguesia de Souto.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Abrantes passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, a sub-região do Médio Tejo foi transferida da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Abrantes englobava 19 freguesias: Abrantes (São João); Abrantes (São Vicente); Aldeia do Mato; Alferrarede; Alvega; Bemposta; Carvalhal; Concavada; Fontes; Martinchel; Mouriscas; Pego; Rio de Moinhos; Rossio ao Sul do Tejo; São Facundo; São Miguel do Rio Torto; Souto; Tramagal; e Vale de Mós.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Abrantes passou a englobar 13 freguesias: Bemposta; Carvalhal; Fontes; Martinchel; Mouriscas; Pego; Rio de Moinhos; Tramagal; União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede; União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto; União das Freguesias de Alvega e Concavada; União das Freguesias de São Facundo e Vale de Mós; e União das Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Abrantes passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Abreiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Abreiro englobava 3 freguesias, 1 com sede em *Abreiro* e 2 — Navalho; e Sobreira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Abreiro passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Abreiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Abreiro; e Navalho — no concelho de Mirandela;
- 1 — Sobreira — no concelho de Murça.

Abrunheira

Em meados da década de 1830, o concelho de Abrunheira, também denominado Serro Ventoso, englobava 2 freguesias, 1 — Reveles — com sede em Abrunheira e 1 — Vinha da Rainha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Abrunheira passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas 3 freguesias — Brunhós; Gesteira; e Vila Nova da Barca — do concelho de Montemor-o-Velho para o concelho de Abrunheira;
- foi extinto o concelho de Samuel e Urmaz, sendo a freguesia que o compunha — Samuel — integrada no concelho de Abrunheira;
- foi extinto o concelho de Verride, sendo a freguesia que o compunha — Verride — integrada no concelho de Abrunheira.

O concelho de Abrunheira, foi extinto por Decreto de 7 de outubro de 1844, por transferência da sua sede para Verride.

Abrunhosa-a-Velha

Em meados da década de 1830, o concelho de Abrunhosa-a-Velha englobava 1 freguesia — Abrunhosa-a-Velha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Abrunhosa-a-Velha passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Abrunhosa-a-Velha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Abrunhosa-a-Velha — integrada no concelho de Tavares.

Açores

Em meados da década de 1830, o concelho de Açores englobava 1 freguesia — Açores.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Açores passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Açores foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Açores — integrada no concelho de Celorico da Beira.

Água de Peixes

Em meados da década de 1830, o concelho de Água de Peixes englobava a localidade de Água de Peixes, dependente em termos eclesiásticos da freguesia do Alvito.

O concelho de Água de Peixes não consta das listas do Decreto de 18 de julho de 1835, nem do Decreto de 7 de agosto de 1835, mas pode considerar-se pertencente ao distrito de Beja, nos termos do Decreto de 6 de novembro de 1836.

O concelho de Água de Peixes foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a localidade que o compunha — Água de Peixes — integrada no concelho do Alvito.

Água Revés

Em meados da década de 1830, o concelho de Água Revés englobava 1 freguesia — Água Revés.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Água Revés passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Água Revés foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Água Revés — integrada no concelho de Carrazedo de Montenegro.

Aguada de Cima

Em meados da década de 1830, o concelho de Aguada de Cima englobava 1 freguesia — Aguada de Cima.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aguada de Cima passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Aguada de Cima foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Aguada de Cima — integrada no concelho de Águeda.

Águas Belas

Em meados da década de 1830, o concelho de Águas Belas englobava 1 freguesia — Águas Belas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Águas Belas passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Águas Belas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Águas Belas — integrada no concelho de Ferreira do Zêzere.

Aguda

Em meados da década de 1830, o concelho de Aguda englobava 1 freguesia — Aguda.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aguda passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Aguda foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Aguda — integrada no concelho de Chão de Couce.

Águeda

O concelho de Águeda foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836 englobando 9 freguesias separadas:

- 1 — Aguada de Cima — do concelho de Aguada de Cima, então extinto;
- 2 — Águeda; e Belazaima do Chão — do concelho de Aveiro;
- 2 — Aguada de Baixo; e Barrô de Aguada — do concelho de Barrô de Aguada, então extinto;
- 2 — Espinhel; e Óis da Ribeira — do concelho de Óis da Ribeira, então extinto;
- 2 — Recardães; e Travassô — do concelho de Recardães, então extinto.

Pelo mesmo Decreto de 6 de novembro de 1836, o concelho de Águeda passou a pertencer ao distrito de Aveiro.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho do Vouga, sendo 9 das freguesias que o compunham — Agadão; Castanheira do Vouga; Lamas do Vouga; Macieira de Alcoba; Macinhata do Vouga; Préstimo; Segadães; Trofa; e Valongo do Vouga — integradas no concelho de Águeda.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Oliveira do Bairro, sendo 2 das freguesias que o compunham — Fermentelos; e Oiã — integradas no concelho de Águeda;
- foi extinto o concelho de Sever do Vouga, sendo 1 das freguesias que o compunham — Talhadas — integrada no concelho de Águeda.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Oliveira do Bairro, englobando 1 freguesia — Oiã — separada do concelho de Águeda;
- foi restaurado o concelho de Sever do Vouga, englobando 1 freguesia — Talhadas — separada do concelho de Águeda.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Águeda passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Águeda passou a fazer parte da região Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Águeda passou a fazer parte da região Centro.

Pela Lei n.º 25/86 de 20 de agosto de 1986, foi criada a freguesia de Borralha, separada da freguesia de Águeda.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Águeda passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho de Águeda englobava 20 freguesias: Agadão; Aguada de Baixo; Aguada de Cima; Águeda; Barrô; Belazaima do Chão; Borralha; Castanheira do Vouga; Espinhel; Fermentelos; Lamas do Vouga; Macieira de Alcoba; Macinhata do Vouga; Óis da Ribeira; Préstimo; Recardães; Segadães; Travassô; Trofa; e Valongo do Vouga.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Águeda passou a englobar 11 freguesias: Aguada de Cima; Fermentelos; Macinhata do Vouga; Valongo do Vouga; União das Freguesias de Águeda e Borralha; União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão; União das Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo; União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; União das Freguesias de Recardães e Espinhel; e União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Águeda passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Aguiar

Em meados da década de 1830, o concelho de Aguiar englobava 1 freguesia — Aguiar.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aguiar passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Aguiar foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Aguiar — integrada no concelho de Viana do Alentejo.

Aguiar da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Aguiar da Beira englobava 9 freguesias, 1 com sede em Aguiar da Beira e 8 — Cortiçada; Coruche; Eirado; Gradiz; Pinheiro; Sequeiros; Souto de Aguiar da Beira; e Valverde — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aguiar da Beira passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Carapito sendo a freguesia que o compunha — Carapito — integrada no concelho de Aguiar da Beira.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas para o concelho de Aguiar da Beira 3 freguesias — Dornelas; Forninhos; e Pena Verde — do concelho de Algodres.

O concelho de Aguiar da Beira foi extinto por Decreto de 12 de julho de 1895, sendo as 13 freguesias que o compunham — Aguiar da Beira, Carapito, Cortiçada, Coruche, Dornelas, Eirado, Forninhos, Gradiz, Pena Verde, Pinheiro, Sequeiros, Souto de Aguiar da Beira e Valverde — integradas no concelho de Trancoso.

O concelho de Aguiar da Beira foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 13 freguesias — Aguiar da Beira, Carapito, Cortiçada, Coruche, Dornelas, Eirado,

Forninhos, Gradiz, Pena Verde, Pinheiro, Sequeiros, Souto de Aguiar da Beira e Valverde — separadas do concelho de Trancoso.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Aguiar da Beira passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Aguiar da Beira passou a fazer parte da região Centro sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Aguiar da Beira passou a fazer parte da região Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Aguiar da Beira passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Aguiar da Beira englobava 13 freguesias: Aguiar da Beira; Carapito; Cortiçada; Coruche; Dornelas; Eirado; Forninhos; Gradiz; Pena Verde; Pinheiro; Sequeiros; Souto de Aguiar da Beira; e Valverde.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Aguiar da Beira passou a englobar 10 freguesias: Carapito; Cortiçada; Dornelas; Eirado; Forninhos; Pena Verde; Pinheiro; União das Freguesias de Aguiar da Beira e Coruche; União das Freguesias de Sequeiros e Gradiz; e União das Freguesias de Souto de Aguiar da Beira e Valverde.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Aguiar da Beira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Aguiar de Sousa

Em meados da década de 1830, o concelho de Aguiar de Sousa englobava 39 freguesias, 1 com sede em Aguiar de Sousa e 38 — Astromil; Besteiros; Bitarães; Campo; Carvalhosa; Casais; Castelões de Cepeda; Codessos; Covas; Covelo; Cristelo; Duas Igrejas; Eiriz; Ferreira; Figueiras; Figueiró; Freamunde; Gandra; Lamoso; Lordelo; Lustosa; Madalena; Medas; Meixomil; Modelos; Mouriz; Nevogilde; Ordem; Parada de Todeia; Raimonda; Rebordosa; Sanfins de Ferreira; Sobrado; Sobreira; Sousela; Vandoma; Vila Cova de Carros; e Vilela — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aguiar de Sousa passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Aguiar de Sousa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 39 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Lustosa; Ordem; e Sousela — no concelho de Barrosas então criado;
- 2 — Covelo; e Medas — no concelho de Gondomar;
- 13 — Carvalhosa; Codessos; Covas; Eiriz; Ferreira; Figueiras; Figueiró; Freamunde; Lamoso; Meixomil; Modelos; Raimonda; e Sanfins de Ferreira — no concelho de Paços de Ferreira;
- 18 — Aguiar de Sousa; Astromil; Besteiros; Bitarães; Casais; Castelões de Cepeda; Cristelo; Duas Igrejas; Lordelo; Madalena; Mouriz; Nevogilde; Parada de Todeia; Rebordosa; Sobreira; Vandoma; Vila Cova de Carros; e Vilela — no concelho de Paredes;

- 3 — Campo; Gandra; e Sobrado — no concelho de Valongo.

Águias

Em meados da década de 1830, o concelho de Águias, também denominado Brotas, englobava 1 freguesia — Brotas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Águias passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Águias foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Brotas — integrada no concelho de Pavia.

Aguieira [Senhorim]

Em meados da década de 1830, o concelho da Agueira englobava a localidade de Agueira, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Carvalhal Redondo.

O concelho de Agueira foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a localidade que o compunha — Agueira — integrada no concelho de Senhorim.

Aguieira [Vouga]

Em meados da década de 1830, o concelho de Agueira englobava a localidade da Agueira, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Valongo do Vouga.

O concelho de Agueira foi extinto por Decreto de 7 de agosto de 1835, sendo a localidade que o compunha — Agueira — integrada no concelho do Vouga.

Aguim

Em meados da década de 1830, o concelho de Aguim englobava 2 freguesias, 1 com sede em Aguim e 1 — Tamengos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aguim passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Aguim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Aguim — no concelho da Vacariça;
- 1 — Tamengos — no concelho da Mealhada.

Alandroal

Em meados da década de 1830, o concelho do Alandroal englobava 2 freguesias — Nossa Senhora da Conceição; e Nossa Senhora do Rosário — ambas com sede no Alandroal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Alandroal passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Ferreira de Capelins, sendo a localidade que o compunha — Ferreira de Capelins — integrada no concelho de Alandroal;

- foi extinto o concelho de Juromenha, sendo as 2 freguesias que o compunham — Juromenha; e São Brás dos Matos — integradas no concelho do Alandroal;

- foi extinto o concelho de Terena sendo as 3 freguesias que o compunham — Capelins; Santiago Maior; e Terena — integradas no concelho do Alandroal.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Alandroal foi integrada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alandroal;

- a freguesia de São Brás dos Matos foi integrada na freguesia de Juromenha;

- o concelho do Alandroal passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Alandroal passou a fazer parte da região do Sul sub-região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Alandroal passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 51/84 de 31 de dezembro de 1984, a freguesia de São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) foi separada da freguesia de Juromenha.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Alandroal passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

No início de 2013, o concelho do Alandroal englobava 6 freguesias: Alandroal (Nossa Senhora da Conceição); Capelins (Santo António); Juromenha (Nossa Senhora do Loreto); Santiago Maior; São Brás dos Matos (Mina do Bugalho); e Terena (São Pedro).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Alandroal passou a englobar 4 freguesias: Capelins (Santo António); Santiago Maior; Terena (São Pedro); e União das Freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Alandroal passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Albergaria-a-Velha

O concelho de Albergaria-a-Velha foi criado por Decreto de 20 de outubro de 1841, por transferência para Albergaria-a-Velha da sede do concelho de Paus.

Pelo mesmo Decreto de 20 de outubro de 1841, foi transferida para o concelho de Albergaria-a-Velha 1 freguesia — Valmaior — do concelho do Vouga.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Angeja sendo 2 das freguesias que o compunham — Angeja; e Frossos — integradas no concelho de Albergaria-a-Velha.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Pinheiro da Bemposta sendo 2 das freguesias que o compunham — Branca; e Ribeira de Fráguas — integradas no concelho de Albergaria-a-Velha.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Sever do Vouga, sendo 7 das freguesias que o compunham — Cedrim; Couto de Esteves; Paradela; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; e Silva Escura — integradas no concelho de Albergaria-a-Velha.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Sever do Vouga, englobando 7 freguesias — Cedrim; Couto de Esteves; Paradela; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; e Silva Escura — separadas do concelho de Albergaria-a-Velha.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Albergaria-a-Velha passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Albergaria-a-Velha passou a fazer parte da região Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Albergaria-a-Velha passou a fazer parte da região Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Albergaria-a-Velha passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho de Albergaria-a-Velha englobava 8 freguesias: Albergaria-a-Velha; Alquerubim; Angeja; Branca; Frossos; Ribeira de Fráguas; São João de Loure; e Valmaior.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Albergaria-a-Velha passou a englobar 6 freguesias: Alquerubim; Angeja; Branca; Ribeira de Fráguas; União das Freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior; e União das Freguesias de São João de Loure e Frossos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Albergaria-a-Velha passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Albergaria de Penela

Em meados da década de 1830, o concelho de Albergaria de Penela, com sede em Calvelo, englobava 8 freguesias, 1 com sede em Calvelo e 7 — Anais; Azões; Duas Igrejas; Fojo Lobal; Gaifar; Mato; e Sandiães — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Albergaria de Penela passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Albergaria de Penela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Anais; Calvelo; Fojo Lobal; Gaifar; Mato; e Sandiães — no concelho de Ponte de Lima;
- 2 — Azões; e Duas Igrejas — no concelho de Portela de Penela.

Albergaria dos Fusos

Em meados da década de 1830, o concelho de Albergaria dos Fusos englobava 1 freguesia — Albergaria dos Fusos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Albergaria dos Fusos passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Albergaria dos Fusos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Albergaria dos Fusos — integrada no concelho de Cuba.

Albufeira

Em meados da década de 1830, o concelho de Albufeira englobava 3 freguesias, 1 com sede em Albufeira e 2 — Guia; e Paderne — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Albufeira passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Albufeira 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Loulé.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Albufeira para o concelho de Loulé.

Por Lei de 30 de julho de 1839, foi transferida para o concelho de Albufeira 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Loulé.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Albufeira para o concelho de Loulé.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Albufeira passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Albufeira passou a fazer parte da região Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Albufeira passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 27/97 de 12 de julho de 1997 foi criada a freguesia de Olhos de Água, separada da freguesia de Albufeira.

Pela Lei n.º 40/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Ferreiras, separada das freguesias de Albufeira, Guia e Paderne.

No início de 2013, o concelho de Albufeira englobava 5 freguesias: Albufeira; Ferreiras; Guia; Olhos de Água; e Paderne.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Albufeira passou a englobar 4 freguesias: Ferreiras; Guia; Paderne; e União das Freguesias de Albufeira e Olhos de Água.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Albufeira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Alcácer — Alcácer do Sal

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcácer, também denominado Alcácer do Sal, englobava 11 freguesias, 2 — Santa Maria do Castelo; e São Tiago — com sede em Alcácer do Sal e 9 — Monte Vil; Palma; Santa Susana; São Mamede do Sádão; São Martinho; São Romão do Sádão; Sítimos; Vale de Guizo; e Vale de Reis — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcácer do Sal passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — São Mamede do Sádão — do concelho de Alcácer do Sal para o concelho de Grândola.

Por Decreto de 3 de abril de 1871, foi transferida para o concelho de Alcácer do Sal 1 freguesia — Torrão — do concelho do Alvito.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foram transferidas para o concelho de Alcácer do Sal 2 freguesias — Cabrela; e Landeira — do concelho de Montemor-o-Novo.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram transferidas 2 freguesias — Cabrela; e Landeira — do concelho de Alcácer do Sal para o concelho de Montemor-o-Novo.

Pela Lei n.º 602 de 25 de junho de 1914, a freguesia de Santa Maria do Castelo passou a denominar-se Rui Salema.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Alcácer do Sal passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- as freguesias de Monte Vil, Palma, São Martinho e Vale de Reis foram integradas na freguesia de Santa Maria do Castelo.

- as freguesias de Sítimos e Vale de Guizo foram integradas na freguesia de Santiago.

- a freguesia de São Romão do Sádão foi integrada na freguesia de Torrão;

- a freguesia de Rui Salema passou a denominar-se Santa Maria do Castelo;

- o concelho de Alcácer do Sal passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alcácer do Sal passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alcácer do Sal passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 48/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de São Martinho, separada da freguesia de Santa Maria do Castelo de Alcácer do Sal.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alcácer do Sal passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Litoral.

Pela Lei n.º 38/89 de 24 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Comporta, separada da freguesia de Santa Maria do Castelo.

No início de 2013, o concelho de Alcácer do Sal englobava 6 freguesias: Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo); Alcácer do Sal (Santiago); Comporta; Santa Susana; São Martinho; e Torrão.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alcácer do Sal passou a englobar 4 freguesias: Comporta; São Martinho; Torrão; e União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alcácer do Sal passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Alcáçovas

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcáçovas englobava 1 freguesia — Alcáçovas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcáçovas passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Alcáçovas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alcáçovas — integrada no concelho de Viana do Alentejo.

Alcaide

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcaide englobava 1 freguesia — Alcaide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcaide passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Alcaide foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alcaide — integrada no concelho do Fundão.

Alcanede

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcanede englobava 7 freguesias, 1 com sede em Alcanede e 6 — Abrã; Alcobertas; Arneiro das Milhariças; Fráguas; Louriceira; e Malhou — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcanede passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Alcanede 1 freguesia — Tremês — do concelho de Santarém;

- foram transferidas 3 freguesias — Arneiro das Milhariças; Louriceira; e Malhou — do concelho de Alcanede para o concelho de Pernes.

O concelho de Alcanede foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Alcobertas; e Fráguas — no concelho de Rio Maior;
- 3 — Abrã; Alcanede; e Tremês — no concelho de Santarém.

Alcanena

O concelho de Alcanena foi criado pela Lei n.º 156 de 8 de maio de 1914, englobando 6 freguesias separadas:

- 2 — Louriceira; e Malhou — do concelho de Santarém;
- 4 — Alcanena; Bugalhos; Minde; e Monsanto — do concelho de Torres Novas.

Pela mesma Lei n.º 156 de 8 de maio de 1914, o concelho de Alcanena passou a pertencer ao distrito de Santarém.

Pelo Decreto n.º 4149 de 26 de abril de 1918, foi criada a freguesia de Serra de Santo António, separada freguesia de Minde.

Pela Lei n.º 994 de 26 de junho de 1920, foi criada a freguesia de Vila Moreira, separada da freguesia de Alcanena.

Pela Lei n.º 1767 de 11 de abril de 1925, foi criada a freguesia de Moitas Venda, separada da freguesia de Alcanena.

Pelo Decreto n.º 15219 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Espinheiro, separada da freguesia de Abrã do concelho de Santarém e da freguesia de Malhou do concelho de Alcanena e integrada no concelho de Alcanena.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alcanena passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alcanena passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alcanena passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alcanena passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, a sub-região do Médio Tejo foi transferida da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Alcanena englobava 10 freguesias: Alcanena; Bugalhos; Espinheiro; Louriceira; Malhou; Minde; Moitas Venda; Monsanto; Serra de Santo António; e Vila Moreira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alcanena passou a englobar 7 freguesias: Bugalhos; Minde; Moitas Venda; Monsanto; Serra de Santo António; União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira; e União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alcanena passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Alcobaça

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcobaça englobava 5 freguesias, 1 com sede em Alcobaça e 4 — Pataias; Valado de Frades; Vestiaria; e Vimeiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcobaça passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aljubarrota sendo as 2 freguesias que o compunham — Prazeres; e São Vicente — integradas no concelho de Alcobaça;

- foi extinto o concelho de Alpedriz, sendo a freguesia que o compunha — Alpedriz — integrada no concelho de Alcobaça;

- foi extinto o concelho de Cela, sendo a freguesia que o compunha — Cela — integrada no concelho de Alcobaça;

- foi extinto o concelho de Coz, sendo a freguesia que o compunha — Coz — integrada no concelho de Alcobaça;

- foi extinto o concelho de Évora de Alcobaça, sendo a freguesia que o compunha — Évora de Alcobaça — integrada no concelho de Alcobaça;

- foram transferidas para o concelho de Alcobaça 2 freguesias — Arrimal; e Juncal — do concelho de Porto de Mós;

- foi extinto o concelho de Santa Catarina, sendo 1 das freguesias que o compunham — Benedita — integrada no concelho de Alcobaça;

- foi extinto o concelho de Turquel, sendo a freguesia que o compunha — Turquel — integrada no concelho de Alcobaça;

- foram transferidas 2 freguesias — Pataias; e Valado de Frades — do concelho de Alcobaça para o concelho de Maiorga.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foi extinto o concelho de Maiorga, sendo 2 das freguesias que o compunham — Maiorga; e Pataias — integradas no concelho de Alcobaça;

- foram transferidas 2 freguesias — Arrimal; e Juncal — do concelho de Alcobaça para o concelho de Porto de Mós.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Pederneira, sendo as 3 freguesias que o compunham — Famalicão; Pederneira; e Valado de Frades — integradas no concelho de Alcobaça;

- foi extinto o concelho de São Martinho do Porto, sendo 2 das freguesias que o compunham — Alfeizerão; e São Martinho do Porto — integradas no concelho de Alcobaça.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Porto de Mós, sendo 8 das freguesias que o compunham — Alcária; Alvados; Arrimal; Juncal; Mendiga; Porto de Mós (São João Batista); Porto de Mós (São Pedro); e Serro Ventoso — integradas no concelho de Alcobaça;

- foram transferidas 3 freguesias — Alfeizerão; Famalicão; e São Martinho do Porto — do concelho de Alcobaça para o concelho de Caldas da Rainha.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foram transferidas para o concelho de Alcobaça 2 freguesias — Famalicão; e Santa Catarina — do concelho de Caldas da Rainha.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Porto de Mós, englobando 8 freguesias — Alcária; Alvados; Arrimal; Juncal; Mendiga; Porto de Mós (São João Batista); Porto de Mós (São Pedro); e Serro Ventoso — separadas do concelho de Alcobaça;

- foram transferidas para o concelho de Alcobaça 2 freguesias — Alfeizerão; e São Martinho do Porto — do concelho das Caldas da Rainha;

- foi transferida 1 freguesia — Santa Catarina — do concelho de Alcobaça para o concelho das Caldas da Rainha.

Por Lei de 22 de junho de 1898, foi restaurado o concelho de Pederneira, englobando 3 freguesias — Famalicão; Pederneira; e Valado de Frades — separadas do concelho de Alcobaça.

Pelo Decreto-Lei n.º 22594 de 29 de maio de 1933, foi criada a freguesia de Bárrio, separada da freguesia de Cela.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alcobaça passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alcobaça passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alcobaça passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 114/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Moita, separada da freguesia de Pataias.

Pela Lei n.º 117/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Martingança, separada da freguesia de Pataias.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alcobaça passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

Pela Lei n.º 73/89 de 28 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Montes, separada da freguesia de Alpedriz.

Pelo Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, a sub-região do Oeste foi transferida da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

Pela Lei n.º 28/2001 de 12 de julho, a freguesia de Moita foi transferida do concelho de Alcobaça para o concelho da Marinha Grande.

No início de 2013, o concelho de Alcobaça englobava 18 freguesias: Alcobaça; Alfeizerão; Aljubarrota (Prazeres); Aljubarrota (São Vicente); Alpedriz; Bárrio; Benedita; Cela; Coz; Évora de Alcobaça; Maiorga; Martingança; Montes; Pataias; São Martinho do Porto; Turquel; Vestiaria; e Vimeiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alcobaça passou a englobar 13 freguesias: Alfeizerão; Bárrio; Benedita; Cela; Évora de Alcobaça; Maiorga; São Martinho do Porto; Turquel; Vimeiro; União das Freguesias de Pataias e Martingança; União das Freguesias de Coz, Alpedriz e Montes; Aljubarrota (criada por fusão das freguesias de Prazeres de Aljubarrota e São Vicente de Aljubarrota); e União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alcobaça passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Alcochete

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcochete englobava 2 freguesias, 1 com sede em Alcochete e 1 — Samouco — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcochete passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Alcochete foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alcochete; e Samouco — integradas no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.

O concelho de Alcochete foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 2 freguesias — Alcochete; e Samouco — separadas do concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Alcochete passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alcochete passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alcochete passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alcochete passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 75/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de São Francisco, separada da freguesia de Alcochete.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alcochete passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

O concelho de Alcochete engloba hoje 3 freguesias: Alcochete; Samouco; e São Francisco.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alcochete passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Alcoentre

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcoentre englobava 1 freguesia — Alcoentre.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcoentre passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho do Cadaval, sendo 3 das freguesias que o compunham — Alguber; Cercal; e Figueiros — integradas no concelho de Alcoentre;
- foi extinto o concelho de Manique do Intendente, sendo a freguesia que o compunha — Manique do Intendente — integrada no concelho de Alcoentre.

O concelho de Alcoentre foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Alcoentre; e Manique do Intendente — no concelho da Azambuja;
- 3 — Alguber; Cercal; e Figueiros — no concelho do Cadaval.

Alcoutim

Em meados da década de 1830, o concelho de Alcoutim englobava 6 freguesias, 1 com sede em Alcoutim e 5 — Cachopo; Giões; Martim Longo; Pereiro; e Vaqueiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alcoutim passou a pertencer ao distrito de Beja então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Alcoutim foi transferido do distrito de Beja para o distrito de Faro;
- foi extinto o concelho de Castro Marim, sendo 1 das freguesias que o compunham — Odeleite — integrada no concelho de Alcoutim;
- foi transferida 1 freguesia — Cachopo — do concelho de Alcoutim para o concelho de Tavira.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Castro Marim, englobando 1 freguesia — Odeleite — separada do concelho de Alcoutim.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto o concelho de Castro Marim, sendo 1 das freguesias que o compunham — Odeleite — integrada no concelho de Alcoutim.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida 1 freguesia — Odeleite — do concelho de Alcoutim para o concelho de Vila Real de Santo António.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alcoutim passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alcoutim passou a fazer parte da região Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alcoutim passou a fazer parte da região do Algarve.

No início de 2013, o concelho de Alcoutim englobava 5 freguesias: Alcoutim; Giões; Martim Longo; Pereiro; e Vaqueiros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alcoutim passou a englobar 4 freguesias: Giões; Martim Longo; Vaqueiros; e União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alcoutim passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Aldeia da Cruz

O concelho de Aldeia da Cruz foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, por transferência para essa localidade da sede do concelho de Ourém.

Pelo mesmo Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Aldeia da Cruz 2 freguesias — Formigais; e Sabacheira — do concelho de Tomar.

Por Alvará de 25 de setembro de 1841, a localidade e o concelho de Aldeia da Cruz passaram a denominar-se Vila Nova de Ourém.

Aldeia Galega da Merceana

Em meados da década de 1830, o concelho da Aldeia Galega da Merceana englobava 2 freguesias, 1 com sede em Aldeia Galega da Merceana e 1 — Aldeia Gavinha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Aldeia Galega da Merceana passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Aldeia Galega da Merceana 1 freguesia — Ventosa — do concelho de Alenquer;

- foi extinto o concelho de Vila Verde dos Francos, sendo a freguesia que o compunha — Vila Verde dos Francos — integrada no concelho de Aldeia Galega da Merceana.

O concelho de Aldeia Galega da Merceana foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 4 freguesias que o compunham — Aldeia Galega da Merceana; Aldeia Gavinha; Ventosa; e Vila Verde dos Francos — integradas no concelho de Alenquer.

Aldeia Galega do Ribatejo

Em meados da década de 1830, o concelho de Aldeia Galega do Ribatejo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Aldeia Galega do Ribatejo e 1 — Sarilhos Grandes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aldeia Galega do Ribatejo passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi extinto o concelho de Canha, sendo 1 das freguesias que o compunham — Canha — integrada no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Alcochete, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alcochete e Samouco — integradas no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo;

- foi extinto o concelho da Moita, sendo 1 das freguesias que o compunham — Moita — integrada no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Alcochete, englobando 2 freguesias — Alcochete e Samouco — separadas do concelho de Aldeia Galega do Ribatejo;

- foi restaurado o concelho da Moita, englobando 1 freguesia — Moita — separada do concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Aldeia Galega do Ribatejo passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto n.º 18434 de 6 de junho de 1930, o concelho e a freguesia de Aldeia Galega do Ribatejo passaram a denominar-se concelho e freguesia do Montijo.

Alegrete

Em meados da década de 1830, o concelho de Alegrete englobava 1 freguesia — Alegrete.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alegrete passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Alegrete foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alegrete — integrada no concelho de Portalegre.

O concelho de Alegrete foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 2 freguesias separadas:

- 1 — Alegrete — do concelho de Portalegre;
- 1 — São Julião — do concelho de Marvão.

O concelho de Alegrete foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alegrete; e São Julião — integradas no concelho de Portalegre.

Alenquer

Em meados da década de 1830, o concelho de Alenquer englobava 18 freguesias, 5 — Santo Estêvão; São Pedro; São Tiago; Triana; e Várzea — com sede em Alenquer e 13 — Atouguia das Cabras; Cabanas de Torres; Cachoeiras; Cadafais; Carnota; Espiçandeira; Meca; Olhalvo; Ota; Paúl da Ota; Pereiro de Palhacana; Ventosa; e Vila Nova da Rainha — com sede no termo.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alenquer passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — Ventosa — do concelho de Alenquer para o concelho de Aldeia Galega da Merceana;

- foram transferidas 3 freguesias — Cachoeiras; Cadafais; e Vila Nova da Rainha — do concelho de Alenquer para o concelho de Castanheira do Ribatejo.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi extinto o concelho de Castanheira do Ribatejo, sendo 2 das freguesias que o compunham — Cadafais; e Vila Nova da Rainha — integradas no concelho de Alenquer.

Por Decreto de 30 de outubro de 1841:

- a freguesia de Espiçandeira foi integrada na freguesia de Meca;
- a freguesia de Paúl da Ota foi integrada na freguesia da Ota;
- a freguesia de São Tiago de Alenquer foi integrada na freguesia de Santo Estêvão de Alenquer.

Por Aviso de 22 de abril de 1852:

- a freguesia de São Pedro de Alenquer foi integrada na freguesia de Santo Estêvão de Alenquer;
- a freguesia de Várzea de Alenquer foi integrada na freguesia de Triana de Alenquer.

Em 1854, a sede da freguesia de Atougua das Cabras foi transferida para Abrigada.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Aldeia Galega da Merceana, sendo as 4 freguesias que o compunham — Aldeia Galega da Merceana; Aldeia Gavinha; Ventosa; e Vila Verde dos Francos — integradas no concelho de Alenquer;

- foi transferida 1 freguesia — Vila Nova da Rainha — do concelho de Alenquer para o concelho de Azambuja.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho do Cadaval, sendo 2 das freguesias que o compunham — Cadaval; e Vilar — integradas no concelho de Alenquer.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida para o concelho de Alenquer 1 freguesia — Lamas — do concelho da Azambuja.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho do Cadaval, englobando 3 freguesias — Cadaval; Lamas; e Vilar — separadas do concelho de Alenquer.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alenquer passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alenquer passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alenquer passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 70/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia do Carregado, separada das freguesias de Cadafais, de Santo Estêvão e de Triana.

Pela Lei n.º 71/89 de 28 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Ribafria, separada da freguesia de Pereiro de Palhacana.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alenquer passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

Pelo Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, a sub-região do Oeste foi transferida da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Alenquer englobava 16 freguesias: Abrigada; Aldeia Galega da Merceana; Aldeia Gavinha; Alenquer (Santo Estêvão); Alenquer (Triana); Cabanas de Torres; Cadafais; Carnota; Carregado; Meca; Olhalvo; Ota; Pereiro de Palhacana; Ribafria; Ventosa; e Vila Verde dos Francos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alenquer passou a englobar 11 freguesias: Carnota; Meca; Olhalvo; Ota; Ventosa; Vila Verde dos Francos; União das Freguesias de Abrigada e Cabanas de Torres; União das Freguesias de Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha; União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana); União das Freguesias de Carregado e Cadafais; e União das Freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alenquer passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Alfaiates

Em meados da década de 1830, o concelho de Alfaiates englobava 4 freguesias, 1 com sede em Alfaiates e 3 — Aldeia da Ponte; Forcalhos; e Rebolosa — com sede no termo.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alfaiates passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Alfaiates foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Aldeia da Ponte; Alfaiates; Forcalhos; e Rebolosa — integradas no concelho de Vilar Maior.

Alfândega da Fé

Em meados da década de 1830, o concelho de Alfândega da Fé englobava 18 freguesias, 1 com sede em Alfândega da Fé e 17 — Adeganha; Cardanha; Castelo; Cerejais; Eucísia; Ferradosa; Gouveia; Junqueira; Pombal; Sambade; Santa Justa; Sendim da Ribeira; Sendim da Serra; Vales; Valverde; Vilarelhos; e Vilares de Vilariça — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alfândega da Fé passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Alfândega da Fé 2 freguesias — Estevais; e Póvoa — do concelho de Moncorvo;

- foram transferidas para o concelho de Alfândega da Fé 2 freguesias — Assares; e Santa Comba de Vilariça — do concelho de Vila Flor;

- foi transferida 1 freguesia — Sendim da Ribeira — do concelho de Alfândega da Fé para o concelho de Chacim.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de Castelo foi integrada na freguesia de Alfândega da Fé.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Chacim, sendo 6 das freguesias que o compunham — Agrobom; Castro Vicente; Parada; Sendim da Ribeira; Vale de Pereiro; e Vilar Chão — integradas no concelho de Alfândega da Fé;

- foram transferidas 5 freguesias — Adeganha; Cardanha; Estevais; Junqueira; e Póvoa — do concelho de Alfândega da Fé para o concelho de Moncorvo;

- foram transferidas 2 freguesias — Assares; e Santa Comba de Vilariça — do concelho de Alfândega da Fé para o concelho de Vila Flor.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas para o concelho de Alfândega da Fé 3 freguesias — Gebelim, Saldonha e Soeima — do concelho de Macedo de Cavaleiros;

- foi transferida 1 freguesia — Castro Vicente — do concelho de Alfândega da Fé para o concelho de Mogadouro.

O concelho de Alfândega da Fé foi extinto por Decreto de 14 de agosto de 1895, sendo as 21 freguesias que o compunham integradas:

- 7 — Agrobom; Gebelim; Saldonha; Sambade; Soeima; Vale Pereiro; e Vales — no concelho de Macedo de Cavaleiros;

- 3 — Parada; Sendim da Ribeira; e Vilar Chão — no concelho de Mogadouro;

- 5 — Cerejais; Ferradosa; Gouveia; Sendim da Serra; e Valverde — no concelho de Moncorvo;

- 6 — Alfândega da Fé; Eucísia; Pombal; Santa Justa; Vilarelhos; e Vilares de Vilariça — no concelho de Vila Flor.

O concelho de Alfândega da Fé foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 21 freguesias separadas:

- 7 — Agrobom; Gebelim; Saldonha; Sambade; Soeima; Vale Pereiro; e Vales — do concelho de Macedo de Cavaleiros;

- 3 — Parada; Sendim da Ribeira; e Vilar Chão — do concelho de Mogadouro;

- 5 — Cerejais; Ferradosa; Gouveia; Sendim da Serra; e Valverde — do concelho de Moncorvo;

- 6 — Alfândega da Fé; Eucísia; Pombal; Santa Justa; Vilarelhos; e Vilares de Vilariça — do concelho de Vila Flor.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Santa Justa foi integrada na freguesia de Eucísia;

- o concelho de Alfândega da Fé passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alfândega da Fé passou a fazer parte da região do Norte sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alfândega da Fé passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alfândega da Fé passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Alfândega da Fé englobava 20 freguesias: Agrobom; Alfândega da Fé; Cerejais; Eucísia; Ferradosa; Gebelim; Gouveia; Parada; Pombal; Saldonha; Sambade; Sendim da Ribeira; Sendim da Serra; Soeima; Vale Pereiro; Vales; Valverde; Vilar Chão; Vilarelhos; e Vilares de Vilarça.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alfândega da Fé passou a englobar 12 freguesias: Alfândega da Fé; Cerejais; Sambade; Vilar Chão; Vilarelhos; Vilares de Vilarça; União das Freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro; União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde; União das Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra; União das Freguesias de Gebelim e Soeima; União das Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira; e União das Freguesias de Pombal e Vales.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alfândega da Fé passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes.

Alfarela de Jales

Em meados da década de 1830, o concelho de Alfarela de Jales englobava 5 freguesias, 1 com sede em *Alfarela de Jales* e 4 — Carva; Três Minas; Vilares; e Vreia de Jales — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alfarela de Jales passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Alfarela de Jales foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Carva; Três Minas; e Vilares — no concelho de Murça;
- 2 — Alfarela de Jales; e Vreia de Jales — no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Alfeizerão

Em meados da década de 1830, o concelho de Alfeizerão englobava 1 freguesia — Alfeizerão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alfeizerão passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Alfeizerão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alfeizerão — integrada no concelho de São Martinho do Porto.

Algodres

Em meados da década de 1830, o concelho de Algodres englobava 9 freguesias, 1 com sede em Algodres e 8 — Casal Vasco; Cortiçô; Fuínhas; Maceira; Muxagata; Ramirão; Sobral Pichorro; e Vila Chã — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Algodres passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Figueiró da Granja, sendo a freguesia que o compunha — Figueiró da Granja — integrada no concelho de Algodres;

- foi extinto o concelho de Fornos de Algodres, sendo a freguesia que o compunha — Fornos de Algodres — integrada no concelho de Algodres;

- foi extinto o concelho de Infias, sendo a freguesia que o compunha — Infias — integrada no concelho de Algodres;

- foi extinto o concelho de Matança, sendo a freguesia que o compunha — Matança — integrada no concelho de Algodres;

- foi extinto o concelho de Pena Verde, sendo as 4 freguesias que o compunham — Dornelas; Forninhos; Pena Verde; e Queiriz — integradas no concelho de Algodres.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foram transferidas 3 freguesias — Dornelas; Forninhos; e Pena Verde — do concelho de Algodres para o concelho de Aguiar da Beira;

- foi extinto o concelho de Algodres, por transferência da sua sede para Fornos de Algodres.

Algoso

Em meados da década de 1830, o concelho de Algoso englobava 21 freguesias, 1 com sede em Algoso e 20 — Atenor; Avinhó; Figueirinha; Fonte Ladrão; Granja de Gregos; Granja de São Pedro; Gregos; Junqueira; Matela; Mora; Saldanha; São Cristóvão de Malta; Silva; Teixeira; Travanca; Urrós; Uva; Valcerto; Vale de Algoso; e Vila Chã da Ribeira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Algoso passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Algoso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 21 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — São Cristóvão de Malta — no concelho de Chacim;

- 3 — Fonte Ladrão; Granja de São Pedro; e Silva — no concelho de Miranda;

- 4 — Figueirinha; Travanca; Urrós; e Valcerto — no concelho de Mogadouro;

- 13 — Algoso; Atenor; Avinhó; Granja de Gregos; Gregos; Junqueira; Matela; Mora; Saldanha; Teixeira; Uva; Vale de Algoso; e Vila Chã da Ribeira — no concelho de Vimioso.

Alhadas

Em meados da década de 1830, o concelho de Alhadas englobava 3 freguesias, 1 com sede em Alhadas e 2 — Brenha; e Ferreira-a-Nova — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alhadas passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Alhadas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alhadas; Brenha; e Ferreira-a-Nova — integradas no concelho de Maiorca.

Alhais

Em meados da década de 1830, o concelho de Alhais englobava 1 freguesia — Alhais.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alhais passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Alhais foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alhais — integrada no concelho de Fráguas.

Alhandra

Em meados da década de 1830, o concelho de Alhandra englobava 3 freguesias, 1 com sede em Alhandra e 2 — Calhandriz; e São João dos Montes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alhandra passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Alhandra foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alhandra; Calhandriz; e São João dos Montes — integradas no concelho de Vila Franca de Xira.

Alhos Vedros

Em meados da década de 1830, o concelho de Alhos Vedros englobava 1 freguesia — Alhos Vedros.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alhos Vedros passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Coina, sendo a freguesia que o compunha — Coina — integrada no concelho de Alhos Vedros;

- foi extinto o concelho da Moita, sendo as 2 freguesias que o compunham — Moita; e Palhais — integradas no concelho de Alhos Vedros.

O concelho de Alhos Vedros foi extinto por Lei de 28 de abril de 1837, por transferência da sede do concelho de Alhos Vedros para a Moita.

O concelho de Alhos Vedros foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 4 freguesias:

- 1 — Lavradio — separada do concelho do Barreiro;
- 3 — Alhos Vedros; Coina; e Palhais — separadas do concelho da Moita.

Entre 1849 e 1864, a freguesia de Palhais foi integrada na freguesia de Coina.

O concelho de Alhos Vedros foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alhos Vedros; Coina; e Lavradio — integradas no concelho do Barreiro.

Alijó

Em meados da década de 1830, o concelho de Alijó englobava 4 freguesias, 1 com sede em Alijó e 3 — Amieiro; Carlão; e Castedo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alijó passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de São Mamede de Riba Tua, sendo a freguesia que o compunha — São Mamede de Riba Tua — integrada no concelho de Alijó;
- foram transferidas para o concelho de Alijó 2 freguesias — Cotas; e Vila Chã — do concelho de Vila Real.

Por Decreto de 20 de outubro de 1841, foi transferida 1 freguesia — Cotas — do concelho de Alijó para o concelho de Favaios.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Favaios, sendo as 6 freguesias que o compunham — Casal de Loivos; Cotas; Favaios; Sanfins do Douro; Vale de Mendiz; e Vilarinho de Cotas — integradas no concelho de Alijó;
- foi extinto o concelho de Vilar de Maçada, sendo as 6 freguesias que o compunham — Parada de Pinhão; Ribalonga; São Lourenço de Riba Pinhão; Torre do Pinhão; Vila Verde; e Vilar de Maçada — integradas no concelho de Alijó.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas para o concelho de Alijó 3 freguesias — Pegarinhos; Pópulo; e Santa Eugénia — do concelho de Murça;
- foram transferidas 3 freguesias — Parada de Pinhão; São Lourenço de Riba Pinhão; e Torre do Pinhão — do concelho de Alijó para o concelho de Sabrosa.

Por Lei de 24 de agosto de 1861, foram transferidas para o concelho de Alijó as localidades do concelho de Sabrosa situadas na margem esquerda do Rio Pinhão.

Pelo Decreto-Lei n.º 23057 de 26 de setembro de 1933, foi criada a freguesia de Pinhão, separada da freguesia de Casal de Loivos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alijó passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alijó passou a fazer parte da região do Norte sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alijó passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alijó passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Alijó englobava 19 freguesias: Alijó; Amieiro; Carlão; Casal de Loivos; Castedo; Cotas; Favaios; Pegarinhos; Pinhão; Pópulo; Ribalonga; Sanfins do Douro; Santa Eugénia; São Mamede de Riba Tua; Vale de Mendiz; Vila Chã; Vila Verde; Vilar de Maçada; e Vilarinho de Cotas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alijó passou a englobar 14 freguesias: Alijó; Favaios; Pegarinhos; Pinhão; Sanfins do Douro; Santa Eugénia; São Mamede de Riba Tua; Vila Chã; Vila Verde; Vilar de Maçada; União das Freguesias de Castedo e Cotas; União das Freguesias de Carlão e Amieiro; União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga; e União das Freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alijó passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Aljezur

Em meados da década de 1830, o concelho de Aljezur englobava 2 freguesias, 1 com sede em Aljezur e 1 — Odeceixe — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aljezur passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

O concelho de Aljezur foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aljezur; e Odeceixe — integradas no concelho de Monchique.

O concelho de Aljezur foi restaurado por Lei de 27 de setembro de 1837, englobando 2 freguesias — Aljezur; e Odeceixe — separadas do concelho de Monchique.

O concelho de Aljezur foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aljezur; e Odeceixe — integradas no concelho de Lagos.

O concelho de Aljezur foi restaurado por Lei de 10 de setembro de 1861, englobando 3 freguesias — Aljezur; Bordeira; e Odeceixe — separadas do concelho de Lagos.

O concelho de Aljezur foi extinto por Decreto de 14 de agosto de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aljezur; Bordeira; e Odeceixe — integradas no concelho de Lagos.

O concelho de Aljezur foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias separadas:

- 2 — Aljezur; e Bordeira — do concelho de Lagos;

- 1 — Odeceixe — do concelho de Odemira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Aljezur passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Aljezur passou a fazer parte da região Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Aljezur passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 51-D/93 de 9 de julho de 1993, foi criada a freguesia de Rogil, separada da freguesia de Aljezur.

O concelho de Aljezur engloba hoje 4 freguesias: Aljezur; Bordeira; Odeceixe; e Rogil.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Aljezur passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Aljubarrota

Em meados da década de 1830, o concelho de Aljubarrota englobava 2 freguesias — Prazeres; e São Vicente — ambas com sede em Aljubarrota.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aljubarrota passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Aljubarrota foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Prazeres; e São Vicente — integradas no concelho de Alcobaça.

Aljustrel

Em meados da década de 1830, o concelho de Aljustrel englobava 2 freguesias, 1 com sede em Aljustrel e 1 — São João de Negrilhos — com sede no termo.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aljustrel passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Aljustrel 1 freguesia — Ervidel — do concelho de Beja.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Messejana sendo 3 das freguesias que o compunham — Alvalade; Messejana; e Ribeira do Roxo — integradas no concelho de Aljustrel.

Entre 1855 e 1864, a freguesia de Ribeira do Roxo foi integrada na freguesia de Alvalade.

Por Decreto de 18 de abril de 1871, foi transferida 1 freguesia — Alvalade — do concelho de Aljustrel para o concelho de Santiago do Cacém.

O concelho de Aljustrel foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Aljustrel; e Ervidel — no concelho de Beja;

- 1 — Messejana — no concelho de Castro Verde;
- 1 — São João de Negrilhos — no concelho de Ferreira do Alentejo.

O concelho de Aljustrel foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias separadas:

- 2 — Aljustrel; e Ervidel — do concelho de Beja;
- 1 — Messejana — do concelho de Castro Verde;
- 1 — São João de Negrilhos — do concelho de Ferreira do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Aljustrel passou a fazer parte da província do Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Aljustrel passou a fazer parte da região Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Aljustrel passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 129/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Rio de Moinhos, separada da freguesia de Aljustrel.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Aljustrel passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Aljustrel englobava 5 freguesias: Aljustrel; Ervidel; Messejana; Rio de Moinhos; e São João de Negrilhos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Aljustrel passou a englobar 4 freguesias: Ervidel; Messejana; São João de Negrilhos; e União das Freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Aljustrel passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Almada

Em meados da década de 1830, o concelho de Almada englobava 7 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Tiago — com sede em Almada e 5 — Aldeia de Paio Pires; Amora; Arrentela; Caparica; e Seixal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Almada passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi criado o concelho do Seixal, englobando 4 freguesias — Aldeia de Paio Pires; Amora; Arrentela; e Seixal — separadas do concelho de Almada.

Por Decreto de 30 de outubro de 1841, a freguesia de Santa Maria de Almada foi integrada na freguesia de São Tiago de Almada.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho do Seixal, sendo 1 das freguesias que o compunham — Amora — integrada no concelho de Almada.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho do Seixal, englobando 1 freguesia — Amora — separada do concelho de Almada.

Pelo Decreto n.º 12432 de 7 de outubro de 1926, foi criada a freguesia da Trafaria, separada da freguesia da Caparica.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Almada passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto n.º 15004 de 7 de fevereiro de 1928, foi criada a freguesia da Cova da Piedade, separada da freguesia de Almada.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Almada passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37301 de 12 de fevereiro de 1939, foi criada a freguesia de Costa da Caparica, separada da freguesia da Trafaria.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Almada passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Almada passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 86/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Cacilhas, separada da freguesia de Almada.

Pela Lei n.º 123/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia do Pragal, separada da freguesia de Almada.

Pela Lei n.º 124/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Sobreda, separada da freguesia da Caparica.

Pela Lei n.º 125/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Charneca da Caparica, separada da freguesia da Caparica.

Pela Lei n.º 126/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Laranjeiro, separada da freguesia da Cova da Piedade.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Almada passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

Pela Lei n.º 17-B/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Feijó, separada da freguesia de Laranjeiro.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Almada englobava 11 freguesias: Almada; Cacilhas; Caparica; Charneca de Caparica; Costa da Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda; e Trafaria.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Almada passou a englobar 5 freguesias: Costa da Caparica; União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; União das

Freguesias de Caparica e Trafaria; União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda; e União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Almada passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Almeida

Em meados da década de 1830, o concelho de Almeida englobava 4 freguesias, 1 com sede em Almeida e 3 — Junça; Vale da Coelhoa; e Vale de la Mula — com sede no termo.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Almeida passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Castelo Bom, sendo as 5 freguesias que o compunham — Castelo Bom; Freineda; Naves; São Pedro de Rio Seco; e Vilar Formoso — integradas no concelho de Almeida;

- foi extinto o concelho de Castelo Mendo, sendo 9 das freguesias que o compunham — Ade; Aldeia Nova; Cabreira; Castelo Mendo; Leomil; Mesquitela; Mido; Monte Perobolço; e Senouras — integradas no concelho de Almeida;

- foi transferida para o concelho de Almeida 1 freguesia — Malpartida — do concelho de Castelo Rodrigo;

- foi extinto o concelho de Cinco Vilas, sendo a freguesia que o compunha — Cinco Vilas — integrada no concelho de Almeida;

- foi extinto o concelho de Reigada, sendo a freguesia que o compunha — Reigada — integrada no concelho de Almeida.

Por Lei de 2 de janeiro de 1838, foi restaurado o concelho de Castelo Mendo, englobando 9 freguesias — Ade; Aldeia Nova; Cabreira; Castelo Mendo; Leomil; Mesquitela; Mido; Monte Perobolço; e Senouras — separadas do concelho de Almeida.

Por Decreto de 7 de dezembro de 1870, foram transferidas para o concelho de Almeida 13 freguesias — Ade; Aldeia Nova; Amoreira; Azinhal; Cabreira; Castelo Mendo; Freixo; Leomil; Mesquitela; Mido; Monte Perobolço; Peva; e Senouras — do concelho do Sabugal.

Por Lei de 1 de março de 1883, foram transferidas para o concelho de Almeida 2 freguesias — Malhada Sorda; e Nave de Haver — do concelho do Sabugal.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foi transferida para o concelho de Almeida 1 freguesia — Vale Verde — do concelho de Pinhel;

- foram transferidas para o concelho de Almeida 3 freguesias — Miuzela; Parada; e Porto de Ovelha — do concelho do Sabugal;

- foram transferidas 2 freguesias — Cinco Vilas; e Reigada — do concelho de Almeida para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Almeida passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Almeida passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Almeida passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Almeida passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Almeida englobava 29 freguesias: Ade; Aldeia Nova; Almeida; Amoreira; Azinhal; Cabreira; Castelo Bom; Castelo Mendo; Freineda; Freixo; Junça; Leomil; Malhada Sorda; Malpartida; Mesquitela; Mido; Miuzela; Monte Perobolço; Nave de Haver; Naves; Parada; Peva; Porto de Ovelha; São Pedro de Rio Seco; Senouras; Vale da Coelha; Vale da Mula; Vale Verde; e Vilar Formoso.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Almeida passou a englobar 16 freguesias: Almeida; Castelo Bom; Freineda; Freixo; Malhada Sorda; Nave de Haver; São Pedro de Rio Seco; Vale da Mula; Vilar Formoso; União das Freguesias de Malpartida e Vale da Coelha; União das Freguesias de Azinhal, Peva e Vale Verde; União das Freguesias de Junça e Naves; União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova; União das Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira; União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monte Perobolço e Mesquitela; e União das Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Almeida passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Almeirim

Em meados da década de 1830, o concelho de Almeirim englobava 1 freguesia — Almeirim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Almeirim passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Muge, sendo a freguesia que o compunha — Muge — integrada no concelho de Almeirim;

- foram transferidas para o concelho de Almeirim 3 freguesias — Alpiarça; Benfica do Ribatejo; e Raposa — do concelho de Santarém.

Por Lei de 28 de abril de 1837, foi restaurado o concelho de Salvaterra de Magos, englobando 1 freguesia — Muge — separada do concelho de Almeirim.

Pela Lei n.º 129 de 2 de abril de 1914, foi criado o concelho de Alpiarça, englobando 1 freguesia — Alpiarça — separada do concelho de Almeirim.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Almeirim passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 40812 de 19 de outubro de 1956, foi criada a freguesia de Fazendas de Almeirim, separada das freguesias de Almeirim e Raposa.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Almeirim passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Almeirim passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Almeirim passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

O concelho de Almeirim engloba hoje 4 freguesias: Almeirim; Benfica do Ribatejo; Fazendas de Almeirim; e Raposa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Almeirim passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Almendra — Almendra e Castelo Melhor

Em meados da década de 1830, o concelho de Almendra, também denominado Almendra e Castelo Melhor, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Almendra e 1 — Castelo Melhor — com sede no termo.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Almendra e Castelo Melhor passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Almendra e Castelo Melhor 2 freguesias — Algodres; e Vilar de Amargo — do concelho de Castelo Rodrigo.

O concelho de Almendra e Castelo Melhor foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Algodres; e Vilar Amargo — no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- 2 — Almendra; e Castelo Melhor — no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Almodôvar

Em meados da década de 1830, o concelho de Almodôvar englobava 5 freguesias, 1 Almodôvar e 4 — Rosário; Santa Clara-a-Nova; Santa Cruz; e São Barnabé — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Almodôvar passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Almodôvar 1 freguesia — São Pedro de Solis — do concelho de Mértola;

- foi extinto o concelho de Padrões sendo 1 das freguesias que o compunham — Senhora da Graça de Padrões — integrada no concelho de Almodôvar.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Almodôvar 1 freguesia — Gomes Aires — do concelho de Ourique.

Por Decreto de 19 de maio de 1877, foi transferida 1 freguesia — São Pedro de Solis — do concelho de Almodôvar para o concelho de Mértola.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Almodôvar passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Almodôvar passou a fazer parte da região do Sul sub-região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Almodôvar passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 92/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Aldeia dos Fernandes, separada das freguesias de Almodôvar e Gomes Aires.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Almodôvar passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Almodôvar englobava 8 freguesias: Aldeia dos Fernandes; Almodôvar; Gomes Aires; Rosário; Santa Clara-a-Nova; Santa Cruz; São Barnabé; e Senhora da Graça de Padrões.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Almodôvar passou a englobar 6 freguesias: Aldeia dos Fernandes; Rosário; Santa Cruz; São Barnabé; União das Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões; e União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Almodôvar passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Alpalhão

Em meados da década de 1830, o concelho de Alpalhão englobava 1 freguesia — Alpalhão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alpalhão passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Gáfete sendo a freguesia que o compunha — Gáfete — integrada no concelho de Alpalhão;

- foi extinto o concelho de Tolosa sendo a freguesia que o compunha — Tolosa — integrada no concelho de Alpalhão.

O concelho de Alpalhão foi extinto por Decreto de 3 de agosto de 1853, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Gáfete — no concelho do Crato;
- 2 — Alpalhão; e Tolosa — no concelho de Nisa.

Alpedrinha

Em meados da década de 1830, o concelho de Alpedrinha englobava 2 freguesias, 1 com sede em Alpedrinha e 1 — Vale de Prazeres — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alpedrinha passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Atalaia do Campo, sendo a freguesia que o compunha — Atalaia do Campo — integrada no concelho de Alpedrinha.

- foi extinto o concelho de Castelo Novo, sendo as 6 freguesias que o compunham — Castelo Novo; Lardosa; Orca; Póvoa de Atalaia; Soalheira; e Zebras — integradas no concelho de Alpedrinha.

Por Decreto de 15 de outubro de 1841, a freguesia de Zebras foi anexada à freguesia de Orca.

O concelho de Alpedrinha foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Lardosa — no concelho de Castelo Branco;
- 7 — Alpedrinha; Atalaia do Campo; Castelo Novo; Orca e Zebras; Póvoa de Atalaia; Soalheira; e Vale de Prazeres — no concelho do Fundão.

Alpedriz

Em meados da década de 1830, o concelho de Alpedriz englobava 1 freguesia — Alpedriz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alpedriz passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Alpedriz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alpedriz — integrada no concelho de Alcobaça.

Alpiarça

O concelho de Alpiarça foi criado pela Lei n.º 129 de 2 de abril de 1914, englobando 1 freguesia — Alpiarça — separada do concelho de Almeirim.

Pela mesma Lei n.º 129 de 2 de abril de 1914, o concelho de Alpiarça passou a pertencer ao distrito de Santarém.

Pelo Decreto n.º 5629 de 21 de abril de 1919, foi transferida para o concelho de Alpiarça 1 freguesia — Vale de Cavalos — do concelho da Chamusca.

Pelo Decreto n.º 12257 de 2 de setembro de 1926, foi transferida 1 freguesia — Vale de Cavalos — do concelho de Alpiarça para o concelho da Chamusca.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alpiarça passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alpiarça passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alpiarça passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alpiarça passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

O concelho de Alpiarça engloba hoje 1 freguesia: Alpiarça.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alpiarça passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Alportel

Ver São Brás de Alportel.

Alter do Chão

Em meados da década de 1830, o concelho de Alter do Chão englobava 2 freguesias, 1 com sede em Alter do Chão — e 1 — Reguengo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alter do Chão passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alter Pedroso, sendo a freguesia que o compunha — Alter Pedroso — integrada no concelho de Alter do Chão;

- foi extinto o concelho de Cabeço de Vide, sendo a freguesia que o compunha — Cabeço de Vide — integrada no concelho de Alter do Chão;

- foi extinto o concelho de Chancelaria, sendo a freguesia que a compunha — Chancelaria — integrada no concelho de Alter do Chão;

- foi extinto o concelho de Seda, sendo 2 das freguesias que o compunham — Sarrazola; e Seda — integradas no concelho de Alter do Chão.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Cabeço de Vide, englobando 2 freguesias — Alter Pedroso; e Cabeço de Vide — separada do concelho de Alter do Chão.

Por Decreto de 27 de outubro de 1841:

- a freguesia de Reguengo foi integrada na freguesia de Alter do Chão;

- a freguesia de Sarrazola foi integrada na freguesia de Seda.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Cabeço de Vide, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alter Pedroso; e Cabeço de Vide — integradas no concelho de Alter do Chão.

Pelo Decreto n.º 22009 de 21 de dezembro de 1932, foi transferida 1 freguesia — Cabeço de Vide — do concelho de Alter do Chão para o concelho de Fronteira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Alter Pedroso foi integrada na freguesia de Alter do Chão;
- o concelho de Alter do Chão passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alter do Chão passou a fazer parte da região do Sul sub-região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 148/76 de 20 de fevereiro de 1976, foi criada a freguesia de Cunheira, separada da freguesia de Chancelaria.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alter do Chão passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alter do Chão passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

O concelho de Alter do Chão engloba hoje 4 freguesias: Alter do Chão; Chancelaria; Cunheira; e Seda.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alter do Chão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Alter Pedroso

Em meados da década de 1830, o concelho de Alter Pedroso englobava 1 freguesia — Alter Pedroso.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alter Pedroso passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Alter Pedroso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alter Pedroso — integrada no concelho de Alter do Chão.

Alva

Em meados da década de 1830, o concelho de Alva englobava 3 freguesias, 1 com sede em Alva e 2 — Mamouros; e Pepim — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alva passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Alva foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Alva; e Mamouros — no concelho de Mões;
- 1 — Pepim — no concelho de Sul.

Alvaiázere

Em meados da década de 1830, o concelho de Alvaiázere englobava 3 freguesias, 1 com sede em Alvaiázere e 2 — Pelmá; e Rego da Murta — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alvaiázere passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Alvaiázere 1 freguesia — Almoester — do concelho de Coimbra;

- foi extinto o concelho de Maçãs de Caminho, sendo a freguesia que o compunha — Maçãs de Caminho — integrada no concelho de Alvaiázere;

- foi transferida 1 freguesia — Rego da Murta — do concelho de Alvaiázere para o concelho de Cabaços.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi extinto o concelho de Cabaços sendo 2 das freguesias que o compunham — Pussos; e Rego da Murta — integradas no concelho de Alvaiázere.

O concelho de Alvaiázere foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Almoester; Alvaiázere; e Maçãs de Caminho — no concelho de Ansião;

- 2 — Pussos; e Rego da Murta — no concelho de Ferreira do Zêzere;

- 1 — Pelmá — no concelho de Vila Nova de Ourém.

O concelho de Alvaiázere foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 7 freguesias separadas:

- 4 — Almoester; Alvaiázere; Maçãs de Caminho; e Maçãs de Dona Maria — do concelho de Ansião;

- 2 — Pussos; e Rego da Murta — do concelho de Ferreira do Zêzere;

- 1 — Pelmá — do concelho de Vila Nova de Ourém.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Alvaiázere passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Alvaiázere passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Alvaiázere passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Alvaiázere passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Alvaiázere englobava 7 freguesias: Almoester; Alvaiázere; Maçãs de Caminho; Maçãs de Dona Maria; Pelmá; Pussos; e Rego da Murta.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Alvaiázere passou a englobar 5 freguesias: Almoester; Alvaiázere (criada por fusão das freguesias de Maçãs de Caminho e

Alvaiázere); Maçãs de Dona Maria; Pelmá; e Pussos São Pedro (criada por fusão das freguesias de Rego da Murta e Pussos).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Alvaiázere passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Alvalade

Em meados da década de 1830, o concelho de Alvalade englobava 2 freguesias, 1 com sede em Alvalade e 1 — Ribeira do Roxo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alvalade passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Alvalade foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alvalade; e Ribeira do Roxo — integradas no concelho de Messejana.

Alvarenga

Em meados da década de 1830, o concelho de Alvarenga englobava 4 freguesias, 1 com sede em Alvarenga e 3 — Canelas; Espiunca; e Janarde — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alvarenga passou a pertencer ao distrito de Lamego então criado.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835, o concelho de Alvarenga foi transferido do distrito de Lamego para o distrito de Aveiro.

O concelho de Alvarenga foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Alvarenga; Canelas; Espiunca; e Janarde — integradas no concelho de Arouca.

Álvares

Em meados da década de 1830, o concelho de Álvares englobava 2 freguesias, 1 com sede em Álvares e 1 — Portela do Fojo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Álvares passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Álvares foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Álvares; e Portela do Fojo — integrada no concelho de Pampilhosa da Serra.

O concelho de Álvares foi restaurado por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 2 freguesias — Álvares; e Portela do Fojo — separadas do concelho de Pampilhosa da Serra.

O concelho de Álvares foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Álvares — no concelho de Góis;

- 1 — Portela do Fojo — no concelho de Pampilhosa da Serra.

Álvaro

Em meados da década de 1830, o concelho de Álvaro englobava 4 freguesias, 1 com sede em Álvaro e 3 — Amieira; Madeirã; e Sobral — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Álvaro passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Álvaro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Álvaro; Amieira; Madeirã; e Sobral — integradas no concelho de Oleiros.

Alverca da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Alverca da Beira englobava 1 freguesia — Alverca da Beira.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alverca da Beira passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Alverca da Beira 1 freguesia — Ervas Tenras — do concelho de Pinhel;

- foram transferidas para o concelho de Alverca da Beira 4 freguesias — Avelãs da Ribeira; Bouça Cova; Cerejo; e Vila Franca das Naves — do concelho de Trancoso.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foi transferida para o concelho de Alverca da Beira 1 freguesia — Freixedas — do concelho de Pinhel;

- foi transferida 1 freguesia — Vila Franca das Naves — do concelho de Alverca da Beira para o concelho de Trancoso.

O concelho de Alverca da Beira foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 6 freguesias que o compunham — Alverca da Beira; Avelãs da Ribeira; Bouça Cova; Cerejo; Ervas Tenras; e Freixedas — integradas no concelho de Pinhel.

Alverca do Ribatejo

Em meados da década de 1830, o concelho de Alverca do Ribatejo englobava 1 freguesia — Alverca do Ribatejo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alverca do Ribatejo passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Alverca do Ribatejo 1 freguesia — Santa Iria de Azoia — do concelho de Lisboa.

O concelho de Alverca do Ribatejo foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alverca do Ribatejo; e Santa Iria de Azoia — integradas no concelho de Vila Franca de Xira.

Alvito

Em meados da década de 1830, o concelho do Alvito englobava 1 freguesia — Alvito.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Alvito passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Água de Peixes, sendo a localidade que o compunha — Água de Peixes — integrada no concelho do Alvito;
- foi extinto o concelho de Torrão, sendo 2 das freguesias que o compunham — Odivelas; e Torrão — integradas no concelho do Alvito;
- foi extinto o concelho de Vila Nova da Baronía, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova da Baronía — integrada no concelho do Alvito.

Por Decreto de 3 de abril de 1871, foi transferida 1 freguesia — Torrão — do concelho do Alvito para o concelho de Alcácer do Sal.

Por Decreto de 17 de outubro de 1876, foi transferida 1 freguesia — Odivelas — do concelho do Alvito para o concelho de Ferreira do Alentejo.

O concelho do Alvito foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alvito; e Vila Nova da Baronía — integradas no concelho de Cuba.

O concelho do Alvito foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 2 freguesias — Alvito; e Vila Nova da Baronía — separadas do concelho de Cuba.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Alvito passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Alvito passou a fazer parte da região do Sul sub-região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Alvito passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Alvito passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

O concelho do Alvito engloba hoje 2 freguesias: Alvito; e Vila Nova da Baronía.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Alvito passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Alvoco da Serra

Em meados da década de 1830, o concelho de Alvoco da Serra englobava 1 freguesia — Alvoco da Serra.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alvoco da Serra passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Alvoco da Serra foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alvoco da Serra — integrada no concelho de Loriga.

Alvor

Em meados da década de 1830, o concelho de Alvor englobava 1 freguesia — Alvor.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alvor passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

O concelho de Alvor foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alvor — integrada no concelho de Vila Nova de Portimão.

Alvorninha

Em meados da década de 1830, o concelho de Alvorninha englobava 1 freguesia — Alvorninha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Alvorninha passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Alvorninha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Alvorninha — integrada no concelho de Caldas da Raínha.

Amadora

O concelho da Amadora foi criado pela Lei n.º 45/79 de 11 de setembro de 1979, englobando 1 freguesia — Amadora — separada do concelho de Oeiras.

Pela mesma Lei n.º 45/79 de 11 de setembro de 1979, o concelho da Amadora passou a pertencer ao distrito de Lisboa.

Ainda pela mesma Lei n.º 45/79 de 11 de setembro de 1979, a freguesia da Amadora foi dividida em 8 freguesias: Alfragide; Brandoa; Buraca; Damaia; Falagueira–Venda Nova; Mina; Reboleira; e Venteira.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Amadora passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Amadora passou a fazer parte da sub-região da Grande Lisboa.

Pela Lei n.º 37/97 de 12 de julho de 1997:

- foram separadas as freguesias da Falagueira e da Venda Nova;

- foi criada a freguesia de Alfoanelos, separada da freguesia da Brandoa;
- foi criada a freguesia de São Brás, separada da freguesia da Mina.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho da Amadora englobava 11 freguesias: Alfoanelos; Alfragide; Brandoa; Buraca; Damaia; Falagueira; Mina; Reboleira; São Brás; Venda Nova; e Venteira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Amadora passou a englobar 6 freguesias: Águas Livres (criada a partir da freguesia da Damaia e de partes das freguesias da Buraca e da Reboleira); Alfragide (que incorporou parte da freguesia da Buraca); Encosta do Sol (criada por fusão das freguesias da Brandoa e de Alfoanelos); Falagueira–Venda Nova (criada por fusão das freguesias da Falagueira e da Venda Nova); Mina de Água (criada por fusão das freguesias da Mina e de São Brás); e Venteira (que incorporou parte da freguesia da Reboleira).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Amadora passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Amarante

Em meados da década de 1830, o concelho de Amarante englobava 1 freguesia — Amarante.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Amarante passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aboim e Codeçoso, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aboim; e Codeçoso — integradas no concelho de Amarante;

- foram transferidas para o concelho de Amarante 11 freguesias — Arnoia; Borba de Godim; Chapa; Freixo de Baixo; Freixo de Cima; Gatão; Gémeos; Macieira da Lixa; Moreira do Castelo; Santa Tecla de Basto; e Vila Garcia — do concelho de Celorico de Basto;

- foi extinto o concelho de Felgueiras, sendo 1 das freguesias que o compunham — Vila Cova da Lixa — integrada no concelho de Amarante;

- foi extinto o concelho de Gestaçõ, sendo as 13 freguesias que o compunham — Ansiães; Bustelo; Candemil; Carneiro; Carvalho de Rei; Gondar; Jazente; Lufrei; Madalena; Padronelo; Sanche; Várzea; e Vila Chã do Marão — integradas no concelho de Amarante;

- foi extinto o concelho de Gouveia, sendo 3 das freguesias que o compunham — Cepelos; Lomba; Salvador do Monte — integradas no concelho de Amarante;

- foi extinto o concelho de Ovelha do Marão, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aboadela; e Canadelo — integradas no concelho de Amarante;

- foram transferidas para o concelho de Amarante 3 freguesias — Fregim; Louredo; e São Veríssimo — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

Por Lei de 17 de abril de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Fregim; e Louredo — do concelho de Amarante para o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas 6 freguesias — Aboim; Arnóia; Codeçoso; Gémeos; Moreira do Castelo; e Santa Tecla de Basto — do concelho de Amarante para o concelho de Celorico de Basto.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Felgueiras, englobando 1 freguesia — Vila Cova da Lixa — separada do concelho de Amarante.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho de Amarante 1 freguesia — Telões — do concelho de Cabeceiras de Basto.

Por Lei de 22 de dezembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Borba de Godim — do concelho de Amarante para o concelho de Felgueiras.

Entre 1841 e 1849, foi criada a freguesia de Fridão, separada da freguesia de Lufrei.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Amarante 2 freguesias — Aboim; e Rebordelo — do concelho de Celorico de Basto;

- foi transferida para o concelho de Amarante 1 freguesia — São Simão de Gouveia — do concelho de Marco de Canaveses;

- foram transferidas para o concelho de Amarante 2 freguesias — Fregim; e Louredo — do concelho de Santa Cruz de Ribã Tâmega;

- foi transferida 1 freguesia — Macieira da Lixa — do concelho de Amarante para o concelho de Felgueiras.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Santa Cruz de Ribã Tâmega, sendo 9 das freguesias que o compunham — Ataíde; Santa Cristina de Figueiró; Santiago de Figueiró; Mancelos; Oliveira; Passinhos; Real; Travanca; e Vila Caiz — integradas no concelho de Amarante.

Pelo Decreto-Lei n.º 23501 de 25 de janeiro de 1934, foi criada a freguesia de Olo, separada da freguesia de Sanche.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Passinhos foi integrada na freguesia de Vila Caiz;
- a freguesia de São Veríssimo de Amarante foi integrada na freguesia de São Gonçalo de Amarante;

- o concelho de Amarante passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Amarante passou a fazer parte da região do Norte sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Amarante passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Amarante passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Amarante englobava 40 freguesias: Aboadela; Aboim; Amarante (São Gonçalo); Ansiães; Ataíde; Bustelo; Canadelo; Candemil; Carneiro; Carvalho de Rei;

Cepelos; Chapa; Figueiró (Santa Cristina); Figueiró (Santiago); Fregim; Freixo de Baixo; Freixo de Cima; Fridão; Gatão; Gondar; Gouveia (São Simão); Jazente; Lomba; Louredo; Lufrei; Madalena; Mancelos; Oliveira; Olo; Padronelo; Real; Rebordelo; Salvador do Monte; Sanche; Telões; Travanca; Várzea; Vila Caiz; Vila Chã do Marão; e Vila Garcia.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Amarante passou a englobar 26 freguesias: Ansiães; Candemil; Fregim; Fridão; Gondar; Gouveia (São Simão); Jazente; Lomba; Louredo; Lufrei; Mancelos; Padronelo; Rebordelo; Salvador do Monte; Telões; Travanca; Vila Caiz; Vila Chã do Marão; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina); União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo; União das Freguesias de Olo e Canadelo; União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira; e União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Amarante passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Amares

Em meados da década de 1830, o concelho de Amares englobava 12 freguesias, 1 com sede em Amares e 11 — Besteiros; Caires; Caldelas; Carrazedo; Dornelas; Ferreiros; Figueiredo; Fiscal; Prozelos; Sequeiros; e Torre — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Amares passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho do Bouro, sendo a freguesia que o compunha — Santa Maria do Bouro — integrada no concelho de Amares;
- foi extinto o concelho de Paredes Secas, sendo a freguesia que o compunha — Paredes Secas — integrada no concelho de Amares;
- foi extinto o concelho de Rendufe, sendo as 4 freguesias que o compunham — Barreiros; Bico; Lago; e Rendufe — integradas no concelho de Amares;
- foi extinto o concelho de Santa Marta do Bouro, sendo 4 das freguesias que o compunham — Goães; Santa Marta do Bouro; Seramil; e Vilela — integradas no concelho de Amares;
- foram transferidas 4 freguesias — Caldelas; Fiscal; Sequeiros; e Torre — do concelho de Amares para o concelho de Pico de Regalados.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Santa Marta do Bouro, englobando 6 freguesias — Dornelas; Goães; Paredes Secas; Santa Marta do Bouro; Seramil; e Vilela — separadas do concelho de Amares.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram transferidas para o concelho de Amares 6 freguesias — Caldelas; Fiscal; Paranhos; Portela; Sequeiros; e Torre — do concelho de Pico de Regalados.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida 1 freguesia — Santa Maria do Bouro — do concelho de Amares para o concelho de Santa Marta do Bouro.

Por decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Santa Marta do Bouro, sendo 5 das freguesias que o compunham — Dornelas; Goães; Paredes Secas; Santa Marta do Bouro; e Vilela — integradas no concelho de Amares.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram transferidas para o concelho de Amares 2 freguesias — Santa Maria do Bouro; e Seramil — do concelho de Terras de Bouro.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto o concelho de Terras de Bouro, sendo 11 das freguesias que o compunham — Balança; Campo do Gerês; Carvalheira; Chamoim; Choreense; Covide; Moimenta; Monte; Ribeira; Souto; e Vilar — integradas no concelho de Amares.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Terras de Bouro, englobando 11 freguesias — Balança; Campo do Gerês; Carvalheira; Chamoim; Choreense; Covide; Moimenta; Monte; Ribeira; Souto; e Vilar — separadas do concelho de Amares.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Amares passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Amares passou a fazer parte da região do Norte sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Amares passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Amares passou a fazer parte da sub-região do Cávado.

No início de 2013, o concelho de Amares englobava 24 freguesias: Amares; Barreiros; Besteiros; Bico; Bouro (Santa Maria); Bouro (Santa Marta); Caires; Caldelas; Carrazedo; Dornelas; Ferreiros; Figueiredo; Fiscal; Goães; Lago; Paranhos; Paredes Secas; Portela; Prozelo; Rendufe; Sequeiros; Seramil; Torre; e Vilela.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Amares passou a englobar 16 freguesias: Barreiros; Bico; Bouro (Santa Maria); Bouro (Santa Marta); Caires; Carrazedo; Dornelas; Fiscal; Goães; Lago; Rendufe; União das Freguesias de Amares e Figueiredo; União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos; União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros; União das Freguesias de Torre e Portela; e União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Amares passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Amêndoa

Em meados da década de 1830, o concelho de Amêndoa englobava 1 freguesia — Amêndoa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Amêndoa passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Amêndoa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Amêndoa — integrada no concelho de Vila de Rei.

Amieira

Em meados da década de 1830, o concelho da Amieira englobava 1 freguesia — Amieira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Amieira passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho da Amieira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Amieira — integrada no concelho de Gavião.

Anadia

Em meados da década de 1830, o concelho da Anadia englobava a localidade da Anadia, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Arcos.

O concelho da Anadia foi extinto por Decreto de 7 de agosto de 1835, sendo a localidade que o compunha — Anadia — integrada no concelho de Avelãs de Cima.

O concelho da Anadia foi restaurado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 5 freguesias separadas:

- 1 — Avelãs de Caminho — do concelho de Avelãs de Caminho então extinto;
- 2 — Arcos; e Avelãs de Cima — do concelho de Avelãs de Cima então extinto;
- 1 — Moita — do concelho de Ferreiros então extinto;
- 1 — Mogofores — do concelho de Mogofores então extinto.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida para o concelho da Anadia 1 freguesia — Vila Nova de Monsarros — do concelho da Mealhada.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de São Lourenço do Bairro, sendo 5 das freguesias que o compunham — Ancas; Óis do Bairro; Sangalhos; São Lourenço do Bairro; e Vilarinho do Bairro — integradas no concelho da Anadia;

- foi transferida para o concelho de Anadia 1 freguesia — Tamengos — do concelho de Mealhada.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Oliveira do Bairro, sendo 3 das freguesias que o compunham — Mamarrosa; Oliveira do Bairro; e Troviscal — integradas no concelho de Anadia.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Oliveira do Bairro, englobando 3 freguesias — Mamarrosa; Oliveira do Bairro; e Troviscal — separadas do concelho de Anadia.

Pelo Decreto n.º 15224 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Amoreira da Gândara, separada da freguesia de Sangalhos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Anadia passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Anadia passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Anadia passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 131/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Paredes do Bairro, separada da freguesia de São Lourenço do Bairro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Anadia passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

Pela Lei n.º 84/89 de 30 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Ó de Aguim, separada da freguesia de Tamengos.

Pela Lei n.º 17-N/93 de 11 de junho de 1993, a freguesia de Nossa Senhora do Ó de Aguim passou a denominar-se Aguim.

No início de 2013, o concelho da Anadia englobava 15 freguesias: Aguim; Amoreira da Gândara; Ancas; Arcos; Avelãs de Caminho; Avelãs de Cima; Mogofores; Moita; Óis do Bairro; Paredes do Bairro; Sangalhos; São Lourenço do Bairro; Tamengos; Vila Nova de Monsarros; e Vilarinho do Bairro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Anadia passou a englobar 10 freguesias: Avelãs de Caminho; Avelãs de Cima; Moita; Sangalhos; São Lourenço do Bairro; Vila Nova de Monsarros; Vilarinho do Bairro; União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; União das Freguesias de Arcos e Mogofores; e União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Anadia passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ançã

Em meados da década de 1830, o concelho de Ançã englobava 6 freguesias, 1 com sede em Ançã e 5 — Barcouço; Cioga do Campo; Portunhos; São Facundo; Vil de Matos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ançã passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas 2 freguesias — Cioga do Campo; e São Facundo — do concelho de Ançã para o concelho de Coimbra.

O concelho de Ançã foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Ançã; Portunhos; e Vil de Matos — no concelho de Cantanhede;
- 1 — Barcouço — no concelho da Mealhada.

Ancede

Em meados da década de 1830, o concelho de Ancede englobava 1 freguesia — Ancede.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ancede passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Ancede foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ancede — integrada no concelho de Baião.

Angeja

Em meados da década de 1830, o concelho de Angeja englobava 1 freguesia — Angeja.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Angeja passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Angeja 2 freguesias — Canelas; e Fermelã — do concelho da Bemposta;

- foi extinto o concelho de Frossos, sendo a freguesia que o compunha — Frossos — integrada no concelho de Angeja.

O concelho de Angeja foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Angeja; e Frossos — no concelho de Albergaria-a-Velha;
- 2 — Canelas; e Fermelã — no concelho de Estarreja.

Ansião

Em meados da década de 1830, o concelho de Ansião englobava 1 freguesia — Ansião.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ansião passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Ansião foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ansião — integrada no concelho de Chão de Couce.

O concelho de Ansião foi restaurado e integrado no distrito de Leiria por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 4 freguesias separadas:

- 1 — Ansião — do concelho de Chão de Couce;
- 2 — Lagarteira; e Torre de Vale de Todos — do concelho de Penela;
- 1 — Santiago da Guarda — do concelho de Rabaçal.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Ansião 1 freguesia — Alvorge e Ateanha — do concelho de Soure.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Alvaiázere, sendo 3 das freguesias que o compunham — Almoester; Alvaiázere; e Maças de Caminho — integradas no concelho de Ansião;

- foram transferidas para o concelho de Ansião 4 freguesias — Avelar; Chão de Couce; Maçãs de Dona Maria; e Pousaflores — do concelho de Figueiró dos Vinhos;

- foi transferida para o concelho de Ansião 1 freguesia — Pombalinho — do concelho de Soure. Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Alvaiázere, englobando 4 freguesias — Almoester; Alvaiázere; Maçãs de Caminho; e Maçãs de Dona Maria — separadas do concelho de Ansião;

- foi transferida 1 freguesia — Pombalinho — do concelho de Ansião para o concelho de Soure.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ansião passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ansião passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ansião passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ansião passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Ansião englobava 8 freguesias: Alvorge; Ansião; Avelar; Chão de Couce; Lagarteira; Pousaflores; Santiago da Guarda; e Torre de Vale de Todos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ansião passou a englobar 6 freguesias: Alvorge; Avelar; Chão de Couce; Pousaflores; Santiago da Guarda; e Ansião (criada por fusão das freguesias de Ansião, Lagarteira e Torre de Vale de Todos).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ansião passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Apúlia

Em meados da década de 1830, o concelho da Apúlia englobava 1 freguesia — Apúlia.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Apúlia passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Apúlia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Apúlia — integrada no concelho de Esposende.

Aradas

Em meados da década de 1830, o concelho de Aradas englobava 1 freguesia — Aradas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aradas passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Aradas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Aradas — integrada no concelho de Aveiro.

Arazede — Arazede do Bispo

Em meados da década de 1830, o concelho de Arazede, também denominado Arazede do Bispo, englobava 1 freguesia — Arazede.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arazede do Bispo passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Arazede do Bispo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Arazede — integrada no concelho de Cadima.

Arcos

Em meados da década de 1830, o concelho de Arcos englobava 1 freguesia — Arcos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arcos passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Arcos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Arcos — integrada no concelho de Moimenta da Beira.

Arcos de Valdevez

Em meados da década de 1830, o concelho de Arcos de Valdevez englobava 48 freguesias, 2 — Salvador; e São Paio — com sede em Arcos de Valdevez e 46 — Aboim das Choças; Aguiã; Alvora; Ázere; Cabana Maior; Cabreiro; Carralcova; Cendufe; Couto; Eiras; Extremo; Giela; Gonduriz; Grade; Guilhadeses; Jolda – Madalena; Jolda – São Paio; Loureda; Mei; Miranda; Monte Redondo; Oliveira; Paçô; Padreiro – Salvador; Padreiro – Santa Cristina; Padroso; Parada; Portela; Prozelo; Rio Cabrão; Rio de Moínhos; Rio Frio; Sá; Sabadim; Santar; São Cosme e São Damião; São Jorge de Arcos; Senharei; Sistelo; Souto; Tabaçô; Távora – Santa Maria; Távora – São Vicente; Vale; Vila Fonche; e Vilela — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arcos de Valdevez passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho do Soajo sendo as 3 freguesias que o compunham — Ermelo; Gavieira; e Soajo — integradas no concelho de Arcos de Valdevez.

Por Lei de 22 de dezembro de 1837, foi restaurado o concelho de Soajo, englobando 3 freguesias — Ermelo; Gavieira; e Soajo — separadas do concelho de Arcos de Valdevez.

Por Decreto de 17 de fevereiro de 1852, foi extinto o concelho do Soajo sendo as 3 freguesias que o compunham — Ermelo; Gavieira; e Soajo — integradas no concelho de Arcos de Valdevez.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Arcos de Valdevez passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Arcos de Valdevez passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Arcos de Valdevez passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Arcos de Valdevez passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Arcos de Valdevez englobava 51 freguesias: Aboim das Choças; Aguiã; Alvora; Arcos de Valdevez (São Paio); Arcos de Valdevez (São Salvador); Ázere; Cabana Maior; Cabreiro; Carralcova; Cendufe; Couto; Eiras; Ermelo; Extremo; Gavieira; Giela; Gondoriz; Grade; Guilhadeses; Jolda (Madalena); Jolda (São Paio); Loureda; Mei; Miranda; Monte Redondo; Oliveira; Paçô; Padreiro (Salvador); Padreiro (Santa Cristina); Padroso; Parada; Portela; Prozel; Rio Cabrão; Rio de Moinhos; Rio Frio; Sá; Sabadim; Santar; São Cosme e São Damião; São Jorge; Senharei; Sistelo; Soajo; Souto; Tabaçô; Távora (Santa Maria); Távora (São Vicente); Vale; Vila Fonche; e Vilela.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho de Arcos de Valdevez passou a englobar 36 freguesias: Aboim das Choças; Aguiã; Ázere; Cabana Maior; Cabreiro; Cendufe; Couto; Gavieira; Gondoriz; Jolda (São Paio); Miranda; Monte Redondo; Oliveira; Paçô; Padroso; Prozel; Rio de Moínhos; Rio Frio; Sabadim; Senharei; Sistelo; Soajo; Vale; União das Freguesias de Alvora e Loureda; União das Freguesias de Arcos de Valdevez (São Salvador), Vila Fonche e Parada; União das Freguesias de Eiras e Mei; União das Freguesias de Grade e Carralcova; União das Freguesias de Guilhadeses e Santar; União das Freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão; União das Freguesias de Padreiro (Salvador e Santa Cristina); União das Freguesias de Portela e Extremo; União das Freguesias de São Jorge e Ermelo; União das Freguesias de Souto e Tabaçô; União das Freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá; União das Freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela; e União das Freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Arcos de Valdevez passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Arega

Em meados da década de 1830, o concelho de Arega englobava 1 freguesia — Arega.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arega passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Arega foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Arega — integrada no concelho de Cabaços.

Aregos

Em meados da década de 1830, o concelho de Aregos englobava 7 freguesias, 1 — São Romão de Aregos com sede em Aregos e 6 — Anreade; Freigil; Miomães; Ovadas; Panchorra; e São Cipriano — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aregos passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Aregos foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 7 freguesias que o compunham — Anreade; Freigil; Miomães; Ovadas; Panchorra; São Cipriano; e São Romão de Aregos — integradas no concelho de Resende.

Arentim

Em meados da década de 1830, o concelho de Arentim englobava 1 freguesia — Arentim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arentim passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Arentim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Arentim — integrada no concelho de Famalicão.

Arez

Em meados da década de 1830, o concelho de Arez englobava 1 freguesia — Arez.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arez passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Arez foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Arez — integrada no concelho de Nisa.

Arganil

Em meados da década de 1830, o concelho de Arganil englobava 5 freguesias, 1 com sede em Arganil e 4 — Cepos; Folques; Sarzedo; e Secarias — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arganil passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Celavisa, sendo a freguesia que o compunha — Celavisa — integrada no concelho de Arganil;
- foi extinto o concelho de Pombeiro da Beira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Pombeiro da Beira — integrada no concelho de Arganil.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Côja sendo as 8 freguesias que o compunham — Benfeita; Cerdeira; Côja; Espariz; Meda de Mouros; Mouronhos; Pinheiro de Côja; e Vila Cova de Sub-Avô — integradas no concelho de Arganil.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Avô, sendo 3 das freguesias que o compunham — Anseriz; Piódão; e Pomares — integradas no concelho de Arganil;
- foi extinto o concelho de Fajão, sendo 1 das freguesias que o compunham — Teixeira — integrada no concelho de Arganil;
- foram transferidas para o concelho de Arganil 2 freguesias — Paradela; e São Martinho da Cortiça — do concelho de Tábua;
- foram transferidas 4 freguesias — Espariz; Meda de Mouros; Mouronho; e Pinheiro de Côja — do concelho de Arganil para o concelho de Tábua.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi transferida 1 freguesia — Paradela — do concelho de Arganil para o concelho de Tábua.

Pela Lei n.º 1639 de 25 de julho de 1924:

- foi criada a freguesia de Barril de Alva, separada da freguesia de Vila Cova de Sub-Avô;
- a freguesia de Vila Cova de Sub-Avô passou a denominar-se Vila Cova de Alva.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Arganil passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44453 de 6 de julho de 1962, foi criada a freguesia de Moura da Serra, separada das freguesias de Avô do concelho de Oliveira do Hospital e de Benfeita, de Pomares e de Teixeira do concelho de Arganil e integrada no concelho de Arganil.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Arganil passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Arganil passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Arganil passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Arganil englobava 18 freguesias: Anseriz; Arganil; Barril de Alva; Benfeita; Celavisa; Cegos; Cerdeira; Côja; Folques; Moura da Serra; Piódão; Pomares; Pombeiro da Beira; São Martinho da Cortiça; Sarzedo; Secarias; Teixeira; e Vila Cova de Alva.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho de Arganil passou a englobar 14 freguesias: Arganil; Benfeita; Celavisa; Folques; Piódão; Pomares; Pombeiro da Beira; São Martinho da Cortiça; Sarzedo; Secarias; União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz; União das Freguesias de Cegos e Teixeira; União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra; e União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Arganil passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Armamar

Em meados da década de 1830, o concelho de Armamar englobava 8 freguesias, 1 com sede em Armamar e 7 — Aricera; Coura; Folgosa; Queimada; São Romão; São Tiago; e Tões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Armamar passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Fontelo, sendo a freguesia que o compunha — Fontelo — integrada no concelho de Armamar;

- foi transferida 1 freguesia — Queimadela — do concelho de Lamego para o concelho de Armamar;

- foi transferida 1 freguesia — Folgosa — do concelho de Armamar para o concelho de Barcos.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Barcos, sendo 3 das freguesias que o compunham — Folgosa; Santo Adrião; e Vila Seca — integradas no concelho de Armamar;

- foi extinto o concelho de São Cosmado, sendo 4 das freguesias que o compunham — São Martinho das Chãs; Goujuim; Santa Cruz; e São Cosmado — integradas no concelho de Armamar.

Por Decreto de 26 de junho de 1896, foi extinto o concelho de Mondim da Beira, sendo as 8 freguesias que o compunham — Almofala; Cimbres; Granja Nova; Mondim da Beira; Salzedas; São João de Tarouca; Ucanha; e Vila Chã de Cangeiros — integradas no concelho de Armamar.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida 1 freguesia — Almofala — do concelho de Armamar para o concelho de Castro Daire;

- foi restaurado o concelho de Tarouca, englobando 6 freguesias — Granja Nova; Mondim da Beira; Salzedas; São João de Tarouca; Ucanha; e Vila Chã de Cangeiros — separadas do concelho de Armamar.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Armamar passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 36341 de 13 de junho de 1947, foi criada a freguesia de Aldeias, separada da freguesia de Armamar.

Pelo Decreto-Lei n.º 41963 de 18 de novembro de 1958, foi criada a freguesia de Vacalar, separada da freguesia de Armamar.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Armamar passou a fazer parte da região do Centro sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Armamar passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Armamar passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Armamar englobava 19 freguesias: Aldeias; Aricera; Armamar; Cimbres; Coura; Folgosa; Fontelo; Goujuim; Queimada; Queimadela; Santa Cruz; Santiago; Santo Adrião; São Cosmado; São Martinho das Chãs; São Romão; Tões; Vacalar; e Vila Seca.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho de Armamar passou a englobar 14 freguesias: Aldeias; Cimbres; Folgosa; Fontelo; Queimada; Queimadela; Santa Cruz; São Cosmado; São Martinho das Chãs; Vacalar; União das Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião; União das Freguesias de Aricera e Goujuim; União das Freguesias de São Romão e Santiago; e Armamar (criada por fusão das freguesias de Tões, Armamar e Coura).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Armamar passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Arouca

Em meados da década de 1830, o concelho de Arouca englobava 9 freguesias, 1 com sede em Arouca e 8 — Albergaria das Cabras; Cabreiros; Chave; Rossas; Santa Eulália; Tropeço; Urrô; e Várzea — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Burgo, sendo a freguesia que o compunha — Burgo — integrada no concelho de Arouca;

- o concelho de Arouca passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Alvarenga, sendo as 4 freguesias que o compunham — Alvarenga; Canelas; Espiunca; e Janarde — integradas no concelho de Arouca.

Por Portaria de 31 de dezembro de 1845, foi criada a freguesia de Moldes, separada da freguesia de Arouca.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Fermedo, sendo 5 das freguesias que o compunham — Escariz; Fermedo; Louredo; Mansores; e São Miguel do Mato — integradas no concelho de Arouca.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi transferida 1 freguesia — Louredo — do concelho de Arouca para o concelho da Feira.

Pela Lei n.º 653 de 16 de fevereiro de 1917, foi transferida 1 freguesia — Covelo de Paivó — do concelho de São Pedro do Sul para o concelho de Arouca.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Arouca passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Arouca passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Arouca passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 26/86 de 20 de agosto de 1986, a freguesia de Albergaria das Cabras passou a denominar-se Albergaria da Serra.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Arouca passou a fazer parte da sub-região de Entre Douro e Vouga.

No início de 2013, o concelho de Arouca englobava 20 freguesias: Albergaria da Serra; Alvarenga; Arouca; Burgo; Cabreiros; Canelas; Chave; Covelo de Paivó; Escariz; Espiunca; Fervedo; Janarde; Mansores; Moldes; Rossas; Santa Eulália; São Miguel do Mato; Tropeço; Urrô; e Várzea.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Arouca passou a englobar 16 freguesias: Alvarenga; Chave; Escariz; Fervedo; Mansores; Moldes; Rossas; Santa Eulália; São Miguel do Mato; Tropeço; Urrô; Várzea; União das Freguesias de Arouca e Burgo; União das Freguesias de Canelas e Espiunca; União das Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra; e União das Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Arouca passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Arraiolos

Em meados da década de 1830, o concelho de Arraiolos englobava 5 freguesias, 1 com sede em *Arraiolos* e 4 — Gafanhoeira; Igrejinha Nova; Santana do Campo; e São Gregório — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Arraiolos passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Vimieiro, sendo as 3 freguesias que o compunham — Santa Justa; Vidigão; e Vimieiro — integradas no concelho de Arraiolos.

Por Decreto de 4 de abril de 1891, a freguesia de Vidigão foi integrada na freguesia de Vimieiro.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foi extinto o concelho de Mora, sendo as 4 freguesias que o compunham — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — integradas no concelho de Arraiolos.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Mora, englobando 4 freguesias — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — separadas do concelho de Arraiolos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Santana do Campo foi integrada na freguesia de Arraiolos
- o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 62/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Sabugueiro, separada da freguesia de São Pedro da Gafanhoeira.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

No início de 2013, o concelho de Arraiolos englobava 7 freguesias: Arraiolos; Gafanhoeira (São Pedro); Igreja; Sabugueiro; Santa Justa; São Gregório; e Vimieiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Arraiolos passou a englobar 5 freguesias: Arraiolos; Igreja; Vimieiro; União das Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro; e União das Freguesias de São Gregório e Santa Justa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Arronches

Em meados da década de 1830, o concelho de Arronches englobava 7 freguesias, 1 com sede em Arronches e 6 — Degolados; Esperança; Lameira; Mosteiros; Rosário; e São Bartolomeu — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arronches passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 5 de dezembro de 1839 foi extinta a freguesia de Lameira, dividida entre as freguesias de Degolados e de São Bartolomeu.

Por Lei de 12 de maio de 1892, foi transferida para o concelho de Arronches 1 freguesia — Assumar — do concelho de Monforte.

Entre 1892 e 1895, foi transferida 1 freguesia — Assumar — do concelho de Arronches para o concelho de Fronteira.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Monforte, sendo 3 das freguesias que o compunham — Algalé; Monforte; e Prazeres — integradas no concelho de Arronches;

- foi transferida 1 freguesia — Degolados — do concelho de Arronches para o concelho de Campo Maior.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Monforte, englobando 3 freguesias — Algalé; Monforte; e Prazeres — separadas do concelho de Arronches;

- foi transferida para o concelho de Arronches 1 freguesia — Degolados — do concelho de Campo Maior.

Pelo Decreto n.º 12758 de 6 de dezembro de 1926, foi transferida 1 freguesia — Degolados — do concelho de Arronches para o concelho de Campo Maior.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- as freguesias de Rosário e de São Bartolomeu foram integradas na freguesia de Arronches;
- o concelho de Arronches passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Arronches passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Arronches passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Arronches passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

O concelho de Arronches engloba hoje 3 freguesias: Assunção; Esperança; e Mosteiros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Arronches passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Arruda — Arruda dos Vinhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Arruda, também denominado Arruda dos Vinhos, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Arruda dos Vinhos e 1 — Cardosas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Arruda dos Vinhos passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Arruda dos Vinhos 2 freguesias — Arranhó; e São Tiago dos Velhos — do concelho de Lisboa.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Azueira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Sapataria — integrada no concelho de Arruda dos Vinhos;

- foi extinto o concelho de Sobral de Monte Agraço, sendo as 2 freguesias que o compunham — Santo Quintino; e Sobral de Monte Agraço — integradas no concelho de Arruda dos Vinhos.

O concelho de Arruda dos Vinhos foi extinto por Decreto de 10 de fevereiro de 1887, por transferência da sua sede para Sobral de Monte Agraço.

O concelho de Arruda dos Vinhos foi restaurado por Decreto de 20 de março de 1890, englobando 5 freguesias — Arranhó; Arruda dos Vinhos; Cardosas; São Tiago dos Velhos; e Sapataria — separadas do concelho de Sobral de Monte Agraço.

O concelho de Arruda dos Vinhos foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Sapataria — no concelho de Torres Vedras;

- 4 — Arranhó; Arruda dos Vinhos; Cardosas; e Santiago dos Velhos — no concelho de Vila Franca de Xira.

O concelho de Arruda dos Vinhos foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias — Arranhó; Arruda dos Vinhos; Cardosas; e Santiago dos Velhos — separadas do concelho de Vila Franca de Xira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Arruda dos Vinhos passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Arruda dos Vinhos passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Arruda dos Vinhos passou a fazer parte da região do Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Arruda dos Vinhos passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a sub-região do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

O concelho de Arruda dos Vinhos engloba hoje 4 freguesias: Arranhó; Arruda dos Vinhos; Cardosas; e Santiago dos Velhos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Arruda dos Vinhos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Asseiceira

Em meados da década de 1830, o concelho de Asseiceira englobava 1 freguesia — Asseiceira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Asseiceira passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Asseiceira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Asseiceira — integrada no concelho de Tomar.

Assequins

Em meados da década de 1830, o concelho de Assequins englobava a localidade de Assequins, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Águeda.

O concelho de Assequins foi extinto por Decreto de 7 de agosto de 1835, sendo a localidade que o compunha — Assequins — integrada no concelho de Recardães.

Assumar

Em meados da década de 1830, o concelho de Assumar englobava 1 freguesia — Assumar.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Assumar passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Assumar foi extinto por Decreto de 6 novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Assumar — integrada no concelho de Monforte.

Atalaia

Em meados da década de 1830, o concelho de Atalaia englobava 1 freguesia — Atalaia.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Atalaia passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Atalaia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Atalaia — integrada no concelho de Barquinha.

Atalaia do Campo

Em meados da década de 1830, o concelho de Atalaia do Campo englobava 1 freguesia — Atalaia do Campo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Atalaia do Campo passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Atalaia do Campo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Atalaia do Campo — integrada no concelho de Alpedrinha.

Atei

Em meados da década de 1830, o concelho de Atei englobava 1 freguesia — Atei.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Atei passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Atei foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1838, sendo a freguesia que o compunha — Atei — integrada no concelho de Mondim de Basto.

Atouguia — Atouguia da Baleia

Em meados da década de 1830, o concelho de Atouguia, também denominado Atouguia da Baleia, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Atouguia da Baleia e 1 — Serra d'El-Rei — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Atouguia da Baleia passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Atouguia da Baleia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Atouguia da Baleia; e Serra d'El-Rei — integradas no concelho de Peniche.

Aveiras de Baixo

Em meados da década de 1830, o concelho de Aveiras de Baixo englobava 1 freguesia — Aveiras de Baixo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aveiras de Baixo passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Aveiras de Baixo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Aveiras de Baixo — integrada no concelho da Azambuja.

Aveiras de Cima

Em meados da década de 1830, o concelho de Aveiras de Cima englobava 1 freguesia — Aveiras de Cima.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aveiras de Cima passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Aveiras de Cima foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Aveiras de Cima — integrada no concelho da Azambuja.

Aveiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Aveiro englobava 10 freguesias, 4 — Espírito Santo; Glória; São Miguel; e Vera Cruz — com sede em Aveiro e 6 — Águeda; Albergaria-a-Velha; Belazaima do Chão; Lamas do Vouga; Oiã; e São João de Loure — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aveiro passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Alvará de 11 de outubro de 1835, as freguesias de Espírito Santo e de São Miguel foram integradas na freguesia da Glória.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aradas, sendo a freguesia que o compunha — Aradas — integrada no concelho de Aveiro;

- foi extinto o concelho de Esgueira sendo 2 das freguesias que o compunham — Cacia; e Esgueira — integradas no concelho de Aveiro;

- foi criado o concelho de Águeda, englobando 2 freguesias — Águeda; e Belazaima do Chão — separadas do concelho de Aveiro;

- foi transferida 1 freguesia — Oiã — do concelho de Aveiro para o concelho de Oliveira do Bairro;

- foram transferidas 2 freguesias — Albergaria-a-Velha; e São João de Loure — do concelho de Aveiro para o concelho de Paus;

- foi transferida 1 freguesia — Lamas do Vouga — do concelho de Aveiro para o concelho de Vouga.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Eixo, sendo 4 das freguesias que o compunham — Eiro; Eixo; Oliveirinha; e Requeixo — integradas no concelho de Aveiro.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1872, foram transferidas para o concelho de Aveiro 2 freguesias — Nariz; e Palhaça — do concelho de Oliveira do Bairro.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Ílhavo, sendo a freguesia que o compunha — Ílhavo — integrada no concelho de Aveiro.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Ílhavo, englobando 1 freguesia — Ílhavo — separada do concelho de Aveiro;

- foi restaurado o concelho de Oliveira do Bairro, englobando 1 freguesia — Palhaça — separada do concelho de Aveiro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Aveiro passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

Pelo Decreto n.º 40065 de 16 de fevereiro de 1955, foi criada a freguesia de São Jacinto, separada da freguesia de Vera Cruz.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48841 de 18 de janeiro 1969, foi criada a freguesia de São Bernardo, separada da freguesia de Glória.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Aveiro passou a fazer parte da região do Centro sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Aveiro passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 63/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Santa Joana, separada das freguesias de Esgueira, Glória, São Bernardo e Vera Cruz.

Pela Lei n.º 104/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Fátima, separada da freguesia de Requeixo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Aveiro passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho de Aveiro englobava 14 freguesias: Aradas; Cacia; Eiro!; Eixo; Esgueira; Glória; Nariz; Nossa Senhora de Fátima; Oliveirinha; Requeixo; Santa Joana; São Bernardo; São Jacinto; e Vera Cruz.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Aveiro passou a englobar 10 freguesias: Aradas; Cacia; Esgueira; Oliveirinha; Santa Joana; São Bernardo; São Jacinto; União das Freguesias de Glória e Vera Cruz; União das Freguesias de Eixo e Eiro!; e União das Freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Aveiro passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Avelar

Em meados da década de 1830, o concelho de Avelar englobava 1 freguesia — Avelar.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Avelar passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Avelar foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Avelar — integrada no concelho de Chão de Couce.

Avelãs de Caminho

Em meados da década de 1830, o concelho de Avelãs de Caminho englobava 1 freguesia — Avelãs de Caminho.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Avelãs de Caminho passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Avelãs de Caminho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Avelãs de Caminho — integrada no concelho da Anadia.

Avelãs de Cima

Em meados da década de 1830, o concelho de Avelãs de Cima englobava 2 freguesias, 1 Avelãs de Cima e 1 — Arcos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Avelãs de Cima passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835, foi extinto o concelho de Anadia, sendo a localidade que o compunha — Anadia — integrada no concelho de Avelãs de Cima.

O concelho de Avelãs de Cima foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Arcos; e Avelãs de Cima — integradas no concelho da Anadia, então restaurado.

Aveleda — Aveleda e Macieira

Em meados da década de 1830, o concelho de Aveleda, também denominado Aveleda e Macieira, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Aveleda e 1 — Macieira da Maia — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aveleda passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Aveleda foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Aveleda — no concelho da Maia;
- 1 — Macieira da Maia — no concelho de Vila do Conde.

Aveloso

Em meados da década de 1830, o concelho de Aveloso englobava 1 freguesia — Aveloso.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Aveloso passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Aveloso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Aveloso — integrada no concelho de Meda.

Avintes

Em meados da década de 1830, o concelho de Avintes englobava 1 freguesia — Avintes.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Avintes passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Avintes foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Avintes — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia.

Avis

Em meados da década de 1830, o concelho de Avis englobava 6 freguesias, 1 com sede em Avis e 5 — Alcôrrego; Aldeia Velha; Barros; Casa Branca; e Maranhão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Avis passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Benavila, sendo as 2 freguesias que o compunham — Benavila; e Valongo — integradas no concelho de Avis;

- foi extinto o concelho de Ervedal, sendo a freguesia que o compunha — Ervedal — integrada no concelho de Avis;

- foi extinto o concelho de Figueira, sendo a freguesia que o compunha — Figueira — integrada no concelho de Avis;

- foi transferida 1 freguesia — Casa Branca — do concelho de Avis para o concelho de Sousel.

Por Decreto de 27 de outubro de 1841, a freguesia de Barros foi anexada à freguesia de Figueira.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Montargil, sendo a freguesia que o compunha — Montargil — integrada no concelho de Avis.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1871, foi transferida 1 freguesia — Montargil — do concelho de Avis para o concelho de Ponte de Sor.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Avis passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Avis passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Avis passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Avis passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Avis englobava 8 freguesias: Alcôrrego; Aldeia Velha; Avis; Benavila; Ervedal; Figueira e Barros; Maranhão; e Valongo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Avis passou a englobar 6 freguesias: Aldeia Velha; Avis; Ervedal; Figueira e Barros; União das Freguesias de Alcôrrego e Maranhão; e União das Freguesias de Benavila e Valongo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Avis passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Avô

Em meados da década de 1830, o concelho de Avô englobava 6 freguesias, 1 com sede em Avô e 5 — Aldeia das Dez; Anseriz; Piódão; Pomares; e Santa Ovaia — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Avô passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Lourosa, sendo a freguesia que o compunha — Lourosa — integrada no concelho de Avô;

- foi extinto o concelho de Vila Pouca da Beira, sendo a freguesia que o compunha — Vila Pouca da Beira — integrada no concelho de Avô.

O concelho de Avô foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Anseriz; Piódão; e Pomares — no concelho de Arganil;
- 5 — Aldeia das Dez; Avô; Lourosa; Santa Ovaia; e Vila Pouca da Beira — no concelho de Oliveira do Hospital.

Azambuja

Em meados da década de 1830, o concelho da Azambuja englobava 1 freguesia — Azambuja.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Azambuja passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aveiras de Baixo, sendo a freguesia que o compunha — Aveiras de Baixo — integrada no concelho da Azambuja;

- foi extinto o concelho de Aveiras de Cima, sendo a freguesia que o compunha — Aveiras de Cima — integrada no concelho da Azambuja.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Alcoentre, sendo 2 das freguesias que o compunham — Alcoentre; e Manique do Intendente — integradas no concelho da Azambuja;

• foi transferida para o concelho da Azambuja 1 freguesia — Vila Nova da Rainha — do concelho de Alenquer.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho do Cadaval, sendo 3 das freguesias que o compunham — Cercal; Lamas; e Peral — integradas no concelho da Azambuja.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida 1 freguesia — Lamas — do concelho da Azambuja para o concelho de Alenquer.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho do Cadaval, englobando 2 freguesias — Cercal; e Peral — separadas do concelho da Azambuja.

Pela Lei n.º 522 de 3 de maio de 1916, foi criada a freguesia de Vale do Paraíso, separada da freguesia de Aveiras de Cima.

Pela Lei n.º 1630 de 16 de julho de 1924, foi criada a freguesia de Vila Nova de São Pedro, separada da freguesia de Manique do Intendente.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Azambuja passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Azambuja passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Azambuja passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 97/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Maçussa, separada da freguesia de Manique do Intendente.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Azambuja passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho da Azambuja englobava 9 freguesias: Alcoentre; Aveiras de Baixo; Aveiras de Cima; Azambuja; Maçussa; Manique do Intendente; Vale do Paraíso; Vila Nova da Rainha; e Vila Nova de São Pedro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Azambuja passou a englobar 7 freguesias: Alcoentre; Aveiras de Baixo; Aveiras de Cima; Azambuja; Vale do Paraíso; Vila Nova da Rainha; União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho da Azambuja passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Azambujeira

Em meados da década de 1830, o concelho da Azambujeira englobava 1 freguesia — Azambujeira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Azambujeira passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Azambujeira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Azambujeira — integrada no concelho de Rio Maior, então criado.

Azeitão

Em meados da década de 1830, o concelho de Azeitão englobava 2 freguesias — Vila Fresca; e Vila Nogueira — ambas com sede em Azeitão.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Azeitão passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Azeitão foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Vila Fresca de Azeitão; e Vila Nogueira de Azeitão — integradas no concelho de Setúbal.

Ázere

Em meados da década de 1830, o concelho de Ázere englobava 2 freguesias, 1 com sede em Ázere e 1 — Covelo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ázere passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Ázere foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Ázere — no concelho de Tábua;
- 1 — Covelo — no concelho de Farinha Podre, então criado.

Azevedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Azevedo englobava 1 freguesia — Lama.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Azevedo passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Azevedo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lama — integrada no concelho do Prado.

Azinhoso

Em meados da década de 1830, o concelho de Azinhoso englobava 1 freguesia — Azinhoso.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Azinhoso passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Azinhoso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Azinhoso — integrada no concelho de Mogadouro.

Azueira

O concelho da Azueira foi criado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 4 freguesias separadas:

- 1 — Gradil — do concelho de Enxara dos Cavaleiros;
- 1 — Sobral da Abelheira — do concelho de Mafra;
- 2 — Azueira; e Freiria dos Chapéus — do concelho de Torres Vedras.

O concelho de Azueira foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1846, sendo as 4 freguesias que o compunham — Azueira; Gradil; Freiria dos Chapéus; e Sobral da Abelheira — integradas no concelho de Torres Vedras.

O concelho de Azueira foi restaurado por Decreto de 21 de janeiro de 1847, englobando 8 freguesias separadas:

• 3 — Enxara do Bispo; Milharado; e Sapataria — do concelho de Enxara dos Cavaleiros, então extinto;

• 5 — Azueira; Gradil; Freiria dos Chapéus; Sobral da Abelheira; e Turcifal — do concelho de Torres Vedras.

O concelho de Azueira foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Sapataria — no concelho de Arruda dos Vinhos;
- 5 — Azueira; Enxara do Bispo; Gradil; Milharado; e Sobral da Abelheira — no concelho de Mafra;
- 2 — Freiria; e Turcifal — no concelho de Torres Vedras.

Azurara

Em meados da década de 1830, o concelho de Azurara englobava 1 freguesia — Azurara.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Azurara passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Azurara foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Azurara — integrada no concelho de Vila do Conde.

Azurara da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Azurara da Beira englobava 12 freguesias, 1 com sede em Azurara da Beira e 11 — Alcafache; Cunha Alta; Cunha Baixa; Espinho; Fornos de Maceira Dão; Freixiosa; Lobelhe do Mato; Mesquitela; Póvoa de Cervães; Quintela de Azurara; e Santiago de Cassurrães — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho e a freguesia de Azurara da Beira passaram a denominar-se concelho e freguesia de Mangualde.

Baião

Em meados da década de 1830, o concelho de Baião, cuja sede dependia em termos eclesiásticos da freguesia de Lage, englobava 16 freguesias — Campelo; Frende; Gestaçô; Grilo; Loivos da Ribeira; Loivos do Monte; Mesquinhata; Ovil; Santa Cruz do Douro; Santa Marinha do Zêzere; São Tomé de Covelas; Teixeira; Telões do Monte; Tresouras; Valadares; e Viariz — todas com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Gosende, sendo a freguesia que o compunha — Gove — integrada no concelho de Baião;

- o concelho de Baião passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Ancede, sendo a freguesia que o compunha — Ancede — integrada no concelho de Baião;

- foi extinto o concelho de Lage, sendo a parte da freguesia de Lage que o compunha integrada no concelho de Baião; esta freguesia passou a denominar-se Baião – Santa Leocádia;

- foram transferidas 3 freguesias — Frende; Loivos da Ribeira; e Teixeira — do concelho de Baião para o concelho de Mesão Frio.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram transferidas para o concelho de Baião 4 freguesias — Frende; Loivos da Ribeira; Teixeira; e Teixeira — do concelho de Mesão Frio.

Em 1852, a freguesia de Telões do Monte foi integrada na freguesia de Loivos do Monte.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Baião passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 26462 de 25 de fevereiro de 1939, foi criada a freguesia de Ribadouro, separada das freguesias de Ancede e Baião.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Baião passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Baião passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Baião passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Baião englobava 20 freguesias: Ancede; Baião (Santa Leocádia); Campelo; Frende; Gestaçô; Gove; Grilo; Loivos da Ribeira; Loivos do Monte; Mesquinhata; Ovil; Ribadouro; Santa Cruz do Douro; Santa Marinha do Zêzere; São Tomé de Covelas; Teixeira; Teixeira; Tresouras; Valadares; e Viariz.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Baião passou a englobar 14 freguesias: Frende; Gestaçô; Gove; Grilo; Loivos do Monte; Santa Marinha do Zêzere; Valadares; Viariz; União das Freguesias de Ancede e Ribadouro; União das Freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata; União das Freguesias de Campelo e Ovil; União das Freguesias de Loivos da Ribeira e

Tresouras; União das Freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas; e União das Freguesias de Teixeira e Teixeiró.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Baião passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Baltar

Em meados da década de 1830, o concelho de Baltar englobava 1 freguesia — Baltar.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Baltar passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Baltar foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Baltar — integrada no concelho de Paredes, então criado.

Banho

Em meados da década de 1830, o concelho de Banho englobava a localidade de Termas de São Pedro do Sul, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Várzea de Lafões.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Banho passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Banho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a localidade que o compunha — Termas de São Pedro do Sul — integrada no concelho de São Pedro do Sul.

Baraçal

Em meados da década de 1830, o concelho de Baraçal englobava 1 freguesia — Baraçal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Baraçal passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Baraçal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Baraçal — integrada no concelho de Celorico da Beira.

Barbacena

Em meados da década de 1830, o concelho de Barbacena englobava 1 freguesia — Barbacena.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Barbacena passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Barbacena foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Barbacena — integrada no concelho de Elvas.

Barbosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Barbosa, com sede em Canas, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Canas e 1 — Paredes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Barbosa passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Barbosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Canas; e Paredes — integradas no concelho de Penafiel.

Barca

Ver Ponte da Barca.

Barcelos

Em meados da década de 1830, o concelho de Barcelos englobava 190 freguesias, 1 com sede em Barcelos e 189 — Abade de Neiva; Abade de Vermoim; Aborim; Adães; Aguiar; Airó; Aldreu; Alheira; Alvarães; Alvelos; Alvito – São Martinho; Alvito – São Pedro; Amorim; Anha; Antas – São Paio; Antas – São Tiago; Arcos; Arcozelo; Ardegão; Areias de Vilar e Madalena de Vilar; Argivai; Arnoso – Santa Eulália; Arnoso – Santa Maria; Aves; Avidos; Bagunte; Bairro; Balazar; Balugães; Banho; Barcelinhos; Barqueiros; Bastuço – Santo Estêvão; Bastuço – São João; Beiriz; Belinho; Brufe; Cabeçudos; Cabreiros; Calendário; Campo; Carapeços; Carreira – São Miguel; Carreira – São Tiago; Carvalho; Carvalhas; Carvoeiro; Castelo do Neiva; Castelões; Cavalões; Chavão; Chorente; Cossourado; Courel; Couto; Creixomil; Cristelo; Crujães; Cruz; Darque; Delães; Deocriste; Durrães; Encourados; Esmeriz; Estela; Famalicão; Fão; Faria; Feitos; Ferreiró; Fonte Boa; Fonte Coberta; Forjães; Formariz; Fornelos; Fradelos; Fragoso; Freixo; Friastelas; Gamil; Gavião; Gemunde; Gilmonde; Ginzo; Góios; Gondifelos; Grimancelos; Guardizela; Gual; Jesufrei; Joane; Junqueira; Lagoa; Laúndos; Lemenhe; Lijó; Lordelo; Louro; Lousado; Macieira de Rates; Mariz; Martim; Mazarefes; Midões; Milhazes; Minhotães; Mogege; Mondim e Panque; Mosteiro de Arnoso; Mosteiro de Palme; Mouquim; Moure; Mujães; Navais; Navió; Negreiros; Nine; Novais; Oliveira – Santa Maria; Oliveira – São Mateus; Oliveira – São Pedro; Outeiro Maior; Outiz; Palme; Parada; Paradela; Passos; Pedome; Pedra Furada; Pereira; Perelhal; Poiaras; Portela; Portela Susã; Pousa; Pousada de Saramagos; Priscos; Quintiães; Quirás; Remelhe; Requião; Riba de Ave – Sanfins; Riba de Ave – Santo Estêvão; Ribeirão; Rio Covo – Santa Eugénia; Rio Covo – Santa Eulália; Rio Mau; Rio Tinto; Romão; Ruivães; Santagões; São Romão de Neiva; Seide – São Miguel; Seide – São Paio; Sequeade; Sequeira; Serzedelo; Sezures; Silva; Silveiros; Sobrado; Subportela; Tadim e Fradelos; Tamel – Santa Leocádia; Tamel – São Pedro Fins; Tebosa; Telhado; Terroso; Touguinha; Touguinhó; Tregosa; Vale – São Cosme; Vale – São Martinho; Vermoim; Viatodos; Vila Boa; Vila Cova; Vila de Punhe; Vila Franca; Vila Frescaíña – São Martinho; Vila Frescaíña – São Pedro; Vila Fria; Vila

Seca; Vilaça; Vilar de Figos; Vilar do Monte; Vilarinho das Cambas; e Vitorino dos Piães — com sede no termo.

Na sequência do Decreto de 28 de maio de 1834 que extinguiu as ordens religiosas, a freguesia de Mosteiro de Palme foi integrada na freguesia de Palme.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- o concelho de Barcelos passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado;
- foi criado o concelho de Famalicão, englobando 1 freguesia — Famalicão — separada do concelho de Barcelos.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cambeses, sendo a freguesia que o compunha — Cambeses — integrada no concelho de Barcelos;

- foi extinto o concelho de Fralães, sendo a freguesia que o compunha — Monte de Fralães — integrada no concelho de Barcelos;

- foram transferidas para o concelho de Barcelos 2 freguesias — Cunha; e Ruilhe — do concelho de Guimarães;

- foi extinto o concelho de Manhente, sendo as 2 freguesias que o compunham — Manhente; e São Veríssimo de Tamel — integradas no concelho de Barcelos;

- foram transferidas para o concelho de Barcelos 3 freguesias — Santa Maria de Galegos; São Martinho de Galegos; e Roriz — do concelho do Prado;

- foi extinto o concelho de Tibães, sendo 1 das freguesias que o compunham — Padim da Graça — integrada no concelho de Barcelos;

- foram transferidas 6 freguesias — Cabreiros; São Pedro de Oliveira; Priscos; Sequeira; Tebosa; e Vilaça — do concelho de Barcelos para o concelho de Braga;

- foram transferidas 10 freguesias — São Paio de Antas; Banho; Barqueiros; Belinho; Fão; Fonte Boa; Forjães; Perelhal; Rio Tinto; e Vila Cova — do concelho de Barcelos para o concelho de Esposende;

- foram transferidas 54 freguesias — Abade de Vermoim; São Tiago de Antas; Santa Maria de Arnosos; Salvador de Arnosos; Santa Eulália de Arnosos; Aves; Avidos; Bairro; Brufe; Cabeçudos; Calendário; São Tiago de Carreira; Castelões; Cavalões; Cruz; Delães; Esmeriz; Ferreiró; Santa Leocádia de Fradelos; Gavião; Gemunde; Gondifelos; Jesufrei; Joane; Lagoa; Lemenhe; Louro; Lousado; Mogege; Mouquim; Nine; Novais; Santa Maria de Oliveira; São Mateus de Oliveira; Outiz; Pedome; Portela; Pousada de Saramagos; Requião; Santo Estêvão de Riba de Ave; São Fins de Riba de Ave; Ribeirão; Romão; Ruivães; São Miguel de Seide; São Paio de Seide; Serzedelo; Sezures; Sobrado; Telhado; São Cosme de Vale; São Martinho de Vale; Vermoim; e Vilarinho das Cambas — do concelho de Barcelos para o concelho de Famalicão;

- foram transferidas 2 freguesias — Guardizela; e Lordelo — do concelho de Barcelos para o concelho de Guimarães;

- foram transferidas 7 freguesias — Ardegão; Balugães; Freixo; Friastelas; Navió; Poiães; e Vitorino dos Piães — do concelho de Barcelos para o concelho de Ponte de Lima;

- foram transferidas 10 freguesias — Argivai; Balazar; Estela; Laúndos; Navais; Parada; Rio Mau; Santagões; São Martinho do Outeiro; e Terroso — do concelho de Barcelos para o concelho de Póvoa de Varzim;

- foram transferidas 14 freguesias — Alvarães; Anha; Carvoeiro; Castelo de Neiva; Darque; Deocriste; Mazarefes; Mujães; Neiva; Portela Susã; Subportela; Vila de Punhe; Vila Franca; e Vila Fria — do concelho de Barcelos para o concelho de Viana;

- foram transferidas 8 freguesias — Amorim; Arcos; Bagunte; Beiriz; Formariz; Junqueira; Touguinha; e Touguinhó — do concelho de Barcelos para o concelho de Vila do Conde.

Por Lei de 22 de fevereiro de 1838:

- foram transferidas para o concelho de Barcelos 4 freguesias — Banho; Barqueiros; Perelhal; e Vila Cova — do concelho de Esposende;

- foi transferida para o concelho de Barcelos 1 freguesia — Gondifelos — do concelho de Famalicão;

- foi transferida para o concelho de Barcelos 1 freguesia — Balugães — do concelho de Ponte de Lima.

Por Decreto de 2 de novembro de 1841, foi criada a freguesia de Várzea, separada da freguesia de Crujeães.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferida para o concelho de Barcelos 1 freguesia — Arentim — do concelho de Braga;
- foram transferidas 2 freguesias — Tadim e Fradelos; e Padim da Graça — do concelho de Barcelos para o concelho de Braga.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Prado, sendo 5 das freguesias que o compunham — Areias; Igreja Nova; Lama; Oliveira; e Ucha — integradas no concelho de Barcelos;

- foram transferidas 4 freguesias — Arentim; Cunha; Passos; e Ruilhe — do concelho de Barcelos para o concelho de Braga.

Entre 1864 e 1878, foi transferida 1 freguesia — Gondifelos — do concelho de Barcelos para o concelho de Vila Nova de Famalicão.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Banho foi integrada na freguesia de Vila Cova;
- a freguesia de Crujeães foi integrada na freguesia de Várzea;
- a freguesia de Ginzo foi integrada na freguesia de Alvito – São Pedro;
- a freguesia de Madalena de Vilar foi integrada na freguesia de Areias de Vilar;
- a freguesia de Quirás foi integrada na freguesia de Roriz;
- o concelho de Barcelos passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Barcelos passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Barcelos passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Barcelos passou a fazer parte da sub-região do Cávado.

No início de 2013, o concelho de Barcelos englobava 89 freguesias: Abade de Neiva; Aborim; Adães; Aguiar; Airó; Aldreu; Alheira; Alvelos; Alvito (São Martinho); Alvito (São Pedro); Arcozelo; Areias; Areias de Vilar; Balugães; Barcelinhos; Barcelos; Barqueiros; Bastuço (Santo Estêvão); Bastuço (São João); Cambeses; Campo; Carapeços; Carreira; Carvalhal; Carvalhas; Chavão; Chorrente; Cossourado; Courel; Couto; Creixomil; Cristelo; Durrães; Encourados; Faria; Feitos; Fonte Coberta; Fornelos; Fragoso; Galegos (Santa Maria); Galegos (São Martinho); Gamil; Gilmonde; Góios; Grimancelos; Gual; Igreja Nova; Lama; Lijó; Macieira de Rates; Manhente; Mariz; Martim; Midões; Milhazes; Minhotães; Monte de Fralães; Moure; Negreiros; Oliveira; Palme; Panque; Paradela; Pedra Furada; Pereira; Perelhal; Pousa; Quintiães; Remelhe; Rio Covo (Santa Eugénia); Rio Covo (Santa Eulália); Roriz; Sequeade; Silva; Silveiros; Tamel (Santa Leocádia); Tamel (São Pedro Fins); Tamel (São Veríssimo); Tregosa; Ucha; Várzea; Viatodos; Vila Boa; Vila Cova; Vila Frescaíña (São Martinho); Vila Frescaíña (São Pedro); Vila Seca; Vilar de Figos; e Vilar do Monte.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Barcelos passou a englobar 61 freguesias: Abade de Neiva; Aborim; Adães; Airó; Aldreu; Alvelos; Arcozelo; Areias; Balugães; Barcelinhos; Barqueiros; Cambeses; Carapeços; Carvalhal; Carvalhas; Cossourado; Cristelo; Fornelos; Fragoso; Galegos (Santa Maria); Galegos (São Martinho); Gilmonde; Lama; Lijó; Macieira de Rates; Manhente; Martim; Moure; Oliveira; Palme; Panque; Paradela; Pereira; Perelhal; Pousa; Remelhe; Rio Covo (Santa Eugénia); Roriz; Silva; Tamel (São Veríssimo); Ucha; Várzea; Vila Seca; União das Freguesias de Alheira e Igreja Nova; União das Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto; União das Freguesias de Areias de Vilar e Encourados; União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro); União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins); União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta; União das Freguesias de Chorrente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual; União das Freguesias de Durrães e Tregosa; União das Freguesias de Gamil e Midões; União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria; União das Freguesias de Negreiros e Chavão; União das Freguesias de Quintiães e Aguiar; União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estêvão); União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália); União das Freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte; União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães; União das Freguesias de Vila Cova e Feitos; e União das Freguesias de Creixomil e Mariz.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Barcelos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Barcos

Em meados da década de 1830, o concelho de Barcos englobava 4 freguesias, 1 com sede em Barcos e 3 — Adorigo; Santa Leocádia; e Santo Adrião — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Barcos passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Barcos 1 freguesia — Folgosa — do concelho de Armamar;
- foi extinto o concelho de Chavães, sendo 1 das freguesias que o compunham — Vale de Figueira — integrada no concelho de Barcos;

- foi extinto o concelho de Pinheiros, sendo a freguesia que o compunha — Pinheiros — integrada no concelho de Barcos;

- foi extinto o concelho de Vila Seca, sendo a freguesia que o compunha — Vila Seca — integrada no concelho de Barcos.

O concelho de Barcos foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Folgosa; Santo Adrião; e Vila Seca — no concelho de Armamar;
- 5 — Adorigo; Barcos; Pinheiros; Santa Leocádia; e Vale de Figueira — no concelho de Tabuaço.

Barqueiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Barqueiros englobava 1 freguesia — Barqueiros.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Barqueiros passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Barqueiros foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Barqueiros — integrada no concelho de Mesão Frio.

Barquinha

O concelho da Barquinha foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 3 freguesias:

- 1 — Atalaia — do concelho de Atalaia, então extinto;
- 1 — Paio de Pele — do concelho de Paio de Pele, então extinto;
- 1 — Tancos — do concelho de Tancos, então extinto.

Por Decreto de 26 de junho de 1839:

- foi criada a freguesia da Barquinha, separada da freguesia de Atalaia;
- o concelho da Barquinha passou a denominar-se Vila Nova da Barquinha.

Barrancos

Em meados da década de 1830, o concelho de Barrancos englobava 2 freguesias, 1 com sede em Barrancos e 1 — Noudar — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Barrancos passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de Noudar foi integrada na freguesia de Barrancos.

O concelho de Barrancos foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo a freguesia que o compunha — Barrancos — integrada no concelho de Moura.

O concelho de Barrancos foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 1 freguesia — Barrancos — separada do concelho de Moura.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Barrancos passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Barrancos passou a fazer parte da região Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Barrancos passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Barrancos passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

O concelho de Barrancos engloba hoje 1 freguesia: Barrancos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Barrancos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Barreiro

Em meados da década de 1830, o concelho do Barreiro englobava 1 freguesia — Barreiro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Barreiro passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho do Lavradio, sendo a freguesia que o compunha — Lavradio — integrada no concelho do Barreiro.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho de Alhos Vedros, englobando 1 freguesia — Lavradio — separada do concelho do Barreiro.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Alhos Vedros, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alhos Vedros; Coína; e Lavradio — integradas no concelho do Barreiro;

- foi extinto o concelho da Moita, sendo a freguesia que o compunha — Moita — integrada no concelho do Barreiro.

Por Lei de 18 de setembro de 1861, foi restaurado o concelho da Moita, englobando 2 freguesias — Alhos Vedros; e Moita — separadas do concelho do Barreiro.

Entre 1864 e 1878, a sede da freguesia de Coina foi transferida para Palhais.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho da Moita, sendo 1 das freguesias que o compunham — Alhos Vedros — integrada no concelho do Barreiro;

- foi extinto o concelho do Seixal, sendo 3 das freguesias que o compunham — Aldeia de Paio Pires; Arrentela; e Seixal — integradas no concelho do Barreiro.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho da Moita, englobando 1 freguesia — Alhos Vedros — separada do concelho do Barreiro;

- foi restaurado o concelho do Seixal, englobando 3 freguesias — Aldeia de Paio Pires; Arrentela; e Seixal — separadas do concelho do Barreiro.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho do Barreiro passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Barreiro passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Barreiro passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 547/73 de 25 de outubro de 1973, foi criada a freguesia de Santo André, separada das freguesias de Lavradio e Palhais.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Barreiro passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 135/85 de 4 de outubro de 1985, foram criadas as freguesias de Alto do Seixalinho e de Verderena, separadas da freguesia do Barreiro, e as freguesias de Coina e de Santo António da Charneca, separadas da freguesia de Palhais,

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Barreiro passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho do Barreiro englobava 8 freguesias: Alto do Seixalinho; Barreiro; Coina; Lavradio; Palhais; Santo André; Santo António da Charneca; e Verderena.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Barreiro passou a englobar 4 freguesias: Santo António da Charneca, União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena; União das Freguesias de Barreiro e Lavradio; e União das Freguesias de Palhais e Coina.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Barreiro passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Barreiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Barreiros englobava 1 freguesia — Barreiros.

O concelho de Barreiros foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a freguesia que o compunha — Barreiros — integrada no concelho de Viseu.

Barrô de Aguada

Em meados da década de 1830, o concelho de Barrô de Aguada englobava 2 freguesias, 1 com sede em Barrô de Aguada — e 1 — Aguada de Baixo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Barrô de Aguada passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Barrô de Aguada foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aguada de Baixo; e Barrô de Aguada — integradas no concelho de Águeda.

Barrosas

O concelho de Barrosas foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 48 freguesias, separadas:

- 3 — Lustosa; Santa Eulália de Ordem; e Sousela — do concelho de Aguiar de Sousa então extinto;

- 18 — Airães; Caramos; Friande; Idães; Jugueiros; Lagares; Margaride; Moure; Padroso; Pinheiro; Refontoura; Revinhade; Santão; Sendim; Sousa; Torrados; Várzea; e Varziela — do concelho de Felgueiras então extinto;

- 7 — Santa Eulália de Barrosas; Santo Estêvão de Barrosas; Penacova; Regilde; Vila Fria; Santo Adrião de Vizela; e São Jorge de Vizela — do concelho de Guimarães;

- 6 — Alvarenga; Aveleda; Cernadelo; Cristelos; Santa Margarida de Lousada; e São Miguel de Lousada — do concelho de Lousada então extinto;

- 1 — Pombeiro — do concelho de Pombeiro então extinto;

- 2 — Aião; e Caíde de Rei — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega;

- 11 — Alentém; Lordelo; Macieira; Nogueira; Pedreira; Rande; Sernande; Torno; Unhão; Vila Verde; e Vilar de Torno — do concelho de Unhão, então extinto.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Felgueiras, englobando 23 freguesias — Aião; Airães; Caramos; Friande; Jugueiros; Lagares; Margaride; Moure; Padroso; Pedreira; Penacova; Pinheiro; Pombeiro; Refontoura; Revinhade; Santão; Sendim; Sousa; Torrados; Várzea; Varziela; Vila Fria; e Vila Verde — separadas do concelho de Barrosas.

Por Lei de 17 de abril de 1838:

- foi restaurado o concelho de Lousada, englobando 13 freguesias — Alentém; Alvarenga; Aveleda; Cernadelo; Cristelos; Santa Margarida de Lousada; São Miguel de Lousada; Macieira; Nogueira; Ordem; Sousela; Torno; e Vilar de Torno — separadas do concelho de Barrosas;

- foi transferida 1 freguesia — Caíde de Rei — do concelho de Barrosas para o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

O concelho de Barrosas foi extinto por Decreto de 30 de junho de 1852, sendo as 11 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Idães; Rande; Regilde; Santo Adrião de Vizela; São Jorge de Vizela; e Sernande — no concelho de Felgueiras;

- 4 — Lordelo; Santa Eulália de Barrosas; Santo Estêvão de Barrosas; e Unhão — no concelho de Lousada;

- 1 — Lustosa — no concelho de Paços de Ferreira.

Batalha

Em meados da década de 1830, o concelho da Batalha englobava 1 freguesia — Batalha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Batalha passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho da Batalha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Batalha — integrada no concelho de Leiria.

O concelho da Batalha foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 1 freguesia — Batalha — separada do concelho de Leiria.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho da Batalha 1 freguesia — Reguengo — do concelho de Leiria.

O concelho da Batalha foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 2 freguesias que o compunham — Batalha; e Reguengo — integradas no concelho de Leiria.

O concelho da Batalha foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 2 freguesias — Batalha; e Reguengo — separadas do concelho de Leiria.

Por Decreto de 23 de junho de 1910, a freguesia de Reguengo passou a denominar-se Reguengo do Fetal.

Pela Lei n.º 603 de 15 de junho de 1916, foi criada a freguesia de São Mamede, separada da freguesia de Reguengo do Fetal.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Batalha passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Batalha passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Batalha passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 38/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Golpilheira, separada da freguesia de Batalha.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Batalha passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Litoral.

O concelho da Batalha engloba hoje 4 freguesias: Batalha; Golpilheira; Reguengo do Fetal; e São Mamede.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho da Batalha passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Beja

Em meados da década de 1830, o concelho de Beja englobava 20 freguesias, 4 — Salvador; Santa Maria da Feira; São João Batista; e Santiago Maior — com sede em Beja e 16 — Albernoa; Alfundão; Baleizão; Ervidel; Mombeja; Nossa Senhora das Neves; Peroguarda; Quintos; Salvada; Santa Clara de Louredo; Santa Vitória; São Brissos; São Matias; São Pedro de Pomares; Trindade; e Vilas Boas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Beja passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Beringel, sendo a freguesia que o compunha — Beringel — integrada no concelho de Beja;
- foi transferida 1 freguesia — Ervidel — do concelho de Beja para o concelho de Aljustrel;
- foram transferidas 3 freguesias — Alfundão; Peroguarda; e Vilas Boas — do concelho de Beja para o concelho de Ferreira do Alentejo.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Aljustrel, sendo 2 das freguesias que o compunham — Aljustrel; e Ervidel — integradas no concelho de Beja.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Aljustrel, englobando 2 freguesias — Aljustrel; e Ervidel — separadas do concelho de Beja.

Entre 1900 e 1911, foi criada a freguesia de Cabeça Gorda, separada da freguesia de Salvada;

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Beja passou a fazer parte da província do Alentejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 39448 de 23 de novembro de 1953, a freguesia de São Pedro de Pomares foi integrada na freguesia de Baleizão.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Beja passou a fazer parte da região Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Beja passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 60/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Trigaches, separada da freguesia de Beringel.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Beja passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Beja englobava 18 freguesias: Albernoa; Baleizão; Beja (Salvador); Beja (Santa Maria da Feira); Beja (Santiago Maior); Beja (São João Batista); Beringel; Cabeça Gorda; Mombeja; Nossa Senhora das Neves; Quintos; Salvada; Santa Clara de Louredo; Santa Vitória; São Brissos; São Matias; Trigaches; e Trindade.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Beja passou a englobar 12 freguesias: Baleizão; Beringel; Cabeça Gorda; Nossa Senhora das Neves; Santa Clara de Louredo; São Matias; União das Freguesias de Albernoa e Trindade; União das Freguesias de Beja (Salvador e Santa Maria da Feira); União das Freguesias de Beja (Santiago Maior e São João Batista); União das Freguesias de Salvada e Quintos; União das Freguesias de Santa Vitória e Mombeja; e União das Freguesias de Trigaches e São Brissos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Beja passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Belas

Em meados da década de 1830, o concelho de Belas englobava 1 freguesia — Belas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Belas passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Belas 1 freguesia — Barcarena — do concelho de Lisboa.

O concelho de Belas foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Barcarena — no concelho de Oeiras;
- 1 — Belas — no concelho de Sintra.

Belém

O concelho de Belém foi criado por Decreto de 11 de setembro de 1852 e Edital do Governo Civil de Lisboa de 13 de outubro de 1852, englobando 5 freguesias — Ajuda; Belém; Benfica; Carnide; e Odivelas — e partes de 3 freguesias — Alcântara extramuros; Santa Isabel extramuros; e São Sebastião da Pedreira extramuros — separadas do concelho de Lisboa.

O concelho de Belém foi extinto por Lei de 18 de julho de 1885; das 8 freguesias que o compunham:

- 5 — Alcântara extramuros; Ajuda; Belém; Santa Isabel extramuros; e São Sebastião da Pedreira extramuros — foram integradas no concelho de Lisboa;
- 1 — Benfica — foi dividida entre o concelho de Lisboa (Benfica intramuros) e o concelho de Oeiras (Benfica extramuros);
- 1 — Carnide — foi dividida entre o concelho de Lisboa (Carnide intramuros) e o concelho dos Olivais (Carnide extramuros);
- 1 — Odivelas — foi integrada no concelho dos Olivais.

Belide

Em meados da década de 1830, o concelho de Belide englobava 1 freguesia — Belide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Belide passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Belide foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Belide — integrada no concelho de Soure.

Belmonte

Em meados da década de 1830, o concelho de Belmonte englobava 4 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Tiago — com sede em Belmonte e 2 — Inguias; e Maçainhas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Belmonte passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Caria sendo a freguesia que o compunha — Caria — integrada no concelho de Belmonte.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, a freguesia de Santa Maria de Belmonte foi integrada na freguesia de São Tiago de Belmonte.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, o concelho de Belmonte foi transferido do distrito da Guarda para o distrito de Castelo Branco.

O concelho de Belmonte foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham — Belmonte; Caria; Inguias; e Maçainhas — integradas no concelho da Covilhã.

O concelho de Belmonte foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias — Belmonte; Caria; Inguias; e Maçainhas — separadas do concelho da Covilhã.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Belmonte passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37536 de 1 de setembro de 1949, foi criada a freguesia de Colmeal da Torre, separada da freguesia de Belmonte.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Belmonte passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Belmonte passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Belmonte passou a fazer parte da sub-região da Cova da Beira.

No início de 2013, o concelho de Belmonte englobava 5 freguesias: Belmonte; Caria; Colmeal da Torre; Inguias; e Maçainhas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Belmonte passou a englobar 4 freguesias: Caria; Inguias; Maçainhas; e União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Belmonte passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Belver

Em meados da década de 1830, o concelho de Belver englobava 2 freguesias, 1 com sede em Belver e 1 — Comenda — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Belver passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Belver foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Comenda — no concelho de Gavião;
- 1 — Belver — no concelho de Mação.

Bemposta [Beira Baixa]

Em meados da década de 1830, o concelho de Bemposta englobava 1 freguesia — Bemposta.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Bemposta passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Bemposta foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Bemposta — integrada no concelho de Penamacor.

Bemposta [Beira Litoral]

Ver Pinheiro da Bemposta.

Bemposta [Trás-os-Montes]

Em meados da década de 1830, o concelho de Bemposta englobava 5 freguesias, 1 com sede em Bemposta e 4 — Algosinho; Brunhozinho; Peredo da Bemposta; e Tó — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Bemposta passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Bemposta foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 5 freguesias que o compunham — Algosinho; Bemposta; Brunhozinho; Peredo da Bemposta; e Tó — integradas no concelho de Mogadouro.

Benavente

Em meados da década de 1830, o concelho de Benavente englobava 3 freguesias, 1 com sede em Benavente e 2 — Barrosa; e Santo Estêvão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Benavente passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Salvaterra de Magos, sendo a freguesia que o compunha — Salvaterra de Magos — integrada no concelho de Benavente;

- foi extinto o concelho de Samora Correia, sendo a freguesia que o compunha — Samora Correia — integrada no concelho de Benavente.

Por Lei de 28 de abril de 1837, foi restaurado o concelho de Salvaterra de Magos englobando 1 freguesia — Salvaterra de Magos — separada do concelho de Benavente.

Por Decreto de 2 de novembro de 1841, a freguesia de Barrosa foi anexada à freguesia de Benavente.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Salvaterra de Magos, sendo as 2 freguesias que o compunham — Muge; e Salvaterra de Magos — integradas no concelho de Benavente.

Por Lei de 10 de julho de 1863, foi restaurado o concelho de Salvaterra de Magos, englobando 2 freguesias — Muge; e Salvaterra de Magos — separadas do concelho de Benavente.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Benavente passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Benavente passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Benavente passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 61/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Barrosa, separada da freguesia de Benavente.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Benavente passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

O concelho de Benavente engloba hoje 4 freguesias: Barrosa; Benavente; Samora Correia; e Santo Estêvão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Benavente passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Benavila

Em meados da década de 1830, o concelho de Benavila englobava 2 freguesias, 1 com sede em Benavila e 1 — Valongo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Benavila passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Benavila foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Benavila; e Valongo — integradas no concelho de Avis.

Benviver

Em meados da década de 1830, o concelho de Benviver, com sede em Sande, englobava 12 freguesias, 1 com sede em Sande e 11 — Ariz; Avessadas; Favões; Magrelos; Manhuncelos; Matos; Paços de Gaiolo; Paredes de Viadores; Penha Longa; Rosém; e São Lourenço do Douro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Benviver passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Pendurada, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alpendurada; e Várzea do Douro — integradas no concelho de Benviver;

- foi extinto o concelho de Torrão, sendo a freguesia que o compunha — Torrão — integrada no concelho de Benviver;

- foi extinto o concelho de Vila Boa do Bispo sendo a freguesia que o compunha — Vila Boa do Bispo — integrada no concelho de Benviver;

- foram transferidas 4 freguesias — Avessadas; Manhuncelos; Paredes de Viadores; e Rosém — do concelho de Benviver para o concelho de Soalhães.

O concelho de Benviver foi extinto por Decreto de 31 de março de 1852, que o fundiu com o concelho de Soalhães para constituir o concelho de Marco de Canaveses.

Beringel

Em meados da década de 1830, o concelho de Beringel englobava 1 freguesia — Beringel.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Beringel passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Beringel foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Beringel — integrada no concelho de Beja.

Bertiandos

Em meados da década de 1830, o concelho de Bertiandos englobava 3 freguesias, 1 com sede em Bertiandos e 2 — Estorãos; e Santa Comba — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Bertiandos passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Bertiandos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Bertiandos; Estorãos; e Santa Comba — integradas no concelho de Ponte do Lima.

Besteiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Besteiros, com sede em *Campo de Besteiros*, englobava 13 freguesias, 1 — Santa Eulália — com sede em Campo de Besteiros e 12 — Barreiro de Besteiros; Caparrosa; Castelões; Dardavaz; Lobão da Beira; Molelos; Mosteiro de Fráguas; Nandufe; Santiago de Besteiros; Tonda; Tondela; e Vilar de Besteiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, a sede do concelho de Besteiros foi transferida para Tondela.

Boa Aldeia

Em meados da década de 1830, o concelho de Boa Aldeia englobava 1 freguesia — Boa Aldeia.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Boa Aldeia passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Boa Aldeia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Boa Aldeia — integrada no concelho de Tondela.

Boalhosa

Ver *Queijada*.

Bobadela

Em meados da década de 1830, o concelho de Bobadela englobava 1 freguesia — Bobadela.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Bobadela passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Bobadela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Bobadela — integrada no concelho de Oliveira do Hospital.

Bombarral

O concelho do Bombarral foi criado pela Lei n.º 123 de 28 de março de 1914 e pelo Decreto n.º 465 de 6 de maio de 1914, englobando 3 freguesias — Bombarral; Carvalhal; e Roliça — separadas do concelho de Óbidos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Bombarral passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37175 de 23 de novembro de 1948, foi criada a freguesia de Vale Covo, separada da freguesia do Bombarral.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Bombarral passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Bombarral passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 39/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Pó, separada da freguesia de Roliça.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Bombarral passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Bombarral englobava 5 freguesias: Bombarral; Carvalhal; Pó; Roliça; e Vale Covo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Bombarral passou a englobar 4 freguesias: Carvalhal; Pó; Roliça; e União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Bombarral passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Borba

Em meados da década de 1830, o concelho de Borba englobava 4 freguesias, 2 — Matriz; e São Bartolomeu — com sede em Borba e 2 — Orada; e Santa Bárbara — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Borba passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de Borba 1 freguesia — Rio de Moinhos — do concelho de Estremoz.

Por Decreto de 3 de dezembro de 1891, a freguesia de Santa Bárbara foi integrada na freguesia de Borba – Matriz.

O concelho de Borba foi extinto por Decreto de 12 de julho de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham — Borba (Matriz); Borba (São Bartolomeu); Orada; e Rio de Moinhos — integradas no concelho de Vila Viçosa.

O concelho de Borba foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias — Borba (Matriz); Borba (São Bartolomeu); Orada; e Rio de Moinhos — separadas do concelho de Vila Viçosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Borba passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Borba passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Borba passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Borba passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

O concelho de Borba engloba hoje 4 freguesias: Borba (Matriz); Borba (São Bartolomeu); Orada; e Rio de Moinhos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Borba passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Botão

Em meados da década de 1830, o concelho de Botão englobava 1 freguesia — Botão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Botão passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Botão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Botão — integrada no concelho de Coimbra.

Boticas

O concelho de Boticas foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836 englobando 17 freguesias separadas:

- 1 — Dornelas — do concelho de Dornelas, então extinto;
- 2 — Anelhe; e Ardãos — do concelho de Chaves;
- 14 — Alturas do Barroso; Beça; Bobadela; Canedo; Cerdedo; Cervos; Codessoso; Covas do Barroso; Curros; Eiró (onde se situava a sede do concelho, Boticas); Granja; Pinho; Sapiãos; e Vilar de Porro — do concelho de Montalegre.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida 1 freguesia — Cervos — do concelho de Boticas para o concelho de Montalegre.

Por Decreto de 20 de outubro de 1841, foi criada a freguesia de Fiães do Tâmega, separada da freguesia de Curros.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Anelhe — do concelho de Boticas para o concelho de Chaves.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram transferidas 2 freguesias — Canedo; e Fiães do Tâmega — do concelho de Boticas para o concelho de Ribeira de Pena.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida para o concelho de Boticas 1 freguesia — Fiães do Tâmega — do concelho de Ribeira de Pena.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Boticas passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

Pelo Decreto n.º 39481 de 26 de dezembro de 1953, a freguesia de Eiró passou a denominar-se Boticas.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 47516 de 28 de janeiro de 1967, foi criada a freguesia de São Salvador de Viveiro, separada da freguesia de Covas do Barroso.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Boticas passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Boticas passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Boticas passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Boticas englobava 16 freguesias: Alturas do Barroso; Ardãos; Beça; Bobadela; Boticas; Cerdedo; Codessoso; Covas do Barroso; Curros; Dornelas; Fiães do Tâmega; Granja; Pinho; São Salvador de Viveiro; Sapiãos; e Vilar [de Porro].

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Boticas passou a englobar 10 freguesias: Beça; Covas do Barroso; Dornelas; Pinho; Sapiãos; União das Freguesias de Ardãos e Bobadela; União das Freguesias de Boticas e Granja; União das Freguesias de Alturas do Barroso e Cerdedo; União das Freguesias de Vilar e São Salvador de Viveiro; e União das Freguesias de Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Boticas passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Bouças

Em meados da década de 1830, o concelho de Bouças englobava 6 freguesias, 1 com sede em Bouças e 5 — Guifões; Leça da Palmeira; Lordelo do Ouro; Nevogilde; e Ramalde — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Bouças passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Leça do Bailio, sendo 4 das freguesias que o compunham — Aldoar; Custóias; Leça do Bailio; e São Mamede de Infesta — integradas no concelho de Bouças;

- foram transferidas para o concelho de Bouças 4 freguesias — Lavra; Paranhos; Perafita; e Santa Cruz do Bispo — do concelho da Maia;

- foi transferida 1 freguesia — Lordelo do Ouro — do concelho de Bouças para o concelho do Porto.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Paranhos — do concelho de Bouças para o concelho do Porto.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Bouças 1 freguesia — Labruge — do concelho de Vila do Conde.

Por Decreto de 18 de outubro de 1871, foi transferida 1 freguesia — Labruge — do concelho de Bouças para o concelho de Vila do Conde.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foram transferidas 3 freguesias — Aldoar; Nevogilde; e Ramalde — do concelho de Bouças para o concelho do Porto.

Por Decreto de 6 de maio de 1909, o concelho de Bouças passou a denominar-se concelho de Matosinhos.

Bouro — Santa Maria do Bouro

Em meados da década de 1830, o concelho do Bouro, também denominado Santa Maria do Bouro, englobava 1 freguesia — Santa Maria do Bouro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Bouro passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho do Bouro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Santa Maria do Bouro — integrada no concelho de Amares.

Braga

Em meados da década de 1830, o concelho de Braga englobava 37 freguesias, 6 — Cividade; *Maximinos*; São João do Souto; São José de São Lázaro; São Vítor; e Sé — com sede em Braga e 31 — Adaúfe; Arcos; Crespos; Dume; Escudeiros; Esporões; Este – São Mamede; Este – São Pedro; Ferreiros; Fraião; Frossos; Gondizalves; Gualtar; Guisande; Lamações; Lamas; Lomar; Merelim – São Pedro; Morreira; Navarra; Nogueira; Nogueiró; Palmeira; Penso – Santo Estêvão; Penso – São Vicente; Pousada; Real; Santa Lucrecia de Algeriz; Semelhe; Tenões; e Trandeiras — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Braga passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Braga 6 freguesias — Cabreiros; São Pedro de Oliveira; Priscos; Sequeira; Tebosa; e Vilaça — do concelho de Barcelos;

- foi transferida para o concelho de Braga 1 freguesia — Espinho — do concelho de Guimarães;

- foi extinto o concelho de Pedralva e Lageosa, sendo as 2 freguesias que o compunham — Pedralva; e Sobreposta — integradas no concelho de Braga;

- foi extinto o concelho de Tibães, sendo 2 das freguesias que o compunham — Mire de Tibães; e Parada de Tibães — integradas no concelho de Braga;

- foi extinto o concelho de Vimieiro, sendo as 4 freguesias que o compunham — Aveleda; Celeirós; Figueiredo; e Vimieiro — integradas no concelho de Braga.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Braga 1 freguesia — Arentim — do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Braga 2 freguesias — Tadam e Fradelos; e Padim da Graça — do concelho de Barcelos;

- foi transferida 1 freguesia — Arentim — do concelho de Braga para o concelho de Barcelos;
- foram transferidas 2 freguesias — Pedralva; e Sobreposta — do concelho de Braga para o concelho de Póvoa de Lanhoso.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas para o concelho de Braga 4 freguesias — Arentim; Cunha; Passos; e Ruilhe — do concelho de Barcelos;

- foram transferidas para o concelho de Braga 2 freguesias — Pedralva; e Sobreposta — do concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi extinto o concelho de Prado, sendo 2 das freguesias que o compunham — Panoias; e São Paio de Merelim — integradas no concelho de Braga.

Pelo Decreto-Lei n.º 23306 de 6 de dezembro de 1933, foi criada a freguesia de Braga – São Vicente, separada das freguesias da cidade de Braga.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Braga passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Braga passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Braga passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Braga passou a fazer parte da sub-região do Cávado.

Pela Lei n.º 90/89 de 12 de setembro de 1989, foi criada a freguesia de Fradelos, separada da freguesia de Tadam.

No início de 2013, o concelho de Braga englobava 62 freguesias: Adaúfe; Arcos; Arentim; Aveleda; Braga (Cividade); Braga (Maximinos); Braga (São João do Souto); Braga (São José de São Lázaro); Braga (São Vicente); Braga (São Vítor); Braga (Sé); Cabreiros; Celeirós; Crespos; Cunha; Dume; Escudeiros; Espinho; Esporões; Este (São Mamede); Este (São Pedro); Ferreiros; Figueiredo; Fradelos; Fraião; Frossos; Gondizalves; Gualtar; Guisande; Lamações; Lamas; Lomar; Merelim (São Paio); Merelim (São Pedro); Mire de Tibães; Morreira; Navarra; Nogueira; Nogueiró; Oliveira (São Pedro); Padim da Graça; Palmeira; Panoias; Parada de Tibães; Passos (São Julião); Pedralva; Penso (Santo Estêvão); Penso (São Vicente); Pousada; Priscos; Real; Ruilhe; Santa Lucrécia de Algeriz; Semelhe; Sequeira; Sobreposta; Tadam; Tebosa; Tenões; Trandeiras; Vilaça; e Vimieiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Braga passou a englobar 37 freguesias: Adaúfe; Braga (São Vicente); Braga (São Vítor); Espinho; Esporões; Figueiredo; Gualtar; Lamas; Mire de Tibães; Padim da Graça; Palmeira; Pedralva; Priscos; Ruilhe; Sequeira; Sobreposta; Tadam; Tebosa; União das Freguesias de Arentim e Cunha; União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade); União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto); União

das Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião); União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro; União das Freguesias de Crespos e Pousada; União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente); União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede); União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves; União das Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro); União das Freguesias de Lomar e Arcos; União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães; União das Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos; União das Freguesias de Morreira e Trandeiras; União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações; União das Freguesias de Nogueiró e Tenões; União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe; União das Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra; e União das Freguesias de Vilaça e Fradelos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Braga passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Bragança

Em meados da década de 1830, o concelho de Bragança englobava 128 freguesias, 2 — Santa Maria; e Sé — com sede em Bragança e 126 — Agrochão; Alfaião; Alimonde; Amendoeira; Aveleda; Babe; Baçal; Bagueixe; Banrezes; Bornes; Bousende; Bragada; Brito; Burga; Calvelhe; Carçozinho; Carragosa; Carrapata; Carrazedo; Castelãos; Castrelos; Castro de Avelãs; Castro Roupal; Celas; Cidões; Coelhooso; Conlelas; Corujas; Cova da Lua; Deilão; Dine; Donai; Edrosa; Edroso; Espadanedo; Espinhosela; Fermentãos; Ferreira; Fontes Barrosas; França; Freixeda; Freixedelo; Fresulfe; Gimonde; Gondesende; Gradíssimo; Gralhós; Grijó de Parada; Grijó de Vale Benfeito; Guadramil; Izeda; Lagoa; Lagomar; Lamas de Podence; Lanção; Laviada; Limãos; Macedo de Cavaleiros; Macedo do Mato; Martim; Meilhe; Meixedo; Mofreita; Moimenta; Montezinho; Montouto; Morais; Mós de Celas; Murçós; Negreda; Nogueira; Nunes; Ousilhão; Paçó de Sortes; Palácios; Parada; Paradinha de Besteiros; Paradinha Nova; Parâmio; Paredes; Penhas Juntas; Pereiros; Petisqueira; Pinela; Podence; Pombares; Portelo; Quintela de Lampaças; Rabal; Refoios; Rio de Onor; Sacoias; Salsas; Salselas; Samil; Santa Comba de Rossas; Santa Combinha; São Cibrão; São Julião de Palácios; São Pedro de Sarracenos; Sarzeda; Sendas; Serapicos; Soeira; Sortes; Soutelo da Gamoeda; Soutelo Mourisco; Talhas; Talhinhas; Terroso; Valdrez; Vale Benfeito; Vale da Porca; Vale de Lamas; Varge; Viduedo; Vila Boa de Carçozinho; Vila Boa de Ousilhão; Vila Meã; Vila Nova; Vilar de Peregrinos; Vilar do Monte; Vilarinho de Cova de Lua; Vinhas; Zeive; e Zoio — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Bragança passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Faílde e Carocedo, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carocedo; e Faílde — integradas no concelho de Bragança;
- foi extinto o concelho de Gostei, sendo a freguesia que o compunha — Gostei — integrada no concelho de Bragança;

- foi extinto o concelho de Rebordainhos, sendo a freguesia que o compunha — Rebordainhos — integrada no concelho de Bragança;

- foi extinto o concelho de Rebordãos, sendo as 3 freguesias que o compunham — Mós de Rebordãos; Rebordãos; e Valverde — integradas no concelho de Bragança;

- foi extinto o concelho de Vila Franca de Lapaças, sendo a freguesia que o compunha — Vila Franca de Lapaças — integrada no concelho de Bragança;

- foram transferidas 5 freguesias — Banrezes; Castelãos; Edroso; Vale da Porca; e Vilar do Monte — do concelho de Bragança para o concelho de Chacim;

- foram transferidas 10 freguesias — Amendoeira; Bornes de Monte Mel; Burga; Carrapata; Corujas; Gradíssimo; Grijó de Vale Benfeito; Lamas de Podence; Macedo de Cavaleiros; e Vale Benfeito — do concelho de Bragança para o concelho de Cortiços;

- foram transferidas 24 freguesias — Bagueixe; Calvelhe; Carçozinho; Castro Roupal; Coelhooso; Edrosa; Freixeda; Gralhós; Izeda; Lagoa; Limãos; Macedo do Mato; Moraes; Paradinha de Besteiros; Paradinha Nova e Paradinha Velha; Podence; Salsas; Salselas; Serapicos; Talhas; Talhinhas; Valdrez; Vila Boa de Carçozinho; e Vinhas — do concelho de Bragança para o concelho de Izeda, então criado;

- foram transferidas 2 freguesias — Moimenta; e Montouto — do concelho de Bragança para o concelho de Santalha, então criado;

- foram transferidas 6 freguesias — Agrochão; Bousende; Espadanedo; Ferreira; Murçós; e Soutelo de Pena Mourisca — do concelho de Bragança para o concelho de Torre de Dona Chama;

- foram transferidas 16 freguesias — Brito; Celas; Cidões; Dine; Fresulfe; Meilhe; Mofreita; Mós de Celas; Negreda; Nunes; Ousilhão; Penhas Juntas; São Cibrão; Soeira; Vila Boa de Ousilhão; e Vilar de Peregrinos — do concelho de Bragança para o concelho de Vinhais.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Alimonde foi integrada na freguesia de Carrazedo;
- a freguesia de Bragada foi integrada na freguesia de Quintela de Lapaças;
- a freguesia de Castro de Avelãs foi integrada na freguesia de Gostei;
- a freguesia de Carocedo foi integrada na freguesia de Faílde;
- a freguesia de Conlelas foi integrada na freguesia de Castrelos;
- a freguesia de Cova da Lua foi integrada na freguesia de Espinhosela;
- a freguesia de Fermentãos foi integrada na freguesia de Sendas;
- a freguesia de Frieira foi integrada na freguesia de Macedo do Mato;
- a freguesia de Fontes Barrosas foi integrada na freguesia de Castro de Avelãs;
- a freguesia de Freixedelo foi integrada na freguesia de Grijó de Parada;
- a freguesia de Guadramil foi integrada na freguesia de Rio de Onor;
- a freguesia de Lagomar foi integrada na freguesia de Donai;
- a freguesia de Lanção foi integrada na freguesia de Sortes;
- a freguesia de Laviada foi integrada na freguesia de Babe;
- a freguesia de Martim foi integrada na freguesia de Zoio;

- a freguesia de Montezinho foi integrada na freguesia de França;
- a freguesia de Paçó de Sortes foi integrada na freguesia de Mós de Rebordãos;
- a freguesia de Palácios foi integrada na freguesia de São Julião de Palácios;
- a freguesia de Paredes foi integrada na freguesia de Parada;
- a freguesia de Pereiros foi integrada na freguesia de Rebordainhos;
- a freguesia de Petisqueira foi integrada na freguesia de Deilão;
- a freguesia de Portelo foi integrada na freguesia de França;
- a freguesia de Refoios foi integrada na freguesia de Zoio;
- a freguesia de Sacoias foi integrada na freguesia de Baçal;
- a freguesia de Sarzeda foi integrada na freguesia de Rebordãos;
- a freguesia de Soutelo da Gamoeda foi integrada na freguesia de Carragosa;
- a freguesia de Terroso foi integrada na freguesia de Espinhosela;
- a freguesia de Vale de Lamas foi integrada na freguesia de Baçal;
- a freguesia de Valverde foi integrada na freguesia de Pinela;
- a freguesia de Varge foi integrada na freguesia de Aveleda;
- a freguesia de Viduedo foi integrada na freguesia de Sortes;
- a freguesia de Vila Franca de Lampaças foi integrada na freguesia de Sendas;
- a freguesia de Vila Meã foi integrada na freguesia de Deilão;
- a freguesia de Vila Nova foi integrada na freguesia de Donai;
- a freguesia de Vilarinho da Cova da Lua foi integrada na freguesia de Espinhosela;
- a freguesia de Zeive foi integrada na freguesia de Parâmio.

Entre 1849 e 1853, foram transferidas para o concelho de Bragança 2 freguesias — Macedo do Mato; e Paradinha Nova e Paradinha Velha — do concelho de Izeda.

Por Decreto de 22 de junho de 1853, foi extinto o concelho de Outeiro, sendo 4 das freguesias que o compunham — Milhão; Outeiro e Paradinha; Paçó e Rio Frio; e Quintanilha e Veiga — integradas no concelho de Bragança.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferida para o concelho de Bragança 1 freguesia — Salsas — do concelho de Izeda;
- foi transferida 1 freguesia — Santa Combinha — do concelho de Bragança para o concelho de Macedo de Cavaleiros, então criado;
- foi transferida 1 freguesia — Zeive — do concelho de Bragança para o concelho de Vinhais.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Izeda, sendo 5 das freguesias que o compunham — Calvelhe; Coelhoso; Frieira; Izeda; e Serapicos — integradas no concelho de Bragança;
- foi transferida para o concelho de Bragança 1 freguesia — Santa Combinha — do concelho de Macedo de Cavaleiros;
- foi transferida para o concelho de Bragança 1 freguesia — Zeive — do concelho de Vinhais.

Por Decreto de 8 de março de 1888, a freguesia de Castro de Avelãs foi separada da freguesia de Gostei.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, a freguesia de Santa Combinha foi transferida do concelho de Bragança para o concelho de Macedo de Cavaleiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Bragança passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Bragança passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Bragança passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Bragança passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Bragança englobava 49 freguesias: Alfaião; Aveleda; Babe; Baçal; Calvelhe; Carragosa; Carrazedo; Castrelos; Castro de Avelãs; Coelhooso; Deilão; Donai; Espinhosela; Faílde; França; Gimonde; Gondesende; Gostei; Grijó de Parada; Izeda; Macedo do Mato; Meixedo; Milhão; Mós; Nogueira; Outeiro; Parada; Paradinha Nova; Parâmio; Pinela; Pombares; Quintanilha; Quintela de Lampaças; Rabal; Rebordainhos; Rebordãos; Rio de Onor; Rio Frio; Salsas; Samil; Santa Comba de Rossas; Santa Maria; São Julião de Palácios; São Pedro de Sarracenos; Sé; Sendas; Serapicos; Sortes; e Zoio.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Bragança passou a englobar 39 freguesias: Alfaião; Babe; Baçal; Carragosa; Castro de Avelãs; Coelhooso; Donai; Espinhosela; França; Gimonde; Gondesende; Gostei; Grijó de Parada; Macedo do Mato; Mós; Nogueira; Outeiro; Parâmio; Pinela; Quintanilha; Quintela de Lampaças; Rabal; Rebordãos; Salsas; Samil; Santa Comba de Rossas; São Pedro de Sarracenos; Sendas; Serapicos; Sortes; Zoio; União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo; União das Freguesias de Rebordainhos e Pombares; União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor; União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova; União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo; União das Freguesias de Parada e Faílde; União das Freguesias de Rio Frio e Milhão; e União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Bragança passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Britiande

Em meados da década de 1830, o concelho de Britiande englobava 1 freguesia — Britiande.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Britiande passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Britiande foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Britiande — integrada no concelho de Lamego.

Brotas

Ver Águias.

Brunhido

Em meados da década de 1830, o concelho de Brunhido englobava a localidade de Brunhido, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Valongo do Vouga.

O concelho de Brunhido foi extinto por Decreto de 7 de agosto de 1835, sendo a localidade que o compunha — Brunhido — integrada no concelho do Vouga.

Buarcos

Em meados da década de 1830, o concelho de Buarcos englobava 1 freguesia — Buarcos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Buarcos passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Buarcos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Buarcos — integrada no concelho da Figueira da Foz.

Burgo

Em meados da década de 1830, o concelho de Burgo englobava 1 freguesia — Burgo.

O concelho de Burgo foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a freguesia que o compunha — Burgo — integrada no concelho de Arouca.

Bustelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Bustelo englobava 1 freguesia — Bustelo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Bustelo passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Bustelo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Bustelo — integrada no concelho de Penafiel.

Cabaços [Alvaiázere]

O concelho de Cabaços foi criado e integrado no distrito de Leiria por Decreto de 6 de novembro de 1836, com sede na freguesia de Rego da Murta, englobando 3 freguesias separadas:

- 1 — Rego da Murta — do concelho de Alvaiázere;
- 1 — Arega — do concelho de Arega, então extinto;
- 1 — Pussos — do concelho de Vila Nova de Pussos, então extinto.

O concelho de Cabaços foi extinto por Lei de 4 de julho de 1837, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Pussos; e Rego da Murta — no concelho de Alvaiázere;
- 1 — Arega — no concelho de Maçãs de Dona Maria.

Cabaços [Ponte de Lima]

Em meados da década de 1830, o concelho de Cabaços englobava 1 freguesia — Cabaços.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cabaços passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Cabaços foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cabaços — integrada no concelho de Ponte de Lima.

Cabeção

Em meados da década de 1830, o concelho de Cabeção englobava 1 freguesia — Cabeção.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cabeção passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Cabeção foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cabeção — integrada no concelho de Pavia.

Cabeceiras de Basto

Em meados da década de 1830, o concelho de Cabeceiras de Basto englobava 13 freguesias, 1 com sede em Cabeceiras de Basto e 12 — Aboim; Arco de Baúlhe; Basto; Bucos; Cavez; Faia; Gondíães; Painzela; Pedraça; Rio Douro; Vila Nune; e Vilar de Cunhas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cabeceiras de Basto passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Abadim, sendo a freguesia que o compunha — Abadim — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto;

- foram transferidas para o concelho de Cabeceiras de Basto 2 freguesias — Passos; e Telões — do concelho de Celorico de Basto;

- foi extinto o concelho de Moreira do Rei, sendo a freguesia que o compunha — Moreira do Rei — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto;

- foi extinto o concelho de Pedraído, sendo a freguesia que o compunha — Pedraído — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto;

- foi extinto o concelho de Refojos de Basto, sendo as 4 freguesias que o compunham — Alvite; Outeiro; Refojos de Basto; e Várzea Cova — integradas no concelho de Cabeceiras de Basto;

- foi extinto o concelho de Rossas, sendo as 2 freguesias que o compunham — Anjos; e Rossas — integradas no concelho de Cabeceiras de Basto;

• foi extinto o concelho de Vila Boa da Roda, sendo a freguesia que o compunha — Guilhofrei — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Moreira do Rei; e Pedraído — do concelho de Cabeceiras de Basto para o concelho de Fafe.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foram transferidas 3 freguesias — Anjos; Guilhofrei; e Rossas — do concelho de Cabeceiras de Basto para o concelho de Vieira do Minho.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Telões — do concelho de Cabeceiras de Basto para o concelho de Amarante.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram transferidas 2 freguesias — Aboim; e Várzea Cova — do concelho de Cabeceiras de Basto para o concelho de Fafe.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Cabeceiras de Basto passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Cabeceiras de Basto passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Cabeceiras de Basto passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Cabeceiras de Basto passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Cabeceiras de Basto englobava 17 freguesias: Abadim; Alvite; Arco de Baúlhe; Basto; Bucos; Cabeceiras de Basto; Cavez; Faia; Gondiaães; Outeiro; Painzela; Passos; Pedraça; Refojos de Basto; Rio Douro; Vila Nune; e Vilar de Cunhas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Cabeceiras de Basto passou a englobar 12 freguesias: Abadim; Basto; Bucos; Cabeceiras de Basto; Cavez; Faia; Pedraça; Rio Douro; União das Freguesias de Alvite e Passos; União das Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune; União das Freguesias de Gondiaães e Vilar de Cunhas; e União das Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Cabeceras de Basto passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Cabeço de Vide

Em meados da década de 1830, o concelho de Cabeço de Vide englobava 1 freguesia — Cabeço de Vide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cabeço de Vide passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Cabeço de Vide foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cabeço de Vide — integrado no concelho de Alter do Chão.

O concelho de Cabeço de Vide foi restaurado por Lei de 27 de setembro de 1837, englobando 2 freguesias — Alter Pedroso; e Cabeço de Vide — separadas do concelho de Alter do Chão.

O concelho de Cabeço de Vide foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alter Pedroso; e Cabeço de Vide — integradas no concelho de Alter do Chão.

Cabra

Em meados da década de 1830, o concelho de Cabra englobava 1 freguesia — Cabra.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cabra passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Cabra foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cabra — integrada no concelho de Gouveia.

Cabrela

Em meados da década de 1830, o concelho de Cabrela englobava 2 freguesias, 1 com sede em Cabrela e 1 — Landeira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cabrela passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Cabrela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Cabrela; e Landeira — integradas no concelho de Montemor-o-Novo.

Cabril

Em meados da década de 1830, o concelho de Cabril englobava 2 freguesias, 1 com sede em Baltar de Cabril e 1 — Moimenta de Baltar — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cabril passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Cabril foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Baltar de Cabril; e Moimenta de Baltar — integrada no concelho de Castro Daire.

Cadaval

Em meados da década de 1830, o concelho do Cadaval englobava 9 freguesias, 1 com sede no Cadaval e 8 — Alguber; Cercal; Figueiros; Lamas; Peral; Pêro Moniz; Vermelha; e Vilar — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Cadaval passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho do Cadaval foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Alguber; Cercal; e Figueiros — no concelho de Alcoentre;
- 6 — Cadaval; Lamas; Peral; Pero Moniz; Vermelha; e Vilar — no concelho de Óbidos.

O concelho do Cadaval foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 8 freguesias — Bombarral; Cadaval; Carvalhal; Lamas; Peral; Pero Moniz; Vermelha; e Vilar — separadas do concelho de Óbidos.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Alcoentre, sendo 3 das freguesias que o compunham — Alguber; Cercal; e Figueiros — integradas no concelho do Cadaval;
- foram transferidas 2 freguesias — Bombarral; e Carvalhal — do concelho de Cadaval para o concelho de Óbidos.

O concelho do Cadaval foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Cadaval; e Vilar — no concelho de Alenquer;
- 3 — Cercal; Lamas; e Peral — no concelho da Azambuja;
- 2 — Pêro Moniz; e Vermelha — no concelho de Óbidos;
- 2 — Alguber; e Figueiros — no concelho de Rio Maior.

O concelho do Cadaval foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 9 freguesias separadas:

- 3 — Cadaval; Lamas; e Vilar — do concelho de Alenquer;
- 2 — Cercal; e Peral — do concelho da Azambuja;
- 2 — Pêro Moniz; e Vermelha — do concelho de Óbidos;
- 2 — Alguber; e Figueiros — do concelho de Rio Maior.

Pela Lei n.º 386 de 4 de setembro de 1915, foi criada a freguesia de Painho, separada da freguesia de Figueiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Cadaval passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Cadaval passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Cadaval passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Cadaval passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho do Cadaval englobava 10 freguesias: Alguber; Cadaval; Cercal; Figueiros; Lamas; Painho; Peral; Pêro Moniz; Vermelha; e Vilar.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Cadaval passou a englobar 7 freguesias: Algeber; Peral; Vermelha; Vilar; União das Freguesias de Cadaval e Pêro Moniz; União das Freguesias de Lamas e Cercal; e União das Freguesias de Painho e Figueiros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Cadaval passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Cadima

Em meados da década de 1830, o concelho de Cadima englobava 2 freguesias, 1 com sede em Cadima e 1 — Tocha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cadima passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Cadima foi transferido do distrito de Aveiro para o distrito de Coimbra;
- foi extinto o concelho de Arazede do Bispo, sendo a freguesia que o compunha — Arazede — integrada no concelho de Cadima;
- foi transferida para o concelho de Cadima 1 freguesia — Liceia — do concelho de Montemor-o-Velho.

O concelho de Cadima foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Cadima; e Tocha — no concelho de Cantanhede;
- 2 — Arazede; e Liceia — no concelho de Montemor-o-Velho.

Caldas — Caldas da Rainha

Em meados da década de 1830, o concelho das Caldas, também denominado Caldas da Rainha, englobava 1 freguesia — Caldas da Rainha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Caldas da Rainha passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alvorninha, sendo a freguesia que o compunha — Alvorninha — integrada no concelho de Caldas da Rainha;
- foram transferidas 3 freguesias — Coto; Tornada; e Vidais — do concelho de Óbidos para o concelho das Caldas da Rainha;
- foi extinto o concelho de Salir de Matos, sendo a freguesia que o compunha — Salir de Matos — integrada no concelho das Caldas da Rainha;
- foi extinto o concelho de Santa Catarina, sendo 2 das freguesias que o compunham — Carvalhal Benfeito; e Santa Catarina — integradas no concelho das Caldas da Rainha.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de São Martinho do Porto, sendo 2 das freguesias que o compunham — Salir do Porto; e Serra do Bouro — integradas no concelho de Caldas da Rainha.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foram transferidas para o concelho de Caldas da Rainha 3 freguesias — Alfeizerão; Famalicão; e São Martinho do Porto — do concelho de Alcobaça;
- foram transferidas para o concelho de Caldas da Rainha 3 freguesias — A dos Francos; Landal; e São Gregório da Fanadia — do concelho de Óbidos.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foram transferidas 2 freguesias — Famalicão; e Santa Catarina — do concelho de Caldas da Rainha para o concelho de Alcobaça.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida para o concelho das Caldas da Rainha 1 freguesia — Santa Catarina — do concelho de Alcobaça;
- foram transferidas 2 freguesias — Alfeizerão; e São Martinho do Porto — do concelho das Caldas da Rainha para o concelho de Alcobaça.

Pela Lei n.º 839 de 5 de julho de 1919, foi criada a freguesia de Foz do Arelho, separada da freguesia de Serra do Bouro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho das Caldas da Rainha passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 41453 de 19 de dezembro de 1957, foi criada a freguesia de Nadadouro, separada da freguesia de Serra do Bouro.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho das Caldas da Rainha passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho das Caldas da Rainha passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 41/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Santo Onofre, separada da freguesia das Caldas da Rainha.

Pela Lei n.º 75/85 de 28 de setembro de 1985, a freguesia de São Gregório da Fanadia passou a denominar-se São Gregório.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho das Caldas da Rainha passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

Pela Lei n.º 34/89 de 23 de agosto de 1989, as freguesias das Caldas da Rainha e de Santo Onofre passaram a denominar-se, respetivamente, Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo e Caldas da Rainha – Santo Onofre.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a sub-região do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Caldas da Rainha englobava 16 freguesias: A dos Francos; Alvorninha; Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo; Caldas da Rainha – Santo Onofre;

Carvalhal Benfeito; Coto; Foz do Arelho; Landal; Nadadouro; Salir de Matos; Salir do Porto; Santa Catarina; São Gregório; Serra do Bouro; Tornada; e Vidais.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Caldas da Rainha passou a englobar 12 freguesias: A dos Francos; Alvorninha; Carvalhal Benfeito; Foz do Arelho; Landal; Nadadouro; Salir do Porto; Santa Catarina; Vidais; União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (com alterações dos limites territoriais); União das Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro (com alterações dos limites territoriais); e União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho das Caldas da Rainha passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Cambeses

Em meados da década de 1830, o concelho de Cambeses englobava 1 freguesia — Cambeses.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cambeses passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Cambeses foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cambeses — integrada no concelho de Barcelos.

Cambra

Ver Macieira de Cambra e Vale de Cambra.

Caminha

Em meados da década de 1830, o concelho de Caminha englobava 21 freguesias, 1 — Caminha – Matriz — com sede em Caminha e 20 — Arga de Baixo; Arga de Cima; Arga de São João; Argela; Azevedo; Covas; Cristelo; Freixieiro de Soutelo; Gondar; Gontinhães; Lanhelas; Moledo; Orbacém; Riba de Âncora; Seixas; Sopo; Venade; Vilar de Mouros; Vilarelho; e Vile — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Caminha passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Caminha 1 freguesia — Âncora — do concelho de Viana.
- foram transferidas 2 freguesias — Covas; e Sopo — do concelho de Caminha para o concelho de Vila Nova de Cerveira.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, foi transferida 1 freguesia — Freixieiro de Soutelo — do concelho de Caminha para o concelho de Viana.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foi extinto o concelho de Vila Nova de Cerveira, sendo 3 das freguesias que o compunham — Covas; Gondarém; e Sopo — integradas no concelho de Caminha.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Vila Nova de Cerveira, englobando 3 freguesias — Covas; Gondarém; e Sopo — separadas do concelho de Caminha.

Pela Lei n.º 1616 de 5 de julho de 1924, a freguesia de Gontinhães passou a denominar-se Vila Praia de Âncora.

Pelo Decreto-Lei n.º 274242 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Caminha passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48590 de 26 de setembro de 1968, foi criada a freguesia de Dem, separada das freguesias de Gondar e de Orbacém.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Caminha passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Caminha passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Caminha passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Caminha englobava 20 freguesias: Âncora; Arga de Baixo; Arga de Cima; Arga de São João; Argela; Azevedo; Caminha (Matriz); Cristelo; Dem; Gondar; Lanhelas; Moledo; Orbacém; Riba de Âncora; Seixas; Venade; Vila Praia de Âncora; Vilar de Mouros; Vilarelho; e Vile.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Caminha passou a englobar 14 freguesias: Âncora; Argela; Dem; Lanhelas; Riba de Âncora; Seixas; Vila Praia de Âncora; Vilar de Mouros; Vile; União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João); União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho; União das Freguesias de Gondar e Orbacém; União das Freguesias de Moledo e Cristelo; e União das Freguesias de Venade e Azevedo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Caminha passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Campanhã

Em meados da década de 1830, o concelho de Campanhã englobava 1 freguesia — Campanhã.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Campanhã passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Campanhã foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Campanhã — integrada no concelho do Porto.

Campo Maior

Em meados da década de 1830, o concelho de Campo Maior englobava 2 freguesias — Nossa Senhora da Expectação; e São João Batista — ambas com sede em Campo Maior.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Campo Maior passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Ouguela, sendo a freguesia que o compunha — Ouguela — integrada no concelho de Campo Maior.

Por Decreto de 17 de janeiro de 1879, a freguesia de Ouguela foi integrada na freguesia de Campo Maior – São João Batista.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi transferida para o concelho de Campo Maior 1 freguesia — Degolados — do concelho de Arronches.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — Degolados — do concelho de Campo Maior para o concelho de Arronches.

Pelo Decreto n.º 12758 de 6 de dezembro de 1926, foi transferida para o concelho de Campo Maior 1 freguesia — Degolados — do concelho de Arronches.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Campo Maior passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Campo Maior passou a fazer parte da região do Sul sub-região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Campo Maior passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Campo Maior passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

O concelho de Campo Maior engloba hoje 3 freguesias: Degolados; Nossa Senhora da Expectação; e São João Batista.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Campo Maior passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Canal

Em meados da década de 1830, o concelho de Canal englobava 1 freguesia — Canal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Canal passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Canal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Canal — integrada no concelho de Estremoz.

Canas de Sabugosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Canas de Sabugosa englobava 1 freguesia — Canas de Sabugosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Canas de Sabugosa passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Canas de Sabugosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Canas de Sabugosa — integrada no concelho de Tondela.

Canas de Senhorim

Em meados da década de 1830, o concelho de Canas de Senhorim englobava 1 freguesia — Canas de Senhorim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Canas de Senhorim passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Folhedal, sendo a localidade que o compunha — Folhedal — integrada no concelho de Canas de Senhorim;

- foi transferida para o concelho de Canas de Senhorim 1 freguesia — Carvalhal Redondo — do concelho de Senhorim.

O concelho Canas de Senhorim foi extinto por Decreto de 9 de novembro de 1852, que o fundiu com o concelho de Senhorim para constituir o concelho de Nelas.

Canaveses

Em meados da década de 1830, o concelho de Canaveses englobava 2 freguesias, 1 — São Nicolau — com sede em Canaveses e 1 — Sobretâmega — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- o concelho de Canaveses foi anexado ao concelho de Tuias;
- o concelho de Tuías e Canaveses passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Canaveses foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — São Nicolau; e Sobretâmega — integradas no concelho de Soalhães.

Candosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Candosa englobava 1 freguesia — Candosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Candosa passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Candosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Candosa — integrada no concelho de Midões.

Canelas

Em meados da década de 1830, o concelho de Canelas englobava a localidade de Canelas, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Poiares.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Canelas passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Canelas 4 freguesias — Covelinhas; Galafura; Poiares; e Vilarinho dos Freires — do concelho de Vila Real.

O concelho de Canelas foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 4 freguesias que o compunham — Covelinhas; Galafura; Poiares; e Vilarinho dos Freires — integradas no concelho de Peso da Régua.

Canha

Em meados da década de 1830, o concelho de Canha englobava 1 freguesia — Canha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Canha passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Canha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Canha — integrada no concelho de Montemor-o-Novo.

O concelho de Canha foi restaurado e integrado no distrito de Évora por Lei de 2 de janeiro de 1838, englobando 5 freguesias — Cabrela; Canha; Landeira; Lavre; e São Lourenço — separadas do concelho de Montemor-o-Novo.

O concelho de Canha foi extinto por Lei de 17 de abril de 1838, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Canha — no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo;
- 4 — Cabrela; Landeira; Lavre; e São Lourenço — no concelho de Montemor-o-Novo.

Cano

Em meados da década de 1830, o concelho de Cano englobava 1 freguesia — Cano.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cano passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Cano foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cano — integrada no concelho de Sousel.

Cantanhede

Em meados da década de 1830, o concelho de Cantanhede englobava 9 freguesias, 1 com sede em Cantanhede e 8 — Bolho; Cordinhã; Covões; Febres; Mamarrosa; Ourentã; Pocariça; e Sepins — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cantanhede passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Cantanhede 1 freguesia — Murtede — do concelho de Coimbra;

- foi extinto o concelho de Outil, sendo a freguesia que o compunha — Outil — integrada no concelho de Cantanhede;

- foi transferida 1 freguesia — Mamarrosa — do concelho de Cantanhede para o concelho de Mira.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Ançã, sendo 3 das freguesias que o compunham — Ançã; Portunhos; e Vil de Matos — integradas no concelho de Cantanhede;

- foi extinto o concelho de Cadima, sendo 2 das freguesias que o compunham — Cadima; e Tocha — integradas no concelho de Cantanhede.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Vil de Matos — do concelho de Cantanhede para o concelho de Coimbra.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Mira, sendo a freguesia que o compunha — Mira — integrada no concelho de Cantanhede

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Mira, englobando 1 freguesia — Mira — separada do concelho de Cantanhede.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Cantanhede passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Cantanhede passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Cantanhede passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 95/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de São Caetano, separada da freguesia de Cantanhede.

Pela Lei n.º 98/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Corticeiro de Cima, separada da freguesia de Febres.

Pela Lei n.º 115/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Vilamar, separada da freguesia de Febres.

Pela Lei n.º 23/86 de 19 de agosto de 1986, foi criada a freguesia de Sanguinheira, separada da freguesia de Cadima.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Cantanhede passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

Pela Lei n.º 51-B/93 de 9 de julho de 1993, foi criada a freguesia de Camarneira, separada da freguesia de Covões.

No início de 2013, o concelho de Cantanhede englobava 19 freguesias: Ançã; Bolho; Cadima; Camarneira; Cantanhede; Cordinhã; Corticeiro de Cima; Covões; Febres; Murtede; Ourentã; Outil; Pocariça; Portunhos; Sanguinheira; São Caetano; Sepins; Tocha; e Vilamar.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Cantanhede passou a englobar 14 freguesias: Ançã; Cadima; Cordinhã; Febres; Murtede; Ourentã; Sanguinheira; São Caetano; Tocha; União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça; União das Freguesias de Covões e Camarneira; União das Freguesias de Portunhos e Outil; União das Freguesias de Sepins e Bolho; e União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Cantanhede passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Capareiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Capareiros englobava 1 freguesia — Capareiros.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Capareiros passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Capareiros foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Capareiros — integrada no concelho de Viana.

Carapito

Em meados da década de 1830, o concelho de Carapito englobava 1 freguesia — Carapito.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Carapito passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Carapito foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Carapito — integrada no concelho de Aguiar da Beira.

Cardigos

Em meados da década de 1830, o concelho de Cardigos englobava 1 freguesia — Cardigos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cardigos passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Cardigos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cardigos — integrada no concelho de Proença-a-Nova.

Caria [Belmonte]

Em meados da década de 1830, o concelho de Caria englobava 1 freguesia — Caria.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Caria passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Caria foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Caria — integrada no concelho de Belmonte.

Caria [Moimenta da Beira]

Em meados da década de 1830, o concelho de Caria englobava 8 freguesias, 1 com sede em Caria e 7 — Aldeia de Nacomba; Arcozelos; Carregal; Faia; Lamosa; Penso; e Segões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Caria passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Rua, sendo a freguesia que o compunha — Rua — integrada no concelho de Caria;

- foi transferida 1 freguesia — Segões — do concelho de Caria para o concelho de Moimenta da Beira.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foi transferida para o concelho de Caria 1 freguesia — Quintela da Lapa — do concelho de Sernancelhe;

- foram transferidas 2 freguesias — Aldeia de Nacomba; e Arcozelos — do concelho de Caria para o concelho de Moimenta da Beira.

O concelho de Caria foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 7 freguesias que o compunham — Caria; Carregal; Faia; Lamosa; Penso; Quintela da Lapa; e Rua — integradas no concelho de Sernancelhe.

Carocedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Carocedo englobava 1 freguesia — Carocedo.

O concelho de Carocedo foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a freguesia que o compunha — Carocedo — integrada no concelho de Failde.

Carrazeda de Ansiães

Em meados da década de 1830, o concelho de Carrazeda de Ansiães englobava 18 freguesias, 1 com sede em Carrazeda de Ansiães e 17 — Amedo; Beira Grande; Belver; Castanheiro

do Norte; Fonte Longa; Lavandeira; Linhares; Luzelos; Marzagão; Parambos; Pinhal do Norte; Pombal; Ribalonga; Samorinha; Seixo de Ansiães; Selores; e Zedes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Carrazeda de Ansiães passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Freixiel, sendo 2 das freguesias que o compunham — Mogo de Malta; e Pereiros — integradas no concelho de Carrazeda de Ansiães;

- foi extinto o concelho de Vilarinho da Castanheira, sendo 5 das freguesias que o compunham — Carvalho de Egas; Castedo de Vilarça; Lousa; Pinhal do Douro; e Vilarinho da Castanheira — integradas no concelho de Carrazeda de Ansiães.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Vilarinho da Castanheira englobando 5 freguesias — Carvalho de Egas; Castedo de Vilarça; Lousa; Pinhal do Douro; e Vilarinho da Castanheira — separadas do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841, a freguesia de Luzelos foi integrada na freguesia de Marzagão.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Vilarinho da Castanheira, sendo 3 das freguesias que o compunham — Mourão; Pinhal do Douro; e Vilarinho da Castanheira — integradas no concelho de Carrazeda de Ansiães.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Mourão — do concelho de Carrazeda de Ansiães para o concelho de Vila Flor.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Pinhal do Douro foi integrada na freguesia de Vilarinho da Castanheira;
- a freguesia de Samorinha foi integrada na freguesia de Carrazeda de Ansiães;
- o concelho de Carrazeda de Ansiães passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Carrazeda de Ansiães passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Carrazeda de Ansiães passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Carrazeda de Ansiães passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Carrazeda de Ansiães englobava 19 freguesias: Amedo; Beira Grande; Belver; Carrazeda de Ansiães; Castanheiro do Norte; Fonte Longa; Lavandeira; Linhares; Marzagão; Mogo de Malta; Parambos; Pereiros; Pinhal do Norte; Pombal; Ribalonga; Seixo de Ansiães; Selores; Vilarinho da Castanheira; e Zedes.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Carrazeda de Ansiães passou a englobar 14 freguesias: Carrazeda de Ansiães; Fonte Longa; Linhares; Marzagão; Parambos; Pereiros; Pinhal do Norte; Pombal; Seixo de Ansiães; Vilarinho da Castanheira; União das Freguesias

de Amedo e Zedes; União das Freguesias de Belder e Mogo de Malta; União das Freguesias de Castanheiro do Norte e Ribalonga; e União das Freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Carrazeda de Ansiães passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Carrazedo de Montenegro

O concelho de Carrazedo de Montenegro foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 14 freguesias separadas:

- 13 — Canaveses; Carrazedo de Montenegro; Crasto; Curros; Jou; Padrela; Póvoa de Agrações; Santa Maria de Emeres; Santa Maria de Veiga de Lila, São João da Corveira; São Pedro de Veiga de Lila; Tazem; e Vales — do concelho de Chaves;

- 1 — Água Revés — do concelho de Água Revés, então extinto.

Por Lei de 27 de setembro de 1837:

- foi transferida 1 freguesia — Serapicos — do concelho de Chaves para o concelho de Carrazedo de Montenegro;

- foi transferida 1 freguesia — Nozedo — do concelho de Valpaços para o concelho de Carrazedo de Montenegro.

O concelho de Carrazedo de Montenegro foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 16 freguesias que o compunham — Água Revés; Canaveses; Carrazedo de Montenegro; Crasto; Curros; Jou; Nozedo; Padrela; Póvoa de Agrações; Santa Maria de Emeres; Santa Maria de Veiga de Lila; São João da Corveira; São Pedro de Veiga de Lila; Serapicos; Tazem; e Vales — integradas no concelho de Valpaços.

Carregal — Carregal do Sal

O concelho de Carregal, também denominado Carregal do Sal, foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, por transferência da sede do concelho de Currelos.

Pelo mesmo Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Oliveira do Conde, sendo as 3 freguesias que o compunham — Beijós; Cabanas de Viriato; e Oliveira do Conde — integradas no concelho de Carregal do Sal;

- foi extinto o concelho de São João de Areias, sendo 1 das freguesias que o compunham — Parada — integrada no concelho de Carregal do Sal;

- foram transferidas para o concelho de Carregal do Sal 2 freguesias — Papízios; e Sobral de Papízios — do concelho de Viseu.

Por Decreto de 17 de janeiro de 1837 o concelho de Carregal do Sal foi transferido do distrito de Coimbra para o distrito de Viseu.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de São João de Areias, englobando 1 freguesia — Papízios — separada do concelho de Carregal do Sal.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de Carregal do Sal 1 freguesia — Papízios — do concelho de São João de Areias.

Por outra Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida 1 freguesia — Parada — do concelho de Carregal do Sal para o concelho de São João de Areias.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895 foi extinto o concelho de São João de Areias, sendo 1 das freguesias que o compunham — Parada — integrada no concelho de Carregal do Sal.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Carregal do Sal passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Carregal do Sal passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Carregal do Sal passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Carregal do Sal passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Carregal do Sal englobava 7 freguesias: Beijós; Cabanas de Viriato; Currelos; Oliveira do Conde; Papízios; Parada; e Sobral.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Carregal do Sal passou a englobar 5 freguesias: Beijós; Cabanas de Viriato; Oliveira do Conde; Parada; e União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Carregal do Sal passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Cartaxo

Em meados da década de 1830, o concelho do Cartaxo englobava 4 freguesias, 1 com sede no Cartaxo e 3 — Ereira; Pontével; e Valada — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Cartaxo passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho do Cartaxo 1 freguesia — Vale da Pinta — do concelho de Santarém.

Por Decreto de 6 de julho de 1907, foi criada a freguesia de Casal do Ouro, separada da freguesia do Cartaxo.

Pela Lei n.º 1142 de 8 de abril de 1921, foi criada a freguesia da Lapa, separada da freguesia de Ereira.

Pelo Decreto n.º 12229 de 31 de agosto de 1926, a freguesia de Casal do Ouro passou a denominar-se Vila Chã de Ourique.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Cartaxo passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Cartaxo passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Cartaxo passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 66/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Vale da Pedra, separada da freguesia de Pontével.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Cartaxo passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho do Cartaxo englobava 8 freguesias: Cartaxo; Ereira; Lapa; Pontével; Valada; Vale da Pedra; Vale da Pinta; e Vila Chã de Ourique.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Cartaxo passou a englobar 6 freguesias: Pontével; Valada; Vale da Pedra; Vila Chã de Ourique; União das Freguesias de Cartaxo e Vale da Pinta; e União das Freguesias de Ereira e Lapa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Cartaxo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Carvalho

Em meados da década de 1830, o concelho de Carvalho englobava 1 freguesia — Carvalho.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Carvalho passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Carvalho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Carvalho — integrada no concelho de Penacova.

Carvoeira

Em meados da década de 1830, o concelho da Carvoeira englobava 1 freguesia — Carvoeira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Carvoeira passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho da Carvoeira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Carvoeira — integrada no concelho da Ericeira.

Carvoeiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Carvoeiro englobava 1 freguesia — Carvoeiro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Carvoeiro passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Carvoeiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Carvoeiro — integrada no concelho de Mação.

Casal

Em meados da década de 1830, o concelho de Casal, com sede em Vila Nova de Tazem, englobava 5 freguesias, 1 com sede em Vila Nova de Tazem e 4 — Cativelos; Sameice; Travancinha; e Várzea de Meruge — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Casal passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Casal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Sameice; Travancinha; e Várzea de Meruge — no concelho de Ervedal da Beira;
- 2 — Cativelos; e Vila Nova de Tazem — no concelho de Gouveia.

Casal Comba

Em meados da década de 1830, o concelho de Casal Comba englobava 1 freguesia — Casal Comba.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Casal Comba passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Casal Comba foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Casal Comba — integrada no concelho da Mealhada.

Casal de Álvaro

Em meados da década de 1830, o concelho de Casal de Álvaro englobava a localidade de Casal de Álvaro, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Espinhel.

O concelho de Casal de Álvaro foi extinto por Decreto de 7 de agosto de 1835, sendo a localidade que o compunha — Casal de Álvaro — integrada no concelho de Recardães.

Cascais

Em meados da década de 1830, o concelho de Cascais englobava 3 freguesias, 2 — Assunção; e Ressurreição — com sede em Cascais e 1 — Alcabideche — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cascais passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Cascais 1 freguesia — São Domingos de Rana — do concelho de Oeiras.

Por Decreto de 30 de outubro de 1841, a freguesia da Ressurreição de Cascais foi integrada na freguesia da Assunção de Cascais.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Oeiras, sendo 4 das freguesias que o compunham — Carcavelos; Carnaxide; Oeiras; e São Julião da Barra — integradas no concelho de Cascais.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Oeiras, englobando 3 freguesias — Carnaxide; Oeiras; e São Julião da Barra — separadas do concelho de Cascais.

Pela Lei n.º 447 de 18 de setembro de 1915, foi criada a freguesia do Estoril, separada das freguesias de Alcabideche, de Cascais e de São Domingos de Rana.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Cascais passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 39208 de 14 de maio de 1953, foi criada a freguesia da Parede, separada da freguesia de São Domingos de Rana.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Cascais passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Cascais passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Cascais passou a fazer parte da sub-região da Grande Lisboa.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Cascais englobava 6 freguesias: Alcabideche; Carcavelos; Cascais; Estoril; Parede; e São Domingos de Rana.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Cascais passou a englobar 4 freguesias: Alcabideche; São Domingos de Rana; União das Freguesias de Carcavelos e Parede; e União das Freguesias de Cascais e Estoril.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Cascais passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Casével

Em meados da década de 1830, o concelho de Casével englobava 1 freguesia — Casével.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Casével passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Casével foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Casével — integrada no concelho de Messejana.

Castanheira de Pêra

O concelho de Castanheira de Pêra foi criado e integrado no distrito de Leiria pela Lei n.º 203 de 17 de junho de 1914, englobando 2 freguesias — Castanheira de Pêra; e Coentral — separadas do concelho de Pedrógão Grande.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Castanheira de Pêra passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Castanheira de Pêra passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Castanheira de Pêra passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Castanheira de Pêra passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Castanheira de Pêra englobava 2 freguesias: Castanheira de Pêra; e Coentral.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Castanheira de Pêra passou a englobar 1 freguesia: União das Freguesias de Castanheira de Pêra e Coentral.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Castanheira de Pêra passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Castanheira do Ribatejo

Em meados da década de 1830, o concelho de Castanheira do Ribatejo englobava 1 freguesia — Castanheira do Ribatejo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castanheira do Ribatejo passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Castanheira do Ribatejo 3 freguesias — Cachoeiras; Cadafais; e Vila Nova da Rainha — do concelho de Alenquer.

O concelho de Castanheira do Ribatejo foi extinto por Lei de 12 de junho de 1837, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Cadafais; e Vila Nova da Rainha — no concelho de Alenquer;
- 2 — Cachoeiras; e Castanheira do Ribatejo — no concelho de Vila Franca de Xira.

Castanheira do Vouga

Em meados da década de 1830, o concelho de Castanheira do Vouga englobava 2 freguesias, 1 com sede em Castanheira do Vouga e 1 — Agadão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castanheira do Vouga passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Castanheira do Vouga foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Agadão; e Castanheira do Vouga — integradas no concelho do Vouga.

Castanheiro do Sul

Em meados da década de 1830, o concelho de Castanheiro do Sul englobava 3 freguesias, 1 com sede em Castanheiro do Sul e 2 — Espinhosa; e Pereiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castanheiro do Sul passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Castanheiro do Sul foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Castanheiro do Sul; Espinhosa; e Pereiro — integradas no concelho de Trevões.

Casteição

Em meados da década de 1830, o concelho de Casteição englobava 2 freguesias, 1 com sede em Casteição e 1 — Outeiro de Gatos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Casteição passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Casteição foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Casteição; e Outeiro de Gatos — integradas no concelho de Meda.

Castelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Castelo englobava 1 freguesia — Castelo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castelo passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Castelo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Castelo — integrada no concelho de Moimenta da Beira.

Castelo Bom

Em meados da década de 1830, o concelho de Castelo Bom englobava 5 freguesias, 1 com sede em Castelo Bom e 4 — Freineda; Naves; São Pedro de Rio Seco; e Vilar Formoso — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castelo Bom passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Castelo Bom foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 5 freguesias que o compunham — Castelo Bom; Freineda; Naves; São Pedro de Rio Seco; e Vilar Formoso — integradas no concelho de Almeida.

Castelo Branco

Em meados da década de 1830, o concelho de Castelo Branco englobava 11 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Miguel — com sede em Castelo Branco e 9 — Alcains; Cafede; Escalos de Baixo;

Escalos de Cima; Lousa; Malpica do Tejo; Mata; Monforte da Beira; e Salgueiro do Campo — com sede no termo.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Sarzedas, sendo 2 das freguesias que o compunham — Sarnadas de São Simão; e Sarzedas — integradas no concelho de Castelo Branco;

- foi extinto o concelho de Vila Velha de Ródão sendo as 4 freguesias que o compunham — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — integradas no concelho de Castelo Branco.

Por Lei de 27 de setembro de 1837:

- foi restaurado o concelho de Sarzedas, englobando 2 freguesias — Sarnadas de São Simão; e Sarzedas — separadas do concelho de Castelo Branco;

- foi restaurado o concelho de Vila Velha de Ródão englobando 4 freguesias — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — separadas do concelho de Castelo Branco.

Entre 1841 e 1849:

- foi criada a freguesia de Benquerenças, separada da freguesia de Santa Maria de Castelo Branco;

- foi criada a freguesia de Cebolais de Cima, separada da freguesia de Santa Maria de Castelo Branco;

- a freguesia de Santa Maria de Castelo Branco foi integrada na freguesia de São Miguel de Castelo Branco.

Por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, foi extinto o concelho de Sarzedas sendo 1 das freguesias que o compunham — Sarzedas — integrada no concelho de Castelo Branco.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Alpedrinha, sendo 1 das freguesias que o compunham — Lardosa — integrada no concelho de Castelo Branco.

Por Decreto de 21 de junho de 1871, foram transferidas para o concelho de Castelo Branco 2 freguesias — Freixial do Campo; e Póvoa de Rio Moinhos — do concelho de São Vicente da Beira.

Por Decreto de 26 de fevereiro de 1877, foram transferidas para o concelho de Castelo Branco 2 freguesias — Sobral do Campo; e Tinalhas — do concelho de São Vicente da Beira.

Em 1881, foi criada a freguesia de Retaxo, separada da freguesia de Cebolais de Cima.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de São Vicente da Beira, sendo as 3 freguesias que o compunham — Almededa; Louriçal do Campo; e São Vicente da Beira — integradas no concelho de Castelo Branco;

- foi extinto o concelho de Vila Velha de Ródão, sendo as 4 freguesias que o compunham — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — integradas no concelho de Castelo Branco.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Vila Velha de Ródão englobando 4 freguesias — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — separadas do concelho de Castelo Branco.

Entre 1895 e 1911, a freguesia de Ninho do Açor foi separada da freguesia de São Vicente da Beira e anexada à freguesia de Tinalhas.

Pelo Decreto n.º 12613 de 1 de novembro de 1926, foi criada a freguesia de Santo André das Tojeiras, separada da freguesia de Sarzedas.

Pelo Decreto-Lei n.º 22844 de 19 de julho de 1933, foi criada a freguesia de Juncal do Campo, separada das freguesias de Salgueiro do Campo e Sarzedas.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Ninho do Açor foi integrada na freguesia de Tinalhas;
- o concelho de Castelo Branco passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 39065 de 31 de dezembro de 1952, foi criada a freguesia de Ninho do Açor, separada da freguesia de Tinalhas.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Castelo Branco passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Castelo Branco passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Castelo Branco passou a fazer parte da região do Centro sub-região da Beira Interior Sul.

No início de 2013, o concelho de Castelo Branco englobava 25 freguesias: Alcains; Almaceda; Benquerenças; Cafede; Castelo Branco; Cebolais de Cima; Escalos de Baixo; Escalos de Cima; Freixial do Campo; Juncal do Campo; Lardosa; Lourçal do Campo; Lousa; Malpica do Tejo; Mata; Monforte da Beira; Ninho do Açor; Póvoa de Rio Moinhos; Retaxo; Salgueiro do Campo; Santo André das Tojeiras; São Vicente da Beira; Sarzedas; Sobral do Campo; e Tinalhas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Castelo Branco passou a englobar 19 freguesias: Alcains; Almaceda; Benquerenças; Castelo Branco; Lardosa; Lourçal do Campo; Malpica do Tejo; Monforte da Beira; Salgueiro do Campo; Santo André das Tojeiras; São Vicente da Beira; Sarzedas; Tinalhas; União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo; União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata; União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa; União das Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo; União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo; e União das Freguesias de Póvoa de Rio Moinhos e Cafede.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Castelo Branco passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Castelo de Paiva

Em meados da década de 1830, o concelho de Paiva, também denominado Castelo de Paiva, com sede em Sobrado de Paiva, englobava 9 freguesias, 1 com sede em Sobrado e 8 — Bairros; Fornos; Paraíso; Pedorido; Raiva; Real; Santa Maria de Sardoura; e São Martinho de Sardoura — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castelo de Paiva passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Castelo de Paiva passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Castelo de Paiva passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Castelo de Paiva passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Castelo de Paiva passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Castelo de Paiva englobava 9 freguesias: Bairros; Fornos; Paraíso; Pedorido; Raiva; Real; Santa Maria de Sardoura; São Martinho de Sardoura; e Sobrado.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Castelo de Paiva passou a englobar 6 freguesias: Fornos; Real; Santa Maria de Sardoura; São Martinho de Sardoura; União das Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso; e União das Freguesias de Sobrado e Bairros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Castelo de Paiva passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Castelo de Vide

Em meados da década de 1830, o concelho de Castelo de Vide englobava 3 freguesias — Santa Maria da Devesa; São João Batista; e São Tiago Maior — todas com sede em Castelo de Vide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castelo de Vide passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Póvoa e Meadas, sendo a freguesia que o compunha — Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas — integrada no concelho de Castelo de Vide.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Marvão, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aramenha; Areias; e Marvão — integradas no concelho de Castelo de Vide.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Marvão, englobando 3 freguesias — Aramenha; Areias; e Marvão — separadas do concelho de Castelo de Vide.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Castelo de Vide passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Castelo de Vide passou a fazer parte da região do Sul sub-região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Castelo de Vide passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Castelo de Vide passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

O concelho de Castelo de Vide engloba hoje 4 freguesias: Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas; Santa Maria da Devesa; Santiago Maior; e São João Batista.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Castelo de Vide passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Castelo Melhor

Ver Almendra.

Castelo Mendo

Em meados da década de 1830, o concelho de Castelo Mendo englobava 17 freguesias, 1 com sede em Castelo Mendo e 16 — Ade; Aldeia Nova; Amoreira; Azinhal; Cabreira; Cerdeira; Freixo; Leomil; Mesquitela; Mido; Muizela; Monte Perobolço; Parada; Peva; Porto de Ovelha; e Senouras — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castelo Mendo passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Castelo Mendo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 17 freguesias que o compunham integradas:

- 9 — Ade; Aldeia Nova; Cabreira; Castelo Mendo; Leomil; Mesquitela; Mido; Monte Perobolço; e Senouras — no concelho de Almeida;
- 2 — Amoreira; e Parada — no concelho de Jarmelo;
- 3 — Azinhal; Freixo; e Peva — no concelho de Pinhel;
- 3 — Cerdeira; Muizela; e Porto de Ovelha — no concelho de Vilar Maior.

O concelho de Castelo Mendo foi restaurado por Lei de 2 de janeiro de 1838, englobando 17 freguesias separadas:

- 9 — Ade; Aldeia Nova; Cabreira; Castelo Mendo; Leomil; Mesquitela; Mido; Monte Perobolço; e Senouras — do concelho de Almeida;
- 2 — Amoreira; e Parada — do concelho de Jarmelo;
- 3 — Azinhal; Freixo; e Peva — do concelho de Pinhel;
- 3 — Cerdeira; Muizela; e Porto de Ovelha — do concelho de Vilar Maior.

O concelho de Castelo Mendo foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 17 freguesias que o compunham — Ade; Aldeia Nova; Amoreira; Azinhal; Cabreira; Castelo Mendo; Cerdeira; Freixo; Leomil; Mesquitela; Mido; Muizela; Monte Perobolço; Parada; Peva; Porto de Ovelha; e Senouras — integradas no concelho do Sabugal.

Castelo Novo

Em meados da década de 1830, o concelho de Castelo Novo englobava 6 freguesias, 1 com sede em Castelo Novo e 5 — Lardosa; Orca; Póvoa de Atalaia; Soalheira; e Zebras — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castelo Novo passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Castelo Novo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 6 freguesias que o compunham — Castelo Novo; Lardosa; Orca; Póvoa de Atalaia; Soalheira; e Zebras — integradas no concelho de Alpedrinha.

Castelo Rodrigo

Em meados da década de 1830, o concelho de Castelo Rodrigo englobava 15 freguesias, 1 com sede em Castelo Rodrigo e 14 — Algodres; Almofala; Escarigo; Figueira; Freixeda do Torrão; Malpartida; Mata de Lobos; Nave Redonda; Penha de Águia; Quintã de Pêro Martins; Vale de Afonsinho; Vermiosa; Vilar de Amargo; e Vilar Torpim — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castelo Rodrigo passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, a sede do concelho de Castelo Rodrigo foi transferida para Figueira, que passou a denominar-se Figueira de Castelo Rodrigo.

Castro Daire

Em meados da década de 1830, o concelho de Castro Daire englobava 2 freguesias, 1 com sede em Castro Daire e 1 — Monteiras — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castro Daire passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cabril, sendo as 2 freguesias que o compunham — Baltar de Cabril; e Moimenta de Baltar — integrada no concelho de Castro Daire;

- foi extinto o concelho de Ermida do Paiva, sendo as 3 freguesias que o compunham — Ermida do Paiva; Ester; e São Joaninho — integradas no concelho de Castro Daire;

- foi extinto o concelho de Gosende, sendo a freguesia que o compunha — Gosende — integrada no concelho de Castro Daire;

- foi extinto o concelho de Mezio, sendo a freguesia que o compunha — Mezio — integrada no concelho de Castro Daire;

- foi extinto o concelho de Moção, sendo as 3 freguesias que o compunham — Moura Morta; Picão; e Pinheiro — integradas no concelho de Castro Daire;

- foi extinto o concelho de Parada de Ester, sendo a freguesia que o compunha — Parada de Ester — integrada no concelho de Castro Daire.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841, a freguesia de Moimenta de Baltar foi integrada na freguesia de Baltar de Cabril

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Mões, sendo 5 das freguesias que o compunham — Alva; Mamouros; Mões; Moledo; e Ribolhos — integradas no concelho de Castro Daire;

- foi extinto o concelho de Sul, sendo 3 das freguesias que o compunham — Gafanhão: Pepim; e Reriz — integradas no concelho de Castro Daire.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Fráguas sendo 3 das freguesias que o compunham — Pendilhe; Touro; e Vila Cova à Coelheira — integradas no concelho de Castro Daire.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida para o concelho de Castro Daire 1 freguesia — Almofala — do concelho de Armamar;

- foi criado o concelho de Vila Nova de Paiva englobando 3 freguesias — Pendilhe; Touro; e Vila Cova à Coelheira — separadas do concelho de Castro Daire.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Castro Daire passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37352 de 25 de março de 1949, foi criada a freguesia de Cujó, separada da freguesia de São Joaninho.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Castro Daire passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Castro Daire passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Castro Daire passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Castro Daire englobava 22 freguesias: Almofala; Alva; Cabril; Castro Daire; Cujó; Ermida; Ester; Gafanhão; Gosende; Mamouros; Mezio; Mões; Moledo; Monteiras; Moura Morta; Parada de Ester; Pepim; Picão; Pinheiro; Reriz; Ribolhos; e São Joaninho.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Castro Daire passou a englobar 16 freguesias: Almofala; Cabril; Castro Daire; Cujó; Gosende; Mões; Moledo; Monteiras; Pepim; Pinheiro; São Joaninho; União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos; União das Freguesias de Mezio e Moura Morta; União das Freguesias de Parada de Ester e Ester; União das Freguesias de Picão e Ermida; e União das Freguesias de Reriz e Gafanhão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Castro Daire passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Castro Laboreiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Castro Laboreiro englobava 1 freguesia — Castro Laboreiro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castro Laboreiro passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Castro Laboreiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Castro Laboreiro — integrada no concelho de Melgaço.

O concelho de Castro Laboreiro foi restaurado por Decreto de 12 de novembro de 1841, englobando 1 freguesia — Castro Laboreiro — separada do concelho de Melgaço.

O concelho de Castro Laboreiro foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — Castro Laboreiro — integrada no concelho de Melgaço.

Castro Marim

Em meados da década de 1830, o concelho de Castro Marim englobava 3 freguesias, 1 com sede em Castro Marim e 2 — Azinhal; e Odeleite — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castro Marim passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

O concelho de Castro Marim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Odeleite — no concelho de Alcoutim;
- 2 — Azinhal; e Castro Marim — no concelho de Vila Real de Santo António.

O concelho de Castro Marim foi restaurado por Lei de 27 de setembro de 1837, englobando 3 freguesias separadas:

- 1 — Odeleite — do concelho de Alcoutim;
- 2 — Azinhal; e Castro Marim — do concelho de Vila Real de Santo António.

O concelho de Castro Marim foi extinto por Decreto de 14 de agosto de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Odeleite — no concelho de Alcoutim;
- 2 — Azinhal; e Castro Marim — no concelho de Vila Real de Santo António.

O concelho de Castro Marim foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Azinhal; Castro Marim; e Odeleite — separadas do concelho de Vila Real de Santo António.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Castro Marim passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Castro Marim passou a fazer parte da região Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Castro Marim passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 17-E/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Altura, separada da freguesia de Castro Marim.

O concelho de Castro Marim engloba hoje 4 freguesias: Altura; Azinhal; Castro Marim; e Odeleite.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Castro Marim passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Castro Verde

Em meados da década de 1830, o concelho de Castro Verde englobava 1 freguesia — Castro Verde.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castro Verde passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Entradas, sendo a freguesia que o compunha — Entradas — integrada no concelho de Castro Verde.

- foi transferida para o concelho de Castro Verde 1 freguesia — São Marcos da Ataboeira — do concelho de Mértola;

- foi extinto o concelho de Padrões, sendo 1 das freguesias que o compunham — Santa Bárbara de Padrões — integrada no concelho de Castro Verde.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Messejana sendo 1 das freguesias que o compunham — Casével — integrada no concelho de Castro Verde.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Aljustrel, sendo 1 das freguesias que o compunham — Messejana — integrada no concelho de Castro Verde.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Aljustrel, englobando 1 freguesia — Messejana — separada do concelho de Castro Verde.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Castro Verde passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Castro Verde passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Castro Verde passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Castro Verde passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Castro Verde englobava 5 freguesias: Casével; Castro Verde; Entradas; Santa Bárbara de Padrões; e São Marcos da Ataboeira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Castro Verde passou a englobar 4 freguesias: Entradas; Santa Bárbara de Padrões; São Marcos da Ataboeira; União das Freguesias de Castro Verde e Casével.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Castro Verde passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Castro Vicente

Em meados da década de 1830, o concelho de Castro Vicente englobava 10 freguesias, 1 com sede em Castro Vicente e 9 — Agrobom; Gebelim; Lombo; Parada; Peredo; Saldonha; Soeima; Vale Pereiro; e Vilar Chão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Castro Vicente passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Castro Vicente foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 10 freguesias que o compunham — Agrobom; Castro Vicente; Gebelim; Lombo; Parada; Peredo; Saldonha; Soeima; Vale de Pereiro; Vilar Chão — integradas no concelho de Chacim.

Cedovim

Em meados da década de 1830, o concelho de Cedovim englobava 1 freguesia — Cedovim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cedovim passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Cedovim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cedovim — integrada no concelho de Freixo de Numão.

Cela

Em meados da década de 1830, o concelho de Cela englobava 1 freguesia — Cela.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cela passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Cela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cela — integrada no concelho de Alcobaça.

Celavisa

Em meados da década de 1830, o concelho de Celavisa englobava 1 freguesia — Celavisa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Celavisa passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Celavisa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Celavisa — integrada no concelho de Arganil.

Celorico da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Celorico da Beira englobava 20 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Pedro — com sede em Celorico da Beira e 18 — Aldeia da Serra; Cadafaz; Casas do Rio; Cavadoue; Cortiçô da Serra; Galisteu; Jejua; Lajeosa do Mondego; Maçal do Chão; Minhocal; Porco; Rapa; Ratoeira; Sobral da Serra; Vale de Azares; Velosa; Vide entre Vinhas; e Vila Cortês do Mondego — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Celorico da Beira passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Açores, sendo a freguesia que o compunha — Açores — integrada no concelho de Celorico da Beira;

- foi extinto o concelho de Baraçal, sendo a freguesia que o compunha — Baraçal — integrada no concelho de Celorico da Beira;

- foi extinto o concelho de Forno Telheiro, sendo a freguesia que o compunha — Forno Telheiro — integrada no concelho de Celorico da Beira;

- foram transferidas 4 freguesias — Cavadoue; Porco; Sobral da Serra; e Vila Cortês do Mondego — do concelho de Celorico da Beira para o concelho da Guarda.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841:

- a freguesia de Aldeia da Serra foi integrada na freguesia de São Pedro de Celorico da Beira;

- a freguesia de Casas do Rio foi integrada na freguesia de Forno Telheiro;

- a freguesias de Galisteu foi integrada na freguesia de Vide Entre Vinhas.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Linhares sendo 6 das freguesias que o compunham — Carrapichana; Juncais; Linhares; Mesquitela; Prados; e Salgueirais — integradas no concelho de Celorico da Beira.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — Juncais — do concelho de Celorico da Beira para o concelho de Fornos de Algodres.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Celorico da Beira passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37442 de 7 de junho de 1949, a freguesia de Jejua passou a denominar-se Vila Boa do Mondego.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Celorico da Beira passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Celorico da Beira passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 68/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Casa do Soeiro, separada da freguesia de São Pedro de Celorico da Beira.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Celorico da Beira passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Celorico da Beira englobava 22 freguesias: Açores; Baraçal; Cadafaz; Carrapichana; Casa do Soeiro; Celorico (Santa Maria); Celorico (São Pedro); Cortiçô da Serra; Forno Telheiro; Lajeosa do Mondego; Linhares; Maçal do Chão; Mesquitela; Minhocal; Prados; Rapa; Ratoeira; Salgueirais; Vale de Azares; Velosa; Vide entre Vinhas; e Vila Boa do Mondego.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Celorico da Beira passou a englobar 16 freguesias: Baraçal; Carrapichana; Casa do Soeiro; Forno Telheiro; Lajeosa do Mondego; Linhares; Maçal do Chão; Mesquitela; Minhocal; Prados; Ratoeira; Vale de Azares; União das Freguesias de Açores e Velosa; União das Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego; União das Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; e União das Freguesias de Rapa e Cadafaz.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Celorico da Beira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Celorico de Basto

Em meados da década de 1830, o concelho de Celorico de Basto, com sede em Britelo, englobava 36 freguesias, 1 com sede em Britelo e 35 — Agilde; Ardegão; Arnoia; Arnozela; Basto — Santa Tecla; Basto — São Clemente; Borba de Godim; Borba de Montanha; Caçarilhe; Canedo de Basto; Carvalho; Chapa; Corgo; Fervença; Freixo de Baixo; Freixo de Cima; Gagos; Gatão; Gémeos; Goma; Infesta; Macieira da Lixa; Molares; Moreira do Castelo; Ourilhe; Passos; Rebordelo; Regadas; Rego; Ribas; Seidões; Telões; Vale de Bouro; Veade; e Vila Garcia — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Celorico de Basto passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas 11 freguesias — Arnóia; Borba de Godim; Chapa; Freixo de Baixo; Freixo de Cima; Gatão; Gémeos; Macieira da Lixa; Moreira do Castelo; Santa Tecla de Basto; e Vila Garcia — do concelho de Celorico de Basto para o concelho de Amarante;

- foram transferidas 2 freguesias — Passos; e Telões — do concelho de Celorico de Basto para o concelho de Cabeceiras de Basto.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas para o concelho de Celorico de Basto 6 freguesias — Aboim; Arnóia; Codeçoso; Gémeos; Moreira do Castelo; e Santa Tecla de Basto — do concelho de Amarante.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Goma foi integrada na freguesia de Gagos;
- a freguesia de Ardegão foi anexada à freguesia de Arnozela.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas 2 freguesias — Aboim; e Rebordelo — do concelho de Celorico de Basto para o concelho de Amarante;

- foram transferidas 2 freguesias — Arnozela e Ardegão; e Seidões — do concelho de Celorico de Basto para o concelho de Fafe.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Regadas — do concelho de Celorico de Basto para o concelho de Fafe.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Mondim de Basto, sendo 8 das freguesias que o compunham — Atei; Bilhó; Campanhó; Ermelo; Mondim de Basto; Paradaça; Pardelhas; e Vilar de Ferreiros — integradas no concelho de Celorico de Basto.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Mondim de Basto, englobando 8 freguesias — Atei; Bilhó; Campanhó; Ermelo; Mondim de Basto; Paradaça; Pardelhas; e Vilar de Ferreiros — separadas do concelho de Celorico de Basto.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Celorico de Basto passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Celorico de Basto passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Celorico de Basto passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Celorico de Basto passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Celorico de Basto englobava 22 freguesias: Agilde; Arnóia; Basto (Santa Tecla); Basto (São Clemente); Borba de Montanha; Britelo; Caçarilhe; Canedo de Basto; Carvalho; Codeçoso; Corgo; Fervença; Gagos; Gémeos; Infesta; Molaes; Moreira do Castelo; Ourilhe; Rego; Ribas; Vale de Bouro; e Veade.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Celorico de Basto passou a englobar 15 freguesias: Agilde; Arnóia; Basto (São Clemente); Borba de Montanha; Codeçoso; Fervença; Moreira do Castelo; Rego; Ribas; Vale de Bouro; União das Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe; União das Freguesias de Caçarilhe e Infesta; União das Freguesias de Canedo de Basto e Corgo; União das Freguesias de Carvalho e Basto (Santa Tecla); e União das Freguesias de Veade, Gagos e Molaes.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Celorico de Basto passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Cepães

Em meados da década de 1830, o concelho de Cepães englobava 1 freguesia — Cepães.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cepães passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Cepães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cepães — integrada no concelho de Fafe.

Cercal

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- a sede do concelho de Vila Nova de Milfontes foi transferida para o Cercal;
- foi extinto o concelho de Colos, sendo a freguesia que o compunha — Colos — integrada no concelho do Cercal;
- foi transferida para o concelho do Cercal 1 freguesia — São Luis — do concelho de Odemira.

Por Lei de 28 de abril de 1837 foi transferida 1 freguesia — São Luis — do concelho do Cercal para o concelho de Odemira.

O concelho do Cercal foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Cercal; Colos; e Vila Nova de Milfontes — integradas no concelho de Odemira.

Cerva

Em meados da década de 1830, o concelho de Cerva englobava 3 freguesias, 1 com sede em Cerva e 2 — Alvalá; e Limões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cerva passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Ribeira de Pena, sendo as 3 freguesias que o compunham — Santa Marinha; Santo Aleixo de Além Tâmega; e Salvador — integradas no concelho de Cerva.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Ribeira de Pena, englobando 3 freguesias — Santa Marinha; Santo Aleixo de Além Tâmega; e Salvador — separadas do concelho de Cerva.

O concelho de Cerva foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alvalá; Cerva; e Limões — integradas no concelho de Ribeira de Pena.

Cervães

Em meados da década de 1830, o concelho de Cervães englobava 2 freguesias, 1 com sede em Cervães e 1 — Areias — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cervães passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Cervães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Areias; e Cervães — integradas no concelho do Prado.

Cerveira

Ver Vila Nova de Cerveira.

Cete

Em meados da década de 1830, o concelho de Cete englobava 1 freguesia — Cete.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cete passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Cete foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cete — integrada no concelho de Paredes.

Chacim

Em meados da década de 1830, o concelho de Chacim englobava 2 freguesias, 1 com sede em Chacim e 1 — Olmos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Chacim passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Chacim 1 freguesia — Sendim da Ribeira — do concelho de Alfândega da Fé;

- foi extinto o concelho de Algosó, sendo 1 das freguesias que o compunham — São Cristóvão de Malta — integrada no concelho de Chacim;

- foram transferidas para o concelho de Chacim 5 freguesias — Banrezes; Castelãos; Edroso; Vale da Porca; e Vilar do Monte — do concelho de Bragança;

- foi extinto o concelho de Castro Vicente, sendo as 10 freguesias que o compunham — Agrobom; Castro Vicente; Gebelim; Lombo; Parada; Peredo; Saldonha; Soeima; Vale de Pereiro; Vilar Chão — integradas no concelho de Chacim.

Entre 1841 e 1853:

- a freguesia de Banrezes foi integrada na freguesia de Vale da Porca;

- a freguesia de São Cristóvão de Malta foi integrada na freguesia de Olmos.

O concelho de Chacim foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 17 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Agrobom; Castro Vicente; Parada; Sendim da Ribeira; Vale de Pereiro; e Vilar Chão — no concelho de Alfândega da Fé;

- 11 — Castelãos; Chacim; Edroso; Gebelim; Lombo; Olmos; Peredo; Saldonha; Soeima; Vale da Porca; e Vilar do Monte — no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Chamusca

Em meados da década de 1830, o concelho de Chamusca englobava 1 freguesia — Chamusca.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Chamusca passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho da Chamusca 1 freguesia — Pinheiro Grande — do concelho de Santarém.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Ulme, sendo as 3 freguesias que o compunham — Chouto; Ulme; e Vale de Cavalos — integradas no concelho da Chamusca.

Pelo Decreto n.º 5629 de 21 de abril de 1919, foi transferida 1 freguesia — Vale de Cavalos — do concelho da Chamusca para o concelho de Alpiarça.

Pelo Decreto n.º 12257 de 2 de setembro de 1926, foi transferida para o concelho da Chamusca 1 freguesia — Vale de Cavalos — do concelho de Alpiarça.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Chamusca passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Chamusca passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Chamusca passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 106/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Parreira, separada da freguesia de Vale de Cavalos.

Pela Lei n.º 107/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Carregueira, separada da freguesia de Pinheiro Grande.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Chamusca passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho da Chamusca englobava 7 freguesias: Carregueira; Chamusca; Chouto; Parreira; Pinheiro Grande; Ulme; e Vale de Cavalos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Chamusca passou a englobar 5 freguesias: Carregueira; Ulme; Vale de Cavalos; União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande; e União das Freguesias de Parreira e Chouto.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Chamusca passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Chancelaria

Em meados da década de 1830, o concelho de Chancelaria englobava 1 freguesia — Chancelaria.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Chancelaria passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Chancelaria foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Chancelaria — integrada no concelho de Alter do Chão.

Chão de Couce

Em meados da década de 1830, o concelho de Chão de Couce englobava 1 freguesia — Chão de Couce.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Chão de Couce passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aguda, sendo a freguesia que o compunha — Aguda — integrada no concelho de Chão de Couce;

- foi extinto o concelho de Ansião, sendo a freguesia que o compunha — Ansião — integrada no concelho de Chão de Couce;

- foi extinto o concelho de Avelar, sendo a freguesia que o compunha — Avelar — integrada no concelho de Chão de Couce;

- foi extinto o concelho de Mações de Dona Maria, sendo a freguesia que o compunha — Mações de Dona Maria — integrada no concelho de Chão de Couce;

- foi extinto o concelho de Pousaflores, sendo a freguesia que o compunha — Pousaflores — integrada no concelho de Chão de Couce.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foi restaurado o concelho de Ansião englobando 1 freguesia — Ansião — separada do concelho de Chão de Couce;

- foi restaurado o concelho de Mações de Dona Maria englobando 2 freguesias — Aguda; e Mações de Dona Maria — separadas do concelho de Chão de Couce.

O concelho de Chão de Couce foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Avelar; Chão de Couce; e Pousaflores — integradas no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Chãs e Tavares

Ver Tavares.

Chavães

Em meados da década de 1830, o concelho de Chavães englobava 2 freguesias, 1 com sede em Chavães e 1 — Vale de Figueira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Chavães passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Chavães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Vale de Figueira — no concelho de Barcos;
- 1 — Chavães — no concelho de Tabuaço.

Chaves

Em meados da década de 1830, o concelho de Chaves englobava 62 freguesias, 1 com sede em Chaves e 61 — Algeriz; Anelhe; Arcossó; Ardãos; Calvão; Canaveses; Carrazedo de Montenegro; Cela; Crasto; Curalha; Curros; Eiras; Ervões; Friões; Jou; Lama de Arcos; Lilela; Loivos; Moreiras; Nogueira da Montanha; Nozede; Oura; Outeiro Jusão; Outeiro Seco; Padrela; Pardelhas; Possacos; Póvoa de Agrações; Redondelo; Rio Torto; Samaiões; Sanfins; Sanjurge; Santa Leocádia de Moreira; Santa Maria de Emeres; Santiago de Ribeira de Alhariz; Santo Estêvão; São João da Corveira; São Julião de Montenegro; São Pedro de Agostém; Seara Velha; Selhariz; Serapicos; Soutelinho da Raia; Soutelo do Bairro; Tazem; Vale da Anta; Vales; Valpaços; Vassal; Veiga de Lila – Santa Maria; Veiga de Lila – São Pedro; Vila Frade; Vila Meã; Vilar de Nantes; Vilarandelo; Vilarelho da Raia; Vilarinho das Paraneiras; Vilas Boas; Vilela do Tâmega; e Vilela Seca — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Chaves passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Chaves 1 freguesia — Curral de Vacas — do concelho de Monforte de Rio Livre;
- foi criado o concelho de Boticas, englobando 2 freguesias — Anelhe; e Ardãos — separadas do concelho de Chaves;
- foi criado o concelho de Carrazedo de Montenegro, englobando 13 freguesias — Canaveses; Carrazedo de Montenegro; Crasto; Curros; Jou; Padrela; Póvoa de Agrações; Santa Maria de Emeres; Santa Maria de Veiga de Lila, São João da Corveira; São Pedro de Veiga de Lila; Tazem; e Vales — separadas do concelho de Chaves;
- foram transferidas 5 freguesias — Calvão; Seara Velha; Vila Meã; Vilarelho da Raia; e Vilela Seca — do concelho de Chaves para o concelho de Ervededo;

- foi criado o concelho de Valpaços, englobando 13 freguesias — Algeriz; Ervões; Friões; Lilela; Nogueira da Montanha; Nozedo; Possacos; Rio Torto; São Pedro Fins; São Tiago da Ribeira de Alhariz; Valpaços; Vassal; e Vilarandelo — separadas do concelho de Chaves.

Por Lei de 27 de setembro de 1837:

- foram transferidas para o concelho de Chaves 2 freguesias — Friões; e Nogueira da Montanha — do concelho de Valpaços;

- foi transferida 1 freguesia — Serapicos — do concelho de Chaves para o concelho de Carracedo de Montenegro;

- foi transferida 1 freguesia — Soutelinho da Raia — do concelho de Chaves para o concelho de Ervededo.

Entre 1836 e 1841, foi transferida 1 freguesia — Curral de Vacas — do concelho de Chaves para o concelho de Monforte de Rio Livre.

Por Decreto de 29 de outubro de 1841:

- a freguesia de Outeiro Jusão foi integrada na freguesia de Samaiões;

- a freguesia de Vila Frade foi integrada na freguesia de Lama de Arcos.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Ervededo, sendo 7 das freguesias que o compunham — Bustelo; Calvão; Ervededo; Seara Velha; Vila Meã; Vilarelho da Raia; e Vilela Seca — integradas no concelho de Chaves;

- foi extinto o concelho de Monforte de Rio Livre, sendo 10 das freguesias que o compunham — Águas Frias; Avelas; Bobadela; Casas de Monforte; Cimo de Vila da Castanheira e Roriz; Mairós e Paradela; Oucidres; Sanfins e Parada; Travancas; e Tronco e Fiães — integradas no concelho de Chaves;

- foram transferidas 2 freguesias — Arcossó; e Oura — do concelho de Chaves para o concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Entre 1853 e 1855, a freguesia de Fiães foi separada da freguesia de Tronco.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Chaves 1 freguesia — Santa Eulália de Anelhe — do concelho de Boticas;

- foi transferida para o concelho de Chaves 1 freguesia — Soutelinho da Raia — do concelho de Montalegre;

- foram transferidas para o concelho de Chaves 2 freguesias — Póvoa de Agrações; e São Vicente — do concelho de Valpaços;

- foram transferidas para o concelho de Chaves 2 freguesias — Arcossó; e Oura — do concelho de Vila Pouca de Aguiar;

- foram transferidas 2 freguesias — Fiães; e Friões — do concelho de Chaves para o concelho de Valpaços.

Entre 1853 e 1864:

- a freguesia de Avelas foi integrada na freguesia de Águas Frias;

- a freguesia de Casas de Monforte foi integrada na freguesia de Águas Frias;
- a freguesia de Pardelhas foi integrada na freguesia de Nogueira da Montanha;
- a freguesia de Vila Meã foi integrada na freguesia de Vilarelho da Raia;
- a freguesia de Paradela foi separada da freguesia de Mairós;
- a freguesia de Roriz foi separada da freguesia de Cimo de Vila da Castanheira.

Pela Lei n.º 1803 de 20 de julho de 1925:

- foi criada a freguesia de Faiões, separada da freguesia de Santo Estêvão;
- foi criada a freguesia de Vidago, separada da freguesia de Arcossó.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Chaves passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 43447 de 29 de dezembro de 1960, foi criada a freguesia de Santo António de Monforte, separada da freguesia de Águas Frias.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Chaves passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 49325 de 28 de outubro de 1969, foi criada a freguesia de Vila Verde da Raia, separada da freguesia de Santo Estêvão.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Chaves passou a fazer parte da região do Norte.

Pela Lei n.º 55/84 de 31 de dezembro de 1984, foram criadas as freguesias de Madalena e de Santa Maria Maior, por divisão da freguesia de Chaves.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Chaves passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

Pela Lei n.º 18-E/2001 de 3 de julho, foi criada a freguesia de Santa Cruz / Trindade, separada da freguesia de Outeiro Seco.

No início de 2013, o concelho de Chaves englobava 51 freguesias: Águas Frias; Anelhe; Arcossó; Bobadela; Bustelo; Calvão; Cela; Cimo de Vila da Castanheira; Curalha; Eiras; Ervededo; Faiões; Lama de Arcos; Loivos; Madalena; Mairós; Moreiras; Nogueira da Montanha; Oucidres; Oura; Outeiro Seco; Paradela; Póvoa de Agrações; Redondelo; Roriz; Samaiões; Sanfins; Sanjurge; Santa Cruz / Trindade; Santa Leocádia; Santa Maria Maior; Santo António de Monforte; Santo Estêvão; São Julião de Montenegro; São Pedro de Agostém; São Vicente; Seara Velha; Selhariz; Soutelinho da Raia; Soutelo; Travancas; Tronco; Vale da Anta; Vidago; Vila Verde da Raia; Vilar de Nantes; Vilarelho da Raia; Vilarinho das Paranhos; Vilas Boas; Vilela do Tâmega; e Vilela Seca.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Chaves passou a englobar 39 freguesias: Águas Frias; Anelhe; Bustelo; Cimo de Vila da Castanheira; Curalha; Ervededo; Faiões; Lama de Arcos; Mairós; Moreiras; Nogueira da Montanha; Oura; Outeiro Seco; Paradela; Redondelo; Sanfins; Santa Leocádia; Santa Maria Maior; Santo António de Monforte; Santo Estêvão; São Pedro de Agostém; São Vicente; Tronco; Vale da Anta; Vila Verde da Raia; Vilar de Nantes; Vilarelho da Raia; Vilas Boas; Vilela do Tâmega; Vilela Seca; União das Freguesias de Madalena e Samaiões

(com alterações dos limites territoriais); União das Freguesias de Santa Cruz / Trindade e Sanjurge; Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos); Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela); União das Freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia; União das Freguesias de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela; União das Freguesias de Travancas e Roriz; União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha; e União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Chaves passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Cheleiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Cheleiros englobava 1 freguesia — Cheleiros.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cheleiros passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Cheleiros foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cheleiros — integrada no concelho de Sintra.

Cinco Vilas

Em meados da década de 1830, o concelho de Cinco Vilas englobava 1 freguesia — Cinco Vilas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cinco Vilas passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Cinco Vilas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cinco Vilas — integrada no concelho de Almeida.

Cinfães

Em meados da década de 1830, o concelho de Cinfães englobava 1 freguesia — Cinfães.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cinfães passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Cinfães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cinfães — integrada no concelho de São Cristóvão de Nogueira.

O concelho de Cinfães foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, por transferência para Cinfães da sede do concelho de São Cristóvão de Nogueira.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Ferreiros de Tendais, sendo as 7 freguesias que o compunham — Alhões; Bustelo; Ermida do Douro; Ferreiros de Tendais; Gralheira; Oliveira do Douro; e Ramires — integradas no concelho de Cinfães;

• foi extinto o concelho de Sanfins da Beira, sendo as 8 freguesias que o compunham — Espadanedo; Fornelos; Moimenta do Douro; Santa Marinha de Nespereira; Santiago de Piães; Souselo; Tarouquela; e Travanca do Douro — integradas no concelho de Cinfães.

Entre 1855 e 1864, a freguesia de Ermida do Douro foi integrada na freguesia de Oliveira do Douro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Cinfães passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Cinfães passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Cinfães passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Cinfães passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Cinfães englobava 17 freguesias: Alhões; Bustelo; Cinfães; Espadanedo; Ferreiros de Tendais; Fornelos; Gralheira; Moimenta do Douro; Nespereira; Oliveira do Douro; Ramires; Santiago de Piães; São Cristóvão de Nogueira; Souselo; Tarouquela; Tendais; e Travanca.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Cinfães passou a englobar 14 freguesias: Cinfães; Espadanedo; Ferreiros de Tendais; Fornelos; Moimenta; Nespereira; Oliveira do Douro; Santiago de Piães; São Cristóvão de Nogueira; Souselo; Tarouquela; Tendais; Travanca; e União das Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Cinfães passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Codeseiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Codeseiro englobava 1 freguesia — Codeseiro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Codeseiro passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Codeseiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Codeseiro — integrada no concelho de Jarmelo.

Coimbra

Em meados da década de 1830, o concelho de Coimbra englobava 47 freguesias, 10 — Almedina; Pedrulha; Salvador; Santa Cruz; Santa Justa; São Bartolomeu; São Pedro; São Tiago; Sé Nova; Sé Velha — com sede em Coimbra e 37 — Almalaguês; Almoester; Alvorge; Ameal; Anobra; Antanhol; Antuzede; Arrifana; Arzila; Assafarge; Bem da Fé; Brasfemes; Castelo Viegas; Ceira;

Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Figueira de Lorvão; Friúmes; Lamarosa; Lavegadas; Lorvão; Murtede; Pampilhosa; Ribeira de Frades; São Martinho de Árvore; São Martinho do Bispo; São Miguel de Poiares; São Paulo de Frades; São Sebastião das Torres; São Silvestre; Sazes de Lorvão; Sebal; Souselas; Taveiro; Torre de Vilela; Trouxemil; e Vila Seca — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Coimbra passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Coimbra 2 freguesias — Cioga do Campo; e São Facundo — do concelho de Ançã.

- foi extinto o concelho de Botão, sendo a freguesia que o compunha — Botão — integrada no concelho de Coimbra;

- foi extinto o concelho de Eiras, sendo a freguesia que o compunha — Eiras — integrada no concelho de Coimbra;

- foi extinto o concelho de Sernache dos Alhos sendo a freguesia que o compunha — Sernache dos Alhos — integrada no concelho de Coimbra;

- foi transferida 1 freguesia — Almoester — do concelho de Coimbra para o concelho de Alvaiázere;

- foi transferida 1 freguesia — Murtede — do concelho de Coimbra para o concelho de Cantanhede;

- foram transferidas 3 freguesias — Figueira de Lorvão; Lorvão; e Sazes de Lorvão — do concelho de Coimbra para o concelho de Penacova;

- foi transferida 1 freguesia — Alvorge — do concelho de Coimbra para o concelho de Rabaçal;

- foi criado o concelho de Santo André de Poiares, englobando 4 freguesias — Arrifana; Friúmes; Lavegadas; e São Miguel de Vila Chã de Poiares — separadas do concelho de Coimbra;

- foram transferidas 3 freguesias — Árvore; Lamarosa; e São Silvestre — do concelho de Coimbra para o concelho de Tentúgal.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi criado o concelho de Condeixa-a-Nova englobando 6 freguesias — Anobra; Bem da Fé; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Sebal Grande; e Vila Seca — separadas do concelho de Coimbra.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, a freguesia de São Facundo foi integrada na freguesia de Antuzede.

Por Decreto de 29 de agosto de 1846, foi extinto o concelho de Condeixa-a-Nova, sendo 6 das freguesias que o compunham — Anobra; Bem da Fé; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Sebal Grande; e Vila Seca — integradas no concelho de Coimbra;

Por Decreto de 20 de fevereiro de 1847, foi restaurado o concelho de Condeixa-a-Nova, englobando 6 freguesias — Anobra; Bem da Fé; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Sebal Grande; e Vila Seca — separadas do concelho de Coimbra.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Tentúgal, sendo 3 das freguesias que o compunham — Árvore; Lamarosa; e São Silvestre — integradas no concelho de Coimbra;

- foi transferida 1 freguesia — Pampilhosa — do concelho de Coimbra para o concelho de Mealhada.

Por Decreto de 20 de novembro de 1854, parcialmente alterado por Decreto de 16 de julho de 1855:

- a freguesia de Salvador e parte da freguesia de São Pedro foram integradas na freguesia da Sé Nova;

- a freguesia de Almedina foi integrada na freguesia da Sé Velha;

- a freguesia de São Tiago foi integrada na freguesia de São Bartolomeu;

- as freguesias de Pedrulha e de Santa Justa foram integradas na freguesia de Santa Cruz;

- foi criada a freguesia de Santo António dos Olivais, englobando a parte da freguesia de São Pedro não englobada na freguesia da Sé Nova, partes das freguesias de Eiras, de São Paulo de Frades e de Trouxemil e a freguesia de São Sebastião das Torres;

- foi criada a freguesia de Santa Clara, englobando as partes das freguesias da cidade na margem esquerda do Rio Mondego.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Coimbra 1 freguesia — Vil de Matos — do concelho de Cantanhede.

Por Decreto de 8 de março de 1880, a freguesia de Cioga do Campo passou a denominar-se São João do Campo.

Por Decreto de 2 de junho de 1910, a freguesia de Sernache dos Alhos passou a denominar-se Cernache.

Por Decreto de 7 de junho de 1913, a freguesia da Sé Velha passou a denominar-se Almedina.

Pelo Decreto-Lei n.º 23534 de 1 de fevereiro de 1934, foi criada a freguesia de Torres do Mondego, separada da freguesia de Santo António dos Olivais.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Coimbra passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Coimbra passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Coimbra passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Coimbra passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

No início de 2013, o concelho de Coimbra englobava 31 freguesias: Almalaguês; Ameal; Antanol; Antuzede; Arzila; Assafarge; Botão; Brasfemes; Castelo Viegas; Ceira; Cernache; Coimbra (Almedina); Coimbra (Santa Cruz); Coimbra (São Bartolomeu); Coimbra (Sé Nova); Eiras; Lamarosa; Ribeira de Frades; Santa Clara; Santo António dos Olivais; São João do Campo; São Martinho de

Árvore; São Martinho do Bispo; São Paulo de Frades; São Silvestre; Souselas; Taveiro; Torre de Vilela; Torres do Mondego; Trouxemil; e Vil de Matos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Coimbra passou a englobar 18 freguesias: Almalaguês; Brasfemes; Ceira; Cernache; Santo António dos Olivais; São João do Campo; São Silvestre; Torres do Mondego; União das Freguesias de Assafarge e Antanhol; União das Freguesias de Antuzede e Vil de Matos; União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu); União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades; União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas; União das Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa; União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades; União das Freguesias de Souselas e Botão; União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila; e União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Coimbra passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Coina

Em meados da década de 1830, o concelho de Coina englobava 1 freguesia — Coina.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Coina passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Coina foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Coina — integrada no concelho de Alhos Vedros.

Côja

Em meados da década de 1830, o concelho de Côja englobava 8 freguesias, 1 com sede em Côja e 7 — Benfeita; Cerdeira; Espariz; Meda de Mouros; Mouronhos; Pinheiro de Côja; e Teixeira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Côja passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Vila Cova de Sub-Avô, sendo a freguesia que o compunha — Vila Cova de Sub-Avô — integrada no concelho de Côja;
- foi transferida 1 freguesia — Teixeira — do concelho de Côja para o concelho de Fajão;
- foi transferida 1 freguesia — Espariz — do concelho de Côja para o concelho de Tábua.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho de Côja 1 freguesia — Espariz — do concelho de Tábua.

O concelho de Côja foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 8 freguesias que o compunham — Benfeita; Cerdeira; Côja; Espariz; Meda de Mouros; Mouronhos; Pinheiro de Côja; e Vila Cova de Sub-Avô — integradas no concelho de Arganil.

Colares

Em meados da década de 1830, o concelho de Colares englobava 1 freguesia — Colares.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Colares passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Colares foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — Colares — integrada no concelho de Sintra.

Colos

Em meados da década de 1830, o concelho de Colos englobava 1 freguesia — Colos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Colos passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Colos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Colos — integrada no concelho do Cercal.

Condeixa-a-Nova

O concelho de Condeixa-a-Nova foi criado por Lei de 17 de abril de 1838, englobando 9 freguesias separadas:

- 6 — Anobra; Bem da Fé; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Sebal Grande; e Vila Seca — do concelho de Coimbra;

- 3 — Belide; Ega; e Furadouro — do concelho de Soure.

O concelho de Condeixa-a-Nova foi extinto por Decreto de 29 de agosto de 1846, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Anobra; Bem da Fé; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Sebal Grande; e Vila Seca — no concelho de Coimbra;

- 3 — Belide; Ega; e Furadouro — no concelho de Soure.

O concelho de Condeixa-a-Nova foi restaurado por Decreto de 20 de fevereiro de 1847, englobando 9 freguesias separadas:

- 6 — Anobra; Bem da Fé; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Sebal Grande; e Vila Seca — do concelho de Coimbra;

- 3 — Belide; Ega; e Furadouro — do concelho de Soure.

Por Decreto de 6 de março de 1852, foi extinto o concelho de Rabaçal, sendo 3 das freguesias que o compunham — Alvorge e Ateanha; Rabaçal; e Zambujal — integradas no concelho de Condeixa-a-Nova.

Entre 1852 e 1853, foi transferida 1 freguesia — Zambujal — do concelho de Condeixa-a-Nova para o concelho de Penela.

Por Decreto de 27 de julho de 1853, foram transferidas 2 freguesias — Alvorge; e Rabaçal — do concelho de Condeixa-a-Nova para o concelho de Penela.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Condeixa-a-Nova 1 freguesia — Zambujal — do concelho de Soure.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Condeixa-a-Nova passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Condeixa-a-Nova passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Condeixa-a-Nova passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Condeixa-a-Nova passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

No início de 2013, o concelho de Condeixa-a-Nova englobava 10 freguesias: Anobra; Belide; Bem da Fé; Condeixa-a-Nova; Condeixa-a-Velha; Ega; Furadouro; Sebal; Vila Seca; e Zambujal.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Condeixa-a-Nova passou a englobar 7 freguesias: Anobra; Ega; Furadouro; Zambujal; União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova; União das Freguesias de Sebal e Belide; e União das Freguesias de Vila Seca e Bem da Fé.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Condeixa-a-Nova passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Constância

Por Decreto de 7 de dezembro de 1836, o concelho e a freguesia de Punhete passaram a denominar-se concelho e freguesia de Constância.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Aldeia do Mato; e Martinchel — do concelho de Constância para o concelho de Abrantes.

O concelho de Constância foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Constância; Montalvo; e Santa Margarida da Coutada — integradas no concelho de Abrantes.

O concelho de Constância foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Constância; Montalvo; e Santa Margarida da Coutada — separadas do concelho de Abrantes.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Constância passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Constância passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região interior:

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Constância passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Constância passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, a sub-região do Médio Tejo foi transferida da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

O concelho de Constância engloba hoje 3 freguesias: Constância; Montalvo; e Santa Margarida da Coutada.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Constância passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Correlhã

Em meados da década de 1830, o concelho da Correlhã englobava 2 freguesias, 1 com sede na Correlhã e 1 — Seara — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Correlhã passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Correlhã foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Correlhã; e Seara — integradas no concelho de Ponte de Lima.

Cortegaça

Em meados da década de 1830, o concelho de Cortegaça englobava 1 freguesia — Cortegaça.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cortegaça passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Cortegaça foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cortegaça — integrada no concelho de Feira.

Cortiços

Em meados da década de 1830, o concelho de Cortiços englobava 3 freguesias, 1 com sede em Cortiços e 2 — Cernadela; e Romeu — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cortiços passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Cortiços 10 freguesias — Amendoeira; Bornes de Monte Mel; Burga; Carrapata; Corujas; Gradíssimo; Grijó de Vale Benfeito; Lamas de Podence; Macedo de Cavaleiros; e Vale Benfeito — do concelho de Bragança;

- foram transferidas para o concelho de Cortiços 2 freguesias — Caravelas; e Cedaínhos — do concelho de Mirandela;

- foi extinto o concelho de Pinho Velho, sendo a freguesia que o compunha — Pinho Velho — integrada no concelho de Cortiços;

- foi extinto o concelho de Sezulfe, sendo a freguesia que o compunha — Sezulfe — integrada no concelho de Cortiços;

- foi extinto o concelho de Vale de Asnes, sendo a freguesia que o compunha — Vale de Asnes — integrada no concelho de Cortiços;

- foi extinto o concelho de Vale de Prados, sendo a freguesia que o compunha — Vale de Prados — integrada no concelho de Cortiços.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de Gradíssimo foi anexada à freguesia de Pinho Velho.

O concelho de Cortiços foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 18 freguesias que o compunham integradas:

- 17 — Amendoeira; Bornes de Monte Mel; Burga; Caravelas; Carrapatos; Cernadela; Cortiços; Corujas; Grijó de Vale Benfeito; Lamas de Podence; Macedo de Cavaleiros; Pinho Velho e Gradíssimo; Romeu; Sezulfe; Vale Benfeito; Vale de Asnes; e Vale de Prados — no concelho de Macedo de Cavaleiros;

- 1 — Cedaínhos — no concelho de Mirandela.

Coruche

Em meados da década de 1830, o concelho de Coruche englobava 5 freguesias, 1 com sede em Coruche e 4 — Couço; Santana do Mato; Peso; e São Torcato — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Coruche passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Erra, sendo as 2 freguesias que o compunham — Vila Nova de Erra; e Santa Justa — integradas no concelho de Coruche;

- foi extinto o concelho de Lamarosa sendo a freguesia que o compunha — São José da Lamarosa — integrada no concelho de Coruche;

- foi extinto o concelho de Montargil, sendo a freguesia que o compunha — Montargil — integrada no concelho de Coruche.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho de Montargil, englobando 1 freguesia — Montargil — separada do concelho de Coruche.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- as freguesias de Santana do Mato, de São José da Lamarosa, de São Torcato e de Vila Nova de Erra foram integradas na freguesia de Coruche;

- as freguesias de Peso e de Santa Justa foram integradas na freguesia de Couço;

- o concelho de Coruche passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44201 de 21 de fevereiro de 1962, foi criada a freguesia de São José da Lamarosa separada da freguesia de Coruche.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Coruche passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Coruche passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 43/84 de 31 de dezembro de 1984, foram criadas as freguesias de Biscainho, Branca, Erra, Fajarda e Santana do Mato, separadas da freguesia de Coruche.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Coruche passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Coruche englobava 8 freguesias: Biscainho; Branca; Coruche; Couço; Erra; Fajarda; Santana do Mato; e São José da Lamarosa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Coruche passou a englobar 6 freguesias: Biscainho; Branca; Couço; Santana do Mato; São José da Lamarosa; União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Coruche passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Coura

Em meados da década de 1830, o concelho de Coura englobava 21 freguesias, 1 com sede em Coura e 20 — Águalonga; Bico; Castanheira; Cossourado; Cristelo; Cunha; Ferreira; Formariz; Infesta; Insalde; Linhares; Mozelos; Padornelo; Parada; Paredes de Coura; Porreiras; Resende; Romarigães; Rubiães; e Vascões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Coura passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 15 de setembro de 1875, a sede do concelho de Coura foi transferida para Paredes de Coura.

Cova

Ver São Pedro da Cova

Covilhã

Em meados da década de 1830, o concelho da Covilhã englobava 37 freguesias, 13 — Madalena; Santa Maria; Santa Marinha; São Bartolomeu; São João do Hospital; São João do Monte; São Martinho; São Paulo; São Pedro; São Salvador; São Silvestre; São Tiago; e São Vicente — com sede na Covilhã e 24 — Aldeia do Carvalho; Aldeia do Mato; Aldeia do Souto; Barco; Boidobra; Casegas; Cebola; Cortes do Meio; Dominguiço; Erada; Ferro; Orjais; Ourondo; Paúl; Pera Boa; Peso; Sameiro; Sobral de Casegas; Teixoso; Tortosendo; Unhais da Serra; Unhais-o-Velho; Verdelhos; e Vidual de Cima — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Covilhã passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas 2 freguesias — Unhais-o-Velho; e Vidual de Cima — do concelho da Covilhã para o concelho de Fajão;

- foi transferida 1 freguesia — Sameiro — do concelho da Covilhã para o concelho de Manteigas;

- foram transferidas 3 freguesias — Aldeia do Mato; Aldeia do Souto; e Verdelhos — do concelho da Covilhã para o concelho de Valhelhas.

Por Decreto de 15 de outubro de 1841:

- as freguesias de Santa Marinha, de São Bartolomeu, de São Paulo e de São Salvador foram fundidas na freguesia de Covilhã – *Conceição*;

- as freguesias de São João do Monte e de São Vicente foram integradas na freguesia de São Martinho da Covilhã;

- as freguesias de Madalena, de São João do Hospital e de São Tiago foram integradas na freguesia de São Pedro da Covilhã.

Por Decreto de 19 de fevereiro de 1851, a freguesia de São Silvestre foi dividida entre as freguesias de Santa Maria e de São Pedro da Covilhã.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Valhelhas, sendo 4 das freguesias que o compunham — Aldeia do Mato; Aldeia do Souto; Sarzedo; e Verdelhos — integradas no concelho da Covilhã.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Belmonte, sendo as 4 freguesias que o compunham — Belmonte; Caria; Inguias; e Maçainhas — integradas no concelho da Covilhã;

- foi transferida para o concelho da Covilhã 1 freguesia — Bodelhão — do concelho de Fundão.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Belmonte, englobando 4 freguesias — Belmonte; Caria; Inguias; e Maçainhas — separadas do concelho da Covilhã.

Pelo Decreto n.º 15868 de 15 de agosto de 1928, a freguesia de Bodelhão passou a denominar-se Aldeia de São Francisco de Assis

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Covilhã passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

Pelo Decreto n.º 37504 de 6 de agosto de 1949, a freguesia de Aldeia do Mato passou a denominar-se Vale Formoso.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto n.º 43263 de 21 de outubro de 1960, a freguesia de Cebola passou a denominar-se São Jorge da Beira.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Covilhã passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 69/70 de 27 de fevereiro de 1970, a freguesia de Sobral de Casegas passou a denominar-se Sobral de São Miguel.

Pelo Decreto-Lei n.º 537/78 de 9 de julho de 1976, foi criada a freguesia de Vales do Rio, separada da freguesia de Peso.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Covilhã passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 61/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Coutada, separada da freguesia de Barco.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Covilhã passou a fazer parte da sub-região da Cova da Beira.

Pela Lei n.º 79/89 de 29 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Cantar-Galo, separada da freguesia de Aldeia do Carvalho.

Pela Lei n.º 24/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Canhoso, separada das freguesias de Cantar-Galo, Covilhã – Conceição, Teixoso e Vila do Carvalho.

Pela Lei n.º 25/2001 de 12 de julho, a freguesia de Aldeia do Carvalho passou a denominar-se Vila do Carvalho.

No início de 2013, o concelho da Covilhã englobava 31 freguesias: Aldeia de São Francisco de Assis; Aldeia do Souto; Barco; Boidobra; Canhoso; Cantar-Galo; Casegas; Cortes do Meio; Coutada; Covilhã (Conceição); Covilhã (Santa Maria); Covilhã (São Martinho); Covilhã (São Pedro); Dominguiço; Erada; Ferro; Orjais; Ourondo; Paúl; Peraboa; Peso; São Jorge da Beira; Sarzedo; Sobral de São Miguel; Teixoso; Tortosendo; Unhais da Serra; Vale Formoso; Vales do Rio; Verdelhos; e Vila do Carvalho.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Covilhã passou a englobar 21 freguesias: Aldeia de São Francisco de Assis; Boidobra; Cortes do Meio; Dominguiço; Erada; Ferro; Orjais; Paúl; Peraboa; São Jorge da Beira; Sobral de São Miguel; Tortosendo; Unhais da Serra; Verdelhos; União das Freguesias de Covilhã e Canhoso (criada por fusão das freguesias de Conceição, Santa Maria, São Martinho, São Pedro e Canhoso); União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto; União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo; União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho; União das Freguesias de Peso e Vales do Rio; União das Freguesias de Barco e Coutada; e União das Freguesias de Casegas e Ourondo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Covilhã passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Coz

Em meados da década de 1830, o concelho de Coz englobava 1 freguesia — Coz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Coz passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Coz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Coz — integrada no concelho de Alcobaça.

Crato

Em meados da década de 1830, o concelho do Crato englobava 7 freguesias, 2 — Conceição; e Mártires — com sede no Crato e 5 — Aldeia da Mata; Flor da Rosa; Monte Chamiço; Monte da Pedra; e Vale do Peso — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Crato passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 26 de outubro de 1841, a freguesia de Monte Chamiço foi integrada na freguesia de Monte da Pedra.

Por Decreto de 3 de agosto de 1853, foi extinto o concelho de Alpalhão sendo 1 das freguesias que o compunham — Gáfete — integrada no concelho do Crato.

Por Decreto de 15 de junho de 1893, a freguesia dos Mártires foi integrada na freguesia da Conceição, a qual passou a denominar-se Crato e Mártires.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Gavião, sendo 1 das freguesias que o compunham — Comenda — integrada no concelho do Crato;

- foram transferidas 2 freguesias — Alpalhão e Tolosa — do concelho de Nisa para o concelho do Crato.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Gavião, englobando 1 freguesia — Comenda — separada do concelho do Crato;

- foram transferidas 2 freguesias — Alpalhão e Tolosa — do concelho do Crato para o concelho de Nisa.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Crato passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Crato passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Crato passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Crato passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Crato englobava 6 freguesias: Aldeia da Mata; Crato e Mártires; Flor da Rosa; Gáfete; Monte da Pedra; e Vale do Peso.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Crato passou a englobar 4 freguesias: Aldeia da Mata; Gáfete; Monte da Pedra; e União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Crato passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Crestuma

Em meados da década de 1830, o concelho de Crestuma englobava 1 freguesia — Crestuma.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Crestuma passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Crestuma foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Crestuma — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia.

Cuba

Em meados da década de 1830, o concelho de Cuba englobava 4 freguesias, 1 com sede em Cuba e 3 — Marmelar; Pedrógão; e Selmes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cuba passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Albergaria dos Fusos, sendo a freguesia que o compunha — Albergaria dos Fusos — integrada no concelho de Cuba;

- foi extinto o concelho de Faro do Alentejo, sendo a freguesia que o compunha — Faro do Alentejo — integrada no concelho de Cuba;

- foi extinto o concelho de Vila Ruiva sendo a freguesia que o compunha — Vila Ruiva — integrada no concelho de Cuba;

- foram transferidas 3 freguesias — Marmelar; Pedrógão; Selmes — do concelho de Cuba para o concelho da Vidigueira.

Por Decreto de 19 de setembro de 1853, foi extinto o concelho de Vila de Frades, sendo 1 das freguesias que o compunham — Vila Alva — integrada no concelho de Cuba.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho do Alvito, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alvito; e Vila Nova da Baronia — integradas no concelho de Cuba.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho do Alvito, englobando 2 freguesias — Alvito; e Vila Nova da Baronia — separadas do concelho de Cuba.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Albergaria dos Fusos foi integrada na freguesia de Vila Ruiva;

- o concelho de Cuba passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Cuba passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Cuba passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Cuba passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

O concelho de Cuba engloba hoje 4 freguesias: Cuba; Faro do Alentejo; Vila Alva; e Vila Ruiva.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Cuba passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Cucujães

Em meados da década de 1830, o concelho de Cucujães englobava 1 freguesia — Cucujães.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Cucujães passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Cucujães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Cucujães — integrada no concelho de Oliveira de Azeméis.

Currelos

Em meados da década de 1830, o concelho de Currelos englobava 1 freguesia — Currelos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Currelos passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, a sede do concelho de Currelos foi transferida para Carregal do Sal.

Dornelas

Em meados da década de 1830, o concelho de Dornelas englobava 1 freguesia — Dornelas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Dornelas passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Dornelas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Dornelas — integrada no concelho de Boticas.

Dornes

Em meados da década de 1830, o concelho de Dornes englobava 3 freguesias, 1 com sede em Dornes e 2 — Beco; e Paio Mendes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Dornes passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Dornes foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Beco; Dornes; e Paio Mendes — integradas no concelho de Ferreira do Zêzere.

Ega

Em meados da década de 1830, o concelho de Ega englobava 2 freguesias, 1 com sede em Ega e 1 — Furadouro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ega passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Ega foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Ega; e Furadouro — integradas no concelho de Soure.

Eiras

Em meados da década de 1830, o concelho de Eiras englobava 1 freguesia — Eiras.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Eiras passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Eiras foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Eiras — integrada no concelho de Coimbra.

Eixo

Em meados da década de 1830, o concelho de Eixo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Eixo e 1 — Requeixo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Eixo passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Esgueira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Nariz — integrada no concelho de Eixo;

- foi extinto o concelho de Óis da Ribeira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Fermentelos — integrada no concelho de Eixo;

- foi extinto o concelho de Segadães, sendo 1 das freguesias que o compunham — Eirol — integrada no concelho de Eixo.

Por Decreto de 2 de maio de 1849, foi criada a freguesia de Santo António de *Oliveirinha*, separada da freguesia de Eixo.

O concelho de Eixo foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Eirol; Eixo; Oliveirinha; e Requeixo — no concelho de Aveiro;
- 2 — Fermentelos; e Nariz — no concelho de Oliveira do Bairro.

Elvas

Em meados da década de 1830, o concelho de Elvas englobava 13 freguesias, 4 — Alcáçova; Salvador; São Pedro; e Sé — com sede em Elvas e 9 — Ajuda; Caia; Santa Eulália; Santo Ildefonso; São Lourenço; São Vicente; Terrugem; Várzea; e Ventosa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Elvas passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Barbacena, sendo a freguesia que o compunha — Barbacena — integrada no concelho de Elvas.

- foi extinto o concelho de Vila Boim, sendo a freguesia que o compunha — Vila Boim — integrada no concelho de Elvas;

- foi extinto o concelho de Vila Fernando, sendo a freguesia que o compunha — Vila Fernando — integrada no concelho de Elvas.

Entre 1878 e 1890:

- as freguesias de Ajuda, de Várzea e de Santo Ildefonso foram anexadas à freguesia de Salvador;

- as freguesias de São Pedro, de São Vicente e de Ventosa foram anexadas à freguesia de Caia;

- a freguesia da Sé passou a denominar-se Assunção;

- a freguesia de São Lourenço foi anexada à freguesia de Assunção;

- a freguesia de Terrugem foi anexada à freguesia de Vila Boim;

- a freguesia de Vila Fernando foi anexada à freguesia de Barbacena.

Entre 1900 e 1911:

- as freguesias de São Vicente e de Ventosa foram desanexadas da freguesia de Caia e a freguesia de Ventosa foi anexada à freguesia de São Vicente;

- a freguesia de Várzea foi separada da freguesia de Salvador;

- a freguesia de São Lourenço foi separada da freguesia de Assunção e anexada à freguesia de Várzea;

- a freguesia de Terrugem foi separada da freguesia de Vila Boim.

Pela Lei n.º 1027 de 23 de agosto de 1920, a freguesia de Vila Fernando foi separada da freguesia de Barbacena.

Pelo Decreto-Lei n.º 27242 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Várzea passou a denominar-se São Brás.

- o concelho de Elvas passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Elvas passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Elvas passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Elvas passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Elvas englobava 11 freguesias: Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso; Alcáçova; Assunção; Barbacena; Caia e São Pedro; Santa Eulália; São Brás e São Lourenço; São Vicente e Ventosa; Terrugem; Vila Boim; e Vila Fernando.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Elvas passou a englobar 7 freguesias: Santa Eulália; São Brás e São Lourenço; São Vicente e Ventosa; União das Freguesias de

Barbacena e Vila Fernando; União das Freguesias de Caia e São Pedro e Alcáçova; União das Freguesias de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso; e União das Freguesias de Terrugem e Vila Boim.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Elvas passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Entradas

Em meados da década de 1830, o concelho de Entradas englobava 1 freguesia — Entradas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Entradas passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Entradas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Entradas — integrada no concelho de Castro Verde.

Entroncamento

O concelho do Entroncamento foi criado pelo Decreto-Lei n.º 35184 de 24 de novembro de 1945, englobando 1 freguesia — Entroncamento — separada do concelho de Vila Nova da Barquinha. O concelho do Entroncamento passou a fazer parte do distrito de Santarém e da província do Ribatejo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Entroncamento passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Entroncamento passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Entroncamento passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

Pela Lei n.º 68/2003 de 26 de agosto:

- a freguesia do Entroncamento passou a denominar-se São João Batista;
- foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Fátima, separada da freguesia de São João Batista.

O concelho do Entroncamento engloba hoje 2 freguesias: Nossa Senhora de Fátima; e São João Batista.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Entroncamento passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Envendos

Em meados da década de 1830, o concelho de Envendos englobava 1 freguesia — Envendos.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Envendos passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Envendos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Envendos — integrada no concelho de Mação.

Enxara dos Cavaleiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Enxara dos Cavaleiros englobava 1 freguesia — Enxara do Bispo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Enxara dos Cavaleiros passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho do Gradil, sendo a freguesia que o compunha — Gradil — integrada no concelho de Enxara dos Cavaleiros;

- foram transferidas para o concelho de Enxara dos Cavaleiros 2 freguesias — Milharado; e Sapataria — do concelho de Lisboa.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi criado o concelho da Azueira, englobando 1 freguesia — Gradil — separada do concelho de Enxara dos Cavaleiros.

O concelho da Enxara dos Cavaleiros foi extinto por Decreto de 21 de janeiro de 1847, sendo as 3 freguesias que o compunham — Enxara do Bispo; Milharado; e Sapataria — integradas no concelho da Azueira.

Ericeira

Em meados da década de 1830, o concelho da Ericeira englobava 1 freguesia — Ericeira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ericeira passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho da Carvoeira, sendo a freguesia que o compunha — Carvoeira — integrada no concelho da Ericeira.

O concelho da Ericeira foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carvoeira; e Ericeira — integradas no concelho de Mafra.

Ermelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Ermelo englobava 5 freguesias, 1 com sede em Ermelo e 4 — Bilhó; Campanhó; Lamas de Olo; e Pardelhas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ermelo passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Ermelo 3 freguesias — Campeã; Quintã; e Vila Cova — do concelho de Vila Real.

O concelho de Ermelo foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Bilhó; Campanhó; Ermelo; Lamas de Olo; e Pardelhas — no concelho de Mondim de Basto;
- 3 — Campeã; Quintã; e Vila Cova — no concelho de Vila Real.

Ermida

Em meados da década de 1830, o concelho de Ermida englobava a localidade de Ermida, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Ílhavo.

O concelho de Ermida foi extinto por Decreto de 7 de agosto de 1835, sendo a localidade que o compunha — Ermida — integrada no concelho de Ílhavo.

Ermida do Paiva

Em meados da década de 1830, o concelho de Ermida do Paiva englobava 3 freguesias, 1 com sede em Ermida e 2 — Ester; e São Joaninho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ermida do Paiva passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Ermida do Paiva foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Ermida do Paiva; Ester; e São Joaninho — integradas no concelho de Castro Daire.

Erra

Ver Vila Nova de Erra.

Ervedal

Em meados da década de 1830, o concelho de Ervedal englobava 1 freguesia — Ervedal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ervedal passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Ervedal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ervedal — integrada no concelho de Avis.

Ervedal da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Ervedal da Beira englobava 1 freguesia — Ervedal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ervedal da Beira passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Ervedal da Beira foi transferido do distrito de Coimbra para o distrito da Guarda;

- foi extinto o concelho de Casal sendo 3 das freguesias que o compunham — Sameice; Travancinha; e Várzea de Meruge — integradas no concelho de Ervedal da Beira;

- foi extinto o concelho de Seixo do Ervedal, sendo a freguesia que o compunha — Seixo do Ervedal — integrada no concelho de Ervedal da Beira.

O concelho de Ervedal da Beira foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Ervedal; e Seixo do Ervedal — no concelho de Oliveira do Hospital;

- 3 — Sameice; Travancinha; e Várzea de Meruge — no concelho de Seia.

Ervededo

Em meados da década de 1830, o concelho de Ervededo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Ervededo e 1 — Bustelo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ervededo passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Ervededo 5 freguesias — Calvão; Seara Velha; Vila Meã; Vilarelho da Raia; e Vilela Seca — do concelho de Chaves.

- foi extinto o concelho de Meixedo, sendo a freguesia que o compunha — Meixedo — integrada no concelho de Ervededo;

- foi extinto o concelho de Vilar de Perdizes, sendo as 3 freguesias que o compunham — Santo André de Vilar de Perdizes; São Miguel de Vilar de Perdizes; e Solveira — integradas no concelho de Ervededo.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho de Ervededo 1 freguesia — Soutelinho da Raia — do concelho de Chaves.

O concelho de Ervededo foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 12 freguesias que o compunham integradas:

- 7 — Bustelo; Calvão; Ervededo; Seara Velha; Vila Meã; Vilarelho da Raia; e Vilela Seca — no concelho de Chaves;

- 5 — Meixedo; Solveira; Soutelinho da Raia; Santo André de Vilar de Perdizes; e São Miguel de Vilar de Perdizes — no concelho de Montalegre.

Ervedosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Ervedosa englobava 1 freguesia — Ervedosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ervedosa passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Ervedosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ervedosa — integrada no concelho de Torre de Dona Chama.

Ervedosa do Douro

Em meados da década de 1830, o concelho de Ervedosa do Douro englobava 1 freguesia — Ervedosa do Douro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ervedosa do Douro passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Ervedosa do Douro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ervedosa do Douro — integrada no concelho de São João da Pesqueira.

Escalhão

Em meados da década de 1830, o concelho de Escalhão englobava 1 freguesia — Escalhão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Escalhão passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Escalhão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Escalhão — integrada no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Escamarão

Em meados da década de 1830, o concelho de Escamarão englobava 1 freguesia — Escamarão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Escamarão passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Escamarão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Escamarão — integrada no concelho de Sanfins da Beira.

Esgueira

Em meados da década de 1830, o concelho de Esgueira englobava 4 freguesias, 1 com sede em Esgueira e 3 — Cacia; Nariz; e Palhaça — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Esgueira passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Esgueira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Cacia; e Esgueira — no concelho de Aveiro;
- 1 — Nariz — no concelho de Eixo;
- 1 — Palhaça — no concelho de Sosa.

Espinhhal

Ver Penela.

Espinho

O concelho de Espinho foi criado por Decreto de 17 de agosto de 1899, englobando a freguesia de Espinho, separada do concelho da Feira.

Pelo mesmo Decreto de 17 de agosto de 1899, o concelho de Espinho passou a pertencer ao distrito de Aveiro.

Pelo Decreto n.º 12457 de 11 de outubro de 1926:

- foram transferidas para o concelho de Espinho 5 freguesias — Anta; Nogueira da Regedoura; Oleiros; Paramos; e Silvade — do concelho da Feira;
- foi transferida para o concelho de Espinho 1 freguesia — Esmoriz — do concelho de Ovar;
- foi transferida para o concelho de Espinho 1 freguesia — Guetim — do concelho de Vila Nova de Gaia.

Pelo Decreto n.º 15395 de 14 de abril de 1928:

- foram transferidas 2 freguesias — Nogueira da Regedoura; e Oleiros — do concelho de Espinho para o concelho da Feira;
- foi transferida 1 freguesia — Esmoriz — do concelho de Espinho para o concelho de Ovar.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Espinho passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Espinho passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Espinho passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Espinho passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho de Espinho englobava 5 freguesias: Anta; Espinho; Guetim; Paramos; e Silvade.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Espinho passou a englobar 4 freguesias: Espinho; Paramos; Silvade; e União das Freguesias de Anta e Guetim.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Espinho passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Esposende

Em meados da década de 1830, o concelho de Esposende englobava 8 freguesias, 1 com sede em Esposende e 7 — Curvos; Gandra; Gemeses; Mar; Marinhas; Palmeira de Faro; e Vila Chã — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Esposende passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Apúlia, sendo a freguesia que o compunha — Apúlia — integrada no concelho de Esposende;
- foram transferidas para o concelho de Esposende 10 freguesias — São Paio de Antas; Banho; Barqueiros; Belinho; Fão; Fonte Boa; Forjães; Perelhal; Rio Tinto; e Vila Cova — do concelho de Barcelos.

Por Lei de 22 de fevereiro de 1838, foram transferidas 4 freguesias — Banho; Barqueiros; Perilhal; e Vila Cova — do concelho de Esposende para o concelho de Barcelos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Esposende passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Esposende passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Esposende passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Esposende passou a fazer parte da sub-região do Cávado.

No início de 2013, o concelho de Esposende englobava 15 freguesias: Antas; Apúlia; Belinho; Curvos; Esposende; Fão; Fonte Boa; Forjães; Gandra; Gemeses; Mar; Marinhas; Palmeira de Faro; Rio Tinto; e Vila Chã.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Esposende passou a englobar 9 freguesias: Antas; Forjães; Gemeses; Vila Chã; União das Freguesias de Apúlia e Fão; União das Freguesias de Belinho e Mar; União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra; União das Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto; e União das Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Esposende passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Estarreja

Em meados da década de 1830, o concelho de Estarreja englobava 6 freguesias — Avanca; Beduído (onde se situa Estarreja, sede do concelho); Bunheiro; Murtosa; Pardilhó; e Veiros.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Estarreja passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Estarreja 1 freguesia — Salreu — do concelho de Pinheiro da Bemposta.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Angeja sendo 2 das freguesias que o compunham — Canelas; e Fermelã — integradas no concelho de Estarreja.

Pelo Decreto n.º 12457 de 11 de outubro de 1926, foi transferida 1 freguesia — Pardilhó — do concelho de Estarreja para o concelho de Ovar.

Pelo Decreto n.º 12569 de 29 de Outubro de 1926, foi criado o concelho da Murtosa, englobando 2 freguesias — Bunheiro; e Murtosa — separadas do concelho de Estarreja.

Pelo Decreto n.º 15395 de 14 de abril de 1928, foi transferida para o concelho de Estarreja 1 freguesia — Pardilhó — do concelho de Ovar.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Estarreja passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Estarreja passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Estarreja passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Estarreja passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho de Estarreja englobava 7 freguesias: Avanca; Beduído; Canelas; Fermelã; Pardilhó; Salreu; e Veiros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Estarreja passou a englobar 5 freguesias: Avanca; Pardilhó; Salreu; União das Freguesias de Beduído e Veiros; e União das Freguesias de Canelas e Fermelã.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Estarreja passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Esteves

Em meados da década de 1830, o concelho de Esteves englobava 1 freguesia — Couto de Esteves.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Esteves passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Esteves foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Couto de Esteves — integrada no concelho de Sever do Vouga.

Estremoz

Em meados da década de 1830, o concelho de Estremoz englobava 13 freguesias, 3 — Santa Maria; Santo André; e São Tiago — com sede em Estremoz e 10 — Ameixial – Santa Vitória; Ameixial – São Bento; Arcos; Glória; Rio de Moinhos; Santo Estêvão; São Bento de Ana Loura; São Bento do Cortiço; São Domingos de Ana Loura; e São Lourenço de Mamporcão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Estremoz passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Canal, sendo a freguesia que o compunha — Canal — integrada no concelho de Estremoz;

- foram transferidas 2 freguesias — São Bento de Ana Loura; e São Bento do Cortiço — do concelho de Estremoz para o concelho de Veiros.

Por Lei de 17 de abril de 1838:

- foi transferida para o concelho de Estremoz 1 freguesia — São Bento do Cortiço — do concelho de Veiros;

- foi transferida 1 freguesia — Rio de Moinhos — do concelho de Estremoz para o concelho de Borba.

Por Decreto de 9 de novembro de 1846, foi extinto o concelho do Vimieiro sendo 1 das freguesias que o compunham — Vimieiro — integrada no concelho de Estremoz.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de São Tiago de Estremoz foi integrada na freguesia de Santo André de Estremoz.

Por Decreto de 9 de novembro de 1852:

- foi restaurado o concelho de Vimieiro englobando 1 freguesia — Vimieiro — separada do concelho de Estremoz;

- foi extinto o concelho de Évora Monte, sendo 2 das freguesias que o compunham — Santa Maria de Évora Monte; e São Pedro de Évora Monte — integradas no concelho de Estremoz.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1872, foi transferida para o concelho de Estremoz 1 freguesia — São Bento de Ana Loura — do concelho de Fronteira.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Monforte, sendo 1 das freguesias que o compunham — Veiros — integrada no concelho de Estremoz;

- foi extinto o concelho de Sousel, sendo as 4 freguesias que o compunham — Cano; Casa Branca; Ribeira; e Sousel — integradas no concelho de Estremoz.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida para o concelho de Estremoz 1 freguesia — Santo Aleixo — do concelho de Fronteira.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Monforte englobando 1 freguesia — Santo Aleixo — do concelho de Estremoz;

- foi restaurado o concelho de Sousel, englobando 4 freguesias — Cano; Casa Branca; Ribeira; e Sousel — separadas do concelho de Estremoz.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Canal foi integrada na freguesia da Glória;
- a freguesia de São Pedro de Évora Monte foi integrada na freguesia de Santa Maria de Évora Monte;

- o concelho de Estremoz passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Estremoz passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Estremoz passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Estremoz passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

No início de 2013, o concelho de Estremoz englobava 13 freguesias: Ameixial (Santa Vitória); Ameixial (São Bento); Arcos; Estremoz (Santa Maria); Estremoz (Santo André); Évora Monte (Santa Maria); Glória; Santo Estêvão; São Bento de Ana Loura; São Bento do Cortiço; São Domingos de Ana Loura; São Lourenço de Mamporcão; e Veiros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Estremoz passou a englobar 9 freguesias: Arcos; Évora Monte (Santa Maria); Glória; São Domingos de Ana Loura; Veiros; União das Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André); União das Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão; União das Freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura; e União das Freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Estremoz passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Évora

Em meados da década de 1830, o concelho de Évora englobava 20 freguesias, 5 — Santo Antão; São Mamede; São Pedro; São Tiago; e Sé — com sede em Évora e 15 — Nossa Senhora da Boa Fé; Nossa Senhora da Graça do Divor; Nossa Senhora da Tourega; Nossa Senhora de Machede; São Bento de Pomares; São Brás de Regedouro; São Jordão; São Manços; São Marcos de Abóbada; São Matias; São Miguel de Machede; São Sebastião da Giesteira; São Vicente de Valongo; São Vicente do Pigeiro; e Torre de Coelheiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Évora passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Évora Monte sendo 1 das freguesias que o compunham — São Bento do Mato — integrada no concelho de Évora.

Por Decreto de 28 de outubro de 1841, a freguesia de São Tiago de Évora foi integrada na freguesia de Santo Antão de Évora.

Por Decreto de 9 de novembro de 1846 foi restaurado o concelho de Évora Monte englobando 1 freguesia — São Bento do Mato — separada do concelho de Évora.

Por Decreto de 9 de novembro de 1852, foi extinto o concelho de Évora Monte, sendo 1 das freguesias que o compunham — São Bento do Mato — integrada no concelho de Évora.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foram transferidas 2 freguesias — Boa Fé; e Giesteira — do concelho de Évora para o concelho de Montemor-o-Novo;

- foi transferida 1 freguesia — Valongo — do concelho de Évora para o concelho de Redondo;

- foi transferida 1 freguesia — Pigeiro — do concelho de Évora para o concelho de Reguengos de Monsaraz;

- foi extinto o concelho de Viana do Alentejo, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aguiar; Alcáçovas; e Viana do Alentejo — integradas no concelho de Évora.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foram transferidas para o concelho de Évora 2 freguesias — Boa Fé; e Giesteira — do concelho de Montemor-o-Novo;

- foi transferida para o concelho de Évora 1 freguesia — Valongo — do concelho de Redondo;

- foi transferida para o concelho de Évora 1 freguesia — Pigeiro — do concelho de Reguengos de Monsaraz;

- foi restaurado o concelho de Viana do Alentejo, englobando 3 freguesias — Aguiar; Alcáçovas; e Viana do Alentejo — separadas do concelho de Évora.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de São Sebastião da Giesteira foi integrada na freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé;

- a freguesia de São Vicente do Pigeiro foi integrada na freguesia de São Manços;

- a freguesia de São Brás de Regedouro foi integrada na freguesia de Nossa Senhora da Tourega.

- a freguesia de São Matias foi integrada na freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor;

- o concelho de Évora passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 35927 de 1 de novembro de 1946:

- a freguesia de São Vicente do Pigeiro foi separada da freguesia de São Manços;

- as freguesias de São Marcos da Abóbada, São Bento de Pomares e São Jordão foram integradas na freguesia de Torre de Coelheiros.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Évora passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 386/75 de 22 de julho de 1975, a freguesia de São Sebastião da Giesteira foi separada da freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Évora passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 110/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Canaviais, separada da freguesia da Sé.

Pela Lei n.º 128/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, separada da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Évora passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

Pela Lei n.º 26/97 de 12 de julho de 1997:

- foram criadas as freguesias de Bacelo, Horta das Figueiras, Malagueira e Senhora da Saúde, separadas da freguesia da Sé de Évora;

- as freguesias de São Pedro de Évora e Sé de Évora foram fundidas na freguesia de Sé e São Pedro.

No início de 2013, o concelho de Évora englobava 19 freguesias: Bacelo; Canaviais; Évora (Santo Antão); Évora (São Mamede); Horta das Figueiras; Malagueira; Nossa Senhora da Boa Fé; Nossa Senhora da Graça do Divor; Nossa Senhora da Tourega; Nossa Senhora de Guadalupe; Nossa Senhora de Machede; São Bento do Mato; São Manços; São Miguel de Machede; São Sebastião da Giesteira; São Vicente do Pigeiro; Sé e São Pedro; Senhora da Saúde; e Torre de Coelheiros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Évora passou a englobar 12 freguesias: Canaviais; Nossa Senhora da Graça do Divor; Nossa Senhora de Machede; São Bento do Mato; São Miguel de Machede; Torre de Coelheiros; União das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde; União das Freguesias de Évora (São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão); União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras; União das Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe; União das Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro; União das Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Évora passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Évora de Alcobaça

Em meados da década de 1830, o concelho de Évora de Alcobaça englobava 1 freguesia — Évora de Alcobaça.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Évora de Alcobaça passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Évora de Alcobaça foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Évora de Alcobaça — integrada no concelho de Alcobaça.

Évora Monte

Em meados da década de 1830, o concelho de Évora Monte englobava 5 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Pedro — com sede em Évora Monte e 3 — Freixo; São Bento do Mato; e Vidigão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Évora Monte passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Évora Monte foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — São Bento do Mato — no concelho de Évora;
- 1 — Freixo — no concelho do Redondo;
- 3 — Santa Maria de Évora Monte; São Pedro de Évora Monte; e Vidigão — no concelho do Vimieiro.

O concelho de Évora Monte foi restaurado por Decreto de 9 de novembro de 1846 englobando 6 freguesias separadas:

- 1 — São Bento do Mato — do concelho de Évora;
- 1 — Freixo — do concelho do Redondo;
- 4 — Santa Justa; Santa Maria de Évora Monte; São Pedro de Évora Monte; e Vidigão — do concelho do Vimieiro, então extinto.

O concelho de Évora Monte foi extinto por Decreto de 9 de novembro de 1852, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Santa Maria de Évora Monte; e São Pedro de Évora Monte — no concelho de Estremoz;
- 1 — São Bento do Mato — no concelho de Évora;
- 1 — Freixo — no concelho do Redondo;
- 2 — Santa Justa; e Vidigão — no concelho do Vimieiro, então restaurado.

Fafe

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montelongo, a partir de então denominado Fafe, passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

• foi extinto o concelho de Cepães sendo a freguesia que o compunha — Cepães — integrada no concelho de Fafe;

• foram transferidas para o concelho de Fafe 6 freguesias — Felgueiras; Gontim; Monte; Queimadela; São Clemente de Silves; e São Martinho de Silves — do concelho de Guimarães.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas para o concelho de Fafe 2 freguesias — Moreira do Rei; e Pedraído — do concelho de Cabeceiras de Basto.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

• foram transferidas para o concelho de Fafe 2 freguesias — Aboim; e Várzea Cova — do concelho de Cabeceiras de Basto;

- foram transferidas para o concelho de Fafe 2 freguesias — Ardegão e Arnozela; e Seidões — do concelho de Celorico de Basto;

- foi transferida para o concelho de Fafe 1 freguesia — Jogueiros — do concelho de Felgueiras;

- foram transferidas para o concelho de Fafe 10 freguesias — Agrela; Santa Cristina de Arões; São Romão de Arões; Fareja; Freitas; Golães; São Vicente de Paços; Serafão; Travassós; e Vila Cova — do concelho de Guimarães.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Fafe 1 freguesia — Regadas — do concelho de Celorico de Basto;

- foi transferida 1 freguesia — Jogueiros — do concelho de Fafe para o concelho de Felgueiras.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Fafe passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 38742 de 7 de maio de 1952, a freguesia de Ardegão foi separada da freguesia de Arnozela.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Fafe passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Fafe passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Fafe passou a fazer parte da sub-região do Ave.

No início de 2013, o concelho de Fafe englobava 36 freguesias: Aboim; Agrela; Antime; Ardegão; Armil; Arnozela; Arões (Santa Cristina); Arões (São Romão); Cepães; Estorãos; Fafe; Fareja; Felgueiras; Fornelos; Freitas; Golães; Gontim; Medelo; Monte; Moreira do Rei; Passos; Pedraído; Queimadela; Quinchães; Regadas; Revelhe; Ribeiros; São Gens; Seidões; Serafão; Silvares (São Clemente); Silvares (São Martinho); Travassós; Várzea Cova; Vila Cova; e Vinhós.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Fafe passou a englobar 25 freguesias: Armil; Arões (Santa Cristina); Arões (São Romão); Estorãos; Fafe; Fornelos; Golães; Medelo; Passos; Quinchães; Regadas; Revelhe; Ribeiros; São Gens; Silvares (São Martinho); Travassós; Vinhós; União das Freguesias de Agrela e Serafão; União das Freguesias de Freitas e Vila Cova; União das Freguesias de Monte e Queimadela; União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído; União das Freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova; União das Freguesias de Antime e Silvares (São Clemente); União das Freguesias de Cepães e Fareja; e União das Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Fafe passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Faílde

Em meados da década de 1830, o concelho de Faílde englobava 1 freguesia — Faílde.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Carocedo, sendo a freguesia que o compunha — Carocedo — integrada no concelho de Failde;

- o concelho de Failde e Carocedo passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Failde e Carocedo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carocedo; e Failde — integradas no concelho de Bragança.

Fajão

Em meados da década de 1830, o concelho de Fajão englobava 1 freguesia — Fajão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fajão passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Fajão 1 freguesia — Teixeira — do concelho de Cõja;

- foram transferidas para o concelho de Fajão 2 freguesias — Unhais-o-Velho; e Vidual de Cima — do concelho da Covilhã;

- foram transferidas para o concelho de Fajão 2 freguesias — Dornelas do Zêzere; e Janeiro de Baixo — do concelho do Fundão.

O concelho de Fajão foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Teixeira — no concelho de Arganil;

- 5 — Dornelas do Zêzere; Fajão; Janeiro de Baixo; Unhais-o-Velho; e Vidual de Cima — no concelho de Pampilhosa da Serra.

Famalicão

O concelho de Famalicão foi criado por Decreto de 18 de julho de 1835, englobando 1 freguesia — Famalicão — separada do concelho de Barcelos.

Pelo mesmo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Famalicão passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Arentim, sendo a freguesia que o compunha — Arentim — integrada no concelho de Famalicão;

- foram transferidas para o concelho de Famalicão 54 freguesias — Abade de Vermoim; São Tiago de Antas; Santa Maria de Arnos; Salvador de Arnos; Santa Eulália de Arnos; Aves; Avidos; Bairro; Brufe; Cabeçudos; Calendário; São Tiago de Carreira; Castelões; Cavalões; Cruz; Delães; Esmeriz; Ferreiró; Santa Leocádia de Fradelos; Gavião; Gemunde; Gondifelos; Jesufrei; Joane; Lagoa; Lemenhe; Louro; Lousado; Mogege; Mouquim; Nine; Novais; Santa Maria de Oliveira; São Mateus de Oliveira; Outiz; Pedome; Portela; Pousada de Saramagos; Requião; Santo Estêvão de Riba de Ave; São Fins de Riba de Ave; Ribeirão; Romão; Ruivães; São Miguel de Seide; São Paio de

Seide; Serzedelo; Sezures; Sobrado; Telhado; São Cosme de Vale; São Martinho de Vale; Vermoim; e Vilarinho das Cambas — do concelho de Barcelos;

- foi extinto o concelho de Landim, sendo 2 das freguesias que o compunham — Bente; e Landim — integradas no concelho de Famalicão.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Arentim — do concelho de Famalicão para o concelho de Braga.

Por Lei de 22 de fevereiro de 1838, foi transferida 1 freguesia — Gondifelos — do concelho de Famalicão para o concelho de Barcelos.

Por Decreto de 22 de julho de 1841, o concelho de Famalicão passou a denominar-se Vila Nova de Famalicão.

Famalicão da Serra

Em meados da década de 1830, o concelho de Famalicão da Serra englobava 1 freguesia — Famalicão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Famalicão da Serra passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Famalicão da Serra foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Famalicão — integrada no concelho de Valhelhas.

Farinha Podre

O concelho de Farinha Podre foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, integrando 8 freguesias separadas:

- 1 — Covelo — do concelho de Ázere, então extinto;
- 1 — São Paio de Farinha Podre — do concelho de Óvoa, então extinto;
- 4 — Oliveira do Cunhedo; Paradela; São Pedro de Farinha Podre; e Travanca de Farinha Podre — do concelho de Penacova;
- 1 — São Martinho da Cortiça — do concelho de Pombeiro da Beira, então extinto;
- 1 — Carapinha — do concelho de Sanguinheda, então extinto.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Carapinha — do concelho de Farinha Podre para o concelho de Tábua.

O concelho de Farinha Podre foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 7 freguesias que o compunham — Covelo; Oliveira do Cunhedo; Paradela; São Martinho da Cortiça; São Paio de Farinha Podre; São Pedro de Farinha Podre; e Travanca de Farinha Podre — integradas no concelho de Tábua.

Faro

Em meados da década de 1830, o concelho de Faro englobava 6 freguesias, 2 — São Pedro; e Sé — com sede em Faro e 4 — Conceição; Estói; Santa Bárbara de Nexe; e São Brás de Alportel — com sede no termo, e pertencia à comarca de Faro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Faro passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Pela Lei n.º 178 de 1 de junho de 1914, foi criado o concelho de São Brás de Alportel, englobando 1 freguesia — São Brás de Alportel — separada do concelho de Faro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Faro passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Faro passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Faro passou a fazer parte da região do algarve.

Pela Lei n.º 33/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Montenegro, separada das freguesias de São Pedro e da Sé.

Pela Lei n.º 61/2012 de 5 de dezembro, foram alterados os limites do concelho de Faro e das respetivas freguesias de Faro (São Pedro), Montenegro e Santa Bárbara de Nexe com o concelho de Loulé.

No início de 2013, o concelho de Faro englobava 6 freguesias: Conceição; Estói; Faro (São Pedro); Faro (Sé); Montenegro; e Santa Bárbara de Nexe.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Faro passou a englobar 4 freguesias: Montenegro; Santa Bárbara de Nexe; União das Freguesias de Conceição e Estói; e União das Freguesias de Faro (São Pedro e Sé).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Faro passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Faro do Alentejo

Em meados da década de 1830, o concelho de Faro do Alentejo englobava 1 freguesia — Faro do Alentejo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Faro do Alentejo passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Faro do Alentejo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Faro do Alentejo — integrada no concelho de Cuba.

Favaios

Em meados da década de 1830, o concelho de Favaios englobava 1 freguesia — Favaios.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Favaios passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Gouvães do Douro, sendo 1 das freguesias que o compunha — Casal de Loivos — integrada no concelho de Favaios;
- foram transferidas para o concelho de Favaios 3 freguesias — Sanfins do Douro; Vale de Mendiz; e Vilarinho de Cotas — do concelho de Vila Real.

Por Decreto de 20 de outubro de 1841, foi transferida para o concelho de Favaios 1 freguesia — Cotas — do concelho de Alijó.

O concelho de Favaios foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 6 freguesias que o compunham — Casal de Loivos; Cotas; Favaios; Sanfins do Douro; Vale de Mandiz; e Vilarinho de Cotas — integradas no concelho de Alijó.

Feira

Em meados da década de 1830, o concelho da Feira, também denominado Vila da Feira, englobava 38 freguesias, 1 com sede na Feira e 37 — Anta; Arada; Argoncilhe; Canedo; Duas Igrejas; Escapães; Esmoriz; Espargo; Fiães; Fornos; Gião; Guisande; Lever; Lobão; Louredo; Lourosa; Maceda; Milheirós de Poiares; Mosteirô; Mozelos; Nogueira da Regedoura; Paços de Brandão; Paramos; Pigeiros; Rio Meão; Romariz; Sanfins; Sanguedo; Santa Maria de Lamas; São João de Ver; São Jorge de Caldelas; São Miguel do Souto; São Paio de Oleiros; Silvade; Travanca; Vale; e Vila Maior — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Feira passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cortegaça, sendo a freguesia que o compunha — Cortegaça — integrada no concelho da Feira;
- foi transferida para o concelho da Feira 1 freguesia — Arrifana — do concelho de Oliveira de Azeméis;
- foram transferidas 4 freguesias — Duas Igrejas; Louredo; Romariz; e Vale — do concelho da Feira para o concelho de Fermedo;
- foi transferida 1 freguesia — Argoncilhe — do concelho da Feira para o concelho de Vila Nova de Gaia.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho da Feira 1 freguesia — Argoncilhe — do concelho de Vila Nova de Gaia.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi transferida 1 freguesia — Arada — do concelho de Feira para o concelho de Ovar.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Fermedo, sendo 3 das freguesias que o compunham — Duas Igrejas; Romariz; e Vale — integradas no concelho da Feira.

Entre 1855 e 1864, a freguesia de Duas Igrejas foi integrada na freguesia de Romariz.

Por Decreto de 21 de junho de 1879 foram transferidas 3 freguesias — Cortegaça; Esmoriz; e Maceda — do concelho da Feira para o concelho de Ovar.

Por Decreto de 30 de dezembro de 1890, foi criada a freguesia de Espinho, separada da freguesia de Anta.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi transferida para o concelho da Feira 1 freguesia — Louredo — do concelho de Arouca.

Por Decreto de 17 de agosto de 1899, foi criado o concelho de Espinho, englobando 1 freguesia — Espinho — separada do concelho da Feira.

Pelo Decreto n.º 12457 de 11 de outubro de 1926:

- foram transferidas 5 freguesias — Anta; Nogueira da Regedoura; Oleiros; Paramos; e Silvade — do concelho da Feira para o concelho de Espinho;

- foi transferida 1 freguesia — Souto — do concelho da Feira para o concelho de Ovar;

- foi transferida 1 freguesia — Lever — do concelho da Feira para o concelho de Vila Nova de Gaia.

Pelo Decreto n.º 15395 de 14 de abril de 1928:

- foram transferidas para o concelho da Feira 2 freguesias — Nogueira da Regedoura; e Oleiros — do concelho de Espinho;

- foi transferida para o concelho da Feira 1 freguesia — Souto — do concelho de Ovar.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Feira passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Feira passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Feira passou a fazer parte da região do Norte.

Pela Lei n.º 39/85 de 14 de agosto de 1985, a localidade e o concelho da Feira passaram a denominar-se Santa Maria da Feira.

Feitosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Feitosa englobava 1 freguesia — Feitosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Feitosa passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Feitosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Feitosa — integrada no concelho de Ponte de Lima.

Felgueiras — Felgueiras de Margaride

Em meados da década de 1830, o concelho de Felgueiras, também denominado Felgueiras de Margaride, englobava 19 freguesias, 1 com sede em Margaride e 18 — Airães; Caramos; Friande; Idães; Jugueiros; Lagares; Moure; Padroso; Pinheiro; Refontoura; Revinhade; Santão; Sendim; Sousa; Torrados; Várzea; Varziela; e Vila Cova da Lixa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Felgueiras passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Felgueiras foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 19 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Vila Cova da Lixa — no concelho de Amarante;
- 18 — Airães; Caramos; Friande; Idães; Jugueiros; Lagares; Margaride; Moure; Padroso; Pinheiro; Refontoura; Revinhade; Santão; Sendim; Sousa; Torrados; Várzea; e Varziela — no concelho de Barrosas, então criado.

O concelho de Felgueiras foi restaurado e integrado no distrito do Porto por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 24 freguesias separadas:

- 1 — Vila Cova da Lixa — do concelho de Amarante;
- 23 — Aião; Airães; Caramos; Friande; Jugueiros; Lagares; Margaride; Moure; Padroso; Pedreira; Penacova; Pinheiro; Pombeiro; Refontoura; Revinhade; Santão; Sendim; Sousa; Torrados; Várzea; Varziela; Vila Fria; e Vila Verde — do concelho de Barrosas.

Por Lei de 22 de dezembro de 1837, foi transferida para o concelho de Felgueiras 1 freguesia — Borba de Godim — do concelho de Amarante.

Por Decreto de 30 de julho de 1852, foi extinto o concelho de Barrosas, sendo 6 das freguesias que o compunham — Idães; Rande; Regilde; Sernande; Santo Adrião de Vizela; e São Jorge de Vizela — integradas no concelho de Felgueiras.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferida para o concelho de Felgueiras 1 freguesia — Macieira da Lixa — do concelho de Amarante;
- foi transferida 1 freguesia — Jugueiros — do concelho de Felgueiras para o concelho de Fafe.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Felgueiras 1 freguesia — Jugueiros — do concelho de Fafe;
- foram transferidas para o concelho de Felgueiras 2 freguesias — Lordelo; e Unhão — do concelho de Lousada.

Por Decreto de 17 de agosto de 1859, a freguesia de Padroso foi integrada na freguesia de Margaride.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Felgueiras passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Felgueiras passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Felgueiras passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Felgueiras passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

Pela Lei n.º 63/98 de 1 de setembro de 1998, foi criado o concelho de Vizela englobando 1 freguesia — Santo Adrião de Vizela — separada do concelho de Felgueiras.

No início de 2013, o concelho de Felgueiras englobava 32 freguesias: Aião; Airões; Borba de Godim; Caramos; Friande; Idães; Jagueiros; Lagares; Lordelo; Macieira da Lixa; Margaride (Santa Eulália); Moure; Pedreira; Penacova; Pinheiro; Pombeiro de Ribavizela; Rande; Refontoura; Regilde; Revinhade; Santão; Sendim; Sernande; Sousa; Torrados; Unhão; Várzea; Varziela; Vila Cova da Lixa; Vila Fria; Vila Verde; e Vizela (São Jorge).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Felgueiras passou a englobar 20 freguesias: Aião; Airões; Friande; Idães; Jagueiros; Penacova; Pinheiro; Pombeiro de Ribavizela; Refontoura; Regilde; Revinhade; Sendim; União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos; União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure; União das Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande; União das Freguesias de Torrados e Sousa; União das Freguesias de Unhão e Lordelo; União das Freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim; União das Freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge); e União das Freguesias de Vila Verde e Santão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Felgueiras passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Fermedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Fermedo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Fermedo e 1 — São Miguel do Mato — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fermedo passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Fermedo 4 freguesias — Duas Igrejas; Louredo; Romariz; e Vale — do concelho da Feira;

- foram transferidas para o concelho de Fermedo 2 freguesias — Escariz; e Mansores — do concelho de Oliveira de Azeméis.

O concelho de Fermedo foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Escariz; Fermedo; Louredo; Mansores; e São Miguel do Mato — no concelho de Arouca;
- 3 — Duas Igrejas; Romariz; e Vale — no concelho da Feira.

Ferreira de Aves

Em meados da década de 1830, o concelho de Ferreira de Aves englobava 3 freguesias, 1 com sede em Ferreira de Aves e 2 — Águas Boas; e Forles — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ferreira de Aves passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Ferreira de Aves foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Águas Boas; Ferreira de Aves; e Forles — integradas no concelho de Sátão.

Ferreira de Capelins

Em meados da década de 1830, o concelho de Ferreira de Capelins englobava a localidade de Ferreira, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Capelins.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ferreira de Capelins passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Ferreira de Capelins foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a localidade que o compunha — Ferreira — integrada no concelho de Alandroal.

Ferreira do Alentejo

Em meados da década de 1830, o concelho de Ferreira do Alentejo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Ferreira do Alentejo e 1 — Figueira dos Cavaleiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ferreira do Alentejo passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Ferreira do Alentejo 3 freguesias — Alfundão; Peroguarda; e Vilas Boas — do concelho de Beja;

- foi extinto o concelho de Torrão sendo 1 das freguesias que o compunham — Santa Margarida do Sádão — integrada no concelho de Ferreira do Alentejo.

Por Decreto de 17 de outubro de 1876, foi transferida para o concelho de Ferreira do Alentejo 1 freguesia — Odivelas — do concelho do Alvão.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Aljustrel, sendo 1 das freguesias que o compunham — São João de Negrilhos — integrada no concelho de Ferreira do Alentejo.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Aljustrel, englobando 1 freguesia — São João de Negrilhos — separada do concelho de Ferreira do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Santa Margarida de Sádão foi integrada na freguesia de Figueira dos Cavaleiros;

- a freguesia de Vilas Boas foi integrada na freguesia de Ferreira do Alentejo;
- o concelho de Ferreira do Alentejo passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ferreira do Alentejo passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ferreira do Alentejo passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 31/88 de 1 de fevereiro de 1988, foi criada a freguesia de Canhestros, separada da freguesia de Ferreira do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ferreira do Alentejo passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Ferreira do Alentejo englobava 6 freguesias: Alfundão; Canhestros; Ferreira do Alentejo; Figueira dos Cavaleiros; Odivelas; e Peroguarda.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ferreira do Alentejo passou a englobar 4 freguesias: Figueira dos Cavaleiros; Odivelas; União das Freguesias de Alfundão e Peroguarda; e União das Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ferreira do Alentejo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Ferreira do Zêzere

Em meados da década de 1830, o concelho de Ferreira do Zêzere englobava 1 freguesia Ferreira do Zêzere.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ferreira do Zêzere passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Águas Belas, sendo a freguesia que o compunha — Águas Belas — integrada no concelho de Ferreira do Zêzere;

- foi extinto o concelho de Dornes, sendo as 3 freguesias que o compunham — Beco; Dornes; e Paio Mendes — integradas no concelho de Ferreira do Zêzere;

- foi extinto o concelho de Pias, sendo as 3 freguesias que o compunham — Areias; Chãos; e Pias — integradas no concelho de Ferreira do Zêzere;

- foi transferida para o concelho de Ferreira do Zêzere 1 freguesia — Alviobeira — do concelho de Tomar.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Ferreira do Zêzere 1 freguesia — Igreja Nova do Sobral — do concelho de Tomar;

• foi transferida 1 freguesia — Alviobeira — do concelho de Ferreira do Zêzere para o concelho de Tomar.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Alvaiázere, sendo 2 das freguesias que o compunham — Pussos; e Rego da Murta — integradas no concelho de Ferreira do Zêzere.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Alvaiázere, englobando 2 freguesias — Pussos; e Rego da Murta — separadas do concelho de Ferreira do Zêzere.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ferreira do Zêzere passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ferreira do Zêzere passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ferreira do Zêzere passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ferreira do Zêzere passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a sub-região do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Ferreira do Zêzere englobava 9 freguesias: Águas Belas; Areias; Beco; Chãos; Dornes; Ferreira do Zêzere; Igreja Nova do Sobral; Paio Mendes; e Pias.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ferreira do Zêzere passou a englobar 7 freguesias: Águas Belas; Beco; Chãos; Ferreira do Zêzere; Igreja Nova do Sobral; Nossa Senhora do Pranto (criada por fusão das freguesias de Paio Mendes e Dornes); e União das Freguesias de Areias e Pias (com alteração dos limites territoriais).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ferreira do Zêzere passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Ferreiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Ferreiros englobava 1 freguesia — Moita.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ferreiros passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Ferreiros foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Moita — integrada no concelho da Anadia.

Ferreiros de Tendais

Em meados da década de 1830, o concelho de Ferreiros de Tendais englobava 7 freguesias, 1 — São Pedro — com sede em *Ferreiros de Tendais* e 6 — Alhões; Bustelo; Ermida do Douro; Galheira; Oliveira do Douro; e Ramires — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ferreiros de Tendais passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Ferreiros de Tendais foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 7 freguesias que o compunham — Alhões; Bustelo; Ermida do Douro; Ferreiros de Tendais; Galheira; Oliveira do Douro; e Ramires — integradas no concelho de Cinfães.

Ficalho

Ver Vila Verde de Ficalho.

Figueira

Em meados da década de 1830, o concelho de Figueira englobava 1 freguesia — Figueira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Figueira passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Figueira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Figueira — integrada no concelho de Avis.

Figueira da Foz

Em meados da década de 1830, o concelho da Figueira da Foz englobava 5 freguesias, das quais 1 com sede na Figueira da Foz e 4 — Paião; Redondos; Tavadede; e *Vila Verde* — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Figueira da Foz passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Buarcos, sendo a freguesia que o compunha — Buarcos — integrada no concelho da Figueira da Foz;

- foi criado o concelho de Paião, englobando 1 freguesia — Paião — separada do concelho da Figueira da Foz.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, a freguesia de Redondos foi integrada na freguesia de Buarcos.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Lavos, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lavos; e Paião — integradas no concelho de Figueira da Foz;

- foi extinto o concelho de Maiorca, sendo as 5 freguesias que o compunham — Alhadas; Brenha; Ferreira-a-Nova; Maiorca; e Quiaios — integradas no concelho de Figueira da Foz.

Pelo Decreto n.º 15223 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Marinha das Ondas, separada das freguesias de Lavos e de Paião.

Pelo Decreto n.º 15287 de 27 de março de 1928, foi criada a freguesia de Alqueidão, separada da freguesia de Paião.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Figueira da Foz passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Figueira da Foz passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Figueira da Foz passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 96/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de São Pedro, separada das freguesias de Lavos e de São Julião da Figueira da Foz.

Pela Lei n.º 122/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Bom Sucesso, separada da freguesia de Quiaios.

Pela Lei n.º 27/88 de 1 de fevereiro de 1988, foi criada a freguesia de Santana, separada da freguesia de Ferreira-a-Nova.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Figueira da Foz passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

Pela Lei n.º 78/89 de 29 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Borda do Campo, separada da freguesia de Paião.

Pela Lei n.º 25/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Moinhos da Gândara, separada da freguesia de Alhadas.

No início de 2013, o concelho de Figueira da Foz englobava 18 freguesias: Alhadas; Alqueidão; Brenha; Bom Sucesso; Borda do Campo; Buarcos; Ferreira-a-Nova; Lavos; Maiorca; Marinha das Ondas; Moinhos da Gândara; Paião; Quiaios; Santana; São Julião da Figueira da Foz; São Pedro; Tavarede; e Vila Verde.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Figueira da Foz passou a englobar 14 freguesias: Alhadas (que absorveu a freguesia de Brenha); Alqueidão; Bom Sucesso; Buarcos (que absorveu a freguesia de São Julião da Figueira da Foz); Ferreira-a-Nova (que absorveu a freguesia de Santana); Lavos (com alteração dos limites territoriais); Maiorca; Marinha das Ondas; Moinhos da Gândara; Paião (que absorveu a freguesia de Borda do Campo); Quiaios (com alteração dos limites territoriais); São Pedro; Tavarede; e Vila Verde.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Figueira da Foz passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Figueira de Castelo Rodrigo

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- a sede do concelho de Castelo Rodrigo foi transferida para Figueira, que passou a denominar-se Figueira de Castelo Rodrigo;

- foi extinto o concelho de Escalhão, sendo a freguesia que o compunha — Escalhão — integrada no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

- foi transferida 1 freguesia — Malpartida — do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo para o concelho de Almeida;

- foram transferidas 2 freguesias — Algodres; e Vilar de Amargo — do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo para o concelho de Almendra e Castelo Melhor.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, a freguesia de Nave Redonda foi integrada na freguesia de Castelo Rodrigo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Almendra e Castelo Melhor, sendo 2 das freguesias que o compunham — Algodres; e Vilar de Amargo — integradas no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foram transferidas para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo 2 freguesias — Cinco Vilas; e Reigada — do concelho de Almeida;

- foi transferida para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo 1 freguesia — Colmeal — do concelho de Pinhel.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo englobava 17 freguesias: Algodres; Almofala; Castelo Rodrigo; Cinco Vilas; Colmeal; Escalhão; Escarigo; Figueira de Castelo Rodrigo; Freixeda do Torrão; Mata de Lobos; Penha de Águia; Quintã de Pêro Martins; Reigada; Vale de Afonsinho; Vermiosa; Vilar de Amargo; e Vilar Torpim.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo passou a englobar 10 freguesias: Castelo Rodrigo; Escalhão; Figueira de Castelo Rodrigo; Mata de Lobos; Vermiosa; União das Freguesias de Cinco Vilas e Reigada; União das Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim; União das Freguesias de Almofala e Escarigo; União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia; e União das Freguesias de Vale de Afonsinho, Vilar de Amargo e Algodres.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Figueiró da Granja

Em meados da década de 1830, o concelho de Figueiró da Granja englobava 1 freguesia — Figueiró da Granja.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Figueiró da Granja passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Figueiró da Granja foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Figueiró da Granja — integrada no concelho de Algodres.

Figueiró dos Vinhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Figueiró dos Vinhos englobava 1 freguesia — Figueiró dos Vinhos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Figueiró dos Vinhos 1 freguesia — Campelo — do concelho de Miranda do Corvo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Chão de Couce, sendo as 3 freguesias que o compunham — Avelar; Chão de Couce; e Pousaflores — integradas no concelho de Figueiró dos Vinhos;

- foi extinto o concelho de Maçãs de Dona Maria, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aguda; Arega; e Maçãs de Dona Maria — integradas no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Pedrógão Grande, sendo as 5 freguesias que o compunham — Castanheira de Pêra; Coentral; Graça; Pedrógão Grande; e Vila Facaia — integradas no concelho de Figueiró dos Vinhos;

- foram transferidas 4 freguesias — Avelar; Chão de Couce; Maçãs de Dona Maria; e Pousaflores — do concelho de Figueiró dos Vinhos para o concelho de Ansião.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Pedrógão Grande, englobando 5 freguesias — Castanheira de Pêra; Coentral; Graça; Pedrógão Grande; e Vila Facaia — separadas do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

Pela Lei n.º 38/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Bairradas, separada da freguesia de Figueiró dos Vinhos.

No início de 2013, o concelho de Figueiró dos Vinhos englobava 5 freguesias: Aguda; Arega; Bairradas; Campelo; e Figueiró dos Vinhos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a englobar 4 freguesias: Aguda; Arega; Campelo; e União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Figueiró dos Vinhos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Folgosinho

Em meados da década de 1830, o concelho de Folgosinho englobava 1 freguesia — Folgosinho.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Folgosinho passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Folgosinho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Folgosinho — integrada no concelho de Linhares.

Folhedal

Em meados da década de 1830, o concelho de Folhedal englobava a localidade de Folhedal, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Nelas.

O concelho de Folhedal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a localidade que o compunha — Folhedal — integrada no concelho de Canas de Senhorim.

Fonte Arcada [Beira]

Em meados da década de 1830, o concelho de Fonte Arcada englobava 7 freguesias, 1 com sede em Fonte Arcada e 6 — Chosendo; Escurquela; Ferreirim; Freixinho; Macieira; e Vilar — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fonte Arcada passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida 1 freguesia — Vilar — do concelho de Fonte Arcada para o concelho de Moimenta da Beira.

O concelho de Fonte Arcada foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 6 freguesias que o compunham — Chosendo; Escurquela; Ferreirim; Fonte Arcada; Freixinho; e Macieira — integradas no concelho de Sernancelhe.

Fonte Arcada [Minho]

Em meados da década de 1830, o concelho de Fonte Arcada englobava 1 freguesia — Fonte Arcada.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fonte Arcada passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Fonte Arcada foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Fonte Arcada — integrada no concelho de Póvoa de Lanhoso.

Fontelo

Em meados da década de 1830, o concelho do Fontelo englobava 1 freguesia — Fontelo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fontelo passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Fontelo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Fontelo — integrada no concelho de Armamar.

Fontes

Em meados da década de 1830, o concelho de Fontes englobava 2 freguesias, 1 com sede em Fontes e 1 — Fornelos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fontes passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Fontes foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Fontes; e Fornelos — integradas no concelho de Santa Marta de Penaguião.

Formoselhe

Em meados da década de 1830, o concelho de Formoselhe englobava a localidade de Formoselhe, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Santo Varão.

O concelho de Formoselhe foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a localidade que o compunha — Formoselhe — integrada no concelho de Santo Varão.

Forno Telheiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Forno Telheiro englobava 1 freguesia — Forno Telheiro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Forno Telheiro passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Forno Telheiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Forno Telheiro — integrada no concelho de Celorico da Beira.

Fornos — Fornos de Algodres

Em meados da década de 1830, o concelho de Fornos, também denominado Fornos de Algodres, englobava 1 freguesia — Fornos de Algodres.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fornos de Algodres passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Fornos de Algodres foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Fornos de Algodres — integrada no concelho de Algodres.

O concelho de Fornos de Algodres foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, por transferência para Fornos de Algodres da sede do concelho de Algodres.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, a freguesia de Ramirão foi integrada na freguesia de Casal Vasco.

Por Decreto de 10 de fevereiro de 1852, foi extinto o concelho de Tavares, sendo 1 das freguesias que o compunham — Várzea de Tavares — integrada no concelho de Fornos de Algodres.

Por Decreto de 1 de setembro de 1853, foi transferida 1 freguesia — Várzea de Tavares — do concelho de Fornos de Algodres para o concelho de Mangualde.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida para o concelho de Fornos de Algodres 1 freguesia — Juncais — do concelho de Celorico da Beira;

- foi transferida para o concelho de Fornos de Algodres 1 freguesia — Vila Ruiva — do concelho de Gouveia.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Fornos de Algodres passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37122 de 28 de outubro de 1948, foi criada a freguesia de Vila Soeiro do Chão, separada da freguesia de Juncais.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Fornos de Algodres passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Fornos de Algodres passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Fornos de Algodres passou a fazer parte da sub-região da Serra da Estrela.

No início de 2013, o concelho de Fornos de Algodres englobava 16 freguesias: Algodres; Casal Vasco; Cortiçô; Figueiró da Granja; Fornos de Algodres; Fuinhas; Infias; Juncais; Maceira; Matança; Muxagata; Queiriz; Sobral Pichorro; Vila Chã; Vila Ruiva; e Vila Soeiro do Chão.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Fornos de Algodres passou a englobar 12 freguesias: Algodres; Casal Vasco; Figueiró da Granja; Fornos de Algodres; Infias; Maceira;

Matança; Muxagata; Queiriz; União das Freguesias de Sobral Pichorro e Fuinhas; União das Freguesias de Cortiçô e Vila Chã; e União das Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Fornos de Algodres passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Foz

Ver São João da Foz.

Fráguas

Em meados da década de 1830, o concelho de Fráguas englobava 2 freguesias, das quais 1 com sede em Fráguas e 1 — Barrelas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fráguas passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alhais, sendo a freguesia que o compunha — Alhais — integrada no concelho de Fráguas;

- foi extinto o concelho de Pendilhe, sendo a freguesia que o compunha — Pendilhe — integrada no concelho de Fráguas;

- foi extinto o concelho de Vila Cova à Coelheira, sendo as 2 freguesias que o compunham — Touro; e Vila Cova à Coelheira — integradas no concelho de Fráguas.

Por Lei de 28 de abril de 1837, foi transferida para o concelho de Fráguas 1 freguesia — Queiriga — do concelho de Viseu.

Por Lei de 2 de março de 1883, a freguesia de Barrelas passou a denominar-se Vila Nova de Paiva e a sede do concelho de Fráguas foi transferida para Vila Nova de Paiva.

O concelho de Fráguas foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 7 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Pendilhe, Touro e Vila Cova à Coelheira — no concelho de Castro Daire;
- 4 — Alhais, Fráguas, Queiriga e Vila Nova de Paiva — no concelho de Sátão.

Fralães

Em meados da década de 1830, o concelho de Fralães englobava 1 freguesia — Monte de Fralães.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fralães passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Fralães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Monte de Fralães — integrada no concelho de Barcelos.

Francemil

Em meados da década de 1830, o concelho de Francemil englobava 1 freguesia — São Martinho do Campo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Francemil passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Francemil foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Martinho do Campo — integrada no concelho de Negrelos.

Frazão

Em meados da década de 1830, o concelho de Frazão englobava 3 freguesias, 1 com sede em Frazão e 2 — Arreigada; e Seroa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Frazão passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Frazão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Arreigada; Frazão; e Seroa — integradas no concelho de Paços de Ferreira.

Frechas

Em meados da década de 1830, o concelho de Frechas englobava 2 freguesias, das quais 1 com sede em Frechas e 1 — Vale de Sancha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Frechas passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Frechas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Frechas; e Vale de Sancha — integradas no concelho de Mirandela.

Freiriz

Em meados da década de 1830, o concelho de Freiriz englobava 1 freguesia — Freiriz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Freiriz passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Freiriz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Freiriz — integrada no concelho de Prado.

Freixiel

Em meados da década de 1830, o concelho de Freixiel englobava 3 freguesias, 1 com sede em Freixiel e 2 — Mogo de Malta; e Pereiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Freixiel passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Freixiel foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Mogo de Malta; e Pereiros — no concelho de Carrazeda de Ansiães;
- 1 — Freixiel — no concelho de Vila Flor.

Freixo de Espada à Cinta

Em meados da década de 1830, o concelho de Freixo de Espada à Cinta englobava 5 freguesias, 1 com sede em Freixo de Espada à Cinta e 4 — Fornos; Ligares; Mazouco; e Poiares — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Freixo de Espada à Cinta passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Freixo de Espada à Cinta 1 freguesia — Lagoaça — do concelho de Mogadouro.

O concelho de Freixo de Espada à Cinta foi extinto por Decreto de 14 de agosto de 1895, sendo as 6 freguesias que o compunham — Fornos; Freixo de Espada à Cinta; Lagoaça; Ligares; Mazouco; e Poiares — integradas no concelho de Moncorvo.

O concelho de Freixo de Espada à Cinta foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 6 freguesias — Fornos; Freixo de Espada à Cinta; Lagoaça; Ligares; Mazouco; e Poiares — separadas do concelho de Moncorvo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Freixo de Espada à Cinta passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Freixo de Espada à Cinta passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Freixo de Espada à Cinta passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Freixo de Espada à Cinta passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Freixo de Espada à Cinta englobava 6 freguesias: Fornos; Freixo de Espada à Cinta; Lagoaça; Ligares; Mazouco; e Poiares.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Freixo de Espada à Cinta passou a englobar 4 freguesias: Ligares; Poiares; União das Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco; e União das Freguesias de Lagoaça e Fornos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Freixo de Espada à Cinta passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Freixo de Numão

Em meados da década de 1830, o concelho de Freixo de Numão englobava 9 freguesias, 1 com sede em Freixo de Numão e 8 — Custóias; Horta; Mós; Murça; Numão; Santo Amaro; Sebadelhe; e Seixas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Freixo de Numão passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cedovim, sendo a freguesia que o compunha — Cedovim — integrada no concelho de Freixo de Numão;
- foi extinto o concelho de Touça, sendo a freguesia que o compunha — Touça — integrada no concelho de Freixo de Numão.

O concelho de Freixo de Numão foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 11 freguesias que o compunham — Cedovim; Custóias; Freixo de Numão; Horta; Mós; Murça; Numão; Santo Amaro; Sebadelhe; Seixas; e Touça — integradas no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Frieira

Em meados da década de 1830, o concelho de Frieira englobava 1 freguesia — Frieira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Frieira passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Frieira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Frieira — integrada no concelho de Izeda.

Fronteira

Em meados da década de 1830, o concelho de Fronteira englobava 2 freguesias, 1 com sede em Fronteira e 1 — Vale de Macieira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Fronteira passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Entre 1841 e 1864, a freguesia de Vale de Macieira passou a denominar-se Valongo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Sousel, sendo as 3 freguesias que o compunham — Cano; Casa Branca; e Sousel e Ribeira — integradas no concelho de Fronteira;
- foi extinto o concelho de Veiros sendo as 5 freguesias que o compunham — Almuro; Santo Aleixo; Santo Amaro; São Bento de Ana Loura; e Veiros — integradas no concelho de Fronteira.

Por Lei de 10 de julho de 1863, foi restaurado o concelho de Sousel, englobando 3 freguesias — Cano; Casa Branca; e Sousel e Ribeira — separadas do concelho de Fronteira.

Por Decreto de 3 de abril de 1871, foi transferida 1 freguesia — Santo Aleixo — do concelho de Fronteira para o concelho de Monforte.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1872:

- foi transferida 1 freguesia — São Bento de Ana Loura — do concelho de Fronteira para o concelho de Estremoz;

- foram transferidas 2 freguesias — Almuro; e Veiros — do concelho de Fronteira para o concelho de Monforte.

Entre 1892 e 1895, foi transferida para o concelho de Fronteira 1 freguesia — Assumar — do concelho de Arronches.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Monforte, sendo 3 das freguesias que o compunham — Almuro; Santo Aleixo; e Vaiamonte — integradas no concelho de Fronteira.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida 1 freguesia — Santo Aleixo — do concelho de Fronteira para o concelho de Estremoz.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Monforte, englobando 3 freguesias — Almuro; Assumar; e Vaiamonte — separadas do concelho de Fronteira.

Pelo Decreto n.º 22009 de 21 de dezembro de 1932:

- foi transferida para o concelho de Fronteira 1 freguesia — Cabeço de Vide — do concelho de Alter do Chão;

- foi transferida 1 freguesia — Santo Amaro — do concelho de Fronteira para o concelho de Sousel.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Valongo passou a denominar-se São Saturnino;
- o concelho de Fronteira passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Fronteira passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Fronteira passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Fronteira passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

O concelho de Fronteira engloba hoje 3 freguesias: Cabeço de Vide; Fronteira; e São Saturnino.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Fronteira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Frossos

Em meados da década de 1830, o concelho de Frossos englobava 1 freguesia — Frossos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Frossos passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Frossos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Frossos — integrada no concelho de Angeja.

Fundão

Em meados da década de 1830, o concelho do Fundão englobava 27 freguesias, 1 com sede no Fundão e 26 — Alcaria; Alcongosta; Aldeia de Joanes; Aldeia Nova do Cabo; Barroca; Bodelhão; Bogas de Baixo; Cambas; Capinha; Castelejo; Donas; Dornelas do Zêzere; Escarigo; Fatela; Freixial de Potes; Janeiro de Baixo; Janeiro de Cima; Lavacolhos; Orvalho; Pêro Viseu; Salgueiro; Silvares; Souto da Casa; Telhado; Valverde; e Vilar Barroco — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Fundão passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alcaide, sendo a freguesia que o compunha — Alcaide — integrada no concelho do Fundão.

- foram transferidas 2 freguesias — Dornelas do Zêzere; e Janeiro de Baixo — do concelho do Fundão para o concelho de Fajão;

- foram transferidas 3 freguesias — Cambas; Orvalho; e Vilar Barroco — do concelho do Fundão para o concelho de Oleiros.

Por Decreto de 15 de outubro de 1841, a freguesia de Freixial de Potes foi integrada na freguesia de Telhado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Alpedrinha, sendo 7 das freguesias que o compunham — Alpedrinha; Atalaia do Campo; Castelo Novo; Orca e Zebras; Póvoa de Atalaia; Soalheira; e Vale de Prazeres — integradas no concelho do Fundão.

Entre 1841 e 1864, foi criada a freguesia de Bogas de Cima separada da freguesia de Silvares.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi transferida 1 freguesia — Bodelhão — do concelho do Fundão para o concelho da Covilhã.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Fundão passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Fundão passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Por + de 15 de setembro de 1976, foi criada a freguesia de Mata da Rainha, separada da freguesia de Vale de Prazeres.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Fundão passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 80/89 de 29 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Enxames, separada da freguesia de Fatela.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Fundão passou a fazer parte da sub-região da Cova da Beira.

No início de 2013, o concelho do Fundão englobava 31 freguesias: Alcaide; Alcaria; Alcongosta; Aldeia de Joanes; Aldeia Nova do Cabo; Alpedrinha; Atalaia do Campo; Barroca; Bogas de Baixo; Bogas de Cima; Capinha; Castelejo; Castelo Novo; Donas; Enxames; Escarigo; Fatela; Fundão; Janeiro de Cima; Lavacolhos; Mata da Rainha; Orca; Pêro Viseu; Póvoa de Atalaia; Salgueiro; Silvares; Soalheira; Souto da Casa; Telhado; Vale de Prazeres; e Valverde.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Fundão passou a englobar 23 freguesias: Alcaide; Alcaria; Alcongosta; Alpedrinha; Barroca; Bogas de Cima; Capinha; Castelejo; Castelo Novo; Enxames; Fatela; Lavacolhos; Orca; Pêro Viseu; Silvares; Soalheira; Souto da Casa; Telhado; Três Povos (criada por fusão das freguesias de Salgueiro e Escarigo); União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo; União das Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha; União das Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo; e União das Freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Fundão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Gafanhão

Em meados da década de 1830, o concelho de Gafanhão englobava 1 freguesia — Gafanhão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gafanhão passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Gafanhão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Gafanhão — integrada no concelho de Sul.

Gáfete

Em meados da década de 1830, o concelho de Gáfete englobava 1 freguesia — Gáfete.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gáfete passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Gáfete foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Gáfete — integrada no concelho de Alpalhão.

Gaia

Ver Vila Nova de Gaia.

Galveias

Em meados da década de 1830, o concelho de Galveias englobava 1 freguesia — Galveias.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Galveias passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Galveias foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Galveias — integrada no concelho de Ponte de Sor.

Garvão

Em meados da década de 1830, o concelho de Garvão englobava 2 freguesias, 1 com sede em Garvão e 1 — Santa Luzia — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Garvão passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Garvão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Garvão; e Santa Luzia — integradas no concelho de Ourique.

Gavião

Em meados da década de 1830, o concelho de Gavião englobava 1 freguesia — Gavião.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gavião passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — Alvega — do concelho de Abrantes para o concelho de Gavião;
- foi extinto o concelho de Amieira, sendo a freguesia que o compunha — Amieira — integrada no concelho de Gavião;
- foi extinto o concelho de Belver, sendo 1 das freguesias que o compunham — Comenda — integrada no concelho de Gavião;
- foi extinto o concelho de Margem, sendo a freguesia que o compunha — Margem — integrada no concelho de Gavião;
- foi extinto o concelho de Vila Flor, sendo a freguesia que o compunha — Vila Flor — integrada no concelho de Gavião.

Por Lei de 22 de fevereiro de 1838, foi transferida 1 freguesia — Alvega — do concelho de Gavião para o concelho de Abrantes.

Por Decreto de 21 de outubro de 1841, foi criada a freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de *Atalaia*, separada da freguesia de Comenda.

Entre 1841 e 1864, a freguesia de Vila Flor foi anexada à freguesia da Amieira.

O concelho de Gavião foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Comenda — no concelho do Crato;
- 4 — Amieira e Vila Flor; Atalaia; Gavião; e Margem — no concelho de Nisa.

O concelho de Gavião foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 5 freguesias separadas:

- 1 — Comenda — do concelho do Crato;
- 1 — Belver — do concelho de Mação;
- 2 — Atalaia; e Gavião — do concelho de Nisa;
- 1 — Margem — do concelho de Ponte de Sor.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Gavião passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Gavião passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Gavião passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Gavião passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

O Decreto-Lei n.º 317/99 de 11 de agosto de 1999 transferiu o concelho de Gavião da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo e da subregião do Médio Tejo para a subregião do Alto Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Gavião englobava 5 freguesias: Atalaia; Belver; Comenda; Gavião; e Margem.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Gavião passou a englobar 4 freguesias: Belver; Comenda; Margem; e União das Freguesias de Gavião e Atalaia.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Gavião passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Gavião passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Geraz do Lima

Em meados da década de 1830, o concelho de Geraz do Lima englobava 4 freguesias, 2 — Santa Leocádia; e Santa Maria — com sede em Geraz do Lima e 2 — Deão; e Moreira de Geraz do Lima — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Geraz do Lima passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Geraz do Lima foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Deão; Moreira de Geraz do Lima; Santa Leocádia; e Santa Maria — integradas no concelho de Viana.

Gestaçô

Em meados da década de 1830, o concelho de Gestaçô englobava 13 freguesias, 1 — Madalena — com sede em Gestaçô e 12 — Ansiães; Bustelo; Candemil; Carneiro; Carvalho de Rei; Gondar; Jazente; Lufrei; Padronelo; Sanche; Várzea; e Vila Chão do Marão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gestaçô passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Gestaçô foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 13 freguesias que o compunham — Ansiães; Bustelo; Candemil; Carneiro; Carvalho de Rei; Gondar; Jazente; Lufrei; Madalena; Padronelo; Sanche; Várzea; e Vila Chã do Marão — integradas no concelho de Amarante.

Godim

Em meados da década de 1830, o concelho de Godim englobava 1 freguesia — Godim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Godim passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Godim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Godim — integrada no concelho de Peso da Régua.

Góis

Em meados da década de 1830, o concelho de Góis englobava 4 freguesias, 1 com sede em Góis e 3 — Cadafaz; Colmeal; e Várzea de Góis — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Góis passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Álvares, sendo 1 das freguesias que o compunham — Álvares — integrada no concelho de Góis.

Pelo Decreto n.º 13833 de 23 de junho de 1927, a freguesia de Várzea de Góis passou a denominar-se Vila Nova do Ceira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Góis passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Góis passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Góis passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Góis passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Góis englobava 5 freguesias: Álvares; Cadafaz; Colmeal; Góis; e Vila Nova do Ceira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Góis passou a englobar 4 freguesias: Álvares; Góis; Vila Nova do Ceira; União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Góis passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Goja

Em meados da década de 1830, o concelho de Goja, também denominado Vilar Maior, englobava 1 freguesia — Vilar Maior.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Goja passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Goja foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vilar Maior — integrada no concelho de São Pedro do Sul.

Golegã

Em meados da década de 1830, o concelho da Golegã englobava 1 freguesia — Golegã.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Golegã passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho da Golegã 2 freguesias — Azinhaga; e Pombalinho — do concelho de Santarém.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Azinhaga; e Pombalinho — do concelho da Golegã para o concelho de Santarém.

Por Decreto de 21 de Novembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Vila Nova da Barquinha, sendo as 4 freguesias que o compunham — Atalaia; Paio de Pele; Tancos; e Vila Nova da Barquinha — integradas no concelho da Golegã;
- foi transferida para o concelho da Golegã 1 freguesia — Azinhaga — do concelho de Santarém.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Vila Nova da Barquinha, englobando 4 freguesias — Atalaia; Paio de Pele; Tancos; e Vila Nova da Barquinha — separadas do concelho da Golegã.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Golegã passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Golegã passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Golegã passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Golegã passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho da Golegã englobava 2 freguesias: Azinhaga; e Golegã.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Golegã passou a englobar 3 freguesias: Azinhaga; Golegã; e Pombalinho (transferida do concelho de Santarém).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Golegã passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Gomide

Em meados da década de 1830, o concelho de Gomide englobava 1 freguesia — Gomide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gomide passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Gomide foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Gomide — integrada no concelho de Pico de Regalados.

Gondomar

Em meados da década de 1830, o concelho de Gondomar englobava 5 freguesias, 1 com sede em Gondomar e 4 — Fânzeres; Foz do Sousa; Jovim; e Valbom — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gondomar passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aguiar de Sousa, sendo 2 das freguesias que o compunham — Covelo; e Medas — integrada no concelho de Gondomar;

- foi extinto o concelho da Cova sendo a freguesia que o compunha — São Pedro da Cova — integrada no concelho de Gondomar;

- foi extinto o concelho de Melres, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lomba; e Melres — integradas no concelho de Gondomar;

- foi extinto o concelho de Rio Tinto sendo a freguesia que o compunha — Rio Tinto — integrada no concelho de Gondomar.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Gondomar passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Gondomar passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Gondomar passou a fazer parte da região do Norte.

Pela Lei n.º 127/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Baguim do Monte (Rio Tinto), separada da freguesia de Rio Tinto.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Gondomar passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho de Gondomar englobava 12 freguesias: Baguim do Monte (Rio Tinto); Covelo; Fânzeres; Foz do Sousa; Gondomar (São Cosme); Jovim; Lomba; Medas; Melres; Rio Tinto; São Pedro da Cova; e Valbom.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Gondomar passou a englobar 7 freguesias: Baguim do Monte (Rio Tinto); Lomba; Rio Tinto; União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova; União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo; União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim; e União das Freguesias de Melres e Medas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Gondomar passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Gondufe

Em meados da década de 1830, o concelho de Gondufe englobava 1 freguesia — Gondufe.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gondufe passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Gondufe foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Gondufe — integrada no concelho de Ponte de Lima.

Gosende

Em meados da década de 1830, o concelho de Gosende englobava 1 freguesia — Gove.

O concelho de Gosende foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a freguesia que o compunha — Gove — integrada no concelho de Baião.

Gosende — Gosende e Campo Benfeito

Em meados da década de 1830, o concelho de Gosende, também denominado Gosende e Campo Benfeito, englobava 1 freguesia — Gosende.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gosende passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Gosende foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Gosende — integrada no concelho de Castro Daire.

Gostei — Gostei e Castanheira — Gostei, Formil e Castanheira

Em meados da década de 1830, o concelho de Gostei, também denominado Gostei e Castanheira, ou Gostei, Formil e Castanheira, englobava 1 freguesia — Gostei.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gostei passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Gostei foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Gostei — integrada no concelho de Bragança.

Goujoim

Em meados da década de 1830, o concelho de Goujoim englobava 1 freguesia — Goujoim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Goujoim passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Goujoim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Goujoim — integrada no concelho de São Cosmado.

Gouvães do Douro

Em meados da década de 1830, o concelho de Gouvães do Douro englobava 3 freguesias, 1 com sede em Gouvães do Douro e 2 — Casal de Loivos; e São Cristóvão do Douro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gouvães do Douro passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Gouvães do Douro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Casal de Loivos — no concelho de Favaios;
- 2 — Gouvães do Douro; e São Cristóvão do Douro — no concelho de Provesende.

Gouveia [Beira]

Em meados da década de 1830, o concelho de Gouveia englobava 12 freguesias, 2 — São Julião; e São Pedro — com sede em Gouveia e 10 — Alrote; Arcozelo; Mangualde da Serra; Moimenta da Serra; Nabaiños; Nabais; Nespereira; Rio Torto; São Paio; e Vinhó — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gouveia passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cabra, sendo a freguesia que o compunha — Cabra — integrada no concelho de Gouveia;

- foi extinto o concelho de Casal sendo 2 das freguesias que o compunham — Cativelos; e Vila Nova de Tazem — integradas no concelho de Gouveia;

- foi extinto o concelho de Melo, sendo a freguesia que o compunha — Melo — integrada no concelho de Gouveia;

- foi extinto o concelho de Santa Marinha, sendo 1 das freguesias que o compunham — Paços da Serra — integrada no concelho de Gouveia;

- foi transferida para o concelho de Gouveia 1 freguesia — Lagarinhos — do concelho de Seia.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Gouveia 1 freguesia — Folgosinho — do concelho de Linhares.

Entre 1841 e 1849, a sede da freguesia de Alrote foi transferida para São Cosmado e a freguesia passou a denominar-se Aldeias.

Entre 1849 e 1864, a freguesia de Nabaínhos foi integrada na freguesia de Melo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Linhares, sendo 5 das freguesias que o compunham — Figueiró da Serra; Freixo da Serra; Vila Cortês da Serra; Vila Franca da Serra; e Vila Ruiva — integradas no concelho de Gouveia.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — Vila Ruiva — do concelho de Gouveia para o concelho de Fornos de Algodres.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Gouveia passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto n.º 39973 de 20 de dezembro de 1954, a freguesia de Cabra passou a denominar-se Ribamondego.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Gouveia passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Gouveia passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Gouveia passou a fazer parte da sub-região da Serra da Estrela.

No início de 2013, o concelho de Gouveia englobava 22 freguesias: Aldeias; Arcozelo; Cativelos; Figueiró da Serra; Folgosinho; Freixo da Serra; Gouveia (São Julião); Gouveia (São Pedro); Lagarinhos; Mangualde da Serra; Melo; Moimenta da Serra; Nabais; Nespereira; Paços da Serra; Ribamondego; Rio Torto; São Paio; Vila Cortês da Serra; Vila Franca da Serra; Vila Nova de Tazem; e Vinhó.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Gouveia passou a englobar 16 freguesias: Arcozelo; Cativelos; Folgoso; Nespereira; Paços da Serra; Ribamondego; São Paio; Vila Cortês da Serra; Vila Franca da Serra; Vila Nova de Tazem; União das Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; União das Freguesias de Melo e Nabais; União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos; União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó; União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra; e União das Freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Gouveia passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Gouveia [Douro]

Em meados da década de 1830, o concelho de Gouveia englobava 7 freguesias, 1 com sede em Gouveia e 6 — Aliviada; Cepelos; Folhada; Lomba; Salvador do Monte; e Várzea de Ovelha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gouveia passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Gouveia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 7 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Cepelos; Lomba; Salvador do Monte — no concelho de Amarante;
- 4 — Aliviada; Folhada; Gouveia; e Várzea de Ovelha — no concelho de Soalhães.

Gradil

Em meados da década de 1830, o concelho do Gradil englobava 1 freguesia — Gradil.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Gradil passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho do Gradil foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Gradil — integrada no concelho de Enxara dos Cavaleiros.

Gralhas

Em meados da década de 1830, o concelho de Gralhas englobava 1 freguesia — Gralhas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gralhas passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Gralhas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Gralhas — integrada no concelho de Montalegre.

Grândola

Em meados da década de 1830, o concelho de Grândola englobava 3 freguesias, 1 com sede em Grândola e 2 — Azinheira dos Barros; e Santa Margarida da Serra — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Grândola passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Grândola 1 freguesia — São Mamede do Sádão — do concelho de Alcácer do Sal;

- foi transferida para o concelho de Grândola 1 freguesia — Melides — do concelho de São Tiago do Cacém.

Por Decreto de 22 de dezembro de 1870, foi transferida 1 freguesia — Melides — do concelho de Grândola para o concelho de Santiago do Cacém.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi transferida para o concelho de Grândola 1 freguesia — Melides — do concelho de Santiago do Cacém.

Entre 1900 e 1911, as freguesias de Azinheira dos Barros e de São Mamede do Sádão foram reunidas na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Grândola passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Grândola passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Grândola passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Grândola passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 29/88 de 1 de fevereiro de 1988, foi criada a freguesia de Carvalhal, separada da freguesia de Melides.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Grândola passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Litoral.

No início de 2013, o concelho de Grândola englobava 5 freguesias: Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão; Carvalhal; Grândola; Melides; e Santa Margarida da Serra.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Grândola passou a englobar 4 freguesias: Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão; Carvalhal; Melides; e União das Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Grândola passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Granja do Tedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Granja do Tedo englobava 1 freguesia — Granja do Tedo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Granja do Tedo passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Granja do Tedo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Granja do Tedo — integrada no concelho de São Cosmado.

Grijó

Em meados da década de 1830, o concelho de Grijó englobava 1 freguesia — Grijó.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Grijó passou a pertencer ao distrito de Aveiro.

O concelho de Grijó foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Grijó — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia.

Guarda

Em meados da década de 1830, o concelho da Guarda englobava 41 freguesias, 5 — Mercado; São Pedro; São Tiago; São Vicente; e Sé — com sede na Guarda e 36 — Aldeia do Bispo; Alvendre; Arrifana; Avelãs de Ambom; Benespera; Carvalhal Meão; Casal de Cinza; Corujeira; Faia; Fernão Joanes; Gonçalo Bocas; Ima; Lomba; Maçainhas; Marmeleiro; Meios; Monte Margarida; Panoias de Cima; Pega; Pêra do Moço; Pêro Soares; Porcas; Pousade; Pousafoles do Bispo; Ramela; Rocamondo; Rochoso; Santana da Azinha; Seixo Amarelo; Seixo do Côa; Serra de Borges; Trinta; Vela; Vila Fernando; Vila Franca do Deão; e Vila Garcia — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Guarda passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho da Guarda 4 freguesias — Cavadoude; Porco; Sobral da Serra; e Vila Cortês do Mondego — do concelho de Celorico da Beira;
- foram transferidas para o concelho da Guarda 2 freguesias — Mizarela; e Vila Soeiro da Serra — do concelho de Linhares;
- foi transferida 1 freguesia — Ima — do concelho da Guarda para o concelho de Jarmelo;
- foram transferidas 2 freguesias — Lomba dos Palheiros; e Pousafoles do Bispo — do concelho da Guarda para o concelho de Sortelha;
- foi transferida 1 freguesia — Seixo do Côa — do concelho da Guarda para o concelho de Vilar Maior.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841:

- foi criada a freguesia de Adão, separada da freguesia de Vila Fernando;
- foi criada a freguesia de Albardo, separada da freguesia de Vila Fernando;
- foi criada a freguesia de Porto da Carne, separada da freguesia de Cavadoude;
- as freguesias de Mercado, São Pedro e São Tiago foram integradas nas freguesias de São Vicente e Sé da Guarda;

- a freguesia de Serra da Borges passou a denominar-se João Antão.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Jarmelo, sendo as 8 freguesias que o compunham — Castanheira; Codesseiro; Lamegal; Pínzio; Pomares; Ribeira dos Carinhos; São Miguel de Jarmelo; e São Pedro de Jarmelo — integradas no concelho de Guarda.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Linhares, sendo 1 das freguesias que o compunham — Videmonde — integrada no concelho da Guarda;

- foi extinto o concelho de Valhelhas, sendo 4 das freguesias que o compunham — Famalicão; Gonçalo; Vale de Amoreira; e Valhelhas — integradas no concelho da Guarda;

- foi transferida para o concelho da Guarda 1 freguesia — Avelãs da Ribeira — do concelho de Pinhel;

- foi transferida 1 freguesia — Lamegal — do concelho da Guarda para o concelho de Pinhel.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foi extinto o concelho de Manteigas, sendo as 3 freguesias que o compunham — Manteigas (Santa Maria); Manteigas (São Pedro); e Sameiro — integradas no concelho da Guarda;

- foram transferidas 4 freguesias — Avelãs da Ribeira; Pínzio; Pomares; e Ribeira dos Carinhos — do concelho de Guarda para o concelho de Pinhel.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Manteigas, englobando 3 freguesias — Manteigas (Santa Maria); Manteigas (São Pedro); e Sameiro — separadas do concelho da Guarda;

- foram transferidas para o concelho da Guarda 2 freguesias — Avelãs da Ribeira; e Ribeira dos Carinhos — do concelho de Pinhel.

Pela Lei n.º 1746 de 13 de fevereiro de 1925, foi criada a freguesia de Gagos, separada das freguesias de São Miguel de Jarmelo e São Pedro de Jarmelo.

Pelo Decreto n.º 14912 de 16 de janeiro de 1928, a freguesia de Porcas passou a denominar-se Vale de Estrela.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Vale de Amoreira foi integrada na freguesia de Valhelhas;
- o concelho da Guarda passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 29409 de 25 de janeiro de 1939, a freguesia de Porco passou a denominar-se Aldeia Viçosa.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Guarda passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Guarda passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 93/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de São Miguel da Guarda, separada das freguesias de São Vicente da Guarda e da Sé da Guarda.

Pela Lei n.º 58/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Vale de Amoreira, separada da freguesia de Valhelhas.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Guarda passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

Pela Lei n.º 29/2001 de 12 de julho, foi transferida 1 freguesia — Vale de Amoreira — do concelho da Guarda para o concelho de Manteigas.

No início de 2013, o concelho de Guarda englobava 55 freguesias: Adão; Albardo; Aldeia do Bispo; Aldeia Viçosa; Alvalde; Arrifana; Avelãs da Ribeira; Avelãs de Ambom; Benespera; Carvalhal Meão; Casal de Cinza; Castanheira; Cavadoude; Codesseiro; Corujeira; Faia; Famalicão; Fernão Joanes; Gagos; Gonçalo; Gonçalo Bocas; Guarda (São Vicente); Guarda (Sé); Jarmelo (São Miguel); Jarmelo (São Pedro); João Antão; Maçainhas; Marmeleiro; Meios; Mizarela; Monte Margarida; Panoias de Cima; Pega; Pêra do Moço; Pêro Soares; Porto da Carne; Pousade; Ramela; Ribeira dos Carinhos; Rocamondo; Rochoso; Santana da Azinha; São Miguel da Guarda; Seixo Amarelo; Sobral da Serra; Trinta; Vale de Estrela; Valhelhas; Vela; Videmonte; Vila Cortês do Mondego; Vila Fernando; Vila Franca do Deão; Vila Garcia; e Vila Soeiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Guarda passou a englobar 43 freguesias: Aldeia do Bispo; Aldeia Viçosa; Alvalde; Arrifana; Avelãs da Ribeira; Benespera; Casal de Cinza; Castanheira; Cavadoude; Codesseiro; Faia; Famalicão; Fernão Joanes; Gonçalo Bocas; João Antão; Maçainhas; Marmeleiro; Meios; Panoias de Cima; Pega; Pêra do Moço; Porto da Carne; Ramela; Santana da Azinha; Sobral da Serra; Vale de Estrela; Valhelhas; Vela; Videmonte; Vila Cortês do Mondego; Vila Fernando; Vila Franca do Deão; Vila Garcia; Guarda (criada por fusão das freguesias de Guarda (São Vicente), Guarda (Sé) e São Miguel da Guarda); Adão (que incorporou a freguesia de Carvalhal Meão); Gonçalo (que incorporou a freguesia de Seixo Amarelo); Jarmelo São Miguel (que incorporou a freguesia de Ribeira dos Carinhos); Jarmelo São Pedro (que incorporou a freguesia de Gagos); União das Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo; União das Freguesias de Corujeira e Trinta; União das Freguesias de Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro; União das Freguesias de Pousade e Albardo; e União das Freguesias de Rochoso e Monte Margarida.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho da Guarda passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Guardão

Em meados da década de 1830, o concelho de Guardão englobava 1 freguesia — Guardão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Guardão passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Guardão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Guardão — integrada no concelho de Tondela.

Guilheiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Guilheiro englobava 1 freguesia — Guilheiro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Guilheiro passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Guilheiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Guilheiro — integrada no concelho de Trancoso.

Guimarães

Em meados da década de 1830, o concelho de Guimarães englobava 102 freguesias, 4 — Castelo; Oliveira; São Paio; e São Sebastião — com sede em Guimarães e 98 — Abação – São Cristóvão; Abação – São Tomé; Agrela; Airão – Santa Maria; Airão – São João Batista; Aldão; Arões – Santa Cristina; Arões – São Romão; Arosa; Atães; Azurém; Balazar; Barco; Barrosas – Santo Estêvão; Briteiros – Salvador; Briteiros – Santa Leocádia; Briteiros – Santo Estêvão; Brito; Caldas de Vizela – São João; Caldas de Vizela – São Miguel; Caldelas; Calvos; Cadoso – São Martinho; Cadoso – São Tiago; Castelões; Conde; Corvite; Costa; Creixomil; Cunha; Donim; Espinho; Fareja; Felgueiras; Fermentões; Figueiredo; Freitas; Gandarela; Garfe; Gémeos; Golães; Gominhões; Gonça; Gondar; Gondomar; Gontim; Infantas; Infiás; Leitões; Lobeira; Longos; Mascotelos; Matamá; Mesão Frio; Monte; Moreira de Cónegos; Nespereira; Oleiros; Paraíso; Passos; Penacova; Pencelo; Pentieiros; Pinheiro; Polvoreira; Ponte; Prazins – Santa Eufémia; Prazins – Santo Tirso; Queimadela; Regilde; Ruilhe; Sande – São Clemente; Sande – São Lourenço; Sande – São Martinho; Sande – Vila Nova; Santa Eulália; Selho – São Cristóvão; Selho – São Jorge; Selho – São Lourenço; Serafão; Serzedo; Silvares – Santa Maria; Silvares – São Clemente; Silvares – São Martinho; Sobradelo da Goma; Souto – Santa Maria; Souto – São Salvador; Tabuadelo; Tagilde; Travassós; Urgeztes; Vila Cova; Vila Fria; Vilarinho; Vizela – Santo Adrião; Vizela – Santo Faustino; Vizela – São Jorge; e Vizela – São Paio — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Guimarães passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Guimarães 2 freguesias — Guardizela; e Lordelo — do concelho de Barcelos;

- foi extinto o concelho de Ronfe, sendo as 2 freguesias que o compunham — Ronfe; e Vermil — integradas no concelho de Guimarães;

- foi extinto o concelho de São Romão de Rendufe, sendo a freguesia que o compunha — São Romão de Rendufe — integrada no concelho de Guimarães;

- foi extinto o concelho de São Torcato, sendo a freguesia que o compunha — São Torcato — integrada no concelho de Guimarães;

- foram transferidas 2 freguesias — Cunha; e Ruilhe — do concelho de Guimarães para o concelho de Barcelos;

- foram transferidas 7 freguesias — Santa Eulália de Barrosas; Santo Estêvão de Barrosas; Penacova; Regilde; Vila Fria; Santo Adrião de Vizela; e São Jorge de Vizela — do concelho de Guimarães para o concelho de Barrosas, então criado;

- foi transferida 1 freguesia — Espinho — do concelho de Guimarães para o concelho de Braga;

- foram transferidas 6 freguesias — Felgueiras; Gontim; Monte; Queimadela; São Clemente de Silveiras; e São Martinho de Silveiras — do concelho de Guimarães para o concelho de Fafe;

- foi transferida 1 freguesia — Garfe — do concelho de Guimarães para o concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi transferida 1 freguesia — Vilarinho — do concelho de Guimarães para o concelho de Negrelos.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferida para o concelho de Guimarães 1 freguesia — Serzedelo — do concelho de Vila Nova de Famalicão;

- foram transferidas 10 freguesias — Agrela; Santa Cristina de Arões; São Romão de Arões; Fareja; Freitas; Golães; São Vicente de Paços, Serafão; Travassós; e Vila Cova — do concelho de Guimarães para o concelho de Fafe.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Sobradelo da Goma — do concelho de Guimarães para o concelho de Póvoa de Lanhoso.

Entre 1878 e 1890, a freguesia de Guimarães – Castelo foi integrada na freguesia de Guimarães – Oliveira.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895:

- foi transferida para o concelho de Guimarães 1 freguesia — Garfe — do concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foram transferidas 2 freguesias — Arosa; e Castelões — do concelho de Guimarães para o concelho de Póvoa de Lanhoso.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foram transferidas para o concelho de Guimarães 2 freguesias — Arosa; e Castelões — do concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi transferida 1 freguesia — Garfe — do concelho de Guimarães para o concelho de Póvoa de Lanhoso.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de São Cristóvão de Abação foi integrada na freguesia de São Tomé de Abação;

- a freguesia de Corvite foi integrada na freguesia de Ponte;

- a freguesia de Lobeira foi integrada na freguesia de Atães;

- a freguesia de Matamá foi integrada na freguesia de Infantas;

- a freguesia de São Miguel do Paraíso foi integrada na freguesia de São Jorge de Selho;

- a freguesia de Pentieiros foi integrada na freguesia de Tabuadelo;

- a freguesia de São Paio de Vizela foi integrada na freguesia de Tagilde.

• o concelho de Guimarães passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 30321 de 19 de março de 1940, a freguesia de São Paio de Vizela foi separada da freguesia de Tagilde.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Guimarães passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Guimarães passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Guimarães passou a fazer parte da sub-região do Ave.

Pela Lei n.º 63/98 de 1 de setembro de 1998, foi criado o concelho de Vizela englobando 5 freguesias — São Miguel das Caldas de Vizela; São João das Caldas de Vizela; Infias; Tagilde; e São Paio de Vizela — separadas do concelho de Guimarães.

Pela Lei n.º 62/2003 de 22 de agosto, foi criada a freguesia de Corvite, separada da freguesia de Ponte.

No início de 2013, o concelho de Guimarães englobava 69 freguesias: Abação (São Tomé); Airão (Santa Maria); Airão (São João Batista); Aldão; Arosa; Atães; Azurém; Balazar; Barco; Briteiros (Salvador); Briteiros (Santa Leocádia); Briteiros (Santo Estêvão); Brito; Caldelas; Calvos; Candoso (Santiago); Candoso (São Martinho); Castelões; Conde; Corvite; Costa; Creixomil; Donim; Fermentões; Figueiredo; Gandarela; Gémeos; Gominhães; Gonça; Gondar; Gondomar; Guardizela; Guimarães (Oliveira do Castelo); Guimarães (São Paio); Guimarães (São Sebastião); Infantas; Leitões; Longos; Lordelo; Mascotelos; Mesão Frio; Moreira de Cónegos; Nespereira; Oleiros; Pencelo; Pinheiro; Polvoreira; Ponte; Prazins (Santa Eufémia); Prazins (Santo Tirso); Rendufe; Ronfe; Sande (São Clemente); Sande (São Lourenço); Sande (São Martinho); Sande (Vila Nova); [Vizela] São Faustino; São Torcato; Selho (São Cristóvão); Selho (São Jorge); Selho (São Lourenço); Serzedelo; Serzedo; Silvares; Souto (Santa Maria); Souto (São Salvador); Tabuadelo; Urgezes; e Vermil.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Guimarães passou a englobar 48 freguesias: Aldão; Azurém; Barco; Brito; Caldelas; Candoso (São Martinho); Costa; Creixomil; Fermentões; Gonça; Gondar; Guardizela; Infantas; Longos; Lordelo; Mesão Frio; Moreira de Cónegos; Nespereira; Pencelo; Pinheiro; Polvoreira; Ponte; Prazins (Santa Eufémia); Ronfe; Sande (São Martinho); São Torcato; Selho (São Cristóvão); Selho (São Jorge); Serzedelo; Silvares; Urgezes; União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião; União das Freguesias de Candoso São Tiago e Mascotelos; União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil; União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente; União das Freguesias de Abação e Gémeos; União das Freguesias de Atães e Rendufe; União das Freguesias de Tabuadelo e São Faustino; União das Freguesias de Conde e Gandarela; União das Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães; União das Freguesias de Serzedo e Calvos; União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim; União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar;

União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite; União das Freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia; União das Freguesias de Sande São Lourenço e Balazar; União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo; e União das Freguesias de Arosa e Castelões.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Guimarães passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Gulfar

Em meados da década de 1830, o concelho de Gulfar, com sede em Romãs, englobava 4 freguesias, 1 com sede em Romãs e 3 — Decermilo; Silvã de Baixo; e Vila Longa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Gulfar passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Gulfar foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Decermilo; Romãs; Silvã de Baixo; e Vila Longa — integradas no concelho de Sátão.

Idanha-a-Nova

Em meados da década de 1830, o concelho de Idanha-a-Nova englobava 3 freguesias, 1 com sede em Idanha-a-Nova e 2 — Ladoeiro; e Oledo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Idanha-a-Nova passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Idanha-a-Velha, sendo as 2 freguesias que a compunham — Alcafozes; e Idanha-a-Velha — integradas no concelho de Idanha-a-Nova;
- foi extinto o concelho de Proença-a-Velha, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aldeia de Santa Margarida; e Proença-a-Velha — integradas no concelho de Idanha-a-Nova;
- foi extinto o concelho de São Miguel de Acha, sendo a freguesia que o compunha — São Miguel de Acha — integrada no concelho de Idanha-a-Nova.

Por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, foi extinto o concelho de Monsanto, sendo 2 das freguesias que o compunham — Medelim; e Monsanto — integradas no concelho de Idanha-a-Nova.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Salvaterra do Extremo, sendo as 5 freguesias que o compunham — Penha Garcia; Rosmaninhal; Salvaterra do Extremo e Monfortinho; Segura; e Zebreira e Toulões — integradas no concelho de Idanha-a-Nova.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Idanha-a-Nova passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

Pelo Decreto n.º 38192 de 5 de março de 1951, foi criada a freguesia de Toulões, separada das freguesias de Salvaterra do Extremo e de Zebreira.

Pelo Decreto n.º 41163 de 16 de maio de 1955, foi criada a freguesia de Monfortinho, separada da freguesia de Salvaterra do Extremo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Idanha-a-Nova passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Idanha-a-Nova passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Idanha-a-Nova passou a fazer parte da região do Centro sub-região da Beira Interior Sul.

No início de 2013, o concelho de Idanha-a-Nova englobava 17 freguesias: Alcafozes; Aldeia de Santa Margarida; Idanha-a-Nova; Idanha-a-Velha; Ladoeiro; Medelim; Monfortinho; Monsanto; Oledo; Penha Garcia; Proença-a-Velha; Rosmaninhal; Salvaterra do Extremo; São Miguel de Acha; Segura; Toulões; e Zebreira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Idanha-a-Nova passou a englobar 13 freguesias: Aldeia de Santa Margarida; Ladoeiro; Medelim; Oledo; Penha Garcia; Proença-a-Velha; Rosmaninhal; São Miguel de Acha; Toulões; União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes; União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo; União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha; e União das Freguesias de Zebreira e Segura.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Idanha-a-Nova passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Idanha-a-Velha

Em meados da década de 1830, o concelho de Idanha-a-Velha englobava 2 freguesias, 1 com sede em Idanha-a-Velha e 1 — Alcafozes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Idanha-a-Velha passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Idanha-a-Velha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que a compunham — Alcafozes; e Idanha-a-Velha — integradas no concelho de Idanha-a-Nova.

Ílhavo

Em meados da década de 1830, o concelho de Ílhavo englobava 1 freguesia — Ílhavo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ílhavo passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835, foi extinto o concelho de Ermida, sendo a localidade que o compunha — Ermida — integrada no concelho de Ílhavo.

O concelho de Ílhavo foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo a freguesia que o compunha — Ílhavo — integrada no concelho de Aveiro.

O concelho de Ílhavo foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 1 freguesia — Ílhavo — separada do concelho de Aveiro.

Por Decreto de 23 de junho de 1910, foi criada a freguesia da Gafanha da Nazaré, separada da freguesia de Ílhavo.

Pelo Decreto n.º 12612 de 1 de novembro de 1926, foi criada a freguesia da Gafanha da Encarnação, separada da freguesia de Ílhavo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ílhavo passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto n.º 43165 de 17 de setembro de 1960, foi criada a freguesia da Gafanha do Carmo, separada das freguesias de Gafanha da Encarnação e de Ílhavo.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ílhavo passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ílhavo passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ílhavo passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

O concelho de Ílhavo engloba hoje 4 freguesias: Gafanha da Encarnação; Gafanha da Nazaré; Gafanha do Carmo; e Ílhavo (São Salvador).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, verificaram-se alterações dos limites territoriais das freguesias do concelho de Ílhavo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ílhavo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Infias

Em meados da década de 1830, o concelho de Infias englobava 1 freguesia — Infias.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Infias passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Infias foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Infias — integrada no concelho de Algodres.

Izeda

O concelho de Izeda foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 27 freguesias separadas:

• 24 — Bagueixe; Calvelhe; Carçozinho; Castro Roupal; Coelhooso; Edrosa; Freixeda; Gralhós; Izeda; Lagoa; Limãos; Macedo do Mato; Morais; Paradinha de Besteiros; Paradinha Nova e

Paradinha Velha; Podence; Salsas; Salselas; Serapicos; Talhas; Talhinhas; Valdrez; Vila Boa de Carçãozinho; e Vinhas — do concelho de Bragança;

- 1 — Frieira — do concelho de Frieira, então extinto;
- 1 — Sanceriz — do concelho de Sanceriz, então extinto;
- 1 — Vale de Nogueira — do concelho de Vale de Nogueira, então extinto.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841:

- foi transferida para o concelho de Izeda 1 freguesia — Meilhe — do concelho de Vinhais;
- a freguesia de Meilhe foi anexada à freguesia de Edrosa.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Carçãozinho foi integrada na freguesia de Serapicos;
- a freguesia de Castro Roupal foi integrada na freguesia de Vinhas;
- a freguesia de Freixeda foi integrada na freguesia de Salsas;
- a freguesia de Gralhós foi integrada na freguesia de Talhinhas;
- a freguesia de Limãos foi integrada na freguesia de Salselas;
- a freguesia de Paradinha de Besteiros foi integrada na freguesia de Morais;
- a freguesia de Sanceriz foi integrada na freguesia de Macedo do Mato;
- a freguesia de Valdrez foi integrada na freguesia de Salselas;
- a freguesia de Vale de Nogueira foi integrada na freguesia de Salsas;
- a freguesia de Vila Boa de Carçãozinho foi integrada na freguesia de Serapicos;
- foram transferidas 2 freguesias — Macedo do Mato; e Paradinha Nova e Paradinha Velha — do concelho de Izeda para o concelho de Bragança.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferida 1 freguesia — Salsas — do concelho de Izeda para o concelho de Bragança;
- foi transferida 1 freguesia — Podence — do concelho de Izeda para o concelho de Macedo de Cavaleiros;
- foi transferida 1 freguesia — Edrosa — do concelho de Izeda para o concelho de Vinhais.

O concelho de Izeda foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 12 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Calvelhe; Coelhoso; Frieira; Izeda; e Serapicos — no concelho de Bragança;
- 7 — Bagueixe; Lagoa; Morais; Salselas; Talhas; Talhinhas; e Vinhas — no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Jarmelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Jarmelo englobava 12 freguesias, 3 — Santa Maria; São Miguel; e São Pedro — com sede em Jarmelo e 9 — Argomil; Castanheira; Cheiras; Pínzio; Pomares; Rabaça; Ribeira dos Carinhos; Toito; e Trocheiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Jarmelo passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Castelo Mendo, sendo 2 das freguesias que o compunham — Amoreira; e Parada — integrada no concelho de Jarmelo;

- foi extinto o concelho de Codesseiro, sendo a freguesia que o compunha — Codesseiro — integrada no concelho de Jarmelo;

- foi transferida para o concelho de Jarmelo 1 freguesia — Ima — do concelho da Guarda.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Jarmelo 1 freguesia — Lamegal — do concelho de Pinhel.

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi transferida para o concelho de Jarmelo 1 freguesia — Penhaforte — do concelho de Pinhel.

Por Lei de 2 de janeiro de 1838, foi restaurado o concelho de Castelo Mendo, englobando 2 freguesias — Amoreira; e Parada — separadas do concelho de Jarmelo.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841:

- a freguesia de Argomil foi integrada na freguesia de Pomares;

- a freguesia de Cheiras foi integrada na freguesia de Pínzio;

- a freguesia de Ima foi integrada na freguesia de São Pedro de Jarmelo;

- a freguesia de Penhaforte foi integrada na freguesia de Lamegal;

- a freguesia de Rabaça foi integrada na freguesia de Castanheira;

- a freguesia de Santa Maria de Jarmelo foi integrada nas freguesias de São Miguel de Jarmelo e de São Pedro de Jarmelo;

- a freguesia de Toito foi integrada na freguesia de Ribeira dos Carinhos;

- a freguesia de Trocheiros foi integrada na freguesia de Pínzio;

O concelho de Jarmelo foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 8 freguesias que o compunham — Castanheira; Codesseiro; Lamegal; Pínzio; Pomares; Ribeira dos Carinhos; São Miguel de Jarmelo; e São Pedro de Jarmelo — integradas no concelho de Guarda.

Juromenha

Em meados da década de 1830, o concelho de Juromenha englobava 2 freguesias, 1 com sede em Juromenha e 1 — São Brás dos Matos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Juromenha passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Juromenha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Juromenha; e São Brás dos Matos — integradas no concelho do Alandroal.

Ladário

Em meados da década de 1830, o concelho de Ladário englobava 1 freguesia — Ladário.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ladário passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Ladário foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ladário — integrada no concelho de Penalva do Castelo.

Lafões

Em meados da década de 1830, o concelho de Lafões, com sede em Vouzela, englobava 40 freguesias, 1 com sede em Vouzela e 39 — Alcofra; Arca; Arcozelo das Maias; Baiões; Bordonhos; Cambra; Campia; Candal; Carvalhais; Carvalhal de Vermilhas; Covas do Rio; Covelo de Paivó; Destriz; Fataunços; Figueiredo das Donas; Figueiredo de Alva; Fornelo do Monte; Manhouce; Paços de Vilharigues; Pindelo dos Milagres; Pinheiro; Pinho; Queirã; Reigoso; Ribeiradio; São Cristóvão de Lafões; São Félix; São João da Serra; São Martinho das Moitas; São Miguel do Mato; São Pedro do Sul; São Vicente de Lafões; Sejães; Serrazes; Souto de Lafões; Valadares; Várzea; Varzielas; e Ventosa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lafões passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Banho, sendo a localidade que o compunha — Termas de São Pedro do Sul — integrada no concelho de Lafões.
- o concelho de Lafões passou a denominar-se concelho de Vouzela.

Lagares

Em meados da década de 1830, o concelho de Lagares englobava 1 freguesia — Lagares.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lagares passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Lagares foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lagares — integrada no concelho de Oliveira do Hospital.

Lage

Em meados da década de 1830, o concelho de Lage englobava parte da freguesia de Lage. Outra parte dessa freguesia englobava a localidade de Baião, sede do concelho do mesmo nome.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lage passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Lage foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a parte da freguesia de Lage que a compunha integrada no concelho de Baião.

Lageosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Lageosa englobava a localidade de Lageosa, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Sobreposta.

O concelho de Lageosa foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a localidade que o compunha — Lageosa — integrada no concelho de Pedralva.

Lagoa

Em meados da década de 1830, o concelho de Lagoa englobava 3 freguesias, 1 com sede em Lagoa e 2 — Estômbar; e Ferragudo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lagoa passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Lagoa 1 freguesia — Porches — do concelho de Silves.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Lagoa passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Lagoa passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Lagoa passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 112/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia do Carvoeiro, também chamada *Praia do Carvoeiro*, separada da freguesia de Lagoa.

Pela Lei n.º 31/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Parchal, separada da freguesia de Estômbar.

No início de 2013, o concelho de Lagoa englobava 6 freguesias: Estômbar; Ferragudo; Lagoa; Parchal; Porches; e Praia do Carvoeiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Lagoa passou a englobar 4 freguesias: Ferragudo; Porches; União das Freguesias de Estômbar e Parchal; e União das Freguesias de Lagoa e Praia do Carvoeiro.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Lagoa passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Lagos

Em meados da década de 1830, o concelho de Lagos englobava 10 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Sebastião — com sede em Lagos e 8 — Barão de São Miguel; Bensafrim; Borda; Budens; Carrapateira; Luz; Odiáxere; e Raposeira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lagos passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas 5 freguesias — Barão de São Miguel; Bordeira; Budens; Carrapateira; e Raposeira — do concelho de Lagos para o concelho de Vila do Bispo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Aljezur, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aljezur; e Odeceixe — integradas no concelho de Lagos;

- foi extinto o concelho de Vila do Bispo, sendo as 6 freguesias que o compunham — Barão de São Miguel, Bordeira; Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — integradas no concelho de Lagos.

Por Portaria de 7 de março de 1860, a freguesia de Barão de São Miguel foi integrada na freguesia de Budens.

Por Lei de 10 de setembro de 1861:

- foi restaurado o concelho de Aljezur, englobando 3 freguesias — Aljezur; Bordeira; e Odeceixe — separadas do concelho de Lagos;

- foi restaurado o concelho de Vila do Bispo, englobando 4 freguesias — Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — separadas do concelho de Lagos.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895:

- foi extinto o concelho de Aljezur, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aljezur; Bordeira; e Odeceixe — integradas no concelho de Lagos;

- foi extinto o concelho de Vila do Bispo, sendo as 4 freguesias que o compunham — Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — integradas no concelho de Lagos.

Pela Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida 1 freguesia — Odeceixe — do concelho de Lagos para o concelho de Odemira.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Aljezur, englobando 2 freguesias — Aljezur; e Bordeira — separadas do concelho de Lagos;

- foi restaurado o concelho de Vila do Bispo, englobando 4 freguesias — Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — separadas do concelho de Lagos.

Pelo Decreto-Lei n.º 22453 de 2 de maio de 1933, a freguesia de Barão de São João foi separada da freguesia de Bensafrim.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Lagos passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Lagos passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Lagos passou a fazer parte da região do Algarve.

No início de 2013, o concelho de Lagos englobava 6 freguesias: Barão de São João; Bensafrim; Lagos (Santa Maria); Lagos (São Sebastião); Luz; e Odiáxere.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Lagos passou a englobar 4 freguesias: Luz; Odiáxere; União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João; e União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Lagos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Lagos da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Lagos da Beira englobava 3 freguesias, 1 com sede em Lagos da Beira e 2 — Covas; e Travanca de Lagos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lagos da Beira passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Lagos da Beira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Covas — no concelho de Midões;
- 2 — Lagos da Beira; e Travanca de Lagos — no concelho de Oliveira do Hospital.

Lalim

Em meados da década de 1830, o concelho de Lalim englobava 1 freguesia — Lalim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lalim passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Lalim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lalim — integrada no concelho de Tarouca.

Lamarosa

Em meados da década de 1830, o concelho da Lamarosa englobava 1 freguesia — São José da Lamarosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lamarosa passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Lamarosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São José da Lamarosa — integrada no concelho de Coruche.

Lamas de Orelhão

Em meados da década de 1830, o concelho de Lamas de Orelhão englobava 11 freguesias, 1 com sede em Lamas de Orelhão e 10 — Avidagos; Barcel; Cobro; Eixes; Franco; Marmelos; Passos; Sucções; Valverde da Gestosa; e Vila Boa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lamas de Orelhão passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Lamas de Orelhão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 11 freguesias que o compunham — Avidagos; Barcel; Cobro; Eixes; Franco; Lamas de Orelhão; Marmelos; Passos; Sucções; Vale Verde da Gestosa; e Vila Boa — integradas no concelho de Mirandela.

O concelho de Lamas de Orelhão foi restaurado por Lei de 17 de abril de 1838, englobando 13 freguesias — Abreiro; Avidagos; Barcel; Cobro; Eixes; Franco; Lamas de Orelhão; Marmelos; Navalho; Passos; Sucções; Valverde da Gestosa; e Vila Boa — separadas do concelho de Mirandela.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de Eixes foi integrada na freguesia de Passos;

Entre 1849 e 1853, a freguesia de Passos foi integrada na freguesia de Sucções.

O concelho de Lamas de Orelhão foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 11 freguesias que o compunham — Abreiro; Avidagos; Barcel; Cobro; Franco; Lamas de Orelhão; Marmelos; Navalho; Sucções; Valverde da Gestosa; e Vila Boa — integradas no concelho de Mirandela.

Lamegal

Em meados da década de 1830, o concelho de Lamegal englobava 1 freguesia — Lamegal.

O concelho de Lamegal não consta da lista do Decreto de 18 de julho de 1835, mas pode considerar-se ter passado a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Lamegal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lamegal — integrada no concelho de Pinhel.

Lamego

Em meados da década de 1830, o concelho de Lamego englobava 17 freguesias, 2 — Almacave; Sé — com sede em Lamego e 15 — Avões; Bairral; Bigorne; Cambres; Cepões; Ferreiros de Avões; Figueira; Melções; Penajóia; Penude; Pretarouca; Queimadela; Recião; Samodães; e Várzea de Abrunhais — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lamego passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Britiande, sendo a freguesia que o compunha — Britiande — integrada no concelho de Lamego;
- foi extinto o concelho de Magueija, sendo a freguesia que o compunha — Magueija — integrada no concelho de Lamego;
- foi extinto o concelho de Parada do Bispo, sendo a freguesia que o compunha — Parada do Bispo — integrada no concelho de Lamego;
- foi extinto o concelho de Sande, sendo a freguesia que o compunha — Sande — integrada no concelho de Lamego;
- foi extinto o concelho de Valdigem, sendo a freguesia que o compunham — Valdigem — integrada no concelho de Lamego;
- foi extinto o concelho de Vila Nova de Souto d'El Rei, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova de Souto d'El Rei — integrada no concelho de Lamego;
- foi transferida 1 freguesia — Queimadela — do concelho de Lamego para o concelho de Armamar.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Bairral foi integrada na freguesia de Britiande;
- a freguesia de Recião foi integrada na freguesia de Várzea de Abrunhais.

Por Decreto de 26 de junho de 1896, foi extinto o concelho de Tarouca, sendo as 8 freguesias que o compunham — Dálvares; Ferreirim; Gouviães; Lalim; Lazarim; Meijinhos; Tarouca; e Várzea da Serra — integradas no concelho de Lamego.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Tarouca, englobando 4 freguesias — Dálvares; Gouviães; Tarouca; e Várzea da Serra — separadas do concelho de Lamego.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Pretarouca foi integrada na freguesia de Bigorne;
- o concelho de Lamego passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 39835 de 2 de outubro de 1954, a freguesia de Pretarouca foi separada da freguesia de Bigorne.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Lamego passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Lamego passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Lamego passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Lamego englobava 24 freguesias: Avões; Bigorne; Britiande; Cambres; Cepões; Ferreirim; Ferreiros de Avões; Figueira; Lalim; Lamego (Almacave); Lamego (Sé); Lazarim; Magueija; Meijinhos; Melcões; Parada de Bispo; Penajóia; Penude; Pretarouca; Samodães; Sande; Valdigem; Várzea de Abrunhais; e Vila Nova de Souto d'El Rei.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Lamego passou a englobar 18 freguesias: Avões; Britiande; Cambres; Ferreirim; Ferreiros de Avões; Figueira; Lalim; Lazarim; Penajóia; Penude; Samodães; Sande; Várzea de Abrunhais; Vila Nova de Souto d'El Rei; Lamego (criada por fusão das freguesias de Lamego (Almacave) e Lamego (Sé)); União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões; União das Freguesias de Parada de Bispo e Valdigem; e União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Lamego passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Landim — Palmeira de Landim

Em meados da década de 1830, o concelho de Landim, também denominado Palmeira de Landim, englobava 6 freguesias, 1 com sede em Landim e 5 — Areias; Bente; Lama; Palmeira; e Sequeiró — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Landim passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Landim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Areias; Lama; Palmeira; e Sequeiró — no concelho de Santo Tirso;
- 2 — Bente; e Landim — no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Lanheses

Em meados da década de 1830, o concelho de Lanheses englobava 4 freguesias, 1 com sede em Lanheses e 3 — Fontão; Meixedo; e Vila Mou — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lanheses passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Lanheses foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Fontão — no concelho de Ponte de Lima;
- 3 — Lanheses; Meixedo; e Vila Mou — no concelho de Viana.

Lanhoso

Ver Póvoa de Lanhoso.

Lapa

Em meados da década de 1830, o concelho da Lapa, também denominado Quintela da Lapa, englobava 1 freguesia — Quintela.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Lapa passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Lapa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Quintela — integrada no concelho de Sernancelhe.

Larim

Em meados da década de 1830, o concelho de Larim, com sede em Soutelo, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Soutelo e 1 — Turiz — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- o concelho de Larim foi anexado ao concelho de Vila Chã;
- o concelho de Larim e Vila Chã passou a pertencer ao distrito de Braga então criado.

O concelho de Larim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Soutelo; e Turiz — Integradas no concelho de Pico de Regalados.

Lavos

Em meados da década de 1830, o concelho de Lavos englobava 1 freguesia — Lavos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lavos passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Lavos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lavos — integrada no concelho de Paião.

O concelho de Lavos foi restaurado por Lei de 4 de julho de 1837, que transferiu a sede do concelho de Paião para Lavos.

O concelho de Lavos foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lavos; e Paião — integradas no concelho de Figueira da Foz.

Lavradio

Em meados da década de 1830, o concelho do Lavradio englobava 1 freguesia — Lavradio.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Lavradio passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho do Lavradio foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lavradio — integrada no concelho do Barreiro.

Lavre

Em meados da década de 1830, o concelho de Lavre englobava 2 freguesias, 1 com sede em Lavre e 1 — São Lourenço — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lavre passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Lavre foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lavre; e São Lourenço — integradas no concelho de Montemor-o-Novo.

Lazarim

Em meados da década de 1830, o concelho de Lazarim englobava 1 freguesia — Lazarim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lazarim passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Lazarim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lazarim — integrada no concelho de Tarouca.

Leça do Bailio

Em meados da década de 1830, o concelho de Leça do Bailio englobava 4 freguesias, 1 com sede em Leça do Bailio e 3 — Aldoar; Custóias; e São Mamede de Infesta — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Leça do Bailio passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Leça do Bailio foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Aldoar; Custóias; Leça do Bailio; e São Mamede de Infesta — integradas no concelho de Bouças.

Leiria

Em meados da década de 1830, o concelho de Leiria englobava 27 freguesias, 1 com sede em Leiria e 26 — Alqueidão da Serra; Amor; Arrabal; Azoia; Barosa; Barreira; Caranguejeira; Carvide; Coimbra; Colmeias; Cortes; Espite; Maceira; Marinha Grande; Marrazes; Milagres; Monte Redondo; Parceiros; Pousos; Regueira de Pontes; Reguengo; Santa Catarina da Serra; São Simão de Litém; Souto de Carpalhosa; Vermoil; e Vieira de Leiria — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Leiria passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho da Batalha, sendo a freguesia que o compunha — Batalha — integrada no concelho de Leiria.

- foi criado o concelho da Marinha Grande, englobando 4 freguesias — Carvide; Maceira; Marinha Grande; e Vieira de Leiria — separadas do concelho de Leiria;

- foram transferidas 3 freguesias — Espite; São Simão de Litém; e Vermoil — do concelho de Leiria para o concelho de Pombal;

- foi transferida 1 freguesia — Alqueidão da Serra — do concelho de Leiria para o concelho de Porto de Mós.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho da Batalha, englobando 1 freguesia — Batalha — separada do concelho de Leiria.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi extinto o concelho de Marinha Grande, sendo as 5 freguesias que o compunham — Carvide; Maceira; Marinha Grande; Monte Real; e Vieira de Leiria — integradas no concelho de Leiria.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Reguengo — do concelho de Leiria para o concelho da Batalha.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho da Batalha, sendo as 2 freguesias que o compunham — Batalha; e Reguengo — integradas no concelho de Leiria;

- foi extinto o concelho de Porto de Mós, sendo 1 das freguesias que o compunham — Alqueidão da Serra — integrada no concelho de Leiria.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho da Batalha, englobando 2 freguesias — Batalha; e Reguengo — separadas do concelho de Leiria;

- foi restaurado o concelho de Porto de Mós englobando 1 freguesia — Alqueidão da Serra — separada do concelho de Leiria.

Pela Lei n.º 644 de 20 de janeiro de 1917 foi restaurado o concelho da Marinha Grande, englobando 2 freguesias — Marinha Grande; e Vieira de Leiria — separadas do concelho de Leiria.

Pelo Decreto n.º 15009 de 7 de fevereiro de 1928, foram criadas as freguesias de Boa Vista, separada das freguesias de Colmeias e de Cortes, e de Santa Eufémia, separada das freguesias de Caranguejeira e de Pousos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Leiria passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44610 de 2 de outubro de 1962, foi criada a freguesia de Ortigosa, separada da freguesia de Souto da Carpalhosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Leiria passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 559/71 de 17 de dezembro de 1971, foi criada a freguesia de Bajouca, separada da freguesia de Monte Redondo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Leiria passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 108/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Bidoeira de Cima, separada da freguesia de Milagres.

Pela Lei n.º 116/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Memória, separada da freguesia de Colmeias.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Leiria passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Litoral.

Pela Lei n.º 74/89 de 28 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Carreira, separada da freguesia de Souto de Carpalhosa.

Pela Lei n.º 76/89 de 29 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Chainça, separada da freguesia de Santa Catarina da Serra.

No início de 2013, o concelho de Leiria englobava 29 freguesias: Amor; Arrabal; Azoia; Bajouca; Barosa; Barreira; Bidoeira de Cima; Boa Vista; Caranguejeira; Carreira; Carvide; Chainça; Coimbrão; Colmeias; Cortes; Leiria; Maceira; Marrazes; Memória; Milagres; Monte Real; Monte Redondo; Ortigosa; Parceiros; Pousos; Regueira de Pontes; Santa Catarina da Serra; Santa Eufémia; e Souto de Carpalhosa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Leiria passou a englobar 18 freguesias: Amor; Arrabal; Bajouca; Bidoeira de Cima; Caranguejeira; Coimbrão; Maceira; Milagres; Regueira de Pontes; União das Freguesias de Colmeias e Memória; União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes; União das Freguesias de Marrazes e Barosa; União das Freguesias de Monte Real e Carvide; União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira; União das Freguesias de Parceiros e Azoia; União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça; União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista; e União das Freguesias de Souto de Carpalhosa e Ortigosa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Leiria passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Leomil

Em meados da década de 1830, o concelho de Leomil englobava 2 freguesias, 1 com sede em Leomil e 1 — Sarzedo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Leomil passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Passô, sendo a freguesia que o compunha — Passô — integrada no concelho de Leomil;

- foi extinto o concelho de Pera e Peva sendo as 3 freguesias que o compunham — Ariz; Pera Velha; e Peva — integradas no concelho de Leomil;

- foi extinto o concelho de Sever, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alvite; e Sever — integradas no concelho de Leomil.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foram transferidas 3 freguesias — Ariz; Pera Velha; e Peva — do concelho de Leomil para o concelho de Moimenta da Beira.

O concelho de Leomil foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham — Alvite; Leomil; Passô; Sarzedo; e Sever — integradas no concelho de Moimenta da Beira.

Lindoso

Em meados da década de 1830, o concelho de Lindoso englobava 1 freguesia — Lindoso.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lindoso passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Lindoso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lindoso — integrada no concelho de Ponte da Barca.

Linhares

Em meados da década de 1830, o concelho de Linhares englobava 13 freguesias, 1 com sede em Linhares e 12 — Carrapichana; Figueiró da Serra; Freixo da Serra; Juncais; Mizarela; Prados; Salgueirais; Videmonte; Vila Cortês da Serra; Vila Franca da Serra; Vila Ruiva; e Vila Soeiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Linhares passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Folgoso, sendo a freguesia que o compunha — Folgoso — integrada no concelho de Linhares;

- foi extinto o concelho de Mesquitela, sendo a freguesia que o compunha — Mesquitela — integrada no concelho de Linhares;

- foram transferidas 2 freguesias — Mizarela; e Vila Soeiro da Serra — do concelho de Linhares para o concelho da Guarda.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Folgoso — do concelho de Linhares para o concelho de Gouveia.

O concelho de Linhares foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 12 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Carrapichana; Juncais; Linhares; Mesquitela; Prados; e Salgueirais — no concelho de Celorico da Beira;

- 5 — Figueiró da Serra; Freixo da Serra; Vila Cortês da Serra; Vila Franca da Serra; e Vila Ruiva — no concelho de Gouveia;

- 1 — Videmonte — no concelho da Guarda.

Lisboa

Em meados da década de 1830, o concelho de Lisboa englobava 72 freguesias, 40 — Ajuda; Alcântara; Anjos; Arroios; Basílica; Castelo; Conceição; Coração de Jesus; Encarnação; Lapa;

Madalena; Mártires; Mercês; Pena; Sacramento; Salvador; Santa Catarina; Santa Engrácia; Santa Isabel; Santa Justa; Santa Marinha; Santo André; Santo Estêvão; Santos; São Cristóvão; São João da Praça; São José; São Julião; São Lourenço; São Mamede; São Martinho; São Miguel; São Nicolau; São Paulo; São Sebastião da Pedreira; São Tiago; São Tomé; São Vicente; Socorro; e Xabregas — com sede em Lisboa e 32 — Almargem do Bispo; Ameixoeira; Apelação; Arranhó; Barcarena; Benfica; Bucelas; Camarate; Campo Grande; Carnaxide; Carnide; Charneca; Fanhões; Frielas; Loures; Lousa; Lumiar; Milharado; Odivelas; Olivais; Póvoa de Santo Adrião; Sacavém; Santa Iria de Azoia; Santo Antão do Tojal; Santo Estêvão das Galés; Santo Quintino; São João da Talha; São Julião do Tojalinho; São Tiago dos Velhos; Sapataria; Unhos; e Vialonga — com sede no termo.

Por Portaria de 28 de dezembro de 1833, foi criada a freguesia de Belém, separada da freguesia da Ajuda.

Por Decreto de 4 de fevereiro de 1835, a freguesia da Basílica passou a denominar-se Sé.

Por Portaria de 31 de maio de 1835, foi suprimida a freguesia de Santa Marinha, integrada na freguesia de Santo André.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lisboa passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Portaria de 17 de outubro de 1836:

- foi suprimida a freguesia de Salvador, integrada na freguesia de São Tomé;
- foi suprimida a freguesia de São Martinho, integrada na freguesia de São Tiago.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

• foi transferida 1 freguesia — Santa Iria de Azoia — do concelho de Lisboa para o concelho de Alverca do Ribatejo;

• foram transferidas 2 freguesias — Arranhó; e São Tiago dos Velhos — do concelho de Lisboa para o concelho de Arruda dos Vinhos;

• foi transferida 1 freguesia — Barcarena — do concelho de Lisboa para o concelho de Belas;

• foram transferidas 2 freguesias — Milharado; e Sapataria — do concelho de Lisboa para o concelho de Enxara dos Cavaleiros;

• foi transferida 1 freguesia — Carnaxide — do concelho de Lisboa para o concelho de Oeiras;

• foi transferida 1 freguesia — Almargem do Bispo — do concelho de Lisboa para o concelho de Sintra;

• foi transferida 1 freguesia — Santo Quintino — do concelho de Lisboa para o concelho de Sobral de Monte Agraço.

Por Decreto de 11 de setembro de 1852 e Edital do Governo Civil de Lisboa de 13 de outubro de 1852:

• foi criado o concelho de Belém englobando 5 freguesias — Ajuda; Belém; Benfica; Carnide; e Odivelas — e partes de 3 freguesias — Alcântara extramuros; Santa Isabel extramuros; e São Sebastião da Pedreira extramuros — separadas do concelho de Lisboa;

• foi criado o concelho dos Olivais englobando 21 freguesias — Ameixoeira; Apelação; Bucelas; Camarate; Campo Grande; Charneca; Fanhões; Frielas; Loures; Lousa; Lumiar; Olivais; Póvoa de

Santo Adrião; Sacavém; Santo Estêvão das Galés; São João da Talha; Tojal; Tojalinho; Unhos; Vialonga; e Xabregas — e parte de 1 freguesia — Arroios extramuros — separadas do concelho de Lisboa.

Por Portaria de 1 de fevereiro de 1856, foi suprimida a freguesia de São Tomé, integrada na freguesia de São Vicente.

Por Lei de 18 de julho de 1885:

- foi extinto o concelho de Belém, sendo 5 das freguesias — Alcântara extramuros; Ajuda; Belém; Santa Isabel extramuros; e São Sebastião da Pedreira extramuros — e partes de 2 das freguesias — Benfica intramuros; e Carnide intramuros — que o compunham integradas no concelho de Lisboa;

- foram transferidas para o concelho de Lisboa 3 freguesias — Arroios extramuros; Beato; e Campo Grande — e partes de 2 freguesias — Charneca intramuros; e Lumiar intramuros — do concelho dos Olivais.

Por Portaria de 24 de dezembro de 1885, foi suprimida a freguesia de São João da Praça, integrada na freguesia da Sé.

Por Portaria de 16 de junho de 1886, a freguesia de São Lourenço foi anexada à freguesia de São Cristóvão.

Por Decreto de 22 de julho de 1886, foi extinto o concelho dos Olivais, sendo 2 das freguesias — Camarate; e Olivais — e partes de 2 das freguesias — Ameixoeira intramuros; e Sacavém intramuros — que o compunham integradas no concelho de Lisboa.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram transferidas 1 freguesia — Camarate — e partes de 2 freguesias — Olivais extramuros; e Sacavém intramuros — do concelho de Lisboa para o concelho de Loures.

Por Decreto de 24 de agosto de 1912, a freguesia de Coração de Jesus passou a denominar-se Camões.

Por Decreto de 1 de maio de 1913, a freguesia de Santa Engrácia passou a denominar-se Monte Pedral.

Por Decreto de 7 de junho de 1913, a freguesia de São Paulo passou a denominar-se Marquês de Pombal.

Por Decreto de 18 de outubro de 1913, a freguesia de Santa Justa passou a denominar-se Restauradores.

Pelo Decreto n.º 2515-D de 15 de julho de 1916, a freguesia de São Vicente passou a denominar-se Escolas Gerais.

Pelo Decreto n.º 4112 de 13 de abril de 1918, foi criada a freguesia da Penha de França, separada das freguesias de Arroios e de Monte Pedral.

Pelo Decreto n.º 6495 de 1 de abril de 1920, a freguesia de Santo André passou a denominar-se Graça.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Lisboa passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto n.º 38696 de 24 de março de 1952, a freguesia de Monte Pedral voltou a denominar-se Santa Engrácia.

Pelo Decreto-Lei n.º 42142 de 7 de fevereiro de 1959 (parcialmente alterado pelo Decreto-Lei n.º 42751 de 22 de dezembro de 1959):

- a freguesia de Camões passou a denominar-se Coração de Jesus;
- a freguesia dos Restauradores passou a denominar-se Santa Justa;
- a freguesia de Santos passou a denominar-se Santos-o-Velho;
- a freguesia de Marquês de Pombal passou a denominar-se São Paulo;
- a freguesia de Escolas Gerais passou a denominar-se São Vicente de Fora;
- foi criada a freguesia do Alto do Pina, separada das freguesias de Penha de França e de Arroios;
- foi criada a freguesia de Alvalade, separada da freguesia de Campo Grande;
- foi criada a freguesia de Campolide, separada das freguesias de Santa Isabel e de São Sebastião da Pedreira;
- foi criada a freguesia de Marvila, separada da freguesia do Beato;
- foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, separada da freguesia de Campo Grande;
- foi criada a freguesia dos Prazeres, separada da freguesia de Alcântara;
- foi criada a freguesia de Santo Condestável, separada da freguesia de Santa Isabel;
- foi criada a freguesia de São Domingos de Benfica, separada da freguesia de São Sebastião da Pedreira;
- foi criada a freguesia de São Francisco Xavier, separada da freguesia de Belém;
- foi criada a freguesia de São João, separada das freguesias de Penha de França e de Santa Engrácia;
- foi criada a freguesia de São João de Brito, separada da freguesia do Campo Grande;
- foi criada a freguesia de São João de Deus, separada da freguesia de Arroios;
- foi suprimida a freguesia da Conceição, integrada na freguesia de São Nicolau;
- foi suprimida a freguesia de São Julião, integrada na freguesia de São Nicolau.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Lisboa passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Lisboa passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Lisboa passou a fazer parte da sub-região da Grande Lisboa.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2012, o concelho de Lisboa englobava 53 freguesias: Ajuda; Alcântara; Alto do Pina; Alvalade; Ameixoeira; Anjos; Arroios; Beato; Belém; Benfica; Campo Grande; Campolide;

Carnide; Castelo; Charneca; Coração de Jesus; Encarnação; Graça; Lapa; Lumiar; Madalena; Mártires; Marvila; Mercês; Nossa Senhora do Rosário de Fátima; Olivais; Pena; Penha de França; Prazeres; Sacramento; Santa Catarina; Santa Engrácia; Santa Isabel; Santa Justa; Santiago; Santo Condestável; Santo Estêvão; Santos-o-Velho; São Cristóvão e São Lourenço; São Domingos de Benfica; São Francisco Xavier; São João; São João de Brito; São João de Deus; São José; São Mamede; São Miguel; São Nicolau; São Paulo; São Sebastião da Pedreira; São Vicente de Fora; Sé; e Socorro.

Pela Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro, o concelho de Lisboa passou a englobar 24 freguesias: Ajuda; Alcântara; Alvalade (criada por fusão das freguesias do Campo Grande, de São João de Brito e de Alvalade); Areeiro (criada por fusão das freguesias do Alto do Pina e de São João de Deus); Arroios (criada por fusão das freguesias dos Anjos, da Pena e de Arroios); Avenidas Novas (criada por fusão das freguesias de São Sebastião da Pedreira e de Nossa Senhora do Rosário de Fátima); Beato; Belém (criada por fusão das freguesias de São Francisco Xavier e de Belém); Benfica; Campo de Ourique (criada por fusão das freguesias de Santo Condestável e de Santa Isabel); Campolide; Carnide; Estrela (criada por fusão das freguesias da Lapa, de Santos e dos Prazeres); Lumiar; Marvila; Misericórdia (criada por fusão das freguesias das Mercês, de Santa Catarina, da Encarnação e de São Paulo); Olivais (da qual foi separada parte da freguesia de Parque das Nações); Parque das Nações (separada das freguesias dos Olivais do concelho de Lisboa e de Moscavide e de Sacavém do concelho de Loures); Penha de França (criada por fusão das freguesias de São João e da Penha de França); Santa Clara (criada por fusão das freguesias da Charneca e da Ameixoeira); Santa Maria Maior (criada por fusão das freguesias dos Mártires, do Sacramento, de São Nicolau, da Madalena, de Santa Justa, da Sé, de Santiago, de São Cristóvão e São Lourenço, do Castelo, do Socorro, de São Miguel e de Santo Estêvão); Santo António (criada por fusão das freguesias de São Mamede, de São José e de Coração de Jesus); São Domingos de Benfica; e São Vicente (criada por fusão das freguesias de São Vicente de Fora, da Graça e de Santa Engrácia).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Lisboa passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Longa

Em meados da década de 1830, o concelho de Longa englobava 1 freguesia — Longa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Longa passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Longa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Longa — integrada no concelho de São Cosmado.

Longomel

Ver Margem.

Longroiva

Em meados da década de 1830, o concelho de Longroiva englobava 4 freguesias, 1 com sede em Longroiva e 3 — Chãs; Fonte Longa; e Santa Comba — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Longroiva passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Longroiva foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Chãs; e Santa Comba — no concelho de Marialva;
- 2 — Fonte Longa; e Longroiva — no concelho de Meda.

Lordelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Lordelo englobava 1 freguesia — Lordelo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lordelo passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Lordelo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lordelo — integrada no concelho de Vila Real.

Loriga

Em meados da década de 1830, o concelho de Loriga englobava 2 freguesias, 1 com sede em Loriga e 1 — Cabeça — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Loriga passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alvoco da Serra, sendo a freguesia que o compunha — Alvoco da Serra — integrada no concelho de Loriga;
- foi extinto o concelho de Valezim, sendo a freguesia que o compunha — Valezim — integrada no concelho de Loriga;
- foi extinto o concelho de Vide, sendo a freguesia que o compunha — Vide — integrada no concelho de Loriga.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, foi criada a freguesia de Teixeira, separada da freguesia de Alvoco da Serra.

O concelho de Loriga foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 6 freguesias que o compunham — Alvoco da Serra; Cabeça; Loriga; Teixeira; Valezim; e Vide — integradas no concelho de Seia.

Loulé

Em meados da década de 1830, o concelho de Loulé englobava 6 freguesias, 1 com sede em Loulé e 5 — Alte; Ameixial; Boliqueime; Querença; e Salir — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Loulé passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Loulé para o concelho de Albufeira.

Por Decreto de 2 de novembro de 1841, foi criada a freguesia de Almancil, separada da freguesia de Loulé.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de Loulé 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Albufeira.

Por Lei de 30 de julho de 1839, foi transferida 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Loulé para o concelho de Albufeira.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Loulé 1 freguesia — Boliqueime — do concelho de Albufeira.

Por Decreto de 3 de dezembro de 1891, foi criada a freguesia de São Sebastião de Loulé separada da freguesia de São Clemente de Loulé.

Pela Lei n.º 476 de 25 de janeiro de 1916, foi criada a freguesia de Quarteira, separada das freguesias de São Clemente de Loulé e de São Sebastião de Loulé.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Loulé passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Loulé passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Loulé passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 54/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Benafim, separada da freguesia de Alte.

Pela Lei n.º 32/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Tôr, separada da freguesia de Querença.

Pela Lei n.º 61/2012 de 5 de dezembro, foram alterados os limites do concelho de Loulé e da respetiva freguesia de Almancil com o concelho de Faro.

No início de 2013, o concelho de Loulé englobava 11 freguesias: Almancil; Alte; Ameixial; Benafim; Boliqueime; Loulé (São Clemente); Loulé (São Sebastião); Quarteira; Querença; Salir; e Tôr.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Loulé passou a englobar 9 freguesias: Almancil; Alte; Ameixial; Boliqueime; Loulé (São Clemente); Loulé (São Sebastião); Quarteira; Salir; e União das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Loulé passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Louredo

Em meados da década de 1830, o concelho de Louredo englobava 3 freguesias, 1 com sede em Louredo e 2 — Beire; e Gondalães — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Louredo passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Louredo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Beire; Gondalães; e Louredo — integradas no concelho de Paredes.

Loures

O concelho de Loures foi criado por Decreto de 22 de julho de 1886 por transferência para Loures da sede do concelho dos Olivais.

Pelo mesmo Decreto de 22 de julho de 1886:

- foram transferidas 2 freguesias — Camarate; e Olivais — e partes de 2 freguesias — Ameixoeira intramuros; e Sacavém intramuros — do concelho de Loures para o concelho de Lisboa;
- foi transferida 1 freguesia — Vialonga — do concelho de Loures para o concelho de Vila Franca de Xira;
- foi transferida para o concelho de Loures 1 freguesia — Póvoa de Santa Iria — do concelho de Vila Franca de Xira.

Na sequência do mesmo Decreto de 22 de julho de 1886:

- a sede da freguesia de Póvoa de Santa Iria foi transferida para Santa Iria de Azoia;
- a freguesia de Ameixoeira extramuros foi anexada à freguesia de Póvoa de Santo Adrião;
- a freguesia do Tojal passou a ser denominada Santo Antão do Tojal;
- a freguesia do Tojalinho passou a ser denominada São Julião do Tojal.

Deste modo, o concelho de Loures ficou inicialmente constituído por 14 freguesias: Apelação; Bucelas; Fanhões; Frielas; Loures; Lousa; Odivelas; Póvoa de Santo Adrião; Sacavém extramuros; Santa Iria de Azoia; Santo Antão do Tojal; São João da Talha; São Julião do Tojal; e Unhos.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram transferidas para o concelho de Loures 1 freguesia — Camarate — e partes de 2 freguesias — Olivais extramuros; e Sacavém intramuros — do concelho de Lisboa. Na sequência do mesmo Decreto de 26 de setembro de 1895, a freguesia de Sacavém intramuros foi reunida à freguesia de Sacavém extramuros e a freguesia de Olivais extramuros foi anexada à freguesia de Sacavém.

Por Decreto de 28 de julho de 1896, a freguesia de São João da Talha foi anexada à freguesia de Santa Iria de Azoia.

Pela Lei n.º 413 de 10 de setembro de 1915, foi criada a freguesia de Caneças, separada da freguesia de Loures.

Pela Lei n.º 508 de 13 de abril de 1916, foi criada a freguesia de Póvoa de Santa Iria, separada da freguesia de Santa Iria de Azoia.

Pelo Decreto n.º 12614 de 1 de novembro de 1926, foi transferida 1 freguesia — Póvoa de Santa Iria — do concelho de Loures para o concelho de Vila Franca de Xira.

Pelo Decreto n.º 15222 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Moscavide, separada da freguesia de Sacavém.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Loures passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 29468 de 1 de março de 1939, a freguesia de São João da Talha foi separada da freguesia de Santa Iria de Azoia.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Loures passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Loures passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 44/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia da Pontinha, separada da freguesia de Odivelas.

Pela Lei n.º 111/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia da Portela, separada das freguesias de Moscavide e de Sacavém.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Loures passou a fazer parte da sub-região da Grande Lisboa.

Pela Lei n.º 66/89 de 25 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Famões, separada da freguesia de Odivelas.

Pela Lei n.º 67/89 de 25 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Ramada, separada da freguesia de Odivelas.

Pela Lei n.º 68/89 de 25 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Bobadela, separada da freguesia de São João da Talha.

Pela Lei n.º 69/89 de 25 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Prior Velho, separada da freguesia de Sacavém.

Pela Lei n.º 70/89 de 25 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Santo António dos Cavaleiros, separada da freguesia de Loures.

Pela Lei n.º 72/89 de 28 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Olival Basto, separada da freguesia de Póvoa de Santo Adrião.

Pela Lei n.º 84/98 de 14 de dezembro de 1998, foi criado o concelho de Odivelas, englobando 7 freguesias — Caneças; Famões; Odivelas; Olival Basto; Pontinha; Póvoa de Santo Adrião; e Ramada — separadas do concelho de Loures.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

Pela Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro, foi criada a freguesia do Parque das Nações, parcialmente separada das freguesias de Moscavide e de Sacavém do concelho de Loures e integrada no concelho de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Loures englobava 18 freguesias: Apelação; Bobadela; Bucelas; Camarate; Fanhões; Frielas; Loures; Lousa; Moscavide; Portela; Prior Velho; Sacavém; Santa Iria de Azoia; Santo Antão do Tojal; Santo António dos Cavaleiros; São João da Talha; São Julião do Tojal; e Unhos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Loures passou a englobar 10 freguesias: Bucelas; Fanhões; Loures; Lousa; União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação; União das Freguesias de Moscavide e Portela; União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho; União das Freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela; União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal; e União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Loures passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Louriçal

Em meados da década de 1830, o concelho de Louriçal englobava 2 freguesias, 1 com sede no Louriçal e 1 — Mata Mourisca — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Louriçal passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Louriçal foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Louriçal; e Mata Mourisca — integradas no concelho de Pombal.

Lourinhã

Em meados da década de 1830, o concelho da Lourinhã englobava 3 freguesias, 1 com sede na Lourinhã e 2 — Francos; e Vimeiro — com sede no termo.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Lourinhã passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho da Lourinhã 4 freguesias — Moita dos Ferreiros; Moledo; Reguengo Grande; e São Bartolomeu dos Galegos — do concelho de Óbidos.

Entre 1878 e 1890, a freguesia de Francos passou a denominar-se Miragaia.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Lourinhã passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 38955 de 16 de outubro de 1952, foi criada a freguesia de Santa Bárbara, separada da freguesia da Lourinhã.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Lourinhã passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Lourinhã passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 58/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Marteleira, separada da freguesia de Miragaia.

Pela Lei n.º 59/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Ribamar, separada da freguesia de Santa Bárbara.

Pela Lei n.º 101/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Atalaia, separada da freguesia da Lourinhã.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Lourinhã passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho da Lourinhã englobava 11 freguesias: Atalaia; Lourinhã; Marteleira; Miragaia; Moita dos Ferreiros; Moledo; Reguengo Grande; Ribamar; Santa Bárbara; São Bartolomeu dos Galegos; e Vimeiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Lourinhã passou a englobar 8 freguesias: Moita dos Ferreiros; Reguengo Grande; Ribamar; Santa Bárbara; Vimeiro; União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia; União das Freguesias de Miragaia e Marteleira; e União das Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Lourinhã passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Lourosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Lourosa englobava 1 freguesia — Lourosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lourosa passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Lourosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Lourosa — integrada no concelho de Avô.

Lousã

Em meados da década de 1830, o concelho da Lousã englobava 5 freguesias, 1 com sede na Lousã e 4 — Casal de Ermio; Foz de Arouce; Rio Vide; e Vilarinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Lousã passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Serpins, sendo a freguesia que o compunha — Serpins — integrada no concelho da Lousã;

- foi transferida 1 freguesia — Rio Vide — do concelho da Lousã para o concelho de Miranda do Corvo.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Poiães, sendo 2 das freguesias que o compunham — Santo André de Poiães; e São Miguel de Poiães — integradas no concelho da Lousã.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Poiães, englobando 2 freguesias — Santo André de Poiães; e São Miguel de Poiães — separadas do concelho da Lousã.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Lousã passou a fazer parte da província da Bewira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Lousã passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Lousã passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 18-A/2001 de 3 de julho, foi criada a freguesia de Gândaras, separada da freguesia da Lousã.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Lousã passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho da Lousã englobava 6 freguesias: Casal de Ermio; Foz de Arouce; Gândaras; Lousã; Serpins; e Vilarinho.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Lousã passou a englobar 4 freguesias: Gândaras; Serpins; União das Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio; e União das Freguesias de Lousã e Vilarinho.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Lousã passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Lousada

Em meados da década de 1830, o concelho de Lousada englobava 12 freguesias, 2 — Santa Margarida; e São Miguel — com sede em Lousada e 10 — Alvarenga; Aveleda; Boim; Cernadelo; Cristelos; Lodaes; Nespereira; Novelas; Pias; e Silvares — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lousada passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Lousada foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 12 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Alvarenga; Aveleda; Cernadelo; Cristelos; Santa Margarida de Lousada; e São Miguel de Lousada — no concelho de Barrosas, então criado;

- 6 — Boim; Lodaes; Nespereira; Novelas; Pias; e Silvares — no concelho de Penafiel.

O concelho de Lousada foi restaurado por Lei de 17 de abril de 1838, englobando 23 freguesias separadas:

• 13 — Alentém; Alvarenga; Aveleda; Cernadelo; Cristelos; Santa Margarida de Lousada; São Miguel de Lousada; Macieira; Nogueira; Ordem; Sousela; Torno; e Vilar de Torno — do concelho de Barrosas;

• 2 — Covas; e Figueiras — do concelho de Paços de Ferreira;

• 2 — Casais; e Nevogilde — do concelho de Paredes;

• 6 — Boim; Lodares; Meinedo; Nespereira; Pias; e Silvares — do concelho de Penafiel.

Entre 1849 e 1855, foi transferida para o concelho de Lousada 1 freguesia — Caíde de Rei — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

Por Decreto de 30 de julho de 1852, foi extinto o concelho de Barrosas, sendo 4 das freguesias que o compunham — Lordelo; Santa Eulália de Barrosas; Santo Estêvão de Barrosas; e Unhão — integradas no concelho de Lousada.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi transferida para o concelho de Lousada 1 freguesia — Lustosa — do concelho de Paços de Ferreira.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram transferidas 2 freguesias — Lordelo; e Unhão — do concelho de Lousada para o concelho de Felgueiras.

Entre 1878 e 1890, a freguesia de Alentém foi anexada à freguesia de Vilar do Torno.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Lousada passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Lousada passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Lousada passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Lousada passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

Pela Lei n.º 63/98 de 1 de setembro de 1998, foi criado o concelho de Vizela englobando 1 freguesia — Santa Eulália de Barrosas — separada do concelho de Lousada.

No início de 2013, o concelho de Lousada englobava 25 freguesias: Alvarenga; Aveleda; Barrosas (Santo Estêvão); Boim; Caíde de Rei; Casais; Cernadelo; Covas; Cristelos; Figueiras; Lodares; Lousada (Santa Margarida); Lousada (São Miguel); Lustosa; Macieira; Meinedo; Nespereira; Nevogilde; Nogueira; Ordem; Pias; Silvares; Sousela; Torno; e Vilar do Torno e Alentém.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Lousada passou a englobar 15 freguesias: Aveleda; Caíde de Rei; Lodares; Macieira; Meinedo; Nevogilde; Sousela; Torno; Vilar do Torno e Alentém; União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida); União das Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; União das Freguesias de Figueiras e Covas; União das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão); União das Freguesias de Nespereira e Casais; e União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Lousada passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Lumiares

Em meados da década de 1830, o concelho de Lumiares englobava 2 freguesias, 1 — Santa Cruz — com sede em Lumiares e 1 — São Martinho das Chãs — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Lumiares passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Lumiares foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Santa Cruz; e São Martinho das Chãs — integradas no concelho de São Cosmado.

Mação

Em meados da década de 1830, o concelho de Mação englobava 1 freguesia — Mação.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mação passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Mação foi transferido do distrito de Santarém para o distrito de Castelo Branco;
- foram transferidas para o concelho de Mação 2 freguesias — Aboboreira; e Panascoso — do concelho de Abrantes;

- foi extinto o concelho de Belver, sendo 1 das freguesias que o compunham — Belver — integrada no concelho de Mação;

- foi extinto o concelho de Carvoeiro, sendo a freguesia que o compunha — Carvoeiro — integrada no concelho de Mação;

- foi extinto o concelho de Envendos, sendo a freguesia que a compunha — Envendos — integrada no concelho de Mação.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- o concelho de Mação foi transferido do distrito de Castelo Branco para o distrito de Santarém;
- foram transferidas 2 freguesias — Aboboreira; e Panascoso — do concelho de Mação para o concelho de Abrantes.

Por Decreto de 30 de maio de 1877, foram transferidas para o concelho de Mação 2 freguesias — Amêndoa; e Cardigos — do concelho de Vila de Rei.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi transferida para o concelho de Mação 1 freguesia — São Pedro do Esteval — do concelho de Proença-a-Nova.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi transferida para o concelho de Mação 1 freguesia — Aboboreira — do concelho de Abrantes.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Gavião, englobando 1 freguesia — Belver — separada do concelho de Mação;

- foi transferida para o concelho de Mação 1 freguesia — Panascoso — do concelho de Sardoal;

- foi transferida 1 freguesia — São Pedro do Esteval — do concelho de Mação para o concelho de Proença-a-Nova.

Pelo Decreto n.º 15324 de 31 de março de 1928, foi criada a freguesia de Ortiga, separada das freguesias de Mação e Panascoso.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mação passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 31212 de 10 de abril de 1941, a freguesia de Panascoso passou a denominar-se Penhascoso.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mação passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mação passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mação passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Sul.

A Lei n.º 21/2010 de 23 de agosto transferiu o concelho de Mação da subregião do Pinhal Interior Sul para a subregião do Médio Tejo.

No início de 2013, o concelho de Mação englobava 8 freguesias: Aboboreira; Amêndoa; Cardigos; Carvoeiro; Envendos; Mação; Ortiga; e Penhascoso.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mação passou a englobar 6 freguesias: Amêndoa; Cardigos; Carvoeiro; Envendos; Ortiga; e União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mação passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Maçãs de Caminho

Em meados da década de 1830, o concelho de Maçãs de Caminho englobava 1 freguesia — Maçãs de Caminho.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Maçãs de Caminho passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Maçãs de Caminho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Maçãs de Caminho — integrada no concelho de Alvaiázere.

Maçãs de Dona Maria

Em meados da década de 1830, o concelho de Maçãs de Dona Maria englobava 1 freguesia — Maçãs de Dona Maria.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mações de Dona Maria passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Mações de Dona Maria foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Mações de Dona Maria — integrada no concelho de Chão de Couce.

O concelho de Mações de Dona Maria foi restaurado por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 3 freguesias separadas:

- 1 — Arega — do concelho de Cabaços, então extinto;
- 2 — Aguda; e Mações de Dona Maria — do concelho de Chão de Couce.

O concelho de Mações de Dona Maria foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aguda; Arega; e Mações de Dona Maria — integradas no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Macedo de Cavaleiros

O concelho de Macedo de Cavaleiros foi criado por Decreto de 31 de dezembro de 1853, formalmente por transferência da sede do concelho de Chacim, integrando 32 freguesias:

- 1 — Santa Combinha — do concelho de Bragança;
- 11 — Castelãos; Chacim; Edroso; Gebelim; Lombo; Olmos; Peredo; Saldonha; Soeima; Vale da Porca; e Vilar do Monte — do concelho de Chacim, então extinto;
- 17 — Amendoeira; Bornes de Monte Mel; Burga; Caravelas; Carrapatas; Cernadela; Cortiços; Corujas; Grijó de Vale Benfeito; Lamas de Podence; Macedo de Cavaleiros; Pinho Velho e Gradíssimo; Romeu; Sezulfe; Vale Benfeito; Vale de Asnes; e Vale de Prados — do concelho de Cortiços, então extinto;

- 1 — Podence — do concelho de Izeda;
- 2 — Ala; e Brinço — do concelho de Torre de Dona Chama.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Izeda, sendo 7 das freguesias que o compunham — Bagueixe; Lagoa; Morais; Salselas; Talhas; Talhinhas; e Vinhas — integradas no concelho de Macedo de Cavaleiros;

- foi extinto o concelho de Torre de Dona Chama, sendo 8 das freguesias que o compunham — Arcas; Espadanedo; Ferreira; Fornos de Ledra; Lamalonga; Meles; Vilarinho de Agrochão; e Vilarinho do Monte — integradas no concelho de Macedo de Cavaleiros;

- foi transferida para o concelho de Macedo de Cavaleiros 1 freguesia — Murçós — do concelho de Vinhais;

- foram transferidas 3 freguesias — Gebelim; Saldonha; e Soeima — do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Alfândega da Fé;

- foi transferida 1 freguesia — Santa Combinha — do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Bragança;

- foi transferida 1 freguesia — Caravelas — do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Mirandela.

Entre 1855 e 1864:

- a freguesia de Brinço foi integrada na freguesia de Ala;
- a freguesia de Cernadela foi integrada na freguesia de Cortiços;
- a freguesia de Fornos de Ledra foi integrada na freguesia de Lamalonga;
- a freguesia de Meles foi integrada na freguesia de Ala.
- a freguesia de Pinho Velho e Gradíssimo foi integrada na freguesia de Amendoeira.

Por Decreto de 15 de novembro de 1871, foi transferida 1 freguesia — Vale de Asnes — do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Mirandela.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Soutelo Mourisco foi separada da freguesia de Espadanedo.

Por Decreto de 23 de abril de 1884, foi transferida 1 freguesia — Romeu — do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Mirandela.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895:

• foi transferida para o concelho de Macedo de Cavaleiros 1 freguesia — Santa Combinha — do concelho de Bragança;

• foi extinto o concelho de Alfândega da Fé, sendo 7 das freguesias que o compunham — Agrobom; Gebelim; Saldonha; Sambade; Soeima; Vale Pereiro; e Vales — integradas no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Alfândega da Fé, englobando 7 freguesias — Agrobom; Gebelim; Saldonha; Sambade; Soeima; Vale Pereiro; e Vales — separadas do concelho de Macedo de Cavaleiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

Pela Lei n.º 55/2003 de 22 de agosto de 2003, a freguesia de Lamas de Podence passou a denominar-se Lamas.

Pela Lei n.º 56/2003 de 22 de agosto de 2003, a freguesia de Grijó de Vale Benfeito passou a denominar-se Grijó.

No início de 2013, o concelho de Macedo de Cavaleiros englobava 38 freguesias: Ala; Amendoeira; Arcas; Bagueixe; Bornes; Burga; Carrapatas; Castelãos; Chacim; Cortiços; Corujas; Edroso; Espadanedo; Ferreira; Grijó; Lagoa; Lamalonga; Lamas; Lombo; Macedo de Cavaleiros; Morais; Murçós; Olmos; Peredo; Podence; Salselas; Santa Combinha; Sezulf; Soutelo Mourisco; Talhas; Talhinhos; Vale Benfeito; Vale da Porca; Vale de Prados; Vilar do Monte; Vilarinho de Agrochão; Vilarinho do Monte; e Vinhas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a englobar 30 freguesias: Amendoeira; Arcas; Carrapatas; Chacim; Cortiços; Corujas; Ferreira; Grijó; Lagoa; Lamalonga; Lamas; Lombo; Macedo de Cavaleiros; Morais; Olmos; Peredo; Salselas; Sezulfé; Talhas; Vale Benfeito; Vale da Porca; Vale de Prados; Vilarinho de Agrochão; Vinhas; União das Freguesias de Ala e Vilarinho do Monte; União das Freguesias de Bornes e Burga; União das Freguesias de Castelãos e Vilar do Monte; União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco; União das Freguesias de Podence e Santa Combinha; e União das Freguesias de Talhinhas e Bagueixe.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Maceira Dão

Em meados da década de 1830, o concelho de Maceira Dão englobava 1 freguesia — Moimenta de Maceira Dão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Maceira Dão passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Maceira Dão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Moimenta de Maceira Dão — integrada no concelho de Mangualde.

Macieira de Cambra

Em meados da década de 1830, o concelho de Cambra, com sede em Macieira de Cambra, englobava 9 freguesias, 1 com sede em Macieira de Cambra e 8 — Arões; Cepelos; Codal; Junqueira; Roge; São Pedro de Castelões; Vila Chã; e Vila Cova de Perrinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Macieira de Cambra passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Macieira de Cambra 1 freguesia — Carregosa — do concelho de Oliveira de Azeméis;

- foram transferidas 2 freguesias — Arões; e Junqueira — do concelho de Macieira de Cambra para o concelho de Sever do Vouga.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Carregosa — do concelho de Macieira de Cambra para o concelho de Oliveira de Azeméis.

Por Lei de 17 de abril de 1837, foram transferidas para o concelho de Cambra 2 freguesias — Arões; e Junqueira — do concelho de Sever do Vouga.

O concelho de Macieira de Cambra foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as 9 freguesias que o compunham — Arões; Cepelos; Codal; Junqueira; Macieira de Cambra; Roge;

São Pedro de Castelões; Vila Chã; e Vila Cova de Perrinho — integradas no concelho de Oliveira de Azeméis.

O concelho de Macieira de Cambra foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 9 freguesias — Arões; Cepelos; Codal; Junqueira; Macieira de Cambra; Roge; São Pedro de Castelões; Vila Chã; e Vila Cova de Perrinho — separadas do concelho de Oliveira de Azeméis.

Pelo Decreto n.º 12976 de 31 de dezembro de 1926, a sede do concelho de Macieira de Cambra foi transferida para a localidade de Gandra da freguesia de Vila Chã, localidade que passou a denominar-se Vale de Cambra, e o concelho de Macieira de Cambra passou a denominar-se Vale de Cambra.

Mafra

Em meados da década de 1830, o concelho de Mafra englobava 2 freguesias, das quais 1 com sede em Mafra e 1 — Santo Isidoro — com sede no termo.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mafra passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Mafra 2 freguesias — Alcaíça Grande; e Igreja Nova — do concelho de Sintra;

- foi transferida para o concelho de Mafra 1 freguesia — Sobral da Abelheira — do concelho de Torres Vedras.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi criado o concelho da Azueira, englobando 1 freguesia — Sobral da Abelheira — separada do concelho de Mafra.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Azueira, sendo 5 das freguesias que o compunham — Azueira; Enxara do Bispo; Gradil; Milharado; e Sobral da Abelheira — integradas no concelho de Mafra;

- foi extinto o concelho da Ericeira sendo as 2 freguesias que o compunham — Carvoeira; e Ericeira — integradas no concelho de Mafra;

- foi transferida para o concelho de Mafra 1 freguesia — Santo Estêvão das Galés — do concelho dos Olivais;

- foi transferida para o concelho de Mafra 1 freguesia — Cheleiros — do concelho de Sintra;

- foi transferida para o concelho de Mafra 1 freguesia — São Domingos de Fanga da Fé — do concelho de Torres Vedras.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi transferida para o concelho de Mafra 1 freguesia — Freiria — do concelho de Torres Vedras.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — Freiria — do concelho de Mafra para o concelho de Torres Vedras.

Pela Lei n.º 1427 de 28 de maio de 1923, a sede da freguesia de Alcaíça foi transferida para a Malveira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Fanga da Fé passou a denominar-se Encarnação;
- o concelho de Mafra passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 30104 de 5 de dezembro de 1939, foi criada a freguesia de Vila Franca do Rosário, separada da freguesia de Enxara do Bispo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mafra passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mafra passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 88/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Venda do Pinheiro, separada da freguesia do Milharado.

Pela Lei n.º 100/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de São Miguel de Alcainça, separada das freguesias de Igreja Nova e Malveira.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mafra passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro:

- transferiu o concelho de Mafra da subregião do Oeste para a subregião da Grande Lisboa
- mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Mafra englobava 17 freguesias: Azueira; Carvoeira; Cheleiros; Encarnação; Enxara do Bispo; Ericeira; Gradil; Igreja Nova; Mafra; Malveira; Milharado; Santo Estêvão das Galés; Santo Isidoro; São Miguel de Alcainça; Sobral da Abelheira; Venda do Pinheiro; e Vila Franca do Rosário.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mafra passou a englobar 11 freguesias: Carvoeira; Encarnação; Ericeira; Mafra; Milharado; Santo Isidoro; União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira; União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário; União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros; União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça; e União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mafra passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Magueija

Em meados da década de 1830, o concelho de Magueija englobava 1 freguesia — Magueija.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Magueija passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Magueija foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Magueija — integrada no concelho de Lamego.

Maia

Em meados da década de 1830, o concelho da Maia, com sede em Avioso, englobava 48 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Pedro — com sede em Avioso e 46 — Águas Santas; Alfena; Alvarelhos; Árvore; Asmes; Barca; Barreiros; Bougado – Santiago; Bougado – São Martinho; Canidelo; Coronado – São Mamede; Coronado – São Romão; Covelas; Fajozes; Folgosa; Fornelo; Gemunde; Gião; Gondim; Gueifães; Guidões; Guilhabreu; Labruge; Lavra; Milheirós; Mindelo; Modivas; Moreira; Mosteiró; Muro; Nogueira; Paranhos; Perafita; Retorta; Santa Cruz do Bispo; São Cristóvão de Cornes; São Pedro Fins; Silva Escura; Tougues; Vairão; Valongo; Vermoim; Vila Chã; Vila Nova da Telha; Vilar; e Vilar de Pinheiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Maia passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aveleda e Macieira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Aveleda — integrada no concelho da Maia;
- foram transferidas 4 freguesias — Lavra; Paranhos; Perafita; e Santa Cruz do Bispo — do concelho da Maia para o concelho de Bouças;
- foram transferidas 8 freguesias — Alvarelhos; São Martinho de Bougado; São Tiago de Bougado; São Mamede de Coronado; São Romão de Coronado; Covelas; Guidões; e Muro — do concelho da Maia para o concelho de Santo Tirso;
- foi restaurado o concelho de Valongo, englobando 3 freguesias — Alfena; Asmes; e Valongo — separadas do concelho da Maia;
- foram transferidas 13 freguesias — Árvore; Canidelo; Fajozes; Fornelo; Gião; Labruge; Mindelo; Modivas; Retorta; Tougues; Vairão; Vila Chã; e Vilar — do concelho da Maia para o concelho de Vila do Conde.

Por Decreto de 18 de outubro de 1841, a freguesia de São Cristóvão de Cornes passou a denominar-se Malta.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Malta — do concelho de Maia para o concelho de Vila do Conde.

Por Decreto de 11 de maio de 1870, foram transferidas 3 freguesias — Guilhabreu; Mosteiró; e Vilar de Pinheiro — do concelho da Maia para o concelho de Vila do Conde.

Por Decreto de 8 de maio de 1871, foi transferida 1 freguesia — Aveleda — do concelho da Maia para o concelho de Vila do Conde.

Por Decreto de 28 de junho de 1902, a sede do concelho da Maia foi transferida da localidade de Castelo da Maia na freguesia de Santa Maria de Avioso para o lugar de Picoto na freguesia de Barreiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Maia passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

Pelo Decreto n.º 38100 de 21 de dezembro de 1950, a freguesia de Barreiros passou a denominar-se Maia.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Maia passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Maia passou a fazer parte da região do Norte.

Pela Lei n.º 91/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Pedrouços, separada da freguesia de Águas Santas.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Maia passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho da Maia englobava 17 freguesias: Águas Santas; Avioso (Santa Maria); Avioso (São Pedro); Barca; Folgosa; Gemunde; Gondim; Gueifães; Maia; Milheirós; Moreira; Nogueira; Pedrouços; São Pedro Fins; Silva Escura; Vermoim; e Vila Nova da Telha.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Maia passou a englobar 10 freguesias: Águas Santas; Folgosa; Milheirós; Moreira; Pedrouços; São Pedro Fins; Vila Nova da Telha; Castelo da Maia (criada por fusão das freguesias de Avioso (Santa Maria), Avioso (São Pedro), Gemunde, Barca e Gondim); Cidade da Maia (criada por fusão das freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim); e Nogueira e Silva Escura.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Maia passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Maiorca

Em meados da década de 1830, o concelho de Maiorca englobava 1 freguesia — Maiorca.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Maiorca passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alhadas, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alhadas; Brenha; e Ferreira-a-Nova — integradas no concelho de Maiorca;

- foi extinto o concelho de Quiaios, sendo a freguesia que o compunha — Quiaios — integrada no concelho de Maiorca.

O concelho de Maiorca foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 5 freguesias que o compunham — Alhadas; Brenha; Ferreira-a-Nova; Maiorca; e Quiaios — integradas no concelho de Figueira da Foz.

Maiorga

Em meados da década de 1830, o concelho de Maiorga englobava 1 freguesia — Maiorga.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Maiorga passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Maiorga 2 freguesias — Pataias; e Valado de Frades — do concelho de Alcobaça;

- foi extinto o concelho de Pederneira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Pederneira — integrada no concelho de Maiorga.

O concelho de Maiorga foi extinto por Lei de 12 de junho de 1837, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Maiorga; e Pataias — no concelho de Alcobaça;
- 2 — Pederneira; e Valado de Frades — no concelho de Pederneira, então restaurado.

Mancelos

Em meados da década de 1830, o concelho de Mancelos englobava 1 freguesia — Mancelos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mancelos passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Mancelos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Mancelos — integrada no concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

Mangualde

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- o concelho e a freguesia de Azurara da Beira passaram a denominar-se concelho e freguesia de Mangualde;

- o concelho de Mangualde passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Maceira Dão, sendo a freguesia que o compunha — Moimenta de Maceira Dão — integrada no concelho de Mangualde;

- foi transferida 1 freguesia — Freixiosa — do concelho de Mangualde para o concelho de Tavares.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida para o concelho de Mangualde 1 freguesia — Freixiosa — do concelho de Tavares.

Por Decreto de 10 de fevereiro de 1852, foi extinto o concelho de Tavares, sendo 2 das freguesias que o compunham — Abrunhosa-a-Velha; e Chãs de Tavares — integradas no concelho de Mangualde.

Por Decreto de 23 de junho de 1852, foram transferidas para o concelho de Mangualde 2 freguesias — São João da Fresta; e Travanca de Tavares — do concelho de Penalva do Castelo.

Por Decreto de 1 de setembro de 1853, foi transferida para o concelho de Mangualde 1 freguesia — Várzea de Tavares — do concelho de Fornos de Algodres.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mangualde passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mangualde passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mangualde passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mangualde passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Mangualde englobava 18 freguesias: Abrunhosa-a-Velha; Alcafache; Chãs de Tavares; Cunha Alta; Cunha Baixa; Espinho; Fornos de Maceira Dão; Freixiosa; Lobelhe do Mato; Mangualde; Mesquitela; Moimenta de Maceira Dão; Póvoa de Cervães; Quintela de Azurara; Santiago de Cassurães; São João da Fresta; Travanca de Tavares; e Várzea de Tavares.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mangualde passou a englobar 12 freguesias: Abrunhosa-a-Velha; Alcafache; Cunha Baixa; Espinho; Fornos de Maceira Dão; Freixiosa; Quintela de Azurara; São João da Fresta; União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta; União das Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato; União das Freguesias de Santiago de Cassurães e Póvoa de Cervães; e União das Freguesias de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mangualde passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Manhente

Em meados da década de 1830, o concelho de Manhente englobava 2 freguesias, 1 com sede em Manhente e 1 — São Veríssimo de Tamel — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Manhente passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Manhente foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Manhente; e São Veríssimo de Tamel — integradas no concelho de Barcelos.

Manique do Intendente

Em meados da década de 1830, o concelho de Manique do Intendente englobava 1 freguesia — Manique do Intendente.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Manique do Intendente passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Manique do Intendente foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Manique do Intendente — integrada no concelho de Alcoentre.

Manteigas

Em meados da década de 1830, o concelho de Manteigas englobava 2 freguesias — Santa Maria; e São Pedro — ambas com sede em Manteigas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Manteigas passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Manteigas 1 freguesia — Sameiro — do concelho da Covilhã.

O concelho de Manteigas foi extinto por Decreto de 12 de julho de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Manteigas (Santa Maria); Manteigas (São Pedro); e Sameiro — integradas no concelho da Guarda.

O concelho de Manteigas foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Manteigas (Santa Maria); Manteigas (São Pedro); e Sameiro — separadas do concelho da Guarda.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Manteigas passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Manteigas passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Manteigas passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Manteigas passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

Pela Lei n.º 29/2001 de 12 de julho, foi transferida para o concelho de Manteigas 1 freguesia — Vale de Amoreira — do concelho da Guarda.

O concelho de Manteigas engloba hoje 4 freguesias: Manteigas (Santa Maria); Manteigas (São Pedro); Sameiro; e Vale de Amoreira.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Manteigas passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Marco de Canaveses

O concelho de Marco de Canaveses foi criado por Decreto de 31 de março de 1852, por fusão dos concelhos de Benviver e Soalhães. O concelho de Marco de Canaveses englobou, deste modo, inicialmente 28 freguesias, das quais:

- 12 — Alpendurada; Ariz; Favões; Magrelos; Matos; Paços de Gaiolo; Penha Longa; Sande; São Lourenço do Douro; Torrão; Várzea do Douro; e Vila Boa do Bispo — do concelho de Benviver;

- 16 — Alviada; Avedas; Folhada; Fornos; Freixo; São Simão de Gouveia; Manhuncelos; Paredes de Viadores; Rio de Galinhas; Rosém; São Nicolau; Soalhães; Sobre Tâmega; Tabuado; Tuias; e Várzea da Ovelha — do concelho de Soalhães.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Marco de Canaveses 2 freguesias — Maureles; e Vila Boa de Quires — do concelho de Penafiel;

- foram transferidas para o concelho de Marco de Canaveses 3 freguesias — Constance; Santo Isidoro; e Toutosa — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega;

- foi transferida 1 freguesia — São Simão de Gouveia — do concelho de Marco de Canaveses para o concelho de Amarante.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, sendo 2 das freguesias que o compunham — Banho; e Carvalhosa — integradas no concelho de Marco de Canaveses.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Matos foi anexada à freguesia de Alpendurada.

Entre 1900 e 1911:

- a freguesia de Carvalhosa foi anexada à freguesia de Banho;

- a freguesia de Alviada foi anexada à freguesia de Várzea da Ovelha.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Marco de Canaveses passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Marco de Canaveses passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Marco de Canaveses passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Marco de Canaveses passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Marco de Canaveses englobava 31 freguesias: Alpendurada e Matos; Ariz; Avedas; Banho e Carvalhosa; Constance; Favões; Folhada; Fornos; Freixo; Magrelos; Manhuncelos; Maureles; Paços de Gaiolo; Paredes de Viadores; Penha Longa; Rio de Galinhas; Rosém; Sande; Santo Isidoro; São Lourenço do Douro; São Nicolau; Soalhães; Sobretâmega; Tabuado; Torrão; Toutosa; Tuias; Várzea da Ovelha e Alviada; Várzea do Douro; Vila Boa de Quires; e Vila Boa do Bispo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Marco de Canaveses passou a englobar 16 freguesias: Banho e Carvalhosa; Constance; Soalhães; Sobretâmega; Tabuado; Vila Boa do Bispo; Livração (criada por fusão das freguesias de Toutosa e Santo Isidoro); Várzea, Alviada e Folhada (criada por fusão das freguesias de Várzea da Ovelha e Alviada e Folhada; Marco (criada por fusão das freguesias de São Nicolau, Tuias, Fornos, Rio de Galinhas e Freixo); Vila Boa de Quires e Maureles; Avedas e Rosém; Manhuncelos e Paredes de Viadores; Penha Longa e Paços de Gaiolo; Sande e São Lourenço (criada por fusão das freguesias de Sande e São Lourenço do Douro); Bem Viver (criada por fusão das freguesias de Favões, Ariz e Magrelos); e Alpendurada, Várzea e Torrão (criada por fusão das freguesias de Alpendurada e Matos, Torrão e Várzea do Douro).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Marco de Canaveses passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Margem

Em meados da década de 1830, o concelho de Margem, também denominado Longomel e Margem, englobava 1 freguesia — Margem.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Margem passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Margem foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Margem — integrada no concelho de Gavião.

Marialva

Em meados da década de 1830, o concelho de Marialva englobava 10 freguesias, 2 — São Pedro; e São Tiago — com sede em Marialva e 8 — Aldeia Rica; Barreira; Carvalhal; Coriscada; Gateira; Pai Penela; Rabaçal; e Vale de Ladrões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Marialva passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Longroiva sendo 2 das freguesias que o compunham — Chãs; e Santa Comba — integradas no concelho de Marialva.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841:

- a freguesia de Aldeia Rica foi integrada na freguesia de Coriscada;
- a freguesia de São Pedro de Marialva foi integrada na freguesia de São Tiago de Marialva.

O concelho de Marialva foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 10 freguesias que o compunham — Barreira; Carvalhal; Chãs; Coriscada; Gateira; Marialva; Pai Penela; Rabaçal; Santa Comba; e Vale de Ladrões — integradas no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Marinha Grande

O concelho da Marinha Grande foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 5 freguesias separadas:

- 4 — Carvide; Maceira; Marinha Grande; e Vieira de Leiria — do concelho de Leiria;
- 1 — Monte Real — do concelho de Monte Real, então extinto.

O concelho de Marinha Grande foi extinto por Lei de 17 de abril de 1838, sendo as 5 freguesias que o compunham — Carvide; Maceira; Marinha Grande; Monte Real; e Vieira de Leiria — integradas no concelho de Leiria.

O concelho de Marinha Grande foi restaurado pela Lei n.º 644 de 20 de janeiro de 1917, englobando 2 freguesias — Marinha Grande; e Vieira de Leiria — separadas do concelho de Leiria.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Marinha Grande passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Marinha Grande passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Marinha Grande passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Marinha Grande passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Litoral.

Pela Lei n.º 28/2001 de 12 de julho, foi transferida para o concelho da Marinha Grande 1 freguesia — Moita — do concelho de Alcobaça.

O concelho de Marinha Grande engloba hoje 3 freguesias: Marinha Grande; Moita; e Vieira de Leiria.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Marinha Grande passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Marvão

Em meados da década de 1830, o concelho de Marvão englobava 5 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Tiago — com sede em Marvão e 3 — Aramenha; Areias; e São Julião — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Marvão passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho de Alegrete englobando 1 freguesia — São Julião — separada do concelho de Marvão.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de São Tiago de Marvão foi integrada na freguesia de Santa Maria de Marvão.

O concelho de Marvão foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aramenha; Areias; e Marvão — integradas no concelho de Castelo de Vide.

O concelho de Marvão foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Aramenha; Areias; e Marvão — separadas do concelho de Castelo de Vide.

Pelo Decreto-Lei n.º 33729 de 24 de julho de 1944, foi criada a freguesia de Beirã, separada de Santo António das Areias.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Marvão passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Marvão passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Marvão passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Marvão passou a fazer parte da sub-região do alto Alentejo.

O concelho de Marvão engloba hoje 4 freguesias: Beirã; Santa Maria de Marvão; Santo António das Areias; e São Salvador da Aramenha.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Marvão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Matança

Em meados da década de 1830, o concelho de Matança englobava 1 freguesia — Matança.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Matança passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Matança foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Matança — integrada no concelho de Algodres.

Matosinhos

Por Decreto de 6 de maio de 1909, o concelho de Bouças passou a denominar-se concelho de Matosinhos.

Pelo Decreto-Lei n.º 22677 de 14 de junho de 1933, foi criada a freguesia da Senhora da Hora, separada da freguesia de Matosinhos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Matosinhos passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Matosinhos passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Matosinhos passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Matosinhos passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho de Matosinhos englobava 10 freguesias: Custóias; Guifões; Lavra; Leça da Palmeira; Leça do Bailio; Matosinhos; Perafita; Santa Cruz do Bispo; São Mamede de Infesta; e Senhora da Hora.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Matosinhos passou a englobar 4 freguesias: União das Freguesias de Custóias, Leça do Bailio e Guifões; União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira; União das Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo; e União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Matosinhos passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Mealhada

O concelho da Mealhada foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 5 freguesias separadas:

- 1 — Tamengos — do concelho de Aguim, então extinto;
- 1 — Casal Comba — do concelho de Casal Comba, então extinto;
- 1 — Luso — do concelho da Vacariça;
- 1 — Ventosa do Bairro — do concelho de Ventosa do Bairro, então extinto;
- 1 — Vila Nova de Monsarros — do concelho de Vila Nova de Monsarros, então extinto.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foi extinto o concelho da Vacariça, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aguim; e Vacariça — integradas no concelho da Mealhada;
- foi transferida 1 freguesia — Vila Nova de Monsarros — do concelho da Mealhada para o concelho da Anadia.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, a freguesia de Aguim foi anexada à freguesia de Tamengos.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Ançã sendo 1 das freguesias que o compunham — Barcouço — integrada no concelho da Mealhada;
- foi transferida para o concelho da Mealhada 1 freguesia — Pampilhosa — do concelho de Coimbra;
- foi transferida 1 freguesia — Tamengos — do concelho da Mealhada para o concelho de Anadia;
- o concelho da Mealhada foi transferido do distrito de Coimbra para o distrito de Aveiro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Mealhada passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 33730 de 24 de junho de 1944, foi criada a freguesia da Mealhada, separada da freguesia da Vacariça.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 45674 de 23 de abril de 1964, foi criada a freguesia de Antes, separada da freguesia de Ventosa de Baixo.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Mealhada passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Mealhada passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Mealhada passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho da Mealhada englobava 8 freguesias: Antes; Barcouço; Casal Comba; Luso; Mealhada; Pampilhosa; Vacariça; e Ventosa do Bairro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Mealhada passou a englobar 6 freguesias: Barcouço; Casal Comba; Luso; Pampilhosa; Vacariça; e União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mealhada passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Meãs

Em meados da década de 1830, o concelho de Meãs englobava 1 freguesia — Meãs do Campo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Meãs passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Meãs foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Meãs do Campo — integrada no concelho de Tentúgal.

Meda

Em meados da década de 1830, o concelho de Meda englobava 1 freguesia — Meda.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Meda passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aveloso, sendo a freguesia que o compunha — Aveloso — integrada no concelho de Meda;

- foi extinto o concelho de Casteição, sendo as 2 freguesias que o compunham — Casteição; e Outeiro de Gatos — integradas no concelho de Meda;

- foi extinto o concelho de Longroiva, sendo 2 das freguesias que o compunham — Fonte Longa; e Longroiva — integradas no concelho de Meda;

- foi transferida para o concelho de Meda 1 freguesia — Prova — do concelho de Penedono;

- foi extinto o concelho de Ranhados, sendo as 3 freguesias que o compunham — Ariola; Poço do Canto; e Ranhados — integradas no concelho de Meda.

Entre 1849 e 1864:

- foi transferida para o concelho de Meda 1 freguesia — Alcarva — do concelho de Penedono;

- a freguesia de Alcarva foi integrada freguesia de Ranhados;

- a freguesia de Ariola foi integrada na freguesia de Outeiro de Gatos.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1872, foram transferidas para o concelho de Meda 8 freguesias — Barreira; Carvalhal; Coriscada; Gateira; Marialva; Pai Penela; Rabaçal; e Vale de Ladrões — do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Entre 1872 e 1878, a freguesia de Gateira foi anexada à freguesia de Barreira.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foram transferidas 2 freguesias — Barreira e Gateira; e Fonte Longa — do concelho de Meda para o concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Penedono, sendo 6 das freguesias que o compunham — Antas; Beselga; Granja; Ourozinho; Penedono; e Souto — integradas no concelho de Meda.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida 1 freguesia — Beselga — do concelho de Meda para o concelho de Sernancelhe.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Penedono englobando 5 freguesias — Antas; Granja; Ourozinho; Penedono; e Souto — separadas do concelho de Meda;

- foram transferidas para o concelho de Meda 2 freguesias — Barreira e Gateira; e Fonte Longa — do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Gateira foi integrada na freguesia de Barreira;

- o concelho de Meda passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto n.º 31106 de 16 de janeiro de 1941, a freguesia de Vale de Ladrões passou a denominar-se Vale Flor.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Meda passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Meda passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Meda passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Meda englobava 16 freguesias: Aveloso; Barreira; Carvalhal; Casteição; Coriscada; Fonte Longa; Longroiva; Marialva; Meda; Outeiro de Gatos; Pai Penela; Poço do Canto; Prova; Rabaçal; Ranhados; e Vale Flor.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Meda passou a englobar 11 freguesias: Aveloso; Barreira; Coriscada; Longroiva; Marialva; Poço do Canto; Rabaçal; Ranhados; União das Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa; União das Freguesias de Prova e Casteição; e União das Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Meda passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Medelim

Em meados da década de 1830, o concelho de Medelim englobava 1 freguesia — Medelim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Medelim passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Medelim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Medelim — integrada no concelho de Penamacor.

Meinedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Meinedo englobava 1 freguesia — Meinedo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Meinedo passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Meinedo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Meinedo — integrada no concelho de Penafiel.

Meixedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Meixedo englobava 1 freguesia — Meixedo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Meixedo passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Meixedo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Meixedo — integrada no concelho de Ervededo.

Melgaço

Em meados da década de 1830, o concelho de Melgaço englobava 8 freguesias, 2 — Santa Maria da Porta; e São Paio — com sede em Melgaço e 6 — Chaviães; Cristoval; Paços; Prado; Remoães; e Roussas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Melgaço passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Castro Laboreiro, sendo a freguesia que o compunha — Castro Laboreiro — integrada no concelho de Melgaço;

- foram transferidas para o concelho de Melgaço 3 freguesias — Fiães; Lamas de Mouro; e Paderne — do concelho de Valadares.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, foi restaurado o concelho de Castro Laboreiro, englobando 1 freguesia — Castro Laboreiro — separada do concelho de Melgaço.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Castro Laboreiro, sendo a freguesia que o compunha — Castro Laboreiro — integrada no concelho de Melgaço;

- foi extinto o concelho de Valadares, sendo 6 das freguesias que o compunham — Alvaredo; Couso; Cubalhão; Gave; Parada do Monte; e Penso — integradas no concelho de Melgaço.

Pelo Decreto-Lei n.º 274242 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Santa Maria de Melgaço passou a denominar-se Vila;

- o concelho de Melgaço passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Melgaço passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Melgaço passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Melgaço passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Melgaço englobava 18 freguesias: Alvaredo; Castro Laboreiro; Chaviães; Couso; Cristoval; Cubalhão; Fiães; Gave; Lamas de Mouro; Paços; Paderne; Parada do Monte; Penso; Prado; Remoães; Roussas; São Paio; e Vila.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Melgaço passou a englobar 13 freguesias: Alvaredo; Couso; Cristoval; Fiães; Gave; Paderne; Penso; São Paio; União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro; União das Freguesias de Chaviães e Paços; União das Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão; União das Freguesias de Prado e Remoães; e União das Freguesias de Vila e Roussas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Melgaço passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Melo

Em meados da década de 1830, o concelho de Melo englobava 1 freguesia — Melo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Melo passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Melo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Melo — integrada no concelho de Gouveia.

Melres

Em meados da década de 1830, o concelho de Melres englobava 2 freguesias, 1 com sede em Melres e 1 — Lomba — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Melres passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Melres foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lomba; e Melres — integradas no concelho de Gondomar.

Mértola

Em meados da década de 1830, o concelho de Mértola englobava 11 freguesias, 1 com sede em Mértola e 10 — Alcaria Ruiva; Corte do Pinto; Espírito Santo; Santa Ana de Cambas; São Bartolomeu de Via Glória; São João dos Caldeireiros; São Marcos da Ataboeira; São Miguel do Pinheiro; São Pedro de Solis; e São Sebastião dos Carros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mértola passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — São Pedro de Solis — do concelho de Mértola para o concelho de Almodôvar;

- foi transferida 1 freguesia — São Marcos da Ataboeira — do concelho de Mértola para o concelho de Castro Verde.

Por Decreto de 19 de maio de 1877, foi transferida para o concelho de Mértola 1 freguesia — São Pedro de Solis — do concelho de Almodôvar.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de São Bartolomeu de Via Glória foi integrada na freguesia de São Sebastião dos Carros;

- o concelho de Mértola passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mértola passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mértola passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mértola passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Mértola englobava 9 freguesias: Alcaria Ruiva; Corte do Pinto; Espírito Santo; Mértola; Santana de Cambas; São João dos Caldeireiros; São Miguel do Pinheiro; São Pedro de Solis; e São Sebastião dos Carros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mértola passou a englobar 7 freguesias: Alcaria Ruiva; Corte do Pinto; Espírito Santo; Mértola; Santana de Cambas; São João dos Caldeireiros; e União das Freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mértola passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Mesão Frio

Em meados da década de 1830, o concelho de Mesão Frio englobava 5 freguesias, 2 — Santa Cristina; e São Nicolau — com sede em Mesão Frio e 3 — Cidadelhe; Oliveira; e Vila Marim — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mesão Frio passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Mesão Frio 3 freguesias — Frende; Loivos da Ribeira; e Teixeira — do concelho de Baião;

- foi extinto o concelho de Barqueiros, sendo a freguesia que o compunha — Barqueiros — integrada no concelho de Mesão Frio;

- foi transferida para o concelho de Mesão Frio 1 freguesia — Vila Jusã — do concelho de Santa Marta de Penaguião;

- foi extinto o concelho de Teixeira, sendo a freguesia que o compunha — Teixeira — integrada no concelho de Mesão Frio.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram transferidas 4 freguesias — Frende; Loivos da Ribeira; Teixeira; e Teixeiró — do concelho de Mesão Frio para o concelho de Baião.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi transferida para o concelho de Mesão Frio 1 freguesia — Sedielos — do concelho de Peso da Régua.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — Sedielos — do concelho de Mesão Frio para o concelho de Peso da Régua.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mesão Frio passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mesão Frio passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mesão Frio passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mesão Frio passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Mesão Frio englobava 7 freguesias: Barqueiros; Cidadelhe; Mesão Frio (Santa Cristina); Mesão Frio (São Nicolau); Oliveira; Vila Jusã; e Vila Marim.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mesão Frio passou a englobar 5 freguesias: Barqueiros; Cidadelhe; Oliveira; Vila Marim; Mesão Frio (Santo André) (criado por fusão das freguesias de Mesão Frio (Santa Cristina), Mesão Frio (São Nicolau) e Vila Jusã.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mesão Frio passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Mesquitela

Em meados da década de 1830, o concelho de Mesquitela englobava 1 freguesia — Mesquitela.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mesquitela passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Mesquitela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Mesquitela — integrada no concelho de Linhares.

Messejana

Em meados da década de 1830, o concelho de Messejana englobava 2 freguesias, 1 com sede em Messejana e 1 — Conceição — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Messejana passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alvalade, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alvalade; e Ribeira do Roxo — integradas no concelho de Messejana;

- foi extinto o concelho de Casével, sendo a freguesia que o compunha — Casével — integrada no concelho de Messejana;

- foi extinto o concelho de Panoias, sendo a freguesia que o compunha — Panoias — integrada no concelho de Messejana;

- foi transferida para o concelho de Messejana 1 freguesia — Vale de São Tiago — do concelho de São Tiago de Cacém.

O concelho de Messejana foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 7 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Alvalade; Messejana; e Ribeira do Roxo — no concelho de Aljustrel;

- 1 — Casével — no concelho de Castro Verde;

- 1 — Vale de São Tiago — no concelho de Odemira;

- 2 — Conceição; e Panoias — no concelho de Ourique.

Mezio

Em meados da década de 1830, o concelho de Mezio englobava 1 freguesia — Mezio.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mezio passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Mezio foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Mezio — integrada no concelho de Castro Daire.

Midões

Em meados da década de 1830, o concelho de Midões englobava 2 freguesias, 1 com sede em Midões e 1 — Póvoa de Midões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Midões passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Candosa, sendo a freguesia que o compunha — Candosa — integrada no concelho de Midões;

- foi extinto o concelho de Lagos da Beira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Covas — integrada no concelho de Midões;

- foi extinto o concelho de Oliveirinha, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova de Oliveirinha — integrada no concelho de Midões;

- foi extinto o concelho de Percelada, sendo a freguesia que o compunha — Percelada — integrada no concelho de Midões.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, a freguesia de Percelada foi integrada na freguesia de Covas.

O concelho de Midões foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 5 freguesias que o compunham — Candosa; Covas; Midões; Póvoa de Midões; e Vila Nova de Oliveirinha — integradas no concelho de Tábua.

Mira

Em meados da década de 1830, o concelho de Mira englobava 1 freguesia — Mira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mira passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Mira 1 freguesia — Mamarrosa — do concelho de Cantanhede.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- o concelho de Mira foi transferido do distrito de Aveiro para o distrito de Coimbra;

- foi transferida para o concelho de Mira 1 freguesia — Covão do Lobo — do concelho de Vagos;

- foi transferida 1 freguesia — Mamarrosa — do concelho de Mira para o concelho de Oliveira do Bairro.

Entre 1855 e 1864, foi transferida 1 freguesia — Covão do Lobo — do concelho de Mira para o concelho de Vagos.

O concelho de Mira foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo a freguesia que o compunha — Mira — integrada no concelho de Cantanhede

O concelho de Mira foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 1 freguesia — Mira — separada do concelho de Cantanhede.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mira passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mira passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mira passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 56/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Seixo, separada da freguesia de Mira.

Pela Lei n.º 57/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Carapelhos, separada da freguesia de Mira.

Pela Lei n.º 66/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Praia de Mira, separada da freguesia de Mira.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mira passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

O concelho de Mira engloba hoje 4 freguesias: Carapelhos; Mira; Praia de Mira; e Seixo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Miranda — Miranda do Douro

Em meados da década de 1830, o concelho de Miranda, também denominado Miranda do Douro, englobava 25 freguesias, 1 com sede em Miranda do Douro e 24 — Águas Vivas; Aldeia Nova; Angueira; Avelanoso; Caçarelhos; Cércio; Cicouro; Constantim; Duas Igrejas; Especiosa; Fonte Aldeia; Freixiosa; Genísio; Ifanes; Malhadas; Palaçoulo; Paradela; Picote; Póvoa; Prado Gatão; São Martinho de Angueira; Sendim; Vila Chã de Braciosa; e Vilar Seco — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Miranda passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Algozo, sendo 3 das freguesias que o compunham — Fonte Ladrão; Granja de São Pedro; e São Pedro de Silva — integradas no concelho de Miranda do Douro.

- foram transferidas 2 freguesias — Angueira; e Avelanoso — do concelho de Miranda para o concelho de Outeiro;

- foram transferidas 4 freguesias — Caçarelhos; Especiosa; Genísio; e Vilar Seco — do concelho de Miranda para o concelho de Vimioso.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Águas Vivas foi integrada na freguesia de Palaçoulo;
- a freguesia de Aldeia Nova foi integrada na freguesia de Miranda;
- a freguesia de Cércio foi integrada na freguesia de Duas Igrejas;
- a freguesia de Constantim foi anexada à freguesia de Cicouro;
- a freguesia de Fonte Aldeia foi integrada na freguesia de Vila Chã de Braciosa;
- a freguesia de Fonte Ladrão foi integrada na freguesia de Silva;
- a freguesia de Freixiosa foi integrada na freguesia de Vila Chã de Braciosa;
- a freguesia de Granja de São Pedro foi integrada na freguesia de Silva;
- a freguesia de Prado Gatão foi integrada na freguesia de Palaçoulo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram transferidas para o concelho de Miranda 2 freguesias — Atenor e Teixeira; e Genísio — do concelho de Vimioso.

Pelo Decreto-Lei n.º 274242 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Constantim foi separada da freguesia de Cicouro;
- o concelho de Miranda do Douro passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Miranda do Douro passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Miranda do Douro passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Miranda do Douro passou a fazer parte da sub-região do Alto Trás-os-Montes.

Pela Lei n.º 18-H/2001 de 3 de julho, foi criada a freguesia de Águas Vivas, separada da freguesia de Palaçoulo.

No início de 2013, o concelho de Miranda do Douro englobava 17 freguesias: Águas Vivas; Atenor; Cicouro; Constantim; Duas Igrejas; Genísio; Ifanes; Malhadas; Miranda do Douro; Palaçoulo; Paradela; Picote; Póvoa; São Martinho de Angueira; Sendim; Silva; e Vila Chã de Braciosa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Miranda do Douro passou a englobar 13 freguesias: Duas Igrejas; Genísio; Malhadas; Miranda do Douro; Palaçoulo; Picote; Póvoa; São Martinho de Angueira; Vila Chã de Braciosa; União das Freguesias de Constantim e Cicouro; União das Freguesias de Ifanes e Paradela; União das Freguesias de Sendim e Atenor; e União das Freguesias de Silva e Águas Vivas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Miranda do Douro passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Miranda do Corvo

Em meados da década de 1830, o concelho de Miranda do Corvo englobava 3 freguesias, 1 com sede em Miranda do Corvo e 2 — Campelo; e Lamas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Miranda do Corvo passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — Rio Vide — do concelho da Lousã para o concelho de Miranda do Corvo;

- foi extinto o concelho de Semide, sendo a freguesia que o compunha — Semide — integrada no concelho de Miranda do Corvo;

- foi transferida 1 freguesia — Campelo — do concelho de Miranda do Corvo para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Semide, englobando 2 freguesias — Rio Vide; e Semide — separadas do concelho de Miranda do Corvo

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Semide, sendo as 2 freguesias que o compunham — Rio Vide; e Semide — integradas no concelho de Miranda do Corvo.

Por Decreto de 7 de novembro de 1907, foi criada a freguesia de Vila Nova, separada da freguesia de Miranda do Corvo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Miranda do Corvo passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Miranda do Corvo passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Miranda do Corvo passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Miranda do Corvo passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Miranda do Corvo englobava 5 freguesias: Lamas; Miranda do Corvo; Rio Vide; Semide; e Vila Nova.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Miranda do Corvo passou a englobar 4 freguesias: Lamas; Miranda do Corvo; Vila Nova; União das Freguesias de Semide e Rio Vide.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Miranda do Corvo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Mirandela

Em meados da década de 1830, o concelho de Mirandela englobava 25 freguesias, 1 com sede em Mirandela e 24 — Abambres; Ala; Alvites; Avantos; Brinço; Cabanelas; Caravelas; Carvalhais; Cedães; Cedaínhos; Chelas; Contins; Freixeda; Mascarenhas; Miradeses; Pousadas; Quintas; São Salvador; Vale de Lobo; Vale de Salgueiro; Vale de Telhas; Vila Nova; Vila Verde; e Vilar de Ledra — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mirandela passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Abreiro, sendo 2 das freguesias que o compunham — Abreiro; e Navalho — integradas no concelho de Mirandela;

- foi extinto o concelho de Frechas, sendo as 2 freguesias que o compunham — Frechas; e Vale de Sancha — integradas no concelho de Mirandela;

- foi extinto o concelho de Lamas de Orelhão sendo as 11 freguesias que o compunham — Avidagos; Barcel; Cobro; Eixes; Franco; Lamas de Orelhão; Marmelos; Passos; Sucções; Valverde da Gestosa; e Vila Boa — integradas no concelho de Mirandela;

- foram transferidas 2 freguesias — Caravelas; e Cedaínhos — do concelho de Mirandela para o concelho de Cortiços;

• foram transferidas 4 freguesias — Ala; Brinço; Quintas; e Vale de Telhas — do concelho de Mirandela para o concelho de Torre de Dona Chama.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Lamas de Orelhão englobando 13 freguesias — Abreiro; Avidagos; Barcel; Cobro; Eixes; Franco; Lamas de Orelhão; Marmelos; Navalho; Passos; Sucções; Valverde da Gestosa; e Vila Boa — separadas do concelho de Mirandela.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841:

- a freguesia de Contins foi integrada na freguesia de Carvalhais;
- a freguesia de Miradeses foi integrada na freguesia de Vale de Salgueiro;
- a freguesia de Pousadas foi integrada na freguesia de Avantos;
- a freguesia de Vale de Lobo foi integrada na freguesia de Cedães;
- a freguesia de Vila Nova foi integrada na freguesia de Carvalhais;
- a freguesia de Vilar de Ledra foi integrada na freguesia de Carvalhais;

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

• foi extinto o concelho de Cortiços, sendo 1 das freguesias que o compunham — Cedaínhos — integrada no concelho de Mirandela;

• foi extinto o concelho de Lamas de Orelhão, sendo as 11 freguesias que o compunham — Abreiro; Avidagos; Barcel; Cobro; Franco; Lamas de Orelhão; Marmelos; Navalho; Sucções; Vale Verde; e Vila Boa — integradas no concelho de Mirandela;

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

• foi transferida para o concelho de Mirandela 1 freguesia — Caravelas — do concelho de Macedo de Cavaleiros;

• foi extinto o concelho de Torre de Dona Chama, sendo 10 das freguesias que o compunham — Aguieiras; Bouça; Fradizela; Guide; Múrias; São Pedro Velho; Torre de Dona Chama; Vale de Gouvinha; Vale de Telhas; e Vilar de Ouro — integradas no concelho de Mirandela.

Entre 1855 e 1864, a freguesia de Vilar de Ouro foi integrada na freguesia de São Pedro Velho.

Por Decreto de 15 de novembro de 1871, foi transferida para o concelho de Mirandela 1 freguesia — Vale de Asnes — do concelho de Macedo de Cavaleiros.

Por Decreto de 23 de abril de 1884, foi transferida para o concelho de Mirandela 1 freguesia — Romeu — do concelho de Macedo de Cavaleiros.

Por Decreto de 4 de junho de 1886, a freguesia de Passos foi separada da freguesia de Sucções.

Pelo Decreto-Lei n.º 23031 de 7 de outubro de 1933, foi criada a freguesia de Pereira, separada da freguesia de Avidagos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Barcel foi integrada na freguesia de Cobro;
- a freguesia de Cedaínhos foi integrada na freguesia de Vale de Asnes;
- a freguesia de Chelas foi integrada na freguesia de Cabanelas;
- a freguesia de Guide foi integrada na freguesia de Avidagos;
- a freguesia de Vale de Sancha foi integrada na freguesia de Frechas;

- a freguesia de Vila Boa foi integrada na freguesia de Franco;
- o concelho de Mirandela passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37467 de 5 de julho de 1949, a freguesia de Barcel foi separada da freguesia de Cobro.

Pelo Decreto-Lei n.º 41081 de 22 de abril de 1957, a freguesia de Vila Boa foi separada da freguesia de Franco.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mirandela passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mirandela passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mirandela passou a fazer parte da sub-região do Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Mirandela englobava 37 freguesias: Abambres; Abreiro; Agueiras; Alvites; Avantos; Avidagos; Barcel; Bouça; Cabanelas; Caravelas; Carvalhais; Cedães; Cobro; Fradizela; Franco; Frechas; Freixeda; Lamas de Orelhão; Marmelos; Mascarenhas; Mirandela; Múrias; Navalho; Passos; Pereira; Romeu; São Pedro Velho; São Salvador; Sucções; Torre de Dona Chama; Vale de Asnes; Vale de Gouvinhas; Vale de Salgueiro; Vale de Telhas; Valverde da Gestosa; Vila Boa; e Vila Verde.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mirandela passou a englobar 30 freguesias: Abambres; Abreiro; Agueiras; Alvites; Bouça; Cabanelas; Caravelas; Carvalhais; Cedães; Cobro; Fradizela; Frechas; Lamas de Orelhão; Mascarenhas; Mirandela; Múrias; Passos; São Pedro Velho; São Salvador; Sucções; Torre de Dona Chama; Vale de Asnes; Vale de Gouvinhas; Vale de Salgueiro; Vale de Telhas; União das Freguesias de Avantos e Romeu; União das Freguesias de Franco e Vila Boa; União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira; União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde; e União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mirandela passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Moção

Em meados da década de 1830, o concelho de Moção, com sede em Pinheiro, englobava 3 freguesias, das quais 1 com sede em Pinheiro e 2 — Moura Morta; e Picão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Moção passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Moção foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Moura Morta; Picão; e Pinheiro — integradas no concelho de Castro Daire.

Mões

Em meados da década de 1830, o concelho de Mões englobava 2 freguesias, 1 com sede em Mões e 1 — Moledo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mões passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alva sendo 2 das freguesias que o compunham — Alva; e Mamouros — integradas no concelho de Mões;

- foi extinto o concelho de Ribolhos, sendo a freguesia que o compunha — Ribolhos — integrada no concelho de Mões;

- foram transferidas para o concelho de Mões 2 freguesias — Calde; e Cota — do concelho de Viseu.

Por Lei de 28 de abril de 1837, foi transferida 1 freguesia — Calde — do concelho de Mões para o concelho de Viseu.

O concelho de Mões foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Alva; Mamouros; Mões; Moledo; e Ribolhos — no concelho de Castro Daire;

- 1 — Cota — no concelho de Viseu.

Mogadouro

Em meados da década de 1830, o concelho de Mogadouro englobava 19 freguesias, 1 com sede em Mogadouro e 18 — Bruçó; Brunhoso; Castelo Branco; Estevais; Figueira; Lagoaça; Meirinhos; Paradela; Remondes; Soutelo; Vale da Madre; Vale de Porco; Valverde; Ventozelo; Vila de Ala; Vila dos Sinos; Vilar de Rei; e Vilarinho dos Galegos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mogadouro passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Algozo sendo 4 das freguesias que o compunham — Figueirinha; Travanca; Urrós; e Valcerto — integradas no concelho de Mogadouro;

- foi extinto o concelho de Azinhoso, sendo a freguesia que o compunha — Azinhoso — integrada no concelho de Mogadouro;

- foi extinto o concelho de Bemposta, sendo as 5 freguesias que o compunham — Algosinho; Bemposta; Brunhozinho; Peredo da Bemposta; e Tó — integradas no concelho de Mogadouro;

- foi extinto o concelho de Penas Roias, sendo as 10 freguesias que o compunham — Castanheira; Macedo do Peso; Penas Roias; Peso; Sanhoane; São Martinho do Peso; Sampaio; Variz; Viduedo; e Vilariça — integradas no concelho de Mogadouro.

- foi transferida 1 freguesia — Lagoaça — do concelho de Mogadouro para o concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Algosinho foi integrada na freguesia de Peredo da Bemposta;
- a freguesia de Figueirinha foi integrada na freguesia de Travanca;
- a freguesia de Peso foi integrada na freguesia de São Martinho do Peso;
- a freguesia de Valcerto foi integrada na freguesia de São Martinho do Peso;
- a freguesia de Viduedo foi integrada na freguesia de Azinhoso.
- a freguesia de Vilariça foi integrada na freguesia de Penas Roias.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Mogadouro 1 freguesia — Castro Vicente — do concelho de Alfândega da Fé;

- foi transferida para o concelho de Mogadouro 1 freguesia — Saldanha — do concelho de Vimioso.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto o concelho de Alfândega da Fé, sendo 3 das freguesias que o compunham — Parada; Sendim da Ribeira; e Vilar Chão — integradas no concelho de Mogadouro.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Alfândega da Fé, englobando 3 freguesias — Parada; Sendim da Ribeira; e Vilar Chão — separadas do concelho de Mogadouro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Estevais foi integrada na freguesia de Castelo Branco;
- a freguesia de Figueira foi integrada na freguesia de Mogadouro;
- a freguesia de Macedo do Peso foi integrada na freguesia de São Martinho do Peso;
- a freguesia de Sampaio foi integrada na freguesia de Azinhoso;
- a freguesia de Variz foi integrada na freguesia de Penas Roias;
- a freguesia de Vila dos Sinos foi integrada na freguesia de Vilarinho dos Galegos;
- o concelho de Mogadouro passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mogadouro passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mogadouro passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mogadouro passou a fazer parte da sub-região do Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Mogadouro englobava 28 freguesias: Azinhoso; Bemposta; Bruçó; Brunhoso; Brunhozinho; Castanheira; Castelo Branco; Castro Vicente; Meirinhos; Mogadouro; Paradela; Penas Roias; Peredo da Bemposta; Remondes; Saldanha; Sanhoane; São Martinho do

Peso; Soutelo; Tó; Travanca; Urrós; Vale da Madre; Vale de Porco; Valverde; Ventozelo; Vila de Ala; Vilar de Rei; e Vilarinho dos Galegos.

Pela Lei n.º 11-A/ 2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mogadouro passou a englobar 21 freguesias: Azinhoso; Bemposta; Bruçó; Brunhoso; Castelo Branco; Castro Vicente; Meirinhos; Paradela; Penas Roias; Peredo da Bemposta; Saldanha; São Martinho do Peso; Tó; Travanca; Urrós; Vale da Madre; Vila de Ala; União das Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei; União das Freguesias de Remondes e Soutelo; União das Freguesias de Brunhozinho, Castanheira e Sanhoane; e União das Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mogadouro passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Mogofores

Em meados da década de 1830, o concelho de Mogofores englobava 1 freguesia — Mogofores.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mogofores passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Mogofores foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Mogofores — integrada no concelho da Anadia.

Moimenta da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Moimenta da Beira englobava 4 freguesias, 1 com sede em Moimenta da Beira e 3 — Baldos; Cabaços; e Paradinha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Moimenta da Beira passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Arcos sendo a freguesia que o compunha — Arcos — integrada no concelho de Moimenta da Beira;

- foi transferida para o concelho de Moimenta da Beira 1 freguesia — Segões — do concelho de Caria;

- foi extinto o concelho de Castelo, sendo a freguesia que o compunha — Castelo — integrada no concelho de Moimenta da Beira;

- foi transferida para o concelho de Moimenta da Beira 1 freguesia — Vilar — do concelho de Fonte Arcada;

- foi extinto o concelho de Nagosa, sendo a freguesia que o compunha — Nagosa — integrada no concelho de Moimenta da Beira.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foram transferidas para o concelho de Moimenta da Beira 2 freguesias — Aldeia de Nacomba; e Arcozelos — do concelho de Caria e Rua;

- foram transferidas para o concelho de Moimenta da Beira 3 freguesias — Ariz; Pera Velha; e Peva — do concelho de Leomil.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Leomil sendo as 5 freguesias que o compunham — Alvite; Leomil; Passô; Sarzedo; e Sever — integradas no concelho de Moimenta da Beira.

Por Decreto de 10 de fevereiro de 1872, foi transferida 1 freguesia — Arcos — do concelho de Moimenta da Beira para o concelho de Tabuaço.

Por Decreto de 21 de maio de 1896, foram transferidas para o concelho de Moimenta da Beira 2 freguesias — Caria; e Rua — do concelho de Sernancelhe.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Moimenta da Beira passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Moimenta da Beira passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Moimenta da Beira passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Moimenta da Beira passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Moimenta da Beira englobava 20 freguesias: Aldeia de Nacomba; Alvite; Arcozelos; Ariz; Baldos; Cabaços; Caria; Castelo; Leomil; Moimenta da Beira; Nagosa; Paradinha; Passô; Pêra Velha; Peva; Rua; Sarzedo; Segões; Sever; e Vilar.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho de Moimenta da Beira passou a englobar 16 freguesias: Alvite; Arcozelos; Baldos; Cabaços; Caria; Castelo; Leomil; Moimenta da Beira; Passô; Rua; Sarzedo; Sever; Vilar; União das Freguesias de Paradinha e Nagosa; União das Freguesias de Pêra Velha, Aldeia de Nacomba e Ariz; e União das Freguesias de Peva e Segões.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Moimenta da Beira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Moita — Moita do Ribatejo

Em meados da década de 1830, o concelho da Moita, também denominado Moita do Ribatejo, englobava 2 freguesias, 1 com sede na Moita e 1 — Palhais — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Moita passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho da Moita foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunha — Moita; e Palhais — integradas no concelho de Alhos Vedros.

O concelho da Moita foi restaurado por Lei de 28 de abril de 1837, por transferência para a Moita da sede do concelho de Alhos Vedros, o qual englobava 4 freguesias — Alhos Vedros; Coina; Moita; e Palhais.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho de Alhos Vedros, englobando 3 freguesias — Alhos Vedros; Coina; e Palhais — separadas do concelho da Moita.

O concelho da Moita foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — Moita — integrada no concelho do Barreiro.

O concelho da Moita foi restaurado por Lei de 18 de setembro de 1861, englobando 2 freguesias — Alhos Vedros; e Moita — separadas do concelho do Barreiro.

O concelho da Moita foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Moita — no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo;
- 1 — Alhos Vedros — no concelho do Barreiro.

O concelho da Moita foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 2 freguesias separadas:

- 1 — Moita — do concelho de Aldeia Galega do Ribatejo;
- 1 — Alhos Vedros — do concelho do Barreiro.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho da Moita passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Moita passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 47513 de 26 de janeiro de 1967, foi criada a freguesia da Baixa da Banheira, separada da freguesia de Alhos Vedros.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Moita passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Moita passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 65/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Sarilhos Pequenos, separada da freguesia de Moita.

Pela Lei n.º 49/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Gaio-Rosário, separada da freguesia de Moita.

Pela Lei n.º 59/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Vale da Amoreira, separada da freguesia da Baixa da Banheira.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Moita passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho da Moita englobava 6 freguesias: Alhos Vedros; Baixa da Banheira; Gaio-Rosário; Moita; Sarilhos Pequenos; e Vale da Amoreira.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho da Moita passou a englobar 4 freguesias: Alhos Vedros; Moita; União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira; e União das Freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho da Moita passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Monção

Em meados da década de 1830, o concelho de Monção englobava 23 freguesias, 1 com sede em Monção e 22 — Abedim; Anhões; Barbeita; Barroças e Talias; Bela; Cambeses; Lapela; Lara; Longos Vales; Lordelo; Luzio; Mazedo; Merufe; Moreira; Parada; Pias; Pinheiros; Portela; Sago; Troporiz; Troviscoso; e Trute — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Monção passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Valadares, sendo 9 das freguesias que o compunham — Badim; Ceivães; Messegães; Podame; Riba de Mouro; Sá; Segude; Tangil; e Valadares — integradas no concelho de Monção.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Monção passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Monção passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Monção passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Monção passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

Pela Lei n.º 37/89 de 24 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Cortes, separada da freguesia de Mazedo.

No início de 2013, o concelho de Monção englobava 33 freguesias: Abedim; Anhões; Badim; Barbeita; Barroças e Talias; Bela; Cambeses; Ceivães; Cortes; Lapela; Lara; Longos Vales; Lordelo; Luzio; Mazedo; Merufe; Messegães; Monção; Moreira; Parada; Pias; Pinheiros; Podame; Portela; Riba de Mouro; Sá; Sago; Segude; Tangil; Troporiz; Troviscoso; Trute; e Valadares.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho de Monção passou a englobar 24 freguesias: Abedim; Barbeita; Barroças e Talias; Bela; Cambeses; Lara; Longos Vales; Merufe; Moreira; Pias; Pinheiros; Podame; Portela; Riba de Mouro; Segude; Tangil; Trute; União das Freguesias de Anhões e Luzio; União das Freguesias de Ceivães e Badim; União das Freguesias de Mazedo e Cortes; União das Freguesias de Messegães, Valadares e Sá; União das Freguesias de Monção e Troviscoso; União das Freguesias de Sago, Lordelo e Parada; e União das Freguesias de Troporiz e Lapela.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Monção passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Monchique

Em meados da década de 1830, o concelho de Monchique englobava 4 freguesias, 1 com sede em Monchique e 3 — Alferce; Marmeleite; e Mexilhoeira Grande — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Monchique passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aljezur, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aljezur; e Odeceixe — integradas no concelho de Monchique;
- foi transferida 1 freguesia — Mexilhoeira Grande — do concelho de Monchique para o concelho de Vila Nova de Portimão.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Aljezur, englobando 2 freguesias — Aljezur; e Odeceixe — separadas do concelho de Monchique.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Monchique passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Monchique passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Monchique passou a fazer parte da região do Algarve.

O concelho de Monchique engloba hoje 3 freguesias: Alferce; Marmeleite; e Monchique.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Monchique passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Moncorvo

Ver Torre de Moncorvo.

Mondim da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Mondim da Beira englobava 3 freguesias, 1 com sede em Mondim da Beira e 2 — Almofala; e Burgo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mondim da Beira passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — Cimbres — do concelho de Tarouca para o concelho de Mondim da Beira;

- foi extinto o concelho de Ucanha sendo as 4 freguesias que a compunham — Granja Nova; Salzedas; Ucanha; e Vila Chã de Cangueiros — integradas no concelho de Mondim da Beira.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841, a freguesia de Burgo passou a denominar-se São João de Tarouca.

O concelho de Mondim da Beira foi extinto por Decreto de 26 de junho de 1896, sendo as 8 freguesias que o compunham — Almofala; Cimbres; Granja Nova; Mondim da Beira; Salzedas; São João de Tarouca; Ucanha; e Vila Chã de Cangueiros — integradas no concelho de Armamar.

Mondim de Basto

Em meados da década de 1830, o concelho de Mondim de Basto englobava 3 freguesias, 1 com sede em Mondim de Basto e 2 — Paradaça; e Vilar de Ferreiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mondim de Basto passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Atei, sendo a freguesia que o compunha — Atei — integrada no concelho de Mondim de Basto.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Ermelo sendo 5 das freguesias que o compunham — Bilhó; Camponhó; Ermelo; Lamas de Olo; e Pardelhas — integradas no concelho de Mondim de Basto.

O concelho de Mondim de Basto foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 8 — Atei; Bilhó; Campanhó; Ermelo; Mondim de Basto; Paradaça; Pardelhas; e Vilar de Ferreiros — no concelho de Celorico de Basto;

- 1 — Lamas de Olo — no concelho de Vila Real.

O concelho de Mondim de Basto foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 8 freguesias — Atei; Bilhó; Campanhó; Ermelo; Mondim de Basto; Paradaça; Pardelhas; e Vilar de Ferreiros — separadas do concelho de Celorico de Basto.

Pelo Decreto n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mondim de Basto passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mondim de Basto passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mondim de Basto passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mondim de Basto passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Mondim de Basto englobava 8 freguesias: Atei; Bilhó; Campanhó; Ermelo; Mondim de Basto; Paradaça; Pardelhas; e Vilar de Ferreiros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mondim de Basto passou a englobar 6 freguesias: Atei; Bilhó; Mondim de Basto; Vilar de Ferreiros; União das Freguesias de Campanhó e Paradança (com alteração dos limites territoriais); e União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas (com alteração dos limites territoriais).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Mondim de Basto passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Monforte

Em meados da década de 1830, o concelho de Monforte englobava 8 freguesias, 3 — Graça; Madalena; e São Pedro — com sede em Monforte e 5 — Algalé; Prazeres; Rei Salvador; Santo Aleixo; e Vaiamonte — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Monforte passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Assumar, sendo a freguesia que o compunha — Assumar — integrada no concelho de Monforte;

- foi transferida 1 freguesia — Santo Aleixo — do concelho de Monforte para o concelho de Veiros.

Por Decreto de 27 de outubro de 1841:

- as freguesias de Madalena e de São Pedro foram integradas na freguesia da Graça de Monforte;

- a freguesia de Rei Salvador foi integrada na freguesia de Monforte.

Por Decreto de 3 de abril de 1871, foi transferida para o concelho de Monforte 1 freguesia — Santo Aleixo — do concelho de Fronteira.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1872, foram transferidas para o concelho de Monforte 2 freguesias — Almuro; e Veiros — do concelho de Fronteira.

Por Lei de 12 de maio de 1892, foi transferida 1 freguesia — Assumar — do concelho de Monforte para o concelho de Arronches.

O concelho de Monforte foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 7 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Algalé; Monforte; e Prazeres — no concelho de Arronches;

- 1 — Veiros — no concelho de Estremoz;

- 3 — Almuro; Santo Aleixo; e Vaiamonte — no concelho de Fronteira.

O concelho de Monforte foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 7 freguesias separadas:

- 3 — Algalé; Monforte; e Prazeres — do concelho de Arronches;

- 1 — Santo Aleixo — do concelho de Estremoz;

- 3 — Almuro; Assumar; e Vaiamonte — do concelho de Fronteira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- as freguesias de Algalé, Almuro e Prazeres foram integradas na freguesia de Monforte;
- o concelho de Monforte passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Monforte passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Monforte passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Monforte passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

O concelho de Monforte engloba hoje 4 freguesias: Assumar; Monforte; Santo Aleixo; e Viamonte.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Monforte passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Monforte de Rio Livre

Em meados da década de 1830, o concelho de Monforte de Rio Livre, com sede em Lebução, englobava 30 freguesias, 1 com sede em Lebução e 29 — Águas Frias; Agueiras; Alvarelos; Avelelas; Barreiros; Bobadela; Bouça; Bouçoães; Casas de Monforte; Cimo de Vila da Castanheira; Curral de Vacas; Fiães; Fornos do Pinhal; Lama de Ouriço; Mairós; Nozelos; Oucidres – Santa Maria; Oucidres – Santo André; Parada; Paradela; Roriz; Sanfins; Santa Valha; São Vicente; Sonim; Tinhela; Travancas; Tronco; e Vilartão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Monforte de Rio Livre passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Vilar Seco de Lomba, sendo 1 das freguesias que o compunham — Segirei — integrada no concelho de Monforte de Rio Livre;

- foi transferida 1 freguesia — Curral de Vacas — do concelho de Monforte de Rio Livre para o concelho de Chaves;

- foram transferidas 2 freguesias — Agueiras; e Bouça — do concelho de Monforte de Rio Livre para o concelho de Torre de Dona Chama;

- foi transferida 1 freguesia — Fornos do Pinhal — do concelho de Monforte de Rio Livre para o concelho de Valpaços, então criado.

Entre 1836 e 1841, foi transferida para o concelho de Monforte de Rio Livre e anexada à freguesia de Lebução 1 freguesia — Curral de Vacas — do concelho de Chaves.

Por Decreto de 20 de outubro de 1841:

- a freguesia de Lama de Ouriço foi anexada à freguesia de Alvarelos;

- a freguesia de Santa Maria de Oucidres foi integrada na freguesia de Santo André de Oucidres;

- a freguesia de Parada foi anexada à freguesia de Sanfins;

- a freguesia de Paradela foi anexada à freguesia de Mairós;
- a freguesia de Roriz foi anexada à freguesia de Castanheira;
- a freguesia de Segirei foi anexada à freguesia de São Vicente;
- a freguesia de Vilartão foi anexada à freguesia de Bouçoães.

Entre 1841 e 1853, a freguesia de Fiães foi anexada à freguesia de Tronco.

O concelho de Monforte de Rio Livre foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 19 freguesias que o compunham integradas:

- 10 — Águas Frias; Avelelas; Bobadela; Casas de Monforte; Castanheira e Roriz; Mairós e Paradela; Oucidres; Sanfins e Parada; Travancas; e Tronco e Fiães — no concelho de Chaves;
- 9 — Alvarelhos e Lama de Ouriço; Barreiros; Bouçoães; Lebução; Nozelos; Santa Valha; São Vicente e Segirei; Sonim; e Tinhela — no concelho de Valpaços.

Monsanto

Em meados da década de 1830, o concelho de Monsanto englobava 4 freguesias, 1 com sede em Monsanto e 3 — Aldeia de João Pires; Salvador; e Toulões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Monsanto passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Monsanto foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Aldeia de João Pires; Aldeia do Salvador; e Monsanto — no concelho de Penamacor;
- 1 — Toulões — no concelho de Salvaterra do Extremo.

O concelho de Monsanto foi restaurado por Lei de 27 de setembro de 1837, englobando 6 freguesias — Aldeia de João Pires; Aldeia do Salvador; Bemposta; Medelim; Monsanto; e Penha Garcia — separadas do concelho de Penamacor.

O concelho de Monsanto foi extinto por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Medelim; e Monsanto — no concelho de Idanha-a-Nova;
- 3 — Aldeia de João Pires; Aldeia do Salvador; e Bemposta — no concelho de Penamacor;
- 1 — Penha Garcia — no concelho de Salvaterra do Extremo.

Monsaraz

Em meados da década de 1830, o concelho de Monsaraz englobava 7 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Tiago — com sede em Monsaraz e 5 — Campo; Caridade; Corval; Reguengos de Monsaraz; e Vidigueiras — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Monsaraz passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Lei de 17 de abril de 1838, a sede do concelho de Monsaraz foi transferida para Reguengos de Monsaraz.

Por Decreto de 6 de julho de 1843, a sede do concelho de Reguengos de Monsaraz foi transferida para Monsaraz.

Por Decreto de 17 de junho de 1847, a sede do concelho de Monsaraz foi transferida para Reguengos de Monsaraz.

Montalegre

Em meados da década de 1830, o concelho de Montalegre englobava 42 freguesias, 1 com sede em Montalegre e 41 — Alturas do Barroso; Beça; Bobadela; Cabril; Cambeses do Rio; Canedo; Cerdedo; Cervos; Chã; Codessoso; Contim; Covas do Barroso; Covelães; Covelo do Gerês; Curros; Donões; Eiró; Ferral; Fervidelas; Fiães do Rio; Granja; Meixide; Morgade; Mourilhe; Negrões; Outeiro; Paradela; Paredes do Rio; Pinho; Pitões das Júnias; Pondras; Reigoso; Salto; Sapiãos; Sarraquinhos; Sezelhe; Venda Nova; Viade de Baixo; Vila da Ponte; Vilaça; e Vilar de Porro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montalegre passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Gralhas, sendo a freguesia que a compunha — Gralhas — integrada no concelho de Montalegre;

- foi extinto o concelho de Padornelos, sendo a freguesia que a compunha — Padornelos — integrada no concelho de Montalegre;

- foi extinto o concelho de Padroso, sendo a freguesia que a compunha — Padroso — integrada no concelho de Montalegre;

- foi extinto o concelho de Tourém, sendo a freguesia que a compunha — Tourém — integrada no concelho de Montalegre;

- foi criado o concelho de Boticas, englobando 14 freguesias — Alturas do Barroso; Beça; Bobadela; Canedo; Cerdedo; Cervos; Codessoso; Covas do Barroso; Curros; Eiró; Granja; Pinho; Sapiãos; e Vilar de Porro — separadas do concelho de Montalegre.

- foram transferidas 8 freguesias — Cabril; Covelo do Gerês; Ferral; Pondras; Reigoso; Salto; Venda Nova; e Vila da Ponte — do concelho de Montalegre para ao concelho de Ruivães.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de Montalegre 1 freguesia — Cervos — do concelho de Boticas.

Entre 1841 e 1849 a freguesia de Vilaça foi integrada na freguesia de Contim.

Entre 1849 e 1864, a freguesia de Paredes do Rio foi integrada na freguesia de Covelães.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Ervededo, sendo 5 das freguesias que o compunham — Meixedo; Solveira; Soutelinho da Raia; Santo André de Vilar de Perdizes; e São Miguel de Vilar de Perdizes — integradas no concelho de Montalegre;

- foi extinto o concelho de Ruivães sendo 8 das freguesias que o compunham — Cabril; Covelo do Gerês; Ferral; Pondras; Reigoso; Salto; Venda Nova; e Vila da Ponte — integradas no concelho de Montalegre.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Soutelinho da Raia — do concelho de Montalegre para o concelho de Chaves.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Montalegre passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Montalegre passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Montalegre passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Montalegre passou a fazer parte da sub-região do Alto Trás-os-Montes.

Pela Lei n.º 17-L/93 de 11 de junho de 1993, a freguesia de Vilar de Perdizes (Santo André) passou a denominar-se Santo André.

No início de 2013, o concelho de Montalegre englobava 35 freguesias: Cabril; Cambeses do Rio; Cervos; Chã; Contim; Covelães; Covelo do Gerês; Donões; Ferral; Fervidelas; Fiães do Rio; Gralhas; Meixedo; Meixide; Montalegre; Morgade; Mourilhe; Negrões; Outeiro; Padornelos; Padroso; Paradela; Pitões das Júnias; Pondras; Reigoso; Salto; Santo André; Sarraquinhos; Sezelhe; Solveira; Tourém; Venda Nova; Viade de Baixo; Vila da Ponte; e Vilar de Perdizes (São Miguel).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Montalegre passou a englobar 25 freguesias: Cabril; Cervos; Chã; Covelo do Gerês; Ferral; Gralhas; Morgade; Negrões; Outeiro; Pitões das Júnias; Reigoso; Salto; Santo André; Sarraquinhos; Solveira; Tourém; Vila da Ponte; União das Freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe; União das Freguesias de Montalegre e Padroso; União das Freguesias de Meixedo e Padornelos; União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães; União das Freguesias de Sezelhe e Covelães; União das Freguesias de Venda Nova e Pondras; União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas; e União das Freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Montalegre passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Montalvão

Em meados da década de 1830, o concelho de Montalvão englobava 1 freguesia — Montalvão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montalvão passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Montalvão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Montalvão — integrada no concelho de Nisa.

Montargil

Em meados da década de 1830, o concelho de Montargil englobava 1 freguesia — Montargil.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montargil passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Montargil foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Montargil — integrada no concelho de Coruche.

O concelho de Montargil foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 1 freguesia — Montargil — separada do concelho de Coruche.

O concelho de Montargil foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — Montargil — integrada no concelho de Avis.

Monte Real

Em meados da década de 1830, o concelho de Monte Real englobava 1 freguesia — Monte Real.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Monte Real passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Monte Real foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Monte Real — integrada no concelho da Marinha Grande.

Montelongo

Em meados da década de 1830, o concelho de Montelongo, com sede em Fafe, englobava 11 freguesias, 1 com sede em Fafe e 10 — Antime; Armil; Estorãos; Fornelos; Medelo; Quinchães; Revelhe; Ribeiros; São Gens; e Vinhós — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montelongo, a partir de então denominado Fafe, passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Montemor-o-Novo

Em meados da década de 1830, o concelho de Montemor-o-Novo englobava 15 freguesias, 3 — Castelo; Matriz; e Vila — com sede em Montemor-o-Novo e 12 — Represa; Safira; Santa Sofia; Santiago do Escoural; Santo Aleixo; São Brissos; São Cristóvão; São Gens; São Geraldo; São Mateus; São Romão; e Vendas Novas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montemor-o-Novo passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cabrela, sendo as 2 freguesias que o compunham — Cabrela; e Landeira — integradas no concelho de Montemor-o-Novo;

- foi extinto o concelho de Canha, sendo a freguesia que o compunha — Canha — integrada no concelho de Montemor-o-Novo;

- foi extinto o concelho de Lavre, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lavre; e São Lourenço — integradas no concelho de Montemor-o-Novo.

Por Lei de 2 de janeiro de 1838, foi restaurado o concelho de Canha, englobando 5 freguesias — Cabrela; Canha; Landeira; Lavre; e São Lourenço — separadas do concelho de Montemor-o-Novo.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi extinto o concelho de Canha sendo 4 das freguesias que o compunham — Cabrela; Landeira; Lavre; e São Lourenço — integradas no concelho de Montemor-o-Novo.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Montemor-o-Novo – Vila foi integrada na freguesia de Montemor-o-Novo – Castelo;

- a freguesia de São Lourenço foi integrada na freguesia de Lavre.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Mora, sendo as 4 freguesias que o compunham — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — integradas no concelho de Montemor-o-Novo.

Por Lei de 17 de setembro de 1861, foi restaurado o concelho de Mora, englobando 4 freguesias — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — separadas do concelho de Montemor-o-Novo.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foram transferidas para o concelho de Montemor-o-Novo 2 freguesias — Boa Fé; e Giesteira — do concelho de Évora;

- foram transferidas 2 freguesias — Cabrela; e Landeira — do concelho de Montemor-o-Novo para o concelho de Alcácer do Sal.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foram transferidas para o concelho de Montemor-o-Novo 2 freguesias — Cabrela; e Landeira — do concelho de Alcácer do Sal;

- foram transferidas 2 freguesias — Boa Fé; e Giesteira — do concelho de Montemor-o-Novo para o concelho de Évora.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia do Castelo passou a denominar-se Nossa Senhora da Vila;

- a freguesia da Matriz passou a denominar-se Nossa Senhora do Bispo;

- as freguesias de Represa, de Santa Sofia e de São Mateus foram integradas na freguesia do Nossa Senhora da Vila;

- as freguesias de São Gens e de São Geraldo foram integradas na freguesia do Nossa Senhora do Bispo;

- as freguesias de Landeira, de Safira e de Santo Aleixo foram integradas na freguesia de Cabrela;

- a freguesia de São Brissos foi integrada na freguesia de São Romão;

- a freguesia de São Cristóvão foi integrada na freguesia de Santiago do Escoural;

- o concelho de Montemor-o-Novo passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 35927 de 1 de novembro de 1946:

- a freguesia de São Cristóvão foi separada da freguesia de Santiago do Escoural;

- a freguesia de São Romão foi integrada na freguesia de São Cristóvão.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44557 de 7 de setembro de 1962, foi criado o concelho de Vendas Novas englobando 1 freguesia — Vendas Novas — separada do concelho de Montemor-o-Novo. Pelo mesmo Decreto-Lei n.º 44557 de 7 de setembro de 1962, o território da antiga freguesia e concelho de Landeira foi transferido da freguesia de Cabreira do concelho de Montemor-o-Novo para a freguesia e para o concelho de Vendas Novas.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Montemor-o-Novo passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Montemor-o-Novo passou a fazer parte da região de Alentejo.

Pela Lei n.º 52/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Ciborro, separada da freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Pela Lei n.º 63/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Cortiçadas de Lavre, separada da freguesia de Lavre.

Pela Lei n.º 64/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Silveiras, separada das freguesias de Cabrela e de Nossa Senhora do Bispo.

Pela Lei n.º 65/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Foros de Vale Figueira, separada das freguesias de Cabrela e de Nossa Senhora do Bispo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Montemor-o-Novo passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

No início de 2013, o concelho do Montemor-o-Novo englobava 10 freguesias: Cabrela; Ciborro; Cortiçadas de Lavre; Foros de Vale Figueira; Lavre; Nossa Senhora do Bispo; Nossa Senhora da Vila; Santiago do Escoural; São Cristóvão; e Silveiras.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Montemor-o-Novo passou a englobar 7 freguesias: Cabrela; Ciborro; Foros de Vale Figueira; Santiago do Escoural; São Cristóvão; União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre; e União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Montemor-o-Novo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Montemor-o-Velho

Em meados da década de 1830, o concelho de Montemor-o-Velho englobava 13 freguesias, 5 — Alcáçova; Madalena; Salvador; São Martinho; e São Miguel — com sede em *Montemor-o-Velho* e 8 — Alfarelos; Brunhós; Carapinheira; Figueiró do Campo; Gesteira; Granja do Ulmeiro; Liceia; e Vila Nova da Barca — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montemor-o-Velho passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Seixo de Gatões, sendo as 2 freguesias que o compunham — Gatões; e Seixo de Gatões — integrada no concelho de Montemor-o-Velho;
- foram transferidas 3 freguesias — Brunhós; Gesteira; e Vila Nova da Barca — do concelho de Montemor-o-Velho para o concelho de Abrunheira;
- foi transferida 1 freguesia — Liceia — do concelho de Montemor-o-Velho para o concelho de Cadima;
- foram transferidas 3 freguesias — Alfarelos; Figueiró do Campo; e Granja do Ulmeiro — do concelho de Montemor-o-Velho para o concelho de Santo Varão.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, as freguesias de Madalena, de Salvador e de São Miguel de Montemor-o-Velho foram integradas na freguesia de São Martinho de Montemor-o-Velho.

Por Decreto de 27 de julho de 1853, foi extinto o concelho de Santo Varão, sendo 4 das freguesias que o compunham — Alfarelos; Granja do Ulmeiro; Pereira; e Santo Varão — integradas no concelho de Montemor-o-Velho.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Cadima sendo 2 das freguesias que o compunham — Arazede; e Liceia — integradas no concelho de Montemor-o-Velho;
- foi extinto o concelho de Tentúgal, sendo 2 das freguesias que o compunham — Meãs; e Tentúgal — integradas no concelho de Montemor-o-Velho;
- foi extinto o concelho de Verride, sendo 3 das freguesias que o compunham — Reveles; Verride; e Vila Nova da Barca — integradas no concelho de Montemor-o-Velho;
- foram transferidas 2 freguesias — Alfarelos; e Granja do Ulmeiro — do concelho de Montemor-o-Velho para o concelho de Soure.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Alcáçova foi integrada na freguesia de São Martinho, a qual passou a denominar-se Montemor-o-Velho.

Pelo Decreto n.º 15133 de 5 de março de 1928, a sede da freguesia de Reveles foi transferida para a Abrunheira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Montemor-o-Velho passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Montemor-o-Velho passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Montemor-o-Velho passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 67/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Ereira, separada da freguesia de Verride.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Montemor-o-Velho passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

No início de 2013, o concelho do Montemor-o-Velho englobava 14 freguesias: Abrunheira; Arazede; Carapinheira; Ereira; Gatões; Liceia; Meãs do Campo; Montemor-o-Velho; Pereira; Santo Varão; Seixo de Gatões; Tentúgal; Verride; e Vila Nova da Barca.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Montemor-o-Velho passou a englobar 11 freguesias: Arazede; Carapinheira; Ereira; Liceia; Meãs do Campo; Pereira; Santo Varão; Seixo de Gatões; Tentúgal; União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca; e União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Montemor-o-Velho passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Montijo

Pelo Decreto n.º 18434 de 6 de junho de 1930, o concelho e a freguesia de Aldeia Galega do Ribatejo passaram a denominar-se concelho e freguesia do Montijo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Montijo passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 41320 de 14 de outubro de 1957, foi criada a freguesia de Santo Isidro de Pegões separada das freguesias de Canha do concelho do Montijo e de Marateca do concelho de Palmela e integrada no concelho do Montijo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Montijo passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Montijo passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 82/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Alto Estanqueiro-Jardia, separada da freguesia do Montijo.

Pela Lei n.º 94/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Pegões, separada da freguesia de Canha.

Pela Lei n.º 134/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Atalaia, separada da freguesia do Montijo.

Pela Lei n.º 39/89 de 24 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Afonsoeiro, separada da freguesia de Montijo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Montijo passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho do Montijo englobava 8 freguesias: Afonsoeiro; Alto Estanqueiro-Jardia; Atalaia; Canha; Montijo; Pegões; Santo Isidro de Pegões; e Sarilhos Grandes.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Montijo passou a englobar 5 freguesias: Canha, Sarilhos Grandes, União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia; União das

Freguesias de Montijo e Afonsoeiro; e União das Freguesias de Pegões (criada por fusão das freguesias de Santo Isidro de Pegões e Pegões).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Montijo passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Montoito

Em meados da década de 1830, o concelho de Montoito englobava 1 freguesia — Montoito.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Montoito passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Montoito foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Montoito — integrada no concelho do Redondo.

Mora

Em meados da década de 1830, o concelho de Mora englobava 1 freguesia — Mora.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mora passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Mora foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Mora — integrada no concelho de Pavia.

O concelho de Mora foi restaurado por Lei de 17 de abril de 1838, por transferência para Mora da sede do concelho de Pavia, o qual englobava 4 freguesias: Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia.

O concelho de Mora foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 4 freguesias que o compunham — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — integradas no concelho de Montemor-o-Novo.

O concelho de Mora foi restaurado por Lei de 17 de setembro de 1861, englobando 4 freguesias — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — separadas do concelho de Montemor-o-Novo.

O concelho de Mora foi extinto por Decreto de 12 de julho de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — integradas no concelho de Arraiolos.

O concelho de Mora foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias — Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia — separadas do concelho de Arraiolos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mora passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mora passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mora passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mora passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

O concelho de Mora engloba hoje 4 freguesias: Brotas; Cabeção; Mora; e Pavia.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Mora passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Moreira

Em meados da década de 1830, o concelho de Moreira englobava 6 freguesias, 1 com sede em Moreira e 5 — Cótimos; Moreirinhas; Terrenho; Torre de Terrenho; e Valdujo — com sede no termo.

O concelho de Moreira foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo as 6 freguesias que o compunham — Cótimos; Moreira; Moreirinhas; Terrenho; Torre de Terrenho; e Valdujo — integradas no concelho de Moreira de Rei.

Moreira de Rei [Trancoso]

Em meados da década de 1830, o concelho de Moreira de Rei englobava 2 freguesias, 1 com sede em Moreira de Rei e 1 — Castanheira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Moreira, sendo as 6 freguesias que o compunham — Cótimos; Moreira; Moreirinhas; Terrenho; Torre de Terrenho; e Valdujo — integradas no concelho de Moreira de Rei;

- o concelho de Moreira e Moreira de Rei passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Moreira de Rei foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 8 freguesias que o compunham — Castanheira; Cótimos; Moreira; Moreira de Rei; Moreirinhas; Terrenho; Torre do Terrenho; e Valdujo — integradas no concelho de Trancoso.

Moreira do Rei [Basto]

Em meados da década de 1830, o concelho de Moreira do Rei englobava 1 freguesia — Moreira do Rei.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Moreira do Rei passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Moreira do Rei foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Moreira do Rei — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto.

Mortágua

Em meados da década de 1830, o concelho de Mortágua englobava 9 freguesias, 1 com sede em Mortágua e 8 — Cercosa; Cortegaça; Espinho; Marmeleira; Pala; Sobral; Trezói; e Vale de Remígio — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mortágua passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Mortágua 1 freguesia — Almaça — do concelho de Penacova.

Por Decreto de 17 de janeiro de 1837, o concelho de Mortágua foi transferido do distrito de Coimbra para o distrito de Viseu.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mortágua passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mortágua passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mortágua passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mortágua passou a fazer parte da sub-região do Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Mortágua englobava 10 freguesias: Almaça; Cercosa; Cortegaça; Espinho; Marmeleira; Mortágua; Pala; Sobral; Trezói; e Vale de Remígio.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Mortágua passou a englobar 7 freguesias: Cercosa; Espinho; Marmeleira; Pala; Sobral; Trezói; e União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Mortágua passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Mós

Em meados da década de 1830, o concelho de Mós englobava 2 freguesias, 1 com sede em Mós e 1 — Carviçais — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mós passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Mós foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carviçais; e Mós — integradas no concelho de Moncorvo.

Mosteiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Mosteiro englobava 3 freguesias, 1 com sede no Couto do Mosteiro e 2 — São Joaninho; e Vimieiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mosteiro passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Mosteiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Couto do Mosteiro; São Joaninho; e Vimieiro — integradas no concelho de Santa Comba Dão.

Moura

Em meados da década de 1830, o concelho de Moura englobava 14 freguesias, 2 — Santo Agostinho; e São João Batista — com sede em Moura e 12 — Amareleja; Coroada; Estrela; Montalvo; Orada; Pias; Póvoa de São Miguel; Safara; Santo Aleixo da Restauração; Santo Amador; Sobral da Adiça; e Vale de Vargo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Moura passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Em 1851, a freguesia de Coroada foi suprimida, sendo o seu território dividido pelas freguesias de Safara e de Sobral da Adiça.

Em 1859:

- a freguesia de Montalvo foi integrada na freguesia de Santo Agostinho de Moura;
- a freguesia de Orada foi anexada à freguesia de Pias.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Barrancos, sendo a freguesia que o compunha — Barrancos — integrada no concelho de Moura.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Barrancos englobando 1 freguesia — Barrancos — separada do concelho de Moura;
- foram transferidas 2 freguesias — Pias e Orada; e Vale de Vargo — do concelho de Moura para o concelho de Serpa.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Estrela foi integrada na freguesia de Póvoa de São Miguel;
- o concelho de Moura passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Moura passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Moura passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Moura passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Moura englobava 8 freguesias: Amareleja; Moura (Santo Agostinho); Moura (São João Batista); Póvoa de São Miguel; Safara; Santo Aleixo da Restauração; Santo Amador; e Sobral da Adiça.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Moura passou a englobar 5 freguesias: Amareleja; Póvoa de São Miguel; Sobral da Adiça; União das Freguesias de Moura (Santo Agostinho

e São João Batista) e Santo Amador; e União das Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Moura passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Mourão

Em meados da década de 1830, o concelho de Mourão englobava 4 freguesias, 1 com sede em Mourão e 3 — Granja; Luz; e São Leonardo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mourão passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Mourão foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 4 freguesias que o compunham — Granja; Luz; Mourão; e São Leonardo — integradas no concelho de Reguengos de Monsaraz.

O concelho de Mourão foi restaurado por Lei de 17 de setembro de 1861, englobando 4 freguesias — Granja; Luz; Mourão; e São Leonardo — separadas do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Entre 1878 e 1890, a freguesia de São Leonardo foi integrada na freguesia de Mourão.

O concelho de Mourão foi extinto por Decreto de 12 de julho de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Granja; Luz; e Mourão — integradas no concelho de Reguengos de Monsaraz.

O concelho de Mourão foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Granja; Luz; e Mourão — separadas do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Mourão passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Mourão passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Mourão passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Mourão passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

O concelho de Mourão engloba hoje 3 freguesias: Granja; Luz; e Mourão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Mourão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Mouraz — Mouraz e Carvalhal

Em meados da década de 1830, o concelho de Mouraz, também denominado Mouraz e Carvalhal, englobava 1 freguesia — Mouraz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Mouraz e Carvalhal passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Mouraz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Mouraz — integrada no concelho de Tondela.

Moure

Em meados da década de 1830, o concelho de Moure englobava 2 freguesias, 1 com sede em Moure e 1 — Lage — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Moure passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Moure foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Lage — no concelho do Prado;
- 1 — Moure — no concelho de Portela de Penela.

Muge

Em meados da década de 1830, o concelho de Muge englobava 1 freguesia — Muge.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Muge passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Muge foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Muge — integrada no concelho de Almeirim.

Murça

Em meados da década de 1830, o concelho de Murça englobava 9 freguesias, 1 com sede em Murça e 8 — Candedo; Fiolhoso; Noura; Palheiros; Pegarinhos; Pópulo; Santa Eugénia; e Valongo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Murça passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Abreiro, sendo 1 das freguesias que o compunham — Sobreira — integrada no concelho de Murça.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Alfarela de Jales, sendo 3 das freguesias que o compunham — Carva; Três Minas; e Vilares — integradas no concelho de Murça.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas 3 freguesias — Pegarinhos; Pópulo; e Santa Eugénia — do concelho de Murça para o concelho de Alijó;

- foi transferida 1 freguesia — Três Minas — do concelho de Murça para o concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram transferidas para o concelho de Murça 3 freguesias — Curros; Jou; e Vales — do concelho de Valpaços.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram transferidas 2 freguesias — Curros; e Vales — do concelho de Murça para o concelho de Valpaços.

Pela Lei n.º 1618 de 5 de julho de 1924, a freguesia de Valongo passou a denominar-se Valongo de Milhais.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Sobreira foi integrada na freguesia de Candedo;
- o concelho de Murça passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Murça passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Murça passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Murça passou a fazer parte da sub-região do Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Murça englobava 9 freguesias: Candedo; Carva; Fiolhoso; Jou; Murça; Noura; Palheiros; Valongo de Milhais; e Vilares.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Murça passou a englobar 7 freguesias: Candedo; Fiolhoso; Jou; Murça; Valongo de Milhais; União das Freguesias de Carva e Vilares; e União das Freguesias de Noura e Palheiros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Murça passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Murtosa

O concelho da Murtosa foi criado pelo Decreto n.º 12569 de 29 de Outubro de 1926, englobando 2 freguesias — Bunheiro; e Murtosa — separadas do concelho de Estarreja.

Pelo mesmo Decreto n.º 12569 de 29 de Outubro de 1926, o concelho da Murtosa passou a pertencer ao distrito de Aveiro.

Pelo Decreto n.º 12570 de 29 de outubro de 1926, foi criada a freguesia de Torreira, separada da freguesia da Murtosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 22832 de 17 de julho de 1933, foi criada a freguesia de Monte, separada da freguesia da Murtosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Murtosa passou a fazer parte da província de Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Murtosa passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Murtosa passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Murtosa passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

O concelho da Murtosa engloba hoje 4 freguesias: Bunheiro; Monte; Murtosa; e Torreira.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Murtosa passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Muxagata

Em meados da década de 1830, o concelho de Muxagata englobava 1 freguesia — Muxagata.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Muxagata passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Muxagata foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Muxagata — integrada no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Nagosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Nagosa englobava 1 freguesia — Nagosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Nagosa passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Nagosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Nagosa — integrada no concelho de Moimenta da Beira.

Nazaré

Por Lei de 18 de dezembro de 1912, o concelho e a freguesia de Pederneira passaram a denominar-se concelho e freguesia da Nazaré.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Nazaré passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Nazaré passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Nazaré passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Nazaré passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O concelho da Nazaré engloba hoje 3 freguesias: Famalicão; Nazaré; e Valado de Frades.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Nazaré passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Negrelos

Em meados da década de 1830, o concelho de Negrelos englobava 1 freguesia — São Mamede de Negrelos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Negrelos passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Francemil, sendo a freguesia que o compunha — São Martinho do Campo — integrada no concelho de Negrelos;

- foi transferida para o concelho de Negrelos 1 freguesia — Vilarinho — do concelho de Guimarães;

- foi extinto o concelho de Rebordões, sendo a freguesia que o compunha — Rebordões — integrada no concelho de Negrelos;

- foi extinto o concelho de Refojos de Riba de Ave, sendo 7 das freguesias que o compunham — Burgães; Couto; Monte Córdova; Pena Maior; Refojos de Riba de Ave; São Salvador do Campo; e São Tomé de Negrelos — integradas no concelho de Negrelos;

- foi extinto o concelho de Roriz, sendo a freguesia que o compunha — Roriz — integrada no concelho de Negrelos;

- a sede do concelho de Negrelos foi estabelecida na freguesia de São Tomé de Negrelos.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram transferidas 3 freguesias — Burgães; Refojos de Riba de Ave; e São Miguel do Couto — do concelho de Negrelos para o concelho de Santo Tirso.

O concelho de Negrelos foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Pena Maior — no concelho de Paços de Ferreira;

- 8 — Monte Córdova; Rebordões; Roriz; São Mamede de Negrelos; São Martinho do Campo; São Salvador do Campo; São Tomé de Negrelos; e Vilarinho — no concelho de Santo Tirso.

Nelas

O concelho de Nelas foi criado por Decreto de 9 de novembro de 1852, por fusão dos concelhos de Canas de Senhorim e de Senhorim. Englobava, portanto, originariamente 6 freguesias: Canas de Senhorim; Carvalhal Redondo; Nelas; Santar; Senhorim; e Vilar Seco.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Nelas passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Nelas passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Nelas passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 80/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Agueira, separada da freguesia de Carvalhal Redondo.

Pela Lei n.º 81/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Lapa do Lobo, separada da freguesia de Canas de Senhorim.

Pela Lei n.º 29/86 de 23 de agosto de 1986, foi criada a freguesia de Moreira, separada da freguesia de Santar.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Nelas passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Nelas englobava 9 freguesias: Agueira; Canas de Senhorim; Carvalhal Redondo; Lapa do Lobo; Moreira; Nelas; Santar; Senhorim; e Vilar Seco.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Nelas passou a englobar 7 freguesias: Canas de Senhorim; Lapa do Lobo; Nelas; Senhorim; Vilar Seco; União das Freguesias de Carvalhal Redondo e Agueira; e União das Freguesias de Santar e Moreira.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Nelas passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Nisa

Em meados da década de 1830, o concelho de Nisa englobava 4 freguesias, 2 — Espírito Santo; e Graça — com sede em Nisa e 2 — São Matias; e São Simão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Nisa passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Arez, sendo a freguesia que o compunha — Arez — integrada no concelho de Nisa;

- foi extinto o concelho de Montalvão, sendo a freguesia que o compunha — Montalvão — integrada no concelho de Nisa.

Por Decreto de 3 de agosto de 1853, foi extinto o concelho de Alpalhão sendo 2 das freguesias que o compunham — Alpalhão; e Tolosa — integradas no concelho de Nisa.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Gavião, sendo 4 das freguesias que o compunham — Amieira e Vila Flor; Atalaia; Gavião; e Margem — integradas no concelho de Nisa;

- foram transferidas 2 freguesias — Alpalhão; e Tolosa — do concelho de Nisa para o concelho do Crato.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida 1 freguesia — Margem — do concelho de Nisa para o concelho de Ponte de Sor.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Gavião, englobando 2 freguesias — Atalaia; e Gavião — separadas do concelho de Nisa;

- foram transferidas para o concelho de Nisa 2 freguesias — Alpalhão; e Tolosa — do concelho do Crato.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Nisa passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

Em 1957, a freguesia de Amieira e Vila Flor passou a denominar-se Amieira do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 42087 de 5 de janeiro de 1959, foi criada a freguesia de Santana, separada da freguesia de São Simão.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Nisa passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Nisa passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Nisa passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Nisa englobava 10 freguesias: Alpalhão; Amieira do Tejo; Arez; Espírito Santo; Montalvão; Nossa Senhora da Graça; Santana; São Matias; São Simão; e Tolosa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Nisa passou a englobar 7 freguesias: Alpalhão; Montalvão; Santana; São Matias; Tolosa; União das Freguesias de Arez e Amieira do Tejo; e União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Nisa passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alato Alentejo.

Nogueira

Em meados da década de 1830, o concelho de Nogueira englobava 1 freguesia — Nogueira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Nogueira passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Nogueira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Nogueira — integrada no concelho de Vila Nova de Cerveira.

Nogueira do Cravo

Em meados da década de 1830, o concelho de Nogueira do Cravo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Nogueira do Cravo e 1 — Galizes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Nogueira do Cravo passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Nogueira do Cravo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Galizes; e Nogueira do Cravo — integradas no concelho de Oliveira do Hospital.

Nozelos

Em meados da década de 1830, o concelho de Nozelos englobava 4 freguesias, 1 com sede em Nozelos e 3 — Arcas; Vilarinho de Agrochão; e Vilarinho do Monte — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Nozelos passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Nozelos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Arcas; Nozelos; Vilarinho do Monte; e Vilarinho de Agrochão — integradas no concelho de Torre de Dona Chama.

Óbidos

Em meados da década de 1830, o concelho de Óbidos englobava 22 freguesias, 4 — Santa Maria; São João; São Pedro; e São Tiago — com sede em Óbidos e 18 — A dos Francos; A dos Negros; Amoreira; Bombarral; Carvalhal; Coto; Fanadia; Landal; Moita dos Ferreiros; Moledo; Reguengo Grande; Roliça; Salir do Porto; São Bartolomeu dos Galegos; Serra do Bouro; Tornada; Vau; e Vidais — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Óbidos passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho do Cadaval, sendo 6 das freguesias que o compunham — Cadaval; Lamas; Peral; Pero Moniz; Vermelha; e Vilar — integradas no concelho de Óbidos.

- foram transferidas 3 freguesias — Coto; Tornada; e Vidais — do concelho de Óbidos para o concelho das Caldas da Raíña;

- foram transferidas 4 freguesias — Moita dos Ferreiros; Moledo; Reguengo Grande; e São Bartolomeu dos Galegos — do concelho de Óbidos para o concelho da Lourinhã;

- foram transferidas 2 freguesias — Salir do Porto; e Serra do Bouro — do concelho de Óbidos para o concelho de São Martinho do Porto.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho do Cadaval, englobando 8 freguesias — Bombarral; Cadaval; Carvalhal; Lamas; Peral; Pero Moniz; Vermelha; e Vilar — separadas do concelho de Óbidos.

Em 1837, foi criada a freguesia de São Sebastião de Sobral da Lagoa, separada da freguesia de São João Batista de Óbidos.

Em 1849, a freguesia de São Tiago de Óbidos foi integrada na freguesia de Santa Maria de Óbidos.

Em 1859, a freguesia de São João de Óbidos foi integrada na freguesia de São Pedro de Óbidos.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram transferidas para o concelho de Óbidos 2 freguesias — Bombarral; e Carvalhal — do concelho do Cadaval.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foram transferidas 3 freguesias — A dos Francos; Landal; e São Gregório da Fanadia — do concelho de Óbidos para o concelho de Caldas da Rainha.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho do Cadaval, sendo 2 das freguesias que o compunham — Pêro Moniz; e Vermelha — integradas no concelho de Óbidos.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho do Cadaval, englobando 2 freguesias — Pêro Moniz; e Vermelha — separadas do concelho de Óbidos.

Pela Lei n.º 123 de 28 de março de 1914 e pelo Decreto n.º 465 de 6 de maio de 1914 foi criado o concelho do Bombarral, englobando 3 freguesias — Bombarral; Carvalhal; e Roliça — separadas do concelho de Óbidos.

Pela Lei n.º 1752 de 5 de março de 1925, foi criada a freguesia de Olho Marinho, separada da freguesia da Amoreira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Óbidos passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Óbidos passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Óbidos passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 105/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Gaeiras, separada da freguesia de Óbidos – São Pedro.

Pela Lei n.º 75/89 de 28 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Usseira, separada da freguesia de Óbidos – São Pedro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Óbidos passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Óbidos englobava 9 freguesias: A dos Negros; Amoreira; Gaeiras; Óbidos (Santa Maria); Óbidos (São Pedro); Olho Marinho; Sobral da Lagoa; Usseira; e Vau.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Óbidos passou a englobar 7 freguesias: A dos Negros; Amoreira; Gaeiras; Olho Marinho; Usseira; Vau; e União das Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Óbidos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Odemira

Em meados da década de 1830, o concelho de Odemira englobava 6 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Salvador — com sede em Odemira e 4 — Relíquias; Sabóia; *São Luís*; e *São Teotónio* — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Odemira passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Odemira 1 freguesia — Santa Clara-a-Velha — do concelho de Ourique;

- foi transferida 1 freguesia — São Luís — do concelho de Odemira para o concelho do Cercal.

Por Lei de 28 de abril de 1837 foi transferida 1 freguesia — São Luís — do concelho do Cercal para o concelho de Odemira.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Messejana, sendo 1 das freguesias que o compunham — Vale de São Tiago — integrada no concelho de Odemira;

- foi extinto o concelho do Cercal, sendo as 3 freguesias que o compunham — Cercal; Colos; e Vila Nova de Milfontes — integradas no concelho de Odemira;

- foram transferidas para o concelho de Odemira 2 freguesias — Santa Luzia; e São Martinho das Amoreiras — do concelho de Ourique.

Por Decreto de 26 de junho de 1875, foi transferida 1 freguesia — Santa Luzia — do concelho de Odemira para o concelho de Ourique.

Por Decreto de 21 de setembro de 1875, foi transferida 1 freguesia — Cercal — do concelho de Odemira para o concelho de Santiago do Cacém.

Por Decreto de 7 de maio de 1884, foi transferida 1 freguesia — São Martinho das Amoreiras — do concelho de Odemira para o concelho de Ourique.

Pela Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida para o concelho de Odemira 1 freguesia — Odeceixe — do concelho de Lagos.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Aljezur, englobando 1 freguesia — Odeceixe — separada do concelho de Odemira.

Por Decreto de 17 de agosto de 1899, foi transferida para o concelho de Odemira 1 freguesia — São Martinho das Amoreiras — do concelho de Ourique.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Odemira passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Odemira passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Odemira passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 84/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Pereiras-Gare, separada da freguesia de Odemira.

Pela Lei n.º 56/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Bicos, separada das freguesias de Colos e Vale de Santiago.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Odemira passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Litoral.

Pela Lei n.º 81/89 de 30 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Zambujeira do Mar, separada da freguesia de São Teotónio.

Pela Lei n.º 82/89 de 30 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Luzianes-Gare, separada das freguesias de Odemira – Santa Maria, Relíquias, Sabóia e São Martinho das Amoreiras.

Pela Lei n.º 18-D/2001 de 3 de julho, foi criada a freguesia de Longueira/Almogrove, separada da freguesia de Odemira – São Salvador.

Pela Lei n.º 18-F/2001 de 3 de julho, foi criada a freguesia de Boavista dos Pinheiros, separada das freguesias de Odemira – Santa Maria e Odemira – São Salvador.

No início de 2013, o concelho de Odemira englobava 17 freguesias: Bicos; Boavista dos Pinheiros; Colos; Longueira/Almogrove; Luzianes-Gare; Odemira (Santa Maria); Odemira (São Salvador); Pereiras-Gare; Relíquias; Sabóia; Santa Clara-a-Velha; São Luís; São Martinho das Amoreiras; São Teotónio; Vale de Santiago; Vila Nova de Milfontes; e Zambujeira do Mar.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Odemira passou a englobar 13 freguesias: Boavista dos Pinheiros; Colos (que integrou parte da freguesia de Bicos); Longueira/Almogrove; Luzianes-Gare; Relíquias; Sabóia; Santa Clara-a-Velha (que integrou a freguesia de Pereiras-Gare); São Luís; São Martinho das Amoreiras; São Salvador e Santa Maria; São Teotónio (que integrou a freguesia de Zambujeira do Mar); Vale de Santiago (que integrou parte da freguesia de Bicos); e Vila Nova de Milfontes.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Odemira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Odivelas

O concelho de Odivelas foi criado pela Lei n.º 84/98 de 14 de dezembro de 1998, englobando 7 freguesias — Caneças; Famões; Odivelas; Olival Basto; Pontinha; Póvoa de Santo Adrião; e Ramada — separadas do concelho de Loures.

Pela mesma Lei n.º 84/98 de 14 de dezembro de 1998, o concelho de Odivelas passou a pertencer ao distrito de Lisboa.

O Decreto-Lei n.º 163/99 de 13 de maio de 1999 integrou o concelho de Odivelas na região de Lisboa e Vale do Tejo subregião da Grande Lisboa.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Odivelas englobava 7 freguesias: Caneças; Famões; Odivelas; Olival Basto; Pontinha; Póvoa de Santo Adrião; e Ramada.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Odivelas passou a englobar 4 freguesias: Odivelas; União das Freguesias de Pontinha e Famões; União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto; e União das Freguesias de Ramada e Caneças.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Odivelas passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Oeiras

Em meados da década de 1830, o concelho de Oeiras englobava 4 freguesias, 1 com sede em Oeiras e 3 — Carcavelos; São Domingos de Rana; e São Julião da Barra — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oeiras passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Oeiras 1 freguesia — Carnaxide — do concelho de Lisboa;
- foi transferida 1 freguesia — São Domingos de Rana — do concelho de Oeiras para o concelho de Cascais.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Belas, sendo 1 das freguesias que o compunham — Barcarena — integrada no concelho de Oeiras.

Por Lei de 18 de julho de 1885, foi integrada no concelho de Oeiras parte da freguesia de Benfica — Benfica extramuros — do concelho de Belém. Na sequência da mesma Lei de 18 de julho de 1885, a freguesia de Benfica extramuros foi anexada à freguesia de Carnaxide.

O concelho de Oeiras foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Carcavelos; Carnaxide; Oeiras; e São Julião da Barra — no concelho de Cascais;
- 2 — Barcarena; e Benfica extramuros — no concelho de Sintra.

O concelho de Oeiras foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 5 freguesias separadas:

- 3 — Carnaxide; Oeiras; e São Julião da Barra — do concelho de Cascais;
- 2 — Barcarena; e Benfica extramuros — do concelho de Sintra.

Na sequência do mesmo Decreto de 13 de janeiro de 1898, a freguesia de Benfica extramuros foi anexada à freguesia de Carnaxide e a freguesia de São Julião da Barra foi anexada à freguesia de Oeiras.

Pela Lei n.º 513 de 17 de abril de 1916, a freguesia de Benfica extramuros foi separada da freguesia de Carnaxide e passou a denominar-se Amadora.

Pelo Decreto n.º 12783 de 7 de dezembro de 1926 (retificado pelo Decreto n.º 15285 de 27 de março de 1928), foi criada a freguesia de Paço de Arcos, separada da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Oeiras passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Oeiras passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pela Lei n.º 45/79 de 11 de setembro de 1979, foi criado o concelho da Amadora, englobando 1 freguesia — Amadora — separada do concelho de Oeiras.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Oeiras passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Oeiras passou a fazer parte da sub-região da Grande Lisboa.

Pela Lei n.º 17-F/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Linda-a-Velha, separada da freguesia de Carnaxide.

Pela Lei n.º 17-G/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Queijas, separada das freguesias de Carnaxide, de Paço de Arcos e de Barcarena.

Pela Lei n.º 17-H/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Cruz Quebrada–Dafundo, separada da freguesia de Carnaxide.

Pela Lei n.º 17-I/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Algés, separada da freguesia de Carnaxide.

Pela Lei n.º 17-J/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Porto Salvo, separada das freguesias de Oeiras e São Julião da Barra e de Barcarena.

Pela Lei n.º 18-B/2001 de 3 de julho, foi criada a freguesia de Caxias, separada da freguesia de Paço de Arcos.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Oeiras englobava 10 freguesias: Algés; Barcarena; Carnaxide; Caxias; Cruz Quebrada–Dafundo; Linda-a-Velha; Oeiras e São Julião da Barra; Paço de Arcos; Porto Salvo; e Queijas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Oeiras passou a englobar 5 freguesias: Barcarena; Porto Salvo; União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada–Dafundo; União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; e União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Oeiras passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Óis da Ribeira

Em meados da década de 1830, o concelho de Óis da Ribeira englobava 3 freguesias, 1 com sede em Óis da Ribeira e 2 — Espinhel; e Fermentelos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Óis da Ribeira passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Óis da Ribeira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Espinhel; e Óis da Ribeira — no concelho de Águeda;
- 1 — Fermentelos — no concelho de Eixo.

Óis do Bairro

Em meados da década de 1830, o concelho de Óis do Bairro englobava 1 freguesia — Óis do Bairro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Óis do Bairro passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Óis do Bairro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Óis do Bairro — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro.

Oleiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Oleiros englobava 4 freguesias, 1 com sede em Oleiros e 3 — Estreito; Isna; e Mosteiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oleiros passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Oleiros foi transferido do distrito de Santarém para o distrito de Castelo Branco;
- foi extinto o concelho de Álvaro, sendo as 4 freguesias que o compunham — Álvaro; Amieira; Madeirã; e Sobral — integradas no concelho de Oleiros;
- foram transferidas para o concelho de Oleiros 3 freguesias — Cambas; Orvalho; e Vilar Barroco — do concelho do Fundão;
- foi extinto o concelho de Pedrógão Pequeno, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carvalhal; e Pedrógão Pequeno — integrada no concelho de Oleiros.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Carvalhal; e Pedrógão Pequeno — do concelho de Oleiros para o concelho da Sertã.

Por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, foi extinto o concelho de Sarzedas sendo 1 das freguesias que o compunham — Sarnadas de São Simão — integrada no concelho de Oleiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Oleiros passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Oleiros passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Oleiros passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Oleiros passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Oleiros englobava 12 freguesias: Álvaro; Amieira; Cambas; Estreito; Isna; Madeirã; Mosteiro; Oleiros; Orvalho; Sarnadas de São Simão; Sobral; e Vilar Barroco.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Oleiros passou a englobar 10 freguesias: Álvaro; Cambas; Isna; Madeirã; Mosteiro; Orvalho; Sarnadas de São Simão; Sobral; Oleiros – Amieira; e Estreito – Vilar Barroco.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Oleiros passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Olhão

Em meados da década de 1830, o concelho de Olhão englobava 4 freguesias, das quais 1 com sede em Olhão e 3 — Moncarapacho; Pechão; e Quelfes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Olhão passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 22 de março de 1876, foi transferida para o concelho de Olhão 1 freguesia — Fuseta — do concelho de Tavira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Olhão passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Olhão passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Olhão passou a fazer parte da região do Algarve.

No início de 2013, o concelho de Olhão englobava 5 freguesias: Fuseta; Moncarapacho; Olhão; Pechão; e Quelfes.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Olhão passou a englobar 4 freguesias: Olhão; Pechão; Quelfes; União das Freguesias de Moncarapacho e Fuseta.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Olhão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Olivais

O concelho dos Olivais foi criado por Decreto de 11 de setembro de 1852 e Edital do Governo Civil de Lisboa de 13 de outubro de 1852, englobando 21 freguesias — Ameixoeira; Apelação; Bucelas; Camarate; Campo Grande; Charneca; Fanhões; Frielas; Loures; Lousa; Lumiar; Olivais; Póvoa de Santo Adrião; Sacavém; Santo Estêvão das Galés; São João da Talha; Tojal; Tojalinho; Unhos; Vialonga; e Xabregas — e parte de 1 freguesia — Arroios extramuros — separadas do concelho de Lisboa.

Na sequência da sua transferência para o concelho dos Olivais, a freguesia de Xabregas passou a ser denominada Beato.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Santo Estêvão das Galés — do concelho dos Olivais para o concelho de Mafra.

Por Lei de 18 de julho de 1885:

- foram transferidas para o concelho dos Olivais 1 freguesia — Odivelas — e parte de 1 freguesia — Carnide extramuros — do concelho de Belém;

- foram transferidas 3 freguesias — Arroios extramuros; Beato; e Campo Grande — e partes de 2 freguesias — Charneca intramuros; e Lumiar intramuros — do concelho dos Olivais para o concelho de Lisboa.

Na sequência da mesma Lei de 18 de julho de 1885, a freguesia de Carnide extramuros foi anexada à freguesia de Odivelas, a freguesia de Charneca extramuros foi anexada à freguesia de Sacavém e a freguesia de Lumiar extramuros foi anexada à freguesia de Odivelas.

O concelho dos Olivais foi extinto por Decreto de 22 de julho de 1886, que transferiu a sede do concelho para Loures; das 17 freguesias que o compunham:

- 2 — Camarate; e Olivais — foram integradas no concelho de Lisboa;
- 2 — Ameixoeira; e Sacavém — foram divididas entre o concelho de Lisboa (Ameixoeira intramuros; e Sacavém intramuros) e o concelho de Loures (Ameixoeira extramuros; e Sacavém extramuros);
- 12 — Apelação; Bucelas; Fanhões; Frielas; Loures; Lousa; Odivelas; Póvoa de Santo Adrião; São João da Talha; Tojal; Tojalinho; e Unhos — foram integradas no concelho de Loures;
- 1 — Vialonga — foi integrada no concelho de Vila Franca de Xira.

Oliveira de Azeméis

Em meados da década de 1830, o concelho de Oliveira de Azeméis englobava 17 freguesias, 1 com sede em Oliveira de Azeméis e 16 — Arrifana; Carregosa; Cesar; Escariz; Fajões; Macieira de Sarnes; Macinhata de Seixa; Madail; Mansores; Nogueira do Cravo; Ossela; Pindelo; São João da Madeira; São Martinho da Gândara; São Tiago de Riba Ul; e Vila Chã de São Roque — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oliveira de Azeméis passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cucujães, sendo a freguesia que o compunha — Cucujães — integrada no concelho de Oliveira de Azeméis;

- foi transferida 1 freguesia — Arrifana — do concelho de Oliveira de Azeméis para o concelho da Feira;

- foram transferidas 2 freguesias — Escariz; e Mansores — do concelho de Oliveira de Azeméis para o concelho de Fervedo;

- foi transferida 1 freguesia — Carregosa — do concelho de Oliveira de Azeméis para o concelho de Macieira de Cambra.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida para o concelho de Oliveira de Azeméis 1 freguesia — Carregosa — do concelho de Macieira de Cambra.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Pinheiro da Bemposta sendo 5 das freguesias que o compunham — Loureiro; Palmaz; Pinheiro da Bemposta; Travanca; e UI — integradas no concelho de Oliveira de Azeméis.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Macieira de Cambra, sendo as 9 freguesias que o compunham — Arões; Castelões; Cepelos; Codal; Junqueira; Macieira de Cambra; Roge; Vila Chã; e Vila Cova de Perrinho — integradas no concelho de Oliveira de Azeméis;

- a freguesia de Vila Cova de Perrinho foi anexada à freguesia de Carregosa.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Macieira de Cambra, englobando 9 freguesias — Arões; Castelões; Cepelos; Codal; Junqueira; Macieira de Cambra; Roge; Vila Chã; e Vila Cova de Perrinho — separadas do concelho de Oliveira de Azeméis.

Pelo Decreto n.º 12456 de 11 de outubro de 1926, foi criado o concelho de São João da Madeira, englobando 1 freguesia — São João da Madeira — separada do concelho de Oliveira de Azeméis.

Pelo Decreto n.º 13758 de 1 de junho de 1927, a freguesia de Cucujães passou a denominar-se Vila de Cucujães.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Oliveira de Azeméis passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Oliveira de Azeméis passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Oliveira de Azeméis passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Oliveira de Azeméis passou a fazer parte da sub-região de Entre Douro e Vouga.

Pela Lei n.º 17-M/93 de 11 de junho de 1993, a freguesia de Vila Chã de São Roque passou a denominar-se São Roque.

No início de 2013, o concelho de Oliveira de Azeméis englobava 19 freguesias: Carregosa; Cesar; Fajões; Loureiro; Macieira de Sarnes; Macinhata da Seixa; Madail; Nogueira do Cravo; Oliveira de Azeméis; Ossela; Palmaz; Pindelo; Pinheiro da Bemposta; Santiago de Riba-UI; São Martinho da Gândara; São Roque; Travanca; UI; e Vila de Cucujães.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Oliveira de Azeméis passou a englobar 12 freguesias: Carregosa; Cesar; Fajões; Loureiro; Macieira de Sarnes; Ossela; São Martinho da Gândara; São Roque; Vila de Cucujães; União das Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail; e União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Oliveira de Azeméis passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Oliveira de Frades

Em meados da década de 1830, o concelho de Oliveira de Frades englobava 1 freguesia — Oliveira de Frades.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oliveira de Frades passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Oliveira de Frades foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Oliveira de Frades — integrada no concelho de Vouzela.

O concelho de Oliveira de Frades foi restaurado por Lei de 7 de outubro de 1837, englobando 13 freguesias separadas:

- 12 — Arcozelo das Maias; Cambra; Campia; Carvalhal de Vermilhas; Destriz; Oliveira de Frades; Pinheiro; Reigoso; Ribeiradio; São Vicente de Lafões; Sejães; e Souto de Lafões — do concelho de Vouzela;

- 1 — São João da Serra — do concelho de São Pedro do Sul.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de São João do Monte, sendo 3 das freguesias que o compunham — Alcofra; Arca; e Varzielas — integradas no concelho de Oliveira de Frades.

Por Decreto de 2 de novembro de 1871, foram transferidas 4 freguesias — Alcofra; Cambra; Campia; e Carvalhal de Vermilhas — do concelho de Oliveira de Frades para o concelho de Vouzela.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Oliveira de Frades passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Oliveira de Frades passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Oliveira de Frades passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Oliveira de Frades passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Oliveira de Frades englobava 12 freguesias: Arca; Arcozelo das Maias; Destriz; Oliveira de Frades; Pinheiro; Reigoso; Ribeiradio; São João da Serra; São Vicente de Lafões; Sejães; Souto de Lafões; e Varzielas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Oliveira de Frades passou a englobar 8 freguesias: Arcozelo das Maias; Pinheiro; Ribeiradio; São João da Serra; São Vicente de Lafões; União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães; União das Freguesias de Destriz e Reigoso; e União das Freguesias de Arca e Varzielas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Oliveira de Frades passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Oliveira do Bairro

Em meados da década de 1830, o concelho de Oliveira do Bairro englobava 1 freguesia — Oliveira do Bairro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oliveira do Bairro passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Oliveira do Bairro 1 freguesia — Oiã — do concelho de Aveiro.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Eixo, sendo 2 das freguesias que o compunham — Fermentelos; e Nariz — integradas no concelho de Oliveira do Bairro;

- foi transferida para o concelho de Oliveira do Bairro 1 freguesia — Mamarrosa — do concelho de Mira;

- foi extinto o concelho de São Lourenço do Bairro, sendo 1 das freguesias que o compunham — Troviscal — integrada no concelho de Oliveira do Bairro;

- foi extinto o concelho de Sosa, sendo 1 das freguesias que o compunham — Palhaça — integrada no concelho de Oliveira do Bairro.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1872, foram transferidas 2 freguesias — Nariz; e Palhaça — do concelho de Oliveira do Bairro para o concelho de Aveiro.

O concelho de Oliveira do Bairro foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Fermentelos; e Oiã — no concelho de Águeda;

- 3 — Mamarrosa; Oliveira do Bairro; e Troviscal — no concelho de Anadia.

O concelho de Oliveira do Bairro foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 5 freguesias separadas:

- 1 — Oiã — separada do concelho de Águeda;

- 3 — Mamarrosa; Oliveira do Bairro; e Troviscal — do concelho de Anadia;

- 1 — Palhaça — do concelho de Aveiro.

Pela Lei n.º 942 de 18 de fevereiro de 1920, foi criada a freguesia de Bustos, separada da freguesia de Mamarrosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Oliveira do Bairro passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Oliveira do Bairro passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Oliveira do Bairro passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Oliveira do Bairro passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho de Oliveira do Bairro englobava 6 freguesias: Bustos; Mamarrosa; Oiã; Oliveira do Bairro; Palhaça; e Troviscal.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Oliveira do Bairro passou a englobar 4 freguesias: Oiã; Oliveira do Bairro; Palhaça; e União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Oliveira do Bairro passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Oliveira do Conde

Em meados da década de 1830, o concelho de Oliveira do Conde englobava 3 freguesias, 1 com sede em Oliveira do Conde e 2 — Beijós; e Cabanas de Viriato — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oliveira do Conde passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Oliveira do Conde foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Beijós; Cabanas de Viriato; e Oliveira do Conde — integradas no concelho de Carregal do Sal.

Oliveira do Hospital

Em meados da década de 1830, o concelho de Oliveira do Hospital englobava 2 freguesias, 1 com sede em Oliveira do Hospital e 1 — Lajeosa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oliveira do Hospital passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Bobadela, sendo a freguesia que o compunha — Bobadela — integrada no concelho de Oliveira do Hospital;

- foi extinto o concelho de Lagares, sendo a freguesia que o compunha — Lagares — integrada no concelho de Oliveira do Hospital;

- foi extinto o concelho de Lagos da Beira, sendo 2 das freguesias que o compunham — Lagos da Beira; e Travanca de Lagos — integradas no concelho de Oliveira do Hospital.

- foi extinto o concelho de Nogueira do Cravo, sendo as 2 freguesias que o compunham — Galizes; e Nogueira do Cravo — integradas no concelho de Oliveira do Hospital.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Oliveira do Hospital 1 freguesia — Meruge — do concelho de Seia.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, a freguesia de Galizes foi integrada na freguesia de Nogueira do Cravo.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, foi transferida para o concelho de Oliveira do Hospital 1 freguesia — São Paio de Codesso — do concelho de Seia.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Avô, sendo 5 das freguesias que o compunham — Aldeia das Dez; Avô; Lourosa; Santa Ovaia; e Vila Pouca da Beira — integradas no concelho de Oliveira do Hospital;
- foi extinto o concelho de Ervedal da Beira, sendo 2 das freguesias que o compunham — Ervedal da Beira; e Seixo do Ervedal — integradas no concelho de Oliveira do Hospital;
- foi extinto o concelho de Sandomil, sendo 3 das freguesias que o compunham — Alvoco das Várzeas; Penalva de Alva; e São Sebastião da Feira — integrada no concelho de Oliveira do Hospital.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida para o concelho de Oliveira do Hospital 1 freguesia — São Gião — do concelho de Seia.

Pelo Decreto n.º 5975 de 28 de julho de 1919, a freguesia de São Paio de Codesso passou a denominar-se São Paio de Gramaços.

Pelo Decreto n.º 15005 de 7 de fevereiro de 1928, a freguesia de Seixo do Ervedal passou a denominar-se Seixo da Beira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Oliveira do Hospital passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44453 de 6 de julho de 1962, foi criada a freguesia de Moura da Serra, separada das freguesias de Avô do concelho de Oliveira do Hospital e de Benfeita, de Pomares e de Teixeira do concelho de Arganil e integrada no concelho de Arganil.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Oliveira do Hospital passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Oliveira do Hospital passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 69/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Vila Franca da Beira, separada da freguesia de Ervedal da Beira.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Oliveira do Hospital passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Oliveira do Hospital englobava 21 freguesias: Aldeia das Dez; Alvoco das Várzeas; Avô; Bobadela; Ervedal; Lagares; Lagos da Beira; Lajeosa; Lourosa; Meruge; Nogueira do Cravo; Oliveira do Hospital; Penalva de Alva; Santa Ovaia; São Gião; São Paio de Gramaços; São Sebastião da Feira; Seixo da Beira; Travanca de Lagos; Vila Franca da Beira; e Vila Pouca da Beira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Oliveira do Hospital passou a englobar 16 freguesias: Aldeia das Dez; Alvoco das Várzeas; Avô; Bobadela; Lagares; Lourosa; Meruge; Nogueira do Cravo; São Gião; Seixo da Beira; Travanca de Lagos; União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira; União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa; União das Freguesias de

Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços; União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira; e União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Oliveira do Hospital passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Oliveirinha

Em meados da década de 1830, o concelho de Oliveirinha englobava 1 freguesia — Vila Nova de Oliveirinha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oliveirinha passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Oliveirinha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Vila Nova de Oliveirinha — integrada no concelho de Midões.

Oriola

Em meados da década de 1830, o concelho de Oriola englobava 2 freguesias, 1 com sede em Oriola e 1 — São Bartolomeu do Outeiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Oriola passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Oriola foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Oriola; e São Bartolomeu do Outeiro — integradas no concelho de Portel.

Ouguela

Em meados da década de 1830, o concelho de Ouguela englobava 1 freguesia — Ouguela.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ouguela passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Ouguela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ouguela — integrada no concelho de Campo Maior.

Ourém

Em meados da década de 1830, o concelho de Ourém englobava 6 freguesias, 1 com sede em Ourém e 5 — Fátima; Freixianda; Olival; Rio de Couros; e Seiça — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ourém passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, a sede do concelho de Ourém foi transferida para Aldeia da Cruz.

*

Pela Lei n.º 35/89 de 23 de agosto de 1989, o concelho de Vila Nova de Ourém passou a denominar-se Ourém, a freguesia de Vila Nova de Ourém passou a denominar-se Nossa Senhora da Piedade e a freguesia de Ourém passou a denominar-se Nossa Senhora das Misericórdias.

Pela Lei n.º 41/89 de 24 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Ribeira de Fárrio, separada da freguesia de Freixianda.

Pelo Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, a sub-região do Médio Tejo foi transferida da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Ourém englobava 18 freguesias: Alburitel; Atouguia; Casal dos Bernardos; Caxarias; Cercal; Espite; Fátima; Formigais; Freixianda; Gondemaria; Matas; Nossa Senhora da Piedade; Nossa Senhora das Misericórdias; Olival; Ribeira de Fárrio; Rio de Couros; Seiça; e Urqueira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ourém passou a englobar 13 freguesias: Alburitel; Atouguia; Caxarias; Espite; Fátima; Nossa Senhora da Piedade; Nossa Senhora das Misericórdias; Seiça; Urqueira; União das Freguesias de Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais; União das Freguesias de Gondemaria e Olival; União das Freguesias de Matas e Cercal; e União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ourém passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Ourique

Em meados da década de 1830, o concelho de Ourique englobava 5 freguesias, 1 com sede em Ourique e 4 — Gomes Aires; Santa Clara-a-Velha; Santana da Serra; e São Martinho das Amoreiras — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ourique passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Garvão, sendo as 2 freguesias que o compunham — Garvão; e Santa Luzia — integradas no concelho de Ourique;

- foi transferida 1 freguesia — Santa Clara-a-Velha — do concelho de Ourique para o concelho de Odemira.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida 1 freguesia — Gomes Aires — do concelho de Ourique para o concelho de Almodôvar;

- foram transferidas 2 freguesias — Santa Luzia; e São Martinho das Amoreiras — do concelho de Ourique para o concelho de Odemira;

- foi extinto o concelho de Messejana sendo 2 das freguesias que o compunham — Conceição; e Panoias — integradas no concelho de Ourique.

Por Decreto de 26 de junho de 1875, foi transferida para o concelho de Ourique 1 freguesia — Santa Luzia — do concelho de Odemira.

Por Decreto de 7 de maio de 1884, foi transferida para o concelho de Ourique 1 freguesia — São Martinho das Amoreiras — do concelho de Odemira.

Por Decreto de 17 de agosto de 1899, foi transferida 1 freguesia — São Martinho das Amoreiras — do concelho de Ourique para o concelho de Odemira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ourique passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ourique passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ourique passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ourique passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Ourique englobava 6 freguesias: Conceição; Garvão; Ourique; Panoias; Santa Luzia; e Santana da Serra.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ourique passou a englobar 4 freguesias: Ourique; Santana da Serra; União das Freguesias de Garvão e Santa Luzia; e União das Freguesias de Panoias e Conceição.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ourique passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Outeiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Outeiro englobava 11 freguesias, 1 com sede em Outeiro e 10 — Argoselo; Carção; Milhão; Paçó; Paradinha; Pinelo; Quintanilha; Rio Frio; Santulhão; e Veiga — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Outeiro passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Outeiro 2 freguesias — Angueira; e Avelanoso — do concelho de Miranda;

- foi transferida 1 freguesia — Pinelo — do concelho de Outeiro para o concelho de Vimioso.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841:

- a freguesia de Paçó foi integrada na freguesia de Rio Frio;
- a freguesia de Paradinha foi integrada na freguesia de Outeiro;
- a freguesia de Veigas foi integrada na freguesia de Quintanilha.

O concelho de Outeiro foi extinto por Decreto de 22 de junho de 1853, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Milhão; Outeiro e Paradinha; Paçó e Rio Frio; e Quintanilha e Veiga — no concelho de Bragança;

- 5 — Angueira; Argoselo; Avelanoso; Carção; e Santulhão — no concelho de Vimioso.

Outil

Em meados da década de 1830, o concelho de Outil englobava 1 freguesia — Outil.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Outil passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Outil foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Outil — integrada no concelho de Cantanhede.

Ovar

Em meados da década de 1830, o concelho de Ovar englobava 1 freguesia — Ovar.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ovar passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 28 de dezembro de 1852, foi extinto o concelho de Pereira Jusã, sendo as 2 freguesias que o compunham — São Vicente de Pereira Jusã; e Válega — integradas no concelho de Ovar.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi transferida para o concelho de Ovar 1 freguesia — Arada — do concelho de Feira.

Por Decreto de 21 de junho de 1879 foram transferidas para o concelho de Ovar 3 freguesias — Cortegaça; Esmoriz; e Maceda — do concelho da Feira.

Pelo Decreto n.º 12457 de 11 de outubro de 1926:

- foi transferida para o concelho de Ovar 1 freguesia — Pardilhó — do concelho de Estarreja;
- foi transferida para o concelho de Ovar 1 freguesia — Souto — do concelho da Feira;
- foi transferida 1 freguesia — Esmoriz — do concelho de Ovar para o concelho de Espinho.

Pelo Decreto n.º 15395 de 14 de abril de 1928:

- foi transferida para o concelho de Ovar 1 freguesia — Esmoriz — do concelho de Espinho;
- foi transferida 1 freguesia — Pardilhó — do concelho de Ovar para o concelho de Estarreja;
- foi transferida 1 freguesia — Souto — do concelho de Ovar para o concelho da Feira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ovar passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ovar passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ovar passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 85/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de São João, separada da freguesia de Ovar.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ovar passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho de Ovar englobava 8 freguesias: Arada; Cortegaça; Esmoriz; Maceda; Ovar; São João; São Vicente de Pereira Jusã; e Válega.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ovar passou a englobar 5 freguesias: Cortegaça; Esmoriz; Maceda; Válega; e União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ovar passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ovelha do Marão

Em meados da década de 1830, o concelho de Ovelha do Marão, com sede em Aboadela, englobava 2 freguesias, 1 — Santa Maria — com sede em Aboadela e 1 — Canadelo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ovelha do Marão passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Ovelha do Marão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aboadela; e Canadelo — integradas no concelho de Amarante.

Óvoa

Em meados da década de 1830, o concelho de Óvoa englobava 2 freguesias, 1 com sede em Óvoa e 1 — São Paio de Farinha Podre — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Óvoa passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Óvoa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — São Paio de Farinha Podre — no concelho de Farinha Podre;
- 1 — Óvoa — no concelho de Santa Comba Dão.

Paçô de Vinhais

Em meados da década de 1830, o concelho de Paçô, também denominado Paçô de Vinhais, englobava 5 freguesias, 1 com sede em Paçô de Vinhais e 4 — Prado; Quintela; Santa Cruz; e Vila Verde de Vez — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Paçô de Vinhais passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Paçô de Vinhais foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 5 freguesias que o compunham — Paçô de Vinhais; Prado; Quintela; Santa Cruz; e Vila Verde de Vez — integradas no concelho de Vinhais.

Paços de Ferreira

Em meados da década de 1830, o concelho de Paços de Ferreira englobava 1 freguesia — Paços de Ferreira.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aguiar de Sousa, sendo 13 das freguesias que o compunham — Carvalhosa; Codessos; Covas; Eiriz; Ferreira; Figueiras; Figueiró; Freamunde; Lamoso; Meixomil; Modelos; Raimonda; e Sanfins de Ferreira — integradas no concelho de Paços de Ferreira;

- foi extinto o concelho de Frazão, sendo as 3 freguesias que o compunham — Arreigada; Frazão; e Seroa — integradas no concelho de Paços de Ferreira.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Lousada englobando 2 freguesias — Covas; e Figueiras — separadas do concelho de Paços de Ferreira.

Por Decreto de 30 de julho de 1852, foi extinto o concelho de Barrosas, sendo 1 das freguesias que o compunham — Lustosa — integrada no concelho de Paços de Ferreira.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi transferida 1 freguesia — Lustosa — do concelho de Paços de Ferreira para o concelho de Lousada.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de São Tomé de Negrelos, sendo 1 das freguesias que o compunham — Pena Maior — integrada no concelho de Paços de Ferreira.

Entre 1900 e 1911, a freguesia de Codessos foi anexada à freguesia de Lamoso.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Paços de Ferreira passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 40871 de 23 de novembro de 1956, a freguesia de Codessos foi separada da freguesia de Lamoso.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Paços de Ferreira passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Paços de Ferreira passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Paços de Ferreira passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Paços de Ferreira englobava 16 freguesias: Arreigada; Carvalhosa; Codessos; Eiriz; Ferreira; Figueiró; Frazão; Freamunde; Lamoso; Meixomil; Modelos; Paços de Ferreira; Penamaior; Raimonda; Sanfins de Ferreira; e Seroa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Paços de Ferreira passou a englobar 12 freguesias: Carvalhosa; Eiriz; Ferreira; Figueiró; Freamunde; Meixomil; Penamaior; Raimonda; Seroa; Paços de Ferreira (que absorveu a freguesia de Modelos); Frazão Arreigada; e Sanfins Lamoso Codessos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Paços de Ferreira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Padornelos

Em meados da década de 1830, o concelho de Padornelos englobava 1 freguesia — Padornelos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Padornelos passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Padornelos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Padornelos — integrada no concelho de Montalegre.

Padrões

Em meados da década de 1830, o concelho de Padrões englobava 2 freguesias, 1 — Senhora da Graça — com sede em Padrões e 1 — Santa Bárbara de Padrões — com sede no termo.

O concelho de Padrões não consta das listas do Decreto de 18 de julho de 1835, nem do Decreto de 7 de agosto de 1835, mas pode considerar-se pertencendo ao distrito de Beja, nos termos do Decreto de 6 de novembro de 1836.

O concelho de Padrões foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Senhora da Graça de Padrões — no concelho de Almodôvar;
- 1 — Santa Bárbara de Padrões — no concelho de Castro Verde.

Padroso

Em meados da década de 1830, o concelho de Padroso englobava 1 freguesia — Padroso.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Padroso passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Padroso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Padroso — integrada no concelho de Montalegre.

Paialvo

Em meados da década de 1830, o concelho de Paialvo englobava 1 freguesia — Paialvo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Paialvo passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Paialvo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Paialvo — integrada no concelho de Tomar.

Paião

O concelho de Paião foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 2 freguesias separadas:

- 1 — Paião — do concelho da Figueira da Foz;
- 1 — Lavos — do concelho de Lavos, então extinto.

O concelho de Paião foi extinto por Lei de 4 de julho de 1837, por transferência da respetiva sede para Lavos.

Paio de Pele

Em meados da década de 1830, o concelho de Paio de Pele englobava 1 freguesia — Paio de Pele.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Paio de Pele passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Paio de Pele foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Paio de Pele — integrada no concelho da Barquinha.

Paiva

Ver Castelo de Paiva.

Palmela

Em meados da década de 1830, o concelho de Palmela englobava 4 freguesias, 2 — Castelo; e São Pedro — com sede em Palmela e 2 — Ajuda; e Marateca — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Palmela passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida 1 freguesia — Ajuda — do concelho de Palmela para o concelho de Setúbal.

Por Decreto de 26 de julho de 1851, a freguesia do Castelo de Palmela foi integrada na freguesia de São Pedro de Palmela.

O concelho de Palmela foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Marateca; e Palmela — integradas no concelho de Setúbal.

O concelho de Palmela foi restaurado pelo Decreto n.º 12615 de 1 de novembro de 1926, englobando 2 freguesias — Marateca; e Palmela — separadas do concelho de Setúbal.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Palmela passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto n.º 15004 de 7 de fevereiro de 1928, foram criadas as freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, separadas da freguesia de Palmela.

Pelo Decreto-Lei n.º 41320 de 14 de outubro de 1957, parte da freguesia de Marateca do concelho de Palmela foi transferida para o concelho do Montijo e integrada na freguesia de Santo Isidro de Pegões então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Palmela passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Palmela passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Palmela passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 67/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Poceirão, separada das freguesias de Marateca e Palmela.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Palmela passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Palmela englobava 5 freguesias: Marateca; Palmela; Pinhal Novo; Poceirão; e Quinta do Anjo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Palmela passou a englobar 4 freguesias: Palmela; Pinhal Novo; Quinta do Anjo; e União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Palmela passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Pampilhosa — Pampilhosa da Serra

Em meados da década de 1830, o concelho de Pampilhosa, também denominado Pampilhosa da Serra, englobava 3 freguesias, 1 com sede em Pampilhosa da Serra e 2 — Cabril; e Pessegueiro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pampilhosa da Serra passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Pampilhosa da Serra foi transferido do distrito de Leiria para o distrito de Coimbra.

- foi extinto o concelho de Álvares, sendo as 2 freguesias que o compunham — Álvares; e Portela do Fojo — integrada no concelho de Pampilhosa da Serra.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Álvares, englobando 2 freguesias — Álvares; e Portela do Fojo — separadas do concelho de Pampilhosa da Serra.

Por Decreto de 15 de setembro de 1841, foi criada a freguesia de São Miguel de *Machio*, separada da freguesia de Pampilhosa da Serra.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Álvares, sendo 1 das freguesias que o compunham — Portela do Fojo — integrada no concelho de Pampilhosa da Serra;

- foi extinto o concelho de Fajão, sendo 5 das freguesias que o compunham — Dornelas do Zêzere; Fajão; Janeiro de Baixo: Unhais-o-Velho; e Vidual de Cima — integradas no concelho de Pampilhosa da Serra.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Pampilhosa da Serra passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Pampilhosa da Serra passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Pampilhosa da Serra passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Pampilhosa da Serra passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Pampilhosa da Serra englobava 10 freguesias: Cabril; Dornelas do Zêzere; Fajão; Janeiro de Baixo; Machio; Pampilhosa da Serra; Pessegueiro; Portela do Fojo; Unhais-o-Velho; e Vidual.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Pampilhosa da Serra passou a englobar 8 freguesias: Cabril; Dornelas do Zêzere; Janeiro de Baixo; Pampilhosa da Serra; Pessegueiro; Unhais-o-Velho; Fajão – Vidual; e Portela do Fojo – Machio.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Pampilhosa da Serra passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Panoias

Em meados da década de 1830, o concelho de Panoias englobava 1 freguesia — Panoias.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Panoias passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Panoias foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Panoias — integrada no concelho de Messejana.

Parada de Ester

Em meados da década de 1830, o concelho de Parada de Ester englobava 1 freguesia — Parada de Ester.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Parada de Ester passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Parada de Ester foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Parada de Ester — integrada no concelho de Castro Daire.

Parada de Pinhão

Em meados da década de 1830, o concelho de Parada de Pinhão englobava 1 freguesia — Parada de Pinhão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Parada de Pinhão passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Parada de Pinhão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Parada de Pinhão — integrada no concelho de Vilar de Maçada.

Parada do Bispo

Em meados da década de 1830, o concelho de Parada do Bispo englobava 1 freguesia — Parada do Bispo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Parada do Bispo passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Parada do Bispo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Parada do Bispo — integrada no concelho de Lamego.

Parada do Bouro

Em meados da década de 1830, o concelho de Parada do Bouro englobava 1 freguesia — Parada do Bouro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Parada do Bouro passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Parada do Bouro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Parada do Bouro — integrada no concelho de Vieira do Minho.

Paradela

Em meados da década de 1830, o concelho de Paradela englobava 2 freguesias, 1 com sede em Paradela e 1 — Granjinha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Paradela passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Paradela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Granjinha; e Paradela — integradas no concelho de Tabuaço.

Paredes

O concelho de Paredes foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 24 freguesias separadas:

• 18 — Aguiar de Sousa; Astromil; Besteiros; Bitarães; Casais; Castelões de Cepeda; Cristelo; Duas Igrejas; Lordelo; Madalena; Mouriz; Nevogilde; Parada de Todeia; Rebordosa; Sobreira; Vandoma; Vila Cova de Carros; e Vilela — do concelho de Aguiar de Sousa então extinto;

- 1 — Baltar — do concelho de Baltar então extinto.
- 1 — Cete — do concelho de Cete então extinto;
- 3 — Beire; Gondalães; e Louredo — do concelho de Louredo então extinto;
- 1 — Sobrosa — do concelho de Sobrosa, então extinto.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho de Paredes 1 freguesia — Gandra — do concelho de Valongo.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Lousada englobando 2 freguesias — Casais; e Nevogilde — separadas do concelho de Paredes.

Em 1855, foi criada a freguesia de Recarei, separada da freguesia de Sobreira.

Pela Lei n.º 605 de 15 de junho de 1916, a freguesia de Cristelo foi separada da freguesia de Besteiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Astromil foi integrada na freguesia de Gandra;
- o concelho de Paredes passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 37056 de 11 de setembro de 1948, a freguesia de Astromil foi separada da freguesia de Gandra.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Paredes passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Paredes passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Paredes passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Paredes englobava 24 freguesias: Aguiar de Sousa; Astromil; Baltar; Beire; Besteiros; Bitarães; Castelões de Cepeda (Paredes); Cete; Cristelo; Duas Igrejas; Gandra; Gondalães; Lordelo; Louredo; Madalena; Mouriz; Parada de Todeia; Rebordosa; Recarei; Sobreira; Sobrosa; Vandoma; Vila Cova de Carros; e Vilela.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Paredes passou a englobar 18 freguesias: Aguiar de Sousa; Astromil; Baltar; Beire; Cete; Cristelo; Duas Igrejas; Gandra; Lordelo; Louredo; Parada de Todeia; Rebordosa; Recarei; Sobreira; Sobrosa; Vandoma; Vilela; e Paredes (criada por fusão das freguesias de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Paredes passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Paredes da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Paredes da Beira englobava 2 freguesias, 1 com sede em Paredes da Beira e 1 — Riodades — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Paredes da Beira passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Paredes da Beira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Paredes da Beira; e Riodades — integradas no concelho de Trevões.

Paredes de Coura

Por Decreto de 15 de setembro de 1875, a sede do concelho de Coura foi transferida para Paredes de Coura.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Paredes de Coura passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Paredes de Coura passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Paredes de Coura passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Paredes de Coura passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Paredes de Coura englobava 21 freguesias: Agualonga; Bico; Castanheira; Cossourado; Coura; Cristelo; Cunha; Ferreira; Formariz; Infesta; Insalde; Linhares; Mozelos; Padornelo; Parada; Paredes de Coura; Porreiras; Resende; Romarigães; Rubiães; e Vascões.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Paredes de Coura passou a englobar 16 freguesias: Agualonga; Castanheira; Coura; Cunha; Infesta; Mozelos; Padornelo; Parada; Romarigães; Rubiães; Vascões; União das Freguesias de Bico e Cristelo; União das Freguesias de Cossourado e Linhares; União das Freguesias de Formariz e Ferreira; União das Freguesias de Insalde e Porreiras; e União das Freguesias de Paredes de Coura e Resende.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Paredes de Coura passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Paredes do Bairro

Em meados da década de 1830, o concelho de Paredes do Bairro englobava a localidade de Paredes do Bairro, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de São Lourenço do Bairro.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835, o concelho de Paredes do Bairro foi extinto, sendo a localidade que o compunha — Paredes do Bairro — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro.

Paredes Secas

Em meados da década de 1830, o concelho de Paredes Secas englobava 1 freguesia — Paredes Secas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Paredes Secas passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Paredes Secas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Paredes Secas — integrada no concelho de Amares.

Passô

Em meados da década de 1830, o concelho de Passô englobava 1 freguesia — Passô.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Passô passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Passô foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Passô — integrada no concelho de Leomil.

Paus

Em meados da década de 1830, o concelho de Paus englobava 1 freguesia — Alquerubim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Paus passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Paus 2 freguesias — Albergaria-a-Velha; e São João de Loure — do concelho de Aveiro.

O concelho de Paus foi extinto por Decreto de 20 de outubro de 1841, por transferência da sede do concelho de Paus para Albergaria-a-Velha.

Pavia

Em meados da década de 1830, o concelho de Pavia englobava 1 freguesia — Pavia.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pavia passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Águias, sendo a freguesia que o compunha — Brotas — integrada no concelho de Pavia;

- foi extinto o concelho de Cabeção, sendo a freguesia que o compunha — Cabeção — integrada no concelho de Pavia;

- foi extinto o concelho de Mora, sendo a freguesia que o compunha — Mora — integrada no concelho de Pavia.

O concelho de Pavia foi extinto por Lei de 17 de abril de 1838, por transferência da sede do concelho para Mora.

Pederneira

Em meados da década de 1830, o concelho de Pederneira englobava 2 freguesias, 1 com sede na Pederneira e 1 — Famalicão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pederneira passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Pederneira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas

- 1 — Pederneira — no concelho de Maiorga;
- 1 — Famalicão — no concelho de São Martinho do Porto.

O concelho de Pederneira foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 3 freguesias separadas:

- 2 — Pederneira; e Valado de Frades — do concelho de Maiorga, então extinto;
- 1 — Famalicão — do concelho de São Martinho do Porto.

O concelho de Pederneira foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Famalicão; Pederneira; e Valado de Frades — integradas no concelho de Alcobaça.

O concelho de Pederneira foi restaurado por Lei de 22 de junho de 1898, englobando 3 freguesias — Famalicão; Pederneira; e Valado de Frades — separadas do concelho de Alcobaça.

Por Lei de 18 de dezembro de 1912, o concelho e a freguesia de Pederneira passaram a denominar-se concelho e freguesia da Nazaré.

Pedraído

Em meados da década de 1830, o concelho de Pedraído englobava 1 freguesia — Pedraído.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pedraído passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Pedraído foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pedraído — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto.

Pedralva — Pedralva e Lageosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Pedralva englobava 2 freguesias, 1 com sede em Pedralva e 1 — Sobreposta — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Lageosa, sendo a localidade que o compunha — Lageosa — integrada no concelho de Pedralva;

- o concelho de Pedralva e Lageosa passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Pedralva e Lageosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Pedralva; e Sobreposta — integradas no concelho de Braga.

Pedrógão Grande

Em meados da década de 1830, o concelho de Pedrógão Grande englobava 5 freguesias, 1 com sede em Pedrógão Grande e 4 — Castanheira de Pêra; Coentral; Graça; e Vila Facaia — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pedrógão Grande passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Pedrógão Grande foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 5 freguesias que o compunham — Castanheira de Pêra; Coentral; Graça; Pedrógão Grande; e Vila Facaia — integradas no concelho de Figueiró dos Vinhos.

O concelho da Pedrógão Grande foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 5 freguesias — Castanheira de Pêra; Coentral; Graça; Pedrógão Grande; e Vila Facaia — separadas do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Pela Lei n.º 203 de 17 de junho de 1914 foi criado o concelho de Castanheira de Pêra englobando 2 freguesias — Castanheira de Pêra; e Coentral — separadas do concelho de Pedrógão Grande.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Pedrógão Grande passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Pedrógão Grande passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Pedrógão Grande passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Pedrógão Grande passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

O concelho de Pedrógão Grande engloba hoje 3 freguesias: Graça; Pedrógão Grande; e Vila Facaia.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Pedrógão Grande passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Pedrógão Pequeno

Em meados da década de 1830, o concelho de Pedrógão Pequeno englobava 2 freguesias, 1 com sede em Pedrógão Pequeno e 1 — Carvalhal — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pedrógão Pequeno passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Pedrógão Pequeno foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunha — Carvalhal; e Pedrógão Pequeno — integradas no concelho de Oleiros.

Pedroso

Em meados da década de 1830, o concelho de Pedroso englobava 1 freguesia — Pedroso.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pedroso passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Pedroso foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pedroso — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia.

Pena Verde

Em meados da década de 1830, o concelho de Pena Verde englobava 4 freguesias, 1 com sede em Pena Verde e 3 — Dornelas; Forninhos; e Queiriz — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pena Verde passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Pena Verde foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Dornelas; Forninhos; Pena Verde; e Queiriz — integradas no concelho de Algodres.

Penacova

Em meados da década de 1830, o concelho de Penacova englobava 7 freguesias, 1 com sede em Penacova e 6 — Almaça; Oliveira do Cunhedo; Paradela; Santo André de Poiares; São Pedro de Farinha Podre; e Travanca de Farinha Podre — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penacova passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Carvalho, sendo a freguesia que o compunha — Carvalho — integrada no concelho de Penacova;

- foram transferidas 3 freguesias — Figueira de Lorvão; Lorvão; e Sazes de Lorvão — do concelho de Coimbra para o concelho de Penacova;

- foi criado o concelho de Farinha Podre englobando 4 freguesias — São Pedro de Farinha Podre; Oliveira do Cunhedo; Paradela; e Travanca de Farinha Podre — separadas do concelho de Penacova;

- foi criado o concelho de Poiares, englobando 1 freguesia — Santo André de Poiares — separada do concelho de Penacova;

- foi transferida 1 freguesia — Almaça — do concelho de Penacova para o concelho de Mortágua.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Penacova 1 freguesia — Friúmes — do concelho de Poiares;

- foram transferidas para o concelho de Penacova 3 freguesias — São Pedro de Farinha Podre; Oliveira do Cunhedo; e Travanca de Farinha Podre — do concelho de Tábua.

Por Decreto de 21 de fevereiro de 1889:

- a freguesia de São Pedro de Farinha Podre passou a denominar-se São Pedro de Alva;

- a freguesia de Travanca de Farinha Podre passou a denominar-se Travanca do Mondego.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Poiares, sendo 2 das freguesias que o compunham — Arrifana; e Lavegadas — integradas no concelho de Penacova;

- foram transferidas 2 freguesias — São Pedro de Alva; e Travanca do Mondego — do concelho de Penacova para o concelho de Tábua.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Poiares, englobando 2 freguesias — Arrifana; e Lavegadas — separadas do concelho de Penacova;

- foram transferidas para o concelho de Penacova 4 freguesias — Paradela; São Paio de Farinha Podre; São Pedro de Alva; e Travanca do Mondego — do concelho de Tábua.

Por Decreto de 24 de agosto de 1912, a freguesia de Oliveira do Cunhedo passou a denominar-se Oliveira do Mondego.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Penacova passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Penacova passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Penacova passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 75/85 de 28 de setembro de 1985, a freguesia de São Paio de Farinha Podre passou a denominar-se São Paio do Mondego.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Penacova passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

No início de 2013, o concelho de Penacova englobava 11 freguesias: Carvalho; Figueira de Lorzão; Friúmes; Lorzão; Oliveira do Mondego; Paradela; Penacova; São Paio de Mondego; São Pedro de Alva; Sazes do Lorzão; e Travanca do Mondego.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Penacova passou a englobar 8 freguesias: Carvalho; Figueira de Lorzão; Lorzão; Penacova; Sazes do Lorzão; União das Freguesias de Friúmes e Paradela; União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego; e União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Penacova passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Penafiel

Em meados da década de 1830, o concelho de Penafiel englobava 34 freguesias, 1 com sede em Penafiel e 33 — Boavista; Boelhe; Cabeça Santa; Canelas; Capela; Coreixas; Croca; Duas Igrejas; Eja; Entre-os-Rios; Figueira; Fonte Arcada; Galegos; Guilhufe; Irivo; Lagares; Luzim; Marecos; Milhundos; Oldrões; Paço de Sousa; Passinhos; Perozelo; Pinheiro; Portela; Rans; Rio de Moinhos; Santa Marta; Santiago de Subarrifana; Sebolido; Urrô; Valpedre; e Vila Cova — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penafiel passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Barbosa, sendo as 2 freguesias que o compunham — Canas; e Paredes — integradas no concelho de Penafiel;

- foi extinto o concelho de Bustelo, sendo a freguesia que o compunha — Bustelo — integrada no concelho de Penafiel;

- foi extinto o concelho de Lousada, sendo 6 das freguesias que o compunham — Boim; Lodaes; Nespereira; Novelas; Pias; e Silvares — integradas no concelho de Penafiel;

- foi extinto o concelho de Meinedo, sendo a freguesia que o compunha — Meinedo — integrada no concelho de Penafiel;

- foi extinto o concelho de Porto Carreiro, sendo as 2 freguesias que o compunham — Abragão; e Maureles — integradas no concelho de Penafiel;

- foi transferida para o concelho de Penafiel 1 freguesia — São Martinho de Recezinhos — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega;

- foi extinto o concelho de Vila Boa de Quires, sendo a freguesia que o compunha — Vila Boa de Quires — integrada no concelho de Penafiel.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Lousada, englobando 6 freguesias — Boim; Lodaes; Meinedo; Nespereira; Pias; e Silvares — separadas do concelho de Penafiel.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Boavista foi integrada na freguesia de Galegos;

- a freguesia de Coreixas foi integrada na freguesia de Irivo;

- a freguesia de Canas foi integrada na freguesia de Rans;
- a freguesia de Entre-os-Rios foi integrada na freguesia de Eja;
- a freguesia de Passinhos foi integrada na freguesia de Boelhe;
- a freguesia de Santiago de Subarrifana foi integrada na freguesia de Penafiel.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram transferidas 2 freguesias — Maureles; e Vila Boa de Quires — do concelho de Penafiel para o concelho de Marco de Canaveses.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, sendo 2 das freguesias que o compunham — Castelões de Recezinhos; e São Mamede de Recezinhos — integradas no concelho de Penafiel.

Pelo Decreto-Lei n.º 23632 de 6 de março de 1934, a freguesia de Santiago de Subarrifana foi separada da freguesia de Penafiel.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Penafiel passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Penafiel passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Penafiel passou a fazer parte da região do Norte.

Pela Lei n.º 42/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Rio Mau, separada da freguesia de Sebolido.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Penafiel passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Penafiel englobava 38 freguesias: Abragão; Boelhe; Bustelo; Cabeça Santa; Canelas; Capela; Castelões; Croca; Duas Igrejas; Eja; Figueira; Fonte Arcada; Galegos; Guilhufe; Irivo; Lagares; Luzim; Marecos; Milhundos; Novelas; Oldrões; Paço de Sousa; Paredes; Penafiel; Perozelo; Pinheiro; Portela; Rans; Recezinhos (São Mamede); Recezinhos (São Martinho); Rio de Moinhos; Rio Mau; Santa Marta; Santiago de Subarrifana; Sebolido; Urrô; Valpedre; e Vila Cova.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Penafiel passou a englobar 28 freguesias: Abragão; Boelhe; Bustelo; Cabeça Santa; Canelas; Capela; Castelões; Croca; Duas Igrejas; Eja; Fonte Arcada; Galegos; Irivo; Oldrões; Paço de Sousa; Perozelo; Rans; Recezinhos (São Mamede); Recezinhos (São Martinho); Rio de Moinhos; Rio Mau; Sebolido; Valpedre; Penafiel (que absorveu as freguesias de Milhundos, Marecos, Novelas, Santa Marta e Santiago de Subarrifana); Guilhufe e Urrô; Luzim e Vila Cova; Lagares e Figueira; e Termas de São Vicente (criada por fusão das freguesias de Pinheiro, Portela e Paredes).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Penafiel passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região do Tâmega e Sousa.

Penalva de Alva

Em meados da década de 1830, o concelho de Penalva de Alva englobava 3 freguesias, 1 com sede em Penalva de Alva e 2 — Alvoco das Várzeas; e São Gião — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penalva de Alva passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de São Sebastião da Feira, sendo a freguesia que o compunha — São Sebastião da Feira — integrada no concelho de Penalva de Alva;
- foi transferida 1 freguesia — São Gião — do concelho de Penalva de Alva para o concelho de Sandomil.

O concelho de Penalva de Alva foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alvoco das Várzeas; Penalva de Alva; e São Sebastião da Feira — integradas no concelho de Sandomil.

Penalva do Castelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Penalva do Castelo, englobava 12 freguesias, 1 com sede em Ínsua, onde se situava Castendo, sede do concelho, e 11 — Antas; Castelo de Penalva; Esmolfe; Germil; Lusinde; Mareco; Pindo; Real; Sezures; Trancozelos; e Vila Cova do Covelo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penalva do Castelo passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Ladário, sendo a freguesia que o compunha — Ladário — integrada no concelho de Penalva do Castelo;
- foi extinto o concelho de Rio de Moinhos, sendo a freguesia que o compunha — Rio de Moinhos — integrada no concelho de Penalva do Castelo;
- foi extinto o concelho de Silvã de Cima, sendo a freguesia que o compunha — Silvã de Cima — integrada no concelho de Penalva do Castelo.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Rio de Moinhos; e Silvã de Cima — do concelho de Penalva do Castelo para o concelho de Sátão.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Ladário — do concelho de Penalva do Castelo para o concelho de Sátão.

Por Decreto de 10 de fevereiro de 1852, foi extinto o concelho de Tavares, sendo 2 das freguesias que o compunham — São João da Fresta; e Travanca de Tavares — integradas no concelho de Penalva do Castelo.

Por Decreto de 23 de junho de 1852, foram transferidas 2 freguesias — São João da Fresta; e Travanca de Tavares — do concelho de Penalva do Castelo para o concelho de Mangualde.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Penalva do Castelo passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto n.º 41222 de 7 de agosto de 1957, a localidade de Castendo passou a denominar-se Penalva do Castelo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44245 de 21 de março de 1962, foi criada a freguesia de Matela separada da freguesia de Antas.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Penalva do Castelo passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Penalva do Castelo passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Penalva do Castelo passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Penalva do Castelo englobava 13 freguesias: Antas; Castelo de Penalva; Esmolfe; Germil; Ínsua; Lusinde; Mareco; Matela; Pindo; Real; Sezures; Trancozelos; e Vila Cova do Covelo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Penalva do Castelo passou a englobar 11 freguesias: Castelo de Penalva; Esmolfe; Germil; Ínsua; Lusinde; Pindo; Real; Sezures; Trancozelos; União das Freguesias de Vila Cova do Covelo e Mareco; e União das Freguesias de Antas e Matela.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Penalva do Castelo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Viseu Dão Lafões.

Penamacor

Em meados da década de 1830, o concelho de Penamacor englobava 11 freguesias, 3 — Nossa Senhora da Conceição; São Pedro; e São Tiago — com sede em Penamacor e 8 — Águas; Aldeia do Bispo; Aranhas; Benquerença; Meimão; Meimoa; Pedrógão; e Vale de Lobo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penamacor passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Bemposta sendo a freguesia que o compunha — Bemposta — integrada no concelho de Penamacor;

- foi extinto o concelho de Medelim, sendo a freguesia que o compunha — Medelim — integrada no concelho de Penamacor;

- foi extinto o concelho de Monsanto, sendo 3 das freguesias que o compunham — Aldeia de João Pires; Aldeia do Salvador; e Monsanto — integradas no concelho de Penamacor;

• foi extinto o concelho de Penha Garcia, sendo a freguesia que o compunha — Penha Garcia — integrada no concelho de Penamacor.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Monsanto, englobando 6 freguesias — Aldeia de João Pires; Aldeia do Salvador; Bemposta; Medelim; Monsanto; Penha Garcia — separadas do concelho de Penamacor.

Por Decreto de 15 de outubro de 1841, as freguesias de São Pedro e São Tiago de Penamacor foram integradas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Penamacor.

Por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, foi extinto o concelho de Monsanto, sendo 3 das freguesias que o compunham — Aldeia de João Pires; Aldeia do Salvador; e Bemposta — integradas no concelho de Penamacor.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Penamacor passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

Pelo Decreto n.º 41210 de 2 de agosto de 1957, a freguesia de Vale de Lobo passou a denominar-se Vale da Senhora da Póvoa.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Penamacor passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Penamacor passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Penamacor passou a fazer parte da região do Centro sub-região da Beira Interior Sul.

Pela Lei n.º 39/97 de 12 de julho de 1997, a freguesia de Pedrógão passou a denominar-se Pedrógão de São Pedro.

No início de 2013, o concelho de Penamacor englobava 12 freguesias: Águas; Aldeia de João Pires; Aldeia do Bispo; Aranhas; Bemposta; Benquerença; Meimão; Meimoa; Pedrógão de São Pedro; Penamacor; Salvador; e Vale da Senhora da Póvoa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Penamacor passou a englobar 9 freguesias: Aranhas; Benquerença; Meimão; Meimoa; Penamacor; Salvador; Vale da Senhora da Póvoa; União das Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires; e União das Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Penamacor passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Penas Roias

Em meados da década de 1830, o concelho de Penas Roias englobava 10 freguesias, 1 com sede em Penas Roias e 9 — Castanheira; Macedo do Peso; Peso; Sampaio; Sanhoane; São Martinho do Peso; Variz; Viduedo; e Vilariça — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penas Roias passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Penas Roias foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 10 freguesias que o compunham — Castanheira; Macedo do Peso; Penas Roias; Peso; Sanhoane; São Martinho do Peso; São Paio; Variz; Viduedo; e Vilariza — integradas no concelho de Mogadouro.

Pendilhe

Em meados da década de 1830, o concelho de Pendilhe englobava 1 freguesia — Pendilhe.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pendilhe passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Pendilhe foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pendilhe — integrada no concelho de Fráguas.

Pendurada

Em meados da década de 1830, o concelho de Pendurada englobava 2 freguesias, 1 com sede em Alpendurada e 1 — Várzea do Douro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pendurada passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Pendurada foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alpendurada; e Várzea do Douro — integradas no concelho de Benviver.

Penedono

Em meados da década de 1830, o concelho de Penedono englobava 9 freguesias, 2 — Salvador; e São Pedro — com sede em Penedono e 7 — Alcarva; Antas; Beselga; Castainço; Granja; Ourozinho; e Prova — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penedono passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Souto de Penedono, sendo a freguesia que o compunha — Souto — integrada no concelho de Penedono;

- foi transferida 1 freguesia — Prova — do concelho de Penedono para o concelho de Meda.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, a freguesia de Salvador de Penedono foi integrada na freguesia de São Pedro de Penedono.

Entre 1849 e 1864, foi transferida 1 freguesia — Alcarva — do concelho de Penedono para o concelho de Meda.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, o concelho de Penedono foi transferido do distrito da Guarda para o distrito de Viseu.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Trevões, sendo 2 das freguesias que o compunham — Penela da Beira; e Póvoa de Penela — integradas no concelho de Penedono.

O concelho de Penedono foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Antas; Beselga; Granja; Ourozinho; Penedono; e Souto — no concelho de Meda;
- 3 — Castainço; Penela da Beira; e Póvoa de Penela — no concelho de São João de Pesqueira.

O concelho de Penedono foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 9 freguesias separadas:

- 5 — Antas; Granja; Ourozinho; Penedono; e Souto — do concelho de Meda;
- 3 — Castainço; Penela da Beira; e Póvoa de Penela — do concelho de São João da Pesqueira;
- 1 — Beselga — do concelho de Sernancelhe.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Penedono passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Penedono passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Penedono passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Penedono passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Penedono englobava 9 freguesias: Antas; Beselga; Castainço; Granja; Ourozinho; Penedono; Penela da Beira; Póvoa de Penela; e Souto.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Penedono passou a englobar 7 freguesias: Beselga; Castainço; Penela da Beira; Póvoa de Penela; Souto; União das Freguesias de Antas e Ourozinho; e União das Freguesias de Penedono e Granja.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Penedono passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Penela

Em meados da década de 1830, o concelho de Penela, também denominado de Espinhal e Penela, englobava 5 freguesias, 2 — Santa Eufémia; e São Miguel — com sede em Penela e 3 — Cumeeira; Espinhal; e Lagarteira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Espinhal e Penela passou a fazer parte do distrito de Coimbra então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Podentes, sendo a freguesia que o compunha — Podentes — integrada no concelho de Penela;

- foi extinto o concelho de Vale de Todos, sendo a freguesia que o compunha — Torre de Vale de Todos — integrada no concelho de Penela.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Ansião, englobando 2 freguesias — Lagarteira; e Torre de Vale de Todos — separadas do concelho de Penela.

Entre 1852 e 1853, foi transferida para o concelho de Penela 1 freguesia — Zambujal — do concelho de Condeixa-a-Nova.

Por Decreto de 27 de julho de 1853, foram transferidas para o concelho de Penela 2 freguesias — Alvorge; e Rabaçal — do concelho de Condeixa-a-Nova.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram transferidas 3 freguesias — Alvorge e Ateanha; Rabaçal; e Zambujal — do concelho de Penela para o concelho de Soure.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Penela 1 freguesia — Rabaçal — do concelho de Soure.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Penela passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Penela passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Penela passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Penela passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Penela englobava 6 freguesias: Cumeeira; Espinhal; Podentes; Rabaçal; Santa Eufémia de Penela; e São Miguel de Penela.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Penela passou a englobar 4 freguesias: Cumeeira; Espinhal; Podentes; e União das Freguesias de São Miguel de Penela, Santa Eufémia de Penela e Rabaçal.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Penela passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Penela da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Penela da Beira englobava 1 freguesia — Penela da Beira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penela passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Penela da Beira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Penela da Beira — integrada no concelho de Trevões.

Penha Garcia

Em meados da década de 1830, o concelho de Penha Garcia englobava 1 freguesia — Penha Garcia.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Penha Garcia passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Penha Garcia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Penha Garcia — integrada no concelho de Penamacor.

Peniche

Em meados da década de 1830, o concelho de Peniche englobava 3 freguesias — Ajuda; Conceição; e São Pedro — todas com sede em Peniche.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Peniche passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Atouguia da Baleia, sendo as 2 freguesias que o compunham — Atouguia da Baleia; e Serra d'El-Rei — integradas no concelho de Peniche.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, o concelho de Peniche foi transferido do distrito de Lisboa para o distrito de Leiria.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Peniche passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Peniche passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Peniche passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 121/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Ferrel, separada da freguesia de Atouguia da Baleia.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Peniche passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Peniche englobava 6 freguesias: Atouguia da Baleia; Ferrel; Peniche (Ajuda); Peniche (Conceição); Peniche (São Pedro); e Serra d'El-Rei.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Peniche passou a englobar 4 freguesias: Atouguia da Baleia; Ferrel; Serra d'El-Rei; e Peniche (criada por fusão das freguesias de Peniche (Ajuda), Peniche (Conceição) e Peniche (São Pedro)).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Peniche passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Pera e Peva

Em meados da década de 1830, o concelho de Pera e Peva englobava 3 freguesias, 1 com sede em Peva, sede do concelho, e 2 — Ariz; e Pera Velha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pera e Peva passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Pera e Peva foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Ariz; Pera Velha; e Peva — integradas no concelho de Leomil.

Perçada

Em meados da década de 1830, o concelho de Perçada englobava 1 freguesia — Perçada.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Perçada passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Perçada foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Perçada — integrada no concelho de Midões.

Pereira

Em meados da década de 1830, o concelho de Pereira englobava 1 freguesia — Pereira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pereira passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Pereira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pereira — integrada no concelho de Santo Varão.

Pereira Jusã

Em meados da década de 1830, o concelho de Pereira Jusã englobava 2 freguesias, 1 — São Vicente de Pereira Jusã — com sede em Pereira Jusã e 1 — Válega — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pereira Jusã passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Pereira Jusã foi extinto por Decreto de 28 de dezembro de 1852, sendo as 2 freguesias que o compunham — São Vicente de Pereira Jusã; e Válega — integradas no concelho de Ovar.

Pernes

Em meados da década de 1830, o concelho de Pernes englobava 1 freguesia — Pernes.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pernes passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Pernes 3 freguesias — Arneiro das Milhariças; Louriceira; e Malhou — do concelho de Alcanede;

- foram transferidas para o concelho de Pernes 3 freguesias — Casével; São Vicente do Paul; e Vaqueiros — do concelho de Santarém.

Por Decreto de 25 de junho de 1851:

- a freguesia de Louriceira foi integrada na freguesia de Malhou;

- foi criada a freguesia de Amiais de Baixo, separada da freguesia de Malhou.

O concelho de Pernes foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 7 freguesias que o compunham — Amiais de Baixo; Arneiro das Milhariças; Casével; Malhou; Pernes; São Vicente do Paul; e Vaqueiros — integradas no concelho de Santarém.

Peso da Régua

O concelho de Peso da Régua foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 6 freguesias separadas:

- 1 — Godim — do concelho de Godim, então extinto;

- 5 — Fontelas; Loureiro; Moura Morta; Peso da Régua; e Sedielos — do concelho de Santa Marta de Penaguião.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Canelas, sendo as 4 freguesias que o compunham — Covelinhas; Galafura; Poiares; e Vilarinho dos Freires — integradas no concelho de Peso da Régua.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Santa Marta de Penaguião, sendo 7 das freguesias que o compunham — Alvações do Corgo; Fontes; Lobrigos (São João Batista); Lobrigos (São Miguel), Medrões, Sanhoane e Sever — integradas no concelho de Peso da Régua;

- foi transferida 1 freguesia — Sedielos — do concelho de Peso da Régua para o concelho de Mesão Frio.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida para o concelho de Peso da Régua 1 freguesia — Sedielos — do concelho de Mesão Frio;

- foi restaurado o concelho de Santa Marta de Penaguião, englobando 7 freguesias — Alvações do Corgo; Fontes; Lobrigos (São João Batista); Lobrigos (São Miguel), Medrões, Sanhoane e Sever — separadas do concelho de Peso da Régua.

Pelo Decreto-Lei n.º 12331 de 11 de dezembro de 1933, foi criada a freguesia de Vinhós, separada da freguesia de Sedielos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Peso da Régua passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Peso da Régua passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 406/76 de 27 de maio de 1976, foi criada a freguesia de Canelas, separada da freguesia de Poiães.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Peso da Régua passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Peso da Régua passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Peso da Régua englobava 12 freguesias: Canelas; Covelinhas; Fontelas; Galafura; Godim; Loureiro; Moura Morta; Peso da Régua; Poiães; Sedielos; Vilarinho dos Freires; e Vinhós.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Peso da Régua passou a englobar 8 freguesias: Fontelas; Loureiro; Sedielos; Vilarinho dos Freires; União das Freguesias de Peso da Régua e Godim; União das Freguesias de Moura Morta e Vinhós; União das Freguesias de Poiães e Canelas; e União das Freguesias de Galafura e Covelinhas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Peso da Régua passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Pesqueira

Ver São João da Pesqueira.

Pias

Em meados da década de 1830, o concelho de Pias englobava 3 freguesias, 1 com sede em Pias e 2 — Areias; e Chãos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pias passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Pias foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Areias; Chãos; e Pias — integradas no concelho de Ferreira do Zêzere.

Pico de Regalados

Em meados da década de 1830, o concelho de Pico de Regalados, também denominado Regalados, englobava 21 freguesias, 1 com sede em Pico de Regalados e 20 — Atães; Barros; Caldelas; Coucieiro; Gême; Gondiaães; Gondoriz; Lanhas; Mós; Oriz – Santa Marinha; Oriz – São Miguel; Paranhos; Passô; Pico; Portela; Prado; Sande; Valbom – São Martinho; Valbom – São Pedro; e Vilarinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pico de Regalados passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aboim da Nóbrega, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aboim da Nóbrega; e Ermida — integradas no concelho de Pico de Regalados;

- foram transferidas para o concelho de Pico de Regalados 4 freguesias — Caldelas; Fiscal; Sequeiros; e Torre — do concelho de Amares;

- foi extinto o concelho de Gomide, sendo a freguesia que o compunha — Gomide — integrada no concelho de Pico de Regalados;

- foi extinto o concelho de Sabariz, sendo a freguesia que o compunha — Sabariz — integrada no concelho de Pico de Regalados;

- foi extinto o concelho de Valdreu, sendo a freguesia que o compunha — Valdreu — integrada no concelho de Pico de Regalados;

- foi extinto o concelho de Larim e Vila Chã, sendo 7 das freguesias que o compunham — Esqueiros; Loureira; Parada e Barbudo; Soutelo; Travassós; Turiz; e Vila Verde — integradas no concelho de Pico de Regalados;

- foi transferida 1 freguesia — Gondoriz — do concelho de Pico de Regalados para o concelho de Terras de Bouro.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram transferidas 6 freguesias — Caldelas; Fiscal; Paranhos; Portela; Sequeiros; e Torre — do concelho de Pico de Regalados para o concelho de Amares.

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi restaurado o concelho de Vila Chã englobando 7 freguesias — Esqueiros; Loureira; Parada e Barbudo; Soutelo; Travassós; Turiz; e Vila Verde — separadas do concelho de Pico de Regalados.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Aboim da Nóbrega, englobando 3 freguesias — Aboim da Nóbrega; Barros; e Ermida — do concelho de Pico de Regalados.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Aboim da Nóbrega, sendo 5 das freguesias que o compunham — Aboim da Nóbrega; Barros; Codeceda; Penascas; e Valões — integradas no concelho de Pico de Regalados;

- foi transferida para o concelho de Pico de Regalados 1 freguesia — Gondomar — do concelho de Ponte da Barca.

O concelho de Pico de Regalados foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 26 freguesias que o compunham — Aboim da Nóbrega; Atães; Barros; Caldelas; Codeceda; Coucieiro; Gême; Gomide; Gondíães; Gondomar; Lanhas; Mós; Penascas; Passô; Sabariz; Sande; Santa Marinha de Oriz; São Cristóvão de Pico de Regalados; São Martinho de Valbom; São Miguel de Oriz; São Miguel do Prado; São Paio de Pico de Regalados; São Pedro de Valbom; Valdreu; Valões; e Vilarinho — integradas no concelho de Vila Verde.

Pinheiro da Bemposta

Em meados da década de 1830, o concelho de Bemposta, também denominado Pinheiro da Bemposta, englobava 10 freguesias, 1 com sede em Pinheiro da Bemposta e 9 — Branca; Canelas; Fermelã; Loureiro; Palmaz; Ribeira de Fráguas; Salreu; Travanca; UI — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pinheiro da Bemposta passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas 2 freguesias — Canelas; e Fermelã — do concelho de Pinheiro da Bemposta para o concelho de Angeja;

- foi transferida 1 freguesia — Salreu — do concelho de Pinheiro da Bemposta para o concelho de Estarreja.

O concelho de Pinheiro da Bemposta foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 7 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Branca; e Ribeira de Fráguas — no concelho de Albergaria-a-Velha;
- 5 — Loureiro; Palmaz; Pinheiro da Bemposta; Travanca; e UI — no concelho de Oliveira de Azeméis.

Pinheiro de Ázere

Em meados da década de 1830, o concelho de Pinheiro de Ázere englobava 1 freguesia — Pinheiro de Ázere.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pinheiro de Ázere passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Pinheiro de Ázere foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pinheiro de Ázere — integrada no concelho de Santa Comba Dão.

Pinheiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Pinheiros englobava 1 freguesia — Pinheiros.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pinheiros passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Pinheiros foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pinheiros — integrada no concelho de Barcos.

Pinhel

Em meados da década de 1830, o concelho de Pinhel englobava 32 freguesias, 6 — Castelo; Santo André; São Martinho; São Pedro; Sé; e Trindade — com sede em Pinhel e 26 — Atalaia;

Azevo; Bogalhal; Carvalhal da Atalaia; Cidadelhe; Colmeal; Ervas Tenras; Ervedosa; Freixedas; Gamelas; Gouveias; Lameiras; Luzelos; Manigoto; Pala; Penhaforte; Pereiro; Reigadinha; Safurdão; Sorval; Souro Pires; Valbom; Vale de Madeira; Vale Verde; Vascoveiro; e Vendada — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pinhel passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Castelo Mendo, sendo 3 das freguesias que o compunham — Azinhal; Freixo; e Peva — integradas no concelho de Pinhel;

- foi extinto o concelho de Lamegal, sendo a freguesia que o compunha — Lamegal — integrada no concelho de Pinhel;

- foram transferidas para o concelho de Pinhel 2 freguesias — Santa Eufémia; e Vieiro — do concelho de Trancoso;

- foi transferida 1 freguesia — Ervas Tenras — do concelho de Pinhel para o concelho de Alverca da Beira.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foi transferida 1 freguesia — Freixedas — do concelho de Pinhel para o concelho de Alverca da Beira;

- foi transferida 1 freguesia — Lamegal — do concelho de Pinhel para o concelho de Jarmelo.

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Penhaforte — do concelho de Pinhel para o concelho de Jarmelo.

Por Lei de 2 de janeiro de 1838, foi restaurado o concelho de Castelo Mendo, englobando 3 freguesias — Azinhal; Freixo; e Peva — separadas do concelho de Pinhel.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841:

- as freguesias de Santo André, São Martinho, São Pedro, Sé e Trindade de Pinhel foram integradas na freguesia do Castelo de Pinhel;

- a freguesia de Carvalhal foi integrada na freguesia de Atalaia;

- a freguesia de Gamelas foi integrada na freguesia de Pereiro;

- a freguesia de Luzelos foi integrada na freguesia de Colmeal;

- a freguesia de Reigadinha foi integrada na freguesia de Pala;

- a freguesia de Vieiro foi integrada na freguesia de Ervedosa.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Alverca da Beira, sendo as 6 freguesias que o compunham — Alverca da Beira; Avelãs da Ribeira; Bouça Cova; Cerejo; Ervas Tenras; e Freixedas — integradas no concelho de Pinhel.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Pinhel 1 freguesia — Lamegal — do concelho da Guarda;

- foi transferida 1 freguesia — Avelãs da Ribeira — do concelho de Pinhel para o concelho da Guarda.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Vendada foi integrada na freguesia de Lameiras.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foram transferidas para o concelho de Pinhel 4 freguesias — Avelãs da Ribeira; Pínzio; Pomares; e Ribeira dos Carinhos — do concelho de Guarda;

- foram transferidas para o concelho de Pinhel 2 freguesias — Moimentinha; e Póvoa d'El-Rei — do concelho de Trancoso;

- foi transferida 1 freguesia — Vale Verde — do concelho de Pinhel para o concelho de Almeida;

- foi transferida 1 freguesia — Colmeal — do concelho de Pinhel para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida 1 freguesia — Moimentinha — do concelho de Pinhel para o concelho de Trancoso.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram transferidas 2 freguesias — Avelãs da Ribeira; e Ribeira dos Carinhos — do concelho de Pinhel para o concelho da Guarda.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Pinhel passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Pinhel passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Pinhel passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Pinhel passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Pinhel englobava 27 freguesias: Alverca da Beira; Atalaia; Azevo; Bogalhal; Bouça Cova; Cerejo; Cidadelhe; Ervas Tenras; Ervedosa; Freixedas; Gouveias; Lamegal; Lameiras; Manigoto; Pala; Pereiro; Pinhel; Pínzio; Pomares; Póvoa d'El-Rei; Safurdão; Santa Eufémia; Sorval; Souro Pires; Valbom; Vale de Madeira; e Vascoveiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Pinhel passou a englobar 18 freguesias: Ervedosa; Freixedas; Lamegal; Lameiras; Manigoto; Pala; Pinhel; Pínzio; Souro Pires; Vascoveiro; Alverca da Beira / Bouça Cova; União das Freguesias de Atalaia e Safurdão; Vale do Côa (criada por fusão das freguesias de Azevo e Cidadelhe); Valbom / Bogalhal; Terras de Massueime (criada por fusão das freguesias de Ervas Tenras e Cerejo); Agregação de Freguesias Sul de Pinhel (criada por fusão das freguesias de Gouveias e Pomares); Vale do Massueime (criada por fusão das freguesias de Santa Eufémia, Sorval e Póvoa d'El-Rei); e Alto do Palurdo (criada por fusão das freguesias de Pereiro e Vale de Madeira).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Pinhel passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Pinho Velho

Em meados da década de 1830, o concelho de Pinho Velho englobava 1 freguesia — Pinho Velho.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pinho Velho passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Pinho Velho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pinho Velho — integrada no concelho de Cortiços.

Podentes

Em meados da década de 1830, o concelho de Podentes englobava 1 freguesia — Podentes.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Podentes passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Podentes foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Podentes — integrada no concelho de Penela.

Poiares

O concelho de Poiares, também denominado Santo André de Poiares, foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 5 freguesias, separadas:

- 4 — Arrifana; Friúmes; Lavegadas; e São Miguel de Vila Chã de Poiares— do concelho de Coimbra;

- 1 — Santo André de Poiares — do concelho de Penacova.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Friúmes — do concelho de Poiares para o concelho de Penacova.

O concelho de Poiares foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo 4 as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Santo André de Poiares; e São Miguel de Poiares — no concelho da Lousã;

- 2 — Arrifana; e Lavegadas — no concelho de Penacova.

O concelho de Poiares foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias separadas:

- 2 — Santo André de Poiares; e São Miguel de Poiares — do concelho da Lousã;

- 2 — Arrifana; e Lavegadas — do concelho de Penacova.

Por Decreto de 17 de agosto de 1905, o concelho de Poiares passou a denominar-se Vila Nova de Poiares.

Pombal

Em meados da década de 1830, o concelho de Pombal englobava 3 freguesias, 1 com sede em Pombal e 2 — São Tiago de Litém; e Vila Cã — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pombal passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Abitureiras, sendo a freguesia que o compunha — Almagreira — integrada no concelho de Pombal;

- foi extinto o concelho de Abiul, sendo a freguesia que o compunha — Abiul — integrada no concelho de Pombal;

- foram transferidas para o concelho de Pombal 3 freguesias — Espite; São Simão de Litém; e Vermoil — do concelho de Leiria;

- foi extinto o concelho de Redinha, sendo as 2 freguesias que o compunham — Redinha; e Tapéus — integradas no concelho de Pombal.

Por Decreto de 10 de março de 1847, foi criada a freguesia de Pelariga, separada da freguesia de Pombal.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Louriçal sendo as 2 freguesias que o compunham — Louriçal; e Mata Mourisca — integradas no concelho de Pombal;

- foi transferida 1 freguesia — Espite — do concelho de Pombal para o concelho de Vila Nova de Ourém.

Por Decreto de 25 de junho de 1864, foi transferida 1 freguesia — Tapéus — do concelho de Pombal para o concelho de Soure.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi transferida 1 freguesia — Redinha — do concelho de Pombal para o concelho de Soure.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida para o concelho de Pombal 1 freguesia — Redinha — do concelho de Soure.

Pela Lei n.º 1413 de 10 de abril de 1923, foi criada a freguesia de Albergaria dos Doze, separada da freguesia de São Simão de Litém.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Pombal passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 38808 de 1 de julho de 1952, foi criada a freguesia de Carnide, separada da freguesia de Vermoil.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 42809 de 19 de janeiro de 1960, foi criada a freguesia de Carriço, separada da freguesia de Louriçal.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Pombal passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Pombal passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 60/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Meirinhas, separada da freguesia de Vermoil.

Pela Lei n.º 74/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia da Guia, separada da freguesia de Mata Mourisca.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Pombal passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Litoral.

Pela Lei n.º 77/89 de 29 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Ilha, separada da freguesia de Mata Mourisca.

No início de 2013, o concelho de Pombal englobava 17 freguesias: Abiul; Albergaria dos Doze; Almagreira; Carnide; Carriço; Guia; Ilha; Louriçal; Mata Mourisca; Meirinhas; Pelariga; Pombal; Redinha; Santiago de Litém; São Simão de Litém; Vermoil; e Vila Cã.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Pombal passou a englobar 13 freguesias: Abiul; Almagreira; Carnide; Carriço; Louriçal; Meirinhas; Pelariga; Pombal; Redinha; Vermoil; Vila Cã; União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca; e União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Pombal passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Pombalinho

Em meados da década de 1830, o concelho de Pombalinho englobava 1 freguesia — Pombalinho.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pombalinho passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Pombalinho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pombalinho — integrada no concelho de Rabaçal.

Pombeiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Pombeiro englobava 1 freguesia — Pombeiro de Riba Vizela.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pombeiro passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Pombeiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pombeiro de Riba Vizela — integrada no concelho de Barrosas, então criado.

Pombeiro da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Pombeiro da Beira englobava 2 freguesias, 1 com sede em Pombeiro e 1 — São Martinho da Cortiça — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pombeiro da Beira passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Pombeiro da Beira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Pombeiro da Beira — no concelho de Arganil;
- 1 — São Martinho da Cortiça — no concelho de Farinha Podre, então criado.

Ponte da Barca

Em meados da década de 1830, o concelho da Barca, também denominado Ponte da Barca, englobava 28 freguesias, 1 com sede em Ponte da Barca e 27 — Azias; Boivães; Bravães; Britelo; Codeceda; Covas; Crasto; Cuide de Vila Verde; Entre Ambos-os-Rios; Germil; Gondomar; Grovelas; Lavradas; Nogueira; Oleiros; Paço Vedro de Magalhães; Penascais; Ruivos; Sampriz; Touvedo – Salvador; Touvedo – São Lourenço; Vade – São Pedro; Vade – São Tomé; Valões; Vila Chã – São João Batista; Vila Chã – Santiago; e Vila Nova de Muía — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ponte da Barca passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Lindoso, sendo a freguesia que o compunha — Lindoso — integrada no concelho de Ponte da Barca.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Aboim da Nóbrega, englobando 7 freguesias — Azias; Codeceda; Covas; Entre Ambos-os-Rios; Grovelas; Penascais; e Valões — separadas do concelho de Ponte da Barca.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Aboim da Nóbrega, sendo 5 das freguesias que o compunham — Azias; Covas; Entre Ambos-os-Rios; Ermida; e Grovelas — integradas no concelho de Ponte da Barca;

- foi transferida 1 freguesia — Gondomar — do concelho de Ponte da Barca para o concelho de Pico de Regalados.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi criado o concelho de Vila Verde, englobando 1 freguesia — Covas — separada do concelho de Ponte da Barca.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ponte da Barca passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ponte da Barca passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ponte da Barca passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ponte da Barca passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Ponte da Barca englobava 25 freguesias: Azias; Boivães; Bravães; Britelo; Crasto; Cuide de Vila Verde; Entre Ambos-os-Rios; Ermida; Germil; Grovelas; Lavradas; Lindoso; Nogueira; Oleiros; Paço Vedro de Magalhães; Ponte da Barca; Ruivos; Sampriz;

Touvedo (Salvador); Touvedo (São Lourenço); Vade (São Pedro); Vade (São Tomé); Vila Chã (Santiago); Vila Chã (São João Batista); e Vila Nova de Muía.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ponte da Barca passou a englobar 17 freguesias: Azias; Boivães; Bravães; Britelo; Cuide de Vila Verde; Lavradas; Lindoso; Nogueira; Oleiros; Sampriz; Vade (São Pedro); Vade (São Tomé); União das Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas; União das Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil; União das Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães; União das Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador); e União das Freguesias de Vila Chã (São João Batista e Santiago).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ponte da Barca passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Ponte de Lima — Ponte de Lima e Refoios

Em meados da década de 1830, o concelho de Ponte de Lima, também denominado Ponte de Lima e Refoios, englobava 24 freguesias, 1 com sede em Ponte de Lima e 23 — Arca; Arcozelo; Bárrio; Beiral do Lima; Brandara; Cabração; Calheiros; Cepões; Fornelos; Gandra; Gemieira; Labruja; Labrujó; Moreira do Lima; Refoios do Lima; Rendufe; Ribeira; Sá; Santa Cruz do Lima; Santa Eulália de Refoios; São Pedro d’Arcos; Serdedelo; e Vilar do Monte — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ponte de Lima e Refoios passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Albergaria de Penela, sendo 6 das freguesias que o compunham — Anais; Calvelo; Fojo Lobal; Gaifar; Mato; e Sandiães — integradas no concelho de Ponte de Lima;
- foram transferidas para o concelho de Ponte de Lima 7 freguesias — Ardegão; Balugães; Freixo; Friastelas; Navió; Poiaras; e Vitorino dos Piães — do concelho de Barcelos;
- foi extinto o concelho de Bertandos, sendo as 3 freguesias que o compunham — Bertandos; Estorãos; e Santa Comba do Lima — integradas no concelho de Ponte do Lima;
- foi extinto o concelho de Cabaços, sendo a freguesia que o compunha — Cabaços — integrada no concelho de Ponte de Lima;
- foi extinto o concelho de Correlhã, sendo as 2 freguesias que o compunham — Correlhã; e Seara — integradas no concelho de Ponte de Lima;
- foi extinto o concelho de Feitosa, sendo a freguesia que o compunha — Feitosa — integrada no concelho de Ponte de Lima;
- foi extinto o concelho de Gondufe, sendo a freguesia que o compunha — Gondufe — integrada no concelho de Ponte de Lima;
- foi extinto o concelho de Lanheses, sendo 1 das freguesias que o compunham — Fontão — integrada no concelho de Ponte de Lima;
- foi extinto o concelho de Queijada e Boalhosa, sendo as 2 freguesias que o compunham — Boalhosa; e Queijada — integradas no concelho de Ponte de Lima;

- foi extinto o concelho de Rebordões, sendo a freguesia que o compunha — Rebordões — integrada no concelho de Ponte de Lima;

- foi extinto o concelho de Santo Estêvão da Facha, sendo as 2 freguesias que o compunham — Facha; e Vitorino das Donas — integradas no concelho de Ponte de Lima;

- foi extinto o concelho de Souto de Rebordões, sendo a freguesia que o compunha — Souto de Rebordões — integrada no concelho de Ponte de Lima.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Anais — do concelho de Ponte de Lima para o concelho de Portela de Penela.

Por Lei de 22 de fevereiro de 1838, foi transferida 1 freguesia — Balugães — do concelho de Ponte de Lima para o concelho de Barcelos.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de Santa Eulália de Refoios foi integrada na freguesia de Santa Maria de Refoios do Lima.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Portela de Penela, sendo 2 das freguesias que o compunham — Anais; e Vilar das Almas — integradas no concelho de Ponte de Lima.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ponte de Lima passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ponte de Lima passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ponte de Lima passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ponte de Lima passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Ponte de Lima englobava 51 freguesias: Anais; Arca; Arcozelo; Ardegão; Bário; Beiral do Lima; Bertandos; Boalhosa; Brandara; Cabaços; Cabração; Calheiros; Calvelo; Cepões; Correlhã; Estorãos; Facha; Feitosa; Fojo Lobal; Fontão; Fornelos; Freixo; Friastelas; Gaifar; Gandra; Gemieira; Gondufe; Labruja; Labrujó; Mato; Moreira do Lima; Navió; Poiares; Ponte de Lima; Queijada; Rebordões (Santa Maria); Rebordões (Souto); Refoios do Lima; Rendufe; Ribeira; Sá; Sandiães; Santa Comba; Santa Cruz do Lima; São Pedro d'Arcos; Seara; Serdedelo; Vilar das Almas; Vilar do Monte; Vitorino das Donas; e Vitorino dos Piães.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ponte de Lima passou a englobar 39 freguesias: Anais; Arcozelo; Beiral do Lima; Bertandos; Boalhosa; Brandara; Calheiros; Calvelo; Correlhã; Estorãos; Facha; Feitosa; Fontão; Friastelas; Gandra; Gemieira; Gondufe; Labruja; Poiares; Rebordões (Santa Maria); Rebordões (Souto); Refoios do Lima; Ribeira; Sá; Santa Comba; Santa Cruz do Lima; São Pedro d'Arcos; Seara; Serdedelo; Vitorino das Donas; Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte; Bário e Cepões; Cabração e Moreira do Lima; Arca e Ponte de Lima; Fornelos e Queijada; Cabaços e Fojo Lobal; Navió e Vitorino dos Piães; Ardegão, Freixo e Mato; e Associação das Freguesias do Vale do Neiva (criada por fusão das freguesias de Gaifar, Sandiães e Vilar das Almas).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ponte de Lima passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Ponte de Sor

Em meados da década de 1830, o concelho de Ponte de Sor englobava 2 freguesias, 1 com sede em Ponte de Sor e 1 — Torre das Vargens — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ponte de Sor passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Galveias. sendo a freguesia que o compunha — Galveias — integrada no concelho de Ponte de Sor;

- foi extinto o concelho de Seda, sendo 1 das freguesias que o compunham — Ervideira — integrada no concelho de Ponte de Sor.

Por Decreto de 27 de outubro de 1841, as freguesias de Ervideira e de Torre das Vargens foram integradas na freguesia de Ponte de Sor.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1871, foi transferida para o concelho de Ponte de Sor 1 freguesia — Montargil — do concelho de Avis.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida para o concelho de Ponte de Sor 1 freguesia — Margem — do concelho de Nisa.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Gavião, englobando 1 freguesia — Margem — separada do concelho de Ponte de Sor.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ponte de Sor passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ponte de Sor passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ponte de Sor passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 46/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Foros de Arrão, separada da freguesia de Montargil.

Pela Lei n.º 47/84 de 31 de dezembro de 1984, foram criadas as freguesias de Longomel e de Vale de Açor, separadas da freguesia de Ponte de Sor.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ponte de Sor passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

Pela Lei n.º 17-C/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Tramaga, separada da freguesia de Ponte de Sor.

No início de 2013, o concelho de Ponte de Sor englobava 7 freguesias: [Vale de] Açor; Foros de Arrão; Galveias; Longomel; Montargil; Ponte de Sor; e Tramaga.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ponte de Sor passou a englobar 5 freguesias: Foros de Arrão; Galveias; Longomel; Montargil; e União das Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Açor.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ponte de Sor passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Portalegre

Em meados da década de 1830, o concelho de Portalegre englobava 11 freguesias, 5 — Madalena; São Lourenço; São Martinho; São Tiago; e Sé — com sede em Portalegre e 6 — Alagoa; Carreiras; Fortios; Reguengo; Ribeira de Nisa; e Urra — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Portalegre passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Alegrete, sendo a freguesia que o compunha — Alegrete — integrada no concelho de Portalegre.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho de Alegrete, englobando 1 freguesia — Alegrete — separada do concelho de Portalegre.

Por Decreto de 14 de julho de 1839, as freguesias de Madalena, São Martinho e São Tiago de Portalegre foram integradas na freguesia da Sé de Portalegre.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Alegrete, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alegrete; e São Julião — integradas no concelho de Portalegre.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Portalegre passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Portalegre passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Portalegre passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Portalegre passou a fazer parte da sub-região do Alto Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Portalegre englobava 10 freguesias: Alagoa; Alegrete; Carreiras; Fortios; Reguengo; Ribeira de Nisa; São Julião; São Lourenço; Sé; e Urra.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Portalegre passou a englobar 7 freguesias: Alagoa; Alegrete; Fortios; Urra; União das Freguesias da Sé e São Lourenço; União das Freguesias de Reguengo e São Julião; e União das Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Portalegre passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Portel

Em meados da década de 1830, o concelho de Portel englobava 8 freguesias, 2 — Santa Maria; e São João Batista — com sede em Portel e 6 — Alqueva; Amieira; Atalaia; Monte do Trigo; Santana; e Vera Cruz — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Portel passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Oriola, sendo as 2 freguesias que o compunham — Oriola; e São Bartolomeu do Outeiro — integradas no concelho de Portel.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Monte do Trigo foi integrada na freguesia de Atalaia;
- as freguesias de Santa Maria da Lagoa e de São João Batista foram fundidas na freguesia de Portel;
- o concelho de Portel passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 35927 de 1 de novembro de 1946, a sede da freguesia da Atalaia foi transferida para Monte do Trigo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Portel passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Portel passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Portel passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

No início de 2013, o concelho de Portel englobava 8 freguesias: Alqueva; Amieira; Monte do Trigo; Oriola; Portel; Santana; São Bartolomeu do Outeiro; e Vera Cruz.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro passou a englobar 6 freguesias: Monte do Trigo; Portel; Santana; Vera Cruz; União das Freguesias de Amieira e Alqueva; e União das Freguesias de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Portel passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Portela de Penela — Portela de Penela e das Cabras

Em meados da década de 1830, o concelho de Portela de Penela, também denominado Portela de Penela e das Cabras, englobava 10 freguesias, 1 com sede em Portela das Cabras e 9 — Arcozelo; Escariz – São Mamede; Escariz – São Martinho; Goães; Godinhaços; Marrancos; Pedregais; Rio Mau; e Vilar das Almas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Portela de Penela passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Albergaria de Penela, sendo 2 das freguesias que o compunham — Azões; e Duas Igrejas — integradas no concelho de Portela de Penela;

- foi extinto o concelho de Moure, sendo 1 das freguesias que o compunham — Moure — integrada no concelho de Portela de Penela;

- foi extinto o concelho de Vila Chã, sendo 4 das freguesias que o compunham — São Miguel de Carreiras; São Tiago de Carreiras; Dossãos; e Nevogilde — integradas no concelho de Portela de Penela;

- foram transferidas 2 freguesias — São Mamede de Escariz; e São Martinho de Escariz — do concelho de Portela de Penela para o concelho do Prado.

Por Lei de 27 de setembro de 1837:

- foi transferida para o concelho de Portela de Penela 1 freguesia — Anais — do concelho de Ponte de Lima;

- foi transferida para o concelho de Portela de Penela 1 freguesia — São Martinho de Escariz — do concelho do Prado.

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi restaurado o concelho de Vila Chã englobando 4 freguesias — São Miguel de Carreiras; São Tiago de Carreiras; Dossãos; e Nevogilde — separadas do concelho de Portela de Penela.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi transferida para o concelho de Portela de Portela de Penela 1 freguesia — Freiriz — do concelho de Prado.

O concelho de Portela de Penela foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 14 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Anais; e Vilar das Almas — no concelho de Ponte do Lima;

- 12 — Arcozelo; Azões; Duas Igrejas; Freiriz; Goães; Godinhaços; Marrancos; Moure; Pedregais; Portela das Cabras; Rio Mau; e São Martinho de Escariz — no concelho de Vila Verde.

Portimão

Pela Lei n.º 1692 de 11 de dezembro de 1924, a localidade, a freguesia e o concelho de Vila Nova de Portimão passaram a denominar-se Portimão.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Portimão passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Portimão passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Portimão passou a fazer parte da região do Algarve.

O concelho de Portimão engloba hoje 3 freguesias: Alvor; Mexilhoeira Grande; e Portimão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Portimão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Porto

Em meados da década de 1830, o concelho do Porto englobava 7 freguesias, 4 — Santo Ildefonso; São Nicolau; Sé; e Vitória — com sede no Porto e 3 — Cedofeita; Massarelos; e São Pedro de *Miragaia* — com sede no termo.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho do Porto 1 freguesia — Lordelo do Ouro — do concelho de Bouças;
- foi extinto o concelho de Campanhã sendo a freguesia que o compunha — Campanhã — integrada no concelho do Porto;
- foi extinto o concelho da Foz sendo a freguesia que o compunha — Foz do Douro — integrada no concelho do Porto.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho do Porto 1 freguesia — Paranhos — do concelho de Bouças.

Entre 1841 e 1849, foi criada a freguesia do Bonfim, separada das freguesias de Santo Ildefonso, Campanhã e Sé.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foram transferidas para o concelho do Porto 3 freguesias — Aldoar; Nevogilde; e Ramalde — do concelho de Bouças.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Porto passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto n.º 40526 de 8 de fevereiro de 1956 fixou novos limites para as freguesias do concelho do Porto.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Porto passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Porto passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Porto passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho do Porto englobava 15 freguesias: Aldoar; Bonfim; Campanhã; Cedofeita; Foz do Douro; Lordelo do Ouro; Massarelos; Miragaia; Nevogilde; Paranhos; Ramalde; Santo Ildefonso; São Nicolau; Sé; e Vitória.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Porto passou a englobar 7 freguesias: Bonfim; Campanhã; Paranhos; Ramalde; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; e União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Porto passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Porto Carreiro

Em meados da década de 1830, o concelho de Porto Carreiro englobava 2 freguesias — Abragão; e Maureles.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Porto Carreiro passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Porto Carreiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Abragão; e Maureles — integradas no concelho de Penafiel.

Porto de Mós

Em meados da década de 1830, o concelho de Porto de Mós englobava 11 freguesias, 3 — Martinhos; São João Batista; e São Pedro — com sede em Porto de Mós e 8 — Alcária; Alvados; Arrimal; Juncal; Mendiga; Minde; Mira de Aire; e Serro Ventoso — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Porto de Mós passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Porto de Mós 1 freguesia — Alqueidão da Serra — do concelho de Leiria;

- foram transferidas 2 freguesias — Arrimal; e Juncal — do concelho de Porto de Mós para o concelho de Alcobaça;

- foram transferidas 2 freguesias — Minde; e Mira de Aire — do concelho de Porto de Mós para o concelho de Torres Novas.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foram transferidas para o concelho de Porto de Mós 2 freguesias — Arrimal; e Juncal — do concelho de Alcobaça;

- foram transferidas para o concelho de Porto de Mós 2 freguesias — Minde; e Mira de Aire — do concelho de Torres Novas.

Por Decreto de 6 de novembro de 1841, a freguesia de Porto de Mós – Martinhos foi integrada na freguesia de São João Batista de Porto de Mós.

O concelho de Porto de Mós foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 11 freguesias que o compunham integradas:

- 8 — Alcária; Alvados; Arrimal; Juncal; Mendiga; Porto de Mós (São João Batista); Porto de Mós (São Pedro); e Serro Ventoso — no concelho de Alcobaça;

- 1 — Alqueidão da Serra — no concelho de Leiria;

- 2 — Minde; e Mira de Aire — no concelho de Torres Novas.

O concelho de Porto de Mós foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 10 freguesias separadas:

- 8 — Alcária; Alvados; Arrimal; Juncal; Mendiga; Porto de Mós (São João Batista); Porto de Mós (São Pedro); e Serro Ventoso — do concelho de Alcobaça;

- 1 — Alqueidão da Serra — do concelho de Leiria;
- 1 — Mira de Aire — do concelho de Torres Novas.

Pela Lei n.º 1689 de 10 de dezembro de 1924, foi criada a freguesia de Calvaria de Cima, separada das freguesias de São João Batista e São Pedro,

Pela Lei n.º 1702 de 19 de dezembro de 1924, foi criada a freguesia de Pedreiras separada das freguesias de Juncal, São João Batista e São Pedro.

Pelo Decreto-Lei n.º 22602 de 31 de maio de 1933, foi criada a freguesia de São Bento, separada das freguesias de Alvados e Serro Ventoso

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Porto de Mós passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Porto de Mós passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Porto de Mós passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Porto de Mós passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Litoral.

No início de 2013, o concelho de Porto de Mós englobava 13 freguesias: Alcaria; Alqueidão da Serra; Alvados; Arrimal; Calvaria de Cima; Juncal; Mendiga; Mira de Aire; Pedreiras; Porto de Mós (São João Batista); Porto de Mós (São Pedro); São Bento; e Serro Ventoso.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Porto de Mós passou a englobar 10 freguesias: Alqueidão da Serra; Calvaria de Cima; Juncal; Mira de Aire; Pedreiras; São Bento; Serro Ventoso; Porto de Mós – São João Batista e São Pedro; União das Freguesias de Alvados e Alcaria; e União das Freguesias de Arrimal e Mendiga.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Porto de Mós passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Pousaflores

Em meados da década de 1830, o concelho de Pousaflores englobava 1 freguesia — Pousaflores.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pousaflores passou a pertencer ao distrito de Leiria então criado.

O concelho de Pousaflores foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pousaflores — integrada no concelho de Chão de Couce.

Pousadela

Em meados da década de 1830, o concelho de Pousadela englobava a localidade de Pousadela, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Monsul.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pousadela passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Pousadela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a localidade que o compunha — Pousadela — integrada no concelho de Póvoa de Lanhoso.

Póvoa de Lanhoso

Em meados da década de 1830, o concelho de Lanhoso, também denominado Póvoa de Lanhoso, englobava 20 freguesias, 1 com sede em Lanhoso e 19 — Águas Santas; Brunhais; Calvos; Campos; Covelas; Esperança; Ferreiros; Galegos; Geraz do Minho; Louredo; Moure; Oliveira; Rendufinho; Santa Tecla; Santo Emilião; Soutelo; Taíde; Travassos; e Vilela — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Póvoa de Lanhoso passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Fonte Arcada, sendo a freguesia que o compunha — Fonte Arcada — integrada no concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi transferida para o concelho de Póvoa de Lanhoso 1 freguesia — Garfe — do concelho de Guimarães;

- foi extinto o concelho de Pousadela, sendo a localidade que o compunha — Pousadela — integrada no concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi extinto o concelho de Ribeira de Soaz, sendo 1 das freguesias que o compunham — Friande — integrada no concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi extinto o concelho de São João de Rei, sendo as 4 freguesias que o compunham — Ajude; Monsul; São João de Rei; e Verim — integradas no concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foram transferidas 3 freguesias — Brunhais; Esperança; e Soutelo — do concelho de Póvoa de Lanhoso para o concelho de Vieira do Minho.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foi transferida para o concelho de Póvoa de Lanhoso 1 freguesia — Serzedelo — do concelho de Vieira do Minho;

- foi restaurado o concelho de São João de Rei, englobando 11 freguesias — Águas Santas; Ajude; Covelas; Ferreiros; Friande; Geraz do Minho; Monsul; Moure; Santa Tecla; São João de Rei; e Verim — separadas do concelho de Póvoa de Lanhoso.

Por Decreto de 17 de fevereiro de 1852, foi extinto o concelho do São João de Rei, sendo as 10 freguesias que o compunham — Águas Santas; Ajude; Covelas; Ferreiros; Friande; Geraz do Minho; Monsul; Moure; São João de Rei; e Verim — integradas no concelho de Póvoa de Lanhoso.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Póvoa de Lanhoso 2 freguesias — Pedralva; e Sobreposta — do concelho de Braga;

- foi transferida para o concelho de Póvoa de Lanhoso 1 freguesia — Frades — do concelho de Vieira do Minho;

- foi transferida 1 freguesia — Serzedelo — do concelho de Póvoa de Lanhoso para o concelho de Vieira do Minho.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Póvoa de Lanhoso 1 freguesia — Sobradelo da Goma — do concelho de Guimarães;

- foram transferidas para o concelho de Póvoa de Lanhoso 3 freguesias — Brunhais; Esperança; e Serzedelo — do concelho de Vieira do Minho;

- foram transferidas 2 freguesias — Pedralva; e Sobreposta — do concelho de Póvoa de Lanhoso para o concelho de Braga.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895:

- foram transferidas para o concelho de Póvoa de Lanhoso 2 freguesias — Arosa; e Castelões — do concelho de Guimarães;

- foi transferida 1 freguesia — Garfe — do concelho de Póvoa de Lanhoso para o concelho de Guimarães.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida para o concelho de Póvoa de Lanhoso 1 freguesia — Garfe — do concelho de Guimarães;

- foram transferidas 2 freguesias — Arosa e Castelões — do concelho de Póvoa de Lanhoso para o concelho de Guimarães.

Pelo Decreto n.º 18686 de 23 de julho de 1930, foi criada a freguesia de Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo), separada das freguesias de Fonte Arcada e de Lanhoso.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Póvoa de Lanhoso passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Póvoa de Lanhoso passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Póvoa de Lanhoso passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Póvoa de Lanhoso passou a fazer parte da sub-região do Ave.

No início de 2013, o concelho de Póvoa de Lanhoso englobava 29 freguesias: Águas Santas; Ajude; Brunhais; Calvos; Campos; Covelas; Esperança; Ferreiros; Fonte Arcada; Frades; Friande; Galegos; Garfe; Geraz do Minho; Lanhoso; Louredo; Monsul; Moure; Oliveira; Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo); Rendufinho; Santo Emilião; São João de Rei; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Taíde; Travassos; Verim; e Vilela.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Póvoa de Lanhoso passou a englobar 22 freguesias: Covelas; Ferreiros; Galegos; Garfe; Geraz do Minho; Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo); Rendufinho; Santo Emilião; São João de Rei; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Taíde; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Águas Santas e Moure;

União das Freguesias de Calvos e Frades; União das Freguesias de Campos e Louredo; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União das Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; e União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Póvoa de Lanhoso passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Póvoa de Penela

Em meados da década de 1830, o concelho de Póvoa de Penela englobava 1 freguesia — Póvoa de Penela.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Póvoa de Penela passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Póvoa de Penela foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Póvoa de Penela — integrada no concelho de Trevões.

Póvoa de Rio de Moinhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Póvoa de Rio de Moinhos englobava 1 freguesia — Póvoa de Rio de Moinhos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Póvoa de Rio de Moinhos passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Póvoa de Rio de Moinhos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Póvoa de Rio de Moinhos — integrada no concelho de São Vicente da Beira.

Póvoa de Varzim

Em meados da década de 1830, o concelho de Póvoa de Varzim englobava 1 freguesia — Póvoa de Varzim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Póvoa de Varzim passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Póvoa de Varzim foi transferido para o distrito do Porto.
- foram transferidas para o concelho de Póvoa de Varzim 10 freguesias — Argivai; Balazar; Estela; Laúndos; Navais; Parada; Rio Mau; Santagões; São Martinho do Outeiro; e Terroso — do concelho de Barcelos;
- foi extinto o concelho de Rates, sendo a freguesia que o compunha — Rates — integrada no concelho de Póvoa de Varzim.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Póvoa de Varzim 2 freguesias — Amorim; e Beiriz — do concelho de Vila do Conde;

- foram transferidas 4 freguesias — Parada; Rio Mau; Santagões; e São Martinho do Outeiro — do concelho de Póvoa de Varzim para o concelho de Vila do Conde;

- foi transferida 1 freguesia — Balazar — do concelho de Póvoa de Varzim para o concelho de Vila Nova de Famalicão.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Póvoa de Varzim 1 freguesia — Balazar — do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Pela Lei n.º 1301 de 10 de agosto de 1922, foi criada a freguesia de A-Ver-o-Mar, separada da freguesia de Amorim.

Pelo Decreto-Lei n.º 23164 de 24 de outubro de 1933, foi criada a freguesia de Aguçadora, separada da freguesia de Navais.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Póvoa de Varzim passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Póvoa de Varzim passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Póvoa de Varzim passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Póvoa de Varzim passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho de Póvoa de Varzim englobava 12 freguesias: A-Ver-o-Mar; Aguçadora; Amorim; Argivai; Balazar; Beiriz; Estela; Laundos; Navais; Póvoa de Varzim; Rates; e Terroso.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Póvoa de Varzim passou a englobar 7 freguesias: Balazar; Estela; Laundos; Rates; União das Freguesias de A-Ver-o-Mar, Amorim e Terroso; União das Freguesias de Aguçadora e Navais; e União das Freguesias de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Póvoa de Varzim passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Póvoa e Meadas

Em meados da década de 1830, o concelho de Póvoa e Meadas englobava 1 freguesia — Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Póvoa e Meadas passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Póvoa e Meadas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas — integrada no concelho de Castelo de Vide.

Póvoa Nova de Santa Cristina

Em meados da década de 1830, o concelho de Póvoa Nova de Santa Cristina englobava 1 freguesia — Póvoa Nova de Santa Cristina.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Póvoa Nova de Santa Cristina passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Póvoa Nova de Santa Cristina foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Póvoa Nova de Santa Cristina — integrada no concelho de Tentúgal.

Povolide

Em meados da década de 1830, o concelho de Povolide englobava 1 freguesia — Povolide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Povolide passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Povolide foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Povolide — integrada no concelho de Viseu.

Povos

Em meados da década de 1830, o concelho de Povos englobava 1 freguesia — Povos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Povos passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Povos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Povos — integrada no concelho de Vila Franca de Xira.

Prado

Em meados da década de 1830, o concelho do Prado englobava 12 freguesias, 1 com sede na Vila do Prado e 11 — Atiães; Cabanelas; Galegos – Santa Maria; Galegos – São Martinho; Igreja Nova; Macarome; Oleiros; Oliveira; Parada de Gatim; Roriz; e Ucha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Prado passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Azevedo, sendo a freguesia que o compunha — Lama — integrada no concelho do Prado;

- foi extinto o concelho de Cervães, sendo as 2 freguesias que o compunham — Areias; e Cervães — integradas no concelho do Prado;

- foi extinto o concelho de Freiriz, sendo a freguesia que o compunha — Freiriz — integrada no concelho do Prado;

- foi extinto o concelho de Moure, sendo 1 das freguesias que o compunham — Lage — integrada no concelho do Prado;

- foram transferidas para o concelho do Prado 2 freguesias — São Mamede de Escariz; e São Martinho de Escariz — do concelho de Portela de Penela;

- foi extinto o concelho de Tibães, sendo 2 das freguesias que o compunham — São Paio de Merelim; e Panoias — integradas no concelho do Prado;

- foram transferidas 3 freguesias — Santa Maria de Galegos; São Martinho de Galegos; e Roriz — do concelho de Prado para o concelho de Barcelos.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — São Martinho de Escariz — do concelho do Prado para o concelho de Portela de Penela.

Por Decreto de 2 de novembro de 1841, a freguesia de Macarome foi integrada na freguesia de Cabanelas.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi transferida 1 freguesia — Freiriz — do concelho de Prado para o concelho de Portela de Penela.

O concelho de Prado foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 15 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Areias; Igreja Nova; Lama; Oliveira; e Ucha — no concelho de Barcelos;
- 2 — Panoias; e São Paio de Merelim — no concelho de Braga;
- 8 — Atiães; Cabanelas e São Gens; Cervães; São Mamede de Escariz; Lage; Oleiros; Parada de Gatim; e Santa Maria do Prado — no concelho de Vila Verde.

Préstimo

Em meados da década de 1830, o concelho de Préstimo englobava 3 freguesias, 1 com sede em Préstimo e 2 — Macieira de Alcoba; e Talhadas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Préstimo passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Préstimo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Macieira de Alcoba; Préstimo; e Talhadas — integradas no concelho do Vouga.

Proença-a-Nova

Em meados da década de 1830, o concelho de Proença-a-Nova englobava 3 freguesias, 1 com sede em Proença-a-Nova e 2 — Peral; e São Pedro do Esteval — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Proença-a-Nova passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Proença-a-Nova foi transferido do distrito de Santarém para o distrito de Castelo Branco;

- foi extinto o concelho de Cardigos, sendo a freguesia que o compunha — Cardigos — integrada no concelho de Proença-a-Nova;

- foi extinto o concelho de Sobreira Formosa, sendo a freguesia que o compunha — Sobreira Formosa — integrada no concelho de Proença-a-Nova.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Cardigos — do concelho de Proença-a-Nova para o concelho de Vila de Rei.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de Sobreira Formosa, englobando 1 freguesia — Sobreira Formosa — separada do concelho de Proença-a-Nova.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Sobreira Formosa, sendo a freguesia que o compunha — Sobreira Formosa — integrada no concelho de Proença-a-Nova.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Vila de Rei, sendo 1 das freguesias que o compunham — São João do Peso — integrada no concelho de Proença-a-Nova;

- foi transferida 1 freguesia — São Pedro do Esteval — do concelho de Proença-a-Nova para o concelho de Mação.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Vila de Rei englobando 1 freguesia — São João do Peso — separada do concelho de Proença-a-Nova;

- foi transferida para o concelho de Proença-a-Nova 1 freguesia — São Pedro do Esteval — do concelho de Mação.

Pela Lei n.º 1064 de 9 de novembro de 1920, foram criadas 2 freguesias — Alvito da Beira; e Montes da Senhora — separadas da freguesia de Sobreira Formosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Proença-a-Nova passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Proença-a-Nova passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Proença-a-Nova passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Proença-a-Nova passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Sul.

No início de 2013, o concelho de Proença-a-Nova englobava 6 freguesias: Alvito da Beira; Montes da Senhora; Peral; Proença-a-Nova; São Pedro do Esteval; e Sobreira Formosa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Proença-a-Nova passou a englobar 4 freguesias: Montes da Senhora; São Pedro do Esteval; União das Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira; e União das Freguesias de Proença-a-Nova e Peral.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Proença-a-Nova passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Proença-a-Velha

Em meados da década de 1830, o concelho de Proença-a-Velha englobava 2 freguesias, 1 com sede em Proença-a-Velha e 1 — Aldeia de Santa Margarida — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Proença-a-Velha passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Proença-a-Velha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aldeia de Santa Margarida; e Proença-a-Velha — integradas no concelho de Idanha-a-Nova.

Provesende

Em meados da década de 1830, o concelho de Provesende englobava 1 freguesia — Provesende.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Provesende passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Gouvães do Douro sendo 2 das freguesias que o compunham — Gouvães do Douro; e São Cristóvão do Douro — integradas no concelho de Provesende.

- foram transferidas para o concelho de Provesende 3 freguesias — Covas do Douro; Gouvinhas; e Paradela de Guiães — do concelho de Vila Real.

O concelho de Provesende foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 6 freguesias que o compunham — Covas do Douro; Gouvães do Douro; Gouvinhas; Paradela; Provesende; e São Cristóvão do Douro — integradas no concelho de Sabrosa.

Punhete

Em meados da década de 1830, o concelho de Punhete englobava 1 freguesia — Punhete.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Punhete passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Punhete 4 freguesias — Aldeia do Mato; Martinchel; Montalvo; e Santa Margarida da Coutada — do concelho de Abrantes.

Por Decreto de 7 de dezembro de 1836, o concelho e a freguesia de Punhete passaram a denominar-se concelho e freguesia de Constância.

Pussos

Ver Vila Nova de Pussos.

Queijada — Queijada e Boalhosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Queijada, também denominado Queijada e Boalhosa, englobava 2 freguesias — Boalhosa; e Queijada.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Queijada e Boalhosa passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Queijada e Boalhosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Boalhosa; e Queijada — integradas no concelho de Ponte de Lima.

Quiaios

Em meados da década de 1830, o concelho de Quiaios englobava 1 freguesia — Quiaios.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Quiaios passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Quiaios foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Quiaios — integrada no concelho de Maiorca.

Quintela da Lapa

Ver Lapa.

Rabaçal

Em meados da década de 1830, o concelho de Rabaçal englobava 4 freguesias, 1 com sede no Rabaçal e 3 — Ateanha; Degracias; e Santiago da Guarda — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Zambujal, sendo a freguesia que o compunha — Zambujal — integrada no concelho de Rabaçal;

- o concelho de Rabaçal e Zambujal passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Rabaçal 1 freguesia — Alvorge — do concelho de Coimbra;
- foi extinto o concelho de Pombalinho, sendo a freguesia que o compunha — Pombalinho — integrada no concelho de Rabaçal.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Ansião englobando 1 freguesia — Santiago da Guarda — do concelho de Rabaçal.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, a freguesia de Ateanha foi anexada à freguesia de Alvorge.

O concelho de Rabaçal foi extinto por Decreto de 6 de março de 1852, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Alvorge e Ateanha; Rabaçal; e Zambujal — no concelho de Condeixa-a-Nova;
- 2 — Degracias; e Pombalinho — no concelho de Soure.

Ranhados [Meda]

Em meados da década de 1830, o concelho de Ranhados englobava 3 freguesias, 1 com sede em Ranhados e 2 — Ariola; e Poço do Canto — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ranhados passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Ranhados foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham — Ariola; Poço do Canto; e Ranhados — integradas no concelho de Meda.

Ranhados [Viseu]

Em meados da década de 1830, o concelho de Ranhados englobava 1 freguesia — Ranhados.

O concelho de Ranhados foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a freguesia que o compunha — Ranhados — integrada no concelho de Viseu.

Rates

Em meados da década de 1830, o concelho de Rates englobava 1 freguesia — Rates.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rates passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Rates foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rates — integrada no concelho de Póvoa de Varzim.

Rebordainhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Rebordainhos englobava 1 freguesia — Rebordainhos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rebordainhos passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Rebordainhos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rebordainhos — integrada no concelho de Bragança.

Rebordãos

Em meados da década de 1830, o concelho de Rebordãos englobava 3 freguesias, 1 com sede em Rebordãos e 2 — Mós; e Valverde — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rebordãos passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Rebordãos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Mós de Rebordãos; Rebordãos; e Valverde — integradas no concelho de Bragança.

Rebordões [Ponte de Lima]

Em meados da década de 1830, o concelho de Rebordões englobava 1 freguesia — Rebordões.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rebordões passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Rebordões foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rebordões — integrada no concelho de Ponte de Lima.

Rebordões [Santo Tirso]

Em meados da década de 1830, o concelho de Rebordões englobava 1 freguesia — Rebordões.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rebordões passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Rebordões foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rebordões — integrada no concelho de Negrelos.

Recardães

Em meados da década de 1830, o concelho de Recardães englobava 4 freguesias, 1 com sede em Recardães e 3 — Ancas; Travassô; e Troviscal — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Recardães passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835:

- foi extinto o concelho de Assequins, sendo a localidade que o compunha — Assequins — integrada no concelho de Recardães;

- foi extinto o concelho de Casal de Álvaro, sendo a localidade que o compunha — Casal de Álvaro — integrada no concelho de Recardães;

O concelho de Recardães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Recardães; e Travassô — no concelho de Águeda;
- 2 — Ancas; e Troviscal — no concelho de São Lourenço do Bairro.

Redinha

Em meados da década de 1830, o concelho da Redinha englobava 2 freguesias, 1 com sede em Redinha e 1 — Tapéus — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Redinha passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Redinha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham — Redinha; e Tapéus — integradas no concelho de Pombal.

Redondo

Em meados da década de 1830, o concelho de Redondo englobava 5 freguesias, 1 com sede em Redondo e 4 — Aadal; Monte Virgem; Santa Susana; e Zambujal — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Redondo passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Évora Monte, sendo 1 das freguesias que o compunham — Freixo — integrada no concelho de Redondo;
- foi extinto o concelho de Montoito sendo a freguesia que o compunha — Montoito — integrada no concelho de Redondo.

Por Decreto de 9 de novembro de 1846, foi restaurado o concelho de Évora Monte englobando 1 freguesia — Freixo — separada do concelho de Redondo.

Por Decreto de 9 de novembro de 1852, foi extinto o concelho de Évora Monte, sendo 1 das freguesias que o compunham — Freixo — integrada no concelho de Redondo.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foi transferida para o concelho de Redondo 1 freguesia — Valongo — do concelho de Évora;
- foi transferida 1 freguesia — Montoito — do concelho de Redondo para o concelho de Reguengos de Monsaraz.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida para o concelho de Redondo 1 freguesia — Montoito — do concelho de Reguengos de Monsaraz;
- foi transferida 1 freguesia — Valongo — do concelho de Redondo para o concelho de Évora.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- as freguesias de Monte Virgem, de Santa Susana e de Zambujal foram integradas na freguesia de Redondo;
- o concelho de Redondo passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 35927 de 1 de novembro de 1946, as freguesias de Adaval e de Freixo foram integradas na freguesia de Redondo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Redondo passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Redondo passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Redondo passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

O concelho de Redondo engloba hoje 2 freguesias: Montoito; e Redondo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Redondo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Refojos de Basto

Em meados da década de 1830, o concelho de Refojos de Basto englobava 4 freguesias, 1 com sede em Refojos de Basto e 3 — Alvite; Outeiro; e Várzea Cova — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Refojos de Basto passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Refojos de Basto foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Alvite; Outeiro; Refojos de Basto; e Várzea Cova — integradas no concelho de Cabeceiras de Basto.

Refojos de Riba de Ave

Em meados da década de 1830, o concelho de Refojos de Riba de Ave englobava 12 freguesias, 1 com sede em Refojos de Riba de Ave e 11 — Agrela; Água Longa; Burgães; Couto – São Miguel; Guimarei; Lamelas; Monte Córdova; Penamaior; Reguenga; São Salvador do Campo; e São Tomé de Negrelos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Refojos de Riba de Ave passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Refojos de Riba de Ave foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 12 freguesias que o compunham integradas:

- 7 — Burgães; Couto – São Miguel; Monte Córdova; Pena Maior; Refojos de Riba de Ave; São Salvador do Campo; e São Tomé de Negrelos — no concelho de Negrelos;
- 5 — Agrela; Água Longa; Guimarei; Lamelas; e Reguenga — no concelho de Santo Tirso.

Regalados

Ver Pico de Regalados.

Reguengos de Monsaraz

Por Lei de 17 de abril de 1838, a sede do concelho de Monsaraz foi transferida para Reguengos de Monsaraz.

Por Decreto de 28 de outubro de 1841, a freguesia de Vidigueiras foi integrada na freguesia de Reguengos de Monsaraz.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de São Tiago foi integrada na freguesia de Santa Maria de Monsaraz.

Por Decreto de 6 de julho de 1843, a sede do concelho de Reguengos de Monsaraz foi transferida para Monsaraz.

Por Decreto de 17 de junho de 1847, a sede do concelho de Monsaraz foi transferida para Reguengos de Monsaraz.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Mourão, sendo as 4 freguesias que o compunham — Granja; Luz; Mourão; e São Leonardo — integradas no concelho de Reguengos de Monsaraz.

Por Lei de 17 de setembro de 1861, foi restaurado o concelho de Mourão, englobando 4 freguesias — Granja; Luz; Mourão; e São Leonardo — separadas do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foi extinto o concelho de Mourão, sendo as 3 freguesias que o compunham — Granja; Luz; e Mourão — integradas no concelho de Reguengos de Monsaraz;

- foi transferida para o concelho de Reguengos de Monsaraz 1 freguesia — Pigeiro — do concelho de Évora;

- foi transferida para o concelho de Reguengos de Monsaraz 1 freguesia — Montoito — do concelho de Redondo.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Mourão, englobando 3 freguesias — Granja; Luz; e Mourão — separadas do concelho de Reguengos de Monsaraz;

- foi transferida 1 freguesia — Pigeiro — do concelho de Reguengos de Monsaraz para o concelho de Évora;

- foi transferida 1 freguesia — Montoito — do concelho de Reguengos de Monsaraz para o concelho de Redondo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Caridade foi integrada na freguesia de Reguengos de Monsaraz;
- o concelho de Reguengos de Monsaraz passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Reguengos de Monsaraz passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Reguengos de Monsaraz passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 55/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Campinho, separada da freguesia de Campo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Reguengos de Monsaraz passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

No início de 2013, o concelho de Reguengos de Monsaraz englobava 5 freguesias: Campinho; Campo; Corval; Monsaraz; e Reguengos de Monsaraz.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Reguengos de Monsaraz passou a englobar 4 freguesias: Corval; Monsaraz; Reguengos de Monsaraz; União das Freguesias de Campo e Campinho.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Reguengos de Monsaraz passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Reigada

Em meados da década de 1830, o concelho de Reigada englobava 1 freguesia — Reigada.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Reigada passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Reigada foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Reigada — integrada no concelho de Almeida.

Rendufe

Em meados da década de 1830, o concelho de Rendufe englobava 4 freguesias, 1 com sede em Rendufe e 3 — Barreiros; Bico; e Lago — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rendufe passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Rendufe foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Barreiros; Bico; Lago; e Rendufe — integradas no concelho de Amares.

Reriz

Em meados da década de 1830, o concelho de Reriz englobava 1 freguesia — Reriz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Reriz passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Reriz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Reriz — integrada no concelho de Sul.

Resende

Em meados da década de 1830, o concelho de Resende englobava 4 freguesias, 1 com sede em Resende e 3 — Cárquere; Feirão; e Felgueiras — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Resende passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Aregos, sendo as 7 freguesias que o compunham — Anreade; Freigil; Miomães; Ovadas; Panchorra; São Cipriano; e São Romão de Aregos — integradas no concelho de Resende;

- foi extinto o concelho de São Martinho de Mouros, sendo as 4 freguesias que o compunham — Barrô; Paus; São João de Fontoura; e São Martinho de Mouros — integradas no concelho de Resende.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Resende passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Resende passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Resende passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Resende passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Resende englobava 15 freguesias: Anreade; Barrô; Cárquere; Feirão; Felgueiras; Freigil; Miomães; Ovadas; Panchorra; Paus; Resende; São Cipriano; São João de Fontoura; São Martinho de Mouros; e São Romão de Aregos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Resende passou a englobar 11 freguesias: Barrô; Cárquere; Paus; Resende; São Cipriano; São João de Fontoura; São Martinho de Mouros; União das Freguesias de Anreade e São Romão de Aregos; União das Freguesias de Felgueiras e Feirão; União das Freguesias de Freigil e Miomães; e União das Freguesias de Ovadas e Panchorra.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Resende passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Ribaldeira

Em meados da década de 1830, o concelho de Ribaldeira, com sede em Dois Portos, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Dois Portos e 1 — Carmões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ribaldeira passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho da Ribaldeira 1 freguesia — Carvoeira — do concelho de Torres Vedras.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Carvoeira — do concelho da Ribaldeira para o concelho de Torres Vedras.

O concelho de Ribaldeira foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carmões; e Dois Portos — integradas no concelho de Torres Vedras.

Ribeira de Pena

Em meados da década de 1830, o concelho de Ribeira de Pena englobava 3 freguesias, 2 — Santa Marinha; e Salvador — com sede em Ribeira de Pena e 1 — Santo Aleixo de Além Tâmega — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ribeira de Pena passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Ribeira de Pena foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Santa Marinha; Santo Aleixo de Além Tâmega; e Salvador — integradas no concelho de Cerva.

O concelho de Ribeira de Pena foi restaurado por Lei de 17 de abril de 1838, englobando 3 freguesias — Santa Marinha; Santo Aleixo de Além Tâmega; e Salvador — separadas do concelho de Cerva.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Cerva, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alvadã; Cerva; e Limões — integradas no concelho de Ribeira de Pena.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram transferidas para o concelho de Ribeira de Pena 2 freguesias — Canedo; e Fiães do Tâmega — do concelho de Boticas.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — Fiães do Tâmega — do concelho de Ribeira de Pena para o concelho de Boticas.

Pelo Decreto n.º 17007 de 18 de junho de 1929, a freguesia de Santa Marinha foi anexada à freguesia de Salvador.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Ribeira de Pena passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 30508 de 14 de abril de 1940, a freguesia de Santa Marinha foi separada da freguesia de Salvador.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Ribeira de Pena passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Ribeira de Pena passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Ribeira de Pena passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Ribeira de Pena englobava 7 freguesias: Alvadia; Canedo; Cerva; Limões; Ribeira de Pena (Salvador); Santa Marinha; e Santo Aleixo de Além Tâmega.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Ribeira de Pena passou a englobar 5 freguesias: Alvadia; Canedo; Santa Marinha; União das Freguesias de Cerva e Limões; e União das Freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo de Além Tâmega.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Ribeira de Pena passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Ribeira de Soaz

Em meados da década de 1830, o concelho de Ribeira de Soaz, com sede em Caniçada, englobava 9 freguesias, 1 com sede em Caniçada e 8 — Cova; Frades; Friande; Louredo; Salamonde; Soengas; Ventosa; e Vilar da Veiga — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ribeira de Soaz passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Ribeira de Soaz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Friande — no concelho de Póvoa de Lanhoso;
- 8 — Caniçada; Cova; Frades; Louredo; Salamonde; Soengas; Ventosa; e Vilar da Veiga — no concelho de Vieira do Minho.

Ribolhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Ribolhos englobava 1 freguesia — Ribolhos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ribolhos passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Ribolhos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ribolhos — integrada no concelho de Mões.

Rio de Moinhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Rio de Moinhos englobava 1 freguesia — Rio de Moinhos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rio de Moinhos passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Rio de Moínhos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rio de Moinhos — integrada no concelho de Penalva do Castelo.

Rio Maior

O concelho de Rio Maior foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 6 freguesias separadas:

- 1 — Azambujeira — do concelho de Azambujeira, então extinto;
- 5 — Abitureiras; Arruda dos Pisões; Outeiro da Cortiçada; Rio Maior; e São João da Ribeira — do concelho de Santarém.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Abitureiras — do concelho de Rio Maior para o concelho de Santarém.

O Decreto de 13 de janeiro de 1847 mudou a sede do concelho de Rio Maior para São João da Ribeira, mas nunca foi executado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Alcanede, sendo 2 das freguesias que o compunham — Alcobertas; e Fráguas — integradas no concelho de Rio Maior.

Entre 1878 e 1890, foi criada a freguesia de Marmeleira, separada da freguesia de São João da Ribeira.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho do Cadaval, sendo 2 das freguesias que o compunham — Alguber; e Figueiros — integradas no concelho de Rio Maior.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho do Cadaval, englobando 2 freguesias — Alguber; e Figueiros — separadas do concelho de Rio Maior.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Rio Maior passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44192 de 19 de fevereiro de 1962, foi criada a freguesia de Arroquelas, separada da freguesia de São João da Ribeira.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Rio Maior passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Rio Maior passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 68/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Asseiceira, separada da freguesia de Rio Maior.

Pela Lei n.º 69/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de São Sebastião, separada da freguesia de Fráguas.

Pela Lei n.º 71/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Ribeira de São João, separada da freguesia de São João da Ribeira.

Pela Lei n.º 72/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Malaqueijo, separada da freguesia de São João da Ribeira.

Pela Lei n.º 40/89 de 24 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Assentiz, separada da freguesia de Marmeleira.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Rio Maior passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Rio Maior englobava 14 freguesias: Alcobertas; Arrouquelas; Arruda dos Pisões; Asseiceira; Assentiz; Azambujeira; Fráguas; Malaqueijo; Marmeleira; Outeiro da Cortiçada; Ribeira de São João; Rio Maior; São João da Ribeira; e São Sebastião.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Rio Maior passou a englobar 10 freguesias: Alcobertas; Arrouquelas; Asseiceira; Fráguas; Rio Maior; São Sebastião; União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo; União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz; União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões; e União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Rio Maior passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Rio Tinto

Em meados da década de 1830, o concelho de Rio Tinto englobava 1 freguesia — Rio Tinto.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rio Tinto passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Rio Tinto foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rio Tinto — integrada no concelho de Gondomar.

Ronfe

Em meados da década de 1830, o concelho de Ronfe englobava 2 freguesias, 1 com sede em Ronfe e 1 — Vermil — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ronfe passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Ronfe foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Ronfe; e Vermil — integradas no concelho de Guimarães.

Roriz

Em meados da década de 1830, o concelho de Roriz englobava 1 freguesia — Roriz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Roriz passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Roriz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Roriz — integrada no concelho de Negrelos.

Rosmaninhal

Em meados da década de 1830, o concelho de Rosmaninhal englobava 1 freguesia — Rosmaninhal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rosmaninhal passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Rosmaninhal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rosmaninhal — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo.

Rossas

Em meados da década de 1830, o concelho de Rossas englobava 2 freguesias, 1 com sede em Rossas e 1 — Anjos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rossas passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Rossas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Anjos; e Rossas — integradas no concelho de Cabeceiras de Basto.

Rua

Em meados da década de 1830, o concelho de Rua englobava 1 freguesia — Rua.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Rua passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Rua foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Rua — integrada no concelho de Caria.

Ruivães

Em meados da década de 1830, o concelho de Ruivães englobava 2 freguesias, 1 com sede em Ruivães e 1 — Campos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ruivães passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Ruivães 8 freguesias — Cabril; Covelo do Gerês; Ferral; Pondras; Reigoso; Salto; Venda Nova; e Vila da Ponte — do concelho de Montalegre.

O concelho de Ruivães foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 10 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Campos; e Ruivães — no concelho de Vieira do Minho;
- 8 — Cabril; Covelo do Gerês; Ferral; Pondras; Reigoso; Salto; Venda Nova; e Vila da Ponte — no concelho de Montalegre.

Sabariz

Em meados da década de 1830, o concelho de Sabariz englobava 1 freguesia — Sabariz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sabariz passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Sabariz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sabariz — integrada no concelho de Pico de Regalados.

Sabrosa

O concelho de Sabrosa foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 6 freguesias — Celeirós; Paços; Sabrosa; São Martinho de Antas; Souto Maior; e Vilarinho de São Romão — separadas do concelho de Vila Real.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Provesende, sendo as 6 freguesias que o compunham — Covas do Douro; Gouvães do Douro; Gouvinhas; Paradela de Guiães; Provesende; e São Cristóvão do Douro — integradas no concelho de Sabrosa.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram transferidas 3 freguesias — Parada de Pinhão; São Lourenço de Riba Pinhão; e Torre do Pinhão — do concelho de Alijó para o concelho de Sabrosa.

Por Lei de 24 de agosto de 1861, as localidades do concelho de Sabrosa situadas na margem esquerda do Rio Pinhão foram transferidas para o concelho de Alijó.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Sabrosa passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sabrosa passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sabrosa passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sabrosa passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Sabrosa englobava 15 freguesias: Celeirós; Covas do Douro; Gouvães do Douro; Gouvinhas; Paços; Parada de Pinhão; Paradela de Guiães; Provesende; Sabrosa; São Cristóvão do Douro; São Lourenço de Riba Pinhão; São Martinho de Antas; Souto Maior; Torre do Pinhão; e Vilarinho de São Romão.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Sabrosa passou a englobar 12 freguesias: Celeirós; Covas do Douro; Gouvinhas; Paços; Parada de Pinhão; Sabrosa; São Lourenço de Riba Pinhão; Souto Maior; Torre do Pinhão; Vilarinho de São Romão; União das Freguesias de São Martinho de Antas e Paradela de Guiães; e União das Freguesias de Gouvães do Douro, Provesende e São Cristóvão do Douro.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sabrosa passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Sabugal

Em meados da década de 1830, o concelho de Sabugal englobava 16 freguesias, 2 — Santa Maria; e São João Batista — com sede no Sabugal e 14 — Aldeia do Bispo; Aldeia Velha; Fóios; Lajeosa; Nave; Quadrazais; Rendo; Ruivós; Ruvina; Souto; Vale das Éguas; Vale de Espinho; Vale Longo; e Vila Boa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Sabugal passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Touro sendo as 3 freguesias que o compunham — Quintas de São Bartolomeu; Rapoula do Côa; e Vila de Touro — integradas no concelho do Sabugal;
- foram transferidas para o concelho de Vilar Maior 3 freguesias — Ruivós; Vale das Éguas; e Vale Longo — do concelho do Sabugal.

Por Decreto de 15 de outubro de 1841, a freguesia de Santa Maria do Sabugal foi integrada na freguesia de São João Batista do Sabugal.

Por Decreto de 17 de setembro de 1851, foram transferidas para o concelho do Sabugal 2 freguesias — Malcata; e Urgueira — do concelho de Sortelha.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Castelo Mendo sendo as 17 freguesias que o compunham — Ade; Aldeia Nova; Amoreira; Azinhal; Cabreira; Castelo Mendo; Cerdeira; Freixo; Leomil; Mesquitela; Mido; Muizela; Monte Perobolço; Parada; Peva; Porto de Ovelha; e Senouras — integradas no concelho do Sabugal;
- foi extinto o concelho de Sortelha, sendo as 9 freguesias que o compunham — Águas Belas; Bendada; Casteleiro; Lomba dos Palheiros; Moita; Pena Lobo; Pousafóles do Bispo; Santo Estêvão; e Sortelha — integradas no concelho do Sabugal.
- foi extinto o concelho de Vilar Maior, sendo as 14 freguesias que o compunham — Aldeia da Ponte; Aldeia da Ribeira; Alfaiates; Badamalos; Bismula; Forcalhos; Malhada Sorda; Nave de Haver; Rebolosa; Ruivós; Seixo do Côa; Vale das Éguas; Vale Longo; e Vilar Maior — integradas no concelho do Sabugal.

Por Decreto de 7 de dezembro de 1870, foram transferidas 13 freguesias — Ade; Aldeia Nova; Amoreira; Azinhal; Cabreira; Castelo Mendo; Freixo; Leomil; Mesquitela; Mido; Monte Perobolço; Peva; e Senouras — do concelho do Sabugal para o concelho de Almeida.

Por Lei de 1 de março de 1883, foram transferidas 2 freguesias — Malhada Sorda; e Nave de Haver — do concelho do Sabugal para o concelho de Almeida.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foram transferidas 3 freguesias — Miuzela; Parada; e Porto de Ovelha — do concelho do Sabugal para o concelho de Almeida.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Urgueira passou a denominar-se Aldeia de Santo António.

Por Decreto de 9 de setembro de 1904, foi criada a freguesia de Baraçal, separada da freguesia de Vila do Touro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Sabugal passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Sabugal passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Sabugal passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Sabugal passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

No início de 2013, o concelho do Sabugal englobava 40 freguesias: Águas Belas; Aldeia da Ponte; Aldeia da Ribeira; Aldeia de Santo António; Aldeia do Bispo; Aldeia Velha; Alfaiates; Badamalos; Baraçal; Bendada; Bismula; Casteleiro; Cerdeira; Fóios; Forcalhos; Lajeosa; Lomba; Malcata; Moita; Nave; Pena Lobo; Pousafoles do Bispo; Quadrazais; Quintas de São Bartolomeu; Rapoula do Côa; Rebolosa; Rendo; Ruivós; Ruvina; Sabugal; Santo Estêvão; Seixo do Côa; Sortelha; Souto; Vale das Éguas; Vale de Espinho; Vale Longo; Vila Boa; Vila do Touro; e Vilar Maior.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho do Sabugal passou a englobar 30 freguesias: Águas Belas; Aldeia da Ponte; Aldeia do Bispo; Aldeia Velha; Alfaiates; Baraçal; Bendada; Bismula; Casteleiro; Cerdeira; Fóios; Malcata; Nave; Quadrazais; Quintas de São Bartolomeu; Rapoula do Côa; Rebolosa; Rendo; Sortelha; Souto; Vale de Espinho; Vila Boa; Vila do Touro; União das Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos; União das Freguesias de Lajeosa e Forcalhos; União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba; União das Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas; União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António; União das Freguesias de Santo Estêvão e Moita; e União das Freguesias de Seixo do Côa e Vale Longo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sabugal passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Sabugosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Sabugosa englobava 1 freguesia — Sabugosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sabugosa passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Sabugosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sabugosa — integrada no concelho de Tondela.

Sagres

Em meados da década de 1830, o concelho de Sagres englobava 1 freguesia — Sagres.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sagres passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

O concelho de Sagres foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sagres — integrada no concelho de Vila do Bispo.

Salir de Matos

Em meados da década de 1830, o concelho de Salir de Matos englobava 1 freguesia — Salir de Matos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Salir de Matos passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Salir de Matos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Salir de Matos — integrada no concelho das Caldas da Rainha.

Salvaterra de Magos

Em meados da década de 1830, o concelho de Salvaterra de Magos englobava 1 freguesia — Salvaterra de Magos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Salvaterra de Magos passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Salvaterra de Magos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Salvaterra de Magos — integrada no concelho Benavente.

O concelho de Salvaterra de Magos foi restaurado por Lei de 28 de abril de 1837, englobando 2 freguesias separadas:

- 1 — Muge — do concelho de Almeirim;
- 1 — Salvaterra de Magos — do concelho de Benavente.

O concelho de Salvaterra de Magos foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Muge; e Salvaterra de Magos — integradas no concelho de Benavente.

O concelho de Salvaterra de Magos foi restaurado por Lei de 10 de julho de 1863, englobando 2 freguesias — Muge; e Salvaterra de Magos — separadas do concelho de Benavente.

Pelo Decreto n.º 15221 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Mariniais, separada da freguesia de Muge.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Salvaterra de Magos passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 47170 de 29 de agosto de 1966 foi criada a freguesia de Glória do Ribatejo, separada da freguesia de Muge.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Salvaterra de Magos passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Salvaterra de Magos passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 73/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Foros de Salvaterra, separada da freguesia de Salvaterra de Magos.

Pela Lei n.º 70/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Granho, separada da freguesia de Muge.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Salvaterra de Magos passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Salvaterra de Magos englobava 6 freguesias: Foros de Salvaterra; Glória do Ribatejo; Granho; Marinhais; Muge; e Salvaterra de Magos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Salvaterra de Magos passou a englobar 4 freguesias: Marinhais; Muge; União das Freguesias de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra; e União das Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Salvaterra de Magos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Salvaterra do Extremo

Em meados da década de 1830, o concelho de Salvaterra do Extremo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Salvaterra do Extremo e 1 — Monfortinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Salvaterra do Extremo passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Monsanto, sendo 1 das freguesias que o compunham — Toulões — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo;

- foi extinto o concelho de Rosmaninhal, sendo a freguesia que o compunha — Rosmaninhal — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo;

- foi extinto o concelho de Segura, sendo a freguesia que o compunha — Segura — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo;

- foi extinto o concelho de Zebreira, sendo a freguesia que o compunha — Zebreira — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo.

Por Decreto de 15 de outubro de 1841:

- a freguesia de Monfortinho foi anexada à freguesia de Salvaterra do Extremo;
- a freguesia de Toulões foi anexada à freguesia de Zebreira.

Por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, foi extinto o concelho de Monsanto, sendo 1 das freguesas que o compunham — Penha Garcia — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo.

O concelho de Salvaterra do Extremo foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham — Penha Garcia; Rosmaninhal; Salvaterra do Extremo e Monfortinho; Segura; e Zebreira e Toulões — integradas no concelho de Idanha-a-Nova.

Samora Correia

Em meados da década de 1830, o concelho de Samora Correia englobava 1 freguesia — Samora Correia.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Samora Correia passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Samora Correia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Samora Correia — integrada no concelho de Benavente.

Sampaio

Em meados da década de 1830, o concelho de Sampaio englobava 2 freguesias, 1 com sede em Sampaio e 1 — Lodões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sampaio passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Sampaio foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lodões; e Sampaio — integradas no concelho de Vila Flor.

Samuel

Em meados da década de 1830, o concelho de Samuel englobava 1 freguesia — Samuel.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Urmar, sendo a localidade que o compunha — Urmar — integrada no concelho de Samuel;

- o concelho de Samuel e Urmar passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Samuel foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Samuel — integrada no concelho de Abrunheira.

Sanceriz

Em meados da década de 1830, o concelho de Sanceriz englobava 1 freguesia — Sanceriz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sanceriz passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Sanceriz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sanceriz — integrada no concelho de Izeda.

Sande

Em meados da década de 1830, o concelho de Sande englobava 1 freguesia — Sande.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sande passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Sande foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sande — integrada no concelho de Lamego.

Sandim

Em meados da década de 1830, o concelho de Sandim englobava 1 freguesia — Sandim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sandim passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Sandim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sandim — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia.

Sandomil

Em meados da década de 1830, o concelho de Sandomil englobava 2 freguesias, 1 com sede em Sandomil e 1 — Sazes da Beira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho do Sandomil passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Sandomil 1 freguesia — São Gião — do concelho de Penalva de Alva;

- foi transferida para o concelho de Sandomil 1 freguesia — Folhadosa — do concelho de Seia;

- foi extinto o concelho de Torrozel, sendo a freguesia que o compunha — Torrozel — integrada no concelho de Sandomil;

- foi extinto o concelho de Vila Cova à Coelheira, sendo a freguesia que o compunha — Vila Cova à Coelheira — integrada no concelho de Sandomil.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Penalva de Alva, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alvoco das Várzeas; Penalva de Alva; e São Sebastião da Feira — integradas no concelho de Sandomil.

O concelho de Sandomil foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Alvoco das Várzeas; Penalva de Alva; e São Sebastião da Feira — no concelho de Oliveira do Hospital;
- 6 — Folhadosa; Sandomil; São Gião; Sazes da Beira; Torrozelo; e Vila Cova à Coelheira — no concelho de Seia.

Sanfins

Em meados da década de 1830, o concelho de Sanfins englobava 5 freguesias, 1 com sede em Sanfins e 4 — Boivão; Friestas; Gondomil; e Verdoejo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sanfins passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Sanfins foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 5 freguesias que o compunham — Boivão; Friestas; Gondomil; Sanfins; e Verdoejo — integradas no concelho de Valença.

Sanfins da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Sanfins da Beira englobava 9 freguesias, 1 — Santiago de Piães — com sede em *Piães*, onde se situava Sanfins da Beira, e 8 — Espadanedo; Fornelos; Moimenta; Nespereira – Santa Marinha; Nespereira – Santo Erício; Souselo; Tarouquela; e Travanca do Douro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sanfins da Beira passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Escamarão, sendo a freguesia que o compunha — Escamarão — integrada no concelho de Sanfins da Beira;
- foi transferida 1 freguesia — Santiago de Piães — do concelho de Sanfins da Beira para o concelho de São Cristóvão de Nogueira.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Sanfins da Beira 1 freguesia — Santiago de Piães — do concelho de São Cristóvão de Nogueira.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841:

- a freguesia de Escamarão foi integrada na freguesia de Souselo.
- a freguesia de Santo Erício de Nespereira foi integrada na freguesia de Santa Marinha de Nespereira.

O concelho de Sanfins da Beira foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 8 freguesias que o compunham — Espadanedo; Fornelos; Moimenta do Douro; Santa Maria de

Nespereira; Santiago de Piães; Souselo; Tarouquela; e Travanca do Douro — integradas no concelho de Cinfães.

Sangalhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Sangalhos englobava 1 freguesia — Sangalhos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sangalhos passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Sangalhos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sangalhos — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro.

Sanguinheda

Em meados da década de 1830, o concelho de Sanguinheda englobava 1 freguesia — Carapinha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sanguinheda passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Sanguinheda foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Carapinha — integrada no concelho de Farinha Podre.

Santa Catarina

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Catarina englobava 3 freguesias, 1, com sede em Santa Catarina e 2 — Benedita; e Carvalhal Benfeito — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Catarina passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Santa Catarina foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Benedita — no concelho de Alcobaça;
- 2 — Carvalhal Benfeito; e Santa Catarina — no concelho das Caldas da Raíña.

Santa Comba Dão

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Comba Dão englobava 1 freguesia — Santa Comba Dão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Comba Dão passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Mosteiro, sendo as 3 freguesias que o compunham — Couto do Mosteiro; São Joaninho; e Vimieiro — integradas no concelho de Santa Comba Dão;

- foi extinto o concelho de Óvoa, sendo 1 das freguesias que o compunham — Óvoa — integrada no concelho de Santa Comba Dão;

- foi extinto o concelho de Pinheiro de Ázere, sendo a freguesia que o compunha — Pinheiro de Ázere — integrada no concelho de Santa Comba Dão;

- foi extinto o concelho de São João de Areias, sendo 1 das freguesias que o compunham — São João de Areias — integrada no concelho de Santa Comba Dão;

- foi extinto o concelho de Treixedo, sendo a freguesia que o compunha — Treixedo — integrada no concelho de Santa Comba Dão.

Por Decreto de 17 de janeiro de 1837, o concelho de Santa Comba Dão foi transferido do distrito de Coimbra para o distrito de Viseu.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foi restaurado o concelho de São João de Areias, englobando 2 freguesias — Pinheiro de Ázere; e São João de Areias — separadas do concelho de Santa Comba Dão;

- foi transferida 1 freguesia — Vila Nova da Rainha — do concelho de Tondela para o concelho de Santa Comba Dão.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de São João de Areias, sendo 2 das freguesias que o compunham — Pinheiro de Ázere; e São João de Areias — integradas no concelho de Santa Comba Dão;

- foi transferida 1 freguesia — Vila Nova da Rainha — do concelho de Santa Comba Dão para o concelho de Tondela.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Santa Comba Dão passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Santa Comba Dão passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Santa Comba Dão passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 40/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Nagozela, separada da freguesia de Treixedo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Santa Comba Dão passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Santa Comba Dão englobava 9 freguesias: Couto do Mosteiro; Nagozela; Óvoa; Pinheiro de Ázere; Santa Comba Dão; São Joaninho; São João de Areias; Treixedo; e Vimieiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Santa Comba Dão passou a englobar 6 freguesias: Pinheiro de Ázere; São Joaninho; São João de Areias; União das Freguesias de Óvoa e Vimieiro; União das Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro; e União das Freguesias de Treixedo e Nagozela.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Santa Comba Dão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Santa Cruz da Trapa

Em meados da década de 1830, o concelho da Trapa, também denominado Santa Cruz da Trapa, englobava 1 freguesia — Santa Cruz da Trapa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Cruz da Trapa passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Santa Cruz da Trapa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Santa Cruz da Trapa — integrada no concelho de São Pedro do Sul.

Santa Cruz de Cima Tâmega — Santa Cruz de Riba Tâmega

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Cruz de Cima Tâmega, também denominado Santa Cruz de Riba Tâmega, com sede em Vila Meã, englobava 19 freguesias, 1 com sede em Real, onde se situava Vila Meã, e 18 — Aião; Ataíde; Banho; Caíde de Rei; Carvalhosa; Castelões; Constance; Figueiró – Santa Cristina; Figueiró – Santiago; Fregim; Louredo; Oliveira; Passinhos; Recezinhos – São Mamede; Recezinhos – São Martinho; Santo Isidoro; São Veríssimo; e Toutosa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Mancelos, sendo a freguesia que o compunha — Mancelos — integrada no concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega;
- foi extinto o concelho de Travanca, sendo a freguesia que o compunha — Travanca — integrada no concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega;
- foi extinto o concelho de Vila Caiz, sendo a freguesia que o compunha — Vila Caiz — integrada no concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega;
- foram transferidas 3 freguesias — Fregim; Louredo; e São Veríssimo — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega para o concelho de Amarante;
- foram transferidas 2 freguesias — Aião; e Caíde de Rei — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega para o concelho de Barrosas;
- foi transferida 1 freguesia — São Martinho de Recezinhos — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega para o concelho de Penafiel.

Por Lei de 17 de abril de 1837:

- foram transferidas para o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega 2 freguesias — Fregim; e Louredo — do concelho de Amarante;

- foi transferida para o concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega 1 freguesia — Caíde de Rei — do concelho de Barrosas.

Entre 1841 e 1855, foi transferida 1 freguesia — Caíde de Rei — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega para o concelho de Lousada.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas 2 freguesias — Fregim; e Louredo — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega para o concelho de Amarante;

- foram transferidas 3 freguesias — Constance; Santo Isidoro; e Toutosa — do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega para o concelho de Marco de Canaveses.

O concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 13 freguesias que o compunham integradas:

- 9 — Ataíde; Santa Cristina de Figueiró; Santiago de Figueiró; Mancelos; Oliveira; Passinhos; Real; Travanca; e Vila Caiz — no concelho de Amarante;

- 2 — Banho; e Carvalhosa — no concelho de Marco de Canaveses;

- 2 — Castelões de Recezinhos; e São Mamede de Recezinhos — no concelho de Penafiel.

Santa Eulália

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Eulália, com sede em Couto de Baixo, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Couto de Baixo e 1 — Couto de Cima — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Eulália passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Santa Eulália foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Couto de Baixo; e Couto de Cima — integradas no concelho de Viseu.

Santa Maria da Feira

Pela Lei n.º 39/85 de 14 de agosto de 1985, a localidade e o concelho da Feira passaram a denominar-se Santa Maria da Feira.

Pela Lei n.º 76/85 de 3 de outubro de 1985, a freguesia de São Jorge passou a denominar-se Caldas de São Jorge.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Santa Maria da Feira passou a fazer parte da sub-região de Entre Douro e Vouga.

No início de 2013, o concelho de Santa Maria da Feira englobava 31 freguesias: Argoncilhe; Arrifana; Caldas de São Jorge; Canedo; Escapães; Espargo; Fiães; Fornos; Gião; Guisande; Lobão; Louredo; Lourosa; Milheirós de Poiares; Mosteirô; Mozelos; Nogueira da Regedoura; Paços de

Brandão; Pigeiros; Rio Meão; Romariz; Sanfins; Sanguedo; Santa Maria da Feira; Santa Maria de Lamas; São João de Ver; São Miguel do Souto; São Paio de Oleiros; Travanca; Vale; e Vila Maior.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Santa Maria da Feira passou a englobar 21 freguesias: Argoncilhe; Arrifana; Escapães; Fiães; Fornos; Lourosa; Milheirós de Poiares; Mozelos; Nogueira da Regedoura; Paços de Brandão; Rio Meão; Romariz; Sanguedo; Santa Maria de Lamas; São João de Ver; São Paio de Oleiros; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande; União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; e União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Santa Maria da Feira passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Santa Marinha

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Marinha englobava 2 freguesias, 1 com sede em Santa Marinha e 1 — Paços da Serra — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Marinha passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Santa Marinha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Paços da Serra — no concelho de Gouveia;
- 1 — Santa Marinha — no concelho de Seia.

Santa Marta de Penaguião

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Marta de Penaguião, com sede em Lobrigos, englobava 12 freguesias, 2 — São João Batista; e São Miguel — com sede em Lobrigos e 10 — Cumieira; Fontelas; Loureiro; Medim; Medrões; Moura Morta; Peso da Régua; Sedielos; Sever; e Vila Jusã — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Marta de Penaguião passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Fontes, sendo as 2 freguesias que o compunham — Fontes; e Fornelos — integradas no concelho de Santa Marta de Penaguião;
- foi transferida para o concelho de Santa Marta de Penaguião 1 freguesia — Alvações do Corgo — do concelho de Vila Real;
- foi transferida 1 freguesia — Vila Jusã — do concelho de Santa Marta de Penaguião para o concelho de Mesão Frio;
- foi criado o concelho de Peso da Régua, englobando 5 freguesias — Fontelas; Loureiro; Moura Morta; Peso da Régua; e Sedielos — separadas do concelho de Santa Marta de Penaguião.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho de Santa Marta de Penaguião 1 freguesia — Louredo — do concelho de Vila Real.

Por Decreto de 20 de outubro de 1841, a freguesia de Medim passou a denominar-se Sanhoane.

O concelho de Santa Marta de Penaguião foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 10 freguesias que o compunham integradas:

- 7 — Alvações do Corgo; Fontes; Lobrigos (São João Batista); Lobrigos (São Miguel); Medrões; Sanhoane; e Sever — no concelho de Peso da Régua;
- 3 — Cumieira; Fornelos; e Louredo — no concelho de Vila Real.

O concelho de Santa Marta de Penaguião foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 10 freguesias separadas:

- 7 — Alvações do Corgo; Fontes; Lobrigos (São João Batista); Lobrigos (São Miguel); Medrões; Sanhoane; e Sever — do concelho de Peso da Régua;
- 3 — Cumieira; Fornelos; e Louredo — do concelho de Vila Real.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Santa Marta de Penaguião passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Santa Marta de Penaguião passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Santa Marta de Penaguião passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Santa Marta de Penaguião passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Santa Marta de Penaguião englobava 10 freguesias: Alvações do Corgo; Cumieira; Fontes; Fornelos; Lobrigos (São João Batista); Lobrigos (São Miguel); Louredo; Medrões; Sanhoane; e Sever.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Santa Marta de Penaguião passou a englobar 7 freguesias: Alvações do Corgo; Cumieira; Fontes; Medrões; Sever; União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Batista) e Sanhoane; e União das Freguesias de Louredo e Fornelos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Santa Marta de Penaguião passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Santa Marta do Bouro

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Marta do Bouro englobava 5 freguesias, 1 — Santa Marta do Bouro — com sede no Bouro e 4 — Goães; Monte; Seramil; e Vilela — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santa Marta do Bouro passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Santa Marta do Bouro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Goães; Santa Marta do Bouro; Seramil; e Vilela — no concelho de Amares;
- 1 — Monte — no concelho de Terras de Bouro.

O concelho de Santa Marta do Bouro foi restaurado por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 9 freguesias, separadas:

- 6 — Dornelas; Goães; Paredes Secas; Santa Marta do Bouro; Seramil; e Vilela — do concelho de Amares;
- 3 — Monte; Rio Caldo; e Valdosende — do concelho de Terras de Bouro.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de Santa Marta do Bouro 1 freguesia — Santa Maria do Bouro — do concelho de Amares.

O concelho de Santa Marta do Bouro foi extinto por decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 10 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Dornelas; Goães; Paredes Secas; Santa Marta do Bouro; e Vilela — no concelho de Amares;
- 5 — Monte; Rio Caldo; Santa Maria do Bouro; Seramil; e Valdosende — no concelho de Terras de Bouro.

Santalha

O concelho de Santalha foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 19 freguesias separadas:

- 2 — Moimenta; e Montouto — do concelho de Bragança;
- 9 — Edral; Frades; Gestosa; Pinheiro Novo; Quirás; São Jomil; Vilar de Lomba; Vilar Seco de Lomba; e Vilarinho — do concelho de Vilar Seco de Lomba, então extinto;
- 8 — Cabeça de Igreja; Cazares; Nuzedo de Cima; Pinheiro Velho; Quadra; Santalha; Seixas; e Tuizelo — do concelho de Vinhais.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841:

- a freguesia de Cabeça de Igreja foi integrada na freguesia de Tuizelo;
- a freguesia de Cazares foi integrada freguesia de Montouto;
- a freguesia de Frades foi integrada na freguesia de Edral;
- a freguesia de Gestosa foi integrada freguesia de Vilar Seco de Lomba;
- a freguesia de Nuzedo de Cima foi integrada freguesia de Tuizelo;
- a freguesia de Quadra foi integrada freguesia de Tuizelo;
- a freguesia de Pinheiro Velho foi integrada na freguesia de Pinheiro Novo;
- a freguesia de Seixas foi integrada na freguesia de Santalha;
- a freguesia de Vilar de Lomba foi integrada freguesia de São Jomil;
- a freguesia de Vilarinho foi integrada freguesia de Quirás.

O concelho de Santalha foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 9 freguesias que o compunham — Edral; Moimenta; Montouto; Pinheiro Novo; Quirás; Santalha; São Jomil; Tuizelo; e Vilar Seco de Lomba — integradas no concelho de Vinhais.

Santarém

Em meados da década de 1830, o concelho de Santarém englobava 41 freguesias, 13 — Alcáçova; Marvila; Santa Cruz; Santa Iria da Ribeira de Santarém; Santiago; São Salvador; Santo Estêvão; São João de Alfange; São Julião; São Lourenço; São Martinho; São Mateus; e São Nicolau — com sede em Santarém e 28 — Abitureiras; Achete; Alcanhões; Almoster; Alpiarça; Arruda dos Pisões; Azinhaga; Azoia de Baixo; Azoia de Cima; Benfica do Ribatejo; Casével; Chouto; Outeiro da Cortiçada; Pinheiro Grande; Pombalinho; Póvoa dos Galegos; Raposa; Rio Maior; Romeira; São João da Ribeira; São Vicente de Paul; Tremês; Vale da Pinta; Vale de Cavalos; Vale de Figueira; Vale de Santarém; Vaqueiros; e Várzea — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santarém passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — Tremês — do concelho de Santarém para o concelho de Alcanede;

- foram transferidas 3 freguesias — Alpiarça; Benfica do Ribatejo; e Raposa — do concelho de Santarém para o concelho de Almeirim;

- foi transferida 1 freguesia — Vale da Pinta — do concelho de Santarém para o concelho do Cartaxo;

- foi transferida 1 freguesia — Pinheiro Grande — do concelho de Santarém para o concelho do Chamusca;

- foram transferidas 2 freguesias — Azinhaga; e Pombalinho — do concelho de Santarém para o concelho da Golegã;

- foram transferidas 3 freguesias — Casével; São Vicente do Paul; e Vaqueiros — do concelho de Santarém para o concelho de Pernes;

- foi criado o concelho de Rio Maior, englobando 5 freguesias — Abitureiras; Arruda dos Pisões; Outeiro da Cortiçada; Rio Maior; e São João da Ribeira — separadas do concelho de Santarém;

- foram transferidas 2 freguesias — Chouto; e Vale de Cavalos — do concelho de Santarém para o concelho de Ulme.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foram transferidas para o concelho de Santarém 2 freguesias — Azinhaga; e Pombalinho — do concelho da Golegã;

- foi transferida para o concelho de Santarém 1 freguesia — Abitureiras — do concelho de Rio Maior.

Entre 1841 e 1849, as freguesias de São Julião e de São Lourenço foram integradas na freguesia de Santo Estêvão.

Em 29 de agosto de 1851:

- as freguesias de Alcáçova, de Santiago, de Santo Estêvão e de São Martinho foram integradas na freguesia de Marvila;

- as freguesias de Santa Cruz, São João de Alfange e de São Mateus foram integradas na freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Alcanede, sendo 3 das freguesias que o compunham — Abrã; Alcanede; e Tremês — integradas no concelho de Santarém;

- foi extinto o concelho de Pernes, sendo as 7 freguesias que o compunham — Amiais de Baixo; Arneiro das Milhariças; Casével; Malhou; Pernes; São Vicente do Paul; e Vaqueiros — integradas no concelho de Santarém.

Entre 1855 e 1864, a freguesia da Louriceira foi separada da freguesia de Malhou.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi transferida 1 freguesia — Azinhaga — do concelho de Santarém para o concelho da Golegã.

Pela Lei n.º 156 de 8 de maio de 1914, foi criado o concelho de Alcanena englobando 2 freguesias — Louriceira; e Malhou — separadas do concelho de Santarém.

Pela Lei n.º 1002 de 24 de junho de 1920, foi criada a freguesia de Póvoa da Isenta, separada da freguesia de Almoester.

Pelo Decreto n.º 10681 de 7 de abril de 1925, a freguesia de Póvoa dos Galegos passou a denominar-se Póvoa de Santarém.

Pelo Decreto n.º 15227 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Moçarria, separada da freguesia de Abitureiras.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Santarém passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Santarém passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interiro.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Santarém passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 99/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Gançaria, separada da freguesia de Alcanede.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Santarém passou a fazer parte da sub-região da Lezíria do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Santarém englobava 28 freguesias: Abitureiras; Abrã; Achete; Alcanede; Alcanhões; Almoester; Amiais de Baixo; Arneiro das Milhariças; Azoia de Baixo; Azoia de

Cima; Casével; Gançaria; Moçarria; Pernes; Pombalinho; Póvoa da Isenta; Póvoa de Santarém; Romeira; Santa Iria da Ribeira de Santarém; Santarém (Marvila); Santarém (São Nicolau); Santarém (São Salvador); São Vicente do Paul; Tremês; Vale de Figueira; Vale de Santarém; Vaqueiros; e Várzea.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Santarém passou a englobar 18 freguesias: Abitureiras; Abrã; Alcanede; Alcanhões; Almoster; Amiais de Baixo; Arneiro das Milhariças; Gançaria; Moçarria; Pernes; Póvoa da Isenta; Vale de Santarém; União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau); União das Freguesias de Romeira e Várzea; União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém; União das Freguesias de Azoia de Cima e Tremês; União das Freguesias de Casével e Vaqueiros; e União das Freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira. Pela mesma Lei, a freguesia de Pombalinho foi transferida para o concelho da Golegã.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Santarém passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Santiago do Cacém

Em meados da década de 1830, o concelho de Santiago do Cacém englobava 9 freguesias, 1 com sede em Santiago do Cacém e 8 — Abela; Melides; Santa Cruz; Santo André; São Bartolomeu da Serra; São Domingos; São Francisco da Serra; e Vale de Santiago — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santiago do Cacém passou a pertencer ao distrito de Lisboa, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Sines, sendo a freguesia que o compunha — Sines — integrada no concelho de Santiago do Cacém;

- foi transferida 1 freguesia — Vale de São Tiago — do concelho de Santiago do Cacém para o concelho de Messejana.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho de Sines englobando 1 freguesia — Sines — separada do concelho de Santiago do Cacém.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Sines, sendo a freguesia que o compunha — Sines — integrada no concelho de Santiago do Cacém;

- foi transferida 1 freguesia — Melides — do concelho de Santiago do Cacém para o concelho de Grândola.

Por Decreto de 22 de dezembro de 1870, foi transferida para o concelho de Santiago do Cacém 1 freguesia — Melides — do concelho de Grândola.

Por Decreto de 18 de abril de 1871, foi transferida para o concelho de Santiago do Cacém 1 freguesia — Alvalade — do concelho de Aljustrel.

Por Decreto de 21 de setembro de 1875, foi transferida para o concelho de Santiago do Cacém 1 freguesia — Cercal — do concelho de Odemira.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi transferida 1 freguesia — Melides — do concelho de Santiago do Cacém para o concelho de Grândola.

Pela Lei n.º 167 de 19 de maio de 1914, foi restaurado o concelho de Sines, englobando 1 freguesia — Sines — separada do concelho de Santiago do Cacém.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Santiago do Cacém passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Santiago do Cacém passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 39186 de 24 de abril de 1953, foi criada a freguesia de Ermidas-Sado, separada da freguesia de Alvalade.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Santiago do Cacém passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Santiago do Cacém passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Santiago do Cacém passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Litoral.

Pela Lei n.º 38/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Vale de Água, separada da freguesia de São Domingos.

No início de 2013, o concelho de Santiago do Cacém englobava 11 freguesias: Abela; Alvalade; Cercal; Ermidas-Sado; Santa Cruz; Santiago do Cacém; Santo André; São Bartolomeu da Serra; São Domingos; São Francisco da Serra; e Vale de Água.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Santiago do Cacém passou a englobar 8 freguesias: Abela; Alvalade; Cercal; Ermidas-Sado; Santo André; São Francisco da Serra; União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra; e União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Santiago do Cacém passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Santo André de Poiares

Ver Poiares.

Santo Estêvão da Facha

Em meados da década de 1830, o concelho de Santo Estêvão da Facha englobava 2 freguesias, 1 com sede na Facha e 1 — Vitorino das Donas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santo Estêvão da Facha passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Santo Estêvão da Facha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham — Facha; e Vitorino das Donas — integradas no concelho de Ponte de Lima.

Santo Tirso

Em meados da década de 1830, o concelho de Santo Tirso englobava 3 freguesias, 1 com sede em Santo Tirso e 2 — Carreira; e Couto – Santa Cristina — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Santo Tirso passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Landim, sendo 4 das freguesias que o compunham — Areias; Lama; Palmeira; e Sequeiró — integradas no concelho de Santo Tirso;

- foram transferidas para o concelho de Santo Tirso 8 freguesias — Alvarelos; São Martinho de Bougado; São Tiago de Bougado; São Mamede de Coronado; São Romão de Coronado; Covelas; Guidões; e Muro — do concelho da Maia;

- foi extinto o concelho de Refojos de Riba de Ave, sendo 5 das freguesias que o compunham — Agrela; Água Longa; Guimarei; Lamelas; e Reguengo — integradas no concelho de Santo Tirso.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram transferidas para o concelho de Santo Tirso 3 freguesias — Burgães; Refojos de Riba de Ave; e São Miguel do Couto — do concelho de Negrelos.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Negrelos, sendo 8 das freguesias que o compunham — Monte Córdova; Rebordões; Roriz; São Mamede de Negrelos; São Martinho do Campo; São Salvador do Campo; São Tomé de Negrelos; e Vilarinho — integradas no concelho de Santo Tirso.

Por Decreto de 23 de junho de 1879, foi transferida para o concelho de Santo Tirso 1 freguesia — Aves — do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de São Salvador do Campo foi integrada na freguesia de São Martinho do Campo;

- o concelho de Santo Tirso passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 43695 de 17 de maio de 1961, a freguesia de São Salvador do Campo foi separada da freguesia de São Martinho do Campo.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Santo Tirso passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Santo Tirso passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Santo Tirso passou a fazer parte da sub-região do Ave.

Pela Lei n.º 83/98 de 14 de dezembro de 1998 foi criado o concelho da Trofa, englobando 8 freguesias — Alvarelos; Covelas; Guidões; Santiago do Bougado; São Cristóvão do Muro; São Mamede do Coronado; São Martinho do Bougado; e São Romão do Coronado — separadas do concelho de Santo Tirso.

No início de 2013, o concelho de Santo Tirso englobava 24 freguesias: Agrela; Água Longa; Areias; Aves; Burgães; Campo (São Martinho); Carreira; Couto (Santa Cristina); Couto (São Miguel); Guimarei; Lama; Lamelas; Monte Córdova; Negrelos (São Mamede); Negrelos (São Tomé); Palmeira; Rebordões; Refojos de Riba de Ave; Reguenga; Roriz; Santo Tirso; São Salvador do Campo; Sequeiró; e Vilarinho.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Santo Tirso passou a englobar 14 freguesias: Agrela; Água Longa; Aves; Monte Córdova; Negrelos (São Tomé); Rebordões; Reguenga; Roriz; Vilarinho; União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães; União das Freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira; União das Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede); União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave; e União das Freguesias de Lamelas e Guimarei.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Santo Tirso passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Santo Varão

Em meados da década de 1830, o concelho de Santo Varão englobava 1 freguesia — Santo Varão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Formoselhe, sendo a localidade que o compunha — Formoselhe — integrada no concelho de Santo Varão;

- o concelho de Santo Varão e Formoselhe passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Santo Varão 3 freguesias — Alfarelos; Figueiró do Campo; e Granja do Ulmeiro — do concelho de Montemor-o-Velho;

- foi extinto o concelho de Pereira, sendo a freguesia que o compunha — Pereira — integrada no concelho de Santo Varão.

O concelho de Santo Varão foi extinto por Decreto de 27 de julho de 1853, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Alfarelos; Granja do Ulmeiro; Pereira; e Santo Varão — no concelho de Montemor-o-Velho;

- 1 — Figueiró do Campo — no concelho de Soure.

São Brás de Alportel

O concelho de Alportel, também denominado São Brás de Alportel, foi criado pela Lei n.º 178 de 1 de junho de 1914, englobando 1 freguesia — São Brás de Alportel — separada do concelho de Faro.

Pela mesma Lei n.º 178 de 1 de junho de 1914, o concelho de São Brás de Alportel passou a pertencer ao distrito de Faro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de São Brás de Alportel passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de São Brás de Alportel passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de São Brás de Alportel passou a fazer parte da região do Algarve.

O concelho de São Brás de Alportel engloba hoje 1 freguesia: São Brás de Alportel.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de São Brás de Alportel passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

São Cosmado

Em meados da década de 1830, o concelho de São Cosmado englobava 1 freguesia — São Cosmado.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Cosmado passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Goujoim, sendo a freguesia que o compunha — Goujoim — integrada no concelho de São Cosmado;

- foi extinto o concelho de Granja do Tedo, sendo a freguesia que o compunha — Granja do Tedo — integrada no concelho de São Cosmado;

- foi extinto o concelho de Longa, sendo a freguesia que o compunha — Longa — integrada no concelho de São Cosmado;

- foi extinto o concelho de Lumiares, sendo as 2 freguesias que o compunham — Santa Cruz; e São Martinho das Chãs — integradas no concelho de São Cosmado.

O concelho de São Cosmado foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — São Martinho das Chãs; Goujoim; Santa Cruz; e São Cosmado — no concelho de Armamar;

- 2 — Granja do Tedo; e Longa — no concelho de Tabuaço.

São Cristóvão de Nogueira

Em meados da década de 1830, o concelho de São Cristóvão de Nogueira englobava 1 freguesia — São Cristóvão de Nogueira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Cristóvão de Nogueira passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cinfães, sendo a freguesia que o compunha — Cinfães — integrada no concelho de São Cristóvão de Nogueira;

- foi transferida para o concelho de São Cristóvão de Nogueira 1 freguesia — Santiago de Piães — do concelho de Sanfins da Beira;

- foi extinto o concelho de Tendais, sendo a freguesia que o compunha — Tendais — integrada no concelho de São Cristóvão de Nogueira.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foi transferida 1 freguesia — Santiago de Piães — do concelho de São Cristóvão de Nogueira para o concelho de Sanfins da Beira;

- a sede do concelho de São Cristóvão de Nogueira foi transferida para Cinfães.

São João da Madeira

O concelho de São João da Madeira foi criado pelo Decreto n.º 12456 de 11 de outubro de 1926, englobando 1 freguesia — São João da Madeira — separada do concelho de Oliveira de Azeméis.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de São João da Madeira passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de São João da Madeira passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de São João da Madeira passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de São João da Madeira passou a fazer parte da sub-região de Entre Douro e Vouga.

O concelho de São João da Madeira engloba hoje 1 freguesia — São João da Madeira.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de São João da Madeira passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

São João da Pesqueira

Em meados da década de 1830, o concelho da Pesqueira, também denominado São João da Pesqueira, englobava 9 freguesias, 4 — Santa Maria; São João; São Pedro; e São Tiago — com sede em Pesqueira e 5 — Covas; Nagozelo do Douro; Pereiros; Vale de Figueira; e Vilarouco — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São João da Pesqueira passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Ervedosa do Douro, sendo a freguesia que o compunha — Ervedosa do Douro — integrada no concelho de São João da Pesqueira;

- foi extinto o concelho de Soutelo do Douro, sendo a freguesia que o compunha — Soutelo do Douro — integrada no concelho de São João da Pesqueira;

- foi extinto o concelho de Valença do Douro, sendo 2 das freguesias que o compunham — Casais do Douro; e Sarzedinho — integradas no concelho de São João da Pesqueira.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, a freguesia de Covas foi integrada na freguesia de Pereiros.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de Santa Maria da Pesqueira foi integrada na freguesia de Santiago da Pesqueira.

Entre 1849 e 1864, a freguesia de São Pedro da Pesqueira foi integrada na freguesia de São João da Pesqueira.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, o concelho de São João da Pesqueira foi transferido do distrito da Guarda para o distrito de Viseu.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Trevões, sendo 8 das freguesias que o compunham — Castanheiro do Sul; Espinhosa; Paredes da Beira; Pereiro; Riodades; Trevões; Valongo dos Azeites; e Várzea de Trevões — integradas no concelho de São João da Pesqueira;

- foram transferidas para o concelho de São João da Pesqueira 2 freguesias — Desejosa; e Valença do Douro — do concelho de Tabuaço.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Santiago da Pesqueira foi integrada na freguesia de São João da Pesqueira.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Penedono, sendo 3 das freguesias que o compunham — Castainço; Penela da Beira; e Póvoa de Penela — integradas no concelho de São João de Pesqueira;

- foram transferidas 3 freguesias — Desejosa; Pereiro; e Valença do Douro — do concelho de São João da Pesqueira para o concelho de Tabuaço.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Penedono, englobando 3 freguesias — Castainço; Penela da Beira; e Póvoa de Penela — separadas do concelho de São João da Pesqueira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- as freguesias de Casais do Douro e Sarzedinho foram integradas na freguesia de Ervedosa do Douro;

- o concelho de São João da Pesqueira passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de São João da Pesqueira passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de São João da Pesqueira passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de São João da Pesqueira passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de São João da Pesqueira englobava 14 freguesias: Castanheiro do Sul; Ervedosa do Douro; Espinhosa; Nagozelo do Douro; Paredes da Beira; Pereiros; Riodades; São João da Pesqueira; Soutelo do Douro; Trevões; Vale da Figueira; Valongo dos Azeites; Várzea de Trevões; e Vilarouco.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de São João da Pesqueira passou a englobar 11 freguesias: Castanheiro do Sul; Ervedosa do Douro; Nagozelo do Douro; Paredes da Beira; Riodades; Soutelo do Douro; Vale da Figueira; Valongo dos Azeites; União das Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões; União das Freguesias de Trevões e Espinhosa; e União das Freguesias de Vilarouco e Pereiros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de São João da Pesqueira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

São João da Foz

Em meados da década de 1830, o concelho da Foz, também denominado São João da Foz, englobava 1 freguesia — Foz do Douro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São João da Foz passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de São João da Foz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Foz do Douro — integrada no concelho do Porto.

São João de Areias

Em meados da década de 1830, o concelho de São João de Areias englobava 2 freguesias, 1 com sede em São João de Areias e 1 — Parada — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São João de Areias passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de São João de Areias foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Parada — no concelho de Carregal do Sal;
- 1 — São João de Areias — no concelho de Santa Comba Dão.

O concelho de São João de Areias foi restaurado e integrado no distrito de Viseu por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 4 freguesias separadas:

- 1 — Papízios — do concelho de Carregal do Sal;
- 2 — Pinheiro de Ázere; e São João de Areias — do concelho de Santa Comba Dão;
- 1 — Silvares — do concelho de Tondela.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida 1 freguesia — Papízios — do concelho de São João de Areias para o concelho de Carregal do Sal.

Por outra Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de São João de Areias 1 freguesia — Parada — do concelho de Carregal do Sal.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841, foi transferida 1 freguesia — Silvares — do concelho de São João de Areias para o concelho de Tondela.

O concelho de São João de Areias foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Parada — no concelho de Carregal do Sal;
- 2 — Pinheiro de Ázere; e São João de Areias — no concelho de Santa Comba Dão.

São João de Rei

Em meados da década de 1830, o concelho de São João de Rei englobava 4 freguesias, 1 com sede em São João de Rei e 3 — Ajude; Monsul; e Verim — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São João de Rei passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de São João de Rei foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Ajude; Monsul; São João de Rei; e Verim — integradas no concelho de Póvoa de Lanhoso.

O concelho de São João de Rei foi restaurado por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 11 freguesias — Águas Santas; Ajude; Covelas; Ferreiros; Friande; Geraz do Minho; Monsul; Moure; Santa Tecla; São João de Rei; e Verim — separadas do concelho de Póvoa de Lanhoso.

Por Decreto de 2 de novembro de 1841, a freguesia de Santa Tecla foi integrada na freguesia de Geraz do Minho.

O concelho do São João de Rei foi extinto por Decreto de 17 de fevereiro de 1852, sendo as 10 freguesias que o compunham — Águas Santas; Ajude; Covelas; Ferreiros; Friande; Geraz do Minho; Monsul; Moure; São João de Rei; e Verim — integradas no concelho de Póvoa de Lanhoso.

São João do Monte

Em meados da década de 1830, o concelho de São João do Monte englobava 2 freguesias, 1 com sede em São João do Monte e 1 — Mosteirinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São João do Monte passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de São João do Monte 3 freguesias — Alcofra; Arca; e Varzielas — do concelho de Vouzela.

O concelho de São João do Monte foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Alcofra; Arca; e Varzielas — no concelho de Oliveira de Frades;
- 2 — Mosteirinho; e São João do Monte — no concelho de Tondela.

São Lourenço do Bairro

Em meados da década de 1830, o concelho de São Lourenço do Bairro englobava 1 freguesia — São Lourenço do Bairro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Lourenço do Bairro passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835, foi extinto o concelho de Paredes do Bairro, sendo a localidade que o compunha — Paredes do Bairro — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Óis do Bairro, sendo a freguesia que o compunha — Óis do Bairro — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro;
- foi extinto o concelho de Recardães, sendo 2 das freguesias que o compunham — Ancas; e Troviscal — integradas no concelho de São Lourenço do Bairro;
- foi extinto o concelho de Sangalhos sendo a freguesia que o compunha — Sangalhos — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro;
- foi extinto o concelho de Vilarinho do Bairro, sendo a freguesia que o compunha — Vilarinho do Bairro — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro.

O concelho de São Lourenço do Bairro foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Ancas; Óis do Bairro; Sangalhos; São Lourenço do Bairro; e Vilarinho do Bairro — no concelho da Anadia;
- 1 — Troviscal — no concelho de Oliveira do Bairro.

São Mamede de Riba Tua

Em meados da década de 1830, o concelho de São Mamede de Riba Tua englobava 1 freguesia — São Mamede de Riba Tua.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Mamede de Riba Tua passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de São Mamede de Riba Tua foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Mamede de Riba Tua — integrada no concelho de Alijó.

São Martinho de Mouros

Em meados da década de 1830, o concelho de São Martinho de Mouros englobava 4 freguesias, 1 — São Martinho de Mouros — com sede em São Martinho de Mouros e 3 — Barrô; Paus; e São João de Fontoura — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Martinho de Mouros passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de São Martinho de Mouros foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 4 freguesias que o compunham — Barrô; Paus; São João de Fontoura; e São Martinho de Mouros — integradas no concelho de Resende.

São Martinho do Porto

Em meados da década de 1830, o concelho de São Martinho do Porto englobava 1 freguesia — São Martinho do Porto.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Martinho do Porto passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alfeizerão, sendo a freguesia que o compunha — Alfeizerão — integrada no concelho de São Martinho do Porto.

- foram transferidas para o concelho de São Martinho do Porto 2 freguesias — Salir do Porto; e Serra do Bouro — do concelho de Óbidos;

- foi extinto o concelho de Pederneira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Famalicão — integrada no concelho de São Martinho do Porto.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado o concelho de Pederneira, englobando 1 freguesia — Famalicão — separada do concelho de São Martinho do Porto;

O concelho de São Martinho do Porto foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Alfeizerão; e São Martinho do Porto — no concelho de Alcobaça;
- 2 — Salir do Porto; e Serra do Bouro — no concelho de Caldas da Rainha.

São Miguel de Acha

Em meados da década de 1830, o concelho de São Miguel de Acha englobava 1 freguesia — São Miguel de Acha.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Miguel de Acha passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de São Miguel de Acha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Miguel de Acha — integrada no concelho de Idanha-a-Nova.

São Miguel do Outeiro

Em meados da década de 1830, o concelho de São Miguel do Outeiro englobava 1 freguesia — São Miguel do Outeiro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Miguel do Outeiro passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de São Miguel do Outeiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Miguel do Outeiro — integrada no concelho de Tondela.

O concelho de São Miguel do Outeiro foi restaurado por Lei de 17 de abril de 1838, englobando 5 freguesias separadas:

- 4 — Boa Aldeia; Canas de Sabugosa; Sabugosa; e São Miguel do Outeiro — do concelho de Tondela;

- 1 — Farminhão — do concelho de Viseu.

O concelho de São Miguel do Outeiro foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Boa Aldeia; Canas de Sabugosa; Sabugosa; e São Miguel do Outeiro — no concelho de Tondela;

- 1 — Farminhão — no concelho de Viseu.

São Pedro da Cova

Em meados da década de 1830, o concelho da Cova, também denominado São Pedro da Cova, englobava 1 freguesia — São Pedro da Cova.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Pedro da Cova passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de São Pedro da Cova foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Pedro da Cova — integrada no concelho de Gondomar.

São Pedro do Sul

O concelho de São Pedro do Sul foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 19 freguesias separadas:

- 17 — Baiões; Bordonhos; Candal; Carvalhais; Figueiredo das Donas; Figueiredo de Alva; Manhouce; Pindelo dos Milagres; Pinho; São Cristóvão de Lafões; São Félix; São João da Serra; São Miguel do Mato; São Pedro do Sul; Serrazes; Valadares; e Várzea — do concelho de Vouzela;
- 1 — Vilar Maior — do concelho de Goja, então extinto;
- 1 — Santa Cruz da Trapa — do concelho da Trapa, então extinto.

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi restaurado o concelho de Oliveira de Frades, englobando 1 freguesia — São João da Serra — separada do concelho de São Pedro do Sul.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida 1 freguesia — Serrazes — do concelho de São Pedro do Sul para o concelho de Vouzela.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Sul, sendo 4 das freguesias que o compunham — Covas do Rio; Covelo de Paivó; São Martinho das Moitas; e Sul — integradas no concelho de São Pedro do Sul;
- foi transferida para o concelho de São Pedro do Sul 1 freguesia — Serrazes — do concelho de Vouzela;
- foram transferidas 2 freguesias — Figueiredo das Donas; e São Miguel do Mato — do concelho de São Pedro do Sul para o concelho de Vouzela.

Pela Lei n.º 653 de 16 de fevereiro de 1917, foi transferida 1 freguesia — Covelo de Paivó — do concelho de São Pedro do Sul para o concelho de Arouca.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de São Pedro do Sul passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de São Pedro do Sul passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de São Pedro do Sul passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de São Pedro do Sul passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de São Pedro do Sul englobava 19 freguesias: Baiões; Bordonhos; Candal; Carvalhais; Covas do Rio; Figueiredo de Alva; Manhouce; Pindelo dos Milagres; Pinho; Santa Cruz da Trapa; São Cristóvão de Lafões; São Félix; São Martinho das Moitas; São Pedro do Sul; Serrazes; Sul; Valadares; Várzea; e Vilar Maior.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de São Pedro do Sul passou a englobar 14 freguesias: Bordonhos; Figueiredo de Alva; Manhouce; Pindelo dos Milagres; Pinho; São Félix; Serrazes; Sul; Valadares; Vilar Maior; União das Freguesias de Carvalhais e Candal; União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões; União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio; e União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de São Pedro do Sul passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

São Romão

Em meados da década de 1830, o concelho de São Romão englobava 1 freguesia — São Romão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Romão passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de São Romão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Romão — integrada no concelho de Seia.

São Romão de Rendufe

Em meados da década de 1830, o concelho de São Romão de Rendufe englobava 1 freguesia — São Romão de Rendufe.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Romão de Rendufe passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de São Romão de Rendufe foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Romão de Rendufe — integrada no concelho de Guimarães.

São Sebastião da Feira

Em meados da década de 1830, o concelho de São Sebastião da Feira englobava 1 freguesia — São Sebastião da Feira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Sebastião da Feira passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de São Sebastião da Feira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Sebastião da Feira — integrada no concelho de Penalva de Alva.

São Tomé de Negrelos

Ver Negrelos.

São Torcato

Em meados da década de 1830, o concelho de São Torcato englobava 1 freguesia — São Torcato.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Torcato passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de São Torcato foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — São Torcato — integrada no concelho de Guimarães.

São Vicente da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de São Vicente da Beira englobava 6 freguesias, 1 com sede em São Vicente da Beira e 5 — Freixial do Campo; Louriçal do Campo; Ninho do Açor; Sobral do Campo; e Tinalhas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de São Vicente da Beira passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Póvoa de Rio de Moinhos, sendo a freguesia que o compunha — Póvoa de Rio de Moinhos — integrada no concelho de São Vicente da Beira;

- foi extinto o concelho de Sarzedas, sendo 1 das freguesias que o compunham — Alameda — integrada no concelho de São Vicente da Beira.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Sarzedas, englobando 1 freguesia — Alameda — separada do concelho de São Vicente da Beira.

Por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, foi extinto o concelho de Sarzedas, sendo 1 das freguesias que o compunham — Alameda — integrada no concelho de São Vicente da Beira.

Por Decreto de 21 de junho de 1871, foram transferidas 2 freguesias — Freixial do Campo; e Póvoa de Rio Moinhos — do concelho de São Vicente da Beira para o concelho de Castelo Branco.

Por Decreto de 26 de fevereiro de 1877, foram transferidas 2 freguesias — Sobral do Campo; e Tinalhas — do concelho de São Vicente da Beira para o concelho de Castelo Branco.

Por Decreto de 24 de abril de 1879, a freguesia de Ninho do Açor foi integrada na freguesia de São Vicente da Beira.

O concelho de São Vicente da Beira foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alameda; Louriçal do Campo; e São Vicente da Beira — integradas no concelho de Castelo Branco.

Sardoal

Em meados da década de 1830, o concelho de Sardoal englobava 2 freguesias, 1 com sede no Sardoal e 1 — Alcaravela — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sardoal passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Sardoal 2 freguesias — Mouriscas; e Souto — do concelho de Abrantes.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Mouriscas; e Souto — do concelho de Sardoal para o concelho de Abrantes.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foi transferida para o concelho de Sardoal 1 freguesia — Panascoso — do concelho de Abrantes.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — Panascoso — do concelho de Sardoal para o concelho de Mação.

Pelo Decreto n.º 15132 de 1 de março de 1928, foi criada a freguesia de Santiago de Montalegre, separada da freguesia de Sardoal.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Sardoal passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

Pelo Decreto n.º 37555 de 15 de setembro de 1949, foi criada a freguesia de Valhascos, separada da freguesia de Sardoal.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sardoal passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interiro.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sardoal passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sardoal passou a fazer parte da sub-região de Médio Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

O concelho de Sardoal engloba hoje 4 freguesias: Alcaravela; Santiago de Montalegre; Sardoal; e Valhascos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sardoal passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Sarzedas

Em meados da década de 1830, o concelho de Sarzedas englobava 3 freguesias, 1 com sede em Sarzedas e 2 — Alameda; e Sarnadas de São Simão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sarzedas passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Sarzedas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Sarnadas de São Simão; e Sarzedas — no concelho de Castelo Branco;
- 1 — Alameda — no concelho de São Vicente da Beira.

O concelho de Sarzedas foi restaurado por Lei de 27 de setembro de 1837, englobando 3 freguesias separadas:

- 2 — Sarnadas de São Simão; e Sarzedas — do concelho de Castelo Branco;
- 1 — Alameda — do concelho de São Vicente da Beira.

O concelho de Sarzedas foi extinto por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Sarzedas — no concelho de Castelo Branco;
- 1 — Sarnadas de São Simão — no concelho de Oleiros;
- 1 — Almededa — no concelho de São Vicente da Beira.

Sarzedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Sarzedo englobava 1 freguesia — Sarzedo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sarzedo passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Sarzedo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sarzedo — integrada no concelho de Valhelhas.

Sátão

Em meados da década de 1830, o concelho de Sátão, com sede em Vila de Igreja, englobava 3 freguesias, 1 com sede em Vila de Igreja e 2 — Mioma; e São Miguel de Vila Boa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sátão passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Ferreira de Aves, sendo as 3 freguesias que o compunham — Águas Boas; Ferreira de Aves; e Forles — integradas no concelho de Sátão;
- foi extinto o concelho de Gufar, sendo as 4 freguesias que o compunham — Decermilo; Romãs; Silvã de Baixo; e Vila Longa — integradas no concelho de Sátão.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas para o concelho de Sátão 2 freguesias — Rio de Moinhos; e Silvã de Cima — do concelho de Penalva do Castelo.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida para o concelho de Sátão 1 freguesia — Ladário — do concelho de Penalva do Castelo.

Em 1840, a freguesia de Ladário foi integrada na freguesia de Vila Boa.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Fráguas, sendo 4 das freguesias que o compunham — Alhais; Fráguas; Queiriga; e Vila Nova de Paiva — integradas no concelho de Sátão.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi criado o concelho de Vila Nova de Paiva, englobando 4 freguesias — Alhais; Fráguas; Queiriga; e Vila Nova de Paiva — separadas do concelho de Sátão.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Silvã de Baixo foi integrada na freguesia de Silvã de Cima;

- o concelho de Sátão passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto n.º 38308 de 20 de junho de 1951, a freguesia de Vila de Igreja passou a denominar-se Sátão.

Pelo Decreto-Lei n.º 41548 de 5 de março de 1958, foi criada a freguesia de Avelal, separada da freguesia de Decermilo.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sátão passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sátão passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sátão passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Sátão englobava 12 freguesias: Águas Boas; Avelal; Decermilo; Ferreira de Aves; Forles; Mioma; Rio de Moinhos; Romãs; São Miguel de Vila Boa; Sátão; Silvã de Cima; e Vila Longa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Sátão passou a englobar 9 freguesias: Avelal; Ferreira de Aves; Mioma; Rio de Moinhos; São Miguel de Vila Boa; Sátão; Silvã de Cima; União das Freguesias de Águas Boas e Forles; e União das Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sátão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Seda

Em meados da década de 1830, o concelho de Seda englobava 3 freguesias, 1 com sede em Seda e 2 — Ervideira; e Sarrazola — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Seda passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Seda foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Sarrazola; e Seda — no concelho de Alter do Chão;
- 1 — Ervideira — no concelho de Ponte de Sor.

Segadães

Em meados da década de 1830, o concelho de Segadães englobava 2 freguesias, 1 com sede em Segadães e 1 — Eirol — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Segadães passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Segadães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Eirol — no concelho de Eixo;
- 1 — Segadães — no concelho do Vouga.

Segura

Em meados da década de 1830, o concelho de Segura englobava 1 freguesia — Segura.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Segura passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Segura foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Segura — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo.

Seia

Em meados da década de 1830, o concelho de Seia englobava 16 freguesias, 1 com sede em Seia e 15 — Carragozela; Folhadosa; Girabolhos; Lagarinhos; Lajes; Meruge; Paranhos; Pinhanços; Sabugueiro; Santa Comba; Santa Eulália; Santiago; São Martinho; São Paio de Codesso; e Tourais — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Seia passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Santa Marinha, sendo 1 das freguesias que o compunham — Santa Marinha — integrada no concelho de Seia;

- foi extinto o concelho de São Romão, sendo a freguesia que o compunha — São Romão — integrada no concelho de Seia;

- foi transferida 1 freguesia — Lagarinhos — do concelho de Seia para o concelho de Gouveia;

- foi transferida 1 freguesia — Folhadosa — do concelho de Seia para o concelho de Sandomil.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Meruge — do concelho de Seia para o concelho de Oliveira do Hospital.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, foi transferida 1 freguesia — São Paio de Codesso — do concelho de Seia para o concelho de Oliveira do Hospital.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Ervedal da Beira, sendo 3 das freguesias que o compunham — Sameice; Travancinha; e Várzea de Meruge — integradas no concelho de Seia;

- foi extinto o concelho de Loriga, sendo as 6 freguesias que o compunham — Alvoco da Serra; Cabeça; Loriga; Teixeira; Valezim; e Vide — integradas no concelho de Seia;

- foi extinto o concelho de Sandomil, sendo 6 das freguesias que o compunham — Folhadosa; Sandomil; São Gião; Sazes da Beira; Torrozelo; e Vila Cova à Coelheira — integradas no concelho de Seia.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi transferida 1 freguesia — São Gião — do concelho de Seia para o concelho de Oliveira do Hospital.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Sabugueiro foi integrada na freguesia de Seia;
- a freguesia de Teixeira foi integrada na freguesia de Vide;
- o concelho de Seia passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 35676 de 31 de maio de 1946, a freguesia de Sabugueiro foi separada da freguesia de Seia.

Pelo Decreto-Lei n.º 35680 de 1 de junho de 1946, a freguesia de Teixeira foi separada da freguesia de Vide.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Seia passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Seia passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 28/88 de 1 de fevereiro de 1988, foi criada a freguesia de Lapa dos Dinheiros, separada da freguesia de São Romão.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Seia passou a fazer parte da sub-região da Serra da Estrela.

No início de 2013, o concelho de Seia englobava 29 freguesias: Alvoco da Serra; Cabeça; Carragozela; Folhadosa; Girabolhos; Lajes; Lapa dos Dinheiros; Loriga; Paranhos; Pinhanços; Sabugueiro; Sameice; Sandomil; Santa Comba; Santa Eulália; Santa Marinha; Santiago; São Martinho; São Romão; Sazes da Beira; Seia; Teixeira; Torrozel; Tourais; Travancinha; Valezim; Várzea de Meruge; Vide; e Vila Cova à Coelheira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Seia passou a englobar 21 freguesias: Alvoco da Serra; Girabolhos; Loriga; Paranhos; Pinhanços; Sabugueiro; Sandomil; Santa Comba; Santiago; Sazes da Beira; Teixeira; Travancinha; Valezim; Vila Cova à Coelheira; União das Freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge; União das Freguesias de Sameice e Santa Eulália; União das Freguesias de Santa Marinha e São Martinho; União das Freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros; União das Freguesias de Torrozel e Folhadosa; União das Freguesias de Tourais e Lajes; e União das Freguesias de Vide e Cabeça.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Seia passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Seixal

O concelho do Seixal foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 4 freguesias — Aldeia de Paio Pires; Amora; Arrentela; e Seixal — separadas do concelho de Almada.

O concelho do Seixal foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Amora — no concelho de Almada;
- 3 — Aldeia de Paio Pires; Arrentela; e Seixal — no concelho do Barreiro.

O concelho do Seixal foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias separadas:

- 1 — Amora — do concelho de Almada;
- 3 — Aldeia de Paio Pires; Arrentela; e Seixal — do concelho do Barreiro.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho do Seixal passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho do Seixal passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho do Seixal passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 241/76 de 7 de abril de 1976, foi criada a freguesia de Corroios, separada da freguesia de Amora.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho do Seixal passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho do Seixal passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

Pela Lei n.º 17-D /93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Fernão Ferro, separada das freguesias de Amora, Arrentela e Paio Pires.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho do Seixal englobava 6 freguesias: Aldeia de Paio Pires; Amora; Arrentela; Corroios; Fernão Ferro; e Seixal.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho do Seixal passou a englobar 4 freguesias: Amora; Corroios; Fernão Ferro; e União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho do Seixal passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Seixo de Gatões

Em meados da década de 1830, o concelho de Seixo de Gatões englobava 2 freguesias, 1 com sede em Seixo de Gatões e 1 — Gatões — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Seixo de Gatões passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Seixo de Gatões foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Gatões; e Seixo de Gatões — integrada no concelho de Montemor-o-Velho.

Seixo do Ervedal

Em meados da década de 1830, o concelho de Seixo do Ervedal englobava 1 freguesia — Seixo do Ervedal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Seixo do Ervedal passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Seixo do Ervedal foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Seixo do Ervedal — integrada no concelho de Ervedal da Beira.

Semide

Em meados da década de 1830, o concelho de Semide englobava 1 freguesia — Semide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Semide passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Semide foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Semide — integrada no concelho de Miranda do Corvo.

O concelho de Semide foi restaurado por Lei de 4 de julho de 1837, englobando 2 freguesias — Rio Vide; e Semide — separadas do concelho de Miranda do Corvo.

O concelho de Semide foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 2 freguesias que o compunham — Rio Vide; e Semide — integradas no concelho de Miranda do Corvo.

Sendim

Em meados da década de 1830, o concelho de Sendim englobava 1 freguesia — Sendim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sendim passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Sendim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sendim — integrada no concelho de Tabuaço.

Senhorim

Em meados da década de 1830, o concelho de Senhorim englobava 5 freguesias, 1 com sede em Senhorim e 4 — Carvalho Redondo; Nelas; Santar; e Vilar Seco — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Agueira, sendo a localidade que o compunha — Agueira — integrada no concelho de Senhorim;

- o concelho de Senhorim e Agueira passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida 1 freguesia — Carvalhal Redondo — do concelho de Senhorim para o concelho de Canas de Senhorim.

O concelho de Senhorim foi extinto por Decreto de 9 de novembro de 1852, que o fundiu com o concelho de Canas de Senhorim para constituir o concelho de Nelas.

Serém

Em meados da década de 1830, o concelho de Serém englobava a localidade de Serém, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Macinhata do Vouga.

O concelho de Serém foi extinto por Decreto de 7 de agosto de 1835, sendo a localidade que o compunha — Serém — integrada no concelho do Vouga.

Sernache dos Alhos

Em meados da década de 1830, o concelho de Sernache dos Alhos englobava 1 freguesia — Sernache dos Alhos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sernache dos Alhos passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Sernache dos Alhos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sernache dos Alhos — integrada no concelho de Coimbra.

Sernancelhe

Em meados da década de 1830, o concelho de Sernancelhe englobava 7 freguesias, 1 com sede em Sernancelhe e 6 — Arnas; Cunha; Granjal; Sarzeda; Seixo; e Tabosa das Arnas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sernancelhe passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho da Lapa, sendo a freguesia que o compunha — Quintela — integrada no concelho de Sernancelhe;

- foi extinto o concelho de Vila da Ponte, sendo a freguesia que o compunha — Vila da Ponte — integrada no concelho de Sernancelhe.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Quintela — do concelho de Sernancelhe para o concelho de Caria.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Caria, sendo as 7 freguesias que o compunham — Caria; Carregal; Faia; Lamosa; Penso; Quintela; e Rua — integradas no concelho de Sernancelhe;

- foi extinto o concelho de Fonte Arcada, sendo 6 das freguesias que o compunham — Chosendo; Escurquela; Ferreirim; Fonte Arcada; Freixinho; e Macieira — integradas no concelho de Sernancelhe.

Por Lei de 21 de maio de 1896:

- foi transferida para o concelho de Sernancelhe 1 freguesia — Beselga — do concelho de Meda;

- foram transferidas 2 freguesias — Caria; e Rua — do concelho de Sernancelhe para o concelho de Moimenta da Beira.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Penedono, englobando 1 freguesia — Beselga — separada do concelho de Sernancelhe.

Entre 1900 e 1911, a freguesia de Seixo foi integrada na freguesia de Sarzeda.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Tabosa das Arnas foi integrada na freguesia de Cunha;
- o concelho de Sernancelhe passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sernancelhe passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sernancelhe passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sernancelhe passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Sernancelhe englobava 17 freguesias: Arnas; Carregal; Chosendo; Cunha; Escurquela; Faia; Ferreirim; Fonte Arcada; Freixinho; Granjal; Lamosa; Macieira; Penso; Quintela; Sarzeda; Sernancelhe; e Vila da Ponte.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Sernancelhe passou a englobar 13 freguesias: Arnas; Carregal; Chosendo; Cunha; Faia; Granjal; Lamosa; Quintela; Vila da Ponte; União das Freguesias de Ferreirim e Macieira; União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela; União das Freguesias de Penso e Freixinho; e União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sernancelhe passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Serpa

Em meados da década de 1830, o concelho de Serpa englobava 9 freguesias, 2 — Salvador; e Santa Maria — com sede em Serpa e 7 — Aldeia Nova de São Bento; Brinches; Santa Ana; Santa Iria; Santo António Velho; Santo Estêvão; e São Brás — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Serpa passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Vila Verde de Ficalho, sendo a freguesia que o compunha — Vila Verde de Ficalho — integrada no concelho de Serpa.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de Santo Estêvão foi integrada na freguesia de Salvador.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram transferidas para o concelho de Serpa 2 freguesias — Pias e Orada; e Vale de Vargo — do concelho de Moura.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Santa Iria foi integrada na freguesia de Salvador;
- as freguesias de Santa Ana, Santo António Velho e São Brás foram integradas na freguesia de Santa Maria;
- o concelho de Serpa passou a fazer parte da província do Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Serpa passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Serpa passou a fazer parte da região do Alentejo.

Em 1988, a freguesia de Aldeia Nova de São Bento passou a denominar-se Vila Nova de São Bento.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Serpa passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

No início de 2013, o concelho de Serpa englobava 7 freguesias: Brinches; Pias e Orada; Serpa (Salvador); Serpa (Santa Maria); Vale de Vargo; Vila Nova de São Bento; e Vila Verde de Ficalho.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Serpa passou a englobar 5 freguesias: Brinches; Pias; Vila Verde de Ficalho; União das Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria); e União das Freguesias de Vila Nova de São Bento e Vale de Vargo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Serpa passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Serpins

Em meados da década de 1830, o concelho de Serpins englobava 1 freguesia — Serpins.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Serpins passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

O concelho de Serpins foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Serpins — integrada no concelho da Lousã.

Serro Ventoso

Ver Abrunheira.

Sertã

Em meados da década de 1830, o concelho da Sertã englobava 11 freguesias, 1 com sede na Sertã e 10 — Cabeçudo; Castelo; Cernache do Bonjardim; Cumeada; Ermida; Marmeleiro; Nesperal; Palhais; Troviscal; e Várzea dos Cavaleiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sertã passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, o concelho da Sertã foi transferido do distrito de Santarém para o distrito de Castelo Branco.

Entre 1836 e 1841, foi criada a freguesia de Figueiredo, separada da freguesia de Ermida.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram transferidas para o concelho da Sertã 2 freguesias — Carvalhal; e Pedrógão Pequeno — do concelho de Oleiros.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Vila de Rei, sendo 2 das freguesias que o compunham — Fundada e Vila de Rei — integradas no concelho da Sertã.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Vila de Rei, englobando 2 freguesias — Fundada e Vila de Rei — separadas do concelho da Sertã.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho da Sertã passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho da Sertã passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho da Sertã passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho da Sertã passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Interior Sul.

No início de 2013, o concelho da Sertã englobava 14 freguesias: Cabeçudo; Carvalhal; Castelo; Cernache do Bonjardim; Cumeada; Ermida; Figueiredo; Marmeleiro; Nesperal; Palhais; Pedrógão Pequeno; Sertã; Troviscal; e Várzea dos Cavaleiros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Sertã passou a englobar 10 freguesias: Cabeçudo; Carvalhal; Castelo; Pedrógão Pequeno; Sertã; Troviscal; Várzea dos Cavaleiros; União das Freguesias de Ermida e Figueiredo; União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais; e União das Freguesias de Cumeada e Marmeleiro.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sertã passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Serzedelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Serzedelo englobava 1 freguesia — Serzedelo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Serzedelo passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Serzedelo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Serzedelo — integrada no concelho de Vieira do Minho.

Sesimbra

Em meados da década de 1830, o concelho de Sesimbra englobava 2 freguesias — Castelo; e São Tiago — ambas com sede em Sesimbra.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sesimbra passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Sesimbra passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Sesimbra passou a fazer parte da província da estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sesimbra passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sesimbra passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 83/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Quinta do Conde, separada da freguesia do Castelo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sesimbra passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

O concelho de Sesimbra engloba hoje 3 freguesias: Quinta do Conde; Sesimbra (Castelo); e Sesimbra (Santiago).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sesimbra passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Setúbal

Em meados da década de 1830, o concelho de Setúbal englobava 4 freguesias — Nossa Senhora da Anunciada; Santa Maria da Graça; São Julião; e São Sebastião — todas com sede em Setúbal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Setúbal passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Setúbal 1 freguesia — Ajuda — do concelho de Palmela.

Por Decreto de 19 de outubro de 1850, a freguesia da Ajuda foi integrada na freguesia de Nossa Senhora da Anunciada.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Azeitão, sendo as 2 freguesias que o compunham — Vila Fresca de Azeitão; e Vila Nogueira de Azeitão — integradas no concelho de Setúbal;

- foi extinto o concelho de Palmela, sendo as 2 freguesias que o compunham — Marateca; e Palmela — integradas no concelho de Setúbal.

Pelo Decreto n.º 1345 de 23 de fevereiro de 1915, a freguesia de São Sebastião passou a denominar-se Bocage.

Pelo Decreto n.º 1716 de 7 de julho de 1915, a freguesia de Nossa Senhora da Anunciada passou a denominar-se Marquês de Pombal.

Pelo Decreto n.º 12615 de 1 de novembro de 1926, foi restaurado o concelho de Palmela, englobando 2 freguesias — Marateca; e Palmela — separadas do concelho de Setúbal.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Setúbal passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Vila Fresca de Azeitão passou a denominar-se São Simão de Azeitão e a freguesia de Vila Nogueira de Azeitão passou a denominar-se São Lourenço de Azeitão;

- o concelho de Setúbal passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto n.º 35927 de 1 de novembro de 1946:

- a freguesia de Bocage voltou a denominar-se São Sebastião.

- a freguesia de Marquês de Pombal voltou a denominar-se Nossa Senhora da Anunciada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Setúbal passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Setúbal passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 102/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, separada da freguesia de São Sebastião.

Pela Lei n.º 113/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Sado, separada da freguesia de São Sebastião.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Setúbal passou a fazer parte da sub-região da Península de Setúbal.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Setúbal englobava 8 freguesias: Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra; Sado; (Azeitão) São Lourenço; (Azeitão) São Simão; Setúbal (Nossa Senhora da Anunciada); Setúbal (Santa Maria da Graça); Setúbal (São Julião); e Setúbal (São Sebastião).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Setúbal passou a englobar 5 freguesias: Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra; Sado; Setúbal (São Sebastião); União das Freguesias de Azeitão

(São Lourenço e São Simão); e União das Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Setúbal passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Sever

Em meados da década de 1830, o concelho de Sever englobava 2 freguesias, 1 com sede em Sever e 1 — Alvite — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sever passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Sever foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Alvite; e Sever — integradas no concelho de Leomil.

Sever do Vouga

Em meados da década de 1830, o concelho de Sever do Vouga englobava 6 freguesias, 1 com sede em Sever do Vouga e 5 — Cedrim; Paradela; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; e Silva Escura — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sever do Vouga passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Esteves sendo a freguesia que o compunha — Couto de Esteves — integrada no concelho de Sever do Vouga;

- foram transferidas para o concelho de Sever do Vouga 2 freguesias — Arões; e Junqueira — do concelho de Macieira de Cambra.

Por Lei de 17 de abril de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Arões; e Junqueira — do concelho de Sever do Vouga para o concelho de Macieira de Cambra.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho do Vouga sendo 1 das freguesias que o compunham — Talhadas — integrada no concelho de Sever do Vouga.

O concelho de Sever do Vouga foi extinto por Decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Talhadas — no concelho de Águeda;
- 7 — Cedrim; Couto de Esteves; Paradela; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; e Silva Escura — no concelho de Albergaria-a-Velha.

O concelho de Sever do Vouga foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 8 freguesias separadas:

- 1 — Talhadas — do concelho de Águeda;

• 7 — Cedrim; Couto de Esteves; Paradela; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; e Silva Escura — do concelho de Albergaria-a-Velha.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Sever do Vouga passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sever do Vouga passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sever do Vouga passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sever do Vouga passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

Pela Lei n.º 83/89 de 30 de agosto de 1989, foi criada a freguesia de Dornelas, separada da freguesia de Silva Escura.

No início de 2013, o concelho de Sever do Vouga englobava 9 freguesias: Cedrim; Couto de Esteves; Dornelas; Paradela; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; Silva Escura; e Talhadas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Sever do Vouga passou a englobar 7 freguesias: Couto de Esteves; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; Talhadas; União das Freguesias de Cedrim e Paradela; e União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sever do Vouga passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Sezulfe

Em meados da década de 1830, o concelho de Sezulfe englobava 1 freguesia — Sezulfe.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sezulfe passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Sezulfe foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sezulfe — integrada no concelho de Cortiços.

Silvã de Cima

Em meados da década de 1830, o concelho de Silvã de Cima englobava 1 freguesia — Silvã de Cima.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Silvã de Cima passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Silvã de Cima foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Silvã de Cima — integrada no concelho de Penalva do Castelo.

Silvares

Em meados da década de 1830, o concelho de Silvares englobava 1 freguesia — Silvares.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Silvares passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Silvares foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Silvares — integrada no concelho de Tondela.

Silves

Em meados da década de 1830, o concelho de Silves englobava 7 freguesias, 1 — Santa Maria — com sede em *Silves* e 6 — Alcantarilha; Algoz; Pera; Porches; São Bartolomeu de Messines; e São Marcos da Serra — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Silves passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida 1 freguesia — Porches — do concelho de Silves para o concelho de Lagoa.

Pelo Decreto n.º 22430 de 10 de abril de 1933, foi criada a freguesia de *Armação de Pera*, separada da freguesia de Alcantarilha.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Silves passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Silves passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Silves passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 130/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Tunes, separada da freguesia de Algoz.

No início de 2013, o concelho de Silves englobava 8 freguesias: Alcantarilha; Algoz; Armação de Pera; Pera; São Bartolomeu de Messines; São Marcos da Serra; Silves; e Tunes.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Silves passou a englobar 6 freguesias: Armação de Pera; São Bartolomeu de Messines; São Marcos da Serra; Silves; União das Freguesias de Alcantarilha e Pera; e União das Freguesias de Algoz e Tunes.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sertã passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Sinde

Em meados da década de 1830, o concelho de Sinde englobava 1 freguesia — Sinde.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sinde passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Sinde foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sinde — integrada no concelho de Tábua.

Sines

Em meados da década de 1830, o concelho de Sines englobava 1 freguesia — Sines.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sines passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Sines foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sines — integrada no concelho de Santiago do Cacém.

O concelho de Sines foi restaurado por Lei de 12 de junho de 1837, englobando 1 freguesia — Sines — separada do concelho de Santiago do Cacém.

O concelho de Sines foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — Sines — integrada no concelho de Santiago do Cacém.

O concelho de Sines foi restaurado pela Lei n.º 167 de 19 de maio de 1914, englobando 1 freguesia — Sines — separada do concelho de Santiago do Cacém.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o concelho de Sines passou a fazer parte do distrito de Setúbal então criado.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Sines passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sines passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sines passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 64/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Porto Covo, separada da freguesia de Sines.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sines passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Litoral.

O concelho de Sines engloba hoje 2 freguesias: Porto Covo; e Sines.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sines passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Sintra

Em meados da década de 1830, o concelho de Sintra englobava 10 freguesias, 4 — Santa Maria; São Martinho; São Miguel; e São Pedro de Penaferrim — com sede em Sintra e 6 — Alcaíça; Igreja Nova; Montelavar; Rio de Mouro; São João das Lampas; e Terrugem — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sintra passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Cheleiros, sendo a freguesia que o compunha — Cheleiros — integrada no concelho de Sintra;

- foi transferida para o concelho de Sintra 1 freguesia — Almargem do Bispo — do concelho de Lisboa;

- foram transferidas 2 freguesias — Alcaíça Grande; e Igreja Nova — do concelho de Sintra para o concelho de Mafra.

Por Decreto de 30 de outubro de 1841, a freguesia de São Miguel foi integrada na freguesia de Santa Maria, a partir de então também denominada Sintra – Arrabalde.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Belas, sendo 1 das freguesias que o compunham — Belas — integrada no concelho de Sintra;

- foi extinto o concelho de Colares, sendo a freguesia que o compunha — Colares — integrada no concelho de Sintra;

- foi transferida 1 freguesia — Cheleiros — do concelho de Sintra para o concelho de Mafra.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Oeiras, sendo 2 das freguesias que o compunham — Barcarena; e Benfica extramuros — integradas no concelho de Sintra. Pelo mesmo Decreto de 26 de setembro de 1895, a freguesia de Benfica extramuros foi anexada à freguesia de Belas.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Oeiras, englobando 2 freguesias — Barcarena; e Benfica extramuros — separadas do concelho de Sintra.

Pela Lei n.º 1790 de 29 de junho de 1925, foi criada a freguesia de Queluz, separada da freguesia de Belas.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Sintra passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada..

Pelo Decreto-Lei n.º 39210 de 15 de maio de 1953, foi criada a freguesia de Aqualva-Cacém, separada das freguesias de Belas e Rio de Mouro.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 44147 de 5 de janeiro de 1962, foi criada a freguesia de Algueirão-Mem Martins, separada das freguesias de Belas, de Rio de Mouro, de São Pedro de Penaferrim e de Santa Maria e São Miguel.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sintra passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sintra passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 57/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Pêro Pinheiro, separada da freguesia de Montelavar.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sintra passou a fazer parte da sub-região da Grande Lisboa.

Pela Lei n.º 35/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Casal de Cambra, separada da freguesia de Belas.

Pela Lei n.º 36/97 de 12 de julho de 1997, foram criadas as freguesias de Massamá e de Monte Abraão, separadas da freguesia de Queluz.

Pela Lei n.º 18-C/2001 de 3 de julho, foram criadas as freguesias de Aqualva, Cacém, Mira-Sintra e São Marcos, resultantes do fracionamento da freguesia de Aqualva-Cacém.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Sintra englobava 20 freguesias: Aqualva; Algueirão-Mem Martins; Almargem do Bispo; Belas; Cacém; Casal de Cambra; Colares; Massamá; Mira-Sintra; Monte Abraão; Montelavar; Pêro Pinheiro; Queluz; Rio de Mouro; São João das Lampas; São Marcos; Sintra (Santa Maria e São Miguel); Sintra (São Martinho); Sintra (São Pedro de Penaferrim); e Terrugem.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Sintra passou a englobar 11 freguesias: Algueirão-Mem Martins; Casal de Cambra; Colares; Rio de Mouro; União das Freguesias de Aqualva e Mira-Sintra; União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; União das Freguesias do Cacém e São Marcos; União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; União das Freguesias de Queluz e Belas; União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sintra passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Soajo

Em meados da década de 1830, o concelho de Soajo englobava 3 freguesias, 1 com sede no Soajo e 2 — Ermelo; e Gavieira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Soajo passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Soajo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Ermelo; Gavieira; e Soajo — integradas no concelho de Arcos de Valdevez.

O concelho de Soajo foi restaurado por Lei de 22 de dezembro de 1837, englobando 3 freguesias — Ermelo; Gavieira; e Soajo — separadas do concelho de Arcos de Valdevez.

O concelho do Soajo foi extinto por Decreto de 17 de fevereiro de 1852, sendo as 3 freguesias que o compunham — Ermelo; Gavieira; e Soajo — integradas no concelho de Arcos de Valdevez.

Soalhães

Em meados da década de 1830, o concelho de Soalhães englobava 1 freguesia — Soalhães.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Soalhães passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Soalhães 4 freguesias — Aversadas; Manhuncelos; Paredes de Viadores; e Rosém — do concelho de Benviver;

- foi extinto o concelho de Gouveia, sendo 4 das freguesias que o compunham — Aliviada; Folhada; Gouveia; e Várzea de Ovelha — integradas no concelho de Soalhães;

- foi extinto o concelho de Tabuado, sendo a freguesia que o compunha — Tabuado — integrada no concelho de Soalhães;

- foi extinto o concelho de Tuías e Canaveses, sendo as 6 freguesias que o compunham — Fornos; Freixo; Rio de Galinhas; São Nicolau; Sobre Tâmega; e Tuías — integradas no concelho de Soalhães.

Por Lei de 17 de abril de 1838, a sede do concelho de Soalhães foi transferida para a aldeia de Marco da freguesia de Tuías.

O concelho de Soalhães foi extinto por Decreto de 31 de março de 1852, que o fundiu com o concelho de Benviver para constituir o concelho de Marco de Canaveses.

Sobral de Monte Agraço

Em meados da década de 1830, o concelho de Sobral, também denominado Sobral de Monte Agraço, englobava 1 freguesia — Sobral de Monte Agraço.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sobral de Monte Agraço passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Sobral de Monte Agraço 1 freguesia — Santo Quintino — do concelho de Lisboa.

O concelho de Sobral de Monte Agraço foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Santo Quintino; e Sobral de Monte Agraço — integradas no concelho de Arruda dos Vinhos.

O concelho de Sobral de Monte Agraço foi restaurado por Decreto de 10 de fevereiro de 1887, por transferência para Sobral de Monte Agraço da sede do concelho de Arruda dos Vinhos.

Por Decreto de 20 de março de 1890, foi restaurado o concelho de Arruda dos Vinhos, englobando 5 freguesias — Arranhó; Arruda dos Vinhos; Cardosas; São Tiago dos Velhos; e Sapataria — separadas do concelho de Sobral de Monte Agraço.

O concelho de Sobral de Monte Agraço foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 2 freguesias que o compunham — Santo Quintino; e Sobral de Monte Agraço — integradas no concelho de Torres Vedras.

O concelho de Sobral de Monte Agraço foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Santo Quintino; Sapataria; e Sobral de Monte Agraço — separadas do concelho de Torres Vedras.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Sobral de Monte Agraço passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sobral de Monte Agraço passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sobral de Monte Agraço passou a fazer parte da região do Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sobral de Monte Agraço passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a sub-região do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

O concelho de Sobral de Monte Agraço engloba hoje 3 freguesias: Santo Quintino; Sapataria; e Sobral de Monte Agraço.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sobral de Monte Agraço passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Sobreira Formosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Sobreira Formosa englobava 1 freguesia — Sobreira Formosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sobreira Formosa passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Sobreira Formosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sobreira Formosa — integrada no concelho de Proença-a-Nova.

O concelho de Sobreira Formosa foi restaurado por Lei de 17 de abril de 1838, englobando 1 freguesia — Sobreira Formosa — separada do concelho de Proença-a-Nova e passando a pertencer ao distrito de Castelo Branco.

O concelho de Sobreira Formosa foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — Sobreira Formosa — integrada no concelho de Proença-a-Nova.

Sobrosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Sobrosa englobava 1 freguesia — Sobrosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sobrosa passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Sobrosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Sobrosa — integrada no concelho de Paredes.

Sorrães

Em meados da década de 1830, o concelho de Sorrães englobava a localidade de Sorrães, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Vagos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sorrães passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Sorrães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a localidade que o compunha — Sorrães — integrada no concelho de Vagos.

Sortelha

Em meados da década de 1830, o concelho de Sortelha englobava 10 freguesias, 1 com sede em Sortelha e 9 — Águas Belas; Bendada; Casteleiro; Malcata; Moita; Pena Lobo; Santo Estêvão; Urgueira; e Valverdinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sortelha passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Sortelha 2 freguesias — Lomba dos Palheiros; e Pousafoles do Bispo — do concelho da Guarda.

Por Decreto de 15 de outubro de 1841, a freguesia de Valverdinho foi integrada na freguesia de Casteleiro.

Por Decreto de 17 de setembro de 1851, foram transferidas 2 freguesias — Malcata; e Urgueira — do concelho de Sortelha para o concelho de Sabugal.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, o concelho de Sortelha foi transferido do distrito de Castelo Branco para o distrito da Guarda.

O concelho de Sortelha foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 9 freguesias que o compunham — Águas Belas; Bendada; Casteleiro; Lomba; Moita; Pena Lobo; Pousafoles do Bispo; Santo Estêvão; e Sortelha — integradas no concelho do Sabugal.

Sosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Sosa englobava 1 freguesia — Sosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sosa passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Esgueira, sendo 1 das freguesias que o compunham — Palhaça — integrada no concelho de Sosa.

O concelho de Sosa foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Palhaça — no concelho de Oliveira do Bairro;
- 1 — Sosa — no concelho de Vagos.

Soure

Em meados da década de 1830, o concelho de Soure englobava 1 freguesia — Soure.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- o concelho de Abitureiras foi anexado ao concelho de Soure;
- o concelho de Soure e Abitureiras passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Soure foi transferido do distrito de Leiria para o distrito de Coimbra;
- foi extinto o concelho de Belide, sendo a freguesia que o compunha — Belide — integrada no concelho de Soure;
- foi extinto o concelho de Ega, sendo as 2 freguesias que o compunham — Ega; e Furadouro — integradas no concelho de Soure;
- foi extinto o concelho de Vila Nova de Anços, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova de Anços — integrada no concelho de Soure.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi criado o concelho de Condeixa-a-Nova englobando 3 freguesias — Belide; Ega; e Furadouro — separadas do concelho de Soure.

Por Decreto de 29 de agosto de 1846, foi extinto o concelho de Condeixa-a-Nova, sendo 3 das freguesias que o compunham — Belide; Ega; e Furadouro — integradas no concelho de Soure.

Por Decreto de 20 de fevereiro de 1847, foi restaurado o concelho de Condeixa-a-Nova englobando 3 freguesias — Belide; Ega; e Furadouro — separadas do concelho de Soure.

Por Decreto de 6 de março de 1852, foi extinto o concelho de Rabaçal sendo 2 das freguesias que o compunham — Degracias; e Pombalinho — integradas no concelho de Soure.

Por Decreto de 27 de julho de 1853, foi extinto o concelho de Santo Varão, sendo 1 das freguesias que o compunham — Figueiró do Campo — integrada no concelho de Soure.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Soure, 2 freguesias — Alfarelos; e Granja do Ulmeiro — do concelho de Montemor-o-Velho;
- foram transferidas para o concelho de Soure 3 freguesias — Alvorge e Ateanha; Rabaçal; e Zambujal — do concelho de Penela;
- foi extinto o concelho de Verride, sendo 4 das freguesias que o compunham — Brunhós; Gesteira; Samuel; e Vinha da Rainha — integradas no concelho de Soure.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida 1 freguesia — Alvorge e Ateanha — do concelho de Soure para o concelho de Ansião;
- foi transferida 1 freguesia — Zambujal — do concelho de Soure para o concelho de Condeixa-a-Nova;
- foi transferida 1 freguesia — Rabaçal — do concelho de Soure para o concelho de Penela.

Por Decreto de 25 de junho de 1864, foi transferida para o concelho de Soure 1 freguesia — Tapéus — do concelho de Pombal.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi transferida para o concelho de Soure 1 freguesia — Redinha — do concelho de Pombal;
- foi transferida 1 freguesia — Pombalinho — do concelho de Soure para o concelho de Ansião.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi transferida para o concelho de Soure 1 freguesia — Pombalinho — do concelho de Ansião;
- foi transferida 1 freguesia — Redinha — do concelho de Soure para o concelho de Pombal.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Soure passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Soure passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Soure passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Soure passou a fazer parte da sub-região do Baixo Mondego.

No início de 2013, o concelho de Soure englobava 12 freguesias: Alfarelos; Brunhós; Degracias; Figueiró do Campo; Gesteira; Granja do Ulmeiro; Pombalinho; Samuel; Soure; Tapéus; Vila Nova de Anços; e Vinha da Rainha.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Soure passou a englobar 10 freguesias: Alfarelos; Figueiró do Campo; Granja do Ulmeiro; Samuel; Soure; Tapéus; Vila Nova de Anços; Vinha da Rainha; União das Freguesias de Gesteira e Brunhós; e União das Freguesias de Degracias e Pombalinho.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Soure passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Sousel

Em meados da década de 1830, o concelho de Sousel englobava 2 freguesias, 1 com sede em Sousel e 1 — São João da Ribeira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sousel passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Sousel 1 freguesia — Casa Branca — do concelho de Avis;
- foi extinto o concelho de Cano, sendo a freguesia que o compunha — Cano — integrada no concelho de Sousel.

Entre 1849 e 1853, a freguesia de São João da Ribeira foi anexada à freguesia de Sousel.

O concelho de Sousel foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Cano; Casa Branca; e Sousel e Ribeira — integradas no concelho de Fronteira.

O concelho de Sousel foi restaurado por Lei de 10 de julho de 1863, englobando 3 freguesias — Cano; Casa Branca; e Sousel e Ribeira — separadas do concelho de Fronteira.

O concelho de Sousel foi extinto por Decreto de 26 de setembro de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Cano; Casa Branca; e Sousel e Ribeira — integradas no concelho de Estremoz do distrito de Évora.

O concelho de Sousel foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Cano; Casa Branca; e Sousel e Ribeira — separadas do concelho de Estremoz do distrito de Évora.

Pelo Decreto n.º 22009 de 21 de dezembro de 1932, foi transferida para o concelho de Sousel 1 freguesia — Santo Amaro — do concelho de Fronteira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Ribeira foi integrada na freguesia de Sousel;
- o concelho de Sousel passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Sousel passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Sousel passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Sousel passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

O concelho de Sousel engloba hoje 4 freguesias: Cano; Casa Branca; Santo Amaro; e Sousel.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Sousel passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Soutelo do Douro

Em meados da década de 1830, o concelho de Soutelo do Douro englobava 1 freguesia — Soutelo do Douro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Soutelo do Douro passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Soutelo do Douro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Soutelo do Douro — integrada no concelho de São João da Pesqueira.

Souto

Em meados da década de 1830, o concelho de Souto englobava 1 freguesia — Souto.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Souto passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Souto foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Souto — integrada no concelho de Terras de Bouro.

Souto de Penedono

Em meados da década de 1830, o concelho de Souto de Penedono englobava 1 freguesia — Souto.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Souto de Penedono passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Souto de Penedono foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Souto — integrada no concelho de Penedono.

Souto de Rebordões

Em meados da década de 1830, o concelho de Souto de Rebordões englobava 1 freguesia — Souto de Rebordões.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Souto de Rebordões passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

O concelho de Souto de Rebordões foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Souto de Rebordões — integrada no concelho de Ponte de Lima.

Sul

Em meados da década de 1830, o concelho de Sul englobava 1 freguesia — Sul.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Sul passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alva, sendo 1 das freguesias que o compunham — Pepim — integrada no concelho de Sul;

- foi extinto o concelho de Gafanhão, sendo a freguesia que o compunha — Gafanhão — integrada no concelho de Sul;

- foi extinto o concelho de Reriz, sendo a freguesia que o compunha — Reriz — integrada no concelho de Sul;

- foram transferidas para o concelho de Sul 3 freguesias — Covas do Rio; Covelo de Paivó; e São Martinho das Moitas — do concelho de Vouzela.

O concelho de Sul foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 7 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Gafanhão; Pepim; e Reriz — no concelho de Castro Daire;

- 4 — Covas do Rio; Covelo de Paivó; São Martinho das Moitas; e Sul — no concelho de São Pedro do Sul.

Tábua

Em meados da década de 1830, o concelho de Tábua englobava 2 freguesias, 1 com sede em Tábua e 1 — Oliveira de Fazemão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tábua passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Ázere, sendo 1 das freguesias que o compunham — Ázere — integrada no concelho de Tábua;

- foi transferida para o concelho de Tábua 1 freguesia — Espariz — do concelho de Côja;

- foi extinto o concelho de Sinde, sendo a freguesia que o compunha — Sinde — integrada no concelho de Tábua.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Tábua 1 freguesia — Carapinha — do concelho de Farinha Podre.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho de Côja 1 freguesia — Espariz — do concelho de Tábua.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Farinha Podre, sendo as 7 freguesias que o compunham — Covelo; Oliveira do Cunhedo; Paradela; São Martinho da Cortiça; São Paio de Farinha Podre; São Pedro de Farinha Podre; e Travanca de Farinha Podre — integradas no concelho de Tábua;

- foi extinto o concelho de Midões, sendo as 5 freguesias que o compunham — Candosa; Covas; Midões; Póvoa de Midões; e Vila Nova de Oliveirinha — integradas no concelho de Tábua.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas para o concelho de Tábua 4 freguesias — Espariz; Meda de Mouros; Mouronho; e Pinheiro de Côja — do concelho de Arganil;

- foram transferidas 2 freguesias — Paradela; e São Martinho da Cortiça — do concelho de Tábua para o concelho de Arganil;

- foram transferidas 3 freguesias — São Pedro de Farinha Podre; Oliveira do Cunhedo; e Travanca de Farinha Podre — do concelho de Tábua para o concelho de Penacova.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895:

- foi transferida para o concelho de Tábua 1 freguesia — Paradela — do concelho de Arganil;

- foram transferidas para o concelho de Tábua 2 freguesias — São Pedro de Alva; e Travanca do Mondego — do concelho de Penacova.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram transferidas 4 freguesias — Paradela; São Paio de Farinha Podre; São Pedro de Alva; e Travanca do Mondego — do concelho de Tábua para o concelho de Penacova.

Pelo Decreto n.º 14697 de 7 de dezembro de 1927, a freguesia de Oliveira de Fazemão passou a denominar-se São João da Boa Vista.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Tábua passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Tábua passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Tábua passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Tábua passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Tábua englobava 15 freguesias: Ázere; Candosa; Carapinha; Covas; Covelo; Espariz; Meda de Mouros; Midões; Mouronho; Pinheiro de Côja; Póvoa de Midões; São João da Boa Vista; Sinde; Tábua; e Vila Nova de Oliveirinha.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Tábua passou a englobar 11 freguesias: Candosa; Carapinha; Midões; Mouronho; Póvoa de Midões; São João da Boa Vista; Tábua; União das Freguesias de Ázere e Covelo; União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha; União das Freguesias de Espariz e Sinde; e União das Freguesias de Pinheiro de Côja e Meda de Mouros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Tábua passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Tabuaço

Em meados da década de 1830, o concelho de Tabuaço englobava 1 freguesia — Tabuaço.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tabuaço passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Chavães, sendo 1 das freguesias que o compunham — Chavães — integrada no concelho de Tabuaço;

- foi extinto o concelho de Paradela, sendo as 2 freguesias que o compunham — Granjinha; e Paradela — integrada no concelho de Tabuaço;

- foi extinto o concelho de Sendim, sendo a freguesia que o compunha — Sendim — integrada no concelho de Tabuaço;

- foi extinto o concelho de Távora, sendo a freguesia que o compunha — Távora — integrada no concelho de Tabuaço;

- foi extinto o concelho de Valença do Douro, sendo 2 das freguesias que o compunham — Desejosa e Balsa; e Valença do Douro — integradas no concelho de Tabuaço.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Barcos sendo 5 das freguesias que o compunham — Adorigo; Barcos; Pinheiros; Santa Leocádia; e Vale de Figueira — integradas no concelho de Tabuaço;

- foi extinto o concelho de São Cosmado, sendo 2 das freguesias que o compunham — Granja do Tedo; e Longa — integradas no concelho de Tabuaço;

• foram transferidas 2 freguesias — Desejosa; e Valença do Douro — do concelho de Tabuaço para o concelho de São João da Pesqueira.

Por Decreto de 10 de fevereiro de 1872, foi transferida para o concelho de Tabuaço 1 freguesia — Arcos — do concelho de Moimenta da Beira.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foram transferidas para o concelho de Tabuaço 3 freguesias — Desejosa; Pereiro; e Valença do Douro — do concelho de São João da Pesqueira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Tabuaço passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Tabuaço passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Tabuaço passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Tabuaço passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Tabuaço englobava 17 freguesias: Adorigo; Arcos; Barcos; Chavães; Desejosa; Granja do Tedo; Granjinha; Longa; Paradela; Pereiro; Pinheiros; Santa Leocádia; Sendim; Tabuaço; Távora; Vale de Figueira; e Valença do Douro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Tabuaço passou a englobar 13 freguesias: Adorigo; Arcos; Chavães; Desejosa; Granja do Tedo; Longa; Sendim; Tabuaço; Valença do Douro; União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia; União das Freguesias de Paradela e Granjinha; União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira; e União das Freguesias de Távora e Pereiro.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Tabuaço passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Tabuado

Em meados da década de 1830, o concelho de Tabuado englobava 1 freguesia — Tabuado.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tabuado passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Tabuado foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Tabuado — integrada no concelho de Soalhães.

Tancos

Em meados da década de 1830, o concelho de Tancos englobava 1 freguesia — Tancos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tancos passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Tancos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Tancos — integrada no concelho da Barquinha.

Tarouca

Em meados da década de 1830, o concelho de Tarouca englobava 6 freguesias, 1 com sede em Tarouca e 5 — Cimbres; Dálvares; Gouviães; Meijinhos; e Mós — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tarouca passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Lalim sendo a freguesia que o compunha — Lalim — integrada no concelho de Tarouca;

- foi extinto o concelho de Lazarim foi extinto, sendo a freguesia que o compunha — Lazarim — integrada no concelho de Tarouca;

- foi extinto o concelho de Várzea da Serra, sendo a freguesia que a compunha — Várzea da Serra — integrada no concelho de Tarouca;

- foi transferida 1 freguesia — Cimbres — do concelho de Tarouca para o concelho de Mondim da Beira.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841, a sede da freguesia de Mós foi transferida para Ferreirim.

O concelho de Tarouca foi extinto por Decreto de 26 de junho de 1896, sendo as 8 freguesias que o compunham — Dálvares; Ferreirim; Gouviães; Lalim; Lazarim; Meijinhos; Tarouca; e Várzea da Serra — integradas no concelho de Lamego.

O concelho de Tarouca foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 10 freguesias separadas:

- 6 — Granja Nova; Mondim da Beira; Salzedas; São João de Tarouca; Ucanha; e Vila Chã de Cangueiros — do concelho de Armamar;

- 4 — Dálvares; Gouviães; Tarouca; e Várzea da Serra — do concelho de Lamego.

Pelo Decreto n.º 43703 de 20 de maio de 1961, a freguesia de Vila Chã de Cangueiros passou a denominar-se Vila Chã da Beira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Tarouca passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Tarouca passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Tarouca passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Tarouca passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Tarouca englobava 10 freguesias: Dálvares; Gouviães; Granja Nova; Mondim da Beira; Salzedas; São João de Tarouca; Tarouca; Ucanha; Várzea da Serra; e Vila Chã da Beira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Tarouca passou a englobar 7 freguesias: Mondim da Beira; Salzedas; São João de Tarouca; Várzea da Serra; União das Freguesias de Gouviães e Ucanha; União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira; e União das Freguesias de Tarouca e Dálvares.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Tarouca passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Tavares

Em meados da década de 1830, o concelho de Tavares, também denominado Chãs e Tavares, com sede em Várzea de Tavares, englobava 4 freguesias, 1 com sede em Várzea de Tavares e 3 — Chãs de Tavares; São João da Fresta; e Travanca de Tavares — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tavares passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Abrunhosa-a-Velha, sendo a freguesia que o compunha — Abrunhosa-a-Velha — integrada no concelho de Tavares;
- foi transferida para o concelho de Tavares 1 freguesia — Freixiosa — do concelho de Mangualde.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Freixiosa — do concelho de Tavares para o concelho de Mangualde.

O concelho de Tavares foi extinto por Decreto de 10 de fevereiro de 1852, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Várzea de Tavares — no concelho de Fornos de Algodres;
- 2 — Abrunhosa-a-Velha; e Chãs de Tavares — no concelho de Mangualde;
- 2 — São João da Fresta; e Travanca de Tavares — no concelho de Penalva do Castelo.

Tavira

Em meados da década de 1830, o concelho de Tavira englobava 7 freguesias, 2 — Santa Maria; e São Tiago — com sede em Tavira e 5 — Conceição; Fuseta; Luz de Tavira; Santa Catarina de Fonte do Bispo; e Santo Estêvão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tavira passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi transferida para o concelho de Tavira 1 freguesia — Cachopo — do concelho de Alcoutim.

Por Decreto de 22 de março de 1876, foi transferida 1 freguesia — Fuseta — do concelho de Tavira para o concelho de Olhão.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Tavira passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Tavira passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Tavira passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 54/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Santa Luzia, separada da freguesia de Santiago.

Pela Lei n.º 29/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Cabanas de Tavira, separada da freguesia de Conceição.

No início de 2013, o concelho de Tavira englobava 9 freguesias: Cabanas de Tavira; Cachopo; Conceição; Luz de Tavira; Santa Catarina de Fonte do Bispo; Santa Luzia; Santo Estêvão; Tavira (Santa Maria); e Tavira (Santiago).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Tavira passou a englobar 6 freguesias: Cachopo; Santa Catarina de Fonte do Bispo; Santa Luzia; União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira; União das Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão; e União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Tavira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Távora

Em meados da década de 1830, o concelho de Távora englobava 1 freguesia — Távora.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Távora passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Távora foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Távora — integrada no concelho de Tabuaço.

Teixeira

Em meados da década de 1830, o concelho de Teixeira englobava 1 freguesia — Teixeira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Teixeira passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Teixeira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Teixeira — integrada no concelho de Mesão Frio.

Tendais

Em meados da década de 1830, o concelho de Tendais englobava 1 freguesia — Tendais.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tendais passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835, o concelho de Tendais foi transferido do distrito de Aveiro para o distrito de Lamego.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Tendais foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Tendais — integrada no concelho de São Cristóvão de Nogueira.

Tentúgal

Em meados da década de 1830, o concelho de Tentúgal englobava 1 freguesia — Tentúgal.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tentúgal passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Tentúgal 3 freguesias — Árvore; Lamarosa; e São Silvestre — do concelho de Coimbra;

- foi extinto o concelho de Meãs, sendo a freguesia que o compunha — Meãs do Campo — integrada no concelho de Tentúgal;

- foi extinto o concelho de Póvoa Nova de Santa Cristina, sendo a freguesia que o compunha — Póvoa Nova de Santa Cristina — integrada no concelho de Tentúgal.

Por Decreto de 15 de novembro de 1841, a freguesia de Póvoa Nova de Santa Cristina foi integrada na freguesia de Tentúgal.

O concelho de Tentúgal foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Árvore; Lamarosa; e São Silvestre — no concelho de Coimbra;
- 2 — Meãs do Campo; e Tentúgal — no concelho de Montemor-o-Velho.

Terena

Em meados da década de 1830, o concelho de Terena englobava 3 freguesias, 1 com sede em Terena e 2 — Capelins; e Santiago Maior — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Terena passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

O concelho de Terena foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Capelins; Santiago Maior; e Terena — integradas no concelho do Alandroal.

Terras de Bouro

Em meados da década de 1830, o concelho de Terras de Bouro, com sede em Covas, englobava 11 freguesias, 1 — Santo André de *Moimenta* — com sede em Covas e 10 — Balança; Campo do Gerês; Carvalheira; Chamoim; Choreense; Covide; Ribeira; Rio Caldo; Valdosende; e Vilar — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Terras de Bouro passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Terras de Bouro 1 freguesia — Gondoriz — do concelho de Pico de Regalados;

- foi extinto o concelho de Santa Marta do Bouro, sendo 1 das freguesias que o compunham — Monte — integrada no concelho de Terras de Bouro;

- foi extinto o concelho de Souto, sendo a freguesia que o compunha — Souto — integrada no concelho de Terras de Bouro;

- foi extinto o concelho de Vila Garcia, sendo as 2 freguesias que o compunham — Brufe; e Cibões — integradas no concelho de Terras de Bouro.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado o concelho de Santa Marta do Bouro englobando 3 freguesias — Monte; Rio Caldo; e Valdosende — separadas do concelho de Terras de Bouro.

Por decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Santa Marta do Bouro, sendo 5 das freguesias que o compunham — Monte; Rio Caldo; Santa Maria do Bouro; Seramil; e Valdosende — integradas no concelho de Terras de Bouro.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Terras de Bouro 1 freguesia — Vilar da Veiga — do concelho de Vieira do Minho.

- foram transferidas 2 freguesias — Santa Maria do Bouro; e Seramil — do concelho de Terras de Bouro para o concelho de Amares.

O concelho de Terras de Bouro foi extinto por Decreto de 14 de agosto de 1895, sendo as 17 freguesias que o compunham integradas:

- 11 — Balança; Campo do Gerês; Carvalheira; Chamoim; Choreense; Covide; Moimenta; Monte; Ribeira; Souto; e Vilar — no concelho de Amares;

- 3 — Rio Caldo; Valdosende; e Vilar da Veiga — no concelho de Vieira do Minho;

- 3 — Brufe; Cibões; e Gondoriz — no concelho de Vila Verde.

O concelho de Terras de Bouro foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 17 freguesias:

- 11 — Balança; Campo do Gerês; Carvalheira; Chamoim; Choreense; Covide; Moimenta; Monte; Ribeira; Souto; e Vilar — separadas do concelho de Amares;
- 3 — Rio Caldo; Valdosende; e Vilar da Veiga — separadas do concelho de Vieira do Minho;
- 3 — Brufe; Cibões; e Gondoriz — separadas do concelho de Vila Verde.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Terras de Bouro passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Terras de Bouro passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Terras de Bouro passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Terras de Bouro passou a fazer parte da sub-região do Cávado.

No início de 2013, o concelho de Terras de Bouro englobava 17 freguesias: Balança; Brufe; Campo do Gerês; Carvalheira; Chamoim; Choreense; Cibões; Covide; Gondoriz; Moimenta; Monte; Ribeira; Rio Caldo; Souto; Valdosende; Vilar; e Vilar da Veiga.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Terras de Bouro passou a englobar 14 freguesias: Balança; Campo do Gerês; Carvalheira; Covide; Gondoriz; Moimenta; Ribeira; Rio Caldo; Souto; Valdosende; Vilar da Veiga; União das Freguesias de Cibões e Brufe; União das Freguesias de Chamoim e Santa Marinha de Vilar; e União das Freguesias de Choreense e Monte.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Terras de Bouro passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Tibães

Em meados da década de 1830, o concelho de Tibães, com sede em Mire de Tibães, englobava 5 freguesias, 1 com sede em Mire de Tibães e 4 — Merelim – São Paio; Padim da Graça; Panoias; e Parada de Tibães — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tibães passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Tibães foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Padim da Graça — no concelho de Barcelos;
- 2 — Mire de Tibães; e Parada de Tibães — no concelho de Braga;
- 2 — São Paio de Merelim; e Panoias — no concelho do Prado.

Tolosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Tolosa englobava 1 freguesia — Tolosa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tolosa passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Tolosa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Tolosa — integrada no concelho de Alpalhão.

Tomar

Em meados da década de 1830, o concelho de Tomar englobava 13 freguesias, 1 — Santa Maria dos Olivais — com sede em Tomar e 12 — Alviobeira; Beberriqueira; Beselga; Carregueiros; Casais; Cem Soldos; Formigais; Igreja Nova do Sobral; Junceira; Olalhas; Sabacheira; e Serra — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tomar passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Asseiceira sendo a freguesia que o compunha — Asseiceira — integrada no concelho de Tomar;

- foi extinto o concelho de Paialvo sendo a freguesia que o compunha — Paialvo — integrada no concelho de Tomar;

- foram transferidas 2 freguesias — Formigais; e Sabacheira — do concelho de Tomar para o concelho de Aldeia da Cruz;

- foi transferida 1 freguesia — Alviobeira — do concelho de Tomar para o concelho de Ferreira do Zêzere.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Tomar 1 freguesia — Alviobeira — do concelho de Ferreira do Zêzere;

- foi transferida para o concelho de Tomar 1 freguesia — Sabacheira — do concelho de Vila Nova de Ourém;

- foi transferida 1 freguesia — Igreja Nova do Sobral — do concelho de Tomar para o concelho de Ferreira do Zêzere.

Pelo Decreto n.º 15436 de 5 de maio de 1928, foi criada a freguesia de Pedreira, separada da freguesia de Carregueiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 23341 de 12 de dezembro de 1933, a freguesia de Tomar foi desdobrada nas freguesias de *Santa Maria dos Olivais* e *São João Batista*.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Cem Soldos passou a denominar-se Madalena.

- o concelho de Tomar passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

Pelo Decreto n.º 43835 de 1 de agosto de 1961, a freguesia de Beberriqueira passou a denominar-se São Pedro de Tomar.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Tomar passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Tomar passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 103/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Além da Ribeira, separada da freguesia de Casais.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Tomar passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a sub-região do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Tomar englobava 16 freguesias: Além da Ribeira; Alviobeira; Asseiceira; Beselga; Carregueiros; Casais; Junceira; Madalena; Olalhas; Paialvo; Pedreira; Sabacheira; Santa Maria dos Olivais; São Pedro de Tomar; Serra; e Tomar (São João Batista).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Tomar passou a englobar 11 freguesias: Asseiceira; Carregueiros; Olalhas; Paialvo; Sabacheira; São Pedro de Tomar; União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira; União das Freguesias de Casais e Alviobeira; União das Freguesias de Madalena e Beselga; União das Freguesias de Serra e Junceira; e União das Freguesias de Tomar (São João Batista) e Santa Maria dos Olivais.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Tomar passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Tondela

Por Decreto de 18 de julho de 1835, a sede do concelho de Besteiros foi transferida para Tondela e o concelho de Tondela passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de concelho de Boa Aldeia, sendo a freguesia que o compunha — Boa Aldeia — integrada no concelho de Tondela;
- foi extinto o concelho de concelho de Canas de Sabugosa, sendo a freguesia que o compunha — Canas de Sabugosa — integrada no concelho de Tondela;
- foi extinto o concelho de concelho de Guardão, sendo a freguesia que o compunha — Guardão — integrada no concelho de Tondela;
- foi extinto o concelho de Mouraz, sendo a freguesia que o compunha — Mouraz — integrada no concelho de Tondela;

- foi extinto o concelho de concelho de Sabugosa, sendo a freguesia que o compunha — Sabugosa — integrada no concelho de Tondela;

- foi extinto o concelho de São Miguel do Outeiro, sendo a freguesia que o compunha — São Miguel do Outeiro — integrada no concelho de Tondela;

- foi extinto o concelho de Silvares, sendo a freguesia que o compunha — Silvares — integrada no concelho de Tondela;

- foi extinto o concelho de Treixedo, sendo 1 das freguesias que o compunham — Vila Nova da Rainha — integrada no concelho de Tondela;

- foram transferidas para o concelho de Tondela 3 freguesias — Farminhão; Ferreirós do Dão; e Lajeosa do Dão — do concelho de Viseu.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Farminhão — do concelho de Tondela para o concelho de Viseu.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foi restaurado o concelho de São João de Areias, englobando 1 freguesia — Silvares — separada do concelho de Tondela.

- foi transferida 1 freguesia — Vila Nova da Rainha — do concelho de Tondela para o concelho de Santa Comba Dão.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de São Miguel do Outeiro, englobando 4 freguesias — Boa Aldeia; Canas de Sabugosa; Sabugosa; e São Miguel do Outeiro — separadas no concelho de Tondela.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841, foi transferida para o concelho de Tondela 1 freguesia — Silvares — do concelho de São João de Areias.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de São João do Monte, sendo 2 das freguesias que o compunham — Mosteirinho; e São João do Monte — integradas no concelho de Tondela;

- foi extinto o concelho de São Miguel do Outeiro, sendo 4 das freguesias que o compunham — Boa Aldeia; Canas de Sabugosa; Sabugosa; e São Miguel do Outeiro — integradas no concelho de Tondela.

Por Decreto de 2 de setembro de 1876, foi transferida 1 freguesia — Boa Aldeia — do concelho de Tondela para o concelho de Viseu.

Por Decreto de 29 de maio de 1884, foi criada a freguesia de Parada de Gonta, separada da freguesia de São Miguel do Outeiro.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi transferida para o concelho de Tondela 1 freguesia — Vila Nova da Rainha — do concelho de Santa Comba Dão.

Pelo Decreto n.º 16467 de 4 de fevereiro de 1929, a freguesia de Santa Eulália passou a denominar-se Campo de Besteiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Tondela passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Em 1966, a freguesia de Canas de Sabugosa passou a denominar-se Canas de Santa Maria.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Tondela passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Tondela passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 27/86 de 23 de agosto de 1986, foi criada a freguesia de Tourigo, separada da freguesia de Barreiro de Besteiros.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Tondela passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Tondela englobava 26 freguesias: Barreiro de Besteiros; Campo de Besteiros; Canas de Santa Maria; Caparrosa; Castelões; Dardavaz; Ferreirós do Dão; Guardão; Lajeosa do Dão; Lobão da Beira; Molelos; Mosteirinho; Mosteiro de Fráguas; Mouraz; Nandufe; Parada de Gonta; Sabugosa; Santiago de Besteiros; São João do Monte; São Miguel do Outeiro; Silvares; Tonda; Tondela; Tourigo; Vila Nova da Rainha; e Vilar de Besteiros.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Tondela passou a englobar 19 freguesias: Campo de Besteiros; Canas de Santa Maria; Castelões; Dardavaz; Ferreirós do Dão; Guardão; Lajeosa do Dão; Lobão da Beira; Molelos; Parada de Gonta; Santiago de Besteiros; Tonda; União das Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo; União das Freguesias de Caparrosa e Silvares; União das Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha; União das Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho; União das Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa; União das Freguesias de Tondela e Nandufe; e União das Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Tondela passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Voseu Dão Lafões.

Torrão [Alentejo]

Em meados da década de 1830, o concelho de Torrão englobava 3 freguesias, 1 com sede no Torrão e 2 — Odivelas; Santa Margarida do Sádão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Torrão passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Torrão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Odivelas; e Torrão — no concelho do Alvito;
- 1 — Santa Margarida do Sádão — no concelho de Ferreira do Alentejo.

Torrão [Douro]

Em meados da década de 1830, o concelho do Torrão englobava 1 freguesia — Torrão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Torrão passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Torrão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Torrão — integrada no concelho de Benviver.

Torre de Dona Chama

Em meados da década de 1830, o concelho de Torre de Dona Chama englobava 14 freguesias, 1 com sede em Torre de Dona Chama e 13 — Fornos de Ledra; Fradizela; Guide; Lamalonga; Meles; Múrias; Regodeiro; Ribeirinha; São Pedro Velho; Vale de Gouvinhas; Vale de Prados; Vilar de Ouro; e Vilares — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Torre de Dona Chama passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Torre de Dona Chama 6 freguesias — Agrochão; Bousende; Espadanedo; Ferreira; Murçós; e Soutelo de Pena Mourisca — do concelho de Bragança;

- foi extinto o concelho de Ervedosa, sendo a freguesia que o compunha — Ervedosa — integrada no concelho de Torre de Dona Chama;

- foram transferidas para o concelho de Torre de Dona Chama 4 freguesias — Ala; Brinço; Quintas; e Vale de Telhas — do concelho de Mirandela;

- foram transferidas para o concelho de Torre de Dona Chama 2 freguesias — Agueiras; e Bouça — do concelho de Monforte de Rio Livre;

- foi extinto o concelho de Nozelos, sendo as 4 freguesias que o compunham — Arcas; Nozelos; Vilarinho de Agrochão; e Vilarinho do Monte — integradas no concelho de Torre de Dona Chama.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841:

- a freguesia de Bousende foi integrada na freguesia de Espadanedo.

- a freguesia de Nozelos foi integrada na freguesia de Arcas.

- a freguesia de Quintas foi integrada na freguesia de Vale de Gouvinhas.

- a freguesia de Regodeiro foi integrada na freguesia de Múrias.

- a freguesia de Ribeirinha foi integrada na freguesia de Fradizela;

- a freguesia de Soutelo de Pena Mourisca foi integrada na freguesia de Espadanedo.

- a freguesia de Vale de Prados foi integrada na freguesia de Múrias.

- a freguesia de Vilares foi integrada na freguesia de Torre de Dona Chama.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas 2 freguesias — Ala; e Brinço — do concelho de Torre de Dona Chama para o concelho de Macedo de Cavaleiros;

- foram transferidas 3 freguesias — Agrochão; Ervedosa; e Murçós — do concelho de Torre de Dona Chama para o concelho de Vinhais.

O concelho de Torre de Dona Chama foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 18 freguesias que o compunham integradas:

- 8 — Arcas; Espadanedo; Ferreira; Fornos de Ledra; Lamalonga; Meles; Vilarinho de Agrochão; e Vilarinho do Monte — no concelho de Macedo de Cavaleiros;
- 10 — Agueiras; Bouça; Fradizela; Guide; Múrias; São Pedro Velho; Torre de Dona Chama; Vale de Gouvinhas; Vale de Telhas; e Vilar de Ouro — no concelho de Mirandela.

Torre de Moncorvo

Em meados da década de 1830, o concelho de Moncorvo, também denominado Torre de Moncorvo, englobava 14 freguesias, 1 com sede em Torre de Moncorvo e 13 — Açoreira; Cabeça Boa; Cabeça de Mouro; Estevais; Felgar; Felgueiras; Horta da Vilariça; Larinho; Maçores; Peredo dos Castelhanos; Póvoa; Souto da Velha; e Urrós — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Moncorvo passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Mós, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carviçais; e Mós — integradas no concelho de Moncorvo.
- foi transferida para o concelho de Moncorvo 1 freguesia — Vide — do concelho de Vila Flor;
- foram transferidas 2 freguesias — Estevais; e Póvoa — do concelho de Moncorvo para o concelho de Alfândega da Fé.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841, a freguesia de Vide foi integrada na freguesia de Horta da Vilariça.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Moncorvo 5 freguesias — Adeganha; Cardanha; Estevais; Junqueira; e Póvoa — do concelho de Alfândega da Fé;
- foi extinto o concelho de Vilarinho da Castanheira, sendo 2 das freguesias que o compunham — Castedo de Vilariça; e Lousa — integradas no concelho de Moncorvo.

Entre 1853 e 1864, a freguesia de Póvoa foi integrada na freguesia de Adeganha.

Entre 1878 e 1890, as freguesias de Estevais e de Junqueira foram integradas na freguesia de Adeganha.

Por Decreto de 30 de outubro de 1884, a freguesia de Cabeça de Mouro foi integrada na freguesia de Cabeça Boa.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895:

- foi extinto o concelho de Alfândega da Fé, sendo 5 das freguesias que o compunham — Cerejais; Ferradosa; Gouveia; Sendim da Serra; e Valverde — integradas no concelho de Moncorvo;
- foi extinto o concelho de Freixo de Espada à Cinta, sendo as 6 freguesias que o compunham — Fornos; Freixo de Espada à Cinta; Lagoaça; Ligares; Mazouco; e Poiares — integradas no concelho de Moncorvo.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Alfândega da Fé, englobando 5 freguesias — Cerejais; Ferradosa; Gouveia; Sendim da Serra; e Valverde — separadas do concelho de Moncorvo;
- foi restaurado o concelho de Freixo de Espada à Cinta, englobando 6 freguesias — Fornos; Freixo de Espada à Cinta; Lagoaça; Ligares; Mazouco; e Poiares — separadas do concelho de Moncorvo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Torre de Moncorvo passou a fazer parte da província de Trá-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Torre de Moncorvo passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Torre de Moncorvo passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Torre de Moncorvo passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Torre de Moncorvo englobava 17 freguesias: Açoreira; Adeganha; Cabeça Boa; Cardanha; Carviçais; Castedo; Felgar; Felgueiras; Horta da Vilariça; Larinho; Lousa; Maçores; Mós; Peredo dos Castelhanos; Souto da Velha; Torre de Moncorvo; e Urrós.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Torre de Moncorvo passou a englobar 13 freguesias: Açoreira; Cabeça Boa; Carviçais; Castedo; Horta da Vilariça; Larinho; Lousa; Mós; Torre de Moncorvo; União das Freguesias de Adeganha e Cardanha; União das Freguesias de Felgar e Souto da Velha; União das Freguesias de Felgueiras e Maçores; e União das Freguesias de Urrós e Peredo dos Castelhanos.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Torre de Moncorvo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Torres Novas

Em meados da década de 1830, o concelho de Torres Novas englobava 18 freguesias, 4 — Salvador; Santa Maria; São Pedro; e São Tiago — com sede em Torres Novas e 14 — Alcanena; Alcorochel; Alqueidão da Serra; Assentiz; Brogueira; Bugalhos; Chancelaria; Lapas; Monsanto; *Olaia*; Paço; Parceiros de Igreja; Ribeira Branca; e Zibreira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Torres Novas passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho de Torres Novas 2 freguesias — Minde; e Mira de Aire — do concelho de Porto de Mós.

Por Decreto de 4 de julho de 1837, foram transferidas 2 freguesias — Minde; e Mira de Aire — do concelho de Torres Novas para o concelho de Porto de Mós.

Entre 1878 e 1890, a freguesia de Alqueidão da Serra passou a denominar-se Pedrógão.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Porto de Mós sendo 2 das freguesias que o compunham — Minde; e Mira de Aire — integradas no concelho de Torres Novas.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Porto de Mós, englobando 1 freguesia — Mira de Aire — separada do concelho de Torres Novas.

Pela Lei n.º 156 de 8 de maio de 1914, foi criado o concelho de Alcanena englobando 4 freguesias — Alcanena; Bugalhos; Minde; e Monsanto — separadas do concelho de Torres Novas.

Pela Lei n.º 1470 de 28 de agosto de 1923, foi criada a freguesia de Riachos, separada da freguesia de Santiago de Torres Novas.

Pelo Decreto n.º 12192 de 25 de agosto de 1926, foi criada a freguesia do Entroncamento, separada das freguesias de Atalaia do concelho de Vila Nova da Barquinha e de Santiago do concelho de Torres Novas e integrada no concelho de Vila Nova da Barquinha.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Torres Novas passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Torres Novas passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Torres Novas passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Torres Novas passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

Pela Lei n.º 18-G/2001 de 3 de julho, foi criada a freguesia de Meia Via, separada da freguesia de Santiago.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Torres Novas englobava 17 freguesias: Alcorochel; Assentiz; Brogueira; Chancelaria; Lapas; Meia Via; Olaia; Paço; Parceiros de Igreja; Pedrógão; Riachos; Ribeira Branca; Torres Novas (Salvador); Torres Novas (Santa Maria); Torres Novas (Santiago); Torres Novas (São Pedro); e Zibreira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Torres Novas passou a englobar 10 freguesias: Assentiz; Chancelaria; Meia Via; Pedrógão; Riachos; Zibreira; União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel; União das Freguesias de Olaia e Paço; União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago); e União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Torres Novas passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Torres Vedras

Em meados da década de 1830, o concelho de Torres Vedras englobava 19 freguesias, 4 — Santa Maria do Castelo; São Miguel; São Pedro; e São Tiago — com sede em Torres Vedras e 15 — A dos Cunhados; Azueira; Carvoeira; Fanga da Fé; Freiria; Matações; Maxial; Monte Redondo; Ponte

do Rol; Ramalhal; Runa; São Pedro da Cadeira; Sobral da Abelheira; Turcifal; e Ventosa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Torres Vedras passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida 1 freguesia — Sobral da Abelheira — do concelho de Torres Vedras para o concelho de Mafra;

- foi transferida 1 freguesia — Carvoeira — do concelho de Torres Vedras para o concelho da Ribaldeira.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foi transferida para o concelho de Torres Vedras 1 freguesia — Carvoeira — do concelho da Ribaldeira;

- foi criado o concelho da Azueira, englobando 2 freguesias — Azueira; e Freiria dos Chapéus — separadas do concelho de Torres Vedras.

Por Decreto de 18 de julho de 1846, foi extinto o concelho de Azueira, sendo as 4 freguesias que o compunham — Azueira; Freiria dos Chapéus; Gradil; e Sobral da Abelheira — integradas no concelho de Torres Vedras.

Por Decreto de 21 de janeiro de 1847, foi restaurado o concelho de Azueira, englobando 5 freguesias — Azueira; Freiria dos Chapéus; Gradil; Sobral da Abelheira; e Turcifal — separadas do concelho de Torres Vedras.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Azueira, sendo 2 das freguesias que o compunham — Freiria; e Turcifal — integradas no concelho de Torres Vedras;

- foi extinto o concelho de Ribaldeira, sendo as 2 freguesias que o compunham — Carmões; e Dois Portos — integradas no concelho de Torres Vedras;

- foi transferida 1 freguesia — Fanga da Fé — do concelho de Torres Vedras para o concelho de Mafra.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Arruda dos Vinhos, sendo 1 das freguesias que o compunham — Sapataria — integrada no concelho de Torres Vedras;

- foi extinto o concelho de Sobral de Monte Agraço, sendo as 2 freguesias que o compunham — Santo Quintino; e Sobral de Monte Agraço — integradas no concelho de Torres Vedras;

- foi transferida 1 freguesia — Freiria — do concelho de Torres Vedras para o concelho de Mafra.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho de Sobral de Monte Agraço englobando 3 freguesias — Santo Quintino; Sapataria; e Sobral de Monte Agraço — separadas do concelho de Torres Vedras;

- foi transferida para o concelho de Torres Vedras 1 freguesia — Freiria — do concelho de Mafra.

Entre 1900 e 1911:

- as freguesias de Santa Maria do Castelo e São Miguel foram reunidas na freguesia de Torres Vedras – Santa Maria do Castelo e São Miguel;
- as freguesias de São Pedro e São Tiago foram reunidas na freguesia de Torres Vedras – São Pedro e Santiago.

Pelo Decreto n.º 12404 de 28 de outubro de 1926, foi criada a freguesia de Silveira, separada da freguesia de São Pedro da Cadeira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Torres Vedras passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 35183 de 24 de novembro de 1945, foi criada a freguesia de Campelos, separada da freguesia de Torres Vedras – Santa Maria do Castelo e São Miguel.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Torres Vedras passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Torres Vedras passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 45/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Outeiro da Cabeça, separada da freguesia de Maxial.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Torres Vedras passou a fazer parte da sub-região do Oeste.

Pela Lei n.º 34/97 de 12 de julho de 1997, foi criada a freguesia de Maceira, separada da freguesia de A dos Cunhados.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Oeste da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Torres Vedras englobava 20 freguesias: A dos Cunhados; Campelos; Carmões; Carvoeira; Dois Portos; Freiria; Maceira; Matacães; Maxial; Monte Redondo; Outeiro da Cabeça; Ponte do Rol; Ramalhal; Runa; São Pedro da Cadeira; Silveira; Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel); Torres Vedras (São Pedro e Santiago); Turcifal; e Ventosa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Torres Vedras passou a englobar 13 freguesias: Freiria; Ponte do Rol; Ramalhal; São Pedro da Cadeira; Silveira; Turcifal; Ventosa; União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira; União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça; União das Freguesias de Carvoeira e Carmões; União das Freguesias de Dois Portos e Runa; União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo; e União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago e Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Torres Vedras passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Torrozelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Torrozelo englobava 1 freguesia — Torrozelo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Torrozelos passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Torrozelos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Torrozelos — integrada no concelho de Sandomil.

Touça

Em meados da década de 1830, o concelho de Touça englobava 1 freguesia — Touça.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Touça passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Touça foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Touça — integrada no concelho de Freixo de Numão.

Tourém

Em meados da década de 1830, o concelho de Tourém englobava 1 freguesia — Tourém.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Tourém passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Tourém foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Tourém — integrada no concelho de Montalegre.

Touro

Em meados da década de 1830, o concelho de Touro englobava 3 freguesias, 1 com sede na Vila de Touro e 2 — Quintas de São Bartolomeu; e Rapoula do Côa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Touro passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Touro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Quintas de São Bartolomeu; Rapoula do Côa; e Vila de Touro — integradas no concelho do Sabugal.

Trancoso

Em meados da década de 1830, o concelho de Trancoso englobava 40 freguesias, 6 — Santa Maria; São João Batista; São João de Extramuros; São Pedro; São Tiago; e Senhora da Fresta — com sede em Trancoso e 34 — Aldeia Nova; Aldeia Velha; Avelãs da Ribeira; Bouça Cova; Carnicães; Cerejo; Cogula; Courelas; Falachas; Feital; Fiães; Frechão; Freches; Freixial; Granja; Maçal da Ribeira; Moimentinha; Palhais; Póvoa d'El-Rei; Póvoa do Concelho; Reboleiro; Rio de Mel; Santa Eufémia; Sebadelhe da Serra; Souto Maior; Tamanhos; Torres; Vale de Mouro; Vale de Seixo; Venda do Cepo; Vieiro; Vila Franca das Naves; Vila Garcia; e Vilares — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Trancoso passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Guilherme, sendo a freguesia que o compunha — Guilherme — integrada no concelho de Trancoso;

- foi extinto o concelho de Moreira de Rei, sendo as 8 freguesias que o compunham — Castanheira; Cótimos; Moreira; Moreira de Rei; Moreirinhas; Terrenho; Torre do Terrenho; e Valdujo — integradas no concelho de Trancoso;

- foram transferidas 4 freguesias — Avelãs da Ribeira; Bouça Cova; Cerejo; e Vila Franca das Naves — do concelho de Trancoso para o concelho de Alverca da Beira;

- foram transferidas 2 freguesias — Santa Eufémia; e Vieiro — do concelho de Trancoso para o concelho de Pinhel.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Trancoso 1 freguesia — Vila Franca das Naves — do concelho de Alverca da Beira.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841:

- a freguesia de Courelas foi integrada na freguesia de São Pedro de Trancoso;

- a freguesia de Moreira foi integrada na freguesia de Moreira de Rei;

- a freguesia de Vale de Mouro foi integrada na freguesia de Falachas;

- a freguesia de Venda do Cepo foi integrada na freguesia de Santa Maria de Trancoso.

Por Decreto de 3 de janeiro de 1849:

- as freguesias de São João Batista e de São Tiago foram integradas na freguesia de Santa Maria de Trancoso;

- as freguesias de São João de Extramuros e Senhora da Fresta foram integradas na freguesia de São Pedro de Trancoso.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Frechão foi integrada na freguesia de Torres;

- a freguesia de Moreirinhas foi integrada na freguesia de Moreira de Rei.

Entre 1864 e 1878:

- a freguesia de Aldeia Velha foi integrada na freguesia de Aldeia Nova;

- a freguesia de Maçal da Ribeira foi integrada na freguesia de Vilares.

Entr 1878 e 1890, a freguesia de Freixial foi integrada na freguesia de Vila Garcia.

Por Decreto de 12 de julho de 1895:

- foi extinto o concelho de Aguiar da Beira, sendo as 13 freguesias que o compunham — Aguiar da Beira; Carapito; Cortiçada; Coruche; Dornelas; Eirado; Forninhos; Gradiz; Pena Verde; Pinheiro; Sequeiros; Souto de Aguiar da Beira; e Valverde — integradas no concelho de Trancoso;

- foram transferidas 2 freguesias — Moimentinha; e Póvoa d'El-Rei — do concelho de Trancoso para o concelho de Pinhel.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida para o concelho de Trancoso 1 freguesia — Moimentinha — do concelho de Pinhel.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Aguiar da Beira, englobando 13 freguesias — Aguiar da Beira; Carapito; Cortiçada; Coruche; Dornelas; Eirado; Forninhos; Gradiz; Pena Verde; Pinheiro; Sequeiros; Souto de Aguiar da Beira; e Valverde — separadas do concelho de Trancoso.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Falachas e Vale de Mouro foi integrada na freguesia de Tamanhos;
- o concelho de Trancoso passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Trancoso passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Trancoso passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Trancoso passou a fazer parte da sub-região da Beira Interior Norte.

No início de 2013, o concelho de Trancoso englobava 29 freguesias: Aldeia Nova; Carnicães; Castanheira; Cogula; Cótimos; Feital; Fiães; Freches; Granja; Guilherme; Moimentinha; Moreira de Rei; Palhais; Póvoa do Concelho; Reboleiro; Rio de Mel; Sebadelhe da Serra; Souto Maior; Tamanhos; Terrenho; Torre do Terrenho; Torres; Trancoso (Santa Maria); Trancoso (São Pedro); Valdujo; Vale do Seixo; Vila Franca das Naves; Vila Garcia; e Vilares.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Trancoso passou a englobar 21 freguesias: Aldeia Nova; Castanheira; Cogula; Cótimos; Fiães; Granja; Guilherme; Moimentinha; Moreira de Rei; Palhais; Póvoa do Concelho; Reboleiro; Rio de Mel; Tamanhos; Valdujo; União das Freguesias de Freches e Torres; União das Freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho; União das Freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior; União das Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia; União das Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital; e União das Freguesias de Vilares e Carnicães.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Trancoso passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Bieras e Serra da Estrela.

Trapa

Ver Santa Cruz da Trapa.

Travanca

Em meados da década de 1830, o concelho de Travanca englobava 1 freguesia — Travanca.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Travanca passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Travanca foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Travanca — integrada no concelho de Santa Cruz de Ribã Tâmega.

Treixedo

Em meados da década de 1830, o concelho de Treixedo englobava 2 freguesias, 1 com sede em Treixedo e 1 — Vila Nova da Rainha — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Treixedo passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Treixedo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Treixedo — no concelho de Santa Comba Dão;
- 1 — Vila Nova da Rainha — no concelho de Tondela.

Trevões

Em meados da década de 1830, o concelho de Trevões englobava 1 freguesia — Trevões.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Trevões passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Castanheiro do Sul, sendo as 3 freguesias que o compunham — Castanheiro do Sul; Espinhosa; e Pereiro — integradas no concelho de Trevões;

- foi extinto o concelho de Paredes da Beira, sendo as 2 freguesias que o compunham — Paredes da Beira; e Riodades — integradas no concelho de Trevões;

- foi extinto o concelho de Penela da Beira, sendo a freguesia que o compunha — Penela da Beira — integrada no concelho de Trevões;

- foi extinto o concelho de Póvoa de Penela, sendo a freguesia que o compunha — Póvoa de Penela — integrada no concelho de Trevões;

- foi extinto o concelho de Valongo dos Azeites, sendo a freguesia que o compunha — Valongo dos Azeites — integrada no concelho de Trevões;

- foi extinto o concelho de Várzea de Trevões, sendo a freguesia que o compunha — Várzea de Trevões — integrada no concelho de Trevões.

Por Lei de 17 de abril de 1838, o concelho de Trevões foi transferido do distrito da Guarda para o distrito de Viseu.

O concelho de Trevões foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 10 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Penela da Beira; e Póvoa de Penela — no concelho de Penedono;
- 8 — Castanheiro do Sul; Espinhosa; Paredes da Beira; Pereiro; Riodades; Trevões; Valongo dos Azeites; e Várzea de Trevões — no concelho de São João da Pesqueira.

Trofa [Douro]

O concelho da Trofa foi criado pela Lei n.º 83/98 de 14 de dezembro de 1998, englobando 8 freguesias — Alvarelhos; Bougado – Santiago; Bougado – São Martinho; Coronado – São Mamede; Coronado – São Romão; Covelas; Guidões; e Muro — separadas do concelho de Santo Tirso.

Pela mesma Lei n.º 83/98 de 14 de dezembro de 1998, o concelho da Trofa passou a pertencer ao distrito do Porto.

O Decreto-Lei n.º 163/99 de 13 de maio de 1999 integrou o concelho da Trofa na região do Norte subregião do Ave.

No início de 2013, o concelho da Trofa englobava 8 freguesias: Alvarelhos; Bougado (Santiago); Bougado (São Martinho); Coronado (São Mamede); Coronado (São Romão); Covelas; Guidões; e Muro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho da Trofa passou a englobar 5 freguesias: Covelas; Muro; União das Freguesias de Alvarelhos e Guidões; União das Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago); e União das Freguesias de Coronado (São Romão e São Mamede).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho da Trofa passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Trofa [Vouga]

Em meados da década de 1830, o concelho de Trofa englobava 1 freguesia — Trofa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Trofa passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho da Trofa foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Trofa — integrada no concelho do Vouga.

Tuias

Em meados da década de 1830, o concelho de Tuias englobava 4 freguesias, 1 com sede em Tuías e 3 — Fornos; Freixo; e Rio de Galinhas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Canaveses, sendo as 2 freguesias que o compunham — São Nicolau; e Sobre Tâmega — integradas no concelho de Tuias
- o concelho de Tuias e Canaveses passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Tuias e Canaveses foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 6 freguesias que o compunham — Fornos; Freixo; Rio de Galinhas; São Nicolau; Sobre Tâmega; e Tuías — integradas no concelho de Soalhães.

Turquel

Em meados da década de 1830, o concelho de Turquel englobava 1 freguesia — Turquel.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Turquel passou a pertencer ao distrito de Leiria, então criado.

O concelho de Turquel foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Turquel — integrada no concelho de Alcobaça.

Ucanha

Em meados da década de 1830, o concelho de Ucanha englobava 4 freguesias, 1 com sede em Ucanha e 3 — Granja Nova; Salzedas; e Vila Chã de Cangueiros — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ucanha passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Ucanha foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que a compunham — Granja Nova; Salzedas; Ucanha; e Vila Chã de Cangueiros — integradas no concelho de Mondim da Beira.

Ulme

Em meados da década de 1830, o concelho de Ulme englobava 1 freguesia — Ulme.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ulme passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Ulme 1 freguesia — Bemposta — do concelho de Abrantes;
- foram transferidas para o concelho de Ulme 2 freguesias — Chouto; e Vale de Cavalos — do concelho de Santarém.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida 1 freguesia — Bemposta — do concelho de Ulme para o concelho de Abrantes.

O concelho de Ulme foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Chouto; Ulme; e Vale de Cavalos — integradas no concelho da Chamusca.

Unhão

Em meados da década de 1830, o concelho de Unhão englobava 11 freguesias, 1 com sede em Unhão e 10 — Alentém; Lordelo; Macieira; Nogueira; Pedreira; Rande; Sernande; Torno; Vila Verde; e Vilar de Torno — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Unhão passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Unhão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 11 freguesias que o compunham — Alentém; Lordelo; Macieira; Nogueira; Pedreira; Rande; Sernande; Torno; Unhão; Vila Verde; e Vilar de Torno — integradas no concelho de Barrosas.

Urmaz

Em meados da década de 1830, o concelho de Urmaz englobava a localidade de Urmaz, dependente em termos eclesiásticos da freguesia de Samuel.

O concelho de Urmaz foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a localidade que o compunha — Urmaz — integrada no concelho de Samuel.

Vacariça

Em meados da década de 1830, o concelho da Vacariça englobava 2 freguesias, 1 com sede na Vacariça e 1 — Luso — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Vacariça passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Aguil, sendo 1 das freguesias que o compunham — Aguil — integrada no concelho da Vacariça;

- foi transferida 1 freguesia — Luso — do concelho da Vacariça para o concelho da Mealhada.

O concelho da Vacariça foi extinto por Lei de 4 de julho de 1837, sendo as 2 freguesias que o compunham — Aguil; e Vacariça — integradas no concelho da Mealhada.

Vagos

Em meados da década de 1830, o concelho de Vagos englobava 2 freguesias, 1 com sede em Vagos e 1 — Covão do Lobo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vagos passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Sorrães, sendo a localidade que o compunha — Sorrães — integrada no concelho de Vagos.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Sosa, sendo 1 das freguesias que o compunham — Sosa — integrada no concelho de Vagos;

- foi transferida 1 freguesia — Covão do Lobo — do concelho de Vagos para o concelho de Mira.

Entre 1855 e 1864, foi transferida para o concelho de Vagos 1 freguesia — Covão do Lobo — do concelho de Mira.

Pelo Decreto-Lei n.º 22687 de 15 de junho de 1933, retificado pelo Decreto-Lei n.º 22886 de 27 de junho de 1933, foi criada a freguesia de Calvão, separada da freguesia de Vagos.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vagos passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 46454 de 27 de julho de 1965, foi criada a freguesia de Fonte de Angeão, separada da freguesia de Covão do Lobo.

Pelo Decreto-Lei n.º 47017 de 23 de maio de 1966, foi criada a freguesia de Gafanha da Boa Hora, separada da freguesia de Vagos.

Pelo Decreto-Lei n.º 47033 de 30 de maio de 1966, foi criada a freguesia de Ouca, separada da freguesia de Sosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 48297 de 28 de março de 1968, foi criada a freguesia de Ponte de Vagos, separada da freguesia de Calvão.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vagos passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vagos passou a fazer parte da região do Centro.

Pela Lei n.º 78/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Santo António, separada da freguesia de Vagos.

Pela Lei n.º 79/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Santo André de Vagos, separada da freguesia de Vagos.

Pela Lei n.º 89/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Santa Catarina, separada da freguesia de Covão do Lobo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vagos passou a fazer parte da sub-região do Baixo Vouga.

No início de 2013, o concelho de Vagos englobava 11 freguesias: Calvão; Covão do Lobo; Fonte de Angeão; Gafanha da Boa Hora; Ouca; Ponte de Vagos; Santa Catarina; Santo André de Vagos; Santo António; Sosa; e Vagos.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vagos passou a englobar 8 freguesias: Calvão; Gafanha da Boa Hora; Ouca; Santo André de Vagos; Sosa; União das Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; União das Freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina; e União das Freguesias de Vagos e Santo António.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vagos passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Valadares

Em meados da década de 1830, o concelho de Valadares englobava 18 freguesias, 1 com sede em Valadares e 17 — Alvaredo; Badim; Ceivães; Couço; Cubalhão; Fiães; Gave; Lamas de Mouro; Messagães; Paderne; Parada do Monte; Penso; Podame; Riba de Mouro; Sá; Segude; e Tangil — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valadares passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas 3 freguesias — Fiães; Lamas de Mouro; e Paderne — do concelho de Valadares para o concelho de Melgaço.

O concelho de Valadares foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 15 freguesias que o compunham integradas:

- 6 — Alvaredo; Couço; Cubalhão; Gave; Parada do Monte; e Penso — no concelho de Melgaço;

- 9 — Badim; Ceivães; Messagães; Podame; Riba de Mouro; Sá; Segude; Tangil; e Valadares — no concelho de Monção.

Valdigem

Em meados da década de 1830, o concelho de Valdigem englobava 1 freguesia — Valdigem.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valdigem passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Valdigem foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Valdigem — integrada no concelho de Lamego.

Valdreu

Em meados da década de 1830, o concelho de Valdreu englobava 1 freguesia — Valdreu.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valdreu passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Valdreu foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Valdreu — integrada no concelho de Pico de Regalados.

Vale de Asnes

Em meados da década de 1830, o concelho de Vale de Asnes englobava 1 freguesia — Vale de Asnes.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vale de Asnes passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Vale de Asnes foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vale de Asnes — integrada no concelho de Cortiços.

Vale de Cambra

Pelo Decreto n.º 12976 de 31 de dezembro de 1926, a sede do concelho de Macieira de Cambra foi transferida para a localidade de Gandra da freguesia de Vila Chã, localidade que passou a denominar-se Vale de Cambra, e o concelho de Macieira de Cambra passou a denominar-se Vale de Cambra.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Vila Cova de Perrinho foi integrada na freguesia de Codal;
- o concelho de Vale de Cambra passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 30633 de 6 de agosto de 1940, foi criada a freguesia de Vila Cova de Perrinho, separada da freguesia de Codal.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vale de Cambra passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vale de Cambra passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vale de Cambra passou a fazer parte da sub-região de Entre Douro e Vouga.

No início de 2013, o concelho de Vale de Cambra englobava 9 freguesias: Arões; Cepelos; Codal; Junqueira; Macieira de Cambra; Roge; São Pedro de Castelões; Vila Chã; e Vila Cova de Perrinho.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vale de Cambra passou a englobar 7 freguesias: Arões; Cepelos; Junqueira; Macieira de Cambra; Roge; São Pedro de Castelões; e União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (com alteração dos limites territoriais).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vale de Cambra passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Vale de Nogueira

Em meados da década de 1830, o concelho de Vale de Nogueira englobava 1 freguesia — Vale de Nogueira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vale de Nogueira passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Vale de Nogueira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vale de Nogueira — integrada no concelho de Izeda.

Vale de Prados — Vale de Prados o Grande

Em meados da década de 1830, o concelho de Vale de Prados, também denominado Vale de Prados o Grande, englobava 1 freguesia — Vale de Prados.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vale de Prados passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Vale de Prados foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vale de Prados — integrada no concelho de Cortiços.

Vale de Todos

Em meados da década de 1830, o concelho de Vale de Todos englobava 1 freguesia — Torre de Vale de Todos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vale de Todos passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Vale de Todos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Torre de Vale de Todos — integrada no concelho de Penela.

Valença

Em meados da década de 1830, o concelho de Valença englobava 12 freguesias, 2 — Santo Estêvão; e Senhora dos Anjos — com sede em *Valença* e 10 — Arão; Cerdal; Cristelo Covo; Fontoura; Gandra; Ganfei; São Pedro da Torre; Silva – Santa Maria; Silva – São Julião; e Taião — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valença passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Sanfins, sendo as 5 freguesias que o compunham — Boivão; Friestas; Gondomil; Sanfins; e Verdoejo — integradas no concelho de Valença;

- foram transferidas para o concelho de Valença 4 freguesias — Campos; Cornes; Sapardos; e Vila Meã — do concelho de Vila Nova de Cerveira.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas 4 freguesias — Campos; Cornes; Sapardos; e Vila Meã — do concelho de Valença para o concelho de Vila Nova de Cerveira.

Entre 1841 e 1849, as freguesias de Santa Maria dos Anjos e de Santo Estêvão passaram a constituir uma única freguesia de Valença.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foi extinto o concelho de Vila Nova de Cerveira, sendo 12 das freguesias que o compunham — Campos; Candemil; Cornes; Gondar; Loivo; Lovelhe; Mentrestido; Nogueira; Reboreda; Sapardos; Vila Meã; e Vila Nova de Cerveira — integradas no concelho de Valença.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Vila Nova de Cerveira, englobando 12 freguesias — Campos; Candemil; Cornes; Gondar; Loivo; Lovelhe; Mentrestido; Nogueira; Reboreda; Sapardos; Vila Meã; e Vila Nova de Cerveira — separadas do concelho de Valença.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Valença passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Valença passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Valença passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Valença passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Valença englobava 16 freguesias: Arão; Boivão; Cerdal; Cristelo Covo; Fontoura; Friestas; Gandra; Ganfei; Gondomil; Sanfins; Santa Maria da Silva; São Julião da Silva; São Pedro da Torre; Taião; Valença; e Verdoejo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Valença passou a englobar 11 freguesias: Boivão; Cerdal; Fontoura; Friestas; Ganfei; São Pedro da Torre; Verdoejo; União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão; União das Freguesias de Gondomil e Sanfins; União das Freguesias de Gandra e Taião; e União das Freguesias de São Julião e Silva.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Valença passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Valença do Douro

Em meados da década de 1830, o concelho de Valença do Douro englobava 4 freguesias, 1 com sede em Valença do Douro e 3 — Casais do Douro; Desejosa; e Sarzedinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valença do Douro passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Valença do Douro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — Casais do Douro; e Sarzedinho — no concelho de São João da Pesqueira;
- 2 — Desejosa e Balsa; e Valença do Douro — no concelho de Tabuaço.

Valezim

Em meados da década de 1830, o concelho de Valezim englobava 1 freguesia — Valezim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valezim passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Valezim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Valezim — integrada no concelho de Loriga.

Valhelhas

Em meados da década de 1830, o concelho de Valhelhas englobava 3 freguesias, 1 com sede em Valhelhas e 2 — Gonçalo; e Vale de Amoreira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valhelhas passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Valhelhas 3 freguesias — Aldeia do Mato; Aldeia do Souto; e Verdelhos — do concelho da Covilhã;

- foi extinto o concelho de Famalicão da Serra, sendo a freguesia que o compunha — Famalicão — integrada no concelho de Valhelhas;

- foi extinto o concelho de Sarzedo sendo a freguesia que o compunha — Sarzedo — integrada no concelho de Valhelhas.

O concelho de Valhelhas foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Aldeia do Mato; Aldeia do Souto; Sarzedo; e Verdelhos — no concelho da Covilhã;

- 4 — Famalicão; Gonçalo; Vale de Amoreira; e Valhelhas — no concelho da Guarda.

Valongo

O concelho de Valongo foi criado (em rigor, restaurado) por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 6 freguesias separadas:

- 3 — Campo; Gandra; e Sobrado — do concelho de Aguiar de Sousa então extinto;

- 3 — Alfena; Asmes; e Valongo — do concelho da Maia.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Gandra — do concelho de Valongo para o concelho de Paredes.

Por Decreto de 6 de fevereiro de 1911, a freguesia de Asmes passou a denominar-se Ermesinde.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Valongo passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Valongo passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Valongo passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Valongo passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho de Valongo englobava 5 freguesias: Alfena; Campo; Ermesinde; Sobrado; e Valongo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Valongo passou a englobar 4 freguesias: Alfena; Ermesinde; Valongo; e União das Freguesias de Campo e Sobrado.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Valongo passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Valongo dos Azeites

Em meados da década de 1830, o concelho de Valongo dos Azeites englobava 1 freguesia — Valongo dos Azeites.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Valongo dos Azeites passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Valongo dos Azeites foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Valongo dos Azeites — integrada no concelho de Trevões.

Valpaços

O concelho de Valpaços foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 14 freguesias separadas:

- 13 — Algeriz; Ervões; Friões; Lilela; Nogueira da Montanha; Nozedo; Possacos; Rio Torto; São Pedro Fins; São Tiago da Ribeira de Alhariz; Valpaços; Vassal; e Vilarandelo — do concelho de Chaves;

- 1 — Fornos do Pinhal — do concelho de Monforte de Rio Livre.

Por Lei de 27 de setembro de 1837:

- foi transferida 1 freguesia — Nozedo — do concelho de Valpaços para o concelho de Carrazedo de Montenegro:

- foram transferidas 2 freguesias — Friões; e Nogueira da Montanha — do concelho de Valpaços para o concelho de Chaves.

Entre 1841 e 1864, a freguesia de Lilela foi integrada na freguesia de Rio Torto.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Carrazedo de Montenegro, sendo as 16 freguesias que o compunham — Água Revés; Canaveses; Carrazedo de Montenegro; Crasto; Curros; Jou; Nozedo; Padrela; Póvoa de Agrações; Santa Maria de Emeres; Santa Maria de Veiga de Lila, São João da Corveira; São Pedro de Veiga de Lila; Serapicos; Tazem; e Vales — integradas no concelho de Valpaços;

- foi extinto o concelho de Monforte de Rio Livre, sendo 9 das freguesias que o compunham — Alvarelos e Lama de Ouriço; Barreiros; Bouçoães; Lebução; Nozelos; Santa Valha; São Vicente e Segirei; Sonim; e Tinhela — integradas no concelho de Valpaços.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas para o concelho de Valpaços 2 freguesias — Fiães; e Friões — do concelho de Chaves;

- foram transferidas 2 freguesias — Póvoa de Agrações; e São Vicente — do concelho de Valpaços para o concelho de Chaves.

Entre 1855 e 1864:

- a freguesia de Nozelos foi integrada na freguesia de Lebução;

- a freguesia de Nozedo foi integrada na freguesia de São João da Corveira.

Entre 1878 e 1890, a freguesia de Tazem foi anexada à freguesia de Padrela.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram transferidas 3 freguesias — Curros; Jou; e Vales — do concelho de Valpaços para o concelho de Murça.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram transferidas para o concelho de Valpaços 2 freguesias — Curros; e Vales — do concelho de Murça.

Entre 1900 e 1911, a freguesia de Crasto foi anexada à freguesia de Água Revés.

Pelo Decreto-Lei n.º 23174 de 26 de outubro de 1933, foi criada a freguesia de Nozelos, separada da freguesia de Lebução.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Valpaços passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Valpaços passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Valpaços passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Valpaços passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Valpaços englobava 31 freguesias: Água Revés e Crasto; Algeriz; Alvarelos; Barreiros; Bouçoães; Canaveses; Carrazedo de Montenegro; Curros; Ervões; Fiães; Fornos do Pinhal; Friões; Lebução; Nozelos; Padrela e Tazem; Possacos; Rio Torto; Sanfins; Santa Maria de Emeres; Santa Valha; Santiago da Ribeira de Alhariz; São João da Corveira; São Pedro de Veiga de Lila; Serapicos; Sonim; Tinhela; Vales; Valpaços; Vassal; Veiga de Lila; e Vilarandelo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Valpaços passou a englobar 25 freguesias: Água Revés e Crasto; Algeriz; Bouçoães; Canaveses; Ervões; Fornos do Pinhal; Friões; Padrela e Tazem; Possacos; Rio Torto; Santa Maria de Emeres; Santa Valha; Santiago da Ribeira de Alhariz; São João da Corveira; São Pedro de Veiga de Lila; Serapicos; Vales; Vassal; Veiga de Lila; Vilarandelo; Lebução, Fiães e Nozelos; Tinhela e Alvarelos; Valpaços e Sanfins; Sonim e Barreiros; e Carrazedo de Montenegro e Curros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Valpaços passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Várzea da Serra

Em meados da década de 1830, o concelho de Várzea da Serra englobava 1 freguesia — Várzea da Serra.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Várzea da Serra passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Várzea da Serra foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que a compunha — Várzea da Serra — integrada no concelho de Tarouca.

Várzea de Trevões

Em meados da década de 1830, o concelho de Várzea de Trevões englobava 1 freguesia — Várzea de Trevões.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Várzea de Trevões passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Várzea de Trevões foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Várzea de Trevões — integrada no concelho de Trevões.

Veiros

Em meados da década de 1830, o concelho de Veiros englobava 3 freguesias, 1 com sede em Veiros e 2 — Almuro; e Santo Amaro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Veiros passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Veiros 2 freguesias — Cortiço; e São Bento de Ana Loura — do concelho de Estremoz;
- foi transferida para o concelho de Veiros 1 freguesia — Santo Aleixo — do concelho de Monforte.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de Estremoz 1 freguesia — Cortiço — do concelho de Veiros.

O concelho de Veiros foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 5 freguesias que o compunham — Almuro; Santo Aleixo; Santo Amaro; São Bento de Ana Loura; e Veiros — integradas no concelho de Fronteira.

Vendas Novas

O concelho de Vendas Novas foi criado pelo Decreto-Lei n.º 44557 de 7 de setembro de 1962, englobando 1 freguesia — Vendas Novas — separada do concelho de Montemor-o-Novo. Pelo mesmo Decreto-Lei n.º 44557 de 7 de setembro de 1962, o território da antiga freguesia e concelho de Landeira foi transferido da freguesia de Cabreira do concelho de Montemor-o-Novo para a freguesia e para o concelho de Vendas Novas. O concelho de Vendas Novas passou a fazer parte do distrito de Évora.

Pela Lei n.º 50/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de Landeira, separada da freguesia de Vendas Novas.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vendas Novas passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vendas Novas passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vendas Novas passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

O concelho de Vendas Novas engloba hoje 2 freguesias: Landeira; e Vendas Novas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vendas Novas passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Ventosa do Bairro

Em meados da década de 1830, o concelho de Ventosa do Bairro englobava 1 freguesia — Ventosa do Bairro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Ventosa do Bairro passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Ventosa do Bairro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Ventosa do Bairro — integrada no concelho da Mealhada.

Verride

Em meados da década de 1830, o concelho de Verride englobava 1 freguesia — Verride.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Verride passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Verride foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Verride — integrada no concelho de Abrunheira.

O concelho de Verride foi restaurado por Decreto de 7 de outubro de 1844, por transferência para Verride da sede do concelho de Abrunheira.

O concelho de Verride foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 7 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Reveles; Verride; e Vila Nova da Barca — no concelho de Montemor-o-Velho;
- 4 — Brunhós; Gesteira; Samuel; e Vinha da Rainha — no concelho de Soure.

Viana — Viana do Minho — Viana do Castelo

Em meados da década de 1830, o concelho de Viana, também denominado Viana do Minho, englobava 19 freguesias, 2 — Monserrate; e Santa Maria Maior — com sede em Viana e 17 — Afife; Amonde; Âncora; Areosa; Cardielos; Carreço; Meadela; Montaria; Nogueira; Outeiro; Perre; Santa Marta de Portuzelo; São Cláudio; Serreleis; Soutelo; Torre; e Vilar de Murteda — com sede no termo.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

• foram transferidas para o concelho de Viana 14 freguesias — Alvarães; Anha; Carvoeiro; Castelo de Neiva; Darque; Deocriste; Mazarefes; Mujães; Neiva; Portela Susã; Subportela; Vila de Punhe; Vila Franca; e Vila Fria — do concelho de Barcelos;

- foi extinto o concelho de Capareiros sendo a freguesia que o compunha — Capareiros — integrada no concelho de Viana;

- foi extinto o concelho de Geraz do Lima, sendo as 4 freguesias que o compunham — Deão; Moreira de Geraz do Lima; Santa Leocádia; e Santa Maria — integradas no concelho de Viana;

- foi extinto o concelho de Lanheses, sendo 3 das freguesias que o compunham — Lanheses; Meixedo; e Vila Mou — integradas no concelho de Viana;

- foi transferida 1 freguesia — Âncora — do concelho de Viana para o concelho de Caminha.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, foi transferida para o concelho de Viana 1 freguesia — Freixieiro de Soutelo — do concelho de Caminha.

Entre 1841 e 1849, a freguesia de São Cláudio foi integrada na freguesia de Nogueira.

Por Decreto de 20 de janeiro de 1848, Viana passou a denominar-se Viana do Castelo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Soutelo foi integrada na freguesia de Freixieiro de Soutelo;

- o concelho de Viana do Castelo passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Viana do Castelo passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto n.º 61/71 de 3 de março de 1971, a freguesia de Capareiros passou a denominar-se Barroselas.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Viana do Castelo passou a fazer parte da região do Norte.

Pela Lei n.º 90/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Chafé, separada da freguesia de Anha.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Viana do Castelo passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Viana do Castelo englobava 40 freguesias: Afife; Alvarães; Amonde; Anha; Areosa; Barroselas; Cardielos; Carreço; Carvoeiro; Castelo do Neiva; Chafé; Darque; Deão; Deocriste; Freixieiro de Soutelo; Geraz do Lima (Santa Leocádia); Geraz do Lima (Santa Maria); Lanheses; Mazarefes; Meadela; Meixedo; Montaria; Moreira de Geraz do Lima; Mujães; Nogueira; Outeiro; Perre; Portela Susã; Santa Marta de Portuzelo; São Romão de Neiva; Serreleis; Subportela; Torre; Viana do Castelo (Monsserrate); Viana do Castelo (Santa Maria Maior); Vila de Punhe; Vila Franca; Vila Fria; Vila Mou; e Vilar de Murteda.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Viana do Castelo passou a englobar 27 freguesias: Afife; Alvarães; Amonde; Anha; Areosa; Carreço; Castelo do Neiva; Chafé; Darque; Freixieiro de Soutelo; Lanheses; Montaria; Mujães; Outeiro; Perre; Santa Marta de Portuzelo; São Romão de Neiva; Vila de Punhe; Vila Franca; União das Freguesias de Barroselas e Carvoeiro; União das Freguesias de Cardielos e Serreleis; União das Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão; União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria; União das Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda; União das Freguesias de Subportela, Deocriste

e Portela Susã; União das Freguesias de Torre e Vila Mou; e União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Viana do Castelo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Viana do Alentejo

Em meados da década de 1830, o concelho de Viana do Alentejo englobava 1 freguesia — Viana do Alentejo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Viana do Alentejo passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Viana do Alentejo foi transferido do distrito de Beja para o distrito de Évora;
- foi extinto o concelho de Aguiar, sendo a freguesia que o compunha — Aguiar — integrada no concelho de Viana do Alentejo;

- foi extinto o concelho de Alcáçovas, sendo a freguesia que o compunha — Alcáçovas — integrada no concelho de Viana do Alentejo.

O concelho de Viana do Alentejo foi extinto por Decreto de 12 de julho de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham — Aguiar; Alcáçovas; e Viana do Alentejo — integradas no concelho de Évora.

O concelho de Viana do Alentejo foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias — Aguiar; Alcáçovas; e Viana do Alentejo — separadas do concelho de Évora.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Aguiar foi integrada na freguesia de Viana do Alentejo;
- o concelho de Viana do Alentejo passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Viana do Alentejo passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Viana do Alentejo passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pela Lei n.º 118/85 de 4 de outubro de 1985, a freguesia de Aguiar foi separada da freguesia de Viana do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Viana do Alentejo passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

O concelho de Viana do Alentejo engloba hoje 3 freguesias: Aguiar; Alcáçovas; e Viana do Alentejo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Viana do Alentejo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Vide

Em meados da década de 1830, o concelho de Vide englobava 1 freguesia — Vide.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vide passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Vide foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vide — integrada no concelho de Loriga.

Vidigueira

Em meados da década de 1830, o concelho da Vidigueira englobava 1 freguesia — Vidigueira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho da Vidigueira passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram transferidas para o concelho da Vidigueira 3 freguesias — Marmelar; Pedrógão; e Selmes — do concelho de Cuba.

Por Decreto de 19 de setembro de 1853, foi extinto o concelho de Vila de Frades, sendo 1 das freguesias que o compunham — Vila de Frades — integrada no concelho da Vidigueira.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Marmelar foi integrada na freguesia de Pedrógão;
- o concelho de Vidigueira passou a fazer parte da província do Baixo Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vidigueira passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vidigueira passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vidigueira passou a fazer parte da sub-região do Baixo Alentejo.

O concelho de Vidigueira engloba hoje 4 freguesias: Pedrógão; Selmes; Vidigueira; e Vila de Frades.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vidigueira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Vieira — Vieira do Minho

Em meados da década de 1830, o concelho de Vieira, também denominado Vieira do Minho, com sede em Brancelhe, englobava 7 freguesias, 1 — Mosteiro — com sede em Brancelhe, e 6 — Anissó; Cantelães; Eira Vedra; Pinheiro; Tabuaças; e Vilar do Chão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vieira passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Parada do Bouro, sendo a freguesia que o compunha — Parada do Bouro — integrada no concelho de Vieira do Minho;

- foram transferidas para o concelho de Vieira do Minho 3 freguesias — Brunhais; Esperança; e Soutelo — do concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi extinto o concelho de Ribeira de Soaz, sendo 8 das freguesias que o compunham — Caniçada; Cova; Frades; Louredo; Salamonde; Soengas; Ventosa; e Vilar da Veiga — integradas no concelho de Vieira do Minho;

- foi extinto o concelho de Serzedelo, sendo a freguesia que o compunha — Serzedelo — integrada no concelho de Vieira do Minho.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foram transferidas para o concelho de Vieira do Minho 3 freguesias — Anjos; Guilhofrei; e Rossas — do concelho de Cabeceiras de Basto;

- foi transferida 1 freguesia — Serzedelo — do concelho de Vieira do Minho para o concelho de Póvoa de Lanhoso.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Ruivães sendo 2 das freguesias que o compunham — Campos; e Ruivães — integradas no concelho de Vieira do Minho;

- foi transferida para o concelho de Vieira do Minho 1 freguesia — Serzedelo — do concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi transferida 1 freguesia — Frades — do concelho de Vieira do Minho para o concelho de Póvoa de Lanhoso.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas 3 freguesias — Brunhais; Esperança; e Serzedelo — do concelho de Vieira do Minho para o concelho de Póvoa de Lanhoso;

- foi transferida 1 freguesia — Vilar da Veiga — do concelho de Vieira do Minho para o concelho de Terras de Bouro.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto o concelho de Terras de Bouro, sendo 3 das freguesias que o compunham — Rio Caldo, Valdosende e Vilar da Veiga — integradas no concelho de Vieira do Minho.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Terras de Bouro, englobando 3 freguesias — Rio Caldo, Valdosende e Vilar da Veiga — separadas do concelho de Vieira do Minho.

Pelo Decreto-Lei n.º 22593 de 29 de abril de 1933, foi criada a freguesia de *Vieira do Minho*, separada das freguesias de Cantelães e Mosteiro e sediada na localidade de Brancelhe, que passou a denominar-se Vieira do Minho.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vieira do Minho passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vieira do Minho passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vieira do Minho passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vieira do Minho passou a fazer parte da sub-região do Ave.

No início de 2013, o concelho de Vieira do Minho englobava 21 freguesias: Anissó; Anjos; Campos; Caniçada; Cantelães; Cova; Eira Vedra; Guilhofrei; Louredo; Mosteiro; Parada do Bouro; Pinheiro; Rossas; Ruivães; Salamonde; Soengas; Soutelo; Tabuaças; Ventosa; Vieira do Minho; e Vilar do Chão.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vieira do Minho passou a englobar 16 freguesias: Cantelães; Eira Vedra; Guilhofrei; Louredo; Mosteiro; Parada do Bouro; Pinheiro; Rossas; Salamonde; Tabuaças; Vieira do Minho; União das Freguesias de Anissó e Soutelo; União das Freguesias de Anjos e Vilar do Chão; União das Freguesias de Caniçada e Soengas; União das Freguesias de Ruivães e Campos; e União das Freguesias de Ventosa e Cova.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vieira do Minho passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Vila Alva

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Alva englobava 1 freguesia — Vila Alva.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Alva passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Vila Alva foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Alva — integrada no concelho de Vila de Frades.

Vila Boa da Roda

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Boa da Roda englobava 1 freguesia — Guilhofrei.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Boa da Roda passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Vila Boa da Roda foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesias que o compunha — Guilhofrei — integrada no concelho de Cabeceiras de Basto.

Vila Boa de Quires

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Boa de Quires englobava 1 freguesia — Vila Boa de Quires.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Boa de Quires passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Vila Boa de Quires foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Boa de Quires — integrada no concelho de Penafiel.

Vila Boa do Bispo

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Boa do Bispo englobava 1 freguesia — Vila Boa do Bispo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Boa do Bispo passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Vila Boa do Bispo foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Boa do Bispo — integrada no concelho de Benliver.

Vila Boim

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Boim englobava 1 freguesia — Vila Boim.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Boim passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Vila Boim foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Boim — integrada no concelho de Elvas.

Vila Caiz

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Caiz englobava 1 freguesia — Vila Caiz.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Caiz passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

O concelho de Vila Caiz foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Caiz — integrada no concelho de Santa Cruz de Ribas Tâmega.

Vila Chã

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Chã, com sede em Vila Verde, englobava 9 freguesias, das quais 1 com sede em Vila Verde e 8 — Barbudo; Carreiras – São Miguel; Carreiras – São Tiago; Dossãos; Esqueiros; Loureira; Nevogilde; e Travassós — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- o concelho de Larim foi anexado ao concelho de Vila Chã;
- o concelho de Larim e Vila Chã passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Vila Chã foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — São Miguel de Carreiras; São Tiago de Carreiras; Dossãos; e Nevogilde — no concelho de Portela de Penela;

- 5 — Esqueiros; Loureira; Parada e Barbudo; Travassós; e Vila Verde — no concelho de Pico de Regalados.

O concelho de Vila Chã foi restaurado por Lei de 7 de outubro de 1837, englobando 11 freguesias separadas:

- 4 — São Miguel de Carreiras; São Tiago de Carreiras; Dossãos; e Nevogilde — do concelho de Portela de Penela;

- 7 — Esqueiros; Loureira; Parada e Barbudo; Soutelo; Travassós; Turiz; e Vila Verde — do concelho de Pico de Regalados.

O concelho de Vila Chã foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 11 freguesias que o compunham — Dossãos; Esqueiros; Loureira; Nevogilde; Parada e Barbudo; São Miguel de Carreiras; São Tiago de Carreiras; Soutelo; Travassós; Turiz; e Vila Verde — integradas no concelho de Vila Verde.

Vila Cova à Coelheira [Vila Nova de Paiva]

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Cova à Coelheira englobava 2 freguesias, 1 com sede em Vila Cova à Coelheira e 1 — Touro — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Cova à Coelheira passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Vila Cova à Coelheira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Touro; e Vila Cova à Coelheira — integradas no concelho de Fráguas.

Vila Cova à Coelheira [Seia]

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Cova à Coelheira englobava 1 freguesia — Vila Cova à Coelheira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Cova à Coelheira passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

O concelho de Vila Cova à Coelheira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Cova à Coelheira — integrada no concelho de Sandomil.

Vila Cova de Sub-Avô

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Cova de Sub-Avô englobava 1 freguesia — Vila Cova de Sub-Avô.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Cova de Sub-Avô passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Vila Cova de Sub-Avô foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Cova de Sub-Avô — integrada no concelho de Côja.

Vila da Feira

Ver Feira.

Vila da Ponte

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila da Ponte englobava 1 freguesia — Vila da Ponte.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila da Ponte passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Vila da Ponte foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila da Ponte — integrada no concelho de Sernancelhe.

Vila de Frades

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila de Frades englobava 1 freguesia — Vila de Frades.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila de Frades passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Vila Alva, sendo a freguesia que o compunha — Vila Alva — integrada no concelho de Vila de Frades.

O concelho de Vila de Frades foi extinto por Decreto de 19 de setembro de 1853, sendo as 2 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Vila Alva — no concelho de Cuba;
- 1 — Vila de Frades — no concelho da Vidigueira.

Vila de Rei

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila de Rei englobava 3 freguesias, 1 com sede em Vila de Rei e 2 — Fundada; e São João do Peso — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila de Rei passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Vila de Rei foi transferido do distrito de Santarém para o distrito de Castelo Branco.

• foi extinto o concelho de Amêndoa, sendo a freguesia que o compunha — Amêndoa — integrada no concelho de Vila de Rei.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida para o concelho de Vila de Rei 1 freguesia — Cardigos — do concelho de Proença-a-Nova.

Por Decreto de 30 de maio de 1877, foram transferidas 2 freguesias — Amêndoa; e Cardigos — do concelho de Vila de Rei para o concelho de Mação.

O concelho de Vila de Rei foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 3 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — São João do Peso — no concelho de Proença-a-Nova;
- 2 — Fundada; e Vila de Rei — no concelho da Sertã.

O concelho de Vila de Rei foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 3 freguesias:

- 1 — São João do Peso — separada do concelho de Proença-a-Nova;
- 2 — Fundada; e Vila de Rei — separadas do concelho da Sertã.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila de Rei passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila de Rei passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila de Rei passou a fazer parte da região de Lisboa.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila de Rei passou a fazer parte da região do Centro sub-região do Pinhal Interior Sul.

O concelho de Vila de Rei engloba hoje 3 freguesias: Fundada; São João do Peso; e Vila de Rei.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila de Rei passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Vila do Bispo

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila do Bispo englobava 1 freguesia — Vila do Bispo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila do Bispo passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

• foram transferidas para o concelho de Vila do Bispo 5 freguesias — Barão de São Miguel; Bordeira; Budens; Carrapateira; e Raposeira — do concelho de Lagos;

• foi extinto o concelho de Sagres, sendo a freguesia que o compunha — Sagres — integrada no concelho de Vila do Bispo.

Por Decreto de 3 de janeiro de 1849, a freguesia de Carrapateira foi anexada à freguesia de Bordeira.

O concelho de Vila do Bispo foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 6 freguesias que o compunham — Barão de São Miguel; Bordeira; Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — integradas no concelho de Lagos.

O concelho de Vila do Bispo foi restaurado por Lei de 10 de setembro de 1861 englobando 4 freguesias — Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — separadas do concelho de Lagos.

O concelho de Vila do Bispo foi extinto por Decreto de 14 de agosto de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham — Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — integradas no concelho de Lagos.

O concelho de Vila do Bispo foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias — Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo — separadas do concelho de Lagos.

Pela Lei n.º 1739 de 9 de fevereiro de 1925, foi criada a freguesia de *Barão de São Miguel*, separada da freguesia de Budens.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila do Bispo passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila do Bispo passou a fazer parte da região do Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila do Bispo passou a fazer parte da região do Algarve.

No início de 2013, o concelho de Vila do Bispo englobava 5 freguesias: Barão de São Miguel; Budens; Raposeira; Sagres; e Vila do Bispo.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila do Bispo passou a englobar 4 freguesias: Barão de São Miguel; Budens; Sagres; e União das Freguesias de Vila do Bispo e Raposeira.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila do Bispo passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Vila do Conde

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila do Conde englobava 1 freguesia — Vila do Conde.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila do Conde passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- o concelho de Vila do Conde foi transferido do distrito de Braga para o distrito do Porto;
- foi extinto o concelho de Aveleda, sendo 1 das freguesias que o compunham — Macieira da Maia — integrada no concelho de Vila do Conde;

- foi extinto o concelho de Azurara, sendo a freguesia que o compunha — Azurara — integrada no concelho de Vila do Conde;

- foram transferidas para o concelho de Vila do Conde 8 freguesias — Amorim; Arcos; Bagunte; Beiriz; Formariz; Junqueira; Touguinha; e Touguinhó — do concelho de Barcelos;

- foram transferidas para o concelho de Vila do Conde 13 freguesias — Árvore; Canidelo; Fajozes; Fornelo; Gião; Labruge; Mindelo; Modivas; Retorta; Tougues; Vairão; Vila Chã; e Vilar — do concelho da Maia.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferida para o concelho de Vila do Conde 1 freguesia — Ferreiró — do concelho de Vila Nova de Famalicão;

- foram transferidas para o concelho de Vila do Conde 4 freguesias — Parada; Rio Mau; Santagões; e São Martinho do Outeiro — do concelho de Póvoa de Varzim;

- foram transferidas 2 freguesias — Amorim; e Beiriz — do concelho de Vila do Conde para o concelho de Póvoa de Varzim.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Vila do Conde 1 freguesia — Malta — do concelho da Maia;
- foi transferida 1 freguesia — Labruge — do concelho de Vila do Conde para o concelho de Bouças.

Por Decreto de 11 de maio de 1870, foram transferidas para o concelho de Vila do Conde 3 freguesias — Guilhabreu; Mosteiró; e Vilar de Pinheiro — do concelho da Maia.

Por Decreto de 8 de maio de 1871, foi transferida para o concelho de Vila do Conde 1 freguesia — Aveleda — do concelho da Maia.

Por Decreto de 18 de outubro de 1871, foi transferida para o concelho de Vila do Conde 1 freguesia — Labruge — do concelho de Bouças.

Entre 1853 e 1864, a freguesia de São Martinho do Outeiro passou a denominar-se Outeiro Maior.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Formariz foi integrada na freguesia de Vila do Conde;
- a freguesia de Santagões foi integrada na freguesia de Bagunte;
- o concelho de Vila do Conde passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada. O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila do Conde passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila do Conde passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila do Conde passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho de Vila do Conde englobava 30 freguesias: Arcos; Árvore; Aveleda; Azurara; Bagunte; Canidelo; Fajozes; Ferreiró; Fornelo; Gião; Guilhabreu; Junqueira;

Labruge; Macieira da Maia; Malta; Mindelo; Modivas; Mosteiró; Outeiro Maior; Parada; Retorta; Rio Mau; Tougues; Touguinha; Touguinhó; Vairão; Vila Chã; Vila do Conde; Vilar; e Vilar de Pinheiro.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila do Conde passou a englobar 21 freguesias: Árvore; Aveleda; Azurara; Fajozes; Gião; Guilhabreu; Junqueira; Labruge; Macieira da Maia; Mindelo; Modivas; Vila Chã; Vila do Conde; Vilar de Pinheiro; União das Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada; União das Freguesias de Fornelo e Vairão; União das Freguesias de Malta e Canidelo; União das Freguesias de Retorta e Tougues; União das Freguesias de Rio Mau e Arcos; União das Freguesias de Touguinha e Touguinhó; e União das Freguesias de Vilar e Mosteiró.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila do Conde passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Vila Fernando

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Fernando englobava 1 freguesia — Vila Fernando.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Fernando passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Vila Fernando foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Fernando — integrada no concelho de Elvas.

Vila Flor [Alentejo]

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Flor englobava 1 freguesia — Vila Flor.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Flor passou a pertencer ao distrito de Portalegre, então criado.

O concelho de Vila Flor foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Flor — integrada no concelho de Gavião.

Vila Flor [Trás-os-Montes]

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Flor englobava 11 freguesias, 1 com sede em Vila Flor e 10 — Assares; Benlhevai; Candoso; Roios; Samões; Sanjais do Nabo; Santa Comba de Vilariça; Trindade; Vale Frechoso; e Vide — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Flor passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Freixiel, sendo 1 das freguesias que o compunham — Freixiel — integrada no concelho de Vila Flor;

- foi extinto o concelho de Sampaio, sendo as 2 freguesias que o compunham — Lodões; e Sampaio — integradas no concelho de Vila Flor;

- foi extinto o concelho de Vilarinho da Castanheira, sendo 3 das freguesias que o compunham — Mourão; Seixo de Manhoses; e Valtorno — integradas no concelho de Vila Flor;

- foi extinto o concelho de Vilas Boas, sendo as 2 freguesias que o compunham — Vilarinho das Azenhas; e Vilas Boas — integradas no concelho de Vila Flor;

- foram transferidas 2 freguesias — Assares; e Santa Comba de Vilariça — do concelho de Vila Flor para o concelho de Alfândega da Fé;

- foi transferida 1 freguesia — Vide — do concelho de Vila Flor para o concelho de Moncorvo.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Vilarinho da Castanheira englobando 3 freguesias — Mourão; Seixo de Manhoses; e Valtorno — separadas do concelho de Vila Flor.

Entre 1849 e 1853, foi transferida para o concelho de Vilarinho da Castanheira 1 freguesia — Vilarinho das Azenhas — do concelho de Vila Flor.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram transferidas para o concelho de Vila Flor 2 freguesias — Assares; e Santa Comba de Vilariça — do concelho de Alfândega da Fé;

- foi extinto o concelho de Vilarinho da Castanheira, sendo 4 das freguesias que o compunham — Carvalho de Egas; Seixo de Manhoses; Valtorno; e Vilarinho das Azenhas — integradas no concelho de Vila Flor.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Vila Flor 1 freguesia — Mourão — do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto o concelho de Alfândega da Fé, sendo 6 das freguesias que o compunham — Alfândega da Fé; Eucísia; Pombal; Santa Justa; Vilarelhos; e Vilares de Vilariça — integradas no concelho de Vila Flor.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Alfândega da Fé, englobando 6 freguesias — Alfândega da Fé; Eucísia; Pombal; Santa Justa; Vilarelhos; e Vilares de Vilariça — separadas do concelho de Vila Flor.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Flor passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Flor passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Flor passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Flor passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Vila Flor englobava 19 freguesias: Assares; Benlhevai; Cadoso; Carvalho de Egas; Freixiel; Lodões; Mourão; Roios; Samões; Sampaio; Sanjais do Nabo; Santa Comba de Vilariça; Seixo de Manhoses; Trindade; Vale Frechoso; Valtorno; Vila Flor; Vilarinho das Azenhas; e Vilas Boas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Flor passou a englobar 14 freguesias: Benlhevai; Freixiel; Roios; Samões; Sampaio; Santa Comba de Vilariça; Seixo de Manhoses; Trindade; Vale Frechoso; União das Freguesias de Assares e Lodões; União das Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas; União das Freguesias de Valtorno e Mourão; União das Freguesias de Vila Flor e Nabo; e União das Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Flor passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Vila Franca de Lapaças

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Franca de Lapaças englobava 1 freguesia — Vila Franca de Lapaças.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Franca de Lapaças passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Vila Franca de Lapaças foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Franca de Lapaças — integrada no concelho de Bragança.

Vila Franca de Xira

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Franca de Xira englobava 1 freguesia — Vila Franca de Xira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Franca de Xira passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Povos, sendo a freguesia que o compunha — Povos — integrada no concelho de Vila Franca de Xira.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi extinto o concelho de Castanheira do Ribatejo, sendo 2 das freguesias que o compunham — Cachoeiras; e Castanheira do Ribatejo — integradas no concelho de Vila Franca de Xira.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Alhandra, sendo as 3 freguesias que o compunham — Alhandra; Calhandriz; e São João dos Montes — integradas no concelho de Vila Franca de Xira;
- foi extinto o concelho de Alverca do Ribatejo sendo as 2 freguesias que o compunham — Alverca do Ribatejo; e Santa Iria de Azoia — integradas no concelho de Vila Franca de Xira.

Entre 1855 e 1864, a sede da freguesia de Santa Iria de Azoia foi transferida para Póvoa de Santa Iria.

Por Decreto de 22 de julho de 1886:

- foi transferida para o concelho de Vila Franca de Xira 1 freguesia — Vialonga — do concelho dos Olivais;

- foi transferida 1 freguesia — Póvoa de Santa Iria — do concelho de Vila Franca de Xira para o concelho de Loures.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Arruda dos Vinhos, sendo 4 das freguesias que o compunham — Arranhó; Arruda dos Vinhos; Cardosas; e Santiago dos Velhos — integradas no concelho de Vila Franca de Xira.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Arruda dos Vinhos, englobando 4 freguesias — Arranhó; Arruda dos Vinhos; Cardosas; e Santiago dos Velhos — separadas do concelho de Vila Franca de Xira.

Pelo Decreto n.º 12614 de 1 de novembro de 1926, foi transferida para o concelho de Vila Franca de Xira 1 freguesia — Póvoa de Santa Iria — do concelho de Loures.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Povos foi integrada na freguesia de Vila Franca de Xira;
- o concelho de Vila Franca de Xira passou a fazer parte da província da Estremadura, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Franca de Xira passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Franca de Xira passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 119/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Sobralinho, separada da freguesia de Alverca do Ribatejo.

Pela Lei n.º 120/85 de 4 de outubro de 1985, foi criada a freguesia de Forte da Casa, separada da freguesia de Vialonga.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Franca de Xira passou a fazer parte da sub-região da Grande Lisboa.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa.

No início de 2013, o concelho de Vila Franca de Xira englobava 11 freguesias: Alhandra; Alverca do Ribatejo; Cachoeiras; Calhandriz; Castanheira do Ribatejo; Forte da Casa; Póvoa de Santa Iria; São João dos Montes; Sobralinho; Vialonga; e Vila Franca de Xira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Franca de Xira passou a englobar 6 freguesias: Vialonga; Vila Franca de Xira; União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz; União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho; União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; e União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Franca de Xira passou a fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Vila Garcia

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Garcia, com sede em *Cibões*, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Cibões e 1 — Brufe — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Garcia passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Vila Garcia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Brufe; e Cibões — integradas no concelho de Terras de Bouro.

Vila Nova da Baronia

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Nova da Baronia, também denominado Vila Nova do Alvito, englobava 1 freguesia — Vila Nova da Baronia.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova da Baronia passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Vila Nova da Baronia foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova da Baronia — integrada no concelho do Alvito.

Vila Nova da Barquinha

Por Decreto de 26 de junho de 1839, o concelho da Barquinha passou a denominar-se Vila Nova da Barquinha.

O concelho de Vila Nova da Barquinha foi extinto por Decreto de 21 de Novembro de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham — Atalaia; Paio de Pele; Tancos; e Vila Nova da Barquinha — integradas no concelho da Golegã.

O concelho de Vila Nova da Barquinha foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias — Atalaia; Paio de Pele; Tancos; e Vila Nova da Barquinha — separadas do concelho da Golegã.

Pelo Decreto n.º 12192 de 25 de agosto de 1926, foi criada a freguesia do Entroncamento, separada das freguesias de Atalaia do concelho de Vila Nova da Barquinha e de Santiago do concelho de Torres Novas e integrada no concelho de Vila Nova da Barquinha.

Pelo Decreto n.º 14269 de 9 de setembro de 1927, a freguesia de Paio de Pele passou a denominar-se Praia do Ribatejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Nova da Barquinha passou a fazer parte da província do Ribatejo, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 35184 de 24 de novembro de 1945, foi criado o concelho do Entroncamento, englobando 1 freguesia — Entroncamento — separada do concelho de Vila Nova da Barquinha.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova da Barquinha passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova da Barquinha passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 30/87 de 1 de fevereiro de 1987, foi criada a freguesia de Moita do Norte, separada da freguesia de Atalaia.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova da Barquinha passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro transferiu a subregião do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro.

No início de 2013, o concelho de Vila Nova da Barquinha englobava 5 freguesias: Atalaia; Moita do Norte; Praia do Ribatejo; Tancos; e Vila Nova da Barquinha.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Nova da Barquinha passou a englobar 4 freguesias: Atalaia; Praia do Ribatejo; Tancos; e Vila Nova da Barquinha (que integrou a freguesia de Moita do Norte).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Nova da Barquinha passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Vila Nova de Alvito

Ver Vila Nova da Baronia.

Vila Nova de Anços

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Nova de Anços englobava 1 freguesia — Vila Nova de Anços.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Anços passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Vila Nova de Anços foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova de Anços — integrada no concelho de Soure.

Vila Nova de Cerveira

Em meados da década de 1830, o concelho de Cerveira, também denominado Vila Nova de Cerveira, englobava 12 freguesias, 1 com sede em Vila Nova de Cerveira e 11 — Campos; Candemil; Cornes; Gondar; Gondarém; Loivo; Lovelhe; Mentrestido; Reboreda; Sapardos; e Vila Meã — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Cerveira passou a pertencer ao distrito de Viana, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Vila Nova de Cerveira 2 freguesias — Covas; e Sopo — do concelho de Caminha;

- foi extinto o concelho de Nogueira, sendo a freguesia que o compunha — Nogueira — integrada no concelho de Vila Nova de Cerveira;

- foram transferidas 4 freguesias — Campos; Cornes; Sapardos; e Vila Meã — do concelho de Vila Nova de Cerveira para o concelho de Valença.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foram transferidas para o concelho de Vila Nova de Cerveira 4 freguesias — Campos; Cornes; Sapardos; e Vila Meã — do concelho de Valença.

O concelho de Vila Nova de Cerveira foi extinto por Decreto de 12 de julho de 1895, sendo as 15 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Covas; Gondarém; e Sopo — no concelho de Caminha;

- 12 — Campos; Candemil; Cornes; Gondar; Loivo; Lovelhe; Mentrestido; Nogueira; Reboreda; Sapardos; Vila Meã; e Vila Nova de Cerveira — no concelho de Valença.

O concelho de Vila Nova de Cerveira foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 15 freguesias separadas:

- 3 — Covas; Gondarém; e Sopo — do concelho de Caminha;

- 12 — Campos; Candemil; Cornes; Gondar; Loivo; Lovelhe; Mentrestido; Nogueira; Reboreda; Sapardos; Vila Meã; e Vila Nova de Cerveira — do concelho de Valença.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Nova de Cerveira passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova de Cerveira passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova de Cerveira passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova de Cerveira passou a fazer parte da sub-região de Minho-Lima.

No início de 2013, o concelho de Vila Nova de Cerveira englobava 15 freguesias: Campos; Candemil; Cornes; Covas; Gondar; Gondarém; Loivo; Lovelhe; Mentrestido; Nogueira; Reboreda; Sapardos; Sopo; Vila Meã; e Vila Nova de Cerveira.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Nova de Cerveira passou a englobar 11 freguesias: Cornes; Covas; Gondarém; Loivo; Mentrestido; Sapardos; Sopo; União das Freguesias de Campos e Vila Meã; União das Freguesias de Candemil e Gondar; União das Freguesias de Reboreda e Nogueira; e União das Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Nova de Cerveira passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Vila Nova de Erra

Em meados da década de 1830, o concelho de Erra, também denominado Vila Nova de Erra, englobava 2 freguesias, 1 com sede em Vila Nova de Erra e 1 — e Santa Justa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Erra passou a pertencer ao distrito de Santarém, então criado.

O concelho de Vila Nova de Erra foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Vila Nova de Erra; e Santa Justa — integradas no concelho de Coruche.

Vila Nova de Famalicão

Por Decreto de 22 de julho de 1841, o concelho de Famalicão passou a denominar-se Vila Nova de Famalicão.

Por Decreto de 2 de novembro de 1841, a freguesia de Santo Estêvão de Riba de Ave foi integrada na freguesia de Bairro.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Gemunde foi integrada na freguesia de Cavalões;
- a freguesia de Romão foi integrada na freguesia de Aves;
- a freguesia de Sobrado foi integrada na freguesia de Aves.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

• foi transferida para o concelho de Vila Nova de Famalicão 1 freguesia — Balazar — do concelho de Póvoa de Varzim;

• foi transferida 1 freguesia — Ferreiró — do concelho de Vila Nova de Famalicão para o concelho de Vila do Conde;

• foi transferida 1 freguesia — Serzedelo — do concelho de Vila Nova de Famalicão para o concelho de Guimarães.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Balazar — do concelho de Vila Nova de Famalicão para o concelho de Póvoa de Varzim.

Entre 1864 e 1878, foi transferida para o concelho de Vila Nova de Famalicão 1 freguesia — Gondifelos — do concelho de Barcelos.

Por Decreto de 23 de junho de 1879, foi transferida 1 freguesia — Aves — do concelho de Vila Nova de Famalicão para o concelho de Santo Tirso.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

• a freguesia de Arnoso – Mosteiro foi integrada na freguesia de Arnoso – Santa Eulália;

• o concelho de Vila Nova de Famalicão passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova de Famalicão passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova de Famalicão passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova de Famalicão passou a fazer parte da sub-região do Ave.

No início de 2013, o concelho de Vila Nova de Famalicão englobava 49 freguesias: Abade de Vermoim; Antas; Arnoso (Santa Eulália); Arnoso (Santa Maria); Avidos; Bairro; Bente; Brufe; Cabeçudos; Calendário; Carreira; Castelões; Cavalões; Cruz; Delães; Esmeriz; Fradelos; Gavião; Gondifelos; Jesufrei; Joane; Lagoa; Landim; Lemenhe; Louro; Lousado; Mogege; Mouquim; Nine; Novais; Oliveira (Santa Maria); Oliveira (São Mateus); Outiz; Pedome; Portela; Pousada de Saramagos; Requião; Riba de Ave; Ribeirão; Ruivães; Seide (São Miguel); Seide (São Paio); Sezures; Telhado; Vale (São Cosme); Vale (São Martinho); Vermoim; Vila Nova de Famalicão; e Vilarinho das Cambas.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Nova de Famalicão passou a englobar 34 freguesias: Bairro; Brufe; Castelões; Cruz; Delães; Fradelos; Gavião; Joane; Landim; Louro; Lousado; Mogege; Nine; Oliveira (Santa Maria); Oliveira (São Mateus); Pedome; Pousada de Saramagos; Requião; Riba de Ave; Ribeirão; Vale (São Martinho); Vermoim; Vilarinho das Cambas; União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário; União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz; União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos; União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim; União das Freguesias de Avidos e Lagoa; União das Freguesias de Seide (criada por fusão das freguesias de Seide (São Miguel) e Seide (São Paio)); União das Freguesias de Carreira e Bente; União das Freguesias de Ruivães e Novais; União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela; União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei; e União das Freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Nova de Famalicão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Ave.

Vila Nova de Foz Côa

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Nova de Foz Côa englobava 1 freguesia — Vila Nova de Foz Côa.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Foz Côa passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Muxagata, sendo a freguesia que o compunha — Muxagata — integrada no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Freixo de Numão, sendo as 11 freguesias que o compunham — Cedovim; Custóias; Freixo de Numão; Horta; Mós; Murça; Numão; Santo Amaro; Sebadelhe; Seixas; e Touça — integradas no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Almendra, sendo 2 das freguesias que o compunham — Almendra; e Castelo Melhor — integradas no concelho de Vila Nova de Foz Côa;

- foi extinto o concelho de Marialva, sendo as 10 freguesias que o compunham — Barreira; Carvalhal; Chãs; Coriscada; Gateira; Marialva; Pai Penela; Rabaçal; Santa Comba; e Vale de Ladrões — integradas no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Por Decreto de 4 de dezembro de 1872, foram transferidas 8 freguesias — Barreira; Carvalhal; Coriscada; Gateira; Marialva; Pai Penela; Rabaçal; e Vale de Ladrões — do concelho de Vila Nova de Foz Côa para o concelho de Meda.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foram transferidas para o concelho de Vila Nova de Foz Côa 2 freguesias — Barreira e Gateira; e Fonte Longa — do concelho de Meda.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram transferidas 2 freguesias — Barreira e Gateira; e Fonte Longa — do concelho de Vila Nova de Foz Côa para o concelho de Meda.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Nova de Foz Côa passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova de Foz Côa passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova de Foz Côa passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova de Foz Côa passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Vila Nova de Foz Côa englobava 17 freguesias: Almendra; Castelo Melhor; Cedovim; Chãs; Custóias; Freixo de Numão; Horta; Mós; Murça; Muxagata; Numão; Santa Comba; Santo Amaro; Sebadelhe; Seixas; Touça; e Vila Nova de Foz Côa.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Nova de Foz Côa passou a englobar 14 freguesias: Almendra; Castelo Melhor; Cedovim; Chãs; Custóias; Freixo de Numão (que integrou a freguesia de Murça); Horta; Muxagata; Numão; Santa Comba; Sebadelhe; Seixas; Touça; e Vila Nova de Foz Côa (que integrou as freguesias de Mós e Santo Amaro).

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Nova de Foz Côa passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Vila Nova de Gaia

Em meados da década de 1830, o concelho de Gaia, também denominado Vila Nova de Gaia, englobava 18 freguesias, 1 com sede em Vila Nova de Gaia e 17 — Arcozelo; Canelas; Canidelo; Guetim; Gulpilhares; Madalena; Mafamude; Olival; Oliveira do Douro; Perosinho; São Félix da Marinha; Seizezelo; Sermonde; Serzedo; Valadares; Vilar de Andorinho; e Vilar de Paraíso — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Gaia passou a pertencer ao distrito do Porto, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Avintes, sendo a freguesia que o compunha — Avintes — integrada no concelho de Gaia;

- foi extinto o concelho de Crestuma, sendo a freguesia que o compunha — Crestuma — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia;

- foi transferida para o concelho de Vila Nova de Gaia 1 freguesia — Argoncilhe — do concelho da Feira;

- foi extinto o concelho de Grijó, sendo a freguesia que o compunha — Grijó — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia;

- foi extinto o concelho de Pedroso, sendo a freguesia que o compunha — Pedroso — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia;

- foi extinto o concelho de Sandim, sendo a freguesia que o compunha — Sandim — integrada no concelho de Vila Nova de Gaia.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Argoncilhe — do concelho de Vila Nova de Gaia para o concelho da Feira.

Pelo Decreto n.º 12457 de 11 de outubro de 1926:

- foi transferida para o concelho de Vila Nova de Gaia 1 freguesia — Lever — do concelho da Feira;

- foi transferida 1 freguesia — Guetim — do concelho de Vila Nova de Gaia para o concelho de Espinho.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Nova de Gaia passou a fazer parte da província do Douro Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 38637 de 9 de fevereiro de 1952, foi criada a freguesia de São Pedro da Afurada, separada da freguesia de Santa Marinha.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova de Gaia passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova de Gaia passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova de Gaia passou a fazer parte da sub-região do Grande Porto.

No início de 2013, o concelho de Vila Nova de Gaia englobava 24 freguesias: Arcozelo; Avintes; Canelas; Canidelo; Crestuma; Grijó; Gulpilhares; Lever; Madalena; Mafamude; Olival; Oliveira do Douro; Pedroso; Perosinho; Sandim; Santa Marinha; São Félix da Marinha; São Pedro da Afurada; Seixezelo; Sermonde; Serzedo; Valadares; Vilar de Andorinho; e Vilar de Paraíso.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Nova de Gaia passou a englobar 15 freguesias: Arcozelo; Avintes; Canelas; Canidelo; Madalena; Oliveira do Douro; São Félix da Marinha;

Vilar de Andorinho; União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; União das Freguesias de Mafamude e Vilar de Paraíso; União das Freguesias de Gulpilhares e Valadares; União das Freguesias de Pedroso e Seixezelo; União das Freguesias de Serzedo e Perosinho; União das Freguesias de Grijó e Sermonde; e União das Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Nova de Gaia passou a fazer parte da Área Metropolitana do Porto.

Vila Nova de Milfontes

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Nova de Milfontes englobava 2 freguesias, 1 com sede em Vila Nova de Milfontes e 1 — Cercal — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Milfontes passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, a sede do concelho de Vila Nova de Milfontes foi transferida para o Cercal.

Vila Nova de Monsarros

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Nova de Monsarros englobava 1 freguesia — Vila Nova de Monsarros.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Monsarros passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Vila Nova de Monsarros foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova de Monsarros — integrada no concelho da Mealhada.

Vila Nova de Ourém

Por Alvará de 25 de setembro de 1841:

- a localidade e o concelho de Aldeia da Cruz passaram a denominar-se Vila Nova de Ourém;
- foi criada a freguesia de Vila Nova de Ourém, separada da freguesia de Ourém.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

• foi transferida para o concelho de Vila Nova de Ourém 1 freguesia — Espite — do concelho de Pombal;

• foi transferida 1 freguesia — Sabacheira — do concelho de Vila Nova de Ourém para o concelho de Tomar.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foi extinto o concelho de Alvaiázere, sendo 1 das freguesias que o compunham — Pelmá — integrada no concelho de Vila Nova de Ourém.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Alvaiázere, englobando 1 freguesia — Pelmá — separada do concelho de Vila Nova de Ourém.

Pelo Decreto n.º 15225 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Alburitel, separada das freguesias de Ourém e Seiça.

Pelo Decreto n.º 15226 de 21 de março de 1928, foi criada a freguesia de Gondemaria, separada das freguesias de Olival, Ourém e Vila Nova de Ourém.

Pelo Decreto n.º 15286 de 27 de março de 1928, foi criada a freguesia de Urqueira, separada da freguesia de Olival.

Pelo Decreto-Lei n.º 22843 de 19 de julho de 1933, foi criada a freguesia de Atougua, separada da freguesia de Ourém.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Nova de Ourém passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 36336 de 9 de junho de 1947, foi criada a freguesia de Caxarias, separada da freguesia de Seiça.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 45669 de 18 de abril de 1964, foi criada a freguesia de Casal dos Bernardos, separada da freguesia de Freixianda.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova de Ourém passou a fazer parte da região de Lisboa sub-região interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova de Ourém passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pela Lei n.º 62/84 de 31 de dezembro de 1984, foram criadas 2 freguesias — Cercal; e Matas — separadas da freguesia de Espite.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova de Ourém passou a fazer parte da sub-região do Médio Tejo.

Pela Lei n.º 35/89 de 23 de agosto de 1989, o concelho de Vila Nova de Ourém passou a denominar-se Ourém, a freguesia de Vila Nova de Ourém passou a denominar-se Nossa Senhora da Piedade e a freguesia de Ourém passou a denominar-se Nossa Senhora das Misericórdias.

Vila Nova de Paiva

O concelho de Vila Nova de Paiva foi criado pelo Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 7 freguesias separadas:

- 3 — Pendilhe; Touro; e Vila Cova à Coelheira — do concelho de Castro Daire;
- 4 — Alhais; Fráguas; Queiriga; e Vila Nova de Paiva — do concelho de Sátão.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Nova de Paiva passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova de Paiva passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova de Paiva passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova de Paiva passou a fazer parte da sub-região do Tâmega.

No início de 2013, o concelho de Vila Nova de Paiva englobava 7 freguesias: Alhais; Fráguas; Pendilhe; Queiriga; Touro; Vila Cova à Coelheira; e Vila Nova de Paiva.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Nova de Paiva passou a englobar 5 freguesias: Pendilhe; Queiriga; Touro; Vila Cova à Coelheira; União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Nova de Paiva passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Vila Nova de Poiares

Por Decreto de 17 de agosto de 1905, o concelho de Poiares passou a denominar-se Vila Nova de Poiares.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Nova de Poiares passou a fazer parte da província da Beira Litoral, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Nova de Poiares passou a fazer parte da região do Centro sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Nova de Poiares passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Nova de Poiares passou a fazer parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

O concelho de Vila Nova de Poiares engloba hoje 4 freguesias: Arrifana; Lavegadas; Poiares (Santo André); e São Miguel de Poiares.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Nova de Poiares passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Vila Nova de Portimão

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Nova de Portimão englobava 1 freguesia — Vila Nova de Portimão.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Portimão passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alvor, sendo a freguesia que o compunha — Alvor — integrada no concelho de Vila Nova de Portimão;

- foi transferida para o concelho de Vila Nova de Portimão 1 freguesia — Mexilhoeira Grande — do concelho de Monchique.

Pela Lei n.º 1692 de 11 de dezembro de 1924, a localidade, a freguesia e o concelho de Vila Nova de Portimão passaram a denominar-se Portimão.

Vila Nova de Pussos

Em meados da década de 1830, o concelho de Pussos, também denominado Vila Nova de Pussos, englobava 1 freguesia — Pussos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Pussos passou a pertencer ao distrito de Leiria então criado.

O concelho de Pussos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Pussos — integrada no concelho de Cabaços.

Vila Nova de Souto d'El Rei

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Nova de Souto d'El Rei englobava 1 freguesia — Vila Nova de Souto d'El Rei.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Nova de Souto d'El Rei passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Vila Nova de Souto d'El Rei foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Nova de Souto d'El Rei — integrada no concelho de Lamego.

Vila Pouca da Beira

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Pouca da Beira englobava 1 freguesia — Vila Pouca da Beira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Pouca da Beira passou a pertencer ao distrito de Coimbra, então criado.

O concelho de Vila Pouca da Beira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Pouca da Beira — integrada no concelho de Avô.

Vila Pouca de Aguiar

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Pouca de Aguiar englobava 13 freguesias, 1 com sede em Vila Pouca de Aguiar e 12 — Afonsim; Bornes de Aguiar; Bragado; Capeludos; Gouvães da Serra; Parada de Monteiros; Pensalvos; Santa Marta da Montanha; Soutelo de Aguiar; Telões; Valoura; e Vreia de Bornes — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Pouca de Aguiar passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi extinto o concelho de Alfarela de Jales, sendo 2 das freguesias que o compunham — Alfarela de Jales; e Vreia de Jales — integradas no concelho de Vila Pouca de Aguiar;
- foram transferidas para o concelho de Vila Pouca de Aguiar 2 freguesias — Arcossó; e Oura — do concelho de Chaves.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida para o concelho de Vila Pouca de Aguiar 1 freguesia — Três Minas — do concelho de Murça;
- foram transferidas 2 freguesias — Arcossó; e Oura — do concelho de Vila Pouca de Aguiar para o concelho de Chaves.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Pouca de Aguiar passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Pouca de Aguiar passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Pouca de Aguiar passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Pouca de Aguiar passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

Pela Lei n.º 51-C/93 de 9 de julho de 1993, foi criada a freguesia de Sabroso de Aguiar, separada da freguesia de Vreia de Bornes.

Pela Lei n.º 63/2003 de 22 de agosto, foi criada a freguesia de Lixa do Alvão, separada da freguesia de Soutelo de Aguiar.

No início de 2013, o concelho de Vila Pouca de Aguiar englobava 18 freguesias: Afonsim; Alfarela de Jales; Bornes de Aguiar; Bragado; Capeludos; Gouvães da Serra; Lixa do Alvão; Parada de Monteiros; Pensalvos; Sabroso de Aguiar; Santa Marta da Montanha; Soutelo de Aguiar; Telões; Tresminas; Valoura; Vila Pouca de Aguiar; Vreia de Bornes; e Vreia de Jales.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Pouca de Aguiar passou a englobar 14 freguesias: Alfarela de Jales; Bornes de Aguiar; Bragado; Capeludos; Sabroso de Aguiar; Soutelo de Aguiar; Telões; Tresminas; Valoura; Vila Pouca de Aguiar; Vreia de Bornes; Vreia de Jales; Alvão (criada por fusão das freguesias de Afonsim, Gouvães da Serra, Lixa do Alvão e Santa Marta da Montanha); e União das Freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Pouca de Aguiar passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Vila Real

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Real englobava 51 freguesias, 2 — São Dinis; e São Pedro — com sede em Vila Real e 49 — Abaças; Adoufe; Alvações do Corgo; Andrães; Arroios; Borbela; Campeã; Celeirós; Constantim; Cotas; Covas do Douro; Covelinhas; Ermida;

Folhadela; Galafura; Gouvinhas; Guiães; Lames; Louredo; Mateus; Mondrões; Mouços; Nogueira; Paços; Parada de Cunhos; Paradela de Guiães; Pena; Poiares; Quintã; Ribalonga; Sabrosa; Sanfins do Douro; São Lourenço de Riba Pinhão; São Martinho de Antas; São Tomé do Castelo; Souto Maior; Torgueda; Torre do Pinhão; Vale de Mendiz; Vale de Nogueiras; Vila Chã; Vila Cova; Vila Marim; Vila Verde; Vilar de Maçada; Vilarinho de Cotas; Vilarinho de Samardã; Vilarinho de São Romão; e Vilarinho dos Freires — com sede no termo.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Lordelo, sendo a freguesia que o compunha — Lordelo — integrada no concelho de Vila Real;

- foram transferidas 2 freguesias — Cotas; e Vila Chã — do concelho de Vila Real para o concelho de Alijó;

- foram transferidas 4 freguesias — Covelinhas; Galafura; Poiares; e Vilarinho dos Freires — do concelho de Vila Real para o concelho de Canelas;

- foram transferidas 3 freguesias — Campeã; Quintã; e Vila Cova — do concelho de Vila Real para o concelho de Ermelo;

- foram transferidas 3 freguesias — Sanfins do Douro; Vale de Mendiz; e Vilarinho de Cotas — do concelho de Vila Real para o concelho de Favaios;

- foram transferidas 3 freguesias — Covas do Douro; Gouvinhas; e Paradela de Guiães — do concelho de Vila Real para o concelho de Provesende;

- foi criado o concelho de Sabrosa, englobando 6 freguesias — Celeirós; Paços; Sabrosa; São Martinho de Antas; Souto Maior; e Vilarinho de São Romão — separadas do concelho de Vila Real;

- foi transferida 1 freguesia — Alvações do Corgo — do concelho de Vila Real para o concelho de Santa Marta de Penaguião;

- foi criado o concelho de Vilar de Maçada, englobando 5 freguesias — Ribalonga; São Lourenço de Riba Pinhão; Torre do Pinhão; Vila Verde; e Vilar de Maçada — separadas do concelho de Vila Real.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi transferida 1 freguesia — Louredo — do concelho de Vila Real para o concelho de Santa Marta de Penaguião.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foi extinto o concelho de Ermelo sendo 3 das freguesias que o compunham — Campeã; Quintã; e Vila Cova — integradas no concelho de Vila Real.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895:

- foi extinto o concelho de Santa Marta de Penaguião, sendo 3 das freguesias que o compunham — Cumieira; Fornelos; e Louredo — integradas no concelho de Vila Real;

- foi extinto o concelho de Mondim de Basto, sendo 1 das freguesias que o compunham — Lamas de Olo — integrada no concelho de Vila Real.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Santa Marta de Penaguião, englobando 3 freguesias — Cumieira; Fornelos; e Louredo — separadas do concelho de Vila Real.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Real passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 40578 de 20 de abril de 1956, foi criada a freguesia de Justes, separada da freguesia de Lames.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 43347 de 23 de novembro de 1960, foi criada a freguesia de Vila Real – Nossa Senhora da Conceição, separada das freguesias de Vila Real – São Dinis e Vila Real – São Pedro.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Real passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Real passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Real passou a fazer parte da sub-região do Douro.

No início de 2013, o concelho de Vila Real englobava 30 freguesias: Aباças; Adoufe; Andrães; Arroios; Borbela; Campeã; Constantim; Ermida; Folhadela; Guiães; Justes; Lames; Lamas de Olo; Lordelo; Mateus; Mondrões; Mouçós; Nogueira; Parada de Cunhos; Pena; Quintã; São Tomé do Castelo; Torgueda; Vale de Nogueiras; Vila Cova; Vila Marim; Vila Real (Nossa Senhora da Conceição); Vila Real (São Dinis); Vila Real (São Pedro); e Vilarinho de Samardã.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Real passou a englobar 20 freguesias: Aباças; Andrães; Arroios; Campeã; Folhadela; Guiães; Lordelo; Mateus; Mondrões; Parada de Cunhos; Torgueda; Vila Marim; União das Freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis); União das Freguesias de Borbela e Lamas de Olo; União das Freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova; União das Freguesias de São Tomé do Castelo e Justes; União das Freguesias de Mouçós e Lames; União das Freguesias de Nogueira e Ermida; União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã; e União das Freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Real passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Douro.

Vila Real de Santo António

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Real de Santo António englobava 2 freguesias, 1 com sede em Vila Real de Santo António e 1 — Cacula — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Real de Santo António passou a pertencer ao distrito de Faro então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Castro Marim, sendo 2 das freguesias que o compunham — Azinhal; e Castro Marim — integradas no concelho de Vila Real de Santo António.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado o concelho de Castro Marim, englobando 2 freguesias — Azinhal; e Castro Marim — separadas do concelho de Vila Real de Santo António.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto o concelho de Castro Marim, sendo 2 das freguesias que o compunham — Azinhal; e Castro Marim — integradas no concelho de Vila Real de Santo António.

Por Lei de 21 de maio de 1896, foi transferida para o concelho de Vila Real de Santo António 1 freguesia — Odeleite — do concelho de Alcoutim.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Castro Marim, englobando 3 freguesias — Azinhal; Castro Marim; e Odeleite — separadas do concelho de Vila Real da Santo António.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Real de Santo António passou a fazer parte da província do Algarve, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Real de Santo António passou a fazer parte da região Sul sub-região Algarve.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Real de Santo António passou a fazer parte da região do Algarve.

Pela Lei n.º 53/84 de 31 de dezembro de 1984, foi criada a freguesia de *Monte Gordo*, separada da freguesia de Vila Real de Santo António.

O concelho de Vila Real de Santo António engloba hoje 3 freguesias: Monte Gordo; Vila Nova de Cacela; e Vila Real de Santo António.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Real de Santo António passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Vila Ruiva

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Ruiva englobava 1 freguesia — Vila Ruiva.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Ruiva passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Vila Ruiva foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Ruiva — integrada no concelho de Cuba.

Vila Seca

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Seca englobava 1 freguesia — Vila Seca.

Pelo Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Seca passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

O concelho de Vila Seca foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Seca — integrada no concelho de Barcos.

Vila Velha de Ródão

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Velha de Ródão englobava 4 freguesias, 1 com sede em Vila Velha de Ródão e 3 — Alfrivida; Fratel; e Sarnadas de Ródão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Velha de Ródão passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Vila Velha de Ródão foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — integradas no concelho de Castelo Branco.

O concelho de Vila Velha de Ródão foi restaurado por Lei de 27 de setembro de 1837, englobando 4 freguesias — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — separadas do concelho de Castelo Branco.

O concelho de Vila Velha de Ródão foi extinto por Decreto de 7 de setembro de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — integradas no concelho de Castelo Branco.

O concelho de Vila Velha de Ródão foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias — Alfrivida; Fratel; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão — separadas do concelho de Castelo Branco.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Velha de Ródão passou a fazer parte da província da Beira Baixa, então criada.

Pelo Decreto n.º 37775 de 6 de março de 1950, a freguesia de Alfrivida passou a denominar-se Perais.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Velha de Ródão passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Velha de Ródão passou a fazer parte da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Velha de Ródão passou a fazer parte da região do Centro sub-região da Beira Interior Sul.

O concelho de Vila Velha de Ródão engloba hoje 4 freguesias: Fratel; Perais; Sarnadas de Ródão; e Vila Velha de Ródão.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Velha de Ródão passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Vila Verde

O concelho de Vila Verde foi criado por Decreto de 24 de outubro de 1855, englobando 58 freguesias separadas:

- 26 — Aboim da Nóbrega; Atães; Barros; Caldelas; Codeceda; Coucieiro; Gême; Gomide; Gondiaães; Gondomar; Lanhas; Mós; Panascais; Passô; Sabariz; Sande; Santa Marinha de Oriz; São Cristóvão de Pico de Regalados; São Martinho de Valbom; São Miguel de Oriz; São Miguel do Prado; São Paio de Pico de Regalados; São Pedro de Valbom; Valdreu; Valões; e Vilarinho — do concelho de Pico de Regalados então extinto;

- 1 — Covas — do concelho de Ponte da Barca;

- 12 — Arcozelo; Azões; Duas Igrejas; Freiriz; Goães; Godinhaços; Marrancos; Moure; Pedregais; Portela das Cabras; São Martinho de Escariz; e Rio Mau — do concelho de Portela de Penela então extinto;

- 8 — Atiães; Cabanelas e São Gens; Cervães; São Mamede de Escariz; Lage; Oleiros; Parada de Gatim; e Santa Maria do Prado — do concelho de Prado então extinto;

- 11 — Dossãos; Esqueiros; Loureira; Nevogilde; Parada e Barbudo; São Miguel de Carreiras; São Tiago de Carreiras; Soutelo; Travassós; Turiz; e Vila Verde — do concelho de Vila Chã então extinto.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Caldelas passou a denominar-se Ponte.

Entre 1878 e 1890, a freguesia de Parada e Barbudo passou a denominar-se Barbudo.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto o concelho de Terras de Bouro, sendo 3 das freguesias que o compunham — Brufe; Cibões; e Gondoriz — integradas no concelho de Vila Verde.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Terras de Bouro, englobando 3 freguesias — Brufe; Cibões; e Gondoriz — separadas do concelho de Vila Verde.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vila Verde passou a fazer parte da província do Minho, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Verde passou a fazer parte da região do Norte sub-região Litoral.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Verde passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Verde passou a fazer parte da sub-região do Cávado.

No início de 2013, o concelho de Vila Verde englobava 58 freguesias: Aboim da Nóbrega; Arcozelo; Atães; Atiães; Azões; Barbudo; Barros; Cabanelas; Carreiras (Santiago); Carreiras (São Miguel); Cervães; Codeceda; Coucieiro; Covas; Dossãos; Duas Igrejas; Escariz (São Mamede); Escariz (São Martinho); Esqueiros; Freiriz; Gême; Goães; Godinhaços; Gomide; Gondiaães; Gondomar; Lage; Lanhas; Loureira; Marrancos; Mós; Moure; Nevogilde; Oleiros; Oriz (Santa Marinha); Oriz (São Miguel); Parada de Gatim; Passô; Pedregais; Penascais; Pico [São Cristóvão]; Pico de Regalados [São Paio]; Ponte; Portela das Cabras; Prado (São Miguel); Rio Mau; Sabariz;

Sande; Soutelo; Travassós; Turiz; Valbom (São Martinho); Valbom (São Pedro); Valdreu; Valões; Vila de Prado; Vila Verde; e Vilarinho.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Verde passou a englobar 33 freguesias: Atiães; Cabanelas; Cervães; Coucieiro; Dossãos; Freiriz; Gême; Lage; Lanhas; Loureira; Moure; Oleiros; Parada de Gatim; Pico; Ponte; Prado (São Miguel); Sabariz; Soutelo; Turiz; Valdreu; Vila de Prado; Aboim da Nóbrega e Gondomar; União das Freguesias do Vade (criada por fusão das freguesias de Atães, Covas, Penascais, Valões e Codeceda); União das Freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho); União das Freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel); União das Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide; União das Freguesias de Pico de Regalados, Gondiaães e Mós; União das Freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós; União das Freguesias de Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago); União das Freguesias da Ribeira do Neiva (criada por fusão das freguesias de Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras); União das Freguesias de Marrancos e Arcozelo; União das Freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho); e Vila Verde e Barbudo.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Verde passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Vila Verde de Ficalho

Em meados da década de 1830, o concelho de Ficalho, também denominado Vila Verde de Ficalho, englobava 1 freguesia — Vila Verde de Ficalho.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Verde de Ficalho passou a pertencer ao distrito de Beja, então criado.

O concelho de Vila Verde de Ficalho foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Verde de Ficalho — integrada no concelho de Serpa.

Vila Verde dos Francos

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Verde dos Francos englobava 1 freguesia — Vila Verde dos Francos.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Verde dos Francos passou a pertencer ao distrito de Lisboa então criado.

O concelho de Vila Verde dos Francos foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vila Verde dos Francos — integrada no concelho de Aldeia Galega da Merceana.

Vila Viçosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Viçosa englobava 6 freguesias, 2 — Nossa Senhora da Conceição; e São Bartolomeu — com sede em Vila Viçosa e 4 — Bencatel; Ciladas; Pardais; e São Romão — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vila Viçosa passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foi extinto o concelho de Borba, sendo as 4 freguesias que o compunham — Borba (Nossa Senhora das Neves); Borba (São Bartolomeu); Orada; e Rio de Moinhos — integradas no concelho de Vila Viçosa.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Borba, englobando 4 freguesias — Borba (Nossa Senhora das Neves); Borba (São Bartolomeu); Orada; e Rio de Moinhos — separadas do concelho de Vila Viçosa.

Pelo Decreto-Lei n.º 274242 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de São Romão foi integrada na freguesia de Ciladas.
- o concelho de Vila Viçosa passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vila Viçosa passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vila Viçosa passou a fazer parte da região do Alentejo.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vila Viçosa passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

No início de 2013, o concelho de Vila Viçosa englobava 5 freguesias: Bencatel; Ciladas; Pardais; Vila Viçosa (Nossa Senhora da Conceição); e Vila Viçosa (São Bartolomeu).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vila Viçosa passou a englobar 4 freguesias: Bencatel; Ciladas; Pardais; e Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vila Viçosa passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Vilar de Maçada

O concelho de Vilar de Maçada foi criado por Decreto de 6 de novembro de 1836, englobando 6 freguesias separadas:

- 5 — Ribalonga; São Lourenço de Riba Pinhão; Torre de Pinhão; Vila Verde; e Vilar de Maçada — do concelho de Vila Real;
- 1 — Parada de Pinhão — do concelho de Parada de Pinhão, então extinto.

O concelho de Vilar de Maçada foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 6 freguesias que o compunham — Parada de Pinhão; Ribalonga; São Lourenço de Riba Pinhão; Torre de Pinhão; Vila Verde; e Vilar de Maçada — integradas no concelho de Alijó.

Vilar de Perdizes

Em meados da década de 1830, o concelho de Vilar de Perdizes englobava 3 freguesias, 2 — Santo André; e São Miguel — com sede em Vilar de Perdizes e 1 — Solveira — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vilar de Perdizes passou a pertencer ao distrito de Vila Real, então criado.

O concelho de Vilar de Perdizes foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 3 freguesias que o compunham — Santo André de Vilar de Perdizes; São Miguel de Vilar de Perdizes; e Solveira — integradas no concelho de Ervededo.

Vilar Maior [Sabugal]

Em meados da década de 1830, o concelho de Vilar Maior englobava 7 freguesias, 1 com sede em Vilar Maior e 6 — Aldeia da Ribeira; Badamalos; Bismula; Malhada Sorda; Nave de Haver; e Poço Velho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vilar Maior passou a pertencer ao distrito da Guarda, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Alfaiates, sendo as 4 freguesias que o compunham — Aldeia da Ponte; Alfaiates; Forcalhos; e Rebolosa — integradas no concelho de Vilar Maior;

- foi extinto o concelho de Castelo Mendo, sendo 3 das freguesias que o compunham — Cerdeira; Muizela; e Porto de Ovelha — integradas no concelho de Vilar Maior.

- foi transferida para o concelho de Vilar Maior 1 freguesia — Seixo do Côa — do concelho da Guarda;

- foram transferidas para o concelho de Vilar Maior 3 freguesias — Ruivós; Vale das Éguas; e Vale Longo — do concelho do Sabugal.

Por Lei de 2 de janeiro de 1838, foi restaurado o concelho de Castelo Mendo, englobando 3 freguesias — Cerdeira; Muizela; e Porto de Ovelha — separadas do concelho de Vilar Maior.

Por Decreto de 12 de novembro de 1841, a freguesia de Poço Velho foi integrada na freguesia de Nave de Haver.

O concelho de Vilar Maior foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 14 freguesias que o compunham — Aldeia da Ponte; Aldeia da Ribeira; Alfaiates; Badamalos; Bismula; Forcalhos; Malhada Sorda; Nave de Haver; Rebolosa; Ruivós; Seixo do Côa; Vale das Éguas; Vale Longo; e Vilar Maior — integradas no concelho do Sabugal.

Vilar Maior [São Pedro do Sul]

Ver Goja.

Vilar Seco de Lomba

Em meados da década de 1830, o concelho de Vilar Seco de Lomba englobava 10 freguesias, 1 com sede em Vilar Seco de Lomba e 9 — Edral; Frades; Gestosa; Pinheiro Novo; Quirás; São Jomil; Segirei; Vilar de Lomba; e Vilarinho — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vilar Seco de Lomba passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Vilar Seco de Lomba foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Segirei — no concelho de Monforte de Rio Livre;
- 9 — Edral; Frades; Gestosa; Pinheiro Novo; Quirás; São Jomil; Vilar de Lomba; Vilar Seco de Lomba; e Vilarinho — no concelho de Santalha, então criado.

Vilarinho da Castanheira

Em meados da década de 1830, o concelho de Vilarinho da Castanheira englobava 8 freguesias, 1 com sede em Vilarinho da Castanheira e 7 — Carvalho de Egas; Castedo; Lousa; Mourão; Pinhal do Douro; Seixo de Manhoses; e Valtorno — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vilarinho da Castanheira passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Vilarinho da Castanheira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 8 freguesias que o compunham integradas:

- 5 — Carvalho de Egas; Castedo; Lousa; Pinhal do Douro; e Vilarinho da Castanheira — no concelho de Carrazeda de Ansiães;
- 3 — Mourão; Seixo de Manhoses; e Vale de Torno — no concelho de Vila Flor.

O concelho de Vilarinho da Castanheira foi restaurado por Lei de 27 de setembro de 1837, englobando 8 freguesias separadas:

- 5 — Carvalho de Egas; Castedo; Lousa; Pinhal do Douro; e Vilarinho da Castanheira — do concelho de Carrazeda de Ansiães;
- 3 — Mourão; Seixo de Manhoses; e Vale de Torno — do concelho de Vila Flor.

Entre 1841 e 1853, foi transferida para o concelho de Vilarinho da Castanheira 1 freguesia — Vilarinho das Azenhas — do concelho de Vila Flor.

O concelho de Vilarinho da Castanheira foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 9 freguesias que o compunham integradas:

- 3 — Mourão; Pinhal do Douro; e Vilarinho da Castanheira — no concelho de Carrazeda de Ansiães;
- 2 — Castedo; e Lousa — no concelho de Moncorvo;
- 4 — Carvalho de Egas; Seixo de Manhoses; Vale de Torno; e Vilarinho das Azenhas — no concelho de Vila Flor.

Vilarinho do Bairro

Em meados da década de 1830, o concelho de Vilarinho do Bairro englobava 1 freguesia — Vilarinho do Bairro.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vilarinho do Bairro passou a pertencer ao distrito de Aveiro então criado.

O concelho de Vilarinho do Bairro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Vilarinho do Bairro — integrada no concelho de São Lourenço do Bairro.

Vilas Boas

Em meados da década de 1830, o concelho de Vilas Boas englobava 2 freguesias, 1 com sede em Vilas Boas e 1 — Vilarinho das Azenhas — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vilas Boas passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

O concelho de Vilas Boas foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 2 freguesias que o compunham — Vilarinho das Azenhas; e Vilas Boas — integradas no concelho de Vila Flor.

Vimieiro [Alentejo]

Em meados da década de 1830, o concelho de Vimieiro englobava 2 freguesias, 1 com sede no Vimieiro e 1 — Santa Justa — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vimieiro passou a pertencer ao distrito de Évora, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foi extinto o concelho de Évora Monte, sendo 3 das freguesias que o compunham — Santa Maria de Évora Monte; São Pedro de Évora Monte; Vidigão — integradas no concelho do Vimieiro.

O concelho do Vimieiro foi extinto por Decreto de 9 de novembro de 1846, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 4 — Santa Justa; Santa Maria de Évora Monte; São Pedro de Évora Monte; e Vidigão — no concelho de Évora Monte, então restaurado;

- 1 — Vimieiro — no concelho de Estremoz.

O concelho de Vimieiro foi restaurado por Decreto de 9 de novembro de 1852 englobando 3 freguesias separadas:

- 2 — Santa Justa; e Vidigão — do concelho de Évora Monte, então extinto;

- 1 — Vimieiro — do concelho de Estremoz.

O concelho de Vimieiro foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 3 freguesias que o compunham — Santa Justa; Vidigão; e Vimieiro — integradas no concelho de Arraiolos.

Vimieiro [Minho]

Em meados da década de 1830, o concelho de Vimieiro englobava 4 freguesias, 1 com sede no Vimieiro e 3 — Aveleda; Celeirós; e Figueiredo — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vimieiro passou a pertencer ao distrito de Braga, então criado.

O concelho de Vimieiro foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo as 4 freguesias que o compunham — Aveleda; Celeirós; Figueiredo; e Vimieiro — integradas no concelho de Braga.

Vimioso

Em meados da década de 1830, o concelho de Vimioso englobava 5 freguesias, 1 com sede em Vimioso e 4 — Campo de Víboras; São Joanico; Serapicos; e Vale de Frades — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vimioso passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Algosó, sendo 13 das freguesias que o compunham — Algosó; Atenor; Avinhó; Granja de Gregos; Gregos; Junqueira; Matela; Mora; Saldanha; Teixeira; Uva; Vale de Algosó; e Vila Chã da Ribeira — integradas no concelho de Vimioso;

- foram transferidas para o concelho de Vimioso 4 freguesias — Caçarelhos; Especiosa; Genísio; e Vilar Seco — do concelho de Miranda;

- foi transferida para o concelho de Vimioso 1 freguesia — Pinelo — do concelho de Outeiro.

Entre 1841 e 1849:

- a freguesia de Avinhó foi integrada na freguesia de Matela;
- a freguesia de Especiosa foi integrada na freguesia de Genísio;
- a freguesia de Granja de Gregos foi integrada na freguesia de Saldanha;
- a freguesia de Gregos foi integrada na freguesia de Saldanha;
- a freguesia de Junqueira foi integrada na freguesia de Matela;
- a freguesia de Mora foi integrada na freguesia de Uva;
- a freguesia de São Joanico foi integrada na freguesia de Vale de Frades;
- a freguesia de Serapicos foi anexada à freguesia de Vale de Frades;
- a freguesia de Teixeira foi integrada na freguesia de Atenor;
- a freguesia de Vale de Algosó foi integrada na freguesia de Algosó;
- a freguesia de Vila Chã da Ribeira foi integrada na freguesia de Uva.

Por Decreto de 22 de junho de 1853, foi extinto o concelho de Outeiro, sendo 5 das freguesias que o compunham — Angueira; Argoselo; Avelanoso; Carção; e Santulhão — integradas no concelho de Vimioso.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas 2 freguesias — Atenor e Teixeira; e Genísio — do concelho de Vimioso para o concelho de Miranda;

- foi transferida 1 freguesia — Saldanha — do concelho de Vimioso para o concelho de Mogadouro.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vimioso passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vimioso passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vimioso passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vimioso passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Vimioso englobava 14 freguesias: Algosó; Angueira; Argoselo; Avelanoso; Caçarelhos; Campo de Víboras; Carção; Matela; Pinelo; Santulhão; Uva; Vale de Frades; Vilar Seco; e Vimioso.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vimioso passou a englobar 10 freguesias: Argoselo; Carção; Matela; Pinelo; Santulhão; Vilar Seco; Vimioso; União das Freguesias de Algosó, Campo de Víboras e Uva; União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira; e União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vimioso passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Vinhais

Em meados da década de 1830, o concelho de Vinhais englobava 25 freguesias, 1 com sede em Vinhais e 24 — Alvaredos; Bairros; Cabeça de Igreja; Candedo; Cazares; Curopos; Espinhoso; Lagarelhos; Moaz; Nuzedo de Baixo; Nuzedo de Cima; Pinheiro Velho; Quadra; Rebordelo; Rio de Fornos; Santalha; Seixas; Sobreiró de Baixo; Travanca; Tuizelo; Vale das Fontes; Vale de Janeiro; Valpaço; e Vilar de Ossos — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vinhais passou a pertencer ao distrito de Bragança, então criado.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidas para o concelho de Vinhais 16 freguesias — Brito; Celas; Cidões; Dine; Fresulfe; Meilhe; Mofreita; Mós de Celas; Negreda; Nunes; Ousilhão; Penhas Juntas; São Cibrão; Soeira; Vila Boa de Ousilhão; e Vilar de Peregrinos — do concelho de Bragança;

- foi extinto o concelho de Paçô de Vinhais, sendo as 5 freguesias que o compunham — Paçô de Vinhais; Prado; Quintela; Santa Cruz; e Vila Verde de Vez — integradas no concelho de Vinhais;

- foi criado o concelho de Santalha, englobando 8 freguesias — Cabeça de Igreja; Cazares; Nuzedo de Cima; Pinheiro Velho; Quadra; Santalha; Seixas; e Tuizelo — separadas do concelho de Vinhais.

Por Decreto de 16 de novembro de 1841:

- foi transferida 1 freguesia — Meilhe — do concelho de Vinhais para o concelho de Izeda;

- a freguesia de Bairros foi integrada na freguesia de Vinhais;

- a freguesia de Brito foi integrada na freguesia de Penhas Juntas;
- a freguesia de Cidões foi integrada na freguesia de Vilar de Peregrinos;
- a freguesia de Dine foi integrada na freguesia de Fresulfe;
- a freguesia de Espinhoso foi integrada na freguesia de Candedo;
- a freguesia de Lagarelhos foi integrada na freguesia de Vilar de Ossos;
- a freguesia de Moaz foi integrada na freguesia de Vinhais;
- a freguesia de Mós de Celas foi integrada na freguesia de Celas;
- a freguesia de Negreda foi integrada na freguesia de Celas;
- a freguesia de Nuzedo de Baixo foi integrada na freguesia de Vale das Fontes;
- a freguesia de Prado foi integrada na freguesia de Vila Verde;
- a freguesia de Quintela foi integrada na freguesia de Paçô;
- a freguesia de Rio de Fornos foi integrada na freguesia de Vinhais;
- a freguesia de São Cibrão foi integrada na freguesia de Celas;
- a freguesia de Valpaço foi integrada na freguesia de Curopos.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferida para o concelho de Vinhais 1 freguesia — Zeive — do concelho de Bragança;
- foi transferida para o concelho de Vinhais 1 freguesia — Edrosa — do concelho de Izeda;
- foi extinto o concelho de Santalha, sendo as 9 freguesias que o compunham — Edral;

Moimenta; Montouto; Pinheiro Novo; Quirás; Santalha; São Jomil; Tuizelo; e Vilar Seco de Lomba — integradas no concelho de Vinhais;

• foram transferidas para o concelho de Vinhais 3 freguesias — Agrochão; Ervedosa; e Murçós — do concelho de Torre de Dona Chama.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida 1 freguesia — Zeive — do concelho de Vinhais para o concelho de Bragança;
- foi transferida 1 freguesia — Murçós — do concelho de Vinhais para o concelho de Macedo

de Cavaleiros.

Entre 1853 e 1864:

- a freguesia de Cabeça de Igreja foi separada da freguesia de Tuizelo;
- a freguesia de Gestosa foi separada da freguesia de Vilar Seco de Lomba;
- a freguesia de Vilar de Lomba foi separada da freguesia de São Jomil.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936:

- a freguesia de Cabeça de Igreja foi integrada na freguesia de Tuizelo;
- a freguesia de Gestosa foi integrada na freguesia de Vilar Seco de Lomba;
- a freguesia de Pinheiro Novo foi integrada na freguesia de Quirás;
- o concelho de Vinhais passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro,

então criada.

Pelo Decreto n.º 42161 de 26 de fevereiro de 1959, a freguesia de Pinheiro Novo foi separada da freguesia de Quirás.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vinhais passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vinhais passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vinhais passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

No início de 2013, o concelho de Vinhais englobava 35 freguesias: Agrochão; Alvaredos; Candedo; Celas; Curopos; Edral; Edrosa; Ervedosa; Fresulfe; Mofreita; Moimenta; Montouto; Nunes; Ousilhão; Paçó; Penhas Juntas; Pinheiro Novo; Quirás; Rebordelo; Santa Cruz; Santalha; São Jomil; Sobreiró de Baixo; Soeira; Travanca; Tuizelo; Vale das Fontes; Vale de Janeiro; Vila Boa de Ousilhão; Vila Verde; Vilar de Lomba; Vilar de Ossos; Vilar de Peregrinos; Vilar Seco de Lomba; e Vinhais.

Pela Lei n.º 11-A/2013, o concelho de Vinhais passou a englobar 26 freguesias: Agrochão; Candedo; Celas; Edral; Edrosa; Ervedosa; Paçó; Penhas Juntas; Rebordelo; Santalha; Tuizelo; Vale das Fontes; Vila Boa de Ousilhão; Vila Verde; Vilar de Ossos; Vilar de Peregrinos; Vilar Seco de Lomba; Vinhais; União das Freguesias de Curopos e Vale de Janeiro; União das Freguesias de Moimenta e Montouto; União das Freguesias de Nunes e Ousilhão; União das Freguesias de Quirás e Pinheiro Novo; União das Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos; União das Freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita; União das Freguesias de Travanca e Santa Cruz; e União das Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vinhais passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Viseu

Em meados da década de 1830, o concelho de Viseu englobava 30 freguesias, 1 com sede em Viseu e 29 — Abraveses; Bodiosa; Calde; Campo; Cavernães; Cepões; Cota; Fail; Farminhão; Ferreirós do Dão; Fragosela; Lajeosa do Dão; Lordosa; Mundão; Orgens; Papízios; Queiriga; Ribafeita; Rio de Loba; São Salvador; Santos Evos; São Cipriano; São João de Lourosa; São Pedro de France; Silgueiros; Sobral de Papízios; Torredeita; Vil de Souto; e Vila Chã de Sá — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835:

- foi extinto o concelho de Barreiros, sendo a freguesia que o compunha — Barreiros — integrada no concelho de Viseu;

- foi extinto o concelho de Ranhados, sendo a freguesia que o compunha — Ranhados — integrada no concelho de Viseu;

- o concelho de Viseu, Barreiros e Ranhados passou a pertencer ao distrito de Lamego, então criado.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Povolide, sendo a freguesia que o compunha — Povolide — integrada no concelho de Viseu;

- foi extinto o concelho de Santa Eulália, sendo as 2 freguesias que o compunham — Couto de Baixo; e Couto de Cima — integradas no concelho de Viseu.

- foram transferidas 2 freguesias — Papízios; e Sobral de Papízios — do concelho de Viseu para o concelho de Carregal do Sal;

- foram transferidas 2 freguesias — Calde; e Cota — do concelho de Viseu para o concelho de Mões;

- foram transferidas 3 freguesias — Farminhão; Ferreirós do Dão; e Lajeosa do Dão — do concelho de Viseu para o concelho de Tondela.

Por Lei de 28 de abril de 1837:

- foi transferida para o concelho de Viseu 1 freguesia — Calde — do concelho de Mões;

- foi transferida 1 freguesia — Queiriga — do concelho de Viseu para o concelho de Fráguas.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi transferida para o concelho de Viseu 1 freguesia — Farminhão — do concelho de Tondela.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado o concelho de São Miguel do Outeiro englobando 1 freguesia — Farminhão — separada do concelho de Viseu.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841, a freguesia de Viseu foi dividida nas freguesias de Viseu Ocidental e de Viseu Oriental.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de Mões, sendo 1 das freguesias que o compunham — Cota — integrada no concelho de Viseu;

- foi extinto o concelho de São Miguel do Outeiro, sendo 1 das freguesias que o compunham — Farminhão — integrada no concelho de Viseu;

- foi transferida 1 freguesia — Bodiosa — do concelho de Viseu para o concelho de Vouzela.

Por Decreto de 4 de janeiro de 1871, foi transferida para o concelho de Viseu 1 freguesia — Bodiosa — do concelho de Vouzela.

Por Decreto de 2 de setembro de 1876, foi transferida para o concelho de Viseu 1 freguesia — Boa Aldeia — do concelho de Tondela.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Viseu passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

Pelo Decreto-Lei n.º 42040 de 20 de dezembro de 1958:

- a freguesia de Viseu Ocidental passou a denominar-se Viseu – Santa Maria;

- a freguesia de Viseu Oriental passou a denominar-se Viseu – São José;

- foi criada a freguesia de Viseu – Coração de Jesus, separada das freguesias de Viseu – Santa Maria e Viseu – São José.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Viseu passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Viseu passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Viseu passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

Pela Lei n.º 17-A/93 de 11 de junho de 1993, foi criada a freguesia de Repeses, separada da freguesia de Ranhados.

No início de 2013, o concelho de Viseu englobava 34 freguesias: Abraveses; Barreiros; Boa Aldeia; Bodiosa; Calde; Campo; Cavernães; Cepões; Cota; Couto de Baixo; Couto de Cima; Faíl; Farminhão; Fragosela; Lordosa; Mundão; Orgens; Povolide; Ranhados; Repeses; Ribafeita; Rio de Loba; Santos Evos; São Cipriano; São João de Lourosa; São Pedro de France; São Salvador; Silgueiros; Torredeita; Vil de Souto; Vila Chã de Sá; Viseu (Coração de Jesus); Viseu (Santa Maria de Viseu); e Viseu (São José).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Viseu passou a englobar 25 freguesias: Abraveses; Bodiosa; Calde; Campo; Cavernães; Cota; Fragosela; Lordosa; Mundão; Orgens; Povolide; Ranhados; Ribafeita; Rio de Loba; Santos Evos; São João de Lourosa; São Pedro de France; Silgueiros; União das Freguesias de Viseu (criada por fusão das freguesias de Coração de Jesus, Santa Maria e São José); União das Freguesias de Repeses e São Salvador; União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima; União das Freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá; União das Freguesias de Barreiros e Cepões; União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto; e União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Viseu passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Vizela

O concelho de Vizela foi criado pela Lei n.º 63/98 de 1 de setembro de 1998, englobando 7 freguesias separadas:

- 5 — São Miguel das Caldas de Vizela; São João das Caldas de Vizela; Infias; Tagilde; e São Paio de Vizela — do concelho de Guimarães;
- 1 — Santo Adrião de Vizela — do concelho de Felgueiras;
- 1 — Santa Eulália de Barrosas — do concelho de Lousada.

Pela mesma Lei n.º 63/98 de 1 de setembro de 1998, o concelho de Vizela passou a pertencer ao distrito de Braga.

O Decreto-Lei n.º 163/99 de 13 de maio de 1999 integrou o concelho de Vizela na região do Norte subregião do Ave.

No início de 2013, o concelho de Vizela englobava 7 freguesias: Caldas de Vizela (São João); Caldas de Vizela (São Miguel); Infias; Santa Eulália [de Barrosas]; Tagilde; Vizela (Santo Adrião); e Vizela (São Paio).

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vizela passou a englobar 5 freguesias: Infias; Santa Eulália; Vizela (Santo Adrião); União das Freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João); e União das Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio).

Vouga

Em meados da década de 1830, o concelho do Vouga, com sede em Valongo do Vouga, englobava 3 freguesias, 1 com sede em Valongo do Vouga e 2 — Macinhata do Vouga; e Valmaior — com sede no termo.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Vouga passou a pertencer ao distrito de Aveiro, então criado.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835:

- foi extinto o concelho da Agueira, sendo a localidade que o compunha — Agueira — integrada no concelho do Vouga;

- foi extinto o concelho de Brunhido, sendo a localidade que o compunha — Brunhido — integrada no concelho do Vouga;

- foi extinto o concelho de Serém, sendo a localidade que o compunha — Serém — integrada no concelho do Vouga.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferida para o concelho de Vouga 1 freguesia — Lamas do Vouga — do concelho de Aveiro;

- foi extinto o concelho de Castanheira do Vouga, sendo as 2 freguesias que o compunham — Agadão; e Castanheira do Vouga — integradas no concelho do Vouga;

- foi extinto o concelho de Préstimo, sendo as 3 freguesias que o compunham — Macieira de Alcoba; Préstimo; e Talhadas — integradas no concelho do Vouga;

- foi extinto o concelho de Segadães, sendo 1 das freguesias que o compunham — Segadães — integradas no concelho do Vouga;

- foi extinto o concelho da Trofa sendo a freguesia que o compunha — Trofa — integrada no concelho do Vouga.

Por Decreto de 20 de outubro de 1841, foi transferida 1 freguesia — Valmaior — do concelho do Vouga para o concelho de Albergaria-a-Velha.

Por Portaria de 14 de dezembro de 1850, a sede do concelho do Vouga foi transferida para a localidade de Agueira.

O concelho do Vouga foi extinto por Decreto de 31 de dezembro de 1853, sendo as 10 freguesias que o compunham integradas:

- 9 — Agadão; Castanheira do Vouga; Lamas do Vouga; Macieira de Alcoba; Macinhata do Vouga; Préstimo; Segadães; Trofa; e Valongo do Vouga — no concelho de Águeda;

- 1 — Talhadas — no concelho de Sever do Vouga.

Vouzela

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, o concelho de Lafões passou a denominar-se concelho de Vouzela.

Pelo mesmo Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi extinto o concelho de Oliveira de Frades, sendo a freguesia que o compunha — Oliveira de Frades — integrada no concelho de Vouzela;

- foram transferidas 3 freguesias — Alcofra; Arca; e Varzielas — do concelho de Vouzela para o concelho de São João do Monte;

- foi criado o concelho de São Pedro do Sul, englobando 17 freguesias — Baiões; Bordonhos; Candal; Carvalhais; Figueiredo das Donas; Figueiredo de Alva; Manhouce; Pindelo dos Milagres; Pinho; São Cristóvão de Lafões; São Félix; São João da Serra; São Miguel do Mato; São Pedro do Sul; Serrazes; Valadares; e Várzea — separadas do concelho de Vouzela;

- foram transferidas 3 freguesias — Covas do Rio; Covelo de Paivó; e São Martinho das Moitas — do concelho de Vouzela para o concelho de Sul.

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi restaurado o concelho de Oliveira de Frades englobando 12 freguesias — Arcozelo das Maias; Cambra; Campia; Carvalhal de Vermilhas; Destriz; Oliveira de Frades; Pinheiro; Reigoso; Ribeiradio; São Vicente de Lafões; Sejães; e Souto de Lafões — separadas do concelho de Vouzela.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferida para o concelho de Vouzela 1 freguesia — Serrazes — do concelho de São Pedro do Sul.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram transferidas para o concelho de Vouzela 2 freguesias — Figueiredo das Donas; e São Miguel do Mato — do concelho de São Pedro do Sul;

- foi transferida para o concelho de Vouzela 1 freguesia — Bodiosa — do concelho de Viseu;

- foi transferida 1 freguesia — Serrazes — do concelho de Vouzela para o concelho de São Pedro do Sul.

Por Decreto de 4 de janeiro de 1871, foi transferida 1 freguesia — Bodiosa — do concelho de Vouzela para o concelho de Viseu.

Por Decreto de 2 de novembro de 1871, foram transferidas para o concelho de Vouzela 4 freguesias — Alcofra; Cambra; Campia; e Carvalhal de Vermilhas — do concelho de Oliveira de Frades.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Vouzela passou a fazer parte da província da Beira Alta, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Vouzela passou a fazer parte da região do Centro sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Vouzela passou a fazer parte da região do Centro.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Vouzela passou a fazer parte da sub-região de Dão-Lafões.

No início de 2013, o concelho de Vouzela englobava 12 freguesias: Alcofra; Cambra; Campia; Carvalhal de Vermilhas; Fataunços; Figueiredo das Donas; Fornelo do Monte; Paços de Vilharigues; Queirã; São Miguel do Mato; Ventosa; e Vouzela.

Pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Vouzela passou a englobar 9 freguesias: Alcofra; Campia; Fornelo do Monte; Queirã; São Miguel do Mato; Ventosa; União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas; União das Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas; e União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues.

Pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Vouzela passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões.

Zambujal

Em meados da década de 1830, o concelho de Zambujal englobava 1 freguesia — Zambujal.

O concelho de Zambujal foi extinto por Decreto de 18 de julho de 1835, sendo a freguesia que o compunha — Zambujal — integrada no concelho de Rabaçal.

Zebreira

Em meados da década de 1830, o concelho de Zebreira englobava 1 freguesia — Zebreira.

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o concelho de Zebreira passou a pertencer ao distrito de Castelo Branco, então criado.

O concelho de Zebreira foi extinto por Decreto de 6 de novembro de 1836, sendo a freguesia que o compunha — Zebreira — integrada no concelho de Salvaterra do Extremo.

Madeira

Calheta

Em meados da década de 1830, o concelho da Calheta englobava 8 freguesias, das quais 1 com sede na Calheta e 7 — Arco da Calheta; Estreito da Calheta; Fajã da Ovelha; Jardim do Mar; Paúl do Mar; Ponta do Pargo; e Prazeres — com sede no termo.

Por Portaria de 25 de maio de 1835:

- o concelho da Calheta foi integrado no distrito do Funchal então criado;
- foi criado o concelho de Porto Moniz englobando 1 freguesia — Ponta do Pargo — separada do concelho da Calheta.

Por Decreto de 7 de novembro de 1848, foi extinto o concelho de Porto Moniz, sendo 1 das freguesias que o compunham — Ponta do Pargo — integrada no concelho da Calheta.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi restaurado o concelho de Porto Moniz, englobando 1 freguesia — Ponta do Pargo — separada do concelho de Calheta.

Por Decreto de 26 de junho de 1871, foi transferida para o concelho da Calheta 1 freguesia — Ponta do Pargo — do concelho de Porto Moniz.

Por Decreto de 18 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Porto Moniz, sendo 1 das freguesias que o compunham — Achadas da Cruz — integrada no concelho da Calheta.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Porto Moniz, englobando 1 freguesia — Achadas da Cruz — separada do concelho da Calheta.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

O concelho da Calheta engloba em meados da segunda década do século XXI 8 freguesias: Arco da Calheta; Calheta; Estreito da Calheta; Fajã da Ovelha; Jardim do Mar; Paúl do Mar; Ponta do Pargo; e Prazeres.

Câmara de Lobos

O concelho de Câmara de Lobos foi criado por Portaria de 25 de maio de 1835, englobando 5 freguesias — Câmara de Lobos; Campanário; Curral das Freiras; Estreito de Câmara de Lobos; e Quinta Grande — separadas do concelho do Funchal. Pela mesma Portaria de 25 de maio de 1835, o concelho de Câmara de Lobos foi integrado no distrito do Funchal, então criado.

Pela Lei n.º 154 de 6 de maio de 1914, foi criado o concelho da Ribeira Brava, englobando 1 freguesia — Campanário — separada do concelho de Câmara de Lobos.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/96/M de 4 de julho de 1996, foi criada a freguesia de Jardim da Serra, separada da freguesia de Estreito de Câmara de Lobos.

O concelho de Câmara de Lobos engloba em meados da segunda década do século XXI 5 freguesias: Câmara de Lobos; Curral das Freiras; Estreito de Câmara de Lobos; Jardim da Serra; e Quinta Grande.

Funchal

Em meados da década de 1830, o concelho do Funchal englobava 14 freguesias, das quais 4 — Santa Luzia; Santa Maria Maior; São Pedro; e Sé — com sede no Funchal e 10 — Câmara de Lobos; Campanário; Curral das Freiras; Estreito de Câmara de Lobos; Monte; Quinta Grande; Santo António; São Gonçalo; São Martinho; e São Roque — com sede no termo.

Por Portaria de 25 de maio de 1835:

- o concelho do Funchal foi integrado no distrito do Funchal então criado;

- foi criado o concelho de Câmara de Lobos, englobando 5 freguesias — Câmara de Lobos; Campanário; Curral das Freiras; Estreito de Câmara de Lobos; e Quinta Grande — separadas do concelho do Funchal.

Pelo Decreto-Lei n.º 40421 de 6 de dezembro de 1955, foi criada a freguesia do Imaculado Coração de Maria, separada das freguesias do Monte e de Santa Luzia.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

O concelho do Funchal engloba em meados da segunda década do século XXI 10 freguesias: Funchal (Santa Luzia); Funchal (Santa Maria Maior); Funchal (São Pedro); Funchal (Sé); Imaculado Coração de Maria; Monte; Santo António; São Gonçalo; São Martinho; e São Roque.

As Ilhas Selvagens fazem parte do concelho do Funchal e da freguesia da Sé.

Machico

Em meados da década de 1830, o concelho do Machico englobava 7 freguesias completas, das quais 1 com sede no Machico e 6 — Caniçal; Faial; Porto da Cruz; Santana; São Jorge; e São Roque do Faial — com sede no termo, e partes de 2 freguesias, das quais 1 — Água de Pena — com sede no concelho do Machico e 1 — Santo António da Serra — com sede dividida entre os concelhos do Machico e de Santa Cruz. As outras partes das freguesias de Água de Pena e de Santo António da Serra pertenciam ao concelho de Santa Cruz.

Por Portaria de 25 de maio de 1835:

- o concelho do Machico foi integrado no distrito do Funchal então criado;
- foi criado o concelho de Santana, englobando 5 freguesias — Faial; Porto da Cruz; Santana; São Jorge; e São Roque do Faial — separadas do concelho do Machico.

Por Decreto de 19 de outubro de 1852, foi transferida para o concelho de Machico 1 freguesia — Porto da Cruz — do concelho de Santana.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/89/M de 13 de abril de 1989 a parte da freguesia de Água de Pena pertencente ao concelho de Santa Cruz foi integrada na freguesia de Santa Cruz.

O concelho de Machico engloba em meados da segunda década do século XXI 4 freguesias completas — Água de Pena; Caniçal; Machico; e Porto da Cruz — e parte de 1 freguesia — Santo António da Serra. A outra parte da freguesia de Santo António da Serra pertence ao concelho de Santa Cruz.

Ponta do Sol

Em meados da década de 1830, o concelho de Ponta do Sol englobava 6 freguesias, das quais 1 com sede em Ponta do Sol e 5 — Canhas; Madalena do Mar; Ribeira Brava; Serra de Água; e Tábua — com sede no termo

Por Portaria de 25 de maio de 1835, o concelho de Ponta do Sol foi integrado no distrito do Funchal então criado.

Pela Lei n.º 154 de 6 de maio de 1914, foi criado o concelho da Ribeira Brava, englobando 3 freguesias — Ribeira Brava; Serra de Água; e Tábua — separadas do concelho de Ponta do Sol.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

O concelho de Ponta do Sol engloba hoje 3 freguesias: Canhas; Madalena do Mar; e Ponta do Sol.

Porto Moniz

O concelho de Porto Moniz foi criado por Portaria de 25 de maio de 1835, englobando 5 freguesias separadas:

- 1 — Ponta do Pargo — do concelho da Calheta;
- 4 — Achadas da Cruz; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — do concelho de São Vicente.

Pela mesma Portaria de 25 de maio de 1835, o concelho de Porto Moniz foi integrado no distrito do Funchal então criado.

O concelho de Porto Moniz foi extinto por Decreto de 7 de novembro de 1848, sendo as 5 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Ponta do Pargo — no concelho da Calheta;
- 4 — Achadas da Cruz; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — no concelho de São Vicente.

O concelho de Porto Moniz foi restaurado por Decreto de 24 de outubro de 1855, englobando 5 freguesias separadas:

- 1 — Ponta do Pargo — do concelho de Calheta;
- 4 — Achadas da Cruz; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — do concelho de São Vicente.

Por Decreto de 26 de junho de 1871, foi transferida 1 freguesia — Ponta do Pargo — do concelho de Porto Moniz para o concelho da Calheta.

O concelho de Porto Moniz foi extinto por Decreto de 18 de novembro de 1895, sendo as 4 freguesias que o compunham integradas:

- 1 — Achadas da Cruz — no concelho da Calheta;
- 3 — Porto Moniz, Ribeira da Janela e Seixal — no concelho de São Vicente.

O concelho de Porto Moniz foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 4 freguesias separadas:

- 1 — Achadas da Cruz — do concelho da Calheta;
- 3 — Porto Moniz, Ribeira da Janela e Seixal — do concelho de São Vicente.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

O concelho de Porto Moniz engloba hoje 4 freguesias: Achadas da Cruz; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal.

Porto Santo

Em meados da década de 1830, o concelho de Porto Santo, com sede em Vila Baleira, englobava 1 freguesia — Porto Santo.

O concelho de Porto Santo foi extinto por Portaria de 25 de maio de 1835, sendo a freguesia que o compunha — Porto Santo — integrada no concelho do Machico. Esta disposição nunca foi efetivamente aplicada e foi anulada por Decreto de 7 de junho de 1838.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

O concelho de Porto Santo engloba hoje 1 freguesia: Porto Santo.

Ribeira Brava

O concelho da Ribeira Brava foi criado pela Lei n.º 154 de 6 de maio de 1914, englobando 4 freguesias separadas:

- 1 — Campanário — do concelho de Câmara de Lobos;
- 3 — Ribeira Brava; Serra de Água; e Tábua — do concelho de Ponta do Sol.

Pela mesma Lei n.º 154 de 6 de maio de 1914, o concelho da Ribeira Brava foi integrado no distrito do Funchal.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

O concelho de Ribeira Brava engloba hoje 4 freguesias: Campanário; Ribeira Brava; Serra de Água; e Tábua.

Santa Cruz

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Cruz englobava 4 freguesias completas, das quais 1 com sede em Santa Cruz e 3 — Camacha; Caniço; e Gaula — com sede no termo, e partes de 2 freguesias, das quais 1 — Água de Pena — com sede no concelho do Machico e 1 —

Santo António da Serra — com sede dividida entre os concelhos do Machico e de Santa Cruz. As outras partes das freguesias de Água de Pena e de Santo António da Serra pertenciam ao concelho do Machico.

Por Portaria de 25 de maio de 1835, o concelho de Santa Cruz foi integrado no distrito do Funchal então criado.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/89/M de 13 de abril de 1989 a parte da freguesia de Água de Pena pertencente ao concelho de Santa Cruz foi integrada na freguesia de Santa Cruz.

O concelho de Santa Cruz engloba em meados da segunda década do século XXI 4 freguesias completas — Camacha; Caniço; Gaula; e Santa Cruz — e parte de 1 freguesia — Santo António da Serra. A outra parte da freguesia de Santo António da Serra pertence ao concelho do Machico.

As Ilhas Desertas fazem parte do concelho e da freguesia de Santa Cruz.

Santana

O concelho de Santana foi criado por Portaria de 25 de maio de 1835 englobando 5 freguesias — Faial; Porto da Cruz; Santana; São Jorge; e São Roque do Faial — separadas do concelho do Machico. Pela mesma Portaria de 25 de maio de 1835, o concelho de Santana foi integrado no distrito do Funchal então criado.

Por Decreto de 30 de outubro de 1841 foi transferida para o concelho de Santana 1 freguesia — Arco de São Jorge — do concelho de São Vicente.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Porto da Cruz — do concelho de Santana para o concelho de Machico.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/89/M de 15 de abril de 1989, foi criada a freguesia de Ilha, separada da freguesia de São Jorge.

O concelho de Santana engloba hoje 6 freguesias: Arco de São Jorge; Faial; Ilha; Santana; São Jorge; e São Roque do Faial.

São Vicente

Em meados da década de 1830, o concelho de São Vicente englobava 8 freguesias, das quais 1 com sede em São Vicente e 7 — Achadas da Cruz; Arco de São Jorge; Boa Ventura; Ponta Delgada; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — com sede no termo.

Por Portaria de 25 de maio de 1835:

- o concelho de São Vicente passou a fazer parte do distrito do Funchal então criado;

• foi criado o concelho de Porto Moniz, englobando 4 freguesias — Achadas da Cruz; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — separadas do concelho de São Vicente.

Por Decreto de 30 de outubro de 1841, foi transferida 1 freguesia — Arco de São Jorge — do concelho de São Vicente para o concelho de Santana.

Por Decreto de 7 de novembro de 1848, foi extinto o concelho de Porto Moniz sendo 4 das freguesias que o compunham — Achadas da Cruz; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — integradas no concelho de São Vicente.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi restaurado o concelho de Porto Moniz, englobando 4 freguesias — Achadas da Cruz; Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — separadas do concelho de São Vicente.

Por Decreto de 18 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Porto Moniz, sendo 3 das freguesias que o compunham — Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — integradas no concelho de São Vicente.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Porto Moniz, englobando 3 freguesias — Porto Moniz; Ribeira da Janela; e Seixal — separadas do concelho de São Vicente.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira do mesmo ano, o distrito do Funchal foi extinto.

O concelho de São Vicente engloba hoje 3 freguesias: Boa Ventura; Ponta Delgada; e São Vicente.

Açores

Água de Pau

Em meados da década de 1830, o concelho de Água de Pau englobava 1 freguesia — Água de Pau.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Água de Pau passou a fazer parte do distrito oriental dos Açores com sede em Ponta Delgada, então criado.

O concelho de Água de Pau foi extinto por Decreto de 19 de setembro de 1853, sendo a freguesia que o compunha — Água de Pau — integrada no concelho de Lagoa.

Angra — Angra do Heroísmo

Em meados da década de 1830, o concelho de Angra englobava 13 freguesias, das quais 4 — Conceição; Santa Luzia; São Pedro; e Sé — com sede em Angra e 9 — Calheta; Doze Ribeiras; Nove Ribeiras; Porto Judeu; Regatos; Ribeirinha; São Bento; Serreta; e Terra Chã — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Angra passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra, então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de Angra passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra, então criado.

Por Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, a cidade e o concelho de Angra passaram a denominar-se Angra do Heroísmo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi extinto o concelho de São Sebastião sendo a freguesia que o compunha — São Sebastião — integrada no concelho de Angra do Heroísmo;

- foi transferida para o concelho de Angra do Heroísmo 1 freguesia — Altares — do concelho de Praia da Vitória.

Estas determinações apenas foram executadas nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

Em 11 de julho de 1878, foi criada a freguesia de Raminho, separada da freguesia de Altares.

Em 1879, foi criada a freguesia de Cinco Ribeiras, separada da freguesia de Nove Ribeiras.

Por Decreto de 30 de janeiro de 1906, foi criada a freguesia de Feteira, separada das freguesias de Ribeirinha e de Porto Judeu.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Regional n.º 24/80/A de 15 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de Posto Santo, separada da freguesia de Santa Luzia.

O concelho de Angra do Heroísmo engloba hoje 19 freguesias: Altares; Angra (Nossa Senhora da Conceição); Angra (Santa Luzia); Angra (São Pedro); Angra (Sé); Calheta; Cinco Ribeiras; Doze Ribeiras; Feteira; Nove Ribeiras; Porto Judeu; Posto Santo; Raminho; Regatos; Ribeirinha; São Bento; Serreta; Terra Chã; e Vila de São Sebastião.

Calheta

Em meados da década de 1830, o concelho da Calheta englobava 3 freguesias, das quais 1 com sede na Calheta e 2 — Norte Pequeno; e Ribeira Seca — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho da Calheta passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra, então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho da Calheta passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra, então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho de Topo, sendo a freguesia que o compunha — Topo — integrada no concelho da Calheta. Esta determinação apenas foi executada nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

Por Decreto de 27 de agosto de 1891, foi criada a freguesia de Santo Antão, separada da freguesia de Topo.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho da Calheta engloba hoje 5 freguesias: Calheta; Norte Pequeno; Ribeira Seca; Santo Antão; e Topo.

Capelas

O concelho de Capelas foi criado por Lei de 3 de julho de 1839, englobando 5 freguesias — Bretanha; Capelas; Fenais da Luz; Santo António; e São Vicente Ferreira — separadas do concelho de Ponta Delgada.

O concelho de Capelas foi extinto por Decreto de 2 de julho de 1853, sendo as 5 freguesias que o compunham — Bretanha; Capelas; Fenais da Luz; Santo António; e São Vicente Ferreira — integradas no concelho de Ponta Delgada.

Corvo

O concelho do Corvo foi criado pelo Decreto n.º 28 de 4 de junho de 1832, englobando 1 freguesia — Corvo — separada do concelho de Santa Cruz das Flores.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho do Corvo passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho do Corvo passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede na Horta então criado.

O concelho do Corvo foi extinto por Decreto de 18 de novembro de 1895, sendo a freguesia que o compunha — Corvo — integrada no concelho de Santa Cruz das Flores.

O concelho do Corvo foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 1 freguesia — Corvo — separada do concelho de Santa Cruz das Flores.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 9/87 de 26 de março de 1987), o concelho do Corvo deixou de estar organizado em freguesias, sendo os dois níveis da administração autárquica exercidos pelos mesmos órgãos.

Horta

Em meados da década de 1830, o concelho da Horta englobava 13 freguesias, das quais 3 — Angústias; Conceição; e Salvador — com sede na Horta e 10 — Capelo; Castelo Branco; Cedros; Feteira; Flamengos; Pedro Miguel; Praia do Almoxarife; Praia do Norte; Ribeirinha; e Salão — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho da Horta passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho da Horta passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede na Horta então criado.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho da Horta engloba hoje 13 freguesias: Capelo; Castelo Branco; Cedros; Feteira; Flamengos; Horta (Angústias); Horta (Conceição); Horta (Salvador); Pedro Miguel; Praia do Almojarife; Praia do Norte; Ribeirinha; e Salão.

Lages das Flores

Em meados da década de 1830, o concelho de Lages das Flores englobava 6 freguesias, das quais 1 com sede em Lages das Flores e 5 — Fajã Grande; Fajãzinha; Lagedo; Lomba; e Mosteiro — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Lages das Flores passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de Lages das Flores passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede na Horta então criado.

O concelho de Lages das Flores foi extinto por Decreto de 18 de novembro de 1895, sendo as 6 freguesias que o compunham — Fajã Grande; Fajãzinha; Lagedo; Lages das Flores; Lomba; e Mosteiro — integradas no concelho de Santa Cruz das Flores.

O concelho de Lages das Flores foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 6 freguesias — Fajã Grande; Fajãzinha; Lagedo; Lages das Flores; Lomba; e Mosteiro — separadas do concelho de Santa Cruz das Flores.

Pela Lei n.º 915 de 9 de dezembro de 1919, foi criada a freguesia de Fazenda, separada da freguesia de Lages das Flores.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de Lages das Flores engloba hoje 7 freguesias: Fajã Grande; Fajãzinha; Fazenda; Lagedo; Lages; Lomba; e Mosteiro.

Lages do Pico

Em meados da década de 1830, o concelho de Lages do Pico englobava 5 freguesias, das quais 1 com sede em Lages do Pico e 4 — Calheta de Nesquim; Piedade; Ribeiras; e São João — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Lages do Pico passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de Lages do Pico passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede na Horta então criado.

Por Decreto de 18 de novembro de 1895, foi extinto o concelho da Madalena, sendo 2 das freguesias que o compunham — São Caetano; e São Mateus — integradas no concelho de Lages do Pico.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho da Madalena, englobando 2 freguesias — São Caetano; e São Mateus — separadas do concelho de Lages do Pico.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Regional n.º 24/80/A de 15 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de Ribeirinha, separada da freguesia de Piedade.

O concelho de Lages do Pico engloba hoje 6 freguesias: Calheta de Nesquim; Lages do Pico; Piedade; Ribeiras; Ribeirinha; e São João.

Lagoa

Em meados da década de 1830, o concelho de Lagoa englobava 2 freguesias — Nossa Senhora do Rosário; e Santa Cruz — ambas com sede em Lagoa.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Lagoa passou a fazer parte do distrito oriental dos Açores com sede em Ponta Delgada então criado.

Por Decreto de 19 de setembro de 1853, foi extinto o concelho de Água de Pau, sendo a freguesia que o compunha — Água de Pau — integrada no concelho de Lagoa.

Pelo Decreto-Lei n.º 47014 de 18 de maio de 1966, foi criada a freguesia de Ribeira Chã, separada da freguesia de Água de Pau.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Regional n.º 24/80/A de 15 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de Cabouco, separada da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Lagoa.

O concelho de Lagoa engloba hoje 5 freguesias: Água de Pau; Cabouco; Lagoa (Nossa Senhora do Rosário); Lagoa (Santa Cruz); e Ribeira Chã.

Madalena

Em meados da década de 1830, o concelho da Madalena englobava 5 freguesias, das quais 1 com sede na Madalena e 4 — Bandeiras; Candelária; Criação Velha; e São Mateus — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho da Madalena passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho da Madalena passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede na Horta então criado.

Em 2 de outubro de 1880, foi criada a freguesia de São Caetano, separada da freguesia de São Mateus.

O concelho da Madalena foi extinto por Decreto de 18 de novembro de 1895, sendo as 6 freguesias que o compunham integradas:

- 2 — São Caetano; e São Mateus — no concelho de Lages do Pico;
- 4 — Bandeiras; Candelária; Criação Velha; e Madalena — no concelho de São Roque do Pico.

O concelho de Madalena foi restaurado por Decreto de 13 de janeiro de 1898, englobando 6 freguesias separadas:

- 2 — São Caetano; e São Mateus — do concelho de Lages do Pico;
- 4 — Bandeiras; Candelária; Criação Velha; e Madalena — do concelho de São Roque do Pico.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de Madalena engloba hoje 6 freguesias: Bandeiras; Candelária; Criação Velha; Madalena; São Caetano; e São Mateus.

Nordeste

Em meados da década de 1830, o concelho do Nordeste englobava 3 freguesias, das quais 1 com sede no Nordeste e 2 — Achada; e Nordestinho — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho do Nordeste passou a fazer parte do distrito oriental dos Açores com sede em Ponta Delgada então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho do Nordeste 1 freguesia — Achadinha — do concelho de Povoação.

Pela Lei n.º 1743 de 13 de fevereiro de 1925, foi criada a freguesia de Lomba da Fazenda, separada da freguesia de Nordeste.

Pelo Decreto-Lei n.º 42997 de 1 de junho de 1960, foi criada a freguesia de Santana, separada da freguesia de Achada.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Regional n.º 24/80/A de 15 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de Salga, separada da freguesia de Achadinha.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2002/A de 16 de julho, a freguesia de Nordestinho foi dividida nas freguesias de: Algarvia, Santo António de Nordestinho; e São Pedro de Nordestinho.

O concelho do Nordeste engloba hoje 9 freguesias: Achada; Achadinha; Algarvia; Lomba da Fazenda; Nordeste; Salga; Santana; Santo António de Nordestinho; e São Pedro de Nordestinho.

Ponta Delgada

Em meados da década de 1830, o concelho de Ponta Delgada englobava 17 freguesias: 3 — São José; São Pedro; e São Sebastião — com sede em Ponta Delgada e 14 — Arrifes; Bretanha; Candelária; Capelas; Fajã de Baixo; Fajã de Cima; Fenais da Luz; Feteiras; Ginetes; Mosteiros; Relva; Rosto de Cão – São Roque; Santo António; e São Vicente Ferreira — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Ponta Delgada passou a fazer parte do distrito oriental dos Açores com sede em Ponta Delgada então criado.

Por Decreto de 11 de dezembro de 1838, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Rosto de Cão, separada da freguesia de São Roque de Rosto de Cão.

Por Lei de 23 de julho de 1839, foi criado o concelho de Capelas, englobando 5 freguesias — Bretanha; Capelas; Fenais da Luz; Santo António; e São Vicente Ferreira — separadas do concelho de Ponta Delgada.

Por Decreto de 2 de julho de 1853, foi extinto o concelho de Capelas, sendo as 5 freguesias que o compunham — Bretanha; Capelas; Fenais da Luz; Santo António; e São Vicente Ferreira — integradas no concelho de Ponta Delgada.

Pelo Decreto-Lei n.º 43392 de 13 de dezembro de 1960, foi criada a freguesia de Remédios, separada da freguesia de Bretanha.

Pelo Decreto Lei n.º 40/71, de 18 de fevereiro de 1971, foi criada a freguesia de Sete Cidades separada da freguesia de Ginetes.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Regional n.º 24/80/A de 15 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de Covoadá, separada da freguesia de Relva.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/86/A de 1 de abril de 1986, foi criada a freguesia de Santa Bárbara, separada da freguesia de Santo António.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2002/A de 10 de julho, a freguesia da Bretanha foi dividida nas freguesias de Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2002/A de 10 de julho, foi criada a freguesia de Santa Clara de Ponta Delgada, separada da freguesia de São José de Ponta Delgada.

O concelho de Ponta Delgada engloba hoje 24 freguesias: Ajuda da Bretanha; Arrifes; Candelária; Capelas; Covoadá; Fajã de Baixo; Fajã de Cima; Fenais da Luz; Feteiras; Ginetes; Mosteiros; Pilar da Bretanha; Ponta Delgada (São José); Ponta Delgada (São Pedro); Ponta Delgada

(São Sebastião); Relva; Remédios; Rosto de Cão (Livramento); Rosto de Cão (São Roque); Santa Bárbara; Santa Clara; Santo António; São Vicente Ferreira; e Sete Cidades.

Povoação

O concelho de Povoação foi criado por Lei de 3 de julho de 1839, englobando 7 freguesias — Achadinha; Água Retorta; Faial da Terra; Fenais de Ajuda; Furnas; Povoação; e Ribeira Quente — separadas do concelho de Vila Franca do Campo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferida 1 freguesia — Achadinha — do concelho de Povoação para o concelho de Nordeste;

- foi transferida 1 freguesia — Fenais da Ajuda — do concelho de Povoação para o concelho de Ribeira Grande.

Pelo Decreto-Lei n.º 30214 de 22 de dezembro de 1939, a freguesia de Ribeira Quente foi integrada na freguesia de Povoação.

Pelo Decreto-Lei n.º 32867 de 24 de junho de 1943, a freguesia de Ribeira Quente foi separada da freguesia de Povoação.

Pelo Decreto-Lei n.º 41010 de 20 de fevereiro de 1957, foi criada a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, separada da freguesia de Povoação.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de Povoação engloba hoje 6 freguesias: Água Retorta; Faial da Terra; Furnas; Nossa Senhora dos Remédios; Povoação; e Ribeira Quente.

Praia — Praia da Vitória

Em meados da década de 1830, o concelho da Praia englobava 10 freguesias, das quais 1 com sede na *Praia* e 9 — Aqualva; Altares; Biscoitos; Cabo da Praia; Fonte do Bastardo; Fontinhas; Lages; Quatro Ribeiras; e Vila Nova — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho da Praia passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho da Praia passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, a vila e o concelho de Praia passaram a denominar-se Praia da Vitória.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida 1 freguesia — Altares — do concelho de Praia da Vitória para o concelho de Angra do Heroísmo. Esta determinação apenas foi executada nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

Pelo Decreto-Lei n.º 38173 de 17 de fevereiro de 1951, foi criada a freguesia de São Brás, separada da freguesia de Lages.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Legislativo Regional 11/2002/A de 26 de junho de 2001, foi criada a freguesia de Porto Martins, separada da freguesia de Cabo da Praia.

O concelho de Praia da Vitória engloba hoje 11 freguesias: Aqualva; Biscoitos; Cabo da Praia; Fonte do Bastardo; Fontinhas; Lages; Porto Martins; Praia da Vitória; Quatro Ribeiras; São Brás; e Vila Nova.

Praia da Graciosa

Em meados da década de 1830, o concelho da Praia da Graciosa englobava 2 freguesias, das quais 1 com sede na Praia da Graciosa e 1 — Luz — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho da Praia da Graciosa passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho da Praia da Graciosa passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra então criado.

O concelho de Praia da Graciosa foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo as 2 freguesias que o compunham — Luz; e Praia da Graciosa — integradas no concelho de Santa Cruz da Graciosa. Esta determinação apenas foi executada nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

Ribeira Grande

Em meados da década de 1830, o concelho de Ribeira Grande englobava 9 freguesias, das quais 2 — Conceição; e Estrela — com sede na Ribeira Grande e 7 — Calhetas; Maia; Pico da Pedra; Porto Formoso; Rabo de Peixe; Ribeira Seca; e Ribeirinha — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Ribeira Grande passou a fazer parte do distrito oriental dos Açores com sede em Ponta Delgada então criado.

Por Decreto de 8 de novembro de 1841:

- a freguesia de Calhetas foi integrada na freguesia de Pico da Pedra;
- a freguesia de Ribeirinha foi integrada na freguesia de Ribeira Grande – Estrela.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi transferida para o concelho de Ribeira Grande 1 freguesia — Fenais da Ajuda — do concelho de Povoação.

Por Decreto de 7 de novembro de 1907, foi criada a freguesia de Lomba da Maia, separada da freguesia da Maia.

Pela Lei n.º 1535 de 30 de janeiro de 1924, foi criada a freguesia de Calhetas, separada da freguesia de Pico da Pedra.

Pelo Decreto-Lei n.º 36997 de 3 de agosto de 1948, foi criada a freguesia de Ribeirinha, separada da freguesia de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira Grande.

Pelo Decreto-Lei n.º 264/71 de 18 de junho de 1971, foi criada a freguesia de Santa Bárbara, separada da freguesia de Ribeira Seca.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Regional n.º 24/80/A de 15 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de Lomba de São Pedro, separada da freguesia de Fenais da Ajuda.

Pelo Decreto Regional n.º 27/80/A de 18 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de São Brás, separada da freguesia de Porto Formoso.

O concelho de Ribeira Grande engloba hoje 14 freguesias: Calhetas; Fenais da Ajuda; Lomba da Maia; Lomba de São Pedro; Maia; Pico da Pedra; Porto Formoso; Rabo de Peixe; Ribeira Grande (Conceição); Ribeira Grande (Estrela); Ribeira Seca; Ribeirinha; Santa Bárbara; e São Brás.

Santa Cruz da Graciosa

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Cruz da Graciosa englobava 2 freguesias, das quais 1 com sede *em* Santa Cruz da Graciosa e 1 — Guadalupe — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Santa Cruz da Graciosa passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de Santa Cruz da Graciosa passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi extinto o concelho da Praia da Graciosa, sendo as 2 freguesias que o compunham — Luz; e Praia da Graciosa — integradas no concelho de Santa Cruz da Graciosa. Esta determinação apenas foi executada nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de Santa Cruz da Graciosa engloba hoje 4 freguesias: Guadalupe; Luz; Praia da Graciosa; e Santa Cruz da Graciosa.

Santa Cruz das Flores

Em meados da década de 1830, o concelho de Santa Cruz das Flores englobava 5 freguesias, das quais 1 com sede em Santa Cruz das Flores e 4 — Caveira; Cedros; Corvo; e Ponta Delgada — com sede no termo.

Pelo Decreto n.º 28 de 4 de junho de 1832, foi criado o concelho do Corvo englobando 1 freguesia — Corvo — separada do concelho de Santa Cruz das Flores.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Santa Cruz das Flores passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de Santa Cruz das Flores passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede na Horta então criado.

Por Decreto de 18 de novembro de 1895:

- foi extinto o concelho do Corvo, sendo a freguesia que o compunha — Corvo — integrada no concelho de Santa Cruz das Flores;

- foi extinto o concelho de Lages das Flores, sendo as 6 freguesias que o compunham — Fajã Grande; Fajãzinha; Lagedo; Lages das Flores; Lomba; e Mosteiro — integradas no concelho de Santa Cruz das Flores.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foi restaurado o concelho do Corvo, englobando 1 freguesia — Corvo — separada do concelho de Santa Cruz das Flores;

- foi restaurado o concelho de Lages das Flores, englobando 6 freguesias — Fajã Grande; Fajãzinha; Lagedo; Lages das Flores; Lomba; e Mosteiro — separadas do concelho de Santa Cruz das Flores.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de Santa Cruz das Flores engloba hoje 4 freguesias: Caveira; Cedros; Ponta Delgada; e Santa Cruz das Flores.

São Roque do Pico

Em meados da década de 1830, o concelho de São Roque do Pico englobava 5 freguesias, das quais 1 com sede em São Roque do Pico 4 — Prainha; Santa Luzia; Santo Amaro; e Santo António — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de São Roque do Pico passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de São Roque do Pico passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede na Horta então criado.

Por Decreto de 18 de novembro de 1895, foi extinto o concelho de Madalena sendo 4 das freguesias que o compunham — Bandeiras; Candelária; Criação Velha; e Madalena — integradas no concelho de São Roque do Pico.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Madalena, englobando 4 freguesias — Bandeiras; Candelária; Criação Velha; e Madalena — separadas do concelho de São Roque do Pico.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de São Roque do Pico engloba hoje 5 freguesias: Prainha; Santa Luzia; Santo Amaro; Santo António; e São Roque do Pico.

São Sebastião

Em meados da década de 1830, o concelho de São Sebastião englobava 1 freguesia — *São Sebastião*.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de São Sebastião passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra, então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de São Sebastião passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra, então criado.

O concelho de São Sebastião foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — São Sebastião — integrada no concelho de Angra do Heroísmo. Esta determinação apenas foi executada nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

Topo

Em meados da década de 1830, o concelho do Topo englobava 1 freguesia — Topo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho do Topo passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho do Topo passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra então criado.

O concelho de Topo foi extinto por Decreto de 24 de outubro de 1855, sendo a freguesia que o compunha — Topo — integrada no concelho de Calheta. Esta determinação apenas foi executada nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

Velas

Em meados da década de 1830, o concelho de Velas englobava 6 freguesias, das quais 1 com sede em Velas e 5 — Manadas; Norte Grande; Rosais; Santo Amaro; e Urzelina — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Velas passou a fazer parte do distrito ocidental dos Açores com sede em Angra então criado.

Por Lei de 28 de março de 1836, o concelho de Velas passou a fazer parte do distrito central dos Açores com sede em Angra então criado.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de Velas engloba hoje 6 freguesias: Manadas; Neves; Rosais; Santo Amaro; Urzelina; e Velas.

Vila do Porto

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila do Porto englobava 4 freguesias, das quais 1 com sede em Vila do Porto e 3 — Santa Bárbara; Santo Espírito; e São Pedro — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Vila do Porto passou a fazer parte do distrito oriental dos Açores com sede em Ponta Delgada então criado.

Por Decreto de 25 de outubro de 1906, foi criada a freguesia de Almagreira, separada da freguesia de Santo Espírito.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

O concelho de Vila do Porto engloba hoje 5 freguesias: Almagreira; Santa Bárbara; Santo Espírito; São Pedro; e Vila do Porto.

Vila Franca do Campo

Em meados da década de 1830, o concelho de Vila Franca do Campo englobava 11 freguesias: 2 — São Miguel; e São Pedro — com sede em Vila Franca do Campo e 9 — Achadinha; Água de Alto; Água Retorta; Faial da Terra; Fenais de Ajuda; Furnas; Ponta Garça; Povoação; e Ribeira Quente — com sede no termo.

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o concelho de Vila Franca do Campo passou a fazer parte do distrito oriental dos Açores com sede em Ponta Delgada então criado.

Por Lei de 3 de julho de 1839, foi criado o concelho de Povoação englobando 7 freguesias — Achadinha; Água Retorta; Faial da Terra; Fenais de Ajuda; Furnas; Povoação; e Ribeira Quente — separadas do concelho de Vila Franca do Campo.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores do mesmo ano, foram extintos os respetivos distritos.

Pelo Decreto Regional n.º 24/80/A de 15 de setembro de 1980, foi criada a freguesia de Ribeira das Taíñas, separada da freguesia de São Miguel.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2002/A de 10 de julho foi criada a freguesia de Ribeira Seca, separada da freguesia de São Miguel de Vila Franca do Campo.

O concelho de Vila Franca do Campo engloba hoje 6 freguesias: Água de Alto; Ponta Garça; Ribeira das Taíñas; Ribeira Seca; Vila Franca do Campo (São Miguel); e Vila Franca do Campo (São Pedro).

2 – Freguesias

Apresenta-se uma lista das freguesias que existiram entre a implantação definitiva do regime constitucional em meados da década de 1830 e meados da segunda década do século XXI.

Na primeira coluna, encontra-se a denominação oficial, precedida da indicação da localidade nos casos de localidades oficialmente formadas por várias freguesias e eventualmente seguida de denominações correntes não oficiais entre parêntesis retos. Encontra-se também entre parêntesis o orago, no caso das freguesias existentes até à proclamação da República, as quais correspondiam, em princípio, a freguesias para fins eclesiaásticos.

Na segunda coluna, indicam-se os concelhos a que a freguesia pertenceu, intercalando as datas de transferência de concelho para concelho. Indicam-se igualmente as alterações de denominação dos concelhos, neste caso com as datas entre parêntesis.

Na terceira coluna, apresenta-se a evolução em termos de criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias.

No quadro relativo ao Continente, na quarta coluna, refere-se a situação subsequente à Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro no concelho de Lisboa e à Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro nos outros concelhos.

Quando não foi possível apurar a data de uma modificação constante da segunda ou da terceira coluna, menciona-se o intervalo temporal em que ela ocorreu.

Continente

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
A dos Cunhados (Nossa Senhora da Luz)	Torres Vedras	separada Maceira em 1997	União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira
A dos Francos (São Silvestre)	Óbidos 1895 Caldas da Raíña	—	A dos Francos
A dos Negros (Santa Maria Madalena)	Óbidos	—	A dos Negros
A-Ver-o-Mar	1922 Póvoa de Varzim	separada de Amorim em 1922	União das Freguesias de A-Ver-o-Mar, Amorim e Terroso
Abação – São Cristóvão (São Cristóvão)	Guimarães 1936 extinta	integrada em Abação – São Tomé em 1936	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Abação – São Tomé (São Tomé)	Guimarães	integrou Abação – São Cristóvão em 1936	União das Freguesias de Abação e Gémeos
Abaças (São Pedro)	Vila Real	—	Abaças
Abade de Neiva (Santa Maria)	Barcelos	—	Abade de Neiva
Abade de Vermoim (Santa Maria)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim
Abadim (São Jorge)	Abadim 1836 Cabeceiras de Basto	—	Abadim
Abambres (São Tomé)	Mirandela	—	Abambres
Abedim (Santa Maria)	Monção	—	Abedim
Abela (Nossa Senhora da Assunção)	Santiago do Cacém	—	Abela
Abitureiras (Nossa Senhora da Conceição)	Santarém 1836 Rio Maior 1837 Santarém	separada Moçarria em 1928	Abitureiras
Abiul (Nossa Senhora das Neves)	Abiul 1836 Pombal	—	Abiul
Aboadela (Santa Maria)	Ovelha do Marão 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea
Aboboreira (São Silvestre)	Abrantes 1836 Mação 1837 Abrantes 1895 Mação	—	União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira
Aboim (Santa Maria)	Cabeceiras de Basto 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído
Aboim (São Pedro)	Aboim e Codeçoso 1836 Amarante 1837 Celorico de Basto 1853 Amarante	—	União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Aboim da Nóbrega (Nossa Senhora da Assunção)	Aboim da Nóbrega 1836 Pico de Regalados 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Aboim da Nóbrega e Gondomar
Aboim das Choças (Santo Estêvão)	Arcos de Valdevez	—	Aboim das Choças
Aborim (São Martinho)	Barcelos	—	Aborim
Abrã (Santa Margarida)	Alcanede 1855 Santarém	separada parte de Espinheiro em 1928	Abrã
Abragão (São Pedro)	Porto Carreiro 1836 Penafiel	—	Abragão
Abrantes – Castelo (Santa Maria)	Abrantes 1841 extinta	integrada em Abrantes – São Vicente em 1841	—
Abrantes – São João (São João Batista)	Abrantes	separada Rossio ao Sul do Tejo em 1839 integrou Abrantes – São Pedro em 1841 separada parte de Alferrarede em 1959	União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede
Abrantes – São Pedro (São Pedro)	Abrantes 1841 extinta	integrada em Abrantes – São João em 1841	—
Abrantes – São Vicente (São Vicente Mártir)	Abrantes	integrou Abrantes – Castelo em 1841 separada parte de Alferrarede em 1959	União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede
Abraveses (Nossa Senhora dos Prazeres)	Viseu	—	Abraveses
Abreiro (Santo Estêvão)	Abreiro 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	—	Abreiro
Abrigada (Nossa	(ver Atouguia das	sede em Atouguia	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora da Graça)	Cabras) 1854 Alenquer	das Cabras até 1854	de Abrigada e Cabana de Torres
Abrunheira	(ver Reveles) 1928 Montemor-o-Velho	denominou-se Reveles até 1928	União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca
Abrunhosa-a-Velha (Santa Cecília)	Abrunhosa-a-Velha 1836 Tavares 1852 Mangualde	—	Abrunhosa-a-Velha
Achete (Santa Maria)	Santarém	—	União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém
Açor [Vale de]	1984 Ponte de Sor	separada de Ponte de Sor em 1984	União das Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Açor
Açoreira (São João Evangelista)	Torre de Moncorvo	—	Açoreira
Açores (Santa Maria)	Açores 1836 Celorico da Beira	—	União das Freguesias de Açores e Velosa
Adães (São Pedro)	Barcelos	—	Adães
Adão (São Bartolomeu)	1841 Guarda	separada de Vila Fernando em 1841	Adão (integrou Carvalho Meão)
Adaúfe (Santa Maria)	Braga	—	Adaúfe
Adaval (São Miguel)	Redondo 1946 extinta	integrada em Redondo em 1946	—
Ade (São João Evangelista)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monte Perobolço e Mesquitela
Adeganha (São Tiago Maior)	Alfândega da Fé 1853 Torre de Moncorvo	integrou Póvoa em 1853-1864 integrou Estevais e Junqueira em 1936	União das Freguesias de Adeganha e Cardanha
Adorigo (Nossa Senhora de	Barcos 1855 Tabuaço	—	Adorigo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Conduzende)			
Adoufe (Santa Maria)	Vila Real	—	União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã
Afife (Santa Cristina)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	Afife
Afonsim (Nossa Senhora da Assunção)	Vila Pouca de Aguiar	—	Alvão (fusão de Afonsim, Gouvães da Serra, Lixa do Alvão e Santa Marta da Montanha)
Afonsoeiro	1989 Montijo	separada de Montijo em 1989	União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro
Agadão (Santa Maria Madalena)	Castanheira do Vouga 1836 Vouga 1853 Águeda	—	União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão
Agilde (Santa Eufémia)	Celorico de Basto	—	Agilde
Agrela (Santa Cristina)	Guimarães 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Agrela e Serafão
Agrela (São Pedro)	Refojos de Riba de Ave 1836 Santo Tirso	—	Agrela
Agrobom (São Miguel)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Alfândega da Fé 1895 Macedo de Cavaleiros 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
Agrochão (São Mamede)	Bragança 1836 Torre de Dona Chama 1853 Vinhais	—	Agrochão
Água Longa (São Julião)	Refojos de Riba de Ave 1836 Santo Tirso	—	Água Longa
Água Revés (São	Água Revés 1836	anexada Crasto em	Água Revés e Crasto

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Bartolomeu)	Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	1900-1911	
Aguada de Baixo (São Martinho)	Barrô de Aguada 1836 Águeda	—	União das Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo
Aguada de Cima (Santa Eulália)	Aguada de Cima 1836 Águeda	—	Aguada de Cima
Águalonga (São Paio)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Águalonga
Aqualva-Cacém	1953 Sintra 2001 extinta	separada de Belas e Rio de Mouro em 1953 dividida em Aqualva, Cacém, Mira-Sintra e São Marcos em 2001	—
Aqualva	2001 Sintra	separada de Aqualva-Cacém em 2001	União das Freguesias de Aqualva e Mira- Sintra
Águas (São Marcos)	Penamacor	—	União das Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires
Águas Belas (Nossa Senhora da Conceição)	Sortelha 1855 Sabugal	—	Águas Belas
Águas Belas (Nossa Senhora da Graça)	Águas Belas 1836 Ferreira do Zêzere	—	Águas Belas
Águas Boas (Espírito Santo)	Ferreira de Aves 1836 Sátão	—	União das Freguesias de Águas Boas e Forles
Águas Frias (São Pedro)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	integrou Avelelas em 1853-1864 integrou Casas de Monforte em 1853-1864	Águas Frias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		separada Santo António de Monforte em 1960	
Águas Santas (Nossa Senhora do Ó)	Maia	separada Pedrouços em 1985	Águas Santas
Águas Santas (São Martinho)	Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Águas Santas e Moure
Águas Vivas (Santa Catarina)	Miranda do Douro	integrada em Palaçoulo em 1841- 1849 separada de Palaçoulo em 2011	União das Freguesias de Silva e Águas Vivas
Aguçadora	1933 Póvoa de Varzim	separada de Navais em 1933	União das Freguesias de Aguçadora e Navais
Aguda (Nossa Senhora da Graça)	Aguda 1836 Chão de Couce 1837 Maças de Dona Maria 1855 Figueiró dos Vinhos	—	Aguda
Águeda (Santa Eulália)	Aveiro 1836 Águeda	engloba a localidade de Assequins que constituiu o concelho de Assequins até 1835 separada Borralha em 1986	União das Freguesias de Águeda e Borralha
Aguiã (São Tomé)	Arcos de Valdevez	—	Aguiã
Aguiar (Santa Lucrécia)	Barcelos	—	União das Freguesias de Quintiães e Aguiar
Aguiar (Santa Maria)	Aguiar 1836 Viana do Alentejo 1895 Évora 1898 Viana do Alentejo 1936 extinta 1985 Viana do Alentejo	integrada em Viana do Alentejo em 1936 separada de Viana do Alentejo em 1985	Aguiar
Aguiar da Beira (Santo Eusébio)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar	—	União das Freguesias de Aguiar da Beira e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	da Beira		Coruche
Aguiar de Sousa (São Romão)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Aguiar de Sousa
Aguieira	1985 Nelas	separada de Carvalhal Redondo em 1985	União das Freguesias de Carvalhal Redondo e Agueira
Aguieiras (Santa Catarina)	Monforte de Rio Livre 1836 Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	—	Aguieiras
Aguim (Nossa Senhora do Ó)	Aguim 1836 Vacariça 1837 Mealhada 1841 extinta 1989 Anadia	integrada em Tamengos em 1841 separada de Tamengos em 1989	União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro
Aião (São João Batista)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Aião
Airões (Santa Maria)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Airões
Airão – Santa Maria (Santa Maria)	Guimarães	—	União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil
Airão – São João (São João Batista)	Guimarães	—	União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil
Airó [e Varge] (São Jorge)	Barcelos	—	Airó
Ajuda (Nossa Senhora da Ajuda)	Elvas 1878-1890 extinta	anexada a Elvas – Salvador em 1878- 1890	—
Ajuda (Nossa Senhora da Ajuda)	Palmela 1836 Setúbal 1850 extinta	integrada em Setúbal – Anunciada em 1850	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Ajuda (Nossa Senhora da Ajuda)	(ver Lisboa – Ajuda) 1852 Belém 1885 (ver Lisboa – Ajuda)	deixou de fazer parte da cidade de Lisboa em 1852 integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Ajude (São Pedro)	São João de Rei 1836 Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude
Ala (Santa Eugénia)	Mirandela 1836 Torre de Dona Chama 1853 Macedo de Cavaleiros	integrou Brinço em 1855-1864 integrou Meles em 1855-1864	União das Freguesias de Ala e Vilarinho do Monte
Alagoa (São Miguel)	Portalegre	—	Alagoa
Alandroal – Nossa Senhora da Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Alandroal	integrou Alandroal – Nossa Senhora do Rosário em 1936	União das Freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)
Alandroal – Nossa Senhora do Rosário (Nossa Senhora do Rosário)	Alandroal 1936 extinta	integrada em Alandroal – Nossa Senhora da Conceição em 1936	—
Albardo (Espírito Santo)	1841 Guarda	separada de Vila Fernando em 1841	União das Freguesias de Pousade e Albardo
Albergaria-a-Velha (Santa Cruz)	Aveiro 1836 Paus 1841 Albergaria-a-Velha	—	União das Freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior
Albergaria da Serra	(ver Albergaria das Cabras) 1986 Arouca	denominou-se Albergaria das Cabras até 1986	União das Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra
Albergaria das Cabras (Nossa Senhora da)	Arouca 1986 (ver Albergaria da Serra)	passou a denominar-se Albergaria da	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Assunção)		Serra em 1986	
Albergaria dos Doze	1923 Pombal	separada de São Simão de Litém em 1923	União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze
Albergaria dos Fusos (Nossa Senhora do Outeiro)	Albergaria dos Fusos 1836 Cuba 1936 extinta	integrada em Vila Ruiva em 1936	—
Albernoa (Nossa Senhora da Luz)	Beja	—	União das Freguesias de Albernoa e Trindade
Albufeira (Nossa Senhora da Conceição)	Albufeira	separada Olhos de Água em 1997 separada parte de Ferreiras em 1997	União das Freguesias de Albufeira e Olhos de Água
Alburitel	1928 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Ourém e de Seiça em 1928	Alburitel
Alcabideche (São Vicente)	Cascais	separada parte de Estoril em 1915	Alcabideche
Alcácer do Sal – Rui Salema	(ver Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo) 1914 Alcácer do Sal 1936 (ver Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo)	denominou-se Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo até 1914 e a partir de 1936	—
Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo (Santa Maria)	Alcácer do Sal 1914 (ver Alcácer do Sal – Rui Salema) 1936 Alcácer do Sal	passou a denominar- se Alcácer do Sal – Rui Salema em 1914 voltou a denominar- se Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo em 1936 integradas Monte Vil, Palma, São Martinho e Vale de Reis em	União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1936 separada São Martinho em 1984 separada Comporta em 1989	
Alcácer do Sal – Santiago (São Tiago)	Alcácer do Sal	integradas Sítimos e Vale de Guizos em 1936	União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana
Alcáçovas (O Salvador do Mundo)	Alcáçovas 1836 Viana do Alentejo 1895 Évora 1898 Viana do Alentejo	—	Alcáçovas
Alcafache (São Vicente)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	Alcafache
Alcafozes (São Sebastião)	Idanha-a-Velha 1836 Idanha-a-Nova	—	União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes
Alcaide (São Pedro)	Alcaide 1836 Fundão	—	Alcaide
Alcainça [Grande] (São Miguel)	Sintra 1836 Mafra 1923 (ver Malveira)	sede transferida para a Malveira em 1923	—
Alcains (Nossa Senhora da Conceição)	Castelo Branco	—	Alcains
Alcanede (Nossa Senhora da Purificação)	Alcanede 1855 Santarém	separada Gançaria em 1985	Alcanede
Alcanena (São Pedro)	Torres Novas 1914 Alcanena	separada Vila Moreira em 1920 separada Moitas Venda 1925	União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira
Alcanhões (Santa Marta)	Santarém	—	Alcanhões
Alcântara extramuros (São Pedro)	1852 Belém 1885 extinta	separada de Lisboa – Alcântara em 1852 integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Lisboa – Alcântara em 1885	
Alcantarilha (Nossa Senhora da Conceição)	Silves	separada Armação de Pera em 1933	União das Freguesias de Alcantarilha e Pera
Alcaravela (Santa Clara)	Sardoal	—	Alcaravela
Alcaria (Nossa Senhora dos Prazeres)	Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	—	União das Freguesias de Alvados e Alcaria
Alcaria (São João Batista)	Fundão	—	Alcaria
Alcaria Ruiva (Nossa Senhora da Conceição)	Mértola	—	Alcaria Ruiva
Alcarva (São João Evangelista)	Penedono 1849-1864 Meda 1849-1864 extinta	integrada em Ranhados em 1849- 1864	—
Alcobaça (Santíssimo Sacramento)	Alcobaça	—	União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaría
Alcobertas (Santa Maria Madalena)	Alcanede 1855 Rio Maior	—	Alcobertas
Alcochete (São João Batista)	Alcochete 1895 Aldeia Galega do Ribatejo 1898 Alcochete	separada São Francisco em 1984	Alcochete
Alcoentre (Nossa Senhora da Purificação)	Alcoentre 1855 Azambuja	—	Alcoentre
Alcofra (Nossa Senhora da Assunção)	Lafões 1836 São João do Monte 1855 Oliveira de Frades 1871 Vouzela	—	Alcofra
Alcongosta (Nossa Senhora da Anunciação)	Fundão	—	Alcongosta

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Alcorochel (Nossa Senhora da Purificação)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel
Alcôrrego (Santo António)	Avis	—	União das Freguesias de Alcôrrego e Maranhão
Alcoutim (O Salvador)	Alcoutim	—	União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro
Aldão (São Mamede)	Guimarães	—	Aldão
Aldeia da Mata (São Martinho)	Crato	—	Aldeia da Mata
Aldeia da Ponte (Santa Maria Madalena)	Alfaiates 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	Aldeia da Ponte
Aldeia da Ribeira (São Pedro)	Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos
Aldeia da Serra (São Pedro)	Celorico da Beira 1841 extinta	integrada em Celorico da Beira – São Pedro em 1841	—
Aldeia das Dez (São Bartolomeu)	Avô 1855 Oliveira do Hospital	—	Aldeia das Dez
Aldeia de Joanes (São Pedro)	Fundão	—	União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo
Aldeia de João Pires (Santa Maria Madalena)	Monsanto 1836 Penamacor 1837 Monsanto 1848 Penamacor	—	União das Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires
Aldeia de Nacomba (São Pedro)	Caria 1837 Moimenta da Beira	—	União das Freguesias de Pêra Velha, Aldeia

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			de Nacomba e Ariz
Aldeia de Paio Pires (Nossa Senhora da Anunciada)	Almada 1836 Seixal 1895 Barreiro 1898 Seixal	separada parte de Fernão Ferro em 1993	União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires
Aldeia de Santa Margarida (Santa Margarida)	Proença-a-Velha 1836 Idanha-a-Nova	—	Aldeia de Santa Margarida
Aldeia de Santo António	(ver Urgueira) 1864- 1878 Sabugal	denominou-se Urgueira até 1864- 1878	União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António
Aldeia de São Francisco de Assis	(ver Bodelhão) 1928 Covilhã	denominou-se Bodelhão até 1928	Aldeia de São Francisco de Assis
Aldeia do Bispo (O Salvador)	Guarda	—	Aldeia do Bispo
Aldeia do Bispo (São Bartolomeu)	Penamacor	—	União das Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires
Aldeia do Bispo (São Miguel)	Sabugal	—	Aldeia do Bispo
Aldeia do Carvalho (Nossa Senhora da Conceição)	Covilhã 2001 (ver Vila do Carvalho)	separada Cantar- Galo em 1987 passou a denominar- se Vila do Carvalho em 2001	—
Aldeia do Mato (Santa Ana)	Covilhã 1836 Valhelhas 1855 Covilhã 1949 (ver Vale Formoso)	passou a denominar- se Vale Formoso em 1949	—
Aldeia do Mato (Santa Maria Madalena)	Abrantes 1836 Punhete (1836) Constância 1837 Abrantes	—	União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto
Aldeia do Souto (São João Batista)	Covilhã 1836 Valhelhas 1855 Covilhã	—	União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto
Aldeia dos Fernandes	1985 Almodôvar	separada de	Aldeia dos Fernandes

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Almodôvar e Gomes Aires em 1985	
Aldeia Galega da Merceana (Nossa Senhora dos Prazeres)	Aldeia Galega da Merceana 1855 Alenquer	—	União das Freguesias de Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha
Aldeia Galega do Ribatejo (Espírito Santo)	Aldeia Galega do Ribatejo 1930 (ver Montijo)	passou a denominar- se Montijo em 1930	—
Aldeia Gavinha (Santa Maria Madalena)	Aldeia Galega da Merceana 1855 Alenquer	—	União das Freguesias de Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha
Aldeia Nova (Nossa Senhora da Conceição)	Trancoso	integrou Aldeia Velha em 1864-1878	Aldeia Nova
Aldeia Nova (Santa Maria Madalena)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova
Aldeia Nova [do Azinhal] (São João)	Miranda do Douro 1841- 1849 extinta	integrada em Miranda do Douro em 1841-1849	—
Aldeia Nova de São Bento (São Bento)	Serpa 1988 (ver Vila Nova de São Bento)	passou a denominar- se Vila Nova de São Bento em 1988	—
Aldeia Nova do Cabo (Nossa Senhora do Pé da Cruz)	Fundão	—	União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo
Aldeia Rica (?)	Marialva 1841 extinta	integrada em Coriscada em 1841	—
Aldeia Velha (Santa Margarida)	Avis	—	Aldeia Velha

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Aldeia Velha (São João Degolado)	Sabugal	—	Aldeia Velha
Aldeia Velha (Nossa Senhora da Conceição)	Trancoso 1864-1878 extinta	integrada em Aldeia Nova em 1864-1878	—
Aldeia Viçosa	(ver Porco) 1939 Guarda	denominou-se Porco até 1939	Aldeia Viçosa
Aldeias (São Cosme)	(ver Alrote) 1841-1849 Gouveia	denominou-se Alrote até 1841-1849	União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra
Aldeias	1947 Armamar	separada de Armamar em 1947	Aldeias
Aldoar (São Martinho)	Leça do Bailio 1836 Bouças 1895 Porto	—	União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde
Aldreu (São Tiago)	Barcelos	—	Aldreu
Alegrete (São João Batista)	Alegrete 1836 Portalegre 1837 Alegrete 1855 Portalegre	—	Alegrete
Além da Ribeira	1985 Tomar	separada de Casais em 1985	União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira
Alenquer – Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Alenquer	integrou Alenquer – Várzea em 1837 integrou Alenquer – São Tiago em 1841 integrou Alenquer – São Pedro em 1852 separada parte de Carregado em 1984	União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana)
Alenquer – São Pedro (São Pedro)	Alenquer 1852 extinta	integrada em Alenquer – Santo Estêvão em 1852	—
Alenquer – São Tiago	Alenquer 1841 extinta	integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Tiago)		Alenquer – Santo Estêvão em 1841	
Alenquer – Triana (Nossa Senhora da Assunção)	Alenquer	separada parte de Carregado em 1984	União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana)
Alenquer – Várzea (Nossa Senhora da Purificação)	Alenquer 1837 extinta	integrada em Alenquer – Santo Estêvão em 1837	—
Alentém (São Mamede)	Unhão 1836 Barrosas 1838 Lousada 1878- 1890 extinta	anexada a Vilar de Torno em 1878-1890	—
Alfaião (São Martinho)	Bragança	—	Alfaião
Alfaiates (São Tiago Maior)	Alfaiates 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	Alfaiates
Alfândega da Fé (São Pedro)	Alfândega da Fé 1895 Vila Flor 1898 Alfândega da Fé	integrou Castelo em 1841-1849	Alfândega da Fé
Alfarela de Jales (Divino Espírito Santo)	Alfarela de Jales 1853 Vila Pouca de Aguiar	—	Alfarela de Jales
Alfarelos (São Sebastião)	Montemor-o-Velho 1836 Santo Varão 1853 Montemor-o-Velho 1853 Soure	—	Alfarelos
Alfeizerão (São João Batista)	Alfeizerão 1836 São Martinho do Porto 1855 Alcobaça 1895 Caldas da Raíña 1898 Alcobaça	—	Alfeizerão
Alfena (São Vicente)	Maia 1836 Valongo	—	Alfena
Alferce (São Romão)	Monchique	—	Alferce
Alferrarede	1959 Abrantes	criada a partir de Abrantes – São João e de Abrantes – São Vicente em 1959	União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede
Alfornelos	1997 Amadora	separada de	Encosta do Sol (fusão)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Brandoa de 1997	de Brandoa e Alfornelos)
Alfragide	1979 Amadora	separada de Amadora em 1979	Alfragide (incorporou parte de Brandoa)
Alfrivida (Santo António)	Vila Velha de Ródão 1836 Castelo Branco 1837 Vila Velha de Ródão 1895 Castelo Branco 1898 Vila Velha de Ródão 1950 (ver Perais)	passou a denominar- se Perais em 1950	—
Alfundão (Nossa Senhora da Conceição)	Beja 1836 Ferreira do Alentejo	—	União das Freguesias de Alfundão e Peroguarda
Algalé (São Pedro)	Monforte 1895 Arronches 1898 Monforte 1936 extinta	integrada em Monforte em 1936	—
Algeriz (São Mamede)	Chaves 1836 Valpaços	—	Algeriz
Algés	1993 Oeiras	separada de Carnaxide em 1993	União das Freguesias de Algés, Linda-a- Velha e Cruz Quebrada–Dafundo
Algodres (Nossa Senhora da Alagoa)	Castelo Rodrigo 1836 Almendra 1855 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Vale de Afonsoinho, Vilar de Amargo e Algodres
Algodres (Santa Maria Maior)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	Algodres
Algosinho (Santo André)	Bemposta 1836 Mogadouro 1841-1849 extinta	integrada em Peredo da Bemposta em 1841-1849	—
Algoso (São Sebastião)	Algoso 1836 Vimioso	integrou Vale de Algoso em 1841- 1849	União das Freguesias de Algoso, Campo de Víboras e Uva
Algoz (Nossa Senhora)	Silves	separada Tunes em	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
da Piedade)		1985	de Algoz e Tunes
Alguber (Nossa Senhora da Purificação)	Cadaval 1836 Alcoentre 1855 Cadaval 1895 Rio Maior 1898 Cadaval	—	Alguber
Algueirão-Mem Martins	1962 Sintra	separada de Belas, Rio de Mouro, Sintra – São Pedro de Penaferrim e Sintra – Santa Maria em 1962	Algueirão-Mem Martins
Alhadas (São Pedro)	Alhadas 1836 Maiorca 1853 Figueira da Foz	separada Moinhos da Gândara em 1997	Alhadas (integrou Brenha)
Alhais (Nossa Senhora da Corredoura)	Alhais 1836 Fráguas 1895 Sátão 1898 Vila Nova de Paiva	—	União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas
Alhandra (São João Batista)	Alhandra 1855 Vila Franca de Xira	—	União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz
Alheira (Santa Marinha)	Barcelos	—	União das Freguesias de Alheira e Igreja Nova
Alhões (São Pelágio)	Ferreiros de Tendais 1855 Cinfães	—	União das Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires
Alhos Vedros (São Lourenço)	Alhos Vedros 1837 Moita 1837 Alhos Vedros 1855 Barreiro 1861 Moita 1895 Barreiro 1898 Moita	separada Baixa da Banheira em 1967	Alhos Vedros
Alijó (Santa Maria Maior)	Alijó	—	Alijó
Alimonde (Santo Amaro)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Carracedo em 1841- 1849	—
Aliviada (São	Gouveia 1836 Soalhães	anexada a Várzea de	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Martinho)	1852 Marco de Canaveses 1900-1911 extinta	Ovelha em 1900- 1911	
Aljezur (Nossa Senhora da Alva)	Aljezur 1836 Monchique 1837 Aljezur 1855 Lagos 1861 Aljezur 1895 Lagos 1898 Aljezur	separada Rogil em 1993	Aljezur
Aljubarrota – Prazeres (Nossa Senhora dos Prazeres)	Aljubarrota 1836 Alcobaça	—	Aljubarrota (fusão de Aljubarrota – Prazeres e Aljubarrota – São Vicente)
Aljubarrota – São Vicente (São Vicente)	Aljubarrota 1836 Alcobaça	—	Aljubarrota (fusão de Aljubarrota – Prazeres e Aljubarrota – São Vicente)
Aljustrel (O Salvador)	Aljustrel 1895 Beja 1898 Aljustrel	separada Rio de Moínhos em 1985	União das Freguesias de Aljustrel e Rio de Moínhos
Almaça (Santo Isidoro)	Penacova 1836 Mortágua	—	União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça
Almaceda (São Sebastião)	Sarzedas 1836 São Vicente da Beira 1837 Sarzedas 1848 São Vicente da Beira 1895 Castelo Branco	—	Almaceda
Almada – Santa Maria do Castelo (Santa Maria)	Almada 1841 extinta	integrada em Almada – São Tiago em 1841	—
Almada – São Tiago (São Tiago)	Almada	integrou Almada – Santa Maria do Castelo em 1841 separada Cova da	União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Piedade em 1928 separadas Cacilhas e Pragal em 1985	
Almagreira (Nossa Senhora da Graça)	Abitureiras 1836 Pombal	—	Almagreira
Almalaguês (São Tiago)	Coimbra	—	Almalaguês
Almancil (São Lourenço)	1841 Loulé	separada de Loulé – São Clemente em 1841	Almancil
Almargem do Bispo (São Pedro)	Lisboa 1836 Sintra	—	União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar
Almeida (Nossa Senhora das Candeias)	Almeida	—	Almeida
Almeirim (São João Batista)	Almeirim	separada parte de Fazendas de Almeirim em 1956	Almeirim
Almendra (Nossa Senhora dos Anjos)	Almendra 1855 Vila Nova de Foz Côa	—	Almendra
Almodôvar (Santo Ildefonso)	Almodôvar	separada parte de Aldeia dos Fernandes em 1985	União das Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões
Almofala (Espírito Santo)	Mondim da Beira 1895 Armamar 1898 Castro Daire	—	Almofala
Almofala (São Pedro)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Almofala e Escarigo
Almoster (Santa Maria)	Santarém	separada Póvoa da Isenta em 1920	Almoster
Almoster (O Salvador do Mundo)	Coimbra 1836 Alvaiázere 1895 Ansião	—	Almoster

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1898 Alvaiázere		
Almuro (São Pedro)	Veiros 1855 Fronteira 1872 Monforte 1895 Fronteira 1898 Monforte 1936 extinta	integrada em Monforte em 1936	—
Alpalhão (Nossa Senhora da Graça)	Alpalhão 1853 Nisa 1895 Crato 1898 Nisa	—	Alpalhão
Alpedrinha (São Martinho)	Alpedrinha 1855 Fundão	—	Alpedrinha
Alpedriz (Nossa Senhora da Esperança)	Alpedriz 1836 Alcobaça	separada Montes em 1985	União das Freguesias de Coz, Alpedriz e Montes
Alpendurada (São João Batista)	Pendurada 1836 Benviver 1852 Marco de Canaveses	englobava a localidade de Louriz que constituía o concelho de Louriz até 1801-1835 anexada Matos em 1864-1878	Alpendurada, Várzea e Torrão
Alpiarça (Santo Eustáquio)	Santarém 1836 Almeirim 1914 Alpiarça	—	Alpiarça
Alqueidão	1928 Figueira da Foz	separada de Paião em 1928	Alqueidão
Alqueidão da Serra (Nossa Senhora da Conceição)	Torres Novas 1878- 1890 (ver Pedrógão)	passou a denominar- se Pedrógão em 1878-1890	—
Alqueidão da Serra (São José)	Leiria 1836 Porto de Mós 1895 Leiria 1898 Porto de Mós	—	Alqueidão da Serra
Alquerubim (Santa Marinha)	Paus 1841 Albergaria-a- Velha	—	Alquerubim
Alqueva (São Lourenço)	Portel	—	União das Freguesias de Amieira e Alqueva
Alrote (São Cosme)	Gouveia 1841-1849 (ver Aldeias)	sede transferida para São Cosmado e	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		passou a denominar- se Aldeias em 1841- 1849	
Alte (Nossa Senhora da Assunção)	Loulé	separada Benafim em 1988	Alte
Alter do Chão (Nossa Senhora da Assunção)	Alter do Chão	integrou Reguengo em 1841 integrou Alter Pedroso em 1936	Alter do Chão
Alter Pedroso (Nossa Senhora das Neves)	Alter Pedroso 1836 Alter do Chão 1837 Cabeço de Vide 1855 Alter do Chão 1936 extinta	integrada em Alter do Chão em 1936	—
Alto do Seixalinho	1985 Barreiro	separada de Barreiro em 1985	União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena
Alto Estanqueiro- Jardia	1985 Montijo	separada de Montijo em 1985	União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia
Altura	1993 Castro Marim	separada de Castro Marim em 1993	Altura
Alturas do Barroso (Santa Maria Madalena)	Montalegre 1836 Boticas	—	União das Freguesias de Alturas do Barroso e Cerdedo
Alva (São Martinho)	Alva 1836 Mões 1855 Castro Daire	—	União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos
Alvações do Corgo (Santo António)	Vila Real 1836 Santa Marta de Penaguião 1895 Peso da Régua 1898 Santa Marta de Penaguião	—	Alvações do Corgo
Alvadia (Santa Cruz)	Cerva 1853 Ribeira de Pena	—	Alvadia

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Alvados (Nossa Senhora da Consolação)	Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	separada parte de São Bento em 1933	União das Freguesias de Alvados e Alcaria
Alvaiázere (Santa Maria Madalena)	Alvaiázere 1895 Ansião 1898 Alvaiázere	—	Alvaiázere (integrou Maçãs de Caminho)
Alvalade (Nossa Senhora da Conceição)	Alvalade 1836 Messejana 1855 Aljustrel 1871 Santiago do Cacém	integrou Ribeira do Roxo em 1855-1864 separada Ermidas- Sado em 1953	Alvalade
Alvarães (São Miguel)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	Alvarães
Alvaredo (São Martinho)	Valadares 1855 Melgaço	—	Alvaredo
Alvaredos (São João Batista)	Vinhais	—	União das Freguesias de Sobreró de Baixo e Alvaredos
Alvarelos (Nossa Senhora da Expectação)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços	integrou Lama de Ouriço em 1841	Tinhela e Alvarelos
Alvarelos (Santa Maria)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	União das Freguesias de Alvarelos e Guidões
Alvarenga (Santa Cruz)	Alvarenga 1836 Arouca	—	Alvarenga
Alvarenga (Santa Maria)	Lousada 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Álvares (São Mateus)	Álvares 1836 Pampilhosa da Serra 1837 Álvares 1855 Góis	—	Álvares
Álvaro (São Tiago Maior)	Álvaro 1836 Oleiros	—	Álvaro
Alvega (São Pedro)	Abrantes 1836 Gavião 1838 Abrantes	separada Concavada em 1985	União das Freguesias de Alvega e Concavada

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Alvelos (São Lourenço)	Barcelos	—	Alvelos
Alvendre (São Martinho)	Guarda	—	Alvendre
Alverca da Beira (Nossa Senhora da Assunção)	Alverca da Beira 1853 Pinhel	—	Alverca da Beira / Bouça Cova
Alverca do Ribatejo [e Sobral] (São Pedro)	Alverca do Ribatejo 1855 Vila Franca de Xira	separada Sobralinho em 1985	União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho
Alviobeira (São Pedro)	Tomar 1836 Ferreira do Zêzere 1855 Tomar	—	União das Freguesias de Casais e Alviobeira
Alvite (Santo Amaro)	Sever 1836 Leomil 1855 Moimenta da Beira	—	Alvite
Alvite (São Pedro)	Refojos de Basto 1836 Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Alvite e Passos
Alvites (São Vicente)	Mirandela	—	Alvites
Alvito (Nossa Senhora da Assunção)	Alvito 1895 Cuba 1898 Alvito	engloba a localidade de Água de Peixes que constituiu o concelho de Água de Peixes até 1836	Alvito
Alvito – São Martinho (São Martinho)	Barcelos	integrada Ginzo em 1936	União das Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto
Alvito – São Pedro (São Pedro)	Barcelos	—	União das Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto
Alvito da Beira	1920 Proença-a-Nova	separada de Sobreira Formosa em 1920	União das Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira
Alvoco da Serra (Nossa Senhora do Rosário)	Alvoco da Serra 1836 Loriga 1855 Seia	separada Teixeira em 1841	Alvoco da Serra
Alvoco das Várzeas	Penalva de Alva 1853	—	Alvoco das Várzeas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(Santo André)	Sandomil 1855 Oliveira do Hospital		
Alvor (O Divino Salvador)	Alvor 1836 Vila Nova de Portimão (1924) Portimão	—	Alvor
Alvora (Santa Maria)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Alvora e Loureda
Alvorge [e Moita Santa] (Nossa Senhora da Conceição)	Coimbra 1836 Rabaçal 1852 Condeixa-a-Nova 1853 Penela 1853 Soure 1855 Ansião	anexada Ateanha em 1841	Alvorge
Alvorninha (Nossa Senhora da Visitação)	Alvorninha 1836 Caldas da Rainha	—	Alvorninha
Amadora	(ver Benfica extramuros) 1916 Oeiras 1979 Amadora 1979 extinta	denominada Benfica extramuros até 1916 dividida em 1979 em Alfragide, Brandoa, Buraca, Damaia, Falagueira- Venda Nova, Mina, Reboleira e Venteira	—
Amarante (São Gonçalo)	Amarante	integrou São Veríssimo em 1936	União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão
Amareleja (Nossa Senhora da Conceição)	Moura	—	Amareleja
Amares (O Salvador)	Amares	—	União das Freguesias de Amares e Figueiredo
Ameal (São Justo)	Coimbra	—	União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila
Amedo (São Tiago)	Carraceda de Ansiães	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			de Amedo e Zedes
Ameixial (Santo António)	Loulé	—	Ameixial
Ameixial – Santa Vitória (Santa Vitória)	Estremoz	—	União das Freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)
Ameixial – São Bento (São Bento)	Estremoz	—	União das Freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)
Ameixoeira (Nossa Senhora da Encarnação)	Lisboa 1852 Olivais 1885 (ver Lisboa – Ameixoeira)	separada Ameixoeira extramuros em 1885 integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Ameixoeira extramuros (São Bartolomeu)	1886 Loures 1886 extinta	separada de Ameixoeira em 1886 anexada a Póvoa de Santo Adrião em 1886	—
Amêndoa (Nossa Senhora da Conceição)	Amêndoa 1836 Vila de Rei 1877 Mação	—	Amêndoa
Amendoeira (São Nicolau)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	integrou Pinho Velho em 1855-1864	Amendoeira
Amiais de Baixo (Nossa Senhora da Graça)	1841 Pernes 1855 Santarém	separada de Malhou em 1841	Amiais de Baixo
Amieira (Nossa Senhora das Neves)	Portel	—	União das Freguesias de Amieira e Alqueva
Amieira (São Francisco de Assis)	Álvaro 1836 Oleiros	—	Oleiros – Amieira
Amieira (São Tiago)	Amieira 1836 Gavião 1895 Nisa 1957 (ver Amieira do Tejo)	integrou Vila Flor em 1936 passou a denominar-se Amieira do Tejo em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1957	
Amieira do Tejo	(ver Amieira) 1957 Nisa	denominou-se Amieira até 1957	União das Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Amieiro (Santa Luzia)	Alijó	—	União das Freguesias de Carlão e Amieiro
Amonde (Santa Maria)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	Amonde
Amor (São Paulo)	Leiria	—	Amor
Amora (Nossa Senhora do Monte Sião)	Almada 1836 Seixal 1895 Almada 1898 Seixal	separada Corroios em 1976 separada parte de Fernão Ferro em 1993	Amora
Amoreira (Nossa Senhora de Aboboriz)	Óbidos	separada Olho Marinho em 1925	Amoreira
Amoreira (Santa Maria)	Castelo Mendo 1836 Jarmelo 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira
Amoreira da Gândara	1928 Anadia	separada de Sangalhos em 1928	União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas
Amorim (São Tiago)	Barcelos 1836 Vila do Conde 1853 Póvoa de Varzim	separada A-Ver-o- Mar em 1922	União das Freguesias de A-Ver-o-Mar, Amorim e Terroso
Anais (Santa Marinha)	Albergaria de Penela 1836 Ponte de Lima 1837 Portela de Penela 1855 Ponte de Lima	—	Anais
Ançã (Nossa Senhora do Ó)	Ançã 1853 Cantanhede	—	Ançã
Ancas (Senhora da Assunção)	Recardães 1836 São Lourenço do Bairro 1853 Anadia	—	União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Bairro e Ancas
Ancede (Santo André)	Ancede 1836 Baião	separada parte de Ribadouro em 1939	União das Freguesias de Ancede e Ribadouro
Âncora (Santa Maria)	Viana 1836 Caminha	—	Âncora
Andrães (São Tiago)	Vila Real	—	Andrães
Anelhe (Santa Eulália)	Chaves 1836 Boticas 1855 Chaves	—	Anelhe
Angeja (Nossa Senhora das Neves)	Angeja 1853 Albergaria- a-Velha	—	Angeja
Angueira (São Cipriano)	Miranda do Douro 1836 Outeiro 1853 Vimioso	—	União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira
Anha (São Tiago)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	separada Chafé em 1985	Anha
Anhões (São Tiago)	Monção	—	União das Freguesias de Anhões e Luzio
Anissó (Nossa Senhora da Esperança)	Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Anissó e Soutelo
Anjos (Santa Maria)	Rossas 1836 Cabeceiras de Basto 1837 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Anjos e Vilar do Chão
Anobra (Santa Catarina)	Coimbra 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Coimbra 1847 Condeixa-a-Nova	—	Anobra
Anreade (São Miguel)	Aregos 1855 Resende	—	União das Freguesias de Anreade e São Romão de Aregos
Anseriz (São Bento)	Avô 1855 Arganil	—	União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz
Ansiães (São Paio)	Gestaçô 1836 Amarante	—	Ansiães
Ansião (Nossa	Ansião 1836 Chão de	—	Ansião (integrou

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora da Conceição)	Couce 1837 Ansião		Lagarteira e Torre de Vale de Todos)
Anta (São Martinho)	Feira 1926 Espinho	separada Espinho em 1890	União das Freguesias de Anta e Guetim
Antanho (Nossa Senhora da Alegria)	Coimbra	—	União das Freguesias de Assafarge e Antanho
Antas [de Penedono] (São Miguel)	Penedono 1895 Meda 1898 Penedono	—	União das Freguesias de Antas e Ourozinho
Antas – São Paio (São Paio)	Barcelos 1836 Esposende	—	Antas
Antas – São Tiago (São Tiago)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim
Antas [de Penalva] (São Vicente)	Penalva do Castelo	separada Matela em 1962	União das Freguesias de Antas e Matela
Antes	1964 Mealhada	separada de Ventosa do Bairro em 1964	União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes
Antime (Santa Maria)	Montelongo (1836) Fafe	—	União das Freguesias de Antime e Silvares (São Clemente)
Antuzede (Santo Agostinho)	Coimbra	integrou São Facundo em 1841	União das Freguesias de Antuzede e Vil de Matos
Apelação (Nossa Senhora da Encarnação)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures	—	União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação
Apúlia (São Miguel)	Apúlia 1836 Esposende	—	União das Freguesias de Apúlia e Fão
Arada (São Martinho)	Feira 1853 Ovar	—	União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã
Aradas (São Pedro)	Aradas 1836 Aveiro	—	Aradas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Fins)			
Aramenha (São Salvador)	Marvão 1895 Castelo de Vide 1898 Marvão	—	São Salvador da Aramenha
Aranhas (Nossa Senhora da Penha)	Penamacor	—	Aranhas
Arão (São Salvador)	Valença	—	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão
Arazede (Nossa Senhora do Pranto)	Arazede do Bispo 1836 Cadima 1853 Montemor-o-Velho	—	Arazede
Arca (Espírito Santo)	Lafões 1836 São João do Monte 1855 Oliveira de Frades	—	União das Freguesias de Arca e Varzielas
Arca (São Mamede)	Ponte de Lima	—	Arca e Ponte de Lima
Arcas (Santa Catarina)	Nozelos 1836 Torre de Dona Chama 1855 Macedo de Cavaleiros	integrou Nozelos em 1841	Arcas
Arco de Baúlhe (São Martinho)	Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune
Arcos (Santo António)	Estremoz	—	Arcos
Arcos (São Miguel)	Barcelos 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Rio Mau e Arcos
Arcos (São Paio)	Avelãs de Cima 1836 Anadia	engloba a localidade da Anadia que constituiu até 1835 o concelho da Anadia e voltou a ser sede de concelho a partir de 1836	União das Freguesias de Arcos e Mogofores
Arcos (São Paio)	Braga	—	União das Freguesias de Lomar e Arcos
Arcos (São Silvestre)	Arcos 1836 Moimenta da Beira 1872 Tabuaço	—	Arcos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Arcos de Valdevez – Salvador (O Salvador)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Arcos de Valdevez (São Salvador), Vila Fonche e Parada
Arcos de Valdevez – São Paio (São Paio)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela
Arcossó (São Tomé)	Chaves 1853 Vila Pouca de Aguiar 1855 Chaves	separada Vidago em 1925	Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras)
Arcozelo [da Serra] (Nossa Senhora da Assunção)	Gouveia		Arcozelo
Arcozelo (Santa Marinha)	Ponte de Lima	—	Arcozelo
Arcozelo (São Mamede)	Barcelos	—	Arcozelo
Arcozelo (São Miguel)	Vila Nova de Gaia	—	Arcozelo
Arcozelo (São Tiago)	Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Marrancos e Arcozelo
Arcozelo das Maias (São Pedro)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	Arcozelo das Maias
Arcozelos (Nossa Senhora de Entre-as- Vinhas)	Caria 1837 Moimenta da Beira	—	Arcozelos
Ardãos (Santo André)	Chaves 1836 Boticas	—	União das Freguesias de Ardãos e Bobadela
Ardegão (Nossa Senhora do Ó)	Barcelos 1836 Ponte de Lima	—	Ardegão, Freixo e Mato
Ardegão (Santa Marinha)	Celorico de Basto 1841- 1849 extinta 1952 Fafe	anexada a Arnozela em 1841-1849 separada de	União das Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Arnozela em 1952	
Arega (Nossa Senhora da Conceição)	Arega 1836 Cabaços 1837 Maçãs de Dona Maria 1855 Figueiró dos Vinhos	—	Arega
Areias (Nossa Senhora da Graça)	Pias 1836 Ferreira do Zêzere	—	União das Freguesias de Areias e Pias
Areias (Santo António)	Marvão 1895 Castelo de Vide 1898 Marvão	separada Beirã em 1944	Santo António das Areias
Areias (São Tiago)	Landim 1836 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira
Areias (São Vicente)	Cervães 1836 Prado 1855 Barcelos	—	Areias
Areias de Vilar [de Frades] (São João Batista) e Madalena de Vilar (Santa Maria Madalena)	Barcelos	Madalena de Vilar integrada em Areias de Vilar em 1936	União das Freguesias de Areias de Vilar e Encourados
Arentim (O Salvador)	Arentim 1836 Famalicão 1837 Braga 1853 Barcelos 1855 Braga	—	União das Freguesias de Arentim e Cunha
Areosa (Santa Maria da Vinha)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	Areosa
Arez (Nossa Senhora da Graça)	Arez 1836 Nisa	—	União das Freguesias de Arez e Amieira do Tejo
Arga de Baixo (Santa Maria)	Caminha	—	União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João)
Arga de Cima (Santo Antão)	Caminha	—	União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João)
Arga de São João [e Felgueiras] (São João)	Caminha	—	União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Batista)			e São João)
Arganil (São Gens)	Arganil	—	Arganil
Argela (Santa Marinha)	Caminha		Argela
Argivai (São Miguel)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim	—	União das Freguesias de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai
Argomil (Nossa Senhora da Conceição)	Jarmelo 1841 extinta	integrada em Pomares em 1841	—
Argoncilhe (São Martinho)	Feira 1836 Vila Nova de Gaia 1837 Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Argoncilhe
Argoselo (São Frutuoso)	Outeiro 1853 Vimioso	—	Argoselo
Aricera (São Cristóvão)	Armamar	—	União das Freguesias de Aricera e Goujoim
Ariola (Santo António)	Ranhados 1836 Meda 1849-1864 extinta	integrada em Outeiro de Gatos em 1849- 1864	—
Ariz (Espírito Santo)	Pera e Peva 1836 Leomil 1837 Moimenta da Beira	—	União das Freguesias de Pêra Velha, Aldeia de Nacomba e Ariz
Ariz (São Martinho)	Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Bem Viver (fusão de Favões, Ariz e Magrelos)
Armação de Pera	1933 Silves	separada de Alcantarilha em 1933	Armação de Pera
Armamar (São Miguel)	Armamar	separada Aldeias em 1947 separada Vacalar em 1958	Armamar (absorveu Tões e Coura)
Armil (São Martinho)	Montelongo (1836) Fafe	—	Armil
Arnas (Nossa Senhora da Conceição)	Sernancelhe	—	Arnas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Arneiro das Milhariças (São Lourenço)	Alcanede 1836 Pernes 1855 Santarém	—	Arneiro das Milhariças
Arnóia (São João Batista)	Celorico de Basto 1836 Amarante 1837 Celorico de Basto	—	Arnóia
Arnosos – Santa Eulália (Santa Eulália)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	integrou Mosteiro de Arnosos em 1936	União das Freguesias de Arnosos (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures
Arnosos – Santa Maria (Santa Maria)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Arnosos (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures
Arnozela (Santa Eulália)	Celorico de Basto 1853 Fafe	anexada Ardegão em 1841-1849 separada Ardegão em 1952	União das Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões
Arões (São Simão)	Macieira de Cambra 1836 Sever do Vouga 1837 Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale de Cambra	—	Arões
Arões – Santa Cristina (Santa Cristina)	Guimarães 1853 Fafe	—	Arões (Santa Cristina)
Arões – São Romão (São Romão)	Guimarães 1853 Fafe	—	Arões (São Romão)
Arosa (Santa Marinha)	Guimarães 1895 Póvoa de Lanhoso 1898 Guimarães	—	União das Freguesias de Arosa e Castelões
Arouca (São Bartolomeu)	Arouca	separada Moldes em 1845	União das Freguesias de Arouca e Burgo
Arrabal (Santa Margarida)	Leiria		Arrabal

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Arraiolos (Nossa Senhora dos Mártires)	Arraiolos	integrou Santana do Campo em 1936	Arraiolos
Arranhó (São Lourenço)	Lisboa 1836 Arruda dos Vinhos 1887 Sobral de Monte Agraço 1890 Arruda dos Vinhos 1895 Vila Franca de Xira 1898 Arruda dos Vinhos	—	Arranhó
Arreigada (São Pedro)	Frazão 1836 Paços de Ferreira	—	Frazão Arreigada
Arrentela (Nossa Senhora da Consolação)	Almada 1836 Seixal 1895 Barreiro 1898 Seixal	separada parte de Fernão Ferro em 1993	União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires
Arrifana [de Poiares] (Santa Maria)	Coimbra 1836 Santo André de Poiares 1895 Penacova 1898 Poiares (1905) Vila Nova de Poiares	—	Arrifana
Arrifana (Santa Maria)	Oliveira de Azeméis 1836 Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Arrifana
Arrifana (São Martinho)	Guarda	—	Arrifana
Arrimal (Santo António)	Porto de Mós 1836 Alcobaça 1837 Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	—	União das Freguesias de Arrimal e Mendiga
Arroios (São João Batista)	Vila Real	—	Arroios
Arroios extramuros (São Jorge)	1852 Olivais 1885 extinta	separada de Lisboa – Arroios em 1852 integrada em Lisboa – Arroios em 1885	—
Arronches (Nossa Senhora da)	Arronches	integrou São Bartolomeu e	Assunção

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Assunção)		Rosário em 1936	
Arrouquelas	1962 Rio Maior	separada de São João da Ribeira em 1962	Arrouquelas
Arruda dos Pisões (São Gregório)	Santarém 1836 Rio Maior	—	União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões
Arruda dos Vinhos (Nossa Senhora da Salvação)	Arruda dos Vinhos 1887 Sobral de Monte Agraço 1890 Arruda dos Vinhos 1895 Vila Franca de Xira 1898 Arruda dos Vinhos	—	Arruda dos Vinhos
Árvore (O Salvador)	Maia 1836 Vila do Conde	—	Árvore
Arzila (Nossa Senhora da Conceição)	Coimbra	—	União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila
Asmes (São Lourenço)	Maia 1836 Valongo 1911 (ver Ermesinde)	passou a denominar- se Ermesinde em 1911	—
Assafarge (Nossa Senhora da Conceição)	Coimbra	—	União das Freguesias de Assafarge e Antanhol
Assares (São Miguel)	Vila Flor 1836 Alfândega da Fé 1853 Vila Flor	—	União das Freguesias de Assares e Lodões
Asseiceira (Nossa Senhora da Purificação)	Asseiceira 1836 Tomar	—	Asseiceira
Asseiceira	1984 Rio Maior	separada de Rio Maior em 1984	Asseiceira
Assentiz (Nossa Senhora da Purificação)	Torres Novas	—	Assentiz

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Assentiz	1984 Rio Maior	separada de Marmeleira em 1984	União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz
Assumar (Nossa Senhora da Graça)	Assumar 1836 Monforte 1892 Arronches 1892- 1895 Fronteira 1898 Monforte	—	Assumar
Astromil (Santa Marinha)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes 1936 extinta 1984 Paredes	integrada em Gandra em 1936 separada de Gandra em 1984	Astromil
Atães (Santa Maria)	Guimarães	integrou Lobeira em 1936	União das Freguesias de Atães e Rendufe
Atães (São João Evangelista)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias do Vade (fusão de Atães, Covas, Penascais, Valões e Codeceda)
Ataíde (São Pedro)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	—	União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira
Atalaia (Nossa Senhora da Assunção)	Atalaia 1836 Barquinha (1839) Vila Nova da Barquinha 1895 Golegã 1898 Vila Nova da Barquinha	separada Vila Nova da Barquinha em 1839 separada parte de Entroncamento em 1926 separada Moita do Norte em 1985	Atalaia
Atalaia (Nossa Senhora da Assunção)	Portel 1946 extinta	integrou Monte do Trigo em 1936 sede transferida para Monte do Trigo em 1946	—
Atalaia (Santa Maria)	Pinhel	integrou Carvalhal da Atalaia em 1841	União das Freguesias de Atalaia e Safurdão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Atalaia (Nossa Senhora Mãe dos Homens)	1841 Gavião 1895 Nisa 1898 Gavião	separada de Comenda em 1841	União das Freguesias de Gavião e Atalaia
Atalaia	1985 Lourinhã	separada de Lourinhã em 1985	União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia
Atalaia	1985 Montijo	separada de Montijo em 1985	União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia
Atalaia do Campo (São João Batista)	Atalaia do Campo 1836 Alpedrinha 1855 Fundão	—	União das Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo
Ateanha (São Martinho)	Rabaçal 1841 extinta	anexada a Alvorge em 1841	—
Atei (São Pedro)	Atei 1836 Mondim de Basto 1895 Celorico de Basto 1898 Mondim de Basto	—	Atei
Atenor (Nossa Senhora da Purificação)	Algoso 1836 Vimioso 1855 Miranda do Douro	integrou Teixeira em 1841-1849	União das Freguesias de Sendim e Atenor
Atiães (São João Evangelista)	Prado 1855 Vila Verde	—	Atiães
Atouguia	1933 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Ourém em 1933	Atouguia
Atouguia da Baleia (São Leonardo)	Atouguia da Baleia 1836 Peniche	separada Ferrel em 1985	Atouguia da Baleia
Atouguia das Cabras (Nossa Senhora da Graça)	Alenquer 1854 (ver Abrigada)	sede transferida para Abrigada em 1854	—
Avanca (Santa Marinha)	Estarreja	—	Avanca
Avantos (Santo André)	Mirandela	integrou Pousadas em 1841	União das Freguesias de Avantos e Romeu
Aveiras de Baixo (Nossa Senhora do	Aveiras de Baixo 1836 Azambuja	—	Aveiras de Baixo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Rosário)			
Aveiras de Cima (Nossa Senhora da Purificação)	Aveiras de Cima 1836 Azambuja	separada Vale do Paraíso em 1916	Aveiras de Cima
Aveiro – Espírito Santo (Espírito Santo)	Aveiro 1835 extinta	integrada em Aveiro – Glória em 1835	—
Aveiro – Glória (Nossa Senhora da Glória)	Aveiro	integrou Aveiro – Espírito Santo e Aveiro – São Miguel em 1835 separada Aveiro – São Bernardo em 1969 separada parte de Aveiro – Santa Joana em 1984	União das Freguesias de Glória e Vera Cruz
Aveiro – Santa Joana	1984 Aveiro	separada de Aveiro – Glória, Aveiro – São Bernardo, Aveiro – Vera Cruz e Esgueira em 1984	Santa Joana
Aveiro – São Bernardo	1969 Aveiro	separada de Aveiro – Glória em 1955 separada parte de Aveiro – Santa Joana em 1984	São Bernardo
Aveiro – São Jacinto	1955 Aveiro	separada de Aveiro – Vera Cruz em 1955	São Jacinto
Aveiro – São Miguel (São Miguel)	Aveiro 1835 extinta	integrada em Aveiro – Glória em 1835	—
Aveiro – Vera Cruz (Nossa Senhora da Apresentação)	Aveiro	separada Aveiro – São Jacinto em 1955 separada parte de Aveiro – Santa Joana em 1984	União das Freguesias de Glória e Vera Cruz
Avelal	1958 Sátão	separada de	Avelal

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Decermilo em 1958	
Avelanoso (São Pedro)	Miranda do Douro 1836 Outeiro 1853 Vimioso	—	União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso
Avelar (Divino Espírito Santo)	Avelar 1836 Chão de Couce 1855 Figueiró dos Vinhos 1895 Ansião	—	Avelar
Avelãs da Ribeira (Nossa Senhora da Graça)	Trancoso 1836 Alverca da Beira 1853 Pinhel 1855 Guarda 1895 Pinhel 1898 Guarda	—	Avelãs da Ribeira
Avelãs de Ambom (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda	—	União das Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo
Avelãs de Caminho (Santo António)	Avelãs de Caminho 1836 Anadia	—	Avelãs de Caminho
Avelãs de Cima (São Pedro)	Avelãs de Cima 1836 Anadia	—	Avelãs de Cima
Aveleda (O Salvador)	Lousada 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	Aveleda
Aveleda (Santa Eulália)	Aveleda 1836 Maia 1871 Vila do Conde	—	Aveleda
Aveleda (Santa Maria)	Vimieiro 1836 Braga	—	União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Aveleda (São Cipriano)	Bragança	integrou Varge em 1841-1849	União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor
Avelelas (Nossa Senhora da Natividade)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves 1853-1864 extinta	integrada em Águas Frias em 1853-1864	—
Aveloso (Nossa Senhora do Pranto)	Aveloso 1836 Meda	—	Aveloso
Aves (São Miguel)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila	integrou Romão em 1841-1849 integrou	Aves

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Nova de Famalicão 1879 Santo Tirso	Sobrado em 1841- 1849	
Avessadas (São Martinho)	Benviver 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Avessadas e Rosém
Avidagos (São Miguel)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	separada Pereira em 1933 integrou Guide em 1936	União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira
Avidos (São Martinho)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Avidos e Lagoa
Avinhó (Santa Maria Madalena)	Algozo 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Matela em 1841-1849	—
Avintes (São Pedro)	Avintes 1836 Vila Nova de Gaia	—	Avintes
Avioso – Santa Maria (Santa Maria)	Maia	—	Castêlo da Maia (fusão de Avioso (Santa Maria), Avioso (São Pedro), Gemunde, Barca e Gondim)
Avioso – São Pedro (São Pedro)	Maia	—	Castêlo da Maia (fusão de Avioso (Santa Maria), Avioso (São Pedro), Gemunde, Barca e Gondim)
Avis (Nossa Senhora de Orada)	Avis	—	Avis
Avô (Nossa Senhora da Assunção)	Avô 1855 Oliveira do Hospital	separada parte de Moura da Serra em 1962	Avô
Avões (São João Batista)	Lamego	—	Avões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Azambuja (Nossa Senhora da Assunção)	Azambuja	—	Azambuja
Azambujeira (Nossa Senhora do Rosário)	Azambujeira 1836 Rio Maior	—	União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo
Ázere (São Cosme e São Damião)	Arcos de Valdevez	—	Ázere
Ázere (São Mamede)	Ázere 1836 Tábua	—	União das Freguesias de Ázere e Covelo
Azevedo (São Miguel)	Caminha		União das Freguesias de Venade e Azevedo
Azevo (Nossa Senhora da Purificação)	Pinhel	—	Vale do Côa (fusão de Azevo e Cidadelhe)
Azias (Nossa Senhora da Assunção)	Ponte da Barca 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Ponte da Barca	—	Azias
Azinhaga (Nossa Senhora da Conceição)	Santarém 1836 Golegã 1837 Santarém 1895 Golegã	—	Azinhaga
Azinhal (Espírito Santo)	Castro Marim 1836 Vila Real de Santo António 1837 Castro Marim 1895 Vila Real de Santo António 1898 Castro Marim	—	Azinhal
Azinhal (Nossa Senhora do Rosário)	Castelo Mendo 1836 Pinhel 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Azinhal, Peva e Vale Verde
Azinhreira dos Barros (Nossa Senhora da Conceição)	Grândola	anexada São Mamede do Sádão em 1900-1911	Azinhreira dos Barros e São Mamede do Sádão
Azinhoso (Nossa	Azinhoso 1836	integrou Viduedo em	Azinhoso

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora da Natividade)	Mogadouro	1841-1849 integrou São Paio em 1936	
Azões (São Paio)	Albergaria de Penela 1836 Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias da Ribeira do Neiva (Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras)
Azoia (Santa Catarina)	Leiria	—	União das Freguesias de Parceiros e Azoia
Azoia de Baixo (Nossa Senhora da Conceição)	Santarém	—	União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém
Azoia de Cima (Nossa Senhora da Graça)	Santarém	—	União das Freguesias de Azoia de Cima e Tremês
Azueira (São Pedro dos Grilhões)	Torres Vedras 1837 Azueira 1846 Torres Vedras 1847 Azueira 1855 Mafra	—	União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira
Azurara (Santa Maria)	Azurara 1836 Vila do Conde	—	Azurara
Azurara da Beira (São Julião)	Azurara da Beira 1835 (ver Mangualde)	passou a denominar- se Mangualde em 1835	—
Azurém (São Pedro)	Guimarães	—	Azurém
Babe (São Pedro)	Bragança	integrou Laviada em 1841-1849	Babe
Baçal (São Romão)	Bragança	integrou Sacoias em 1841-1849 integrou Vale de Lamas em 1841-1849	Baçal
Bacelo	1997 Évora	separada de Évora –	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Sé em 1997	de Bacelo e Senhora da Saúde
Badamalos (São Bartolomeu)	Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos
Badim (São Julião)	Valadares 1855 Monção	—	União das Freguesias de Ceivães e Badim
Bagueixe (São Vicente)	Bragança 1836 Izeda 1855 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Talhinhos e Bagueixe
Baguim do Monte (Rio Tinto)	1985 Gondomar	separada de Rio Tinto em 1985	Baguim do Monte
Bagunte (Santa Maria)	Barcelos 1836 Vila do Conde	integrou Santagões em 1936	União das Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada
Baião – Santa Leocádia (Santa Leocádia)	(ver Lage) 1836 Baião	denominou-se Lage até 1836 separada parte de Ribadouro em 1939	União das Freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata
Baiões (Santa Eulália)	Lafões 1836 São Pedro do Sul		União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões
Bairradas	1984 Figueiró dos Vinhos	separada de Figueiró dos Vinhos em 1984	União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas
Bairral (?)	Lamego 1841-1849 extinta	integrada em Britiande em 1841- 1849	—
Bairro (São Pedro)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	integrou Riba de Ave – Santo Estêvão em 1841	Bairro
Bairros (São Miguel)	Castelo de Paiva	—	União das Freguesias de Sobrado e Bairros

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Bairros (São Facundo)	Vinhais 1841 extinta	integrada em Vinhais em 1841	—
Baixa da Banheira	1967 Moita	separada de Alhos Vedros em 1967 separada Vale da Amoreira em 1988	União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira
Bajouca	1971 Leiria	separada de Monte Redondo em 1971	Bajouca
Balança (São João Batista)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	Balança
Balazar (O Salvador)	Guimarães	—	União das Freguesias de Sande São Lourenço e Balazar
Balazar (Santa Eulália)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim 1853 Vila Nova de Famalicão 1855 Póvoa de Varzim	—	Balazar
Baldos (São Sebastião)	Moimenta da Beira	—	Baldos
Baleizão (Nossa Senhora da Graça)	Beja	integrou São Pedro de Pomares em 1953	Baleizão
Baltar (São Miguel)	Baltar 1836 Paredes	—	Baltar
Balugães (São Martinho)	Barcelos 1836 Ponte de Lima 1838 Barcelos	—	Balugães
Banho (O Salvador)	Barcelos 1836 Esposende 1838 Barcelos 1936 extinta	integrada em Vila Cova em 1936	—
Banho (Santa Eulália)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Marco de Canaveses	anexada Carvalhosa em 1900-1911	Banho e Carvalhosa
Banreses (São Geraldo)	Bragança 1836 Chacim 1841-1849 extinta	integrada em Vale da Porca em 1841-1849	—
Baraçal (Nossa Senhora da	Baraçal 1836 Celorico da Beira	—	Baraçal

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Conceição)			
Baraçal (Espírito Santo)	1904 Sabugal	separada de Vila de Touro em 1904	Baraçal
Barão de São João	1933 Lagos	separada de Bensafrim em 1933	União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João
Barão de São Miguel (São Miguel)	Lagos 1836 Vila do Bispo 1855 Lagos 1860 extinta 1925 Vila do Bispo	integrada em Budens em 1860 separada de Budens em 1925	Barão de São Miguel
Barbacena (Nossa Senhora da Graça)	Barbacena 1836 Elvas	—	União das Freguesias de Barbacena e Vila Fernando
Barbeita (O Salvador)	Monção	—	Barbeita
Barbudo [Parada e] (Divino Salvador)	Vila Chã 1836 Pico de Regalados 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	Vila Verde e Barbudo
Barcarena (São Pedro)	Lisboa 1836 Belas 1855 Oeiras 1895 Sintra 1898 Oeiras	separadas parte de Porto Salvo e parte de Queijas em 1993	Barcarena
Barca (São Martinho)	Maia	—	Castêlo da Maia (fusão de Avioso (Santa Maria), Avioso (São Pedro), Gemunde, Barca e Gondim)
Barcel (São Ciríaco)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	integrada em Cobro em 1936 separada de Cobro em 1949	União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa
Barcelinhos (Santo André)	Barcelos	—	Barcelinhos
Barcelos (Santa Maria Maior)	Barcelos	—	União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Martinho e São Pedro)
Barco (São Cláudio)	Guimarães	—	Barco
Barco (São Simão)	Covilhã	separada Coutada em 1984	União das Freguesias de Barco e Coutada
Barcos (Nossa Senhora da Assunção)	Barcos 1855 Tabuaço	—	União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia
Barcouço (Nossa Senhora do Ó)	Ançã 1853 Mealhada	—	Barcouço
Barosa (São Mateus)	Leiria	—	União das Freguesias de Marrazes e Barosa
Barqueiros (São Bartolomeu)	Barqueiros 1836 Mesão Frio	—	Barqueiros
Barqueiros (São João Batista)	Barcelos 1836 Esposende 1838 Barcelos	—	Barqueiros
Barrancos (Nossa Senhora da Conceição)	Barrancos 1895 Moura 1898 Barrancos	integrou Noudar em 1841-1849	Barrancos
Barreira (O Salvador)	Leiria	—	União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Barreira (Santa Catarina)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda 1895 Vila Nova de Foz Côa 1898 Meda	integrada Gateira em 1936	Barreira
Barreiro (Santa Cruz)	Barreiro	separadas Alto do Seixalinho e Verderena em 1985	União das Freguesias do Barreiro e Lavradio
Barreiro de Besteiros (Nossa Senhora da Natividade)	Besteiros 1835 Tondela	separada Tourigo em 1986	União das Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo
Barreiros (Santa Marinha)	Barreiros 1835 Viseu	—	União das Freguesias de Barreiros e Cepões
Barreiros (São Miguel)	Maia 1950 (ver Maia)	passou a denominar-	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		se Maia em 1950	
Barreiros (São Pedro)	Rendufe 1836 Amares	—	Barreiros
Barreiros (São Vicente)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços	—	Sonim e Barreiros
Barreiras (São Sebastião)	Fráguas 1883 (ver Vila Nova de Paiva)	passou a denominar- se Vila Nova de Paiva em 1883	—
Barril de Alva	1924 Arganil	separada de Vila Cova de Sub-Avô em 1924	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva
Bárrio (São Miguel)	Ponte de Lima	—	Bárrio e Cepões
Bárrio	1933 Alcobaça	separada de Cela em 1933	Bárrio
Barrô (Nossa Senhora da Assunção)	São Martinho de Mouros 1855 Resende	—	Barrô
Barrô de Aguada (Santo André)	Barrô de Aguada 1836 Águeda	—	União das Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo
Barroca (São Sebastião)	Fundão	—	Barroca
Barroças (São Miguel) e Taias (Santo André)	Monção	—	Barroças e Taias
Barros (Nossa Senhora)	Avis 1841 extinta	anexada a Figueira em 1841	—
Barros (Santo Estêvão)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide
Barrosa (São Brás)	Benavente	integrada em Benavente em 1841 separada de Benavente em 1988	Barrosa
Barrosas – Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Guimarães 1836 Barrosas 1852 Lousada	—	União das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)
Barroselas	(ver Capareiros) 1971	denominou-se	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Viana do Castelo	Capareiros até 1971	de Barroselas e Carvoeiro
Basto (Santa Senhorinha)	Cabeceiras de Basto	—	Basto
Basto (Santa Tecla)	Celorico de Basto 1836 Amarante 1837 Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Carvalho e Basto (Santa Tecla)
Basto (São Clemente)	Celorico de Basto	—	Basto (São Clemente)
Bastuço – Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Barcelos	—	União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estêvão)
Bastuço – São João (São João)	Barcelos	—	União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estêvão)
Batalha (Exaltação da Santa Cruz)	Batalha 1836 Leiria 1837 Batalha 1895 Leiria 1898 Batalha	separada Golpilheira em 1984	Batalha
Beato (São Bartolomeu)	(ver Lisboa – Xabregas) 1852 Olivais 1885 (ver Lisboa – Beato)	denominou-se Lisboa – Xabregas até 1852 integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Beberriqueira (São Pedro)	Tomar 1961 (ver São Pedro de Tomar)	passou a denominar- se São Pedro de Tomar em 1961	—
Beça (São Bartolomeu)	Montalegre 1836 Boticas	—	Beça
Beco (Santo Aleixo)	Dornes 1836 Ferreira do Zêzere	—	Beco
Beduído (São Tiago)	Estarreja	engloba a localidade de Estarreja sede de concelho	União das Freguesias de Beduído e Veiros
Beijós (São João Batista)	Oliveira do Conde 1836 Carregal do Sal	—	Beijós

[Contínente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Beirã	1944 Marvão	separada de Areias em 1944	Beirã
Beira Grande (Santo António)	Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores
Beiral do Lima (Santa Maria)	Ponte de Lima	—	Beiral do Lima
Beire (São Miguel)	Louredo 1836 Paredes	—	Beire
Beiriz (Santa Eulália)	Barcelos 1836 Vila do Conde 1853 Póvoa de Varzim	—	União das Freguesias de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai
Beja – Salvador (O Salvador)	Beja	—	União das Freguesias de Beja (Salvador e Santa Maria da Feira)
Beja – Santa Maria da Feira (Santa Maria da Feira)	Beja	—	União das Freguesias de Beja (Salvador e Santa Maria da Feira)
Beja – São João Batista (São João Batista)	Beja	—	União das Freguesias de Beja (Santiago Maior e São João Batista)
Beja – Santiago (São Tiago Maior)	Beja	—	União das Freguesias de Beja (Santiago Maior e São João Batista)
Bela (Nossa Senhora das Neves)	Monção	—	Bela
Belas (Nossa Senhora da Misericórdia)	Belas 1855 Sintra	anexada Benfica extramuros em 1895 separada Benfica extramuros em 1898 separada Queluz em 1925 separada parte de Agualva- Cacém em 1953	União das Freguesias de Queluz e Belas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		separada parte de Algueirão-Mem Martins em 1962 separada Casal de Cambra em 1997	
Belazaima do Chão (São Pedro)	Aveiro 1836 Águeda	—	União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão
Belém (Santa Maria de Belém)	(ver Lisboa – Belém) 1852 Belém 1885 (ver Lisboa – Belém)	deixou de fazer parte da cidade de Lisboa em 1852 integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Belide (Nossa Senhora da Saúde)	Belide 1836 Soure 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Soure 1847 Condeixa-a- Nova	—	União das Freguesias de Sebal e Belide
Belinho (São Pedro Fins)	Barcelos 1836 Esposende	—	União das Freguesias de Belinho e Mar
Belmonte – Santa Maria (Santa Maria)	Belmonte 1841 extinta	integrada em Belmonte – São Tiago em 1841	—
Belmonte – São Tiago (São Tiago)	Belmonte 1895 Covilhã 1898 Belmonte	integrou Belmonte – Santa Maria em 1841 separada Colmeal da Torre em 1949	União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre
Belver (Nossa Senhora das Neves)	Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Belver e Mogo de Malta
Belver (Nossa Senhora da Visitação)	Belver 1836 Mação 1898 Gavião	—	Belver
Bem da Fé (Nossa Senhora da Graça)	Coimbra 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Coimbra 1847	—	União das Freguesias de Vila Seca e Bem da Fé

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Condeixa-a-Nova		
Bemposta (Nossa Senhora da Silva)	Bemposta 1836 Penamacor 1837 Monsanto 1848 Penamacor	—	União das Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta
Bemposta (Santa Maria Madalena)	Abrantes 1836 Ulme 1837 Abrantes	—	Bemposta
Bemposta (São Pedro)	Bemposta 1836 Mogadouro	—	Bemposta
Benafim	1988 Loulé	separada de Alte em 1988	União das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim
Benavente (Nossa Senhora da Graça)	Benavente	integrou Barrosa em 1841 separada Barrosa em 1988	Benavente
Benavila (São Sebastião)	Benavila 1836 Avis	—	União das Freguesias de Benavila e Valongo
Bencatel (Santa Ana)	Vila Viçosa	—	Bencatel
Bendada (Santa Luzia)	Sortelha 1855 Sabugal	—	Bendada
Benedita (Nossa Senhora da Encarnação)	Santa Catarina 1836 Alcobaça	—	Benedita
Benespera (Santo Antão)	Guarda	—	Benespera
Benfeita (Santa Cecília)	Côja 1853 Arganil	separada parte de Moura da Serra em 1962	Benfeita
Benfica (Nossa Senhora do Amparo)	Lisboa 1852 Belém 1885 (ver Lisboa – Benfica)	separada Benfica extramuros em 1885 integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Benfica extramuros (Nossa Senhora do Amparo)	1885 Oeiras 1895 Sintra 1898 Oeiras 1916 (ver Amadora)	separada de Benfica em 1885 anexada a Carnaxide em 1885	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		separada de Carnaxide e anexada a Belas em 1895 separada de Belas e anexada a Carnaxide em 1898 separada de Carnaxide em 1916 passou a denominar-se Amadora em 1916	
Benfica do Ribatejo [Monção de] (Santa Marta)	Santarém 1836 Almeirim	—	Benfica do Ribatejo
Benlhevai (Espírito Santo)	Vila Flor	—	Benlhevai
Benquerença (Nossa Senhora das Neves)	Penamacor	—	Benquerença
Benquerenças (Nossa Senhora das Precês)	1841-1849 Castelo Branco	separada de Castelo Branco – Santa Maria em 1841-1849	Benquerenças
Bensafrim (São Bartolomeu)	Lagos	separada Barão de São João em 1933	União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João
Bente (Divino Salvador)	Landim 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Carreira e Bente
Beringel (Santo Estêvão)	Beringel 1836 Beja	separada Trigaches em 1988	Beringel
Bertiandos (São Salvador)	Bertiandos 1836 Ponte de Lima	—	Bertiandos
Beselga (Santa Cruz)	Penedono 1895 Meda 1896 Sernancelhe 1898 Penedono	—	Beselga
Beselga (São Silvestre)	Tomar	—	União das Freguesias de Madalena e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Beselga
Besteiros (São Cosme)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Paredes (fusão de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães)
Besteiros (São Paio)	Amares	—	União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros
Bico (São João Batista)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Bico e Cristelo
Bico (São Vicente)	Rendufe 1836 Amares	—	Bico
Bicos	1988 Odemira	separada de Colos e Vale de Santiago em 1988	(integrada em Colos e Vale de Santiago)
Bidoeira de Cima	1985 Leiria	separada de Milagres em 1985	Bidoeira de Cima
Bigorne (São Sebastião)	Lamego	integrou Pretarouca em 1936 separada Pretarouca em 1954	União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca
Bilhó (O Salvador)	Ermelo 1853 Mondim de Basto 1895 Celorico de Basto 1898 Mondim de Basto	—	Bilhó
Biscaíinho	1984 Coruche	separada de Coruche em 1984	Biscaíinho
Bismula (Nossa Senhora do Rosário)	Vilar Maior 1855 Sabugal	—	Bismula
Bitarães (São Tomé)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Paredes (fusão de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Boa Aldeia (Nossa Senhora da Assunção)	Boa Aldeia 1836 Tondela 1838 São Miguel do Outeiro 1855 Tondela 1876 Viseu	—	União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita
Boa Vista	1928 Leiria	separada de Colmeias e de Cortes em 1928	União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista
Boalhosa (Santo Estêvão)	Queijada e Boalhosa 1836 Ponte de Lima	—	Boalhosa
Boavista (São Pedro)	Penafiel	integrada em Galegos em 1841- 1849	—
Boavista dos Pinheiros	2001 Odemira	separada de Odemira – Santa Maria e Odemira – São Salvador em 2001	Boavista dos Pinheiros
Bobadela (Nossa Senhora da Graça)	Bobadela 1836 Oliveira do Hospital	—	Bobadela
Bobadela (São Miguel)	Montalegre 1836 Boticas	—	União das Freguesias de Ardãos e Bobadela
Bobadela (São Pedro)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	—	Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela)
Bobadela	1989 Loures	separada de São João da Talha em 1989	União das Freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela
Bodelhão (São Francisco de Assis)	Fundão 1895 Covilhã 1928 (ver Aldeia de São Francisco de Assis)	passou a denominar- se Aldeia de São Francisco de Assis em 1928	—
Bodiosa (São Miguel)	Viseu 1855 Vouzela 1871 Viseu	—	Bodiosa

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Boelhe (São Gens)	Penafiel	integrou Passinhos em 1841-1849	Boelhe
Bogalhal (São Miguel Arcanjo)	Pinhel	—	Valbom / Bogalhal
Bogas de Baixo (São Pedro)	Fundão	—	União das Freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo
Bogas de Cima (São Jerónimo)	1841-1849 Fundão	separada de Silvares em 1841-1849	Bogas de Cima
Boidobra (Santo André)	Covilhã	—	Boidobra
Boim (São Vicente)	Lousada 1836 Penafiel 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem
Boivães (São Miguel)	Ponte da Barca	—	Boivães
Boivão (São Tiago)	Sanfins 1836 Valença	—	Boivão
Bolho (São Mamede)	Cantanhede	—	União das Freguesias de Sepins e Bolho
Boliqueime (São Sebastião)	Loulé 1836 Albufeira 1838 Loulé 1839 Albufeira 1855 Loulé	—	Boliqueime
Bom Sucesso	1985 Figueira da Foz	separada de Quiaios em 1985	Bom Sucesso
Bombarral (O Salvador do Mundo)	Óbidos 1837 Cadaval 1855 Óbidos 1914 Bombarral	separada Vale Covo em 1948	União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo
Bonfim (Senhor do Bonfim)	1841-1849 Porto	separada de Campanhã, Porto – Santo Ildefonso e Porto – Sé em 1841- 1849	Bonfim
Borba – Matriz (Nossa Senhora das Neves)	Borba 1895 Vila Viçosa 1898 Borba	integrou Santa Bárbara em 1891	Borba (Matriz)
Borba – São Bartolomeu (São	Borba 1895 Vila Viçosa 1898 Borba	—	Borba (São Bartolomeu)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Bartolomeu)			
Borba de Godim (São Miguel)	Celorico de Basto 1836 Amarante 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim
Borba de Montanha (Santa Maria)	Celorico de Basto	—	Borba de Montanha
Borbela (Santa Maria)	Vila Real	—	União das Freguesias de Borbela e Lamas de Olo
Borda do Campo	1989 Figueira da Foz	separada de Paião em 1989	(integrada em Paião)
Bordeira (Nossa Senhora da Encarnação)	Lagos 1836 Vila do Bispo 1855 Lagos 1861 Aljezur 1895 Lagos 1898 Aljezur	integrou Carrapateira em 1849	Bordeira
Bordonhos (São João Batista)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	Bordonhos
Bornes [de Monte Mel] (Santa Maria)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Bornes e Burga
Bornes de Aguiar (São Martinho)	Vila Pouca de Aguiar	—	Bornes de Aguiar
Borralha	1986 Águeda	separada de Águeda em 1986	União das Freguesias de Águeda e Borralha
Botão (São Mateus)	Botão 1836 Coimbra	—	União das Freguesias de Souselas e Botão
Boticas	(ver Eiró) 1953 Boticas	denominou-se Eiró até 1953	União das Freguesias de Boticas e Granja
Bouça [de Nunes] (Nossa Senhora da Assunção)	Monforte de Rio Livre 1836 Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	—	Bouça
Bouça Cova (Santo António)	Trancoso 1836 Alverca da Beira 1853 Pinhel	—	Alverca da Beira / Bouça Cova
Bouças (O Salvador)	Bouças 1909 (ver Matosinhos)	passou a denominar- se Matosinhos em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1909	
Bouçoães (Nossa Senhora da Ribeira)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços	integrou Vilartão em 1841	Bouçoães
Bougado – Santiago (São Tiago)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	União das Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago)
Bougado – São Martinho (São Martinho)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	União das Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago)
Bouro (Santa Maria)	Santa Maria do Bouro 1836 Amares 1838 Santa Marta do Bouro 1853 Terras do Bouro 1855 Amares	—	Bouro (Santa Maria)
Bouro (Santa Marta)	Santa Marta do Bouro 1836 Amares 1837 Santa Marta do Bouro 1853 Amares	—	Bouro (Santa Marta)
Bousende (Nossa Senhora da Visitação)	Bragança 1836 Torre de Dona Chama 1841 extinta	integrada em Espadanedo em 1841	—
Braga – Cividade (São Tiago)	Braga	separada parte de Braga – São Vicente em 1933	União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Braga – Maximinos (São Pedro)	Braga	separada parte de Braga – São Vicente em 1933	União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Braga – São João do Souto (São João)	Braga	separada parte de Braga – São Vicente em 1933	União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Braga – São José de São Lázaro (São José)	Braga	separada parte de Braga – São Vicente em 1933	União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Braga – São Vicente	1933 Braga	separada de Braga – Cividade, Braga – Maximinos, Braga – São João do Souto, Braga – São José de São Lázaro, Braga – São Vítor e Braga – Sé em 1933	Braga – São Vicente
Braga – São Vítor (São Vítor)	Braga	separada parte de Braga – São Vicente em 1933	Braga – São Vítor
Braga – Sé (Santa Maria Maior)	Braga	separada parte de Braga – São Vicente em 1933	União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Bragada (Santa Eufémia)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Quintela de Lampaças em 1841- 1849	—
Bragado (São Pedro)	Vila Pouca de Aguiar	—	Bragado
Bragança – Santa Maria (Santa Maria)	Bragança	—	União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo
Bragança – Sé (São João Batista)	Bragança	—	União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo
Branca (São Vicente)	Pinheiro da Bemposta 1855 Albergaria-a-Velha	—	Branca
Branca	1984 Coruche	separada de Coruche em 1984	Branca
Brandara (São Tiago)	Ponte de Lima	—	Brandara
Brandoa	1979 Amadora	separada de Amadora em 1979	Encosta do Sol (fusão de Brandoa e Alfornelos)
Brasfemes (São João Batista)	Coimbra	—	Brasfemes

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Bravães (O Salvador)	Ponte da Barca	—	Bravães
Brenha (São Teotónio)	Alhadas 1836 Maiorca 1853 Figueira da Foz	—	(integrada em Alhadas)
Brinches (Nossa Senhora das Neves)	Serpa	—	Brinches
Brinço (Santa Catarina)	Mirandela 1836 Torre de Dona Chama 1853 Macedo de Cavaleiros 1855-1864 extinta	integrada em Ala em 1855-1864	—
Briteiros – Santa Leocádia (Santa Leocádia)	Guimarães	—	União das Freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia
Briteiros – Salvador (São Salvador)	Guimarães	—	União das Freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia
Briteiros – Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Guimarães	—	União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim
Britelo (São Martinho)	Ponte da Barca	—	Britelo
Britelo (São Pedro)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourlhe
Britiande (São Silvestre)	Britiande 1836 Lamego	integrou Bairral em 1841-1849	Britiande
Brito (Santa Bárbara)	Bragança 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Penhas Juntas em 1841	—
Brito (São João Batista)	Guimarães	—	Brito
Broqueira (São Simão)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Broqueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel
Brotas (Nossa Senhora)	Águias 1836 Pavia 1838	—	Brotas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora)	Mora 1855 Montemor-o- Novo 1861 Mora 1895 Arraiolos 1898 Mora		
Bruçó (Nossa Senhora da Assunção)	Mogadouro	—	Bruçó
Brufe (Espírito Santo)	Vila Garcia 1836 Terras de Bouro 1895 Vila Verde 1898 Terras de Bouro	—	União das Freguesias de Cibões e Brufe
Brufe (São Martinho)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Brufe
Brunhais (São Paio)	Póvoa de Lanhoso 1836 Vieira do Minho 1853 Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Esperança e Brunhais
Brunhós (Nossa Senhora da Conceição)	Montemor-o-Velho 1836 Abrunheira 1844 Verride 1853 Soure	—	União das Freguesias de Gesteira e Brunhós
Brunhoso (São Lourenço)	Mogadouro	—	Brunhoso
Brunhozinho (Nossa Senhora da Assunção)	Bemposta 1836 Mogadouro	—	União das Freguesias de Brunhozinho, Castanheira e Sanhoane
Buarcos (São Pedro)	Buarcos 1836 Figueira da Foz	integrou Redondos em 1841	Buarcos (integrou Figueira da Foz – São Julião)
Bucelas (Nossa Senhora da Purificação)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures	—	Bucelas
Bucos (São João Batista)	Cabeceiras de Basto	—	Bucos
Budens (São Sebastião)	Lagos 1836 Vila do Bispo 1855 Lagos 1861	integrou Barão de São Miguel em 1860	Budens

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Vila do Bispo 1895 Lagos 1898 Vila do Bispo	separada Barão de São Miguel em 1925	
Bugalhos (Nossa Senhora da Graça)	Torres Novas 1914 Alcanena	—	Bugalhos
Bunheiro (São Mateus)	Estarreja 1926 Murtosa	—	Bunheiro
Buraca	1979 Amadora	separada de Amadora em 1979	dividida entre Águas Livres e Alfragide
Burga (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Bornes e Burga
Burgães (São Tiago)	Refojos de Riba de Ave 1836 Negrelos 1853 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães
Burgo (Santíssimo Sacramento)	Burgo 1835 Arouca	—	União das Freguesias de Arouca e Burgo
Burgo (São Brás)	Mondim da Beira 1841 (ver São João de Tarouca)	passou a denominar- se São João de Tarouca em 1841	—
Bustelo (Santa Maria Madalena)	Ervededo 1853 Chaves	—	Bustelo
Bustelo [da Lage] (São João Batista)	Ferreiros de Tendais 1855 Cinfães	—	União das Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires
Bustelo (São Mamede)	Gestaçô 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei
Bustelo (São Miguel)	Bustelo 1836 Penafiel	—	Bustelo
Bustos	1920 Oliveira do Bairro	separada de Mamarrosa em 1920	União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa
Cabaços (Santo Adrião)	Moimenta da Beira	—	Cabaços

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Cabaços (São Miguel)	Cabaços 1836 Ponte de Lima	—	Cabaços e Fojo Lobal
Cabana Maior (São Martinho)	Arcos de Valdevez	—	Cabana Maior
Cabanas de Tavira	1997 Tavira	separada de Conceição em 1997	União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira
Cabanas de Torres [e Paula] (São Gregório Magno)	Alenquer	—	União das Freguesias de Abrigada e Cabanas de Torres
Cabanas de Viriato (São Cristóvão)	Oliveira do Conde 1836 Carregal do Sal	—	Cabanas de Viriato
Cabanelas (Santa Eulália)	Prado 1855 Vila Verde	integrou Macarome em 1841	Cabanelas
Cabanelas (São Sebastião)	Mirandela	integrou Chelas em 1936	Cabanelas
Cabeça [de Loriga] (São Romão)	Loriga 1855 Seia	—	União das Freguesias de Vide e Cabeça
Cabeça Boa (São Brás)	Torre de Moncorvo	integrou Cabeça de Mouro em 1884	Cabeça Boa
Cabeça de Igreja (São Bartolomeu)	Vinhais 1836 Santalha 1841 extinta 1853-1864 Vinhais 1936 extinta	integrada em Tuizelo em 1841 separada de Tuizelo em 1853- 1864 integrada em Tuizelo em 1936	—
Cabeça de Mouro (Nossa Senhora das Neves)	Torre de Moncorvo 1884 extinta	integrada em Cabeça Boa em 1884	—
Cabeça Gorda	1900-1911 Beja	separada de Salvada em 1900-1911	Cabeça Gorda
Cabeça Santa (O Salvador)	Penafiel	—	Cabeça Santa
Cabeção (Nossa Senhora da Purificação)	Cabeção 1836 Pavia 1838 Mora 1855 Montemor-o-Novo 1861	—	Cabeção

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Mora 1895 Arraiolos 1898 Mora		
Cabeceiras de Basto (São Nicolau)	Cabeceiras de Basto	—	Cabeceiras de Basto
Cabeço de Vide (Nossa Senhora das Candeias)	Cabeço de Vide 1836 Alter do Chão 1837 Cabeço de Vide 1855 Alter do Chão 1932 Fronteira	—	Cabeço de Vide
Cabeçudo (Santíssimo Sacramento)	Sertã	—	Cabeçudo
Cabeçudos (São Cristóvão)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos
Cabra (São Jerónimo)	Cabra 1836 Gouveia 1954 (ver Ribamondego)	passou a denominar- se Ribamondego em 1954	—
Cabração (Nossa Senhora da Assunção)	Ponte de Lima	—	Cabração e Moreira do Lima
Cabreira (Santa Maria Madalena)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira
Cabreiro (O Salvador)	Arcos de Valdevez	—	Cabreiro
Cabreiros (São Mamede)	Arouca	—	União das Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra
Cabreiros (São Miguel)	Barcelos 1836 Braga	—	União das Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
Cabrela (Nossa Senhora da Conceição)	Cabrela 1836 Montemor-o-Novo 1838 Canha 1838 Montemor-	integrou Landeira em 1936 separada Landeira em 1962	Cabrela

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	o-Novo 1895 Alcácer do Sal 1898 Montemor-o- Novo	separada parte de Silveiras em 1988	
Cabril [Baltar de] (Santa Maria)	Cabril 1836 Castro Daire	integrou Moimenta de Baltar em 1841	Cabril
Cabril (São Domingos)	Pampilhosa da Serra	—	Cabril
Cabril (São Lourenço)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	Cabril
Caçarelhos (São Pedro)	Miranda do Douro 1836 Vimioso	—	União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira
Caçarilhe (São Miguel)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Caçarilhe e Infesta
Cacela (Nossa Senhora da Assunção)	Vila Real de Santo António	—	Cacela
Cacém	2001 Sintra	separada de Aigualva-Cacém em 2001	União das Freguesias do Cacém e São Marcos
Cachoeiras (Nossa Senhora da Purificação)	Alenquer 1836 Castanheira do Ribatejo 1837 Vila Franca de Xira	—	União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras
Cachopo (Santo Estêvão)	Alcoutim 1836 Tavira	—	Cachopo
Cacia (São Julião)	Esgueira 1836 Aveiro	—	Cacia
Cacilhas	1985 Almada	separada de Almada em 1985	União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
Cadafais (Nossa Senhora da Assunção)	Alenquer	separada parte de Carregado em 1984	União das Freguesias de Carregado e Cadafais

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Cadafaz (Nossa Senhora das Neves)	Góis	—	União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal
Cadafaz (São Sebastião)	Celorico da Beira	—	União das Freguesias de Rapa e Cadafaz
Cadaval (Nossa Senhora da Conceição)	Cadaval 1836 Óbidos 1837 Cadaval 1895 Alenquer 1898 Cadaval	—	União das Freguesias de Cadaval e Pêro Moniz
Cadima (Nossa Senhora do Ó)	Cadima 1853 Cantanhede	separada Sanguinheira em 1986	Cadima
Cafede (Santo António)	Castelo Branco	—	União das Freguesias de Póvoa de Rio Moinhos e Cafede
Caia (Nossa Senhora da Encarnação)	Elvas	anexadas Elvas – São Pedro, São Vicente e Ventosa em 1878-1890 desanexadas São Vicente e Ventosa em 1900-1911	União das Freguesias de Caia e São Pedro e Alcáçova
Caíde de Rei (São Pedro)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1836 Barrosas 1838 Santa Cruz de Riba Tâmega 1849- 1855 Lousada	—	Caíde de Rei
Caires (Santa Maria)	Amares	—	Caires
Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo (Nossa Senhora do Pópulo)	Caldas da Rainha	separada Caldas da Rainha – Santo Onofre em 1957	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório
Caldas da Rainha – Santo Onofre	1984 Caldas da Rainha	separada de Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo em 1984	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Caldas de São Jorge	(ver São Jorge de Caldelas) 1985 Santa Maria da Feira	denominou-se São Jorge de Caldelas até 1985	União das Freguesias de Caldás de São Jorge e Pigeiros
Caldas de Vizela – São João (São João Batista)	Guimarães 1998 Vizela	—	União das Freguesias de Caldás de Vizela (São Miguel e São João)
Caldas de Vizela – São Miguel (São Miguel)	Guimarães 1998 Vizela	—	União das Freguesias de Caldás de Vizela (São Miguel e São João)
Calde (Nossa Senhora da Natividade)	Viseu 1836 Mões 1837 Viseu	—	Calde
Caldelas (São Tiago)	Amares 1836 Pico de Regalados 1837 Amares	—	União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos
Caldelas (São Tomé)	Guimarães	—	Caldelas
Caldelas (São Vicente)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde 1864-1878 (ver Ponte)	passou a denominar- se Ponte em 1864- 1878	—
Calendário [de Vermoim] (São Julião)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário
Calhandriz (São Marcos)	Alhandra 1855 Vila Franca de Xira	—	União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz
Calheiros (Santa Eufémia)	Ponte de Lima	—	Calheiros
Calvão (Santa Maria)	Chaves 1836 Ervededo 1853 Chaves	—	União das Freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia
Calvão	1933 Vagos	separada de Vagos	Calvão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		em 1933 separada Ponte de Vagos em 1968	
Calvaria de Cima	1924 Porto de Mós	separada de Porto de Mós – São João Batista e Porto de Mós – São Pedro em 1924	Calvaria de Cima
Calvelhe (São Justo)	Bragança 1836 Izeda 1855 Bragança	—	União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova
Calvelo (São Pedro)	Albergaria de Penela 1836 Ponte de Lima	—	Calvelo
Calvos (São Gens)	Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Calvos e Frades
Calvos (São Lourenço)	Guimarães	—	União das Freguesias de Serzedo e Calvos
Camarate (São Tiago Maior)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Lisboa 1895 Loures	—	União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação
Camarneira	1993 Cantanhede	separada de Covões em 1993	União das Freguesias de Covões e Camarneira
Cambas (São João Batista)	Fundão 1836 Oleiros	—	Cambas
Cambeses (O Salvador)	Monção	—	Cambeses
Cambeses (São Tiago)	Cambeses 1836 Barcelos	—	Cambeses
Cambeses do Rio (São Memede)	Montalegre	—	União das Freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe
Cambra (São Julião)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades 1871 Vouzela	—	União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Vermilhas
Cambres (São Martinho)	Lamego	—	Cambres
Caminha – Matriz (Nossa Senhora da Assunção)	Caminha	—	União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho
Campanhã (Santa Maria)	Campanhã 1836 Porto	separada parte de Bonfim em 1841- 1849	Campanhã
Campanhó (Santa Bárbara)	Ermelo 1853 Mondim de Basto 1895 Celorico de Basto 1898 Mondim de Basto	—	União das Freguesias de Campanhó e Paradaça
Campeã (Santo André)	Vila Real 1836 Ermelo 1853 Vila Real	—	Campeã
Campelo (Nossa Senhora da Graça)	Miranda do Corvo 1836 Figueiró dos Vinhos	—	Campelo
Campelo (São Bartolomeu)	Baião	—	União das Freguesias de Campelo e Ovil
Campelos	1945 Torres Vedras	separada de Torres Vedras – Santa Maria do Castelo e São Miguel em 1945	União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça
Campia (São Miguel)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades 1871 Vouzela	—	Campia
Campinho	1988 Reguengos de Monsaraz	separada de Campo em 1988	União das Freguesias de Campo e Campinho
Campo (O Salvador)	Barcelos	—	União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)
Campo (Santa Maria Madalena)	Viseu	—	Campo
Campo (São Marcos)	Monsaraz 1838	separada Campinho	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Reguengos de Monsaraz 1843 Monsaraz 1847 Reguengos de Monsaraz	em 1988	de Campo e Campinho
Campo (São Martinho)	Aguiar de Sousa 1836 Valongo	—	União das Freguesias de Campo e Sobrado
Campo – São Martinho (São Martinho de Tours)	Francemil 1836 Negrelos 1855 Santo Tirso	integrou São Salvador do Campo em 1936 separada São Salvador do Campo em 1961	União das Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede)
Campo de Besteiros	(ver Santa Eulália) 1929 Tondela	denominou-se Santa Eulália até 1929	Campo de Besteiros
Campo de Víboras (Nossa Senhora da Assunção)	Vimioso	—	União das Freguesias de Algozo, Campo de Víboras e Uva
Campo do Gerês (São João Batista)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	Campo do Gerês
Campo Grande (Santos Reis Magos)	Lisboa 1852 Olivais 1885 (ver Lisboa – Campo Grande)	integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Campo Maior – Nossa Senhora da Expectação (Nossa Senhora da Expectação)	Campo Maior	—	Nossa Senhora da Expectação
Campo Maior – São João Batista (São João Batista)	Campo Maior	integrou Ouguela em 1879	São João Batista
Campos (São João Batista)	Vila Nova de Cerveira 1836 Valença 1837 Vila Nova de Cerveira 1895	—	União das Freguesias de Campos e Vila Meã

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Valença 1898 Vila Nova de Cerveira		
Campos (São Martinho)	Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Campos e Louredo
Campos (São Vicente)	Ruivães 1853 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Ruivães e Campos
Canadelo (São Pedro)	Ovelha do Marão 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Olo e Canadelo
Canal (Nossa Senhora das Relíquias)	Canal 1836 Estremoz 1936 extinta	integrada em Glória em 1936	—
Canas (São Tomé)	Barbosa 1836 Penafiel 1841-1849 extinta	integrada em Rans em 1841-1849	—
Canas de Sabugosa (Nossa Senhora da Assunção)	Canas de Sabugosa 1836 Tondela 1838 São Miguel do Outeiro 1855 Tondela 1966 (ver Canas de Santa Maria)	passou a denominar- se Canas de Santa Maria em 1966	—
Canas de Santa Maria	(ver Canas de Sabugosa) 1966 Tondela	denominou-se Canas de Sabugosa até 1966	Canas de Santa Maria
Canas de Senhorim (O Salvador)	Canas de Senhorim 1852 Nelas	separada Lapa do Lobo em 1985	Canas de Senhorim
Canaveses (Nossa Senhora da Expectação)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	—	Canaveses
Canaviais	1985 Évora	separada de Évora – Sé em 1985	Canaviais
Candal (Nossa Senhora da Natividade)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	União das Freguesias de Carvalhais e Candal
Candedo (Santa Maria Madalena)	Murça	integrou Sobreira em 1936	Candedo
Candedo (São Nicolau)	Vinhais	integrou Espinhoso em 1841	Candedo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Candemil (São Cristóvão)	Gestaçô 1836 Amarante	—	Candemil
Candemil (São Félix)	Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	União das Freguesias de Candemil e Gondar
Candosa (São Facundo)	Candosa 1836 Midões 1853 Tábua	—	Candosa
Candoso – São Martinho (São Martinho)	Guimarães		Candoso (São Martinho)
Candoso (São Sebastião)	Vila Flor	—	União das Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas
Candoso – São Tiago (São Tiago)	Guimarães		União das Freguesias de Candoso São Tiago e Mascotelos
Caneças	1915 Loures 1998 Odivelas	separada de Loures em 1915	União das Freguesias de Ramada e Caneças
Canedo (O Salvador)	Montalegre 1836 Boticas 1895 Ribeira de Pena	—	Canedo
Canedo (São Pedro)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior
Canedo de Basto (Santa Maria)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Canedo de Basto e Corgo
Canelas (São Miguel)	Alvarenga 1836 Arouca	—	União das Freguesias de Canelas e Espunca
Canelas (São João Batista)	Vila Nova de Gaia	—	Canelas
Canelas (São Mamede)	Penafiel	—	Canelas
Canelas (São Tomé)	Pinheiro da Bemposta	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1836 Angeja 1853 Estarreja		de Canelas e Fermelã
Canelas	1976 Peso da Régua	separada de Poiares em 1976	União das Freguesias de Poiares e Canelas
Canha (Nossa Senhora da Oliveira)	Canha 1836 Montemor- o-Novo 1838 Canha 1838 Aldeia Galega do Ribatejo (1930) Montijo	separada parte de Santo Isidro de Pegões em 1957 separada Pegões em 1985	Canha
Canhestros	1988 Ferreira do Alentejo	separada de Ferreira do Alentejo em 1988	União das Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros
Canhoso	1997 Covilhã	separada de Cantar- Galo, Covilhã – Conceição, Teixoso e Vila do Carvalho em 1997	União das Freguesias de Covilhã [Conceição, Santa Maria, São Martinho e São Pedro] e Canhoso
Cançada (São Mamede)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Cançada e Soengas
Canidelo (Santo André)	Vila Nova de Gaia	—	Canidelo
Canidelo (São Pedro)	Maia 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Malta e Canidelo
Cano (Nossa Senhora da Graça)	Cano 1836 Sousel 1855 Fronteira 1863 Sousel 1895 Estremoz 1898 Sousel	—	Cano
Cantanhede (São Pedro)	Cantanhede	separada São Caetano em 1985	União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça
Cantar-Galo	1997 Covilhã	separada de Aldeia do Carvalho em 1987 separada parte de Canhoso em 1997	União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Cantelães (Santo Estêvão)	Vieira do Minho	separada parte de Vieira do Minho em 1933	Cantelães
Capareiros (São Pedro)	Capareiros 1836 Viana (1848) Viana do Castelo 1971 (ver Barrocelas)	passou a denominar- se Barrocelas em 1971	—
Caparica (Nossa Senhora do Monte)	Almada	separada Trafaria em 1926 separadas Charneca da Caparica e Sobreda em 1985	União das Freguesias de Caparica e Trafaria
Caparrosa (São Miguel)	Besteiros 1835 Tondela	—	União das Freguesias de Caparrosa e Silvares
Capela (São Tiago)	Penafiel	—	Capela
Capelins (Santo António)	Terena 1836 Alandroal	engloba a localidade de Ferreira que constituiu o concelho de Ferreira de Capelins até 1836	Capelins
Capeludos (São João Batista)	Vila Pouca de Aguiar	—	Capeludos
Capinha (São Sebastião)	Fundão	—	Capinha
Caramos (São Martinho)	Felgueiras 1836 Barrocelas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Caranguejeira (São Cristóvão)	Leiria	separada parte de Santa Eufémia em 1928	Caranguejeira
Carapeços (São Tiago)	Barcelos	—	Carapeços
Carapelhos	1984 Mira	separada de Mira em 1984	Carapelhos
Carapinha (Bom	Sanguinheda 1836	—	Carapinha

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Jesus)	Farinha Podre 1837 Tábua		
Carapinheira [do Campo] (Santa Susana)	Montemor-o-Velho	—	Carapinheira
Carapito (Nossa Senhora da Purificação)	Carapito 1836 Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	Carapito
Caravelas (São Brás)	Mirandela 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros 1855 Mirandela	—	Caravelas
Carção (Santa Cruz)	Outeiro 1853 Vimioso	—	Carção
Carçãozinho (São Pedro)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Serapicos em 1841- 1849	—
Carcavelos (Nossa Senhora dos Remédios)	Oeiras 1895 Cascais	—	União das Freguesias de Carcavelos e Parede
Cardanha (Nossa Senhora da Oliveira)	Alfândega da Fé 1853 Torre de Moncorvo	—	União das Freguesias de Adeganha e Cardanha
Cardielos (São Tiago Maior)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Cardielos e Serreleis
Cardigos (Nossa Senhora da Assunção)	Cardigos 1836 Proença- a-Nova 1837 Vila de Rei 1877 Mação	—	Cardigos
Cardosas (São Miguel)	Arruda dos Vinhos 1887 Sobral de Monte Agraço 1890 Arruda dos Vinhos 1895 Vila Franca de Xira 1898 Arruda dos Vinhos	—	Cardosas
Caria (Nossa Senhora	Caria 1836 Belmonte	—	Caria

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
da Conceição)	1895 Covilhã 1898 Belmonte		
Caria (Nossa Senhora da Corredoura)	Caria 1855 Sernancelhe 1896 Moimenta da Beira	—	Caria
Caridade (Nossa Senhora)	Monsaraz 1838 Reguengos de Monsaraz 1843 Monsaraz 1847 Reguengos de Monsaraz 1936 extinta	integrada em Reguengos de Monsaraz em 1936	—
Carlão (Santa Águeda)	Alijó	—	União das Freguesias de Carlão e Amieiro
Carmões (São Domingos)	Ribaldeira 1855 Torres Vedras	—	União das Freguesias de Carvoeira e Carmões
Carnaxide (São Romão)	Lisboa 1836 Oeiras 1895 Cascais 1898 Oeiras	anexada Benfica extramuros em 1885 separada Benfica extramuros em 1895 anexada Benfica extramuros em 1898 separada Benfica extramuros em 1916 separadas Algés, Cruz Quebrada- Dafundo, Linda-a- Velha e parte de Queijas em 1993	União das Freguesias de Carnaxide e Queijas
Carneiro (São Martinho)	Gestaçô 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei
Carnicães (Nossa Senhora da Calçada)	Trancoso	—	União das Freguesias de Vilares e Carnicães
Carnide (São Lourenço)	Lisboa 1852 Belém 1885 (ver Lisboa –	separada Carnide extramuros em 1885	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Carnide)	integrada na cidade de Lisboa em 1885	
Carnide extramuros (São Lourenço)	(ver Carnide) 1885 Olivais 1885 extinta	separada de Carnide em 1885 anexada a Odivelas em 1885	—
Carnide	1952 Pombal	separada de Vermoil em 1952	Carnide
Carnota (Santa Ana)	Alenquer	—	Carnota
Carocedo (Nossa Senhora da Assunção)	Faílde 1836 Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Faílde em 1841-1849	—
Cárquere (Santa Maria)	Resende	—	Cárquere
Carragosa (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança	integrou Soutelo da Gamoeda em 1841- 1849	Carragosa
Carragozela (São Sebastião)	Seia	—	União das Freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge
Carralcova (São Tiago)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Grade e Carralcova
Carrapatas (São Geraldo)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	—	Carrapatas
Carrapateira (Nossa Senhora da Conceição)	Lagos 1836 Vila do Bispo 1849 extinta	integrada em Bordeira em 1849	—
Carrapichana (São Lourenço)	Linhares 1855 Celorico da Beira	—	Carrapichana
Carrazedada de Ansiães (Santa Águeda)	Carrazedada de Ansiães	integrou Samorinha em 1936	Carrazedada de Ansiães
Carrazedo (Santa Cecília)	Bragança	integrou Alimonde em 1841-1849	União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo
Carrazedo (São	Amares	—	Carrazedo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Martinho)			
Carrazedo de Montenegro (São Nicolau)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	—	Carrazedo de Montenegro e Curros
Carreço (Santa Maria)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	Carreço
Carregal (Espírito Santo)	Caria 1855 Sernancelhe	—	Carregal
Carregado	1984 Alenquer	separada de Alenquer – Santo Estêvão, Alenquer – Triana e Cadafais em 1984	União das Freguesias de Carregado e Cadafais
Carregosa (O Salvador)	Oliveira de Azeméis 1836 Macieira de Cambra 1837 Oliveira de Azeméis	anexada Vila Cova de Perrinho em 1895 separada Vila Cova de Perrinho em 1898	Carregosa
Carregueira	1985 Chamusca	separada de Pinheiro Grande em 1985	Carregueira
Carregueiros (São Miguel)	Tomar	separada Pedreira em 1933	Carregueiros
Carreira – São Miguel (São Miguel)	Barcelos	—	União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta
Carreira – São Tiago (São Tiago)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Carreira e Bente
Carreira (São Tiago)	Santo Tirso	—	União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave
Carreira	1989 Leiria	separada de Souto de Carpalhosa em 1989	União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira
Carreiras – Santiago (São Tiago)	Vila Chã 1836 Portela de Penela 1837 Vila	—	União das Freguesias de Carreiras (São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Chã 1855 Vila Verde		Miguel) e Carreiras (Santiago)
Carreiras – São Miguel (São Miguel)	Vila Chã 1836 Portela de Penela 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago)
Carreiras (São Sebastião)	Portalegre	—	União das Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras
Cariço	1960 Pombal	separada de Louriçal em 1960	Cariço
Cartaxo (São João Batista)	Cartaxo	separada Casal de Ouro em 1907	União das Freguesias de Cartaxo e Vale da Pinta
Carva (São Sebastião)	Alfarela de Jales 1853 Murça	—	União das Freguesias de Carva e Vilares
Carvalhais (Espírito Santo)	Mirandela	integrou Contins, Vila Nova e Vilar de Ledra em 1841	Carvalhais
Carvalhais (São Tiago)	Lafões 1836 São Pedro do Sul		União das Freguesias de Carvalhais e Candal
Carvalhal (Nossa Senhora do Amparo)	Pedrogão Pequeno 1836 Oleiros 1837 Sertã	—	Carvalhal
Carvalhal (Nossa Senhora dos Prazeres)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda	—	União das Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela
Carvalhal (São Paio)	Barcelos	—	Carvalhal
Carvalhal (Senhor Jesus e São Pedro)	Óbidos 1837 Cadaval 1855 Óbidos 1914 Bombarral	—	Carvalhal
Carvalhal	1985 Abrantes	separada de Souto em 1985	Carvalhal
Carvalhal	1988 Grândola	separada de Melides em 1988	Carvalhal

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Carvalhal Benfeito (Nossa Senhora das Mercês)	Santa Catarina 1836 Caldas da Rainha	—	Carvalhal Benfeito
Carvalhal da Atalaia (São Sebastião)	Pinhel 1841 extinta	integrada em Atalaia em 1841	—
Carvalhal de Vermilhas (São Simão)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades 1871 Vouzela	—	União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas
Carvalhal Meão (São Tiago)	Guarda	—	integrada em Adão
Carvalhal Redondo (São João Evangelista)	Senhorim 1836 Canas de Senhorim 1852 Nelas	englobava a localidade da Aguieira que constituiu o concelho da Aguieira até 1835 separada Aguieira em 1985	União das Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira
Carvalhas (São Martinho)	Barcelos	—	Carvalhas
Carvalheira (São Paio)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	Carvalheira
Carvalho (Nossa Senhora da Conceição)	Carvalho 1836 Penacova	—	Carvalho
Carvalho (São Miguel)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Carvalho e Basto (Santa Tecla)
Carvalho de Egas (Santa Catarina)	Vilarinho da Castanheira 1836 Carrazeda de Ansiães 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Vila Flor	—	União das Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas
Carvalho de Rei (São	Gestaçõ 1836 Amarante	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Martinho)			de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei
Carvalhosa (São Romão)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Marco de Canaveses 1900-1911 extinta	anexada a Banho em 1900-1911	—
Carvalhosa (São Tiago)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Carvalhosa
Carviçais (Nossa Senhora da Assunção)	Mós 1836 Torre de Moncorvo	—	Carviçais
Carvide (São Lourenço)	Leiria 1836 Marinha Grande 1838 Leiria	—	União das Freguesias de Monte Real e Carvide
Carvoeira (Nossa Senhora da Luz)	Torres Vedras 1836 Ribaldeira 1837 Torres Vedras	—	União das Freguesias de Carvoeira e Carmões
Carvoeira (Nossa Senhora do Ó)	Carvoeira 1836 Ericeira 1855 Mafra	—	Carvoeira
Carvoeiro (Santa Maria Maior)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Barroselas e Carvoeiro
Carvoeiro (São João Batista)	Carvoeiro 1836 Mação	—	Carvoeiro
Casa Branca (Nossa Senhora da Graça)	Avis 1836 Sousel 1855 Fronteira 1863 Sousel 1895 Estremoz 1898 Sousel	—	Casa Branca
Casa do Soeiro	1988 Celorico da Beira	separada de Celorico da Beira – São Pedro em 1988	Casa do Soeiro
Casais (Nossa Senhora do Reclamador)	Tomar	separada Além da Ribeira em 1985	União das Freguesias de Casais e Alviobeira
Casais (São Paio)	Aguiar de Sousa 1836	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Paredes 1838 Lousada		de Nespereira e Casais
Casais do Douro (São Sebastião)	Valença do Douro 1836 São João da Pesqueira	integrada em Ervedosa do Douro em 1936	—
Casal Comba (São Martinho)	Casal Comba 1836 Mealhada	—	Casal Comba
Casal de Cambra	1997 Sintra	separada de Belas em 1997	Casal de Cambra
Casal de Cinza (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda	—	Casal de Cinza
Casal de Ermio (Santo António)	Lousã	—	União das Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio
Casal de Loivos (São Bartolomeu)	Gouvães do Douro 1836 Favaios 1853 Alijó	separada Pinhão em 1933	União das Freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas
Casal de Ouro (Nosso Senhor Jesus dos Aflitos)	1907 Cartaxo 1926 (ver Vila Chã de Ourique)	separada de Cartaxo em 1907 passou a denominar-se Vila Chã de Ourique em 1926	—
Casal dos Bernardos	1964 Vila Nova de Ourém (1989) Ourém	separada de Freixianda em 1964	União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
Casal Vasco (Santo António)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	integrou Ramirão em 1841	Casal Vasco
Casas de Monforte (Santa Marinha)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves 1863-1864 extinta	integrada em Águas Frias em 1853-1864	—
Casas do Rio (Nossa Senhora da Graça)	Celorico da Beira 1841 extinta	integrada em Forno Telheiro em 1841	—
Cascais –	Cascais	integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Ressurreição (Nossa Senhora da Ressurreição)		Cascais – Assunção em 1841	
Cascais – Assunção (Nossa Senhora da Assunção)	Cascais	integrou Cascais – Ressurreição em 1841 separada parte de Estoril em 1915	União das Freguesias de Cascais e Estoril
Casegas (São Pedro <i>ad vincula</i>)	Covilhã	—	União das Freguesias de Casegas e Ourondo
Casével (Santa Maria)	Santarém 1836 Pernes 1855 Santarém	—	União das Freguesias de Casével e Vaqueiros
Casével (São João Batista)	Casével 1836 Messejana 1855 Castro Verde	—	União das Freguesias de Castro Verde e Casével
Castainço (São Sebastião)	Penedono 1895 São João da Pesqueira 1898 Penedono	—	Castainço
Castanheira (Nossa Senhora da Conceição)	Jarmelo 1853 Guarda	integrou Rabaça em 1841	Castanheira
Castanheira (Nossa Senhora da Graça)	Moreira de Rei 1836 Trancoso	—	Castanheira
Castanheira (Santo André)	Penas Róias 1836 Mogadouro	—	União das Freguesias de Brunhinho, Castanheira e Sanhoane
Castanheira (São Pedro)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Castanheira
Castanheira de Pêra (São Domingos)	Pedrógão Grande 1895 Figueiró dos Vinhos 1898 Pedrógão Grande 1914 Castanheira de	—	União das Freguesias de Castanheira de Pêra e Coentral

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Pêra		
Castanheira do Ribatejo (São Bartolomeu)	Castanheira do Ribatejo 1837 Vila Franca de Xira		União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras
Castanheira do Vouga (São Mamede)	Castanheira do Vouga 1836 Vouga 1853 Águeda	—	União das Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão
Castanheiro do Norte (São Brás)	Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Castanheiro do Norte e Ribalonga
Castanheiro do Sul (Nossa Senhora da Assunção)	Castanheiro do Sul 1836 Trevões 1855 São João da Pesqueira	—	Castanheiro do Sul
Castedo (São João Batista)	Alijó	—	União das Freguesias de Castedo e Cotas
Castedo [de Vilariga] (São Miguel)	Vilarinho da Castanheira 1836 Carrazeda de Ansiães 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Torre de Moncorvo	—	Castedo
Casteição (Nossa Senhora da Assunção)	Casteição 1836 Meda	—	União das Freguesias de Prova e Casteição
Castelãos (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Castelãos e Vilar do Monte
Casteleiro (O Salvador)	Sortelha 1855 Sabugal	integrou Valverdinho em 1841	Casteleiro
Castelejo (Nossa Senhora da Silva)	Fundão	—	Castelejo
Castelo (Espírito Santo)	Sertã	—	Castelo
Castelo (Nossa Senhora da	Castelo 1836 Moimenta da Beira	—	Castelo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Conceição)			
Castelo (São Pedro <i>ad vincula</i>)	Alfândega da Fé 1841- 1849 extinta	integrada em Alfândega da Fé em 1841-1849	—
Castelo Bom (Nossa Senhora da Assunção)	Castelo Bom 1836 Almeida	—	Castelo Bom
Castelo Branco (Nossa Senhora da Assunção)	Mogadouro	integrou Estevais em 1936	Castelo Branco
Castelo Branco – Santa Maria (Nossa Senhora da Assunção)	Castelo Branco 1841- 1849 extinta	separada Benquerenças em 1841-1849 separada Cebolais de Cima em 1841- 1849 integrada em Castelo Branco – São Miguel em 1841- 1849	—
Castelo Branco – São Miguel [da Sé] (São Miguel)	Castelo Branco	integrou Castelo Branco – Santa Maria em 1841-1849	Castelo Branco
Castelo de Penalva (São Pedro)	Penalva do Castelo	—	Castelo de Penalva
Castelo de Vide – Santa Maria da Devesa (Santa Maria)	Castelo de Vide	—	Santa Maria da Devesa
Castelo de Vide – São João Batista (São João Batista)	Castelo de Vide	—	São João Batista
Castelo de Vide – São Tiago Maior (São Tiago Maior)	Castelo de Vide	—	São Tiago Maior
Castelo do Neiva (São Tiago)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	Castelo do Neiva

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Castelo Melhor (Espírito Santo)	Almendra 1855 Vila Nova de Foz Côa	—	Castelo Melhor
Castelo Mendo (São Pedro)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monte Perobolço e Mesquitela
Castelo Novo (Nossa Senhora da Graça)	Castelo Novo 1836 Alpedrinha 1855 Fundão	—	Castelo Novo
Castelo Rodrigo (Nossa Senhora do Reclamador)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	integrou Nave Redonda em 1841	Castelo Rodrigo
Castelo Viegas (Santo Estêvão)	Coimbra	—	União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas
Castelões (São João Batista)	Guimarães 1895 Póvoa de Lanhoso 1898 Guimarães		União das Freguesias de Arosa e Castelões
Castelões (São Tiago)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Castelões
Castelões de Cepeda (O Salvador)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Paredes (fusão de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães)
Castelões [de Recezinhos] (O Salvador)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Penafiel	—	Castelões
Castelões (São Salvador)	Besteiros 1835 Tondela	—	Castelões
Castrelos (São João Batista)	Bragança	integrou Conlelas em 1841-1849	União das Freguesias de Castrelos e Carrzedo
Castro Daire (São)	Castro Daire	—	Castro Daire

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pedro)			
Castro de Avelãs (São Bento)	Bragança	integrou Fontes Barrosas em 1841-1849 integrada em Gostei em 1841-1849 separada de Gostei em 1888	Castro de Avelãs
Castro Laboreiro (Santa Maria)	Castro Laboreiro 1836 Melgaço 1841 Castro Laboreiro 1855 Melgaço	—	União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro
Castro Marim (São Tiago)	Castro Marim 1836 Vila Real de Santo António 1837 Castro Marim 1895 Vila Real de Santo António 1898 Castro Marim	separada Altura em 1993	Castro Marim
Castro Roupal (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Vinhas em 1841-1849	—
Castro Verde (Nossa Senhora da Conceição)	Castro Verde	—	União das Freguesias de Castro Verde e Casével
Castro Vicente (São Vicente)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Alfândega da Fé 1855 Mogadouro	—	Castro Vicente
Catavelos (São Sebastião)	Casal 1836 Gouveia	—	Catavelos
Cavadoude (Nossa Senhora da Conceição)	Celorico da Beira 1836 Guarda	separada Porto da Carne em 1841	Cavadoude
Cavalões (São Martinho)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	integrou Gemunde em 1841-1849	União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz
Cavernães (Santo Isidoro)	Viseu	—	Cavernães

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Cavez (São João Batista)	Cabeceiras de Basto	—	Cavez
Caxarias	1947 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Seiça em 1947	Caxarias
Caxias	2001 Oeiras	separada de Paço de Arcos em 2001	União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
Cazares [e Cerdedo] (Santa Cecília)	Vinhais 1836 Santalha 1841 extinta	integrada em Montouto em 1841	—
Cebola (São Jorge)	Covilhã 1960 (ver São Jorge da Beira)	passou a denominar- se São Jorge da Beira em 1960	—
Cebolais de Cima (Nossa Senhora dos Prazeres)	1841-1849 Castelo Branco	separada de Castelo Branco – Santa Maria em 1841-1849 separada Retaxo em 1881	União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo
Cedães (Santo Ildefonso)	Mirandela	integrou Vale de Lobo em 1841	Cedães
Cedaínhos (São Ciríaco)	Mirandela 1836 Cortiços 1853 Mirandela 1936 extinta	integrada em Vale de Asnes em 1936	—
Cedovim (São João Batista)	Cedovim 1836 Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Cedovim
Cedrim (São João Batista)	Sever do Vouga 1895 Albergaria-a-Velha 1898 Sever do Vouga	—	União das Freguesias de Cedrim e Paradela
Ceira (Nossa Senhora da Assunção)	Coimbra	—	Ceira
Ceivães (O Salvador)	Valadares 1855 Monção	—	União das Freguesias de Ceivães e Badim
Cela (Santo André)	Cela 1836 Alcobaça	separada Bárrio em 1933	Cela

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Cela (Nossa Senhora das Neves)	Chaves	—	União das Freguesias de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela
Celas (São Genésio)	Bragança 1836 Vinhais	integrou Mós de Celas, Negreda e São Cibrão em 1841	Celas
Celavisa (São Miguel)	Celavisa 1836 Arganil	—	Celavisa
Celeirós (São Lourenço)	Vimieiro 1836 Braga	—	União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Celeirós (São Pedro)	Vila Real 1836 Sabrosa	—	Celeirós
Celorico da Beira – Santa Maria (Santa Maria)	Celorico da Beira	—	União das Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego
Celorico da Beira – São Pedro (São Pedro)	Celorico da Beira	integrou Aldeia da Serra em 1841 separada Casa do Soeiro em 1988	União das Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego
Cem Soldos (Santa Maria Madalena)	Tomar 1936 (ver Madalena)	passou a denominar- se Madalena em 1936	—
Cendufe (São Tiago)	Arcos de Valdevez	—	Cendufe
Cepães (São Mamede)	Cepães 1836 Fafe	—	União das Freguesias de Cepães e Fareja
Cepelos (Santa Maria)	Gouveia 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão
Cepelos (São João Batista)	Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale	—	Cepelos

[Continte] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	de Cambra		
Cepões (Nossa Senhora do Rosário)	Lamego	—	União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões
Cepões (São Tiago)	Ponte de Lima	—	Bárrio e Cepões
Cepões (São Tiago)	Viseu	—	União das Freguesias de Barreiros e Cepões
Cepos (São Sebastião)	Arganil	—	União das Freguesias de Cepos e Teixeira
Cercal (São Salvador)	Vila Nova de Milfontes 1836 Cercal 1855 Odemira 1875 Santiago do Cacém	—	Cercal
Cercal (São Vicente)	Cadaval 1836 Alcoentre 1855 Cadaval 1895 Azambuja 1898 Cadaval	—	União das Freguesias de Lamas e Cercal
Cercal	1984 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Espite em 1984	União das Freguesias de Matas e Cercal
Cércio (Santo Amaro)	Miranda do Douro 1841- 1849 extinta	integrada em Duas Igrejas em 1841- 1849	—
Cercosa (Nossa Senhora da Conceição)	Mortágua	—	Cercosa
Cerdal (Santa Eulália)	Valença	—	Cerdal
Cerdedo (São Tiago)	Montalegre 1836 Boticas	—	União das Freguesias de Alturas do Barroso e Cerdedo
Cerdeira (Santo António)	Côja 1853 Arganil	—	União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra
Cerdeira (Senhora da Visitação)	Castelo Mendo 1836 Vilar Maior 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal	—	Cerdeira
Cerejais (São Paulo)	Alfândega da Fé 1895	—	Cerejais

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Torre de Moncorvo 1898 Alfândega da Fé		
Cerejo (Santa Maria Madalena)	Trancoso 1836 Alverca da Beira 1853 Pinhel	—	Terras de Massueime (fusão de Ervas Tenras e Cerejo)
Cernache (Nossa Senhora da Assunção)	(ver Sernache dos Alhos) 1910 Coimbra	denominou-se Sernache dos Alhos até 1910	Cernache
Cernache do Bonjardim (São Sebastião)	Sertã	—	União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais
Cernadela (São Miguel)	Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros 1855- 1864 extinta	integrada em Cortiços em 1855- 1864	—
Cernadelo (São Tiago)	Lousada 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)
Cerva (São Pedro)	Cerva 1853 Ribeira de Pena	—	União das Freguesias de Cerva e Limões
Cervães (Salvador)	Cervães 1836 Prado 1855 Vila Verde	—	Cervães
Cervos (Santa Cristina)	Montalegre 1836 Boticas 1838 Montalegre	—	Cervos
Cesar (São Pedro)	Oliveira de Azeméis	—	Cesar
Cete (São Pedro)	Cete 1836 Paredes	—	Cete
Chã (São Vicente)	Montalegre	—	Chã
Chacim (Santa Comba)	Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros		Chacim
Chafé	1985 Viana do Castelo	separada de Anha em 1985	Chafé
Chainça	1989 Leiria	separada de Santa Catarina da Serra em	União das Freguesias de Santa Catarina da

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1989	Serra e Chainça
Chamoim (São Tiago)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	União das Freguesias de Chamoim e Vilar
Chamusca (São Brás)	Chamusca	—	União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande
Chancelaria (Santa Eufémia)	Torres Novas	—	Chancelaria
Chancelaria (Santo Estêvão)	Chancelaria 1836 Alter do Chão	separada Cunheira em 1976	Chancelaria
Chão de Couce (Nossa Senhora da Conceição)	Chão de Couce 1855 Figueiró dos Vinhos 1895 Ansião	—	Chão de Couce
Chãos (São Silvestre)	Pias 1836 Ferreira do Zêzere	—	Chãos
Chapa (São Cipriano)	Celorico de Basto 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa
Charneca (São Bartolomeu)	Lisboa 1852 Olivais 1885 (ver Lisboa – Charneca)	separada Charneca extramuros em 1885 integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Charneca extramuros (São Bartolomeu)	1885 Olivais 1885 extinta	separada de Charneca em 1885 anexada a Sacavém em 1885	—
Charneca da Caparica	1985 Almada	separada de Caparica em 1985	União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda
Chãs [de Longroiva] (São Caetano)	Longroiva 1836 Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa	—	Chãs
Chãs de Tavares (Santa Maria)	Tavares 1852 Mangualde	—	União das Freguesias de Tavares (Chãs,

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Várzea e Travanca)
Chavães (São Martinho)	Chavães 1836 Tabuaço	—	Chavães
Chavão (São João Batista)	Barcelos	—	União das Freguesias de Negreiros e Chavão
Chave (Santa Eulália)	Arouca	—	Chave
Chaves (Santa Maria Maior)	Chaves	separada Madalena em 1984	Santa Maria Maior
Chaviães (Santa Maria Madalena)	Melgaço	—	União das Freguesias de Chaviães e Paços
Cheiras (Espírito Santo)	Jarmelo 1841 extinta	integrada em Pínzio em 1841	—
Chelas (Santa Maria Madalena)	Mirandela 1936 extinta	integrada em Cabanelas em 1936	—
Cheleiros (Nossa Senhora da Assunção do Reclamador)	Cheleiros 1836 Sintra 1855 Mafra	—	União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros
Chorense (Santa Marinha)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	União das Freguesias de Chorense e Monte
Chorente (São Miguel)	Barcelos	—	União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
Chosendo (São Miguel)	Fonte Arcada 1855 Sernancelhe	—	Chosendo
Chouto (Nossa Senhora da Conceição)	Santarém 1836 Ulme 1855 Chamusca	—	União das Freguesias de Parreira e Chouto
Cibões (São Mamede)	Vila Garcia 1836 Terras de Bouro 1895 Vila Verde 1898 Terras de Bouro	—	União das Freguesias de Cibões e Brufe
Ciborro	1984 Montemor-o-Novo	separada de	Ciborro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Montemor-o-Novo – Nossa Senhora do Bispo em 1984	
Cicouro (São João Batista)	Miranda do Douro	—	União das Freguesias de Constantim e Cicouro
Cidadelhe (Santo Amaro)	Pinhel	—	Vale do Côa (fusão de Azevo e Cidadelhe)
Cidadelhe (São Vicente)	Mesão Frio	—	Cidadelhe
Cidões (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Vilar de Peregrinos em 1841	—
Ciladas (Nossa Senhora de Ciladas)	Vila Viçosa	integrada São Romão em 1936	Ciladas
Cimbres (São Martinho)	Tarouca 1836 Mondim da Beira 1895 Armamar	—	Cimbres
Cimo de Vila da Castanheira (São João Batista)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	—	Cimo de Vila da Castanheira
Cinco Vilas (Santa Maria Maior)	Cinco Vilas 1836 Almeida 1895 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Cinco Vilas e Reigada
Cinfães (São João Batista)	Cinfães 1836 São Cristóvão de Nogueira 1837 Cinfães	—	Cinfães
Cioga do Campo (Nossa Senhora da Conceição)	Ançã 1836 Coimbra 1880 (ver São João do Campo)	passou a denominar- se São João do Campo em 1880	—
Cobro (São Sebastião)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	integrou Barcel em 1936 separada Barcel em 1949	Cobro
Codal (São Tiago)	Macieira de Cambra 1895 Oliveira de	integrada Vila Cova de Perrinho em 1936	União das Freguesias de Vila Chã, Codal e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale de Cambra	separada Vila Cova de Perrinho em 1940	Vila Cova de Perrinho
Codeceda (São Pedro)	Ponte da Barca 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias do Vade (fusão de Atães, Covas, Penascals, Valões e Codeceda)
Codeçoso (Santo André)	Aboim e Codeçoso 1836 Amarante 1837 Celorico de Basto	—	Codeçoso
Codeseiro (Nossa Senhora da Anunciação)	Codeseiro 1836 Jarmelo 1853 Guarda	—	Codeseiro
Codessos (São João Batista)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	anexada a Lamoso em 1900-1911 separada de Lamoso em 1956	Sanfins Lamoso Codessos
Codessoso [de Canedo] (São Lourenço)	Montalegre 1836 Boticas	—	União das Freguesias de Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega
Coelhoso (São Tiago)	Bragança 1836 Izeda 1855 Bragança	—	Coelhoso
Coentral (Nossa Senhora da Nazaré)	Pedrógão Grande 1895 Figueiró dos Vinhos 1898 Pedrógão Grande 1914 Castanheira de Pêra	—	União das Freguesias de Castanheira de Pêra e Coentral
Cogula (São Miguel)	Trancoso	—	Cogula
Coimbra – Almedina (São João)	Coimbra 1854 extinta 1913 Coimbra	integrada em Coimbra – Sé Velha em 1854 nova denominação de Coimbra – Sé Velha em 1913	União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Coimbra – Pedrulha (Nossa Senhora da Visitação)	Coimbra 1854 extinta	integrada em Coimbra – Santa Cruz em 1854	—
Coimbra – Salvador (O Salvador)	Coimbra 1854 extinta	integrada em Coimbra – Sé Nova em 1854	—
Coimbra – Santa Cruz (São João do Isento)	Coimbra	integrou Coimbra – Pedrulha e Coimbra – Santa Justa em 1854 separada parte de Santa Clara em 1854	União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)
Coimbra – Santa Justa (Santa Justa)	Coimbra 1854 extinta	integrada em Coimbra – Santa Cruz em 1854	—
Coimbra – São Bartolomeu (São Bartolomeu)	Coimbra	integrou Coimbra – São Tiago em 1854 separada parte de Santa Clara em 1854	União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)
Coimbra – São Pedro (São Pedro)	Coimbra 1854 extinta	integrada em Coimbra – Sé Nova e Santo António dos Olivais em 1854	—
Coimbra – São Tiago (São Tiago)	Coimbra 1854 extinta	integrada em Coimbra – São Bartolomeu em 1854	—
Coimbra – Sé Nova (Nossa Senhora da Assunção)	Coimbra	integrou Salvador e parte de São Pedro em 1854 separada parte de Santa Clara em 1854	União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)
Coimbra – Sé Velha (São Cristóvão)	Coimbra 1913 (ver Coimbra – Almedina)	integrou Almedina em 1854 parte integrada em Santa Clara em 1854	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		passou a denominar- se Coimbra – Almedina em 1913	
Coimbrão (São Miguel Arcanjo)	Leiria	—	Coimbrão
Coina (O Salvador do Mundo)	Coina 1836 Alhos Vedros 1837 Moita 1837 Alhos Vedros 1855 Barreiro 1864-1878 extinta 1985 Barreiro	integrou Palhais em 1849-1864 sede transferida para Palhais em 1864- 1878 separada de Palhais em 1985	União das Freguesias de Palhais e Coina
Côja (São Miguel)	Côja 1853 Arganil	—	União das Freguesias de Côja e Barril de Alva
Colares (Nossa Senhora da Assunção)	Colares 1855 Sintra	—	Colares
Colmeal (São Miguel)	Pinhel 1895 Figueira de Castelo Rodrigo	integrou Luzelos em 1841	União das Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim
Colmeal (São Sebastião)	Góis	—	União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal
Colmeal da Torre	1949 Belmonte	separada de Belmonte em 1949	União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre
Colmeias (São Miguel)	Leiria	separada parte de Boa Vista em 1928 separada Memória em 1985	União das Freguesias de Colmeias e Memória
Colos (Nossa Senhora da Assunção)	Colos 1836 Cercal 1855 Odemira	separada parte de Bicos em 1988	Colos (integrou parte de Bicos)
Comenda (Nossa Senhora da Graça)	Belver 1836 Gavião 1895 Crato 1898 Gavião	separada Atalaia em 1841	Comenda
Comporta	1989 Alcácer do Sal	separada de Alcácer do Sal – Santa Maria	Comporta

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		do Castelo em 1989	
Concavada	1985 Abrantes	separada de Alvega em 1985	União das Freguesias de Alvega e Concavada
Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Faro	—	União das Freguesias de Conceição e Estoi
Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Messejana 1855 Ourique	—	União das Freguesias de Panoias e Conceição
Conceição [de Tavira] (Nossa Senhora da Conceição)	Tavira	separada Cabanas de Tavira em 1997	União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira
Conde (São Martinho)	Guimarães	—	União das Freguesias de Conde e Gandarela
Condeixa-a-Nova (Santa Cristina)	Coimbra 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Coimbra 1847 Condeixa-a-Nova	—	União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova
Condeixa-a-Velha (São Pedro)	Coimbra 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Coimbra 1847 Condeixa-a-Nova	—	União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova
Conlelas (São Pedro)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Castrelos em 1841- 1849	—
Constance (Santa Eulália)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1853 Marco de Canaveses	—	Constance
Constância (São Julião)	(ver Punhete) 1836 Constância 1895 Abrantes 1898 Constância	denominou-se Punhete até 1836	Constância
Constantim (Nossa Senhora da)	Miranda do Douro	—	União das Freguesias de Constantim e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Assunção)			Cicouro
Constantim (Santa Maria da Feira)	Vila Real	—	União das Freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras
Contim (São Vicente)	Montalegre	integrou Vilaça em 1841-1849	União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães
Contins (São João Batista)	Mirandela 1841 extinta	integrada em Carvalhais em 1841	—
Cordinhã (Santo André)	Cantanhede	—	Cordinhã
Coreixas (Santa Maria)	Penafiel 1841-1849 extinta	integrada em Irivo em 1841-1849	—
Corgo (São Romão)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Canedo de Basto e Corgo
Coriscada (Santo António)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda	integrou Aldeia Rica em 1841	Coriscada
Cornes (São Pantaleão)	Vila Nova de Cerveira 1836 Valença 1837 Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	Cornes
Coroadá (Nossa Senhora das Neves)	Moura 1851 extinta	integrada em Safara e Sobral da Adiça em 1851	—
Coronado – São Mamede (São Mamede)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	União das Freguesias de Coronado (São Romão e São Mamede)
Coronado – São Romão (São Romão)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	União das Freguesias de Coronado (São Romão e São Mamede)
Correlhã (São Tomé)	Correlhã 1836 Ponte de	—	Correlhã

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Lima		
Corroios	1976 Seixal	separada de Amora em 1976	Corroios
Corte do Pinto (Nossa Senhora da Conceição)	Mértola	—	Corte do Pinto
Cortegaça (Santa Marinha)	Cortegaça 1836 Feira 1879 Ovar	—	Cortegaça
Cortegaça (São Tiago)	Mortágua	—	União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça
Cortes (Nossa Senhora da Gaiola)	Leiria	separada parte de Boa Vista em 1928	União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Cortes	1989 Monção	separada de Mazedo em 1989	União das Freguesias de Mazedo e Cortes
Cortes do Meio (São Roque)	Covilhã	—	Cortes do Meio
Cortiçada (Espírito Santo)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	Cortiçada
Cortiçadas de Lavre	1988 Montemor-o-Novo	separada de Lavre em 1988	União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre
Corticeiro de Cima	1985 Cantanhede	separada de Febres em 1985	União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima
Cortiçô da Serra (Nossa Senhora da Conceição)	Celorico da Beira	—	União das Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais
Cortiçô [de Algodres] (São Pelágio)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	União das Freguesias de Cortiçô e Vila Chã
Cortiços (São Nicolau)	Cortiços 1853 Macedo	integrou Cernadela	Cortiços

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	de Cavaleiros	em 1855-1864	
Coruche (São João Batista)	Coruche	integrou Erra, Santana do Mato, São José da Lamarosa e São Torcato em 1936 separada São José da Lamarosa em 1962 separadas Biscaíno. Branca, Erra, Fajarda e Santana do Mato em 1984	União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra
Coruche (São Pedro)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	União das Freguesias de Aguiar da Beira e Coruche
Corujas (São Tiago)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	—	Corujas
Corujeira (Nossa Senhora das Neves)	Guarda	—	União das Freguesias de Corujeira e Trinta
Corval (São Pedro)	Monsaraz 1838 Reguengos de Monsaraz 1843 Monsaraz 1847 Reguengos de Monsaraz	—	Corval
Corvite (Santa Maria)	Guimarães 1936 extinta 2003 Guimarães	integrada em Ponte em 1936 separada de Ponte em 2003	União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite
Cossourado (Santa Maria)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Cossourado e Linhares
Cossourado (São Tiago)	Barcelos	—	Cossourado

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Costa (Santa Marinha)	Guimarães		Costa
Costa da Caparica	1939 Almada	separada de Trafaria em 1939	Costa da Caparica
Cota (São Pedro)	Viseu 1836 Mões 1855 Viseu	—	Cota
Cotas (Santa Maria)	Vila Real 1836 Alijó 1841 Favaios 1853 Alijó	—	União das Freguesias de Castedo e Cotas
Cótimos (Santo André)	Moreira 1835 Moreira de Rei 1836 Trancoso	—	Cótimos
Coto (Nossa Senhora dos Anjos)	Óbidos 1836 Caldas da Rainha	—	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório
Coucheiro (São João Batista)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Coucheiro
Couço (Santo António)	Coruche	integrou Peso e Santa Justa em 1936	Couço
Couço (São Tomé)	Valadares 1855 Melgaço	—	Couço
Coura (São João Batista)	Armamar	—	(integrado em Armamar)
Coura (São Marinho)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Coura
Courel (São Martinho)	Barcelos	—	União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
Courelas (Santo Antão)	Trancoso 1841 extinta	integrada em Trancoso – São Pedro em 1841	—
Coutada	1984 Covilhã	separada de Barco em 1984	União das Freguesias de Barco e Coutada
Couto – Santa Cristina (Santa Cristina)	Santo Tirso	—	União das Freguesias de Santo Tirso, Couto

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			(Santa Cristina e São Miguel) e Burgães
Couto – São Miguel (São Miguel)	Refojos de Riba de Ave 1836 Negrelos 1853 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães
Couto (São Pedro)	Arcos de Valdevez	—	Couto
Couto (São Tiago)	Barcelos	—	União das Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto
Couto de Baixo (Santa Eulália)	Santa Eulália 1836 Viseu	—	União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima
Couto de Cima (São Martinho)	Santa Eulália 1836 Viseu	—	União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima
Couto de Esteves (Santo Estêvão)	Esteves 1836 Sever do Vouga 1895 Albergaria- a-Velha 1898 Sever do Vouga	—	Couto de Esteves
Couto do Mosteiro (Santa Columba)	Mosteiro 1836 Santa Comba Dão	—	União das Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro
Cova (São João Batista)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Ventosa e Cova
Cova da Lua (Santa Comba)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Espinhosela em 1841-1849	—
Cova da Piedade	1928 Almada	separada de Almada em 1928 separada Laranjeiro em 1985	União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
Covão do Lobo (O Salvador)	Vagos 1853 Mira 1855- 1864 Vagos	separada Fonte de Angeão em 1965 separada Santa	União das Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Catarina em 1985	
Covas (Nossa Senhora da Conceição)	Lagos da Beira 1836 Midões 1853 Tábua	integrou Parcelada em 1841	União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha
Covas (Santa Maria)	Ponte da Barca 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias do Vade (fusão de Atães, Covas, Penascais, Valões e Codeceda)
Covas (São João Evangelista)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Figueiras e Covas
Covas (São Salvador)	Caminha 1836 Vila Nova de Cerveira 1895 Caminha 1898 Vila Nova de Cerveira	—	Covas
Covas (São Sebastião)	São João da Pesqueira 1841 extinta	integrada em Pereiros em 1841	—
Covas do Barroso (Santa Maria)	Montalegre 1836 Boticas	separada São Salvador de Viveiro em 1967	Covas do Barroso
Covas do Douro (São João Batista)	Vila Real 1836 Provesende 1853 Sabrosa	—	Covas do Douro
Covas do Rio (São Facundo)	Lafões 1836 Sul 1855 São Pedro do Sul		União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio
Covelães (Santa Maria)	Montalegre	integrou Paredes do Rio em 1855	União das Freguesias de Sezelhe e Covelães
Covelas (São Julião)	Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	—	Covelas
Covelas (São Martinho)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	Covelas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Covelinhas (Santa Comba)	Vila Real 1836 Canelas 1853 Peso da Régua	—	União das Freguesias de Galafura e Covelinhas
Covelo (Nossa Senhora da Apresentação)	Ázere 1836 Farinha Podre 1853 Tábua	—	União das Freguesias de Ázere e Covelo
Covelo (Santa Maria)	Aguiar de Sousa 1836 Gondomar	—	União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo
Covelo de Paivó (São Pedro)	Lafões 1836 Sul 1855 São Pedro do Sul 1917 Arouca	—	União das Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde
Covelo do Gerês (São Pedro)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	Covelo do Gerês
Covide (Santa Marinha)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	Covide
Covilhã – Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	1841 Covilhã	criada em 1841 por fusão de Covilhã – Santa Marinha, Covilhã – São Bartolomeu, Covilhã – São Paulo e Covilhã – São Salvador separada parte de Canhoso em 1997	União das Freguesias de Covilhã [Conceição, Santa Maria, São Martinho e São Pedro] e Canhoso
Covilhã – Madalena (Santa Maria Madalena)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – São Pedro em 1841	—
Covilhã – Santa Maria (Santa Maria Maior)	Covilhã	integrou parte de Covilhã – São Silvestre em 1851	União das Freguesias de Covilhã [Conceição, Santa Maria, São Martinho e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			São Pedro] e Canhoso
Covilhã – Santa Marinha (Santa Marinha)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – Conceição em 1841	—
Covilhã – São Bartolomeu (São Bartolomeu)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – Conceição em 1841	—
Covilhã – São João do Hospital (São João do Hospital de Malta)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – São Pedro em 1841	—
Covilhã – São João do Monte (São João Mártir)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – São Martinho em 1841	—
Covilhã – São Martinho (São Martinho)	Covilhã	integrou Covilhã – São João do Monte e Covilhã – São Vicente em 1841	União das Freguesias de Covilhã [Conceição, Santa Maria, São Martinho e São Pedro] e Canhoso
Covilhã – São Paulo (São Paulo)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – Conceição em 1841	—
Covilhã – São Pedro (São Pedro)	Covilhã	integrou Covilhã – Madalena, Covilhã – São João do Hospital e Covilhã – São Tiago em 1841 integrou parte de Covilhã – São Silvestre em 1851	União das Freguesias de Covilhã [Conceição, Santa Maria, São Martinho e São Pedro] e Canhoso
Covilhã – São Salvador (São Salvador)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – Conceição em 1841	—
Covilhã – São Silvestre (São Silvestre)	Covilhã 1851 extinta	dividida entre Covilhã – Santa Maria e Covilhã – São Pedro	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		em 1851	
Covilhã – São Tiago (São Tiago)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – São Pedro em 1841	—
Covilhã – São Vicente (São Vicente)	Covilhã 1841 extinta	integrada em Covilhã – São Martinho em 1841	—
Covões (Santo António)	Cantanhede	separada Camarneira em 1993	União das Freguesias de Covões e Camarneira
Coz (Santa Eufémia)	Coz 1836 Alcobaça	—	União das Freguesias de Coz, Alpedriz e Montes
Crasto (Nossa Senhora da Expectação)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços 1900-1911 extinta	anexada a Água Revés em 1900-1911	—
Crasto (São Martinho)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas
Crato – Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Crato 1893 (ver Crato e Mártires)	integrou Crato – Mártires em 1893 passou a denominar- se Crato e Mártires em 1893	—
Crato – Mártires (Nossa Senhora dos Mártires)	Crato 1893 extinta	integrada em Crato – Conceição em 1893	—
Crato e Mártires	(ver Crato – Conceição) 1893 Crato	denominou-se Crato – Conceição até 1893	União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso
Creixomil (São Miguel)	Guimarães		Creixomil
Creixomil (São Tiago)	Barcelos		União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			de Creixomil e Mariz
Crespos (Santa Eulália)	Braga	—	União das Freguesias de Crespos e Pousada
Crestuma (Santa Marinha)	Crestuma 1836 Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma
Cristelo (O Salvador)	Barcelos	—	Cristelo
Cristelo (São Miguel)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Bico e Cristelo
Cristelo (São Tiago Maior)	Caminha	—	União das Freguesias de Moledo e Cristelo
Cristelo (São Miguel)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Cristelo
Cristelo Covo (Santa Maria)	Valença	—	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão
Cristelos (Santo André)	Lousada 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem
Cristoval (São Martinho)	Melgaço	—	Cristoval
Croca (São Pedro)	Penafiel	—	Croca
Crujeães (Santa Comba)	Barcelos	separada Várzea em 1841 integrada em Várzea em 1936	—
Cruz (São Tiago)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Cruz
Cruz Quebrada- Dafundo	1993 Oeiras	separada de Carnaxide em 1993	União das Freguesias de Algés, Linda-a- Velha e Cruz Quebrada–Dafundo
Cuba (São Vicente)	Cuba	—	Cuba
Cubalhão (Natividade de Nossa Senhora)	Valadares 1855 Melgaço	—	União das Freguesias de Parada do Monte e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Cubalhão
Cucujães (São Martinho)	Cucujães 1836 Oliveira de Azeméis 1927 (ver Vila de Cucujães)	passou a denominar- se Vila de Cucujães em 1927	—
Cuide de Vila Verde (São Mamede)	Ponte da Barca	—	Cuide de Vila Verde
Cujó	1949 Castro Daire	separada de São Joãozinho em 1949	Cujó
Cumeada (Santa Ana)	Sertã	—	União das Freguesias de Cumeada e Marmeleiro
Cumeeira (São Sebastião)	Penela	—	Cumeeira
Cumieira (Santa Eulália)	Santa Marta de Penaguião 1895 Vila Real 1898 Santa Marta de Penaguião	—	Cumieira
Cunha (Santa Maria da Colina)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Cunha
Cunha [Alta] (São Facundo)	Sernancelhe	integrou Tabosa das Arnas em 1936	Cunha
Cunha (São Miguel)	Guimarães 1836 Barcelos 1855 Braga	—	União das Freguesias de Arentim e Cunha
Cunha Alta (São Pedro)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta
Cunha Baixa (São Tomé)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	Cunha Baixa
Cunheira	1976 Alter do Chão	separada de Chancelaria em 1976	Cunheira
Curalha (Santo André)	Chaves	—	Curalha
Curopos (Santa Maria Madalena)	Vinhais	integrou Valpaço em 1841	União das Freguesias de Curopos e Vale de Janeiro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Curral de Vacas (Santo António)	Monforte de Rio Livre 1836 Chaves 1836-1841 Monforte de Rio Livre 1841 extinta	integrada em Lebução em 1841	—
Currelos (Nossa Senhora da Purificação)	Currelos 1836 Carregal do Sal	—	União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral
Curros (Nossa Senhora das Neves)	Montalegre 1836 Boticas	separada Fiães do Tâmega em 1841	União das Freguesias de Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega
Curros (São Miguel)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços 1895 Murça 1898 Valpaços	—	Carrazedo de Montenegro e Curros
Curvos (São Cláudio)	Esposende	—	União das Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos
Custóias (São João Batista)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Custóias
Custóias (São Tiago)	Leça do Bailio 1836 Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de Custóias, Leça do Bailio e Guifões
Dálvares (O Espírito Santo)	Tarouca 1895 Lamego 1898 Tarouca	—	União das Freguesias de Tarouca e Dálvares
Damaia	1979 Amadora	separada de Amadora em 1979	Águas Livres (Damaia e partes de Buraca e Reboleira)
Dardavaz (Santa Maria)	Besteiros 1835 Tondela	—	Dardavaz
Darque (São Sebastião)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	Darque
Deão (São Pedro)	Geraz do Lima 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Deão
Decermilo (São Pedro)	Gulfar 1836 Sátão	separada Avelal em 1958	União das Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa
Degolados (Nossa Senhora da Graça)	Arronches 1895 Campo Maior 1898 Arronches 1926 Campo Maior	integrou parte de Lameira em 1839	Degolados
Degracias (São Sebastião)	Rabaçal 1852 Soure	—	União das Freguesias de Degracias e Pombalinho
Deilão (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança	integrou Petisqueira em 1841-1849 integrou Vila Meã em 1841-1849	União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão
Delães (O Salvador)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Delães
Dem	1968 Caminha	separada de Gondar e Orbacém em 1968	Dem
Deocriste (São Mamede)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã
Desejosa [e Balsa] (Santo Antão)	Valença do Douro 1836 Tabuaço 1885 São João da Pesqueira 1895 Tabuaço	—	Desejosa
Destriz (Santa Maria)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	União das Freguesias de Destriz e Reigoso
Dine (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Fresulfe em 1841	—
Dois Portos (São Pedro)	Ribaldeira 1855 Torres Vedras	—	União das Freguesias de Dois Portos e Runa
Dominguizo (Divino Espírito Santo)	Covilhã	—	Dominguizo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Donai (São Salvador)	Bragança	integrou Lagomar em 1841-1849 integrou Vila Nova em 1841- 1849	Donai
Donas [Aldeia Nova das] (Santa Maria)	Fundão	—	União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo
Donim (O Salvador)	Guimarães	—	União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim
Donões (São Pedro)	Montalegre	—	União das Freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe
Dornelas (O Salvador)	Amares 1837 Santa Marta do Bouro 1853 Amares	—	Dornelas
Dornelas (São Pedro)	Dornelas 1836 Boticas	—	Dornelas
Dornelas (São Sebastião)	Pena Verde 1836 Algodres 1837 Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	Dornelas
Dornelas	1989 Sever do Vouga	separada de Silva Escura em 1989	União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas
Dornelas do Zêzere (Nossa Senhora das Neves)	Fundão 1836 Fajão 1855 Pampilhosa da Serra	—	Dornelas do Zêzere
Dornes (Nossa Senhora do Pranto)	Dornes 1836 Ferreira do Zêzere	—	Nossa Senhora do Pranto (criada por fusão de Paio Mendes e Dornes)
Dossãos (Santa Maria)	Vila Chã 1836 Portela de Penela 1837 Vila	—	Dossãos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Chã 1855 Vila Verde		
Duas Igrejas (Santa Maria)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Duas Igrejas
Duas Igrejas (Santa Maria)	Albergaria de Penela 1836 Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias da Ribeira do Neiva (Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras)
Duas Igrejas [Canas de] (Santo Adrião)	Penafiel	—	Duas Igrejas
Duas Igrejas (Senhora do Monte)	Miranda do Douro	integrou Cércio em 1841-1849	Duas Igrejas
Duas Igrejas (São Silvestre)	Feira 1836 Fervedo 1855 Feira 1855-1864 extinta	integrada em Romariz em 1855- 1864	—
Dume (São Martinho)	Braga	—	União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe
Durrães (São Lourenço)	Barcelos	—	União das Freguesias de Durrães e Tregosa
Edral (São Romão)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1853 Vinhais	integrou Frades em 1841	Edral
Edrosa (Santa Eulália)	Bragança 1836 Izeda 1853 Vinhais	integrou Meilhe em 1841	Edrosa
Edroso (Santa Marinha)	Bragança 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco
Ega (Nossa Senhora da Graça)	Ega 1836 Soure 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Soure 1847 Condeixa-a- Nova	—	Ega

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Eira Vedra (São Paio)	Vieira do Minho	—	Eira Vedra
Eirado (Nossa Senhora da Conceição)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	Eirado
Eiras [Moreiras do Vale] (Nossa Senhora da Expectação de Moreiras)	Chaves	—	União das Freguesias de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela
Eiras (Santa Comba)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Eiras e Mei
Eiras (São Tiago)	Eiras 1836 Coimbra	parte integrada em Santo António dos Olivais em 1854	União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades
Eiriz (São João Evangelista)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Eiriz
Eiró [e Sanguinhedo] (São Salvador)	Montalegre 1836 Boticas 1953 (ver Boticas)	passou a denominar- se Boticas em 1953	—
Eirol (Santa Eulália)	Segadães 1836 Eixo 1853 Aveiro	—	União das Freguesias de Eixo e Eirol
Eixes (São Frutuoso)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1841-1849 extinta	integrada em Passos em 1841-1849	—
Eixo (Santo Isidoro)	Eixo 1853 Aveiro	separada Oliveirinha em 1849	União das Freguesias de Eixo e Eirol
Eja (Santa Maria)	Penafiel	integrou Entre-os- Rios em 1841-1849	Eja
Elvas – Alcáçova (Santa Maria)	Elvas	—	União das Freguesias de Caia e São Pedro e Alcáçova
Elvas – Assunção (Nossa Senhora da Assunção)	(ver Elvas – Sé) 1878- 1890 Elvas	denominou-se Elvas – Sé até 1878-1890 anexada São Lourenço em 1878-	União das Freguesias de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1890 desanexada São Lourenço em 1900-1911	
Elvas – São Pedro (São Pedro)	Elvas 1878-1890 extinta	anexada a Caia em 1878-1890	—
Elvas – Salvador (São Salvador)	Elvas	anexadas Ajuda, Santo Ildefonso e Várzea em 1878- 1890 desanexada Várzea em 1900- 1911	União das Freguesias de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Elvas – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Elvas 1878-1890 (ver Elvas – Assunção)	passou a denominar- se Elvas – Assunção em 1878-1890	—
Encarnação	(ver Fanga da Fé) 1936 Mafra	denominou-se Fanga da Fé até 1936	Encarnação
Encourados (São Tiago)	Barcelos	—	União das Freguesias de Areias de Vilar e Encourados
Entradas (São Tiago Maior)	Entradas 1836 Castro Verde	—	Entradas
Entre Ambos-os-Rios (São Miguel)	Ponte da Barca 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Entre Ambos-os- Rios, Ermida e Germil
Entre-os-Rios (São Miguel)	Penafiel 1841-1849 extinta	integrada em Eja em 1841-1849	—
Entroncamento	1926 Vila Nova da Barquinha 1945 Entroncamento 2003 extinta	separada de Atalaia e Torres Novas – Santiago em 1926 dividida em Entroncamento – São João Batista e Entroncamento – Nossa Senhora de Fátima em 2003	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Entroncamento – Nossa Senhora de Fátima	2003 Entroncamento	separada de Entroncamento em 2003	Nossa Senhora de Fátima
Entroncamento – São João Batista	2003 Entroncamento	separada de Entroncamento em 2003	São João Batista
Envendos (Nossa Senhora da Graça)	Envendos 1836 Mação	—	Envendos
Enxames	1989 Fundão	separada de Fatela em 1989	Enxames
Enxara do Bispo (Nossa Senhora da Assunção)	Enxara dos Cavaleiros 1847 Azueira 1855 Mafra	separada Vila Franca do Rosário em 1939	União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário
Erada (São Pedro)	Covilhã	—	Erada
Ereira [e Lapa] (Divino Espírito Santo)	Cartaxo	separada Lapa em 1921	União das Freguesias de Ereira e Lapa
Ereira	1984 Montemor-o-Velho	separada de Verride em 1984	Ereira
Ericeira (São Pedro)	Ericeira 1855 Mafra	—	Ericeira
Ermelo (Santa Maria)	Soajo 1836 Arcos de Valdevez 1837 Soajo 1852 Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de São Jorge e Ermelo
Ermelo (São Vicente)	Ermelo 1853 Mondim de Basto 1895 Celorico de Basto 1898 Mondim de Basto	—	União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas
Ermesinde	(ver Asmes) 1911 Valongo	denominou-se Asmes até 1911	Ermesinde
Ermida [do Paiva] (Nossa Senhora da Conceição)	Ermida do Paiva 1836 Castro Daire	engloba a localidade de Sobradinho do Paiva que constituiu o concelho de Sobradinho do Paiva até 1801-1835	União das Freguesias de Picão e Ermida

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Ermida (Nossa Senhora da Esperança)	Sertã	separada Figueiredo em 1836-1841	União das Freguesias de Ermida e Figueiredo
Ermida (Santa Comba)	Vila Real	—	União das Freguesias de Nogueira e Ermida
Ermida (São Silvestre)	Aboim da Nóbrega 1836 Pico de Regalados 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Entre Ambos-os- Rios, Ermida e Germil
Ermida do Douro (São Pedro)	Ferreiros de Tendais 1855 Cinfães 1855-1864 extinta	integrada em Oliveira do Douro em 1855- 1864	—
Ermidas-Sado	1953 Santiago do Cacém	separada de Alvalade em 1953	Ermidas-Sado
Ervas Tenras (Nossa Senhora da Conceição)	Pinhel 1836 Alverca da Beira 1853 Pinhel	—	Terras de Massueime (fusão de Ervas Tenras e Cerejo)
Ervedal [da Beira] (Santo André)	Ervedal da Beira 1855 Oliveira do Hospital	separada Vila Franca da Beira em 1988	União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira
Ervedal (São Barnabé)	Ervedal 1836 Avis	—	Ervedal
Ervededo (São Martinho)	Ervededo 1853 Chaves	—	Ervededo
Ervedosa (Divino Espírito Santo)	Pinhel	integrou Vieiro em 1841	Ervedosa
Ervedosa (São Martinho)	Ervedosa 1836 Torre de Dona Chama 1853 Vinhais	—	Ervedosa
Ervedosa do Douro (São Vicente)	Ervedosa do Douro 1836 São João da Pesqueira	integrou Casais do Douro e Sarzedinho em 1936	Ervedosa do Douro
Ervideira (São Pedro)	Seda 1836 Ponte de Sor 1841 extinta	Integrada em Ponte de Sor em 1841	—
Ervidel (São Julião)	Beja 1836 Aljustrel 1895	—	Ervidel

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Beja 1898 Aljustrel		
Ervões (São João Batista)	Chaves 1836 Valpaços	—	Ervões
Escalhão (Nossa Senhora dos Anjos)	Escalhão 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	—	Escalhão
Escalos de Baixo (São Silvestre)	Castelo Branco	—	União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata
Escalos de Cima (São Pedro)	Castelo Branco	—	União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa
Escamarão (Nossa Senhora da Natividade)	Escamarão 1836 Sanfins da Beira 1841 extinta	integrada em Souselo em 1841	—
Escapães (São Martinho)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Escapães
Escarigo (São Miguel)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo		União das Freguesias de Almofala e Escarigo
Escarigo (São Sebastião)	Fundão	—	Três Povos (fusão de Salgueiro e Escarigo)
Escariz (Santo André)	Oliveira de Azeméis 1836 Fermedo 1855 Arouca	—	Escariz
Escariz – São Mamede (São Mamede)	Portela de Penela 1836 Prado 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho)
Escariz – São Martinho (São Martinho)	Portela de Penela 1836 Prado 1837 Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho)
Escudeiros (São Pedro)	Braga	—	União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro e São Vicente)
Eскурquela (São Domingos)	Fonte Arcada 1855 Sernancelhe	—	União das Freguesias de Fonte Arcada e Eскурquela
Esgueira (Santo André)	Esgueira 1836 Aveiro	separada parte de Aveiro – Santa Joana em 1984	Esgueira
Esmeriz (São Pedro)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos
Esmolfe (Nossa Senhora da Conceição)	Penalva do Castelo	—	Esmolfe
Esmoriz (Nossa Senhora da Assunção)	Feira 1879 Ovar 1926 Espinho 1928 Ovar	—	Esmoriz
Espadanedo (São Cristóvão)	Sanfins da Beira 1855 Cinfães	—	Espadanedo
Espadanedo (São Miguel)	Bragança 1836 Torre de Dona Chama 1855 Macedo de Cavaleiros	integrou Bousende e Soutelo Mourisco em 1841 separada Soutelo Mourisco em 1864-1878	União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco
Espargo (São Tiago)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo
Espariz (Nossa Senhora da Anunciação)	Côja 1836 Tábua 1837 Côja 1853 Arganil 1855 Tábua	—	União das Freguesias de Espariz e Sinde
Especiosa (São Gregório)	Miranda do Douro 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Génisio em 1841-1849	—
Esperança (Nossa Senhora da	Arronches	—	Esperança

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Esperança)			
Esperança (São Bartolomeu)	Póvoa de Lanhoso 1836 Vieira do Minho 1853 Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Esperança e Brunhais
Espiçandeira (São Sebastião)	Alenquer 1841 extinta	integrada em Meca em 1841	—
Espinhhal (São Sebastião)	Penela	—	Espinhhal
Espinho	1928 Alcanena	separada de Abrã e de Malhou em 1928	União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinho
Espinhel (Nossa Senhora da Assunção)	Óis da Ribeira 1836 Águeda	engloba a localidade de Casal de Álvaro que constituiu o concelho de Casal de Álvaro até 1835	União das Freguesias de Recardães e Espinhel
Espinho (Nossa Senhora da Ajuda)	1890 Feira 1899 Espinho	separada de Anta em 1890	Espinho
Espinho (São Martinho)	Guimarães 1836 Braga	—	Espinho
Espinho (São Pedro)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	Espinho
Espinho (São Pedro)	Mortágua	—	Espinho
Espinhosa (Nossa Senhora da Conceição)	Castanheiro do Sul 1836 Trevões 1855 São João da Pesqueira	—	União das Freguesias de Trevões e Espinhosa
Espinhosela (Santo Estêvão)	Bragança	integrou Cova da Lua em 1841-1849 integrou Terroso em 1841-1849 integrou Vilarinho da Cova da Lua em 1841-1849	Espinhosela
Espinhoso (Santo Estêvão)	Vinhais 1841 extinta	integrada em Candedo em 1841	—
Espírito Santo	Mértola	—	Espírito Santo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(Espírito Santo)			
Espite (Nossa Senhora da Glória)	Leiria 1836 Pombal 1855 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separadas Cercal e Matas em 1984	Espite
Espiunca (São Martinho)	Alvarenga 1836 Arouca	—	União das Freguesias de Canelas e Espiuca
Esporões (São Tiago)	Braga	—	Esporões
Esposende (Santa Maria dos Anjos)	Esposende	—	União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra
Esqueiros (São Pedro)	Vila Chã 1836 Pico de Regalados 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós
Este – São Mamede (São Mamede)	Braga	—	União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
Este – São Pedro (São Pedro)	Braga	—	União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
Estela (Santa Maria)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim	—	Estela
Ester (São Pedro)	Ermida do Paiva 1836 Castro Daire	—	União das Freguesias de Parada de Ester e Ester
Estevais (São Ciríaco)	Torre de Moncorvo 1836 Alfândega da Fé 1853 Torre de Moncorvo 1936 extinta	integrada em Adeganha em 1936	—
Estevais (São João Batista)	Mogadouro 1936 extinta	integrada em Castelo Branco em 1936	—
Estoi (São Martinho)	Faro	—	União das Freguesias de Conceição e Estoi
Estômbar (São Tiago)	Lagoa	separada Parchal em 1997	União das Freguesias de Estômbar e Parchal

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Estorãos (São Salvador)	Bertiandos 1836 Ponte de Lima	—	Estorãos
Estorãos (São Tomé)	Montelongo (1836) Fafe	—	Estorãos
Estoril	1915 Cascais	separada de Alcabideche, Cascais e São Domingos de Rana em 1915	União das Freguesias de Cascais e Estoril
Estreito (São João Batista)	Oleiros	—	Estreito – Vilar Barroco
Estrela (Nossa Senhora)	Moura 1936 extinta	integrada em Póvoa de São Miguel em 1936	—
Estremoz – Santa Maria [do Castelo] (Santa Maria)	Estremoz	—	União das Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André)
Estremoz – Santo André (Santo André)	Estremoz	integrou Estremoz – São Tiago em 1841- 1849	União das Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André)
Estremoz – São Tiago (São Tiago)	Estremoz 1841-1849 extinta	integrada em Estremoz – Santo André em 1841-1849	—
Eucísia (São Paio)	Alfândega da Fé 1895 Vila Flor 1898 Alfândega da Fé	integrou Santa Justa em 1936	União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
Évora – Santo Antão (Santo Antão)	Évora	integrou Évora – São Tiago em 1841	União das Freguesias de Évora (São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão)
Évora – São Mamede (São Mamede)	Évora	—	União das Freguesias de Évora (São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão)
Évora – São Pedro (São Pedro)	Évora 1997 extinta	anexada a Évora – Sé em 1997	—
Évora – São Tiago	Évora 1841 extinta	integrada em Évora –	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Tiago)		Santo Antão em 1841	
Évora – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Évora	separada Canaviais em 1985 separadas Bacelo, Horta das Figueiras, Malagueira e Senhora da Saúde em 1997 anexada São Pedro em 1997	União das Freguesias de Évora (São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão)
Évora de Alcobaça (São Tiago Maior)	Évora de Alcobaça 1836 Alcobaça	—	Évora de Alcobaça
Évora Monte – Santa Maria [do Castelo] (Santa Maria)	Évora Monte 1836 Vimieiro 1846 Évora Monte 1852 Estremoz	integrou Évora Monte – São Pedro em 1936	Évora Monte (Santa Maria)
Évora Monte – São Pedro (São Pedro)	Évora Monte 1836 Vimieiro 1846 Évora Monte 1852 Estremoz 1936 extinta	integrada em Évora Monte – Santa Maria em 1936	—
Extremo (Natividade de Nossa Senhora)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Portela e Extremo
Facha (São Miguel)	Santo Estêvão da Facha 1836 Ponte de Lima	—	Facha
Fafe (Santa Eulália)	Montelongo (1836) Fafe	—	Fafe
Faia (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda	—	Faia
Faia (São Martinho)	Caria 1855 Sernancelhe	—	Faia
Faia (São Tiago)	Cabeceiras de Basto	—	Faia (São Tiago)
Fail (São Miguel)	Viseu	—	União das Freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá
Faílde (Santo Ildefonso)	Faílde 1836 Bragança	integrou Carocedo em 1841-1849	União das Freguesias de Parada e Faílde
Faiões	1925 Chaves	separada de Santo Estêvão em 1925	Faiões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Fajão (Nossa Senhora da Assunção)	Fajão 1855 Pampilhosa da Serra	—	Fajão – Vidual
Fajarda	1984 Coruche	separada de Coruche em 1984	União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra
Fajões (São Martinho)	Oliveira de Azeméis	—	Fajões
Fajozes (São Pedro)	Maia 1836 Vila do Conde	—	Fajozes
Falachas (Espírito Santo)	Trancoso	integrou Vale de Mouro em 1841 integrada em Tamanhos em 1936	—
Falagueira	1997 Amadora	separada de Falagueira-Venda Nova de 1997	Falagueira–Venda Nova
Falagueira-Venda Nova	1979 Amadora 1997 extinta	separada de Amadora em 1979 dividida em Falagueira e Venda Nova em 1997	—
Famalicão (Nossa Senhora da Vitória)	Pederneira 1836 São Martinho do Porto 1837 Pederneira 1855 Alcobaça 1895 Caldas da Raíña 1896 Alcobaça 1898 Pederneira 1912 Nazaré	—	Famalicão
Famalicão [da Serra] (Nossa Senhora da Anunciação)	Famalicão da Serra 1836 Valhelhas 1855 Guarda	—	Famalicão
Famalicão (Santo Adrião)	Barcelos 1835 Famalicão 1841 (ver Vila Nova de Famalicão)	passou a denominar- se Vila Nova de Famalicão em 1841	—
Famões	1989 Loures 1998 Odivelas	separada de Odivelas em 1989	União das Freguesias de Pontinha e Famões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Fanadia (São Gregório)	Óbidos 1895 Caldas da Raíña 1985 (ver São Gregório)	passou a denominar- se São Gregório em 1985	—
Fanga da Fé (São Domingos)	Torres Vedras 1855 Mafra 1936 (ver Encarnação)	passou a denominar- se Encarnação em 1936	—
Fanhões (São Saturnino)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures	—	Fanhões
Fânzeres (O Salvador)	Gondomar	—	União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova
Fão (São Paio)	Barcelos 1836 Esposende	—	União das Freguesias de Apúlia e Fão
Fareja (São Martinho)	Guimarães 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Cepães e Fareja
Faria (Santa Maria)	Barcelos	—	União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figs e Faria
Farminhão (Nossa Senhora da Luz)	Viseu 1836 Tondela 1838 São Miguel do Outeiro 1855 Viseu	—	União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita
Faro – São Pedro (São Pedro)	Faro	separada parte de Montenegro em 1997	União das Freguesias de Faro (São Pedro e Sé)
Faro – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Faro	separada parte de Montenegro em 1997	União das Freguesias de Faro (São Pedro e Sé)
Faro do Alentejo (São Luís)	Faro do Alentejo 1836 Cuba	—	Faro do Alentejo
Fataunços (São Carlos Borromeu) e Folgosa (São Miguel)	Lafões 1836 Vouzela	—	União das Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas
Fatela (São João Batista)	Fundão	separada Enxames em 1989	Fatela

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Fátima (Santo António)	Ourém 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	—	Fátima
Favaios (São Domingos)	Favaios 1853 Alijó	—	Favaios
Favões (São Paio)	Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Bem Viver (fusão de Favões, Ariz e Magrelos)
Fazendas de Almeirim	1956 Almeirim	separada de Almeirim e de Raposa em 1956	Fazendas de Almeirim
Febres [ou Bueiro] (Nossa Senhora da Conceição)	Cantanhede	separadas Corticeiro de Cima e Vilamar em 1985	Febres
Feijó	1993 Almada	separada de Laranjeiro em 1993	União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó
Feira (São Nicolau)	Feira 1985 (ver Santa Maria da Feira)	passou a denominar- se Santa Maria da Feira em 1985	—
Feirão (Santa Luzia)	Resende	—	União das Freguesias de Felgueiras e Feirão
Feital (Santa Margarida)	Trancoso	—	União das Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital
Feitos (São Tiago)	Barcelos	—	União das Freguesias de Vila Cova e Feitos
Feitosa (São Salvador)	Feitosa 1836 Ponte de Lima	—	Feitosa
Felgar (São Miguel)	Torre de Moncorvo	—	União das Freguesias de Felgar e Souto da Velha
Felgueiras (São João Batista)	Resende	—	União das Freguesias de Felgueiras e Feirão
Felgueiras (São João Batista)	Torre de Moncorvo	—	União das Freguesias de Felgueiras e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Maçores
Felgueiras (São Vicente)	Guimarães 1836 Fafe 1891 extinta 1901 Fafe	—	União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído
Fermedo (Nossa Senhora da Expectação)	Fermedo 1855 Arouca	—	Fermedo
Fermelã (São Miguel)	Pinheiro da Bemposta 1836 Angeja 1853 Estarreja	—	União das Freguesias de Canelas e Fermelã
Fermentãos (São Miguel Arcanjo)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Sendas em 1841-1849	—
Fermentelos (Santo André)	Óis da Ribeira 1836 Eixo 1853 Oliveira do Bairro 1895 Águeda	—	Fermentelos
Fermentões (Santa Eulália)	Guimarães	—	Fermentões
Fernão Ferro	1993 Seixal	separada de Amora, Arrentela e Aldeia de Paio Pires em 1993	Fernão Ferro
Fernão Joanes (São João Batista)	Guarda	—	Fernão Joanes
Ferradosa (Santo Amaro)	Alfândega da Fé 1895 Torre de Moncorvo 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
Ferragudo (Nossa Senhora da Conceição)	Lagoa	—	Ferragudo
Ferral (Santa Marinha)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	Ferral
Ferreira (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Torre de Dona Chama 1855 Macedo de Cavaleiros	—	Ferreira
Ferreira (São	Coura (1875) Paredes	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Mamede)	de Coura		de Formariz e Ferreira
Ferreira (São Pedro)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Ferreira
Ferreira-a-Nova (Santa Eulália)	Alhadas 1836 Maiorca 1853 Figueira da Foz	separada Santana em 1988	Ferreira-a-Nova (integrou Santana)
Ferreira de Aves (Santo André)	Ferreira de Aves 1836 Sátão	—	Ferreira de Aves
Ferreira do Alentejo (Nossa Senhora da Assunção)	Ferreira do Alentejo	integrou Vilas Boas em 1936 separada Canhestros em 1988	União das Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros
Ferreira do Zêzere (São Miguel)	Ferreira do Zêzere	—	Ferreira do Zêzere
Ferreiras	1997 Albufeira	separada de Albufeira, Guia e Paderne em 1997	Ferreiras
Ferreirim (Santo António)	(ver Mós) 1841 Tarouca 1895 Lamego	denominou-se Mós até 1841	Ferreirim
Ferreirim [de Fonte Arcada] (Santo Estêvão)	Fonte Arcada 1855 Sernancelhe	—	União das Freguesias de Ferreirim e Macieira
Ferreiró (Santa Marinha)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão 1853 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada
Ferreiros (Santa Maria)	Amares	—	União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros
Ferreiros (Santa Maria)	Braga	—	União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Ferreiros (São Martinho)	Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	—	Ferreiros
Ferreiros de Avões (Santa Maria)	Lamego	—	Ferreiros de Avões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Ferreiros de Tendais /São Pedro)	Ferreiros de Tendais 1855 Cinfães	engloba a localidade de Prealada que constituiu o concelho de Prealada até 1801- 1835	Ferreiros de Tendais
Ferreirós do Dão (São Cristóvão)	Viseu 1836 Tondela	—	Ferreirós do Dão
Ferrel	1985 Peniche	separada de Atouguia da Baleia em 1985	Ferrel
Ferro (São Sebastião)	Covilhã	—	Ferro
Fervença (O Salvador)	Celorico de Basto	—	Fervença
Fervidelas (São Tiago Maior)	Montalegre	—	União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas
Fiães (Nossa Senhora da Graça)	Trancoso	—	Fiães
Fiães (Santa Maria)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Fiães
Fiães (Santa Maria)	Valadares 1836 Melgaço	—	Fiães
Fiães (São Miguel)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves 1855 Valpaços	—	Lebução, Fiães e Nozelos
Fiães do Rio (Santo André)	Montalegre	—	União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães
Fiães do Tâmega (Santa Maria)	1841 Boticas 1895 Ribeira de Pena 1898 Boticas	separada de Curros em 1841	União das Freguesias de Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega
Figueira (Santa Marinha)	Penafiel	—	Lagares e Figueira
Figueira (São Brás)	Figueira 1836 Avis	anexada Barros em 1841	Figueira e Barros

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Figueira (São João Batista)	Lamego	—	Figueira
Figueira [de Mogadouro] (São Miguel)	Mogadouro 1936 extinta	integrada em Mogadouro em 1936	—
Figueira (São Vicente Mártir)	Castelo Rodrigo 1836 (ver Figueira de Castelo Rodrigo)	passou a denominar- se Figueira de Castelo Rodrigo em 1836	—
Figueira da Foz – São Julião (São Julião)	Figueira da Foz	separada parte de Figueira da Foz – São Pedro em 1985	integrada em Buarcos
Figueira da Foz – São Pedro	1985 Figueira da Foz	separada de Lavos e Figueira da Foz – São Julião em 1985	São Pedro
Figueira de Castelo Rodrigo (São Vicente Mártir)	(ver Figueira) 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	denominou-se Figueira até 1836	Figueira de Castelo Rodrigo
Figueira de Lorvão (São João Batista)	Coimbra 1836 Penacova	—	Figueira de Lorvão
Figueira dos Cavaleiros (São Sebastião)	Ferreira do Alentejo	integrou Santa Margarida do Sádão em 1936	Figueira dos Cavaleiros
Figueiras (O Salvador)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Figueiras e Covas
Figueiredo (O Salvador)	Vimieiro 1836 Braga	—	Figueiredo
Figueiredo (São João Batista)	1836-1841 Sertã	separada de Ermida em 1836-1841	União das Freguesias de Ermida e Figueiredo
Figueiredo (São Paio)	Guimarães	—	União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo
Figueiredo (São	Amares	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pedro)			de Amares e Figueiredo
Figueiredo das Donas (Nossa Senhora das Neves)	Lafões 1836 São Pedro do Sul 1855 Vouzela	—	União das Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas
Figueiredo de Alva (O Salvador)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	Figueiredo de Alva
Figueirinha [de Algozo] (São Miguel Arcanjo)	Algozo 1836 Mogadouro 1841-1849 extinta	integrada em Travanca em 1841- 1849	—
Figueiró – Santa Cristina (Santa Cristina)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	—	União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)
Figueiró – Santiago (São Tiago)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	—	União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)
Figueiró [de Ferreira] (São Tiago)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Figueiró
Figueiró da Granja (Nossa Senhora da Graça)	Figueiró da Granja 1836 Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	Figueiró da Granja
Figueiró da Serra (Nossa Senhora da Conceição)	Linhares 1855 Gouveia	—	União das Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra
Figueiró do Campo (São Tiago Apóstolo)	Montemor-o-Velho 1836 Santo Varão 1853 Soure	—	Figueiró do Campo
Figueiró dos Vinhos (São João Batista)	Figueiró dos Vinhos	separada Bairradas em 1984	União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas
Figueiros (Nossa Senhora da Conceição)	Cadaval 1836 Alcoentre 1855 Cadaval 1895 Rio Maior 1898 Cadaval	separada Paínho em 1915	União das Freguesias de Paínho e Figueiros
Fiolhoso (Nossa Senhora da	Murça	—	Fiolhoso

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Purificação)			
Fiscal (São Miguel)	Amareiros 1836 Pico de Regalados 1837 Amareiros	—	Fiscal
Flor da Rosa (Nossa Senhora das Neves)	Crato	—	União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso
Fóios (São Pedro <i>ad vincula</i>)	Sabugal	—	Fóios
Fojo Lobal (São Salvador)	Albergaria de Penela 1836 Ponte de Lima	—	Cabaços e Fojo Lobal
Folgosa (Nossa Senhora da Graça)	Armamar 1836 Barcos 1855 Armamar	—	Folgosa
Folgosa (O Salvador)	Maia	—	Folgosa
Folgosinho (São Pedro)	Folgosinho 1836 Linhares 1837 Gouveia	—	Folgosinho
Folhada (São João Batista)	Gouveia 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Várzea, Aliviada e Folhada
Folhadela (São Tiago)	Vila Real	—	Folhadela
Folhadosa (São Pedro)	Seia 1836 Sandomil 1855 Seia	—	União das Freguesias de Torrozelos e Folhadosa
Folques (São Pedro)	Arganil	—	Folques
Fontão (São Tiago)	Lanhões 1836 Ponte de Lima	—	Fontão
Fonte Aldeia (Santa Ana)	Miranda do Douro 1841- 1849 extinta	integrada em Vila Chã de Braciosa em 1841-1849	—
Fonte Arcada (Nossa Senhora da Conceição)	Fonte Arcada 1855 Sernancelhe	—	União das Freguesias de Fonte Arcada e Escrizela
Fonte Arcada (O Salvador)	Fonte Arcada 1836 Póvoa de Lanhoso	separada parte de Póvoa de Lanhoso	União das Freguesias de Fonte Arcada e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		(Nossa Senhora do Amparo) em 1930	Oliveira
Fonte Arcada (São Tiago)	Penafiel	—	Fonte Arcada
Fonte Boa (O Salvador)	Barcelos 1836 Esposende	—	União das Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto
Fonte Coberta (São Romão)	Barcelos	—	União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta
Fonte de Angeão	1965 Vagos	separada de Covão do Lobo em 1965	União das Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo
Fonte Ladrão (São João Batista)	Algozo 1836 Miranda do Douro 1841-1849 extinta	integrada em Silva em 1841-1849	—
Fonte Longa (Santa Maria Madalena)	Carrazeda de Ansiães	—	Fonte Longa
Fonte Longa (Santa Maria Madalena)	Longroiva 1836 Meda 1895 Vila Nova de Foz Côa 1898 Meda	—	União das Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa
Fontelas (São Miguel)	Santa Marta de Penaguião 1836 Peso da Régua	—	Fontelas
Fontelo (São Domingos)	Fontelo 1836 Armamar	—	Fontelo
Fontes (São Tiago)	Fontes 1836 Santa Marta de Penaguião 1895 Peso da Régua 1898 Santa Marta de Penaguião	—	Fontes
Fontes Barrosas (São Lourenço)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Castro de Avelãs em 1841- 1849	—
Fontoura (São Miguel)	Valença	—	Fontoura

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Forcalhos (Santa Maria Madalena)	Alfaiates 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Lajeosa e Forcalhos
Forjães (Santa Marinha)	Barcelos 1836 Esposende	—	Forjães
Forles (Santa Luzia)	Ferreira de Aves 1836 Sátão	—	União das Freguesias de Águas Boas e Forles
Formariz (São Pedro)	Barcelos 1836 Vila do Conde 1936 extinta	integrada em Vila do Conde em 1936	—
Formariz (São Pedro)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Formariz e Ferreira
Formigais (São Vicente)	Tomar 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	—	União das Freguesias de Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais
Fornelo (São Martinho)	Maia 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Fornelo e Vairão
Fornelo do Monte (Santo Estêvão)	Lafões 1836 Vouzela	—	Fornelo do Monte
Fornelos (O Salvador)	Barcelos	—	Fornelos
Fornelos (Santa Comba)	Montelongo (1836) Fafe	—	Fornelos
Fornelos (São Martinho)	Sanfins da Beira 1855 Cinfães	—	Fornelos
Fornelos (São Sebastião)	Fontes 1836 Santa Marta de Penaguião 1895 Vila Real 1898 Santa Marta de Penaguião	—	União das Freguesias de Louredo e Fornelos
Fornelos (São Vicente)	Ponte de Lima	—	Fornelos e Queijada
Forninhos (Santa Marinha)	Pena Verde 1836 Algodres 1837 Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	Forninhos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Forno Telheiro (Nossa Senhora da Graça)	Forno Telheiro 1836 Celorico da Beira	integrou Casas do Rio em 1841	Forno Telheiro
Fornos (Santa Eulália)	Freixo de Espada à Cinta 1895 Torre de Moncorvo 1898 Freixo de Espada à Cinta		União das Freguesias de Lagoaça e Fornos
Fornos (Santa Marinha)	Tuías 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Marco (fusão de São Nicolau, Tuías, Fornos, Rio de Galinhas e Freixo)
Fornos (São Pelágio)	Castelo de Paiva	—	Fornos
Fornos [da Feira] (São Salvador)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Fornos
Fornos de Algodres (São Miguel)	Fornos de Algodres 1836 Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	Fornos de Algodres
Fornos de Ledra (Santo André)	Torre de Dona Chama 1853 Macedo de Cavaleiros 1855-1864 extinta	integrada em Lamalonga em 1855- 1864	—
Fornos de Maceira Dão (São Miguel)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	Fornos de Maceira Dão
Fornos do Pinhal (São João Batista)	Monforte de Rio Livre 1836 Valpaços	—	Fornos do Pinhal
Foros de Arrão	1984 Ponte de Sor	separada de Montargil em 1984	Foros de Arrão
Foros de Salvaterra	1984 Salvaterra de Magos	separada de Salvaterra de Magos em 1984	União das Freguesias de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra
Foros de Vale de Figueira	1988 Montemor-o-Novo	separada de Nossa Senhora do Bispo em 1988	Foros de Vale de Figueira
Forte da Casa	1985 Vila Franca de Xira	separada de Vialonga em 1985	União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			e Forte da Casa
Fortios (São Domingos)	Portalegre	—	Fortios
Foz de Arouce (São Miguel)	Lousã	—	União das Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio
Foz do Arelho	1919 Caldas da Rainha	separada de Serra do Bouro em 1919	Foz do Arelho
Foz do Douro (São João)	São João da Foz 1836 Porto	—	União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde
Foz do Sousa (São João Batista)	Gondomar	—	União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo
Fradelos (Santa Leocádia)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Fradelos
Fradelos	1989 Braga	separada de Tadim em 1989	União das Freguesias de Vilaça e Fradelos
Frades (Santo André)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho 1853 Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Calvos e Frades
Frades (São Tiago)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1841 extinta	integrada em Edral em 1841	—
Fradizela (São Lourenço)	Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	integrou Ribeirinha em 1841	Fradizela
Fragosela [de Cima] (Nossa Senhora da Graça)	Viseu	—	Fragosela
Fragoso (São Pedro)	Barcelos	—	Fragoso
Fráguas (Santo António)	Alcanede 1855 Rio Maior	separada São Sebastião em 1984	Fráguas
Fráguas (São Pelágio)	Fráguas 1895 Sátão 1898 Vila Nova de Paiva	—	União das Freguesias de Vila Nova de Paiva,

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Alhais e Fráguas
Fraião (São Tiago)	Braga	—	União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
França (São Lourenço)	Bragança	integrou Montezinho em 1841-1849 integrou Portelo em 1841-1849	França
Franco (Nossa Senhora da Expectação)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	integrou Vila Boa em 1936 separada Vila Boa em 1957	União das Freguesias de Franco e Vila Boa
Francos (São Lourenço)	Lourinhã 1878-1890 (ver Miragaia)	passou a denominar- se Miragaia em 1878-1890	—
Fratel (São Pedro)	Vila Velha de Ródão 1836 Castelo Branco 1837 Vila Velha de Ródão 1895 Castelo Branco 1898 Vila Velha de Ródão	—	Fratel
Frazão (São Martinho)	Frazão 1836 Paços de Ferreira	—	Frazão Arreigada
Freamunde (O Salvador)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Freamunde
Frechas (São Miguel)	Frechas 1836 Mirandela	integrou Vale de Sancha em 1936	Frechas
Frechão (Santo Amaro)	Trancoso 1841-1849 extinta	integrada em Torres em 1841-1849	—
Freches (Nossa Senhora da Conceição)	Trancoso	—	União das Freguesias de Freches e Torres
Fregim (Santa Maria)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1836 Amarante 1837 Santa Cruz de	—	Fregim

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Riba Tâmega 1853 Amarante		
Freigil (Nossa Senhora da Purificação)	Aregos 1855 Resende	—	União das Freguesias de Freigil e Miomães
Freineda (Nossa Senhora da Conceição)	Castelo Bom 1836 Almeida	—	Freineda
Freiria [dos Chapéus] (São Lucas)	Torres Vedras 1837 Azueira 1846 Torres Vedras 1847 Azueira 1855 Torres Vedras 1895 Mafra 1898 Torres Vedras	—	Freiria
Freiriz (Santa Maria)	Freiriz 1836 Prado 1853 Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	Freiriz
Freitas (São Pedro)	Guimarães 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Freitas e Vila Cova
Freixeda (Santo André)	Mirandela	—	União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde
Freixeda (São Nicolau)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Salsas em 1841-1849	—
Freixeda do Torrão (Nossa Senhora dos Anjos)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia
Freixedas (São Martinho Bispo)	Pinhel 1837 Alverca da Beira 1853 Pinhel		Freixedas
Freixedelo (São Vicente)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Grijó de Parada em 1841- 1849	—
Freixial (Nossa	Trancoso 1878-1890	integrada em Vila	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora das Neves)	extinta	Garcia em 1878- 1890	
Freixial de Potes (Santo André)	Fundão 1841 extinta	integrada em Telhado em 1841	—
Freixial do Campo (São Bartolomeu)	São Vicente da Beira 1871 Castelo Branco	—	União das Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo
Freixianda (Nossa Senhora da Purificação)	Ourém 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém (1989) Ourém	separada Casal dos Bernardos em 1964 separada Ribeira de Fárrio em 1989	União das Freguesias de Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais
Freixieiro de Soutelo (São Martinho)	Caminha 1841 Viana (1848) Viana do Castelo	integrou Soutelo em 1936	Freixieiro de Soutelo
Freixiel (Santa Maria Madalena)	Freixiel 1836 Vila Flor	—	Freixiel
Freixinho (São Miguel)	Fonte Arcada 1855 Sernancelhe	—	União das Freguesias de Penso e Freixinho
Freixiosa (Santa Luzia)	Miranda do Douro 1841- 1849 extinta	integrada em Vila Chã de Braciosa em 1841-1849	—
Freixiosa (Santa Luzia)	Azurara da Beira (1835) Mangualde 1836 Tavares 1837 Mangualde	—	Freixiosa
Freixo (Nossa Senhora da Assunção)	Évora Monte 1836 Redondo 1846 Évora Monte 1852 Redondo 1946 extinta	integrada em Redondo em 1946	—
Freixo (Nossa Senhora da Natividade)	Castelo Mendo 1836 Pinhel 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	Freixo
Freixo (Santa Maria)	Tuías 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Marco (fusão de São Nicolau, Tuías, Fornos, Rio de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Galinhas e Freixo)
Freixo (São Julião)	Barcelos 1836 Ponte de Lima	—	Ardegão, Freixo e Mato
Freixo da Serra (Nossa Senhora da Expectação)	Linhares 1855 Gouveia	—	União das Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra
Freixo de Baixo (O Salvador)	Celorico de Basto 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo
Freixo de Cima (São Miguel)	Celorico de Basto 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo
Freixo de Espada à Cinta (São Miguel)	Freixo de Espada à Cinta 1895 Torre de Moncorvo 1898 Freixo de Espada à Cinta		União das Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco
Freixo de Numão (São Pedro)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Freixo de Numão (integrou Murça)
Frende (Santa Maria)	Baião 1836 Mesão Frio 1837 Baião	—	Frende
Fresulfe (Santo Estêvão)	Bragança 1836 Vinhais	integrou Dine em 1841	União das Freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita
Friande (Santo André)	Ribeira de Soaz 1836 Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude
Friande (São Tomé)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Friande
Friastelas (São Martinho)	Barcelos 1836 Ponte de Lima	—	Friastelas
Fridão (São Faustino)	1841-1849 Amarante	separada de Lufrei em 1841-1849	Fridão
Frieira (São João)	Frieira 1836 Izeda 1855	integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Bragança 1841-1849 extinta	Macedo do Mato em 1841-1849	
Frielas (São Julião)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures	—	União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas
Friestas (São Mamede)	Sanfins 1836 Valença	—	Friestas
Friões (São Pedro)	Chaves 1836 Valpaços 1837 Chaves 1855 Valpaços	—	Friões
Friúmes (São Mateus)	Coimbra 1836 Santo André de Poiares 1855 Penacova	—	União das Freguesias de Friúmes e Paradela
Fronteira (Nossa Senhora da Atalaia)	Fronteira	—	Fronteira
Frossos (São Miguel)	Braga	—	União das Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
Frossos (São Paio)	Frossos 1836 Angeja 1853 Albergaria-a-Velha	—	União das Freguesias de São João de Loure e Frossos
Fuínhas (Nossa Senhora da Graça)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	União das Freguesias de Sobral Pichorro e Fuínhas
Fundada (Santa Margarida)	Vila de Rei 1895 Sertã 1898 Vila de Rei	—	Fundada
Fundão (São Martinho)	Fundão	—	União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo
Furadouro (Espírito Santo)	Ega 1836 Soure 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Soure 1847 Condeixa-a- Nova	—	Furadouro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Fuseta (Nossa Senhora do Carmo)	Tavira 1876 Olhão	—	União das Freguesias de Moncarrapacho e Fuseta
Gaeiras	1985 Óbidos	separada de Óbidos – São Pedro em 1985	Gaeiras
Gafanha da Boa Hora	1966 Vagos	separada de Vagos em 1966	Gafanha da Boa Hora
Gafanha da Encarnação	1926 Ílhavo	separada de Ílhavo em 1926 separada parte de Gafanha do Carmo em 1960	Gafanha da Encarnação
Gafanha da Nazaré	1910 Ílhavo	separada de Ílhavo em 1910	Gafanha da Nazaré
Gafanha do Carmo	1960 Ílhavo	separada de Gafanha da Encarnação e de Ílhavo em 1960	Gafanha do Carmo
Gafanhão (Nossa Senhora do Pranto)	Gafanhão 1836 Sul 1855 Castro Daire	—	União das Freguesias de Reriz e Gafanhão
Gafanhoeira (São Pedro)	Arraiolos	separada Sabugueiro em 1988	União das Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro
Gáfete (São João Batista)	Gáfete 1836 Alpalhão 1853 Crato	—	Gáfete
Gagos (São Tiago)	Celorico de Basto	integrou Goma em 1841-1849	União das Freguesias de Veade, Gagos e Molares
Gagos	1925 Guarda	separada de Jarmelo – São Miguel e Jarmelo – São Pedro em 1925	integrada em Jarmelo São Pedro
Gaifar (Santa Eulália)	Albergaria de Penela 1836 Ponte de Lima	—	Associação das Freguesias do Vale do Neiva (Gaifar,

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Sandiães e Vilar das Almas)
Gaio-Rosário	1984 Moita	separada de Moita em 1984	União das Freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos
Galafura (São Vicente)	Vila Real 1836 Canelas 1853 Peso da Régua	—	União das Freguesias de Galafura e Covelinhas
Galegos (O Salvador)	Penafiel	integrou Boavista em 1841-1849	Galegos
Galegos – Santa Maria (Santa Maria)	Prado 1836 Barcelos	—	Galegos – Santa Maria
Galegos (São Martinho)	Póvoa de Lanhoso	—	Galegos
Galegos – São Martinho (São Martinho)	Prado 1836 Barcelos	—	Galegos – São Martinho
Galisteu (São Pedro)	Celorico da Beira 1841 extinta	integrada em Vide Entre Vinhas em 1841	—
Galizes (São Miguel Arcanjo)	Nogueira do Cravo 1836 Oliveira do Hospital 1841 extinta	integrada em Nogueira do Cravo em 1841	—
Galveias (São Lourenço)	Galveias 1836 Ponte de Sor	—	Galveias
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	1985 Setúbal	separada de Setúbal – São Sebastião em 1985	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
Gamelas (São Sebastião)	Pinhel	integrada em Pereiro em 1841	—
Gamil (São João Batista)	Barcelos	—	União das Freguesias de Gamil e Midões
Gançaria	1985 Santarém	separada de Alcanede em 1985	Gançaria
Gândara	2001 Lousã	separada de Lousã	Gândara

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		em 2001	
Gandarela (O Salvador)	Guimarães	—	União das Freguesias de Conde e Gandarela
Gandra (São Martinho)	Esposende	—	União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra
Gandra (São Martinho)	Ponte de Lima	—	Gandra
Gandra (São Miguel)	Aguiar de Sousa 1836 Valongo 1837 Paredes	integrou Astromil em 1936 separada Astromil em 1984	Gandra
Gandra (São Salvador)	Valença	—	União das Freguesias de Gandra e Taião
Ganfei (São Salvador)	Valença	—	Ganfei
Garfe (São Cosme e São Damião)	Guimarães 1836 Póvoa de Lanhoso 1895 Guimarães 1898 Póvoa de Lanhoso	—	Garfe
Garvão (Nossa Senhora da Assunção)	Garvão 1836 Ourique	—	União das Freguesias de Garvão e Santa Luzia
Gatão (São João Batista)	Celorico de Basto 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão
Gateira (Santíssima Trindade)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda 1895 Vila Nova de Foz Côa 1898 Meda 1936 extinta	integrada em Barreira em 1936	—
Gatões (Nossa Senhora das Virtudes)	Seixo de Gatões 1836 Montemor-o-Velho	—	União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões
Gave (Santa Maria)	Valadares 1855 Melgaço	—	Gave

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Gavião (Nossa Senhora da Assunção)	Gavião 1895 Nisa 1898 Gavião	—	União das Freguesias de Gavião e Atalaia
Gavião (São Tiago)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão		Gavião
Gavieira (O Salvador)	Soajo 1836 Arcos de Valdevez 1837 Soajo 1852 Arcos de Valdevez	—	Gavieira
Gebelim (São Martinho)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros 1855 Alfândega da Fé 1895 Macedo de Cavaleiros 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Gebelim e Soeima
Gême (São Cláudio)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Gême
Gêmeos (Santa Maria)	Guimarães	—	União das Freguesias de Aباção e Gêmeos
Gêmeos (São Miguel)	Celorico de Basto 1836 Amarante 1837 Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Britelo, Gêmeos e Ourilhe
Gemeses (São Miguel)	Esposende	—	Gemeses
Gemieira (São Tiago)	Ponte de Lima	—	Gemieira
Gemunde (São Cosme e São Damião)	Maia	—	Castêlo da Maia (fusão de Avioso (Santa Maria), Avioso (São Pedro), Gemunde, Barca e Gondim)
Gemunde (São Miguel)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão 1841-1849 extinta	integrada em Cavalões em 1841- 1849	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Genísio (Santa Eulália)	Miranda do Douro 1836 Vimioso 1855 Miranda do Douro	integrou Especiosa em 1841-1849	Genísio
Geraz do Lima – Santa Leocádia (Santa Leocádia)	Geraz do Lima 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão
Geraz do Lima – Santa Maria (Santa Maria)	Geraz do Lima 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão
Geraz do Minho (Santo Estêvão)	Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	integrou Santa Tecla em 1841	Geraz do Minho
Germil (São Cosme e São Damião)	Penalva do Castelo	—	Germil
Germil (São Vicente)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Entre Ambos-os- Rios, Ermida e Germil
Gestaçô [Campo de] (São João Batista)	Baião	—	Gestaçô
Gesteira (Nossa Senhora da Conceição)	Montemor-o-Velho 1836 Abrunheira 1844 Verride 1853 Soure	—	União das Freguesias de Gesteira e Brunhós
Gestosa (Nossa Senhora da Assunção)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1841 extinta 1853-1864 Vinhais 1936 extinta	integrada em Vilar Seco de Lomba em 1841 separada de Vilar Seco de Lomba entre 1853 e 1864 integrada em Vilar Seco de Lomba em 1936	—
Gião (Santo André)	Feira (1985) Santa	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Maria da Feira		de Lobão, Gião, Louredo e Guisande
Gião (Santo Estêvão)	Maia 1836 Vila do Conde	—	Gião
Giela (São Vicente)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela
Gimonde (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança	—	Gimonde
Gilmonde (Santa Maria)	Barcelos	—	Gilmonde
Ginzo (O Salvador)	Barcelos	integrada em Alvito – São Martinho em 1936	—
Giões (Nossa Senhora da Assunção)	Alcoutim	—	Giões
Girabolhos (Santa Justa)	Seia	—	Girabolhos
Glória (Nossa Senhora da Glória)	Estremoz	integrou Canal em 1936	Glória
Glória do Ribatejo	1966 Salvaterra de Magos	separada de Muge em 1966	União das Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho
Goães (São Pedro)	Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias da Ribeira do Neiva (Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras)
Goães (São Tiago)	Santa Marta do Bouro 1836 Amares 1837 Santa Marta do Bouro	—	Goães

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1853 Amares		
Godim (São José)	Godim 1836 Peso da Régua	—	União das Freguesias de Peso da Régua e Godim
Godinhaços (Santa Eulália)	Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias da Ribeira do Neiva (Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras)
Góios (Santa Maria)	Barcelos	—	União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
Góis (Santa Maria Maior)	Góis	—	Góis
Golães (São Lourenço)	Guimarães 1853 Fafe	—	Golães
Golegã (Nossa Senhora da Conceição)	Golegã	—	Golegã
Golpilheira	1984 Batalha	separada de Batalha em 1984	Golpilheira
Goma (Nossa Senhora dos Prazeres)	Celorico de Basto 1841- 1849 extinta	integrada em Gagos em 1841-1849	—
Gomes Aires (São Sebastião)	Ourique 1855 Almodôvar	separada parte de Aldeia dos Fernandes em 1985	União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires
Gomide (São Mamede)	Gomide 1836 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide
Gominhães (São Pedro Fins)	Guimarães	—	União das Freguesias de Selho São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Lourenço e Gominhães
Gonça (São Miguel)	Guimarães	—	Gonça
Gonçalo (Nossa Senhora da Assunção)	Valhelhas 1855 Guarda	—	Gonçalo (integrou Seixo Amarelo)
Gonçalo Bocas (Nossa Senhora da Graça)	Guarda	—	Gonçalo Bocas
Gondalães (São Pedro)	Louredo 1836 Paredes	—	Paredes (fusão de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães)
Gondar (Santa Eulália)	Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	União das Freguesias de Candemil e Gondar
Gondar (Santa Maria)	Gestaçô 1836 Amarante	—	Gondar
Gondar (São João Batista)	Guimarães	—	Gondar
Gondar (São Salvador)	Caminha	separada parte de Dem em 1968	União das Freguesias de Gondar e Orbacém
Gondarém (São Pedro)	Vila Nova de Cerveira 1895 Caminha 1898 Vila Nova de Cerveira	—	Gondarém
Gondemaria	1928 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Olival, Ourém e Vila Nova de Ourém em 1928	União das Freguesias de Gondemaria e Olival
Gondesende (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança	—	Gondesende
Gondiães (São Mamede)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Pico de Regalados, Gondiães e Mós

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Gondiães (São Martinho)	Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Gondiães e Vilar de Cunhas
Gondifelos (São Félix)	Barcelos 1836 Famalicão 1838 Barcelos 1861-1878 Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz
Gondim (O Salvador)	Maia	—	Castêlo da Maia (fusão de Avioso (Santa Maria), Avioso (São Pedro), Gemunde, Barca e Gondim)
Gondizalves (Santo André)	Braga	—	União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Gondomar (Santo André)	Ponte da Barca 1853 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Aboim da Nóbrega e Gondomar
Gondomar (São Cosme)	Gondomar		União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim
Gondomar (São Martinho)	Guimarães	—	União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar
Godomil (São Cristóvão)	Sanfins 1836 Valença	—	União das Freguesias de Godomil e Sanfins
Gondufe (São Miguel)	Gondufe 1836 Ponte de Lima	—	Gondufe
Gonduriz (Santa Eulália)	Arcos de Valdevez	—	Gonduriz
Gondoriz (São Mamede)	Pico de Regalados 1836 Terras de Bouro 1895	—	Gondoriz

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Vila Verde 1898 Terras de Bouro		
Gontim (Santa Eulália)	Guimarães 1836 Fafe	—	União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído
Gontinhães (Santa Marinha)	Caminha 1924 (ver Vila Praia de Âncora)	passou a denominar- se Vila Praia de Âncora em 1924	—
Gosende [Campo Benfeito] (São Pedro)	Gosende 1836 Castro Daire	—	Gosende
Gostei [Formil e Castanheira] (São Cláudio)	Gostei 1836 Bragança	integrou Castro de Avelãs em 1841- 1849 separada Castro de Avelãs em 1888	Gostei
Goujoim (Santa Eulália)	Goujoim 1836 São Cosmado 1855 Armamar	—	União das Freguesias de Aricera e Goujoim
Gouvães da Serra (São Jorge)	Vila Pouca de Aguiar	—	Alvão (fusão de Afonso, Gouvães da Serra, Lixa do Alvão e Santa Marta da Montanha)
Gouvães do Douro (Santa Maria dos Anjos)	Gouvães do Douro 1836 Provesende 1853 Sabrosa	—	União das Freguesias de Gouvães do Douro, Provesende e São Cristóvão do Douro
Gouveia (São Bartolomeu)	Alfândega da Fé 1895 Torre de Moncorvo 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
Gouveia – São Julião (São Julião)	Gouveia	—	União das Freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião)
Gouveia – São Pedro (São Pedro)	Gouveia	—	União das Freguesias de Gouveia (São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Pedro e São Julião)
Gouveia (São Simão)	Gouveia 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses 1853 Amarante	—	Gouveia (São Simão)
Gouveias (São Pedro Apóstolo)	Pinhel	—	Agregação de Freguesias Sul de Pinhel (fusão de Gouveias e Pomares)
Gouviães (Santa Maria Madalena)	Tarouca 1895 Lamego 1898 Tarouca	—	União das Freguesias de Gouviães e Ucanha
Gouvinhas (Santa Maira Madalena)	Vila Real 1836 Provesende 1853 Sabrosa	—	Gouvinhas
Gove (Santa Maria)	Gosende 1836 Baião	—	Gove
Graça (Nossa Senhora da Graça)	Pedrogão Grande 1895 Figueiró dos Vinhos 1898 Pedrogão Grande	—	Graça
Grade (Santa Maria)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Grade e Carralcova
Gradil (São Silvestre)	Gradil 1836 Enxara dos Cavaleiros 1837 Azueira 1846 Torres Vedras 1847 Azueira 1855 Maфра	—	União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário
Gradíssimo (Santo Estêvão)	Bragança 1836 Cortiços 1841-1849 extinta	anexada a Pinho Velho em 1841-1849	—
Gradiz (Nossa Senhora das Neves)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	União das Freguesias de Sequeiros e Gradiz
Gralhas (Santa Maria)	Gralhas 1836 Montalegre	—	Gralhas
Gralheira (Nossa Senhora da Graça)	Ferreiros de Tendais 1855 Cinfães	—	União das Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Gralhós (Santa Cruz)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Talhinhas em 1841- 1849	—
Grândola (Nossa Senhora da Assunção)	Grândola	—	União das Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Granho	1988 Salvaterra de Magos	separada de Muge em 1988	União das Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho
Granja (Santa Maria)	Montalegre 1836 Boticas	—	União das Freguesias de Boticas e Granja
Granja (São Brás)	Mourão 1855 Reguengos de Monsaraz 1861 Mourão 1895 Reguengos de Monsaraz 1898 Mourão	—	Granja
Granja (São João Batista)	Trancoso	—	Granja
Granja [de Penedono] (São Sebastião)	Penedono 1895 Meda 1898 Penedono	—	União das Freguesias de Penedono e Granja
Granja de Gregos (?)	Algoso 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Saldanha em 1841- 1849	—
Granja de São Pedro [da Silva] (Santa Marinha)	Algoso 1836 Miranda do Douro 1841-1849 extinta	integrada em Silva em 1841-1849	—
Granja do Tedo (São Faustino e São Jovito)	Granja do Tedo 1836 São Cosmado 1855 Tabuaço	—	Granja do Tedo
Granja do Ulmeiro (São Gabriel)	Montemor-o-Velho 1836 Santo Varão 1853 Montemor-o-Velho 1853 Soure	—	Granja do Ulmeiro
Granja Nova (São Sebastião)	Ucanha 1836 Mondim da Beira 1895 Armamar	—	União das Freguesias de Granja Nova e Vila

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1898 Tarouca		Chã da Beira
Granjal (Nossa Senhora das Candeias)	Sernancelhe	—	Granjal
Granjinha (São Pedro)	Paradela 1836 Tabuaço	—	União das Freguesias de Paradela e Granjinha
Gregos (Santo Apolinário)	Algozo 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Saldanha em 1841- 1849	—
Grijó (O Salvador)	Grijó 1836 Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Grijó e Sermonde
Grijó	(ver Grijó de Vale Benfeito) 2003 Macedo de Cavaleiros	denominou-se Grijó de Vale Benfeito até 2003	Grijó
Grijó de Parada (Santa Maria Madalena)	Bragança	integrou Freixedelo em 1841-1849	Grijó de Parada
Grijó de Vale Benfeito (Santa Maria Madalena)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros 2003 (ver Grijó)	passou a denominar- se Grijó em 2003	—
Grilo (São João Batista)	Baião	—	Grilo
Grimancelos (São Mateus)	Barcelos	—	União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães
Grovelas (São João Evangelista)	Ponte da Barca 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas
Guadramil (São Vicente)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Rio de Onor em 1841-1849	—
Gualtar (São Miguel)	Braga	—	Gualtar

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Guarda – Mercado (Nossa Senhora da Vitória)	Guarda 1841 extinta	integrada em Guarda – Sé em 1841	—
Guarda – São Miguel	1985 Guarda	separada de Guarda – São Vicente e Guarda – Sé em 1985	Guarda (fusão de Guarda – São Vicente, Guarda – Sé e Guarda – São Miguel)
Guarda – São Pedro (São Pedro)	Guarda 1841 extinta	integrada em Guarda – São Vicente e Guarda – Sé em 1841	—
Guarda – São Tiago (São Tiago)	Guarda 1841 extinta	integrada em Guarda – São Vicente e Guarda – Sé em 1841	—
Guarda – São Vicente (São Vicente)	Guarda	integrou parte de Guarda – São Pedro e parte de Guarda – São Tiago em 1841 separada parte de Guarda – São Miguel em 1985	Guarda (fusão de Guarda – São Vicente, Guarda – Sé e Guarda – São Miguel)
Guarda – Sé (Santo Ildefonso, a partir de 1841 Nossa Senhora da Conceição [por incorporação da freguesia de Guarda – Mercado])	Guarda	integrou Guarda – Mercado, parte de Guarda – São Pedro e parte de Guarda – São Tiago em 1841 separada parte de Guarda – São Miguel em 1985	Guarda (fusão de Guarda – São Vicente, Guarda – Sé e Guarda – São Miguel)
Guardão (Nossa Senhora dos Milagres)	Guardão 1836 Tondela	—	Guardão
Guardizela (Santa Maria)	Barcelos 1836 Guimarães	—	Guardizela
Gueifães (São	Maia	—	Cidade da Maia (fusão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Faustino)			de Gueifães, Maia e Vermoim)
Gual (São Paio)	Barcelos	—	União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
Guetim (Santo Estêvão)	Vila Nova de Gaia 1926 Espinho	—	União das Freguesias de Anta e Guetim
Guia [Alfontes da] (Nossa Senhora da Visitação)	Albufeira	separada parte de Ferreiras em 1997	Guia
Guia	1984 Pombal	separada de Mata Mourisca em 1984	União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca
Guiães (Santa Maria)	Vila Real	—	Guiães
Guide (São Mamede)	Torre de Dona Chama 1855 Mirandela 1936 extinta	integrada em Avidagos em 1936	—
Guidões (São João Batista)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	União das Freguesias de Alvarelos e Guidões
Guifões (São Martinho)	Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de Custóias, Leça do Bailio e Guifões
Guilhabreu (São Martinho)	Maia 1870 Vila do Conde	—	Guilhabreu
Guilhadeses (Santo André)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Guilhadeses e Santar
Guilheiro (São Pedro da Cadeira)	Guilheiro 1836 Trancoso	—	Guilheiro
Guilhofrei (São Tiago)	Vila Boa da Roda 1836 Cabeceiras de Basto 1837 Vieira do Minho	—	Guilhofrei
Guilhufe (São João)	Penafiel	—	Guilhufe e Urrô

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Guimarães – Castelo (São Miguel)	Guimarães 1878-1890 extinta	integrada em Guimarães – Oliveira em 1878-1890	—
Guimarães – Oliveira (Santa Maria da Oliveira)	Guimarães	integrou Guimarães – Castelo em 1878- 1890	União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião
Guimarães – São Paio (São Paio)	Guimarães	—	União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião
Guimarães – São Sebastião (São Sebastião)	Guimarães	—	União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião
Guimarei (São Paio)	Refojos de Riba de Ave 1836 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Lamelas e Guimarei
Guisande (São Mamede)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande
Guisande (São Miguel)	Braga	—	União das Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)
Gulpilhares (Santa Maria)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Gulpilhares e Valadares
Horta (O Salvador)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Horta
Horta da Vilarça (São Sebastião)	Torre de Moncorvo	integrou Vide em 1841	Horta da Vilarça
Horta das Figueiras	1997 Évora	separada de Évora – Sé em 1997	União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras
Idães (Santa Maria)	Felgueiras 1836 Barrosas 1852 Felgueiras	—	Idães
Idanha-a-Nova (Nossa)	Idanha-a-Nova	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora da Conceição)			de Idanha-a-Nova e Alcafozes
Idanha-a-Velha (Nossa Senhora da Conceição)	Idanha-a-Velha 1836 Idanha-a-Nova	—	União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha
Ifanes (São Miguel)	Miranda do Douro	—	União das Freguesias de Ifanes e Paradela
Igreja Nova (Nossa Senhora da Conceição)	Sintra 1836 Mafra	separada parte de São Miguel de Alcainça em 1985	União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros
Igreja Nova (Santa Maria)	Prado 1855 Barcelos	—	União das Freguesias de Alheira e Igreja Nova
Igreja Nova do Sobral (Espírito Santo)	Tomar 1855 Ferreira do Zêzere	—	Igreja Nova do Sobral
Igrejinha Nova (Nossa Senhora da Consolação)	Arraiolos	—	Igrejinha
Ilha	1989 Pombal	separada de Mata Mourisca em 1989	União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca
Ílhavo (São Salvador)	Ílhavo 1895 Avaeiro 1898 Ílhavo	engloba a localidade de Ermida que constituíu o concelho de Ermida até 1835 separada Gafanha da Nazaré em 1910 separada Gafanha da Escarnação em 1926 separada parte de Gafanha do Carmo em 1960	Ílhavo (São Salvador)
Ima (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda 1836 Jarmelo 1841 extinta	integrada em Jarmelo – São Pedro em 1841	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Infantas [Vila Nova das] (Santa Maria)	Guimarães	integrou Matamá em 1936	Infantas
Infesta (O Salvador)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Caçarilhe e Infesta
Infesta (São Tiago Maior)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Infesta
Infias (Santa Maria)	Guimarães 1998 Vizela	—	Infias
Infias (São Pedro)	Infias 1836 Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	Infias
Inguias (São Silvestre)	Belmonte 1895 Covilhã 1898 Belmonte		Inguias
Insalde (Santa Maria)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Insalde e Porreiras
Ínsua (São Genísio)	Penalva do Castelo	—	Ínsua
Irivo (São Vicente)	Penafiel	integrou Coreixas em 1841-1849	Irivo
Isna (Nossa Senhora das Dores)	Oleiros	—	Isna
Izeda (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Izeda 1855 Bragança	—	União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova
Janarde (São Barnabé)	Alvarenga 1836 Arouca	—	União das Freguesias de Covelo de Paivó e Janarde
Janeiro de Baixo (São Domingos)	Fundão 1836 Fajão 1855 Pampilhosa da Serra	—	Janeiro de Baixo
Janeiro de Cima (Nossa Senhora da Assunção)	Fundão	—	União das Freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo
Jarmelo – Santa Maria (Santa Maria Maior)	Jarmelo 1841 extinta	integrada em Jarmelo – São Miguel e Jarmelo – São Pedro em 1841	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Jarmelo – São Miguel (São Miguel)	Jarmelo 1853 Guarda	integrou parte de Jarmelo – Santa Maria Maior em 1841 separada parte de Gagos em 1925	Jarmelo São Miguel (integrou Ribeira dos Carinhos)
Jarmelo – São Pedro (São Pedro)	Jarmelo 1853 Guarda	integrou lma e parte de Jarmelo – Santa Maria Maior em 1841 separada parte de Gagos em 1925	Jarmelo São Pedro (integrou Gagos)
Jazente (Santa Maria)	Gestaçô 1836 Amarante	—	Jazente
Jejua (O Salvador)	Celorico da Beira 1949 (ver Vila Boa do Mondego)	passou a denominar- se Vila Boa do Mondego em 1949	—
Jesufrei (São Miguel)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei
Joane (O Salvador)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Joane
João Antão (São José)	(ver Serra de Borges) 1841 Guarda	denominou-se Serra de Borges até 1841	João Antão
Jolda – Madalena (Santa Maria Madalena)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão
Jolda – São Paio (São Paio)	Arcos de Valdevez	—	Jolda – São Paio
Jou (Santo André)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços 1895 Murça	—	Jou
Jovim (Santa Cruz)	Gondomar		União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim
Jugueiros (São Pedro)	Felgueiras 1836	—	Jugueiros

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Barrosas 1837 Felgueiras 1853 Fafe 1855 Felgueiras		
Junça (Santa Maria Madalena)	Almeida	—	União das Freguesias de Junça e Naves
Juncais (São Tiago Maior)	Linhares 1855 Celorico da Beira 1898 Fornos de Algodres	separada Vila Soeiro do Chão em 1948	União das Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão
Juncal (São Miguel)	Porto de Mós 1836 Alcobaça 1837 Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	separada parte de Pedreiras em 1924	Juncal
Juncal do Campo	1933 Castelo Branco	separada de Salgueiro do Campo e de Sarzedas em 1933	União das Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo
Junceira (São Mateus)	Tomar	—	União das Freguesias de Serra e Junceira
Junqueira (São Bento)	Algozo 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Matela em 1841-1849	—
Junqueira (São Filipe)	Alfândega da Fé 1853 Torre de Moncorvo 1936 extinta	integrada em Adeganha em 1936	—
Junqueira (São Miguel)	Macieira de Cambra 1836 Sever do Vouga 1837 Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale de Cambra		Junqueira
Junqueira (São Simão)	Barcelos 1836 Vila do Conde	—	Junqueira
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	Juromenha 1836 Alandroal	integrou São Brás dos Matos em 1936 separada São Brás	União das Freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		dos Matos em 1984	Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)
Justes	1956 Vila Real	separada de Lamares em 1956	União das Freguesias de São Tomé do Castelo e Justes
Labruja (São Cristóvão)	Ponte de Lima	—	Labruja
Labruge (São Tiago)	Maia 1836 Vila do Conde 1855 Bouças 1871 Vila do Conde	—	Labruge
Labrujó (Santa Maria)	Ponte de Lima	—	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte
Ladário (São Salvador)	Ladário 1836 Penalva do Castelo 1837 Sátão 1840 extinta	integrada em São Miguel de Vila Boa em 1840	—
Ladoeiro (Nossa Senhora da Expectação)	Idanha-a-Nova	—	Ladoeiro
Lagarelhos (São Pedro)	Vinhais 1841 extinta	integrada em Vilar de Ossos em 1841	—
Lagares (Nossa Senhora da Conceição)	Lagares 1836 Oliveira do Hospital	—	Lagares
Lagares (São Martinho)	Penafiel	—	Lagares e Figueira
Lagares (São Veríssimo)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure
Lagarinhos (Santa Eufémia)	Seia 1836 Gouveia	—	União das Freguesias de Rio Torto e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Lagarinhos
Lagarteira (São Domingos)	Penela 1837 Ansião	—	(integrada em Ansião)
Lage (Santa Leocádia)	Lage 1836 (ver Baião – Santa Leocádia)	passou a denominar- se Baião – Santa Leocádia em 1836	—
Lage (São Julião)	Moure 1836 Prado 1855 Vila Verde	—	Lage
Lago (São Martinho)	Rendufe 1836 Amares	—	Lago
Lagoa (Nossa Senhora da Luz)	Lagoa	separada Praia do Carvoeiro em 1985	União das Freguesias de Lagoa e Praia do Carvoeiro
Lagoa (O Salvador)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Avidos e Lagoa
Lagoa (São Martinho)	Bragança 1836 Izeda 1855 Macedo de Cavaleiros	—	Lagoa
Lagoaça (Santo Antão)	Mogadouro 1836 Freixo de Espada à Cinta 1895 Torre de Moncorvo 1898 Freixo de Espada à Cinta	—	União das Freguesias de Lagoaça e Fornos
Lagomar (São Tiago)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Donai em 1841-1849	—
Lagos – Santa Maria (Santa Maria)	Lagos	—	União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria)
Lagos – São Sebastião (São Sebastião)	Lagos	—	União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria)
Lagos da Beira (São João Batista)	Lagos da Beira 1836 Oliveira do Hospital		União das Freguesias de Lagos da Beira e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Lajeosa
Lajeosa (Nossa Senhora da Expectação)	Oliveira do Hospital		União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa
Lajeosa (Nossa Senhora das Neves)	Sabugal	—	União das Freguesias de Lajeosa e Forcalhos
Lajeosa do Dão (São Miguel)	Viseu 1836 Tondela	—	Lajeosa do Dão
Lajeosa do Mondego (São Martinho)	Celorico da Beira	—	Lajeosa do Mondego
Lajes (São Domingos)	Seia	—	União das Freguesias de Tourais e Lajes
Lalim (Santa Marta)	Lalim 1836 Tarouca 1895 Lamego	—	Lalim
Lama (São Miguel)	Landim 1836 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira
Lama (São Salvador)	Azevedo 1836 Prado 1855 Barcelos	—	Lama
Lama de Arcos (Nossa Senhora da Conceição)	Chaves	integrou Vila Frade em 1841	Lama de Arcos
Lama de Ouriço (São Gonçalo)	Monforte de Rio Livre 1841 extinta	integrada em Alvarelos em 1841	—
Lamações (Santa Maria)	Braga	—	União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
Lamalonga (Santa Epifânia)	Torre de Dona Chama 1853 Macedo de Cavaleiros	integrou Fornos de Ledra em 1855-1864	Lamalonga
Lamares (São João Batista)	Vila Real	separada Justes em 1956	União das Freguesias de Mouços e Lamares
Lamarosa (Santo Varão)	Coimbra 1836 Tentúgal 1853 Coimbra	—	União das Freguesias de São Martinho de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Árvore e Lamarosa
Lamas [de Miranda] (Divino Espírito Santo)	Miranda do Corvo	—	Lamas
Lamas (Nossa Senhora do Ó)	Braga	—	Lamas
Lamas (São Tomé)	Cadaval 1836 Óbidos 1837 Cadaval 1895 Azambuja 1896 Alenquer 1898 Cadaval	—	União das Freguesias de Lamas e Cercal
Lamas	(ver Lamas de Poence) 2003 Macedo de Cavaleiros	denominou-se Lamas de Podence até 2003	Lamas
Lamas de Mouro (São João Batista)	Valadares 1836 Melgaço	—	União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro
Lamas de Olo (São Tiago)	Ermelo 1853 Mondim de Basto 1895 Vila Real	—	União das Freguesias de Borbela e Lamas de Olo
Lamas de Orelhão (Santa Cruz)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	—	Lamas de Orelhão
Lamas de Podence (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros 2003 (ver Lamas)	passou a denominar- se Lamas em 2003	—
Lamas do Vouga (Nossa Senhora da Assunção)	Aveiro 1836 Vouga 1853 Águeda	—	União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga
Lamegal (Nossa Senhora da Assunção)	Lamegal 1836 Pinhel 1837 Jarmelo 1853 Guarda 1855 Pinhel	integrou Penha Forte em 1841	Lamegal
Lamego – Almacave (Santa Maria Maior)	Lamego	—	Lamego (fusão de Lamego (Almacave) e Lamego (Sé))

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Lamego – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Lamego	—	Lamego (fusão de Lamego (Almacave) e Lamego (Sé))
Lameira (Nossa Senhora da Lameira)	Arronches 1839 extinta	dividida entre Degolados e São Bartolomeu em 1839	—
Lameiras (Nossa Senhora da Assunção)	Pinhel	integrou Vendada em 1864-1878	Lameiras
Lamelas (Santa Eulália)	Refojos de Riba de Ave 1836 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Lamelas e Guimarei
Lamosa (Nossa Senhora da Conceição)	Caria 1855 Sernancelhe	—	Lamosa
Lamoso (Santa Maria)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	anexada Codessos em 1900-1911 separada Codessos em 1956	Sanfins Lamoso Codessos
Lação (São Miguel Arcanjo)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Sortes em 1841-1849	—
Landal (Espírito Santo)	Óbidos 1895 Caldas da Raíña	—	Landal
Landeira (Nossa Senhora da Nazaré)	Cabrela 1836 Montemor-o-Novo 1838 Canha 1838 Montemor- o-Novo 1895 Alcácer do Sal 1898 Montemor-o- Novo 1936 extinta 1984 Vendas Novas	integrada em Cabrela em 1936 separada de Cabrela em 1962 integrada em Vendas Novas em 1962 separada de Vendas Novas em 1984	Landeira
Landim (Santa Marinha)	Landim 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Landim
Lanhas (São Tomé)	Pico de Regalados 1855	—	Lanhas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Vila Verde		
Lanhelas (São Martinho)	Caminha	—	Lanhelas
Lanheses (Santa Eulália)	Lanheses 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	Lanheses
Lanhoso (São Tiago)	Póvoa de Lanhoso	separada parte de Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo) em 1930	Lanhoso
Lapa	1921 Cartaxo	separada de Ereira em 1921	União das Freguesias de Ereira e Lapa
Lapa do Lobo	1985 Nelas	separada de Canas de Senhorim em 1985	Lapa do Lobo
Lapa dos Dinheiros	1988 Seia	separada de São Romão em 1988	União das Freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros
Lapas (Nossa Senhora da Graça)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca
Lapela (São Lourenço)	Monção	—	União das Freguesias de Troporiz e Lapela
Lara (Santa Eulália)	Monção	—	Lara
Laranjeiro	1985 Almada	separada de Cova da Piedade em 1985 separada Feijó em 1993	União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó
Lardosa (São Martinho)	Castelo Novo 1836 Alpedrinha 1855 Castelo Branco	—	Lardosa
Larinho (Nossa Senhora da Purificação)	Torre de Moncorvo	—	Larinho
Laundos (São Miguel)	Barcelos 1836 Póvoa de	—	Laundos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Varzim		
Lavacolhos (Santo Amaro)	Fundão	—	Lavacolhos
Lavandeira (São Salvador)	Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores
Lavegadas (São José)	Coimbra 1836 Santo André de Poiares 1895 Penacova 1898 Poiares (1905) Vila Nova de Poiares	—	Lavegadas
Laviada (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Babe em 1841-1849	—
Lavos (Nossa Senhora da Conceição)	Lavos 1836 Paião 1837 Lavos 1855 Figueira da Foz	separada parte de Marinha das Ondas em 1928 separada parte de Figueira da Foz – São Pedro em 1985	Lavos
Lavra (O Salvador)	Maia 1836 Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo
Lavradas (São Miguel)	Ponte da Barca	—	Lavradas
Lavradio (Santa Margarida)	Lavradio 1836 Barreiro 1837 Alhos Vedros 1855 Barreiro	separada parte de Santo André em 1973	União das Freguesias do Barreiro e Lavradio
Lavre (Nossa Senhora da Apresentação)	Lavre 1836 Montemor- o-Novo 1838 Canha 1838 Montemor-o-Novo	integrou São Lourenço em 1841- 1849 separada Cortiçadas de Lavre em 1988	União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre
Lazarim (São Miguel)	Lazarim 1836 Tarouca 1895 Lamego	integrou Meijinhos em 1849-1864 separada Meijinhos	Lazarim

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		em 1888	
Lebução (São Nicolau)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços	integrou Curral de Vacas em 1841 integrou Nozelos em 1855-1864 separada Nozelos em 1933	Lebução, Fiães e Nozelos
Leça da Palmeira (São Miguel)	Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira
Leça do Bailio (Santa Maria)	Leça do Bailio 1836 Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de Custóias, Leça do Bailio e Guifões
Leiria (Nossa Senhora da Assunção)	Leiria		União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Leitões (São Martinho)	Guimarães	—	União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo
Lemenhe (O Salvador)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei;
Leomil (Nossa Senhora da Anunciação)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova
Leomil (São Tiago)	Leomil 1855 Moimenta da Beira	—	Leomil
Lever (Santo André)	Feira 1926 Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma
Liceia (São Miguel)	Montemor-o-Velho 1836 Cadima 1853 Montemor-o-Velho	—	Liceia
Ligares (São João)	Freixo de Espada à	—	Ligares

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Batista)	Cinta 1895 Torre de Moncorvo 1898 Freixo de Espada à Cinta		
Lijó (Santa Maria)	Barcelos	—	Lijó
Lilela (São Lourenço)	Chaves 1836 Valpaços 1841 extinta	integrada em Rio Torto em 1841	—
Limãos (São Sebastião)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Salselas em 1841- 1849	—
Limões (São João Batista)	Cerva 1853 Ribeira de Pena	—	União das Freguesias de Cerva e Limões
Linda-a-Velha	1993 Oeiras	separada de Carnaxide em 1993	União das Freguesias de Algés, Linda-a- Velha e Cruz Quebrada–Dafundo
Lindoso (São Mamede)	Lindoso 1836 Ponte da Barca	—	Lindoso
Linhares (Nossa Senhora da Assunção)	Linhares 1855 Celorico da Beira	—	Linhares
Linhares (Santa Marinha)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Cossourado e Linhares
Linhares (São Miguel)	Carrazeda de Ansiães	—	Linhares
Lisboa – Ajuda (Nossa Senhora da Ajuda)	Lisboa 1852 (ver Ajuda) 1885 Lisboa	separada Lisboa – Belém em 1833 deixou de fazer parte da cidade de Lisboa em 1852 integrada na cidade de Lisboa em 1885	Lisboa – Ajuda
Lisboa – Alcântara (São Pedro)	Lisboa 1852 (ver Lisboa – Alcântara intramuros e Alcântara extramuros) 1885 Lisboa	dividida em Lisboa – Alcântara intramuros e Alcântara extramuros em 1852	Lisboa – Alcântara

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		reconstituída em 1885 separada Lisboa – Prazeres em 1959	
Lisboa – Alcântara intramuros (São Pedro)	1852 Lisboa 1885 extinta	separada de Lisboa – Alcântara em 1852 integrada em Lisboa – Alcântara em 1885	—
Lisboa – Alto do Pina	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Arroios e Lisboa – Penha de França em 1959	Lisboa – Areeiro (fusão de Lisboa – Alto do Pina e Lisboa – São João de Deus)
Lisboa – Alvalade	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Campo Grande em 1959	Lisboa – Alvalade (fusão de Lisboa – Campo Grande, Lisboa – São João de Brito e Lisboa – Alvalade)
Lisboa – Ameixoeira [intramuros] (São Lourenço)	(ver Ameixoeira) 1885 Lisboa	integrada na cidade de Lisboa em 1885	Lisboa – Santa Clara (fusão de Lisboa – Charneca e Lisboa – Ameixoeira)
Lisboa – Anjos (São Miguel Príncipe dos Anjos)	Lisboa	—	Lisboa – Arroios (fusão de Lisboa – Anjos, Lisboa – Pena e Lisboa – Arroios)
Lisboa – Arroios (São Jorge)	Lisboa 1852 (ver Lisboa – Arroios intramuros e Arroios extramuros) 1885 Lisboa	dividida em Lisboa – Arroios intramuros e Arroios extramuros em 1852 reconstituída em 1885 separada parte de Lisboa – Penha de França em	Lisboa – Arroios (fusão de Lisboa – Anjos, Lisboa – Pena e Lisboa – Arroios)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1918 separadas parte de Lisboa – Alto do Pina e Lisboa – São João de Deus em 1959	
Lisboa – Arroios [intramuros] (São Jorge)	1852 Lisboa 1885 extinta	separada de Lisboa – Arroios em 1852 integrada em Lisboa – Arroios em 1885	—
Lisboa – Basílica (Santa Maria Maior)	Lisboa 1835 (ver Lisboa – Sé)	passou a denominar- se Lisboa – Sé em 1835	—
Lisboa – Beato [António] (São Bartolomeu)	1885 Lisboa	integrada na cidade de Lisboa em 1885 separada Lisboa – Marvila em 1959	Lisboa – Beato
Lisboa – Belém (Santa Maria de Belém)	Lisboa 1852 (ver Belém) 1885 Lisboa	separada de Lisboa – Ajuda em 1833 deixou de fazer parte da cidade de Lisboa em 1852 integrada na cidade de Lisboa em 1885 separada Lisboa – São Francisco Xavier em 1959	Lisboa – Belém (fusão de Lisboa – São Francisco Xavier e Lisboa – Belém)
Lisboa – Benfica [intramuros] (Nossa Senhora do Amparo)	(ver Benfica) 1885 Lisboa	integrada na cidade de Lisboa em 1885	Lisboa – Benfica
Lisboa – Camões	(ver Lisboa – Coração de Jesus) 1912 Lisboa 1959 (ver Lisboa – Coração de Jesus)	denominou-se Lisboa – Coração de Jesus até 1912 voltou a denominar-se Lisboa – Coração de Jesus a partir de 1959	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Lisboa – Campo Grande (Santos Reis Magos)	(ver Campo Grande) 1885 Lisboa	integrada na cidade de Lisboa em 1885 separadas Lisboa – Alvalade, Lisboa – Nossa Senhora de Fátima e Lisboa – São João de Brito em 1959	Lisboa – Alvalade (fusão de Lisboa – Campo Grande, Lisboa – São João de Brito e Lisboa – Alvalade)
Lisboa – Campolide	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Santa Isabel e Lisboa – São Sebastião da Pedreira em 1959	Lisboa – Campolide
Lisboa – Carnide [intramuros] (São Lourenço)	(ver Carnide) 1885 Lisboa	integrada na cidade de Lisboa em 1885	Lisboa – Carnide
Lisboa – Castelo (Santa Cruz)	Lisboa	—	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Charneca [intramuros] (São Bartolomeu)	(ver Charneca) 1885 Lisboa	integrada na cidade de Lisboa em 1885	Lisboa – Santa Clara (fusão de Lisboa – Charneca e Lisboa – Ameixoeira)
Lisboa – Conceição	Lisboa 1959 extinta	integrada em Lisboa	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
[Nova] (Nossa Senhora da Conceição)		– São Nicolau em 1959	
Lisboa – Coração de Jesus (Sagrado Coração de Jesus)	Lisboa 1912 (ver Lisboa – Camões) 1959 Lisboa	passou a denominar- se Lisboa – Camões em 1912 voltou a denominar-se Lisboa – Coração de Jesus em 1959	Lisboa – Santo António (fusão de Lisboa – São Mamede, Lisboa – São José e Lisboa – Coração de Jesus)
Lisboa – Encarnação (Nossa Senhora da Encarnação)	Lisboa	—	Lisboa – Misericórdia (fusão de Lisboa – Mercês, Lisboa – Santa Catarina, Lisboa – Encarnação e Lisboa – São Paulo)
Lisboa – Escolas Gerais	(ver Lisboa – São Vicente) 1916 Lisboa 1959 (ver Lisboa – São Vicente)	denominou-se Lisboa – São Vicente até 1916 voltou a denominar-se Lisboa – São Vicente a partir de 1959	—
Lisboa – Nossa Senhora de Fátima	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Campo Grande em 1959	Lisboa – Avenidas Novas (fusão de Lisboa – São Sebastião da Pedreira e Lisboa – Nossa Senhora de Fátima)
Lisboa – Graça	(ver Lisboa – Santo André) 1920 Lisboa	denominou-se Lisboa – Santo André até 1920	Lisboa – São Vicente (fusão de Lisboa – São Vicente, Lisboa – Graça e Lisboa – Santa Engrácia)
Lisboa – Lapa (Nossa Senhora da Lapa)	Lisboa	—	Lisboa – Estrela (fusão de Lisboa – Lapa, Lisboa – Santos-o-

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Velho e Lisboa – Prazeres)
Lisboa – Lumiar [intramuros] (São Bartolomeu)	1885 Lisboa	separada Lumiar extramuros em 1885 integrada na cidade de Lisboa em 1885	Lisboa – Lumiar
Lisboa – Madalena (Santa Maria Madalena)	Lisboa	—	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Marquês de Pombal	(ver Lisboa – São Paulo) 1913 Lisboa 1959 (ver Lisboa – São Paulo)	denominou-se Lisboa – São Paulo até 1913 voltou a denominar-se Lisboa – São Paulo a partir de 1959	—
Lisboa – Mártires (Nossa Senhora dos Mártires)	Lisboa	—	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Marvila	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Beato em 1959	Lisboa – Marvila
Lisboa – Mercês (Nossa Senhora das Mercês)	Lisboa	—	Lisboa – Misericórdia (fusão de Lisboa – Mercês, Lisboa – Santa Catarina, Lisboa – Encarnação e Lisboa – São Paulo)
Lisboa – Monte Pedral	(ver Lisboa – Santa Engrácia) 1913 Lisboa 1959 (ver Lisboa – Santa Engrácia)	denominou-se Lisboa – Santa Engrácia até 1913 separada parte de Penha de França em 1918 voltou a denominar- se Lisboa – Santa Engrácia a partir de 1954	—
Lisboa – Olivais [intramuros] (Santa Maria)	(ver Olivais) 1895 Lisboa	separada Olivais extramuros em 1895 integrada na cidade de Lisboa em 1895	Lisboa – Olivais (separada parte de Lisboa – Parque das Nações)
Lisboa – Parque das Nações	2012 Lisboa	—	separada de Lisboa – Olivais, Moscavide e Sacavém
Lisboa – Pena (Nossa Senhora da Pena)	Lisboa	—	Lisboa – Arroios (fusão de Lisboa – Anjos, Lisboa – Pena e Lisboa – Arroios)
Lisboa – Penha de França	1918 Lisboa	separada de Lisboa – Arroios e Lisboa –	Lisboa – Penha de França (fusão de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Monte Pedral em 1918 separadas parte de Lisboa – Alto do Pina e parte de Lisboa – São João em 1959	Lisboa – São João e Lisboa – Penha de França)
Lisboa – Prazeres	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Alcântara em 1959	Lisboa – Estrela (fusão de Lisboa – Lapa, Lisboa – Santos-o- Velho e Lisboa – Prazeres)
Lisboa – Restauradores	(ver Lisboa – Santa Justa) 1913 Lisboa 1959 (ver Lisboa – Santa Justa)	denominou-se Lisboa – Santa Justa até 1913 voltou a denominar-se Lisboa – Santa Justa a partir de 1959	—
Lisboa – Sacramento (Santíssimo Sacramento)	Lisboa	—	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Salvador (O Salvador)	Lisboa 1836 extinta	integrada em Lisboa – São Tomé em 1836	—
Lisboa – Santa	Lisboa	—	Lisboa – Misericórdia

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Catarina (Santa Catarina do Monte Sinai)			(fusão de Lisboa – Mercês, Lisboa – Santa Catarina, Lisboa – Encarnação e Lisboa – São Paulo)
Lisboa – Santa Engrácia (Santa Engrácia)	Lisboa 1913 (ver Lisboa – Monte Pedral) 1959 Lisboa	passou a denominar- se Lisboa – Monte Pedral em 1913 voltou a denominar- se Lisboa – Santa Engrácia em 1959 separada parte de Lisboa – São João em 1959	Lisboa – São Vicente (fusão de Lisboa – São Vicente, Lisboa – Graça e Lisboa – Santa Engrácia)
Lisboa – Santa Isabel (Santa Isabel Rainha de Portugal)	Lisboa 1852 (ver Lisboa – Santa Isabel intramuros e Santa Isabel extramuros) 1885 Lisboa	dividida em Lisboa – Santa Isabel intramuros e Santa Isabel extramuros em 1853 reconstituída em 1885 separadas parte de Lisboa – Campolide e Lisboa – Santo Condestável em 1959	Lisboa – Campo de Ourique (fusão de Lisboa – Santo Condestável e Lisboa – Santa Isabel)
Lisboa – Santa Isabel intramuros (Santa Isabel Rainha de Portugal)	1852 Lisboa 1885 extinta	separada de Lisboa – Santa Isabel em 1852 integrada em Lisboa – Santa Isabel em 1885	—
Lisboa – Santa Justa (Santa Justa e Santa Rufina)	Lisboa 1913 (ver Lisboa – Restauradores) 19159 Lisboa	passou a denominar- se Lisboa – Restauradores em 1913 voltou a denominar-se Lisboa	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa –

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		– Santa Justa em 1959	Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Santa Marinha (Santa Marinha)	Lisboa 1835 extinta	integrada em Lisboa – Santo André em 1835	—
Lisboa – Santiago (São Tiago)	Lisboa	integrou Lisboa – São Martinho em 1836	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Santo André (Santo André)	Lisboa 1920 (ver Lisboa – Graça)	integrada Santa Marinha em 1835 passou a denominar- se Lisboa – Graça em 1920	—
Lisboa – Santo Condestável	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Santa Isabel em 1959	Lisboa – Campo de Ourique (fusão de Lisboa – Santo Condestável e Lisboa

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			– Santa Isabel)
Lisboa – Santo Estêvão [de Alfama] (Santo Estêvão)	Lisboa	—	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Santos[-o- Velho] (Santos Mártires Veríssimo Máxima e Júlia)	Lisboa	—	Lisboa – Estrela (fusão de Lisboa – Lapa, Lisboa – Santos-o- Velho e Lisboa – Prazeres)
Lisboa – São Cristóvão (São Cristóvão)	Lisboa	anexada Lisboa – São Lourenço em 1886	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – São	1959 Lisboa	separada de Lisboa	Lisboa – São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Domingos de Benfica		– São Sebastião da Pedreira em 1959	Domingos de Benfica
Lisboa – São Francisco Xavier	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Belém em 1959	Lisboa – Belém (fusão de Lisboa – São Francisco Xavier e Lisboa – Belém)
Lisboa – São João	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Penha de França e Lisboa – Santa Engrácia em 1959	Lisboa – Penha de França (fusão de Lisboa – São João e Lisboa – Penha de França)
Lisboa – São João da Praça (São João Batista Degolado)	Lisboa 1885 extinta	anexada a Lisboa – Sé em 1885	—
Lisboa – São João de Brito	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Campo Grande em 1959	Lisboa – Alvalade (fusão de Lisboa – Campo Grande, Lisboa – São João de Brito e Lisboa – Alvalade)
Lisboa – São João de Deus	1959 Lisboa	separada de Lisboa – Arroios em 1959	Lisboa – Areeiro (fusão de Lisboa – Alto do Pina e Lisboa – São João de Deus)
Lisboa – São José (São José)	Lisboa	—	Lisboa – Santo António (fusão de Lisboa – São Mamede, Lisboa – São José e Lisboa – Coração de Jesus)
Lisboa – São Julião (São Julião)	Lisboa 1959 extinta	integrada em Lisboa – São Nicolau em 1959	—
Lisboa – São Lourenço (São	Lisboa 1886 extinta	anexada a Lisboa – São Cristóvão em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Lourenço)		1886	
Lisboa – São Mamede (São Mamede)	Lisboa	—	Lisboa – Santo António (fusão de Lisboa – São Mamede, Lisboa – São José e Lisboa – Coração de Jesus)
Lisboa – São Martinho (São Martinho)	Lisboa 1836 extinta	integrada em Lisboa – Santiago em 1836	—
Lisboa – São Miguel [de Alfama] (São Miguel)	Lisboa	—	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – São Nicolau (São Nicolau)	Lisboa	integrou Lisboa – Conceição e Lisboa – São Julião em 1959	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – São Paulo (São Paulo)	Lisboa 1913 (ver Marquês de Pombal) 1959 Lisboa	passou a denominar- se Lisboa – Marquês de Pombal em 1913 voltou a denominar- se Lisboa – São Paulo em 1959	Lisboa – Misericórdia (fusão de Lisboa – Mercês, Lisboa – Santa Catarina, Lisboa – Encarnação e Lisboa – São Paulo)
Lisboa – São Sebastião da Pedreira (São Sebastião)	Lisboa 1852 (ver Lisboa – São Sebastião da Pedreira intramuros e São Sebastião da Pedreira extramuros) 1885 Lisboa	dividida em Lisboa – São Sebastião da Pedreira intramuros e São Sebastião da Pedreira extramuros em 1852 reconstituída em 1885 separadas parte de Lisboa – Campolide e Lisboa – São Domingos de Benfica em 1959	Lisboa – Avenidas Novas (fusão de Lisboa – São Sebastião da Pedreira e Lisboa – Nossa Senhora de Fátima)
Lisboa – São Sebastião da Pedreira intramuros (São Sebastião)	1852 Lisboa 1885 extinta	separada de Lisboa – São Sebastião da Pedreira em 1852 integrada em Lisboa – São Sebastião da Pedreira em 1885	—
Lisboa – São Tomé [do Penedo] (São Tomé)	Lisboa 1856 extinta	integrou Lisboa – Salvador em 1836 integrada em Lisboa – São Vicente em 1856	—
Lisboa – São Vicente [de Fora] (São Vicente)	Lisboa 1918 (ver Lisboa – Escolas Gerais) 1959 Lisboa	integrada Lisboa – São Tomé em 1856 passou a denominar- se Lisboa – Escolas	Lisboa – São Vicente (fusão de Lisboa – São Vicente, Lisboa – Graça e Lisboa –

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Gerais em 1918 voltou a denominar- se Lisboa – São Vicente em 1959	Santa Engrácia)
Lisboa – Sé (Santa Maria Maior)	(ver Lisboa – Basílica) 1835 Lisboa	denominou-se Lisboa – Basílica até 1835 anexada Lisboa – São João da Praça em 1885	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Socorro (Nossa Senhora do Socorro)	Lisboa	—	Lisboa – Santa Maria Maior (fusão de Lisboa – Mártires, Lisboa – Sacramento, Lisboa – São Nicolau, Lisboa – Madalena, Lisboa – Santa Justa, Lisboa – Sé, Lisboa – Santiago, Lisboa – São Cristóvão, Lisboa – Castelo, Lisboa – Socorro, Lisboa – São Miguel e Lisboa – Santo Estêvão)
Lisboa – Xabregas (São Bartolomeu)	Lisboa 1852 (ver Beato)	passou a denominar- se Beato em 1852	—
Lixa do Alvão	2003 Vila Pouca de	separada de Soutelo	Alvão (fusão de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Aguiar	de Aguiar em 2003	Afonso, Gouvães da Serra, Lixa do Alvão e Santa Marta da Montanha)
Lobão (São Tiago)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande
Lobão da Beira (São Julião)	Besteiros 1835 Tondela	—	Lobão da Beira
Lobeira (São Cosme e São Damião)	Guimarães 1936 extinta	integrada em Atões em 1936	—
Lobelhe do Mato (São Paulo)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	União das Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato
Lobrigos – São João Batista (São João Batista)	Santa Marta de Penaguião 1895 Peso da Régua 1898 Santa Marta de Penaguião	—	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Batista) e Sanhoane
Lobrigos – São Miguel (São Miguel)	Santa Marta de Penaguião 1895 Peso da Régua 1898 Santa Marta de Penaguião	—	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Batista) e Sanhoane
Lodares (Santa Marinha)	Lousada 1836 Penafiel 1838 Lousada	—	Lodares
Lodões (São Tiago)	Sampaio 1836 Vila Flor	—	União das Freguesias de Assares e Lodões
Loivo (Santa Marinha)	Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	Loivo
Loivos (São Geraldo)	Chaves	—	União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações
Loivos da Ribeira (Santa Maria)	Baião 1836 Mesão Frio 1837 Baião	—	União das Freguesias de Loivos da Ribeira e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Madalena)			Tresouras
Loivos do Monte (São Paio)	Baião	integrou Telões do Monte em 1852	Loivos do Monte
Lomar (São Pedro)	Braga	—	União das Freguesias de Lomar e Arcos
Lomba [dos Palheiros] (Espírito Santo)	Guarda 1836 Sortelha 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba
Lomba (Santo António)	Melres 1836 Gondomar	—	Lomba
Lomba (São Pedro)	Gouveia 1836 Amarante	—	Lomba
Lombo (Espírito Santo)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros	—	Lombo
Longa (São Pelágio)	Longa 1836 São Cosmado 1855 Tabuaço	—	Longa
Longomel	1984 Ponte de Sor	separada de Ponte de Sor em 1984	Longomel
Longos (Santa Cristina)	Guimarães	—	Longos
Longos Vales (São João Batista)	Monção	—	Longos Vales
Longroiva (Santa Maria)	Longroiva 1836 Meda	—	Longroiva
Longueira/Almagrave	2001 Odemira	separada de Odemira – São Salvador em 2001	Longueira/Almagrave
Lordelo (Nossa Senhora da Expectação)	Monção	—	União das Freguesias de Sago, Lordelo e Parada
Lordelo (O Salvador)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Lordelo
Lordelo (Santa Maria Madalena)	Lordelo 1836 Vila Real	—	Lordelo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Lordelo (São Cristóvão)	Unhão 1836 Barrosas 1852 Lousada 1855 Felgueiras	—	União das Freguesias de Unhão e Lordelo
Lordelo (São Tiago)	Barcelos 1836 Guimarães	—	Lordelo
Lordelo do Ouro (São Martinho)	Bouças 1836 Porto	—	União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos
Lordosa (São Pedro)	Viseu	—	Lordosa
Loriga (Santa Maria Maior)	Loriga 1855 Seia	—	Loriga
Lorvão (Nossa Senhora da Expectação)	Coimbra 1836 Penacova	—	Lorvão
Loulé – São Clemente (São Clemente)	Loulé	separada Almancil em 1841 separada Loulé – São Sebastião em 1891 separada parte de Quarteira em 1916	Loulé (São Clemente)
Loulé – São Sebastião (São Sebastião)	1891 Loulé	separada de Loulé – São Clemente em 1891 separada parte de Quarteira em 1916	Loulé (São Sebastião)
Loureda (São Miguel)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Alvora e Loureda
Louredo (Nossa Senhora da Purificação)	Vila Real 1837 Santa Marta de Penaguião 1895 Vila Real 1898 Santa Marta de Penaguião	—	União das Freguesias de Louredo e Fornelos
Louredo (Nossa Senhora do Rosário)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho	—	Louredo
Louredo (O Salvador)	Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			de Campos e Louredo
Louredo (São Cristóvão)	Louredo 1836 Paredes	—	Louredo
Louredo (São João Batista)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1836 Amarante 1837 Santa Cruz de Riba Tâmega 1853 Amarante	—	Louredo
Louredo (São Vicente)	Feira 1836 Fermedo 1855 Arouca 1895 Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande
Loureira (Santa Eulália)	Vila Chã 1836 Pico de Regalados 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	Loureira
Loureiro (São João)	Pinheiro da Bemposta 1855 Oliveira de Azeméis	—	Loureiro
Loureiro (São Pedro)	Santa Marta de Penaguião 1836 Peso da Régua	—	Loureiro
Loures (Santa Maria)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures	separada Caneças em 1915 separada Santo António dos Cavaleiros em 1989	Loures
Louriçal (São Tiago)	Louriçal 1855 Pombal	separada Carriço em 1960	Louriçal
Louriçal do Campo (São Bento)	São Vicente da Beira 1895 Castelo Branco	—	Louriçal do Campo
Louriceira (Nossa Senhora da Conceição)	Alcanede 1836 Pernes 1851 extinta 1855-1864 Santarém 1914 Alcanena	integrada em Malhou em 1851 separada de Malhou em 1855- 1864	União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro
Lourinhã (Nossa Senhora da)	Lourinhã	separada Santa Bárbara em 1952	União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Anunciação)		separada Atalaia em 1985	
Louro (Santa Lucrécia)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Louro
Lourosa (São Pedro)	Lourosa 1836 Avô 1855 Oliveira do Hospital	—	Lourosa
Lourosa (São Tiago)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Lourosa
Lousa (Nossa Senhora dos Altos Céus)	Castelo Branco	—	União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa
Lousa (São Lourenço)	Vilarinho da Castanheira 1836 Carrazeda de Ansiães 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Torre de Moncorvo	—	Lousa
Lousa (São Pedro)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures		Lousa
Lousã (São Silvestre)	Lousã	separada Gândara em 2001	União das Freguesias de Lousã e Vilarinho
Lousada – Santa Margarida (Santa Margarida)	Lousada 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)
Lousada – São Miguel (São Miguel)	Lousada 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)
Lousado (Santa Marinha)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Lousado
Lovelhe (Santa Maria)	Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	União das Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Lufrei (O Salvador)	Gestaço 1836 Amarante	separada Fridão em 1841-1849	Lufrei
Lumiar (São João Batista)	Lisboa 1852 Olivais 1885 (ver Lisboa – Lumiar)	separada Lumiar extramuros em 1885 integrada na cidade de Lisboa em 1885	—
Lumiar extramuros (São João Batista)	1885 Olivais 1885 extinta	separada de Lumiar em 1885 anexada a Odivelas em 1885	—
Lusinde (Nossa Senhora da Assunção)	Penalva do Castelo	—	Lusinde
Luso (Nossa Senhora da Natividade)	Vacariça 1836 Mealhada	—	Luso
Lustosa (São Tiago)	Aguiar de Sousa 1836 Barrosas 1852 Paços de Ferreira 1853 Lousada	—	União das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)
Luz (Nossa Senhora da Luz)	Lagos	—	Luz
Luz (Nossa Senhora da Luz)	Mourão 1855 Reguengos de Monsaraz 1861 Mourão 1895 Reguengos de Monsaraz 1898 Mourão	—	Luz
Luz de Tavira (Nossa Senhora da Luz)	Tavira	—	União das Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão
Luzelos (Nossa Senhora da Luz)	Pinhel 1841 extinta	integrada em Colmeal em 1841	—
Luzelos (Santo Amaro)	Carrazeda de Ansiães 1841 extinta	integrada em Marzagão em 1841	—
Luzianes-Gare	1989 Odemira	separada de Odemira – Santa Maria, Relíquias, Sabóia e São	Luzianes-Gare

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Martinho das Amoreiras em 1989	
Luzim (São João Batista)	Penafiel	—	Luzim e Vila Cova
Luzio (São Veríssimo)	Monção	—	União das Freguesias de Anhões e Luzio
Maçainhas (Nossa Senhora da Conceição)	Belmonte 1895 Covilhã 1898 Belmonte	—	Maçainhas
Maçainhas [de Baixo] (Nossa Senhora da Fumagueira)	Guarda	—	Maçainhas
Maçal da Ribeira (Nossa Senhora da Conceição)	Trancoso 1864-1878 extinta	integrada em Vilares em 1864-1878	—
Maçal do Chão (Santo Estêvão)	Celorico da Beira	—	Maçal do Chão
Mação (Nossa Senhora da Conceição)	Mação	separada parte de Ortiga em 1928	União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira
Macarome (São Gens)	Prado 1841 extinta	integrada em Cabanelas em 1841	—
Maçãs de Caminho (Nossa Senhora da Graça)	Maçãs de Caminho 1836 Alvaiázere 1895 Ansião 1898 Alvaiázere	—	integrada em Alvaiázere
Maçãs de Dona Maria (São Paulo)	Maçãs de Dona Maria 1836 Chão de Couce 1837 Maçãs de Dona Maria 1855 Figueiró dos Vinhos 1895 Ansião 1898 Alvaiázere	—	Maçãs de Dona Maria
Maceda (São Pedro)	Feira 1879 Ovar	—	Maceda
Macedo de Cavaleiros (São Pedro)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de	—	Macedo de Cavaleiros

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Cavaleiros		
Macedo do Mato (Nossa Senhora da Purificação)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 Bragança	integrou Frieira em 1841-1849 integrou Sanceriz em 1841- 1849	Macedo do Mato
Macedo do Peso (São Bartolomeu)	Penas Róias 1836 Mogadouro 1936 extinta	integrada em São Martinho do Peso em 1936	—
Maceira (Nossa Senhora da Luz)	Leiria 1836 Marinha Grande 1838 Leiria	—	Maceira
Maceira (São Sebastião)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	Maceira
Maceira	1997 Torres Vedras	separada de A dos Cunhados em 1997	União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira
Machio (São Miguel)	1841 Pampilhosa da Serra	separada de Pampilhosa da Serra em 1841	Portela do Fojo – Machio
Macieira (Nossa Senhora da Apresentação)	Fonte Arcada 1855 Sernancelhe	—	União das Freguesias de Ferreirim e Macieira
Macieira (São João Batista)	Unhão 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	Macieira
Macieira da Lixa (Santa Leocádia)	Celorico de Basto 1836 Amarante 1853 Felgueiras	—	União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Macieira da Maia (São Salvador)	Aveleda 1836 Vila do Conde	—	Macieira da Maia
Macieira de Alcoba (São Martinho)	Préstimo 1836 Vouga 1853 Águeda	—	União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba
Macieira de Cambra (Nossa Senhora da Natividade)	Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale	—	Macieira de Cambra

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	de Cambra		
Macieira de Rates (Santo Adrião)	Barcelos	—	Macieira de Rates
Macieira de Sarnes (Santa Eulália)	Oliveira de Azeméis	—	Macieira de Sarnes
Macinhata de Seixa (Santo André)	Oliveira de Azeméis	engloba a localidade de Serém que constituiu o concelho de Serém até 1835	União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail
Macinhata do Vouga (São Cristóvão)	Vouga 1853 Águeda	—	Macinhata do Vouga
Maçores (São Martinho)	Torre de Moncorvo	—	União das Freguesias de Felgueiras e Maçores
Maçussa	1985 Azambuja	separada de Manique do Intendente em 1985	União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa
Madail (São Mamede)	Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail
Madalena (Santa Maria Madalena)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Paredes (fusão de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães)
Madalena (Santa Maria Madalena)	Gestaçô 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Madalena (Santa Maria Madalena)	Vila Nova de Gaia	—	Madalena
Madalena	1969 Chaves	separada de Chaves em 1969	União das Freguesias de Madalena e Samaiões
Madalena	(ver Cem Soldos) 1936 Tomar	denominou-se Cem Soldos até 1933	União das Freguesias de Madalena e Beselga
Madeirã (Nossa Senhora do Carmo)	Álvaro 1836 Oleiros	—	Madeirã
Mafamude (São Cristóvão)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Mafamude e Vilar de Paraíso
Mafra (Santo André)	Mafra	—	Mafra
Magrelos (O Salvador)	Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Bem Viver (fusão de Favões, Ariz e Magrelos)
Magueija (São Tiago)	Magueija 1836 Lamego		União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca
Maia	(ver Barreiros) 1950 Maia	denominou-se Barreiros até 1950	Cidade da Maia (fusão de Gueifães, Maia e Vermoim)
Maiorca (São Salvador)	Maiorca 1853 Figueira da Foz		Maiorca
Maiorga (São Lourenço)	Maiorga 1837 Alcobaça	—	Maiorga
Mairos (Nossa Senhora da Expectação)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	—	Mairos
Malagueira	1997 Évora	separada de Évora – Sé em 1997	União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras
Malaqueijo	1984 Rio Maior	separada de São João da Ribeira em	União das Freguesias de Azambujeira e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1984	Malaqueijo
Malcata (São Barnabé)	Sortelha 1851 Sabugal	—	Malcata
Malhada Sorda (São Miguel)	Vilar Maior 1855 Sabugal 1883 Almeida	—	Malhada Sorda
Malhadas (Nossa Senhora da Expectação)	Miranda do Douro	—	Malhadas
Malhou (Divino Espírito Santo)	Alcanede 1836 Pernes 1855 Santarém 1914 Alcanena	separada Amiais de Baixo em 1841 integrou Louriceira em 1851 separada Louriceira em 1855- 1864 separada parte de Espinheiro em 1928	União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro
Malpartida (Nossa Senhora da Assunção)	Castelo Rodrigo 1836 Almeida	—	União das Freguesias de Malpartida e Vale da Coelha
Malpica do Tejo (São Domingos)	Castelo Branco	—	Malpica do Tejo
Malta (Santa Cristina)	(ver São Cristóvão de Cornes) 1841 Maia 1855 Vila do Conde	denominou-se São Cristóvão de Cornes até 1841	União das Freguesias de Malta e Canidelo
Malveira	(ver Alcaíça) 1923 Mafra	sede transferida de Alcaíça em 1923 separada parte de São Miguel de Alcaíça em 1985	União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcaíça
Mamarrosa (São Simão)	Cantanhede 1836 Mira 1853 Oliveira do Bairro 1895 Anadia 1898 Oliveira do Bairro	separada Bustos em 1920	União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa
Mamouros (São Miguel)	Alva 1836 Mões 1855 Castro Daire	—	União das Freguesias de Mamouros, Alva e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Ribolhos
Mancelos (São Martinho)	Mancelos 1836 Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	—	Mancelos
Mangualde (São Julião)	(ver Azurara da Beira) 1835 Mangualde	denominou-se Azurara da Beira até 1835	União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta
Mangualde da Serra (São Vicente)	Gouveia	—	União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra
Manhente (São Martinho)	Manhente 1836 Barcelos	—	Manhente
Manhouce (São Pedro)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	Manhouce
Manhuncelos (São Mamede)	Benviver 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Manhuncelos e Paredes de Viadores
Manigoto (Nossa Senhora da Conceição)	Pinhel	—	Manigoto
Manique do Intendente (São Pedro)	Manique do Intendente 1836 Alcoentre 1855 Azambuja	separada Vila Nova de São Pedro em 1924 separada Maçussa em 1985	União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa
Mansores (Santa Cristina)	Oliveira de Azeméis 1836 Fervedo 1855 Arouca	—	Mansores
Manteigas – Santa Maria (Santa Maria)	Manteigas 1895 Guarda 1898 Manteigas	—	Manteigas (Santa Maria)
Manteigas – São Pedro (São Pedro)	Manteigas 1895 Guarda 1898 Manteigas	—	Manteigas (São Pedro)
Mar (São Bartolomeu)	Esposende	—	União das Freguesias de Belinho e Mar

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Maranhão (São Domingos de Bembelide)	Avis	—	União das Freguesias de Alcôrrego e Maranhão
Marateca (São Pedro)	Palmela 1855 Setúbal 1926 Palmela	separada parte de Santo Isidro de Pegões em 1957 separada parte de Poceirão em 1988	União das Freguesias de Poceirão e Marateca
Mareco (São Domingos)	Penalva do Castelo	—	União das Freguesias de Vila Cova do Covelo e Mareco
Marecos (Santo André)	Penafiel	—	(integrada em Penafiel)
Margaride (Santa Eulália)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	integrou Padroso em 1859	União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure
Margem [Longomel e Margem] (Nossa Senhora da Graça)	Margem 1836 Gavião 1895 Nisa 1896 Ponte de Sor 1898 Gavião	—	Margem
Marialva – São Pedro (São Pedro)	Marialva 1841 extinta	integrada em Marialva – São Tiago em 1841	—
Marialva – São Tiago (São Tiago)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda	integrou Marialva – São Pedro em 1841	Marialva
Marinha das Ondas	1928 Figueira da Foz	separada de Lavos e de Paião em 1928	Marinha das Ondas
Marinha Grande (Nossa Senhora do Rosário)	Leiria 1836 Marinha Grande 1838 Leiria 1917 Marinha Grande	—	Marinha Grande
Marinhas (São Miguel)	Esposende	—	União das Freguesias de Esposende, Marias e Gandra
Marinhais	1928 Salvaterra de	separada de Muge	Marinhais

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Magos	em 1928	
Mariz (Santo Emilião)	Barcelos	—	União das Freguesias de Creixomil e Mariz
Marmelar (Santa Brígida)	Cuba 1836 Vidigueira 1936 extinta	integrada em Pedrógão em 1936	—
Marmeleira (São Francisco de Assis)	1878-1890 Rio Maior	separada de São João da Ribeira em 1878-1890 separada Assentiz em 1984	União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz
Marmeleira (São Miguel)	Mortágua	—	Marmeleira
Marmeleiro (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda	—	Marmeleiro
Marmeleiro (Santo António)	Sertã	—	União das Freguesias de Cumeada e Marmeleiro
Marmelete (Nossa Senhora da Encarnação)	Monchique	—	Marmelete
Marmelos (São Gens)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	—	União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa
Marrancos (São Mamede)	Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Marrancos e Arcozelo
Marrazes [Arrabalde da Ponte] (São Tiago)	Leiria	—	União das Freguesias de Marrazes e Barosa
Marteleira	1984 Lourinhã	separada de Miragaia em 1984	União das Freguesias de Miragaia e Marteleira
Martim (Santa Maria)	Barcelos	—	Martim
Martim (São Martinho)	Bragança 1841-1849	integrada em Zoio	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	extinta	em 1841-1849	
Martim Longo (Nossa Senhora da Conceição)	Alcoutim	—	Martim Longo
Martinchel (São Miguel)	Abrantes 1836 Punhete (1836) Constância 1837 Abrantes	—	Martinchel
Martingança	1985 Alcobaça	separada de Pataias em 1985	União das Freguesias de Pataias e Martingança
Marvão – Santa Maria (Santa Maria)	Marvão 1895 Castelo de Vide 1898 Marvão	integrou Marvão – São Tiago em 1841- 1849	Santa Maria de Marvão
Marvão – São Tiago (São Tiago)	Marvão 1841-1849 extinta	integrada em Marvão – Santa Maria em 1841-1849	—
Marzagão (São João Batista)	Carrazeda de Ansiães	integrou Luzelos em 1841	Marzagão
Mascarenhas (Nossa Senhora da Assunção)	Mirandela	—	Mascarenhas
Mascotelos (São Vicente)	Guimarães	—	União das Freguesias de Candoso São Tiago e Mascotelos
Massamá	1997 Sintra	separada de Queluz em 1997	União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão
Mata (Santa Margarida)	Castelo Branco	—	União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata
Mata da Rainha	1976 Fundão	separada de Vale de Prazeres em 1976	União das Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha
Mata de Lobos (Santa Marinha)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo	—	Mata de Lobos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Rodrigo		
Mata Mourisca (São Mamede)	Louriçal 1855 Pombal	separada Guia em 1984 separada Ilha em 1989	União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca
Matacães (Nossa Senhora da Oliveira)	Torres Vedras	—	União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago e Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães
Matamá (Santa Maria)	Guimarães 1936 extinta	integrada em Infantas em 1936	—
Matança (Santa Maria Madalena)	Matança 1836 Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	Matança
Matas	1984 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Espite em 1984	União das Freguesias de Matas e Cercal
Matela (Nossa Senhora da Purificação)	Algozo 1836 Vimioso	integrou Avinhó em 1841-1849 integrou Junqueira em 1841- 1849	Matela
Matela	1962 Penalva do Castelo	separada de Antas em 1962	União das Freguesias de Antas e Matela
Mateus (São Martinho)	Vila Real	—	Mateus
Mato (São Lourenço)	Albergaria de Penela 1836 Ponte de Lima	—	Ardegão, Freixo e Mato
Matos (São Miguel)	Benviver 1852 Marco de Canaveses 1864-1878 extinta	anexada a Alpendurada em 1864-1878	—
Matosinhos (O Salvador)	(ver Bouças) 1909 Matosinhos	denominou-se Bouças até 1909 separada Senhora da Hora em 1933	União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira
Maureles (Santa)	Porto Carreiro 1836	—	Vila Boa de Quires e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Maria)	Penafiel 1853 Marco de Canaveses		Maureles
Maxial (Santa Susana)	Torres Vedras	separada Outeiro da Cabeça em 1984	União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo
Mazarefes (São Nicolau)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria
Mazedo (O Salvador)	Monção	separada Cortes em 1989	União das Freguesias de Mazedo e Cortes
Mazouco (Santo Isidoro)	Freixo de Espada à Cinta 1895 Torre de Moncorvo 1898 Freixo de Espada à Cinta	—	União das Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco
Meadela (Santa Cristina)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela
Mealhada	1944 Mealhada	separada de Vacariça em 1944	União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes
Meãs do Campo (São Sebastião)	Meãs 1836 Tentúgal 1853 Montemor-o-Velho	—	Meãs do Campo
Meca (Santa Quitéria)	Alenquer	integrou Espaçandeira em 1841	Meca
Meda (São Bento)	Meda	—	União das Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa
Meda de Mouros (São Sebastião)	Côja 1853 Arganil 1855 Tábua	—	União das Freguesias de Pinheiro de Côja e Meda de Mouros
Medas (Santa Maria)	Aguiar de Sousa 1836 Gondomar	—	União das Freguesias de Melres e Medas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Medelim (Santa Maria Madalena)	Medelim 1836 Penamacor 1837 Monsanto 1848 Idanha- a-Nova	—	Medelim
Medelo (São Martinho)	Montelongo (1836) Fafe	—	Medelo
Medim (Santo André)	Santa Marta de Penaguião 1841 (ver Sanhoane)	passou a denominar- se Sanhoane em 1841	—
Medrões (O Salvador)	Santa Marta de Penaguião 1895 Peso da Régua 1898 Santa Marta de Penaguião	—	Medrões
Mei (São Martinho)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Eiras e Mei
Meia Via	2001 Torres Novas	separada de Torres Novas – Santiago em 2001	Meia Via
Meijinhos (Santa Maria)	Tarouca 1895 Lamego	—	União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões
Meilhe (São Martinho)	Bragança 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Edrosa em 1841	—
Meimão (O Salvador)	Penamacor	—	Meimão
Meimoa (Nossa Senhora da Conceição)	Penamacor	—	Meimoa
Meinedo (Santa Maria)	Meinedo 1836 Penafiel 1838 Lousada	—	Meinedo
Meios (Nossa Senhora da Assunção)	Guarda	—	Meios
Meirinhas	1984 Pombal	separada de Vermoil em 1984	Meirinhas
Meirinhos (São Bento)	Mogadouro	—	Meirinhos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Meixedo (Santa Maria)	Meixedo 1836 Ervededo 1855 Montalegre	—	União das Freguesias de Meixedo e Padornelos
Meixedo (Santo André)	Bragança	—	União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo
Meixedo (São Paio)	Lanheses 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda
Meixide (Santa Maria)	Montalegre	—	União das Freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide
Meixomil (O Salvador)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Meixomil
Melcões (São Silvestre)	Lamego	—	União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões
Meles (São Pedro)	Torre de Dona Chama 1853 Macedo de Cavaleiros 1855-1864 extinta	integrada em Ala em 1855-1864	—
Melgaço – Santa Maria [da Porta] (Santa Maria)	Melgaço 1936 (ver Melgaço – Vila)	passou a denominar- se Melgaço – Vila em 1936	—
Melgaço – São Paio (São Paio)	Melgaço	—	São Paio
Melgaço – Vila	(ver Melgaço – Santa Maria) 1936 Melgaço	denominou-se Melgaço – Santa Maria até 1936	União das Freguesias de Vila e Roussas
Melides (São Pedro)	Santiago do Cacém 1855 Grândola 1870 Santiago do Cacém 1895 Grândola	separada Carvalhal em 1988	Melides
Melo (Santo Isidoro)	Melo 1836 Gouveia	integrou Nabainhos em 1849-1864	União das Freguesias de Melo e Nabais

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Melres (Santa Maria)	Melres 1836 Gondomar	—	União das Freguesias de Melres e Medas
Memória	1985 Leiria	separada de Colmeias em 1985	União das Freguesias de Colmeias e Memória
Mendiga (São Julião)	Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	—	União das Freguesias de Arrimal e Mendiga
Mentrestido (Santa Cristina)	Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	Mentrestido
Merelim [da Ponte] – São Paio (São Paio)	Tibães 1836 Prado 1855 Braga	—	União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
Merelim – São Pedro (São Pedro)	Braga	—	União das Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
Mértola (Nossa Senhora da Anunciação)	Mértola	—	Mértola
Merufe (São Pedro)	Monção	—	Merufe
Meruge (São Miguel)	Seia 1837 Oliveira do Hospital	—	Meruge
Mesão Frio – Santa Cristina (Santa Cristina)	Mesão Frio	—	Mesão Frio (Santo André) (fusão de Mesão Frio (Santa Cristina), Mesão Frio (São Nicolau) e Vila Jusã
Mesão Frio – São Nicolau (São Nicolau)	Mesão Frio	—	Mesão Frio (Santo André) (fusão de Mesão Frio (Santa Cristina), Mesão Frio (São Nicolau) e Vila

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Jusã
Mesão Frio (São Romão)	Guimarães	—	Mesão Frio
Mesquinhata (São Tiago)	Baião	—	União das Freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata
Mesquitela (Senhora do Rosário)	Mesquitela 1836 Linhares 1855 Celorico da Beira	—	Mesquitela
Mesquitela (São Mamede)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta
Mesquitela (São Sebastião)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monte Perobolço e Mesquitela
Messegães (São Miguel)	Valadares 1855 Monção	—	União das Freguesias de Messegães, Valadares e Sá
Messejana (Nossa Senhora dos Remédios)	Messejana 1855 Aljustrel 1895 Castro Verde 1898 Aljustrel	—	Messejana
Mexilhoeira Grande (Nossa Senhora da Assunção)	Monchique 1836 Vila Nova de Portimão (1924) Portimão	—	Mexilhoeira Grande
Mezio (São Miguel)	Mezio 1836 Castro Daire	—	União das Freguesias de Mezio e Moura Morta
Mido (Santo António)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova
Midões (Nossa Senhora)	Midões 1853 Tábua	—	Midões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora das Neves)			
Midões (São Paio)	Barcelos	—	União das Freguesias de Gamil e Midões
Milagres (Nossa Senhora dos Milagres)	Leiria	separada Bidoeira de Cima em 1985	Milagres
Milhão (São Lourenço)	Outeiro 1853 Bragança	—	União das Freguesias de Rio Frio e Milhão
Milharado (São Miguel)	Lisboa 1836 Enxara dos Cavaleiros 1847 Azueira 1855 Mafra	separada Venda do Pinheiro em 1985	Milharado
Milhazes (São Romão)	Barcelos	—	União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria
Milheirós (São Tiago)	Maia	—	Milheirós
Milheirós de Poiares (São Miguel)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Milheirós de Poiares
Milhundos (São Martinho)	Penafiel	—	(integrada em Penafiel)
Mina	1979 Amadora	separada de Amadora em 1979 separada São Brás em 1997	Mina de Água (fusão de Mina e São Brás)
Minde (Nossa Senhora da Assunção)	Porto de Mós 1836 Torres Novas 1837 Porto de Mós 1895 Torres Novas 1914 Alcanena	separada Serra de Santo António em 1918	Minde
Mindelo (São João Evangelista)	Maia 1836 Vila do Conde	—	Mindelo
Minhocal (São João Batista)	Celorico da Beira	—	Minhocal
Minhotães (O Salvador)	Barcelos	—	União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Fralães
Mioma (São Pedro)	Sátão	—	Mioma
Miomães (São João Batista)	Aregos 1855 Resende	—	União das Freguesias de Freigil e Miomães
Mira (São Tomé)	Mira 1895 Cantanhede 1898 Mira	separadas Carapelhos, Praia de Mira e Seixo em 1984	Mira
Mira de Aire (Nossa Senhora do Amparo)	Porto de Mós 1836 Torres Novas 1837 Porto de Mós 1895 Torres Novas 1898 Porto de Mós	—	Mira de Aire
Mira-Sintra	2001 Sintra	separada de Aqualva-Cacém em 2001	União das Freguesias de Aqualva e Mira- Sintra
Miradeses (São Sebastião)	Mirandela 1841 extinta	integrada em Vale de Salgueiro em 1841	—
Miragaia (São Lourenço)	(ver Francos) 1878- 1890 Lourinhã	denominou-se Francos até 1878- 1890 separada Marteleira em 1984	União das Freguesias de Miragaia e Marteleira
Miranda (Santa Maria)	Arcos de Valdevez	—	Miranda
Miranda do Corvo (São Salvador)	Miranda do Corvo	separada Vila Nova em 1907	Miranda do Corvo
Miranda do Douro (Santa Maria Maior)	Miranda do Douro	integrou Aldeia Nova em 1841-1849	Miranda do Douro
Mirandela (Nossa Senhora da Encarnação)	Mirandela	—	Mirandela
Mire de Tibães (Santa Maria)	Tibães 1836 Braga	—	Mire de Tibães
Miuzela (Santa Maria Madalena)	Castelo Mendo 1836 Vilar Maior 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1895 Almeida		
Mizarela (Nossa Senhora da Conceição)	Linhares 1836 Guarda	—	União das Freguesias de Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro
Moaz (?)	Vinhais 1841 extinta	integrada em Vinhais em 1841	—
Moçarria	1928 Santarém	separada de Abitureiras em 1928	Moçarria
Modelos (São Tiago)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	integrada em Paços de Ferreira
Modivas (O Salvador)	Maia 1836 Vila do Conde	—	Modivas
Mões (São Pedro)	Mões 1855 Castro Daire	—	Mões
Mofreita (São Vicente)	Bragança 1836 Vinhais		União das Freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita
Mogadouro (São Mamede)	Mogadouro	integrou Figueira em 1936	União das Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei
Mogege (Santa Marinha)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Mogege
Mogo de Malta (Santa Catarina)	Freixiel 1836 Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Belver e Mogo de Malta
Mogofores (Nossa Senhora da Conceição)	Mogofores 1836 Anadia	—	União das Freguesias de Arcos e Mogofores
Moimenta (Santo André)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	Moimenta
Moimenta [do Douro] (São Martinho)	Sanfins da Beira 1855 Cinfães	—	Moimenta
Moimenta (São Pedro)	Bragança 1836	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Santalha 1853 Vinhais		de Moimenta e Montouto
Moimenta da Beira (São João Batista)	Moimenta da Beira	—	Moimenta da Beira
Moimenta da Serra (São João Batista)	Gouveia	—	União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó
Moimenta de Baltar (São Martinho)	Cabril 1836 Castro Daire	integrada em Baltar de Cabril em 1841	—
Moimenta de Maceira Dão (Nossa Senhora das Neves)	Maceira Dão 1836 Mangualde	—	União das Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato
Moimentinha (São João Batista)	Trancoso 1895 Pinhel 1898 Trancoso	—	Moimentinha
Moinhos da Gândara	1997 Figueira da Foz	separada de Alhadas em 1997	Moinhos da Gândara
Moita (Nossa Senhora da Boa Viagem)	Moita 1836 Alhos Vedros 1837 Moita 1855 Barreiro 1861 Moita 1895 Aldeia Galega do Ribatejo 1898 Moita	separadas Gaio- Rosário e Sarilhos Pequenos em 1984	Moita
Moita (São Pedro)	Sortelha 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Santo Estêvão e Moita
Moita (São Tiago)	Ferreiros 1836 Anadia	—	Moita
Moita	1985 Alcobaça 2001 Marinha Grande	separada de Pataias em 1985	Moita
Moita do Norte	1985 Vila Nova da Barquinha	separada de Atalaia em 1985	integrada em Vila Nova da Barquinha
Moita dos Ferreiros (Nossa Senhora da Conceição)	Óbidos 1836 Lourinhã	—	Moita dos Ferreiros
Moitas Venda	1925 Alcanena	separada de Alcanena 1925	Moitas Venda

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Molares (Santo André)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Veade, Gagos e Molares
Moldes (Santo Estêvão)	1845 Arouca	separada de Arouca em 1845	Moldes
Moledo (Espírito Santo)	Óbidos 1836 Lourinhã	—	União das Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo
Moledo (Santa Maria)	Mões 1855 Castro Daire	—	Moledo
Moledo (São Paio)	Caminha	—	União das Freguesias de Moledo e Cristelo
Molelos (São Pedro)	Besteiros 1835 Tondela	—	Molelos
Mombeja (Santa Susana)	Beja	—	União das Freguesias de Santa Vitória e Mombeja
Monção (Santa Maria dos Anjos)	Monção		União das Freguesias de Monção e Troviscoso
Moncarrapacho (Nossa Senhora da Graça)	Olhão	—	União das Freguesias de Moncarrapacho e Fuseta
Monchique (Nossa Senhora da Conceição)	Monchique	—	Monchique
Mondim (São Martinho) e Panque (Santa Eulália)	Barcelos	—	Panque
Mondim da Beira (Nossa Senhora do Enxertado)	Mondim da Beira 1895 Armamar 1898 Tarouca	—	Mondim da Beira
Mondim de Basto (São Cristóvão)	Mondim de Basto 1895 Celorico de Basto 1898 Mondim de Basto	—	Mondim de Basto
Mondrões (São Tiago)	Vila Real	—	Mondrões
Monforte – Graça	Monforte 1895	integrou Monforte –	Monforte

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(Nossa Senhora da Graça)	Arronches 1898 Monforte	Madalena, Monforte – São Pedro e Rei Salvador em 1841 integrou Algalé, Almuro e Prazeres em 1936	
Monforte – Madalena (Santa Maria Madalena)	Monforte 1841 extinta	integrada em Monforte – Graça em 1841	—
Monforte – São Pedro (São Pedro)	Monforte 1841 extinta	integrada em Monforte – Graça em 1841	—
Monforte da Beira (Nossa Senhora da Ajuda)	Castelo Branco	—	Monforte da Beira
Monfortinho (Nossa Senhora da Consolação)	Salvaterra do Extremo 1841 extinta 1955 Idanha-a-Nova	integrada em Salvaterra do Extremo em 1841 separada de Salvaterra do Extremo em 1955	União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo
Monsanto (Divino Espírito Santo)	Torres Novas 1914 Alcanena	—	Monsanto
Monsanto (São Salvador)	Monsanto 1836 Penamacor 1837 Monsanto 1848 Idanha- a-Nova	—	União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha
Monsaraz – Santa Maria [da Lagoa] (Santa Maria)	Monsaraz 1838 Reguengos de Monsaraz 1843 Monsaraz 1847 Reguengos de Monsaraz	integrou Monsaraz – São Tiago em 1841- 1849	Monsaraz
Monsaraz – São Tiago (São Tiago)	Monsaraz 1838 Reguengos de	integrada em Monsaraz – Santa	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Monsaraz 1841-1849 extinta	Maria em 1841-1849	
Monsul (São Martinho)	São João de Rei 1836 Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	engloba a localidade de Pousadela que constituiu o concelho de Pousadela até 1836	Monsul
Montalegre (Santa Maria da Assunção)	Montalegre	—	União das Freguesias de Montalegre e Padroso
Montalvão (Nossa Senhora da Graça)	Montalvão 1836 Nisa	—	Montalvão
Montalvo (Nossa Senhora da Anunciação)	Abrantes 1836 Punhete (1836) Constância 1895 Abrantes 1898 Constância	—	Montalvo
Montalvo (Nossa Senhora da Conceição)	Moura 1859 extinta	integrada em Moura – Santo Agostinho em 1859	—
Montargil (Santo Ildefonso)	Montargil 1836 Coruche 1855 Avis 1871 Ponte de Sor	separada Foros de Arrão em 1984	Montargil
Montaria (São Lourenço)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	Montaria
Monte (Santa Isabel)	Santa Marta do Bouro 1836 Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	União das Freguesias de Chorense e Monte
Monte (São Miguel)	Guimarães 1836 Fafe	—	União das Freguesias de Monte e Queimadela
Monte	1933 Murtosa	separada de Murtosa em 1933	Monte
Monte Abraão	1997 Sintra	separada de Queluz em 1997	União das Freguesias de Massamá e Monte

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Abraão
Monte Chamiço (São Sebastião)	Crato 1841 extinta	integrada em Monte da Pedra em 1841	—
Monte Córdova (O Salvador)	Refojos de Riba de Ave 1836 Negrelos 1855 Santo Tirso	—	Monte Córdova
Monte da Pedra (Nossa Senhora da Conceição)	Crato	integrou Monte Chamiço em 1841	Monte da Pedra
Monte de Fralães (São Pedro)	Fralães 1836 Barcelos	—	União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães
Monte do Trigo (São Julião)	Portel 1936 extinta 1946 Portel	integrada em Atalaia em 1936 sede transferida de Atalaia em 1946	Monte do Trigo
Monte Gordo	1984 Vila Real de Santo António	separada de Vila Real de Santo António em 1984	Monte Gordo
Monte Margarida (Espírito Santo)	Guarda	—	União das Freguesias de Rochoso e Monte Margarida
Monte Perobolço (São Brás)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monte Perobolço e Mesquitela
Monte Real (São João Batista)	Monte Real 1836 Marinha Grande 1838 Leiria		União das Freguesias de Monte Real e Carvide
Monte Redondo (Divino Espírito Santo)	Torres Vedras	—	União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo
Monte Redondo	Leiria	constituíra o	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(Nossa Senhora da Piedade)		concelho de Monte Redondo até 1801- 1835 separada Bajouca em 1971	de Monte Redondo e Carreira
Monte Redondo (São Bartolomeu)	Arcos de Valdevez	—	Monte Redondo
Monte Vil (São Pedro)	Alcácer do Sal 1936 extinta	integrada em Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo em 1936	—
Monte Virgem (Nossa Senhora)	Redondo 1936 extinta	integrada em Redondo em 1936	—
Monteiras (Espírito Santo)	Castro Daire	—	Monteiras
Montelavar (Nossa Senhora da Purificação)	Sintra	separada Pero Pinheiro em 1988	União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar
Montemor-o-Novo – Castelo (São Tiago)	Montemor-o-Novo 1936 (ver Montemor-o-Novo – Nossa Senhora da Vila)	integrou Montemor- o-Novo – Vila em 1841-1849 passou a denominar-se Montemor-o-Novo – Nossa Senhora da Vila em 1936	—
Montemor-o-Novo – Nossa Senhora da Vila	(ver Montemor-o-Novo – Castelo) 1936 Montemor-o-Novo	denominou-se Montemor-o-Novo – Castelo até 1936 integrou Represa, Santa Sofia e São Mateus em 1936	União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras
Montemor-o-Novo – Matriz (Santa Maria do Bispo)	Montemor-o-Novo 1936 (ver Montemor-o-Novo – Nossa Senhora do Bispo)	passou a denominar- se Montemor-o-Novo – Nossa Senhora do Bispo em 1936	União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras
Montemor-o-Novo –	(ver Montemor-o-Novo –	denominou-se	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Nossa Senhora do Bispo	Matriz) 1936 Montemor- o-Novo	Montemor-o-Novo – Matriz até 1936 integrou São Gens e São Geraldo em 1936 separada Ciborro em 1984 separadas Foros de Vale de Figueira e parte de Silveiras em 1988	de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras
Montemor-o-Novo – Vila (Nossa Senhora)	Montemor-o-Novo 1841- 1849 extinta	integrada em Montemor-o-Novo – Castelo em 1841- 1849	—
Montemor-o-Velho – Alcáçova (Nossa Senhora)	Montemor-o-Velho 1864-1878 extinta	integrada em Montemor-o-Velho – São Martinho em 1864-1878	—
Montemor-o-Velho – Madalena (Santa Maria Madalena)	Montemor-o-Velho 1841 extinta	integrada em Montemor-o-Velho – São Martinho em 1841	—
Montemor-o-Velho – Salvador (O Salvador)	Montemor-o-Velho 1841 extinta	integrada em Montemor-o-Velho – São Martinho em 1841	—
Montemor-o-Velho – São Martinho (São Martinho Bispo)	Montemor-o-Velho	integrou Montemor- o-Velho – Madalena, Montemor-o-Velho – Salvador e Montemor-o-Velho – São Miguel em 1841 integrou Montemor- o-Velho – Alcáçova em 1864-1878	União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Montemor-o-Velho – São Miguel (São Miguel)	Montemor-o-Velho 1841 extinta	integrada em Montemor-o-Velho – São Martinho em 1841	—
Montenegro	1997 Faro	separada de Faro – São Pedro e Faro – Sé em 1997	Montenegro
Montes	1985 Alcobaça	separada de Alpedriz em 1985	União das Freguesias de Coz, Alpedriz e Montes
Montes da Senhora	1920 Proença-a-Nova	separada de Sobreira Formosa em 1920	Montes da Senhora
Montezinho (Santa Cruz)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em França em 1841-1849	—
Montijo	(ver Aldeia Galega do Ribatejo) 1930 Montijo	denominou-se Aldeia Galega do Ribatejo até 1930 separadas Alto Estanqueiro- Jardia e Atalaia em 1985 separada Afonsoeiro em 1989	União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro
Montoito (Nossa Senhora da Assunção)	Montoito 1836 Redondo 1895 Reguengos de Monsaraz 1898 Redondo	—	Montoito
Montouto (São Pedro)	Bragança 1836 Santalha 1853 Vinhais	integrou Cazares em 1841	União das Freguesias de Moimenta e Montouto
Mora (Nossa Senhora da Graça)	Mora 1836 Pavia 1838 Mora 1855 Montemor-o- Novo 1861 Mora 1895 Arraiolos 1898 Mora	—	Mora
Mora (Santo André)	Algozo 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Uva em 1841-1849	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Morais (Santo André)	Bragança 1836 Izeda 1855 Macedo de Cavaleiros	integrou Paradinha de Besteiros em 1841-1849	Morais
Moreira (O Salvador)	Maia	—	Moreira
Moreira (Santa Maria)	Monção		Moreira
Moreira (Santa Marinha)	Moreira 1835 Moreira de Rei 1836 Trancoso 1841 extinta	integrada em Moreira de Rei em 1841	—
Moreira	1985 Nelas	separada de Santar em 1986	União das Freguesias de Santar e Moreira
Moreira de Cónegos (São Paio)	Guimarães	—	Moreira de Cónegos
Moreira de Rei (Santa Maria)	Moreira de Rei 1836 Trancoso	integrou Moreira em 1841 integrou Moreirinhas em 1841-1849	Moreira de Rei
Moreira do Castelo (Santa Maria)	Celorico de Basto 1836 Amarante 1837 Celorico de Basto	—	Moreira do Castelo
Moreira de Geraz do Lima (Santa Marinha)	Geraz do Lima 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão
Moreira do Lima (São Julião)	Ponte de Lima	—	Cabração e Moreira do Lima
Moreira do Rei (São Martinho)	Moreira do Rei 1836 Cabeceiras de Basto 1837 Fafe	—	União das Freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova
Moreiras (Santa Maria)	Chaves	—	Moreiras
Moreirinhas (Espírito Santo)	Moreira 1835 Moreira de Rei 1836 Trancoso 1841-1849 extinta	integrada em Moreira de Rei em 1841- 1849	—
Morgade (São Pedro)	Montalegre	—	Morgade

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Morreira [Vila Cova de] (São Miguel)	Braga	—	União das Freguesias de Morreira e Trandeiras
Mortágua (Nossa Senhora da Assunção)	Mortágua	—	União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça
Mós (Nossa Senhora da Encarnação)	Mós 1836 Torre de Moncorvo	—	Mós
Mós (Santa Maria)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Pico de Regalados, Gondiães e Mós
Mós (Santo António)	Tarouca 1841 (ver Ferreirim)	passou a denominar- se Ferreirim em 1841	—
Mós [de Rebordãos] (São Nicolau)	Rebordãos 1836 Bragança	integrou Paçó de Sortes em 1841- 1849	Mós
Mós (São Pedro)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	(integrada em Vila Nova de Foz Côa)
Mós de Celas (São Tomé)	Bragança 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Celas em 1841	—
Moscavide	1928 Loures	separada de Sacavém em 1928 separada parte de Portela em 1985 separada parte de Parque das Nações em 2012	União das Freguesias de Moscavide e Portela
Mosteirinho (Nossa Senhora da Natividade)	São João do Monte 1855 Tondela	—	União das Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho
Mosteiro (Nossa Senhora da Vitória)	Oleiros	integrada em Oleiros em 1879 separada de Oleiros em 1881	Mosteiro
Mosteirô (Santo	Feira (1985) Santa	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
André)	Maria da Feira		de São Miguel do Souto e Mosteirô
Mosteiró (São Gonçalo)	Maia 1870 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Vilar e Mosteiró
Mosteiro [de Vieira] (São João Batista)	Vieira do Minho	separada parte de Vieira do Minho em 1933	Mosteiro
Mosteiro de Arnoso (O Salvador)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão 1936 extinta	integrada em Arnoso – Santa Eulália em 1936	—
Mosteiro de Fráguas (O Salvador)	Besteiros 1835 Tondela	—	União das Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas
Mosteiro de Palme (São Salvador)	Barcelos 1834 extinta	integrada em Palme em 1834	—
Mosteiros (Nossa Senhora da Graça)	Arronches	—	Mosteiros
Mouçós (O Salvador)	Vila Real	—	União das Freguesias de Mouçós e Lmares
Mouquim (São Tiago)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei;
Moura – Santo Agostinho (Santo Agostinho)	Moura	integrou Montalvo em 1859	União das Freguesias de Moura (Santo Agostonho e São João Batista) e Santo Amador
Moura – São João Batista (São João Batista)	Moura	—	União das Freguesias de Moura (Santo Agostonho e São João Batista) e Santo Amador
Moura da Serra	1962 Arganil	separada de Avô, Benfeita, Pomares e	União das Freguesias de Cerdeira e Moura

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Teixeira em 1962	da Serra
Moura Morta (Nossa Senhora da Apresentação)	Moção 1836 Castro Daire	—	União das Freguesias de Mezio e Moura Morta
Moura Morta (Santa Comba)	Santa Marta de Penaguião 1836 Peso da Régua	—	União das Freguesias de Moura Morta e Vinhós
Mourão (Nossa Senhora das Candeias)	Mourão 1855 Reguengos de Monsaraz 1861 Mourão 1895 Reguengos de Monsaraz 1898 Mourão	integrou São Leonardo em 1936	Mourão
Mourão (São João Batista)	Vilarinho da Castanheira 1836 Vila Flor 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Carrazeda de Ansiães 1855 Vila Flor	—	União das Freguesias de Valtorno e Mourão
Mouraz (São Pedro)	Mouraz 1836 Tondela	—	União das Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha
Moure (O Salvador)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure
Moure (Santa Maria)	Barcelos	—	Moure
Moure (Santa Maria)	Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852 Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Águas Santas e Moure
Moure (São Martinho)	Moure 1836 Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	Moure
Mourilhe (São Tiago Maior)	Montalegre	—	União das Freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe
Mouriscas (São	Abrantes 1836 Sardoal	—	Mouriscas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Sebastião)	1837 Abrantes		
Mouriz (São Romão)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Paredes (fusão de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães)
Mouronho (São Julião)	Côja 1853 Arganil 1855 Tábua	—	Mouronho
Mozelos (São Martinho)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Mozelos
Mozelos (São Paio)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Mozelos
Muge (Nossa Senhora da Conceição)	Muge 1836 Almeirim 1837 Salvaterra de Magos 1855 Benavente 1863 Salvaterra de Magos	separada Marinhas em 1928 separada Glória do Ribatejo em 1966 separada Granho em 1988	Muge
Mujães (Santa Maria Maior)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	Mujães
Mundão (Nossa Senhora da Conceição)	Viseu	—	Mundão
Murça (Santa Maria)	Murça	—	Murça
Murça (Santa Senhorinha)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	(integrada em Freixo de Numão)
Murçós (São Lourenço)	Bragança 1836 Torre de Dona Chama 1853 Vinhais 1855 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco
Múrias (São Martinho)	Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	integrou Regodeiro e Vale de Prados em 1841	Múrias
Muro (São Cristóvão)	Maia 1836 Santo Tirso 1998 Trofa	—	Muro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Murtede (São Martinho)	Coimbra 1836 Cantanhede	—	Murtede
Murtosa (Santa Maria)	Estarreja 1926 Murtosa	separada Torreira em 1926 separada Monte em 1933	Murtosa
Muxagata (Santa Maria Madalena)	Muxagata 1836 Vila Nova de Foz Côa	—	Muxagata
Muxagata (São Miguel)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	Muxagata
Nabaínhos (São Martinho)	Gouveia 1849-1864 extinta	integrada em Melo em 1849-1864	—
Nabais (São Cosme)	Gouveia	—	União das Freguesias de Melo e Nabais
Nadadouro	1957 Caldas da Rainha	separada de Serra do Bouro em 1957	Nadadouro
Nagosa (São Miguel)	Nagosa 1836 Moimenta da Beira	—	União das Freguesias de Paradinha e Nagosa
Nagozela	1984 Santa Comba Dão	separada de Treixedo em 1984	União das Freguesias de Treixedo e Nagozela
Nagozelo do Douro (Santa Maria Madalena)	São João da Pesqueira	—	Nagozelo do Douro
Nandufe (São João Batista)	Besteiros 1835 Tondela	—	União das Freguesias de Tondela e Nandufe
Nariz (São Pedro)	Esgueira 1836 Eixo 1853 Oliveira do Bairro 1872 Aveiro	—	União das Freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz
Navais (O Salvador)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim	separada Aguçadora em 1933	União das Freguesias de Aguçadora e Navais
Navalho (Nossa Senhora da)	Abreiro 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão	—	União das Freguesias de Avidagos, Navalho

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Purificação)	1853 Mirandela		e Pereira
Navarra (São Lourenço)	Braga	—	União das Freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra
Nave [do Sabugal] (Nossa Senhora da Conceição)	Sabugal	—	Nave
Nave de Haver (São Bartolomeu)	Vilar Maior 1855 Sabugal 1883 Almeida	integrou Poço Velho em 1841	Nave de Haver
Nave Redonda (São Vicente)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	integrada em Castelo Rodrigo em 1841	—
Naves (São Tiago Maior)	Castelo Bom 1836 Almeida	—	União das Freguesias de Junça e Naves
Navió (São Salvador)	Barcelos 1836 Ponte de Lima	—	Navió e Vitorino dos Piães
Nazaré	(ver Pederneira) 1912 Nazaré	denominou-se Pederneira até 1912	Nazaré
Negreda (São Bartolomeu)	Bragança 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Celas em 1841	—
Negreiros (Santa Eulália)	Barcelos	—	União das Freguesias de Negreiros e Chavão
Negrelos – São Mamede (São Mamede)	Negrelos 1855 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede)
Negrelos – São Tomé (São Tomé)	Refojos de Riba de Ave 1836 Negrelos 1855 Santo Tirso	—	Negrelos (São Tomé)
Negrões (Santa Maria Madalena)	Montalegre	—	Negrões
Nelas (Nossa Senhora	Senhorim 1852 Nelas	engloba a localidade	Nelas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
da Conceição)		de Folhedal que constituiu o concelho de Folhedal até 1836	
Nesperial (São Simão)	Sertã	—	União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperial e Palhais
Nespereira (Nossa Senhora da Graça)	Gouveia	—	Nespereira
Nespereira (Santa Eulália)	Guimarães		Nespereira
Nespereira (São João Evangelista)	Lousada 1836 Penafiel 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Nespereira e Casais
Nespereira – Santa Marinha (Santa Marinha)	Sanfins da Beira 1855 Cinfães	integrou Nespereira – Santo Erício em 1841	Nespereira
Nespereira – Santo Erício (Santo Erício)	Sanfins da Beira 1841 extinta	integrada em Nespereira – Santa Marinha em 1841	—
Nevogilde (Santa Marinha)	Vila Chã 1836 Portela de Penela 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós
Nevogilde (São Miguel)	Bouças 1895 Porto	—	União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde
Nevogilde (São Veríssimo)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes 1838 Lousada	—	Nevogilde
Nine (Santa Maria)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Nine
Ninho do Açor (São Miguel)	São Vicente da Beira 1879 extinta 1895-1911 Castelo Branco 1936 extinta 1952 Castelo	integrada em São Vicente da Beira em 1879 separada de São Vicente da Beira	União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Branco	em 1895-1911 integrada em Tinalhas em 1936 separada de Tinalhas em 1952	
Nisa – Espírito Santo (Espírito Santo)	Nisa	—	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Nisa – Graça (Nossa Senhora da Graça)	Nisa	—	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
Nogueira (Santa Cristina)	Unhão 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Nogueira (Santa Maria)	Maia	—	Nogueira e Silva Escura
Nogueira (São João Batista)	Braga	—	União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
Nogueira (São João Batista)	Viana (1848) Viana do Castelo	integrou São Cláudio em 1841-1849	União das Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda
Nogueira (São Pedro)	Vila Real	—	União das Freguesias de Nogueira e Ermida
Nogueira (São Pelágio)	Bragança	—	Nogueira
Nogueira (São Romão)	Ponte da Barca	—	Nogueira
Nogueira (São Tiago)	Nogueira 1836 Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	União das Freguesias de Reboreda e Nogueira
Nogueira da	Chaves 1836 Valpaços	integrou Pardelhas	Nogueira da Montanha

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Montanha (São Miguel)	1837 Chaves	em 1853-1864	
Nogueira da Regedoura (São Cristóvão)	Feira 1926 Espinho 1928 Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Nogueira da Regedoura
Nogueira do Cravo (Nossa Senhora da Expectação)	Nogueira do Cravo 1836 Oliveira do Hospital	integrou Galizes em 1841	Nogueira do Cravo
Nogueira do Cravo (São Cristóvão)	Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo
Nogueiró (O Salvador)	Braga	—	União das Freguesias de Nogueiró e Tenões
Nossa Senhora da Boa Fé (Nossa Senhora da Boa Fé)	Évora 1895 Montemor-o-Novo 1898 Évora	integrou São Sebastião da Giesteira em 1936 separada São Sebastião da Giesteira em 1975	União das Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé
Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas (Nossa Senhora da Graça)	Póvoa e Meadas 1836 Castelo de Vide	—	Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas
Nossa Senhora da Graça do Divor (Nossa Senhora da Graça)	Évora	integrou São Matias em 1936 separada Nossa Senhora de Guadalupe em 1985	Nossa Senhora da Graça do Divor
Nossa Senhora da Tourega (Nossa Senhora da Assunção)	Évora	integrou São Brás do Regedouro em 1936	União das Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe
Nossa Senhora das Neves (Nossa Senhora das Neves)	Beja	—	Nossa Senhora das Neves

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Nossa Senhora de Fátima	1985 Aveiro	separada de Requeixo em 1985	União das Freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz
Nossa Senhora de Guadalupe	1985 Évora	separada de Nossa Senhora da Graça do Divor em 1985	União das Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe
Nossa Senhora de Machede (Nossa Senhora da Natividade)	Évora	integrou São Vicente de Valongo em 1936	Nossa Senhora de Machede
Noudar (Nossa Senhora do Desterro)	Barrancos 1841-1849 extinta	integrada em Barrancos em 1841- 1849	—
Noura (Nossa Senhora da Anunciação)	Murça	—	União das Freguesias de Noura e Palheiros
Novais (São Simão)	Barcelos 1836 Famalicão 1841 extinta 1878-1890 Vila Nova de Famalicão	anexada a Ruivães em 1841 separada de Ruivães em 1878- 1890	União das Freguesias de Ruivães e Novais
Novelas (O Salvador)	Lousada 1836 Penafiel	—	(integrada em Penafiel)
Nozedo (São Salvador)	Chaves 1836 Valpaços 1837 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços 1855-1864 extinta	integrada em São João da Corveira em 1855-1864	—
Nozelos (Nossa Senhora da Assunção)	Nozelos 1836 Torre de Dona Chama 1841 extinta	integrada em Arcas em 1841	—
Nozelos (Nossa Senhora da)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços 1855-	integrada em Lebução em 1855-	Lebução, Fiães e Nozelos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Expectação)	1864 extinta 1933 Valpaços	1864 separada de Lebução em 1933	
Numão (Nossa Senhora da Assunção)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Numão
Nunes (São Cipriano)	Bragança 1836 Vinhais	—	União das Freguesias de Nunes e Ousilhão
Nuzedo de Baixo (?)	Vinhais 1841 extinta	integrada em Vale das Fontes em 1841	—
Nuzedo de Cima (Nossa Senhora da Assunção)	Vinhais 1836 Santalha 1841 extinta	integrada em Tuizelo em 1841	—
Óbidos – Santa Maria (Nossa Senhora da Assunção)	Óbidos	integrada Óbidos – São Tiago em 1849	União das Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa
Óbidos – São João (São João Batista)	Óbidos 1859 extinta	separada Sobral da Lagoa em 1837 integrada em Óbidos – São Pedro em 1859	—
Óbidos – São Pedro (São Pedro)	Óbidos	integrada Óbidos – São João em 1859 separada Gaeiras em 1985 separada Usseira em 1989	União das Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa
Óbidos – São Tiago (São Tiago)	Óbidos 1849 extinta	integrada em Óbidos – Santa Maria em 1849	—
Odeceixe (Nossa Senhora da Piedade)	Aljezur 1836 Monchique 1837 Aljezur 1855 Lagos 1861 Aljezur 1895 Lagos 1896 Odemira 1898 Aljezur	—	Odeceixe
Odeleite (Nossa	Castro Marim 1836	—	Odeleite

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora da Visitação)	Alcoutim 1837 Castro Marim 1895 Alcoutim 1896 Vila Real de Santo António 1898 Castro Marim		
Odemira – Santa Maria (Santa Maria)	Odemira	separada Pereiras- Gare em 1985 separada parte de Boavista dos Pinheiros em 2001	São Salvador e Santa Maria
Odemira – São Salvador (São Salvador)	Odemira	separada parte de Luzianes-Gare em 1989 separadas parte de Boavista dos Pinheiros e Longueira/Almagrave em 2001	São Salvador e Santa Maria
Odiáxere (Nossa Senhora da Conceição)	Lagos	—	Odiáxere
Odivelas (Santíssimo Nome de Jesus)	Lisboa 1852 Belém 1885 Olivais 1886 Loures 1998 Odivelas	anexadas Carnide extramuros e Lumiar extramuros em 1885 separada Pontinha em 1984 separadas Famões e Ramada em 1989	Odivelas
Odivelas (Santo Estêvão)	Torrão 1836 Alvito 1876 Ferreira do Alentejo	—	Odivelas
Oeiras (Nossa Senhora da Purificação)	Oeiras 1895 Cascais 1898 Oeiras	anexada São Julião da Barra em 1898 separada Paço de Arcos em 1926 separada parte de Porto Salvo em 1993	União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Oiã (São Simão)	Aveiro 1836 Oliveira do Bairro 1895 Águeda 1898 Oliveira do Bairro	—	Oiã
Óis da Ribeira (Santo Adrião)	Óis da Ribeira 1836 Águeda	—	União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira
Óis do Bairro (Santo André)	Óis do Bairro 1836 São Lourenço do Bairro	—	União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro
Olaia (Nossa Senhora do Ó)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Olaia e Paço
Olalhas (Nossa Senhora da Conceição)	Tomar	—	Olalhas
Oldrões (Santo Estêvão)	Penafiel	—	Oldrões
Oledo (São Pedro)	Idanha-a-Nova	—	Oledo
Oleiros (Nossa Senhora da Conceição)	Oleiros	integrou Mosteiro em 1879 separada Mosteiro em 1881	Oleiros – Amieira
Oleiros (Santa Marinha)	Prado 1855 Vila Verde	—	Oleiros
Oleiros (Santo Adrião)	Ponte da Barca	—	Oleiros
Oleiros (São Vicente)	Guimarães		União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo
Olhalvo (Nossa Senhora da Encarnação)	Alenquer	—	Olhalvo
Olhão [da Restauração] (Nossa Senhora do Rosário)	Olhão	—	Olhão
Olho Marinho	1925 Óbidos	separada de Amoreira em 1925	Olho Marinho
Olhos de Água	1997 Albufeira	separada de	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Albufeira em 1997	de Albufeira e Olhos de Água
Olivais (Santa Maria)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Lisboa 1895 (ver Lisboa – Olivais)	separada Olivais extramuros em 1895 integrada na cidade de Lisboa em 1895	—
Olivais extramuros (Santa Maria)	1895 Loures	separada de Olivais em 1895 anexada a Sacavém em 1895	—
Olival (Nossa Senhora da Purificação)	Ourém 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada parte de Gondemaria em 1928 separada Urqueira em 1928	União das Freguesias de Gondemaria e Olival
Olival (Santa Marinha)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma
Olival Basto	1989 Loures 1998 Odivelas	separada de Póvoa de Santo Adrião em 1989	União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto
Oliveira (Santa Eulália)	Prado 1855 Barcelos	—	Oliveira
Oliveira (Santa Maria)	Arcos de Valdevez	—	Oliveira
Oliveira – Santa Maria [do Mosteiro] (Santa Maria)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Oliveira (Santa Maria)
Oliveira (Santa Maria)	Mesão Frio	—	Oliveira
Oliveira – São Mateus (São Mateus)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Oliveira (São Mateus)
Oliveira (São Paio)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	—	União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira
Oliveira – São Pedro (São Pedro)	Barcelos 1836 Braga	—	União das Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Oliveira (São Tiago)	Póvoa de Lanhoso	—	União das Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira
Oliveira de Azeméis (São Miguel)	Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail
Oliveira de Fazemão (São João Batista)	Tábua 1927 (ver São João da Boa Vista)	passou a denominar- se São João da Boa Vista em 1927	—
Oliveira de Frades (São Pelágio)	Oliveira de Frades 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães
Oliveira do Bairro (São Miguel)	Oliveira do Bairro 1895 Anadia 1898 Oliveira do Bairro	—	Oliveira do Bairro
Oliveira do Conde (São Pedro)	Oliveira do Conde 1836 Carregal do Sal	—	Oliveira do Conde
Oliveira do Cunhedo (Santa Marinha)	Penacova 1836 Farinha Podre 1853 Tábua 1855 Penacova 1912 (ver Oliveira do Mondego)	passou a denominar- se Oliveira do Mondego em 1912	—
Oliveira do Douro (Santa Eulália)	Vila Nova de Gaia	—	Oliveira do Douro
Oliveira do Douro (São Miguel)	Ferreiros de Tendais 1855 Cinfães	integrou Ermida do Douro em 1855-1864	Oliveira do Douro
Oliveira do Hospital (Exaltação da Santa Cruz)	Oliveira do Hospital	—	União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramação
Oliveira do Mondego	(ver Oliveira do Cunhedo) 1912 Penacova	denominou-se Oliveira do Cunhedo até 1912	União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			do Mondego
Oliveirinha (Santo António)	1849 Eixo 1853 Aveiro	separada de Eixo em 1849	Oliveirinha
Olmos (Santo Antão)	Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros	integrou São Cristóvão de Malta em 1841-1849	Olmos
Olo	1934 Amarante	separada de Sanche em 1934	União das Freguesias de Olo e Canadelo
Orada (Nossa Senhora)	Borba 1895 Vila Viçosa 1898 Borba	—	Orada
Orada (Nossa Senhora)	Moura 1859 extinta	anexada a Pias em 1859	—
Orbacém (Santa Eulália)	Caminha	separada parte de Dem em 1968	União das Freguesias de Gondar e Orbacém
Orca (São Francisco de Assis)	Castelo Novo 1836 Alpedrinha 1855 Fundão	anexada Zebras em 1841	Orca
Ordem (Santa Eulália)	Aguiar de Sousa 1836 Barrosas 1838 Lousada		União das Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem
Orgens (Santa Ana)	Viseu	—	Orgens
Oriola (Nossa Senhora da Assunção)	Oriola 1836 Portel	—	União das Freguesias de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola
Oriz – Santa Marinha (Santa Marinha)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel)
Oriz – São Miguel (São Miguel)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel)
Orjais (São Pedro)	Covilhã	—	Orjais
Ortiga	1928 Mação	separada de Mação e Panascoso em 1928	Ortiga

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Ortigosa	1962 Leiria	separada de Souto de Carpalhosa em 1962	União das Freguesias de Souto de Carpalhosa e Ortigosa
Orvalho (São Bartolomeu)	Fundão 1836 Oleiros	—	Orvalho
Ossela (São Pedro)	Oliveira de Azeméis	—	Ossela
Ota (Espírito Santo)	Alenquer	integrou Paúl da Ota em 1841	Ota
Ouca	1966 Vagos	separada de Sosa em 1966	Ouca
Oucidres – Santa Maria (Santa Maria)	Monforte de Rio Livre 1841 extinta	integrada em Oucidres – Santo André em 1841	—
Oucidres – Santo André (Santo André)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	integrou Oucidres – Santa Maria em 1841	Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela)
Ouguela (Nossa Senhora da Graça)	Ouguela 1836 Campo Maior 1879 extinta	integrada em Campo Maior – São João Batista em 1879	—
Oura (São Tiago)	Chaves 1853 Vila Pouca de Aguiar 1855 Chaves	—	Oura
Ourém (Nossa Senhora da Visitação)	Ourém 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém 1989 (ver Ourém – Nossa Senhora das Misericórdias)	englobava a Aldeia da Cruz que constituiu o concelho de Santa Cruz até 1822 separada Vila Nova de Ourém em 1841 separada parte de Alburitel em 1928 separada parte de Gondemaria em 1928 separada Atouguia em 1933 passou a denominar-	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		se Ourém – Nossa Senhora das Misericórdias em 1989	
Ourém – Nossa Senhora das Misericórdias	(ver Ourém) 1989 Ourém	denominou-se Ourém até 1989	Nossa Senhora das Misericórdias
Ourentã (Nossa Senhora da Conceição)	Cantanhede	—	Ourentã
Ourilhe (São Tiago)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe
Ourique (O Salvador)	Ourique	—	Ourique
Ourondo (Nossa Senhora da Assunção)	Covilhã	—	União das Freguesias de Casegas e Ourondo
Ourozinho (Nossa Senhora da Assunção)	Penedono 1895 Meda 1898 Penedono	—	União das Freguesias de Antas e Ourozinho
Ousilhão (Santo André)	Bragança 1836 Vinhais	—	União das Freguesias de Nunes e Ousilhão
Outeiro (Nossa Senhora da Assunção)	Outeiro 1853 Bragança	integrou Paradinha em 1841	Outeiro
Outeiro (Santa Maria)	Refojos de Basto 1836 Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela
Outeiro (São Martinho)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	Outeiro
Outeiro [Parada do] [de Gerês] (São Tomé)	Montalegre	—	Outeiro
Outeiro da Cabeça	1984 Torres Vedras	separada de Maxial em 1984	União das Freguesias de Campelos e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Outeiro da Cabeça
Outeiro da Cortiçada (Nossa Senhora da Ribeira)	Santarém 1836 Rio Maior	—	União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões
Outeiro de Gatos (Nossa Senhora da Graça)	Casteirão 1836 Meda	integrou Ariola em 1849-1864	União das Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa
Outeiro Jusão (São Martinho)	Chaves 1841 extinta	integrada em Samaiões em 1841	—
Outeiro Maior (São Martinho)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim 1853 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada
Outeiro Seco (São Miguel)	Chaves	separada Santa Cruz / Trindade em 2001	Outeiro Seco
Outil (Santa Maria Madalena)	Outil 1836 Cantanhede	—	União das Freguesias de Portunhos e Outil
Outiz (São Tiago)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz
Ovadas (São Pelágio)	Aregos 1855 Resende	—	União das Freguesias de Ovadas e Panchorra
Ovar (São Cristóvão)	Ovar	separada São João em 1985	União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã
Ovil (São João Batista)	Baião	—	União das Freguesias de Campelo e Ovil
Óvoa (São Martinho)	Óvoa 1836 Santa Comba Dão	—	União das Freguesias de Óvoa e Vimieiro
Paço (Nossa Senhora do Pranto)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Olaia e Paço
Paçô (Nossa Senhora	Arcos de Valdevez	—	Paçô

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
do Socorro)			
Paçô [de Vinhais] (São Julião)	Paçô de Vinhais 1836 Vinhais	integrou Quintela em 1841	Paçô
Paço (São Vicente)	Outeiro 1841 extinta	integrada em Rio Frio em 1841	—
Paço de Arcos	1926 Oeiras	separada de Oeiras em 1926 separada parte de Queijas em 1993 separada Caxias em 2001	União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
Paço de Sortes (São Nicolau)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Mós de Rebordãos em 1841- 1849	—
Paço de Sousa (O Salvador)	Penafiel	—	Paço de Sousa
Paço Vedro de Magalhães (São Martinho)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães
Paços (Santa Maria)	Melgaço	—	União das Freguesias de Chaviães e Paços
Paços (Santa Maria)	Vila Real 1836 Sabrosa	—	Paços
Paços da Serra (São Miguel)	Santa Marinha 1836 Gouveia		Paços da Serra
Paços de Brandão (São Cipriano)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Paços de Brandão
Paços de Ferreira (Santa Eulália)	Paços de Ferreira	—	Paços de Ferreira (absorveu Modelos)
Paços de Gaiolo (São Clemente)	Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Penha Longa e Paços de Gaiolo
Paços de Vilharigues (Santa Marinha)	Lafões 1836 Vouzela	—	União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues
Paderne (Nossa)	Albufeira	separada parte de	Paderne

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora da Esperança)		Ferreiras em 1997	
Paderne (São Salvador)	Valadares 1836 Melgaço	—	Paderne
Padim da Graça (Santo Adrião)	Tibães 1836 Barcelos 1853 Braga	—	Padim da Graça
Padornelo (Santa Marinha)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Padornelo
Padornelos (Santa Maria)	Padornelos 1836 Montalegre	—	União das Freguesias de Meixedo e Padornelos
Padreiro – Salvador (O Salvador)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Padreiro (Salvador e Santa Cristina)
Padreiro – Santa Cristina (Santa Cristina)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Padreiro (Salvador e Santa Cristina)
Padrela (São Pedro)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	anexada Tazem em 1878-1890	Padrela e Tazem
Padronelo (Santo André)	Gestaçô 1836 Amarante	—	Padronelo
Padroso (Nossa Senhora das Neves)	Arcos de Valdevez	—	Padroso
Padroso (Santa Maria)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras 1859 extinta	integrada em Margaride em 1859	—
Padroso (São Martinho)	Padroso 1836 Montalegre	—	União das Freguesias de Montalegre e Padroso
Pai Penela (São Silvestre)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda	—	União das Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela
Paialvo (Nossa Senhora da	Paialvo 1836 Tomar	—	Paialvo

[Contínente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Conceição)			
Paião (Nossa Senhora do Ó)	Figueira da Foz 1836 Paião 1837 Lavos 1855 Figueira da Foz	separada Alqueidão em 1928 separada parte de Marinha das Ondas em 1928 separada Borda do Campo em 1989	Paião (integrou Borda do Campo)
Paínho	1915 Cadaval	separada de Figueiros em 1915	União das Freguesias de Painho e Figueiros
Painzela (Santo André)	Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela
Paio de Pele (Nossa Senhora da Conceição)	Paio de Pele 1836 Barquinha (1839) Vila Nova da Barquinha 1895 Golegã 1898 Vila Nova da Barquinha 1927 (ver Praia do Ribatejo)	passou a denominar- se Praia do Ribatejo em 1927	—
Paio Mendes (São Vicente)	Dornes 1836 Ferreira do Zêzere	—	Nossa Senhora do Pranto (criada por fusão de Paio Mendes e Dornes)
Pala (São Gens)	Mortágua	—	Pala
Pala (São Simão)	Pinhel	integrou Reigadinha em 1841	Pala
Palácios (São Miguel Arcanjo)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em São Julião de Palácios em 1841-1849	—
Palaçoulo (São Miguel)	Miranda do Douro	integrada Águas Vivas em 1841-1849 integrada Prado Gatão em 1841-1849 separada Águas Vivas em 2001	Palaçoulo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Palhaça [Vila Nova da] (São Pedro)	Esgueira 1836 Sosa 1853 Oliveira do Bairro 1872 Aveiro 1898 Oliveira do Bairro	—	Palhaça
Palhais (Nossa Senhora da Anunciação)	Sertã	—	União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais
Palhais (Nossa Senhora da Graça)	Moita 1836 Alhos Vedros 1837 Moita 1837 Alhos Vedros 1849- 1864 extinta 1864-1878 Barreiro	integrada em Coina em 1849-1864 sede transferida de Coina em 1864-1878 separada parte de Santo André em 1973 separadas Coina e Santo António da Charneca em 1985	União das Freguesias de Palhais e Coina
Palhais (Santo António)	Trancoso	—	Palhais
Palheiros (São Paulo)	Murça	—	União das Freguesias de Noura e Palheiros
Palma (São João Batista)	Alcácer do Sal 1936 extinta	integrada em Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo em 1936	—
Palmaz (Santa Marinha)	Pinheiro da Bemposta 1855 Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz
Palme (Santo André)	Barcelos	integrou Mosteiro de Palme em 1834	Palme
Palmeira [de Landim] (Santa Eulália)	Landim 1836 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira
Palmeira (Santa)	Braga	—	Palmeira

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Maria)			
Palmeira de Faro (Santa Eulália)	Esposende	—	União das Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos
Palmela – Castelo (Santa Maria)	Palmela 1851 extinta	integrada em Palmela – São Pedro em 1851	—
Palmela – São Pedro (São Pedro)	Palmela 1855 Setúbal 1926 Palmela	integrou Palmela – Castelo em 1851 separadas Pinhal Novo e Quinta do Anjo em 1928 separada parte de Poceirão em 1988	Palmela
Pampilhosa (Santa Marinha)	Coimbra 1853 Mealhada	—	Pampilhosa
Pampilhosa da Serra (Nossa Senhora do Pranto)	Pampilhosa da Serra	separada Machio em 1841	Pampilhosa da Serra
Panascoso (Nossa Senhora do Pranto)	Abrantes 1836 Mação 1837 Abrantes 1895 Sardoal 1898 Mação 1941 (ver Penhascoso)	separada parte de Ortiga em 1928 passou a denominar- se Penhascoso em 1941	—
Panchorra (São Lourenço)	Aregos 1855 Resende	—	União das Freguesias de Ovadas e Panchorra
Panoias (Santa Maria)	Tibães 1836 Prado 1855 Braga	—	União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
Panoias (São Pedro)	Panoias 1836 Messejana 1855 Ourique	—	União das Freguesias de Panoias e Conceição
Panoias de Cima (O	Guarda	—	Panoias de Cima

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Salvador)			
Papízios (São Miguel)	Viseu 1836 Carregal do Sal 1837 São João de Areias 1838 Carregal do Sal	—	União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral
Parada (Santa Bárbara)	Monforte de Rio Livre 1841 extinta	integrada em Sanfins em 1841	—
Parada (Santo André)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim 1853 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada
Parada (São Domingos)	Castelo Mendo 1836 Jarmelo 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1895 Almeida	—	União das Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira
Parada (São Genísio)	Bragança	integrou Paredes em 1841-1849	União das Freguesias de Parada e Faílde
Parada (São João Batista)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Arcos de Valdevez (São Salvador), Vila Fonche e Parada
Parada (São Martinho)	Monção	—	União das Freguesias de Sago, Lordelo e Parada
Parada (São Miguel)	São João de Areias 1836 Carregal do Sal 1838 São João de Areias 1895 Carregal do Sal	—	Parada
Parada (São Pedro Fins)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Parada
Parada (São Tiago)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Alfândega da Fé 1895 Mogadouro 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Parada de Cunhos (São Cristóvão)	Vila Real	—	Parada de Cunhos
Parada de Ester (São João Batista)	Parada de Ester 1836 Castro Daire	—	União das Freguesias de Parada de Ester e Ester
Parada de Gatim (O Salvador)	Prado 1855 Vila Verde	—	Parada de Gatim
Parada de Gonta (Santa Ana)	1884 Tondela	separada de São Miguel do Outeiro em 1884	Parada de Gonta
Parada de Monteiros (São Pedro)	Vila Pouca de Aguiar	—	União das Freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros
Parada de Pinhão (Nossa Senhora da Conceição)	Parada de Pinhão 1836 Vilar de Maçada 1853 Alijó 1855 Sabrosa	—	Parada de Pinhão
Parada de Tibães (São Paio)	Tibães 1836 Braga	—	União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
Parada de Todeia (São Martinho)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Parada de Todeia
Parada do Bispo (Santo André)	Parada do Bispo 1836 Lamego	—	União das Freguesias de Parada de Bispo e Valdigem
Parada do Bouro (São Julião)	Parada do Bouro 1836 Vieira do Minho	—	Parada do Bouro
Parada do Monte (São Mamede)	Valadares 1855 Melgaço	—	União das Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão
Parada (São Jorge)	Mondim de Basto	—	União das Freguesias de Campanhó e Parada
Paradela [e Igrejinha] (Espírito Santo)	Paradela 1836 Tabuaço	—	União das Freguesias de Paradela e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Granjinha
Paradela (Nossa Senhora das Neves)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	—	Paradela
Paradela (Nossa Senhora do Loreto)	Sever do Vouga 1895 Albergaria-a-Velha 1898 Sever do Vouga	—	União das Freguesias de Cedrim e Paradela
Paradela (Santa Maria Madalena)	Miranda do Douro	—	União das Freguesias de Ifanes e Paradela
Paradela (Santa Marinha)	Barcelos	—	Paradela
Paradela (São João Batista)	Montalegre	—	União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães
Paradela (São Pedro)	Mogadouro	—	Paradela
Paradela (São Sebastião)	Penacova 1836 Farinha Podre 1853 Tábua 1855 Arganil 1895 Tábua 1898 Penacova	—	União das Freguesias de Friúmes e Paradela
Paradela de Guiães (Santa Comba)	Vila Real 1836 Provesende 1853 Sabrosa	—	União das Freguesias de São Martinho de Antas e Paradela de Guiães
Paradinha (Nossa Senhora da Assunção)	Moimenta da Beira	—	União das Freguesias de Paradinha e Nagosa
Paradinha [de Outeiro] (São Miguel Arcanjo)	Outeiro 1841 extinta	integrada em Outeiro em 1841	—
Paradinha de Besteiros (São Bartolomeu)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Morais em 1841-1849	—
Paradinha Nova [e Paradinha Velha] (São Miguel)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 Bragança	—	União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova
Paraíso (São Miguel)	Guimarães 1888 extinta	integrada em Selho – São Jorge em 1936	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Paraíso (São Pedro)	Castelo de Paiva	—	União das Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso
Parambos (São Bartolomeu)	Carrazeda de Ansiães	—	Parambos
Parâmio [Fontes Transbaceiro e Maçãs] (São João Batista)	Bragança	integrou Zeive em 1841-1849	Parâmio
Paramos (Santo Tirso)	Feira 1926 Espinho	—	Paramos
Paranhos (São Lourenço)	Pico de Regalados 1837 Amares		União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos
Paranhos (São Martinho)	Seia	—	Paranhos
Paranhos (São Veríssimo)	Maia 1836 Bouças 1837 Porto	—	Paranhos
Parceiros (Nossa Senhora do Rosário)	Leiria		União das Freguesias de Parceiros e Azoia
Parceiros de Igreja (Nossa Senhora das Neves)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel
Parchal	1997 Lagoa	separada de Estômbar em 1997	União das Freguesias de Estômbar e Parchal
Pardais (Santa Catarina)	Vila Viçosa	—	Pardais
Pardelhas (Nossa Senhora do Pranto)	Chaves 1853-1864 extinta	integrada em Nogueira da Montanha em 1853- 1864	—
Pardelhas (São João Batista)	Ermelo 1853 Mondim de Basto 1895 Celorico de Basto 1898 Mondim de Basto	—	União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pardilhó (São Pedro)	Estarreja 1926 Ovar 1928 Estarreja	—	Pardilhó
Parede	1953 Cascais	separada de São Domingos de Rana em 1953	União das Freguesias de Carcavelos e Parede
Paredes (São Lourenço)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Parada em 1841-1849	—
Paredes (São Miguel)	Barbosa 1836 Penafiel	—	Termas de São Vicente (fusão de Pinheiro, Portela e Paredes)
Paredes da Beira (São Bartolomeu)	Paredes da Beira 1836 Trevões 1855 São João da Pesqueira	—	Paredes da Beira
Paredes de Coura (Santa Maria)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Paredes de Coura e Resende
Paredes de Viadores (São Romão)	Benviver 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Manhuncelos e Paredes de Viadores
Paredes do Bairro	1985 Anadia	separada de São Lourenço do Bairro em 1985	União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas
Paredes do Rio (Santo António)	Montalegre 1849-1864 extinta	integrada em Covelães em 1855	—
Paredes Secas (São Miguel)	Paredes Secas 1836 Amares 1837 Santa Marta do Bouro 1853 Amares	—	União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas
Parreira		separada de Vale de Cavalos em 1985	União das Freguesias de Parreira e Chouto
Passinhos (São Julião)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	integrada em Vila Caiz em 1936	—
Passinhos (São	Penafiel 1841-1849	integrada em Boelhe	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Miguel)	extinta	em 1841-1849	
Passô (São Miguel)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)
Passô (São Tiago)	Passô 1836 Leomil 1855 Moimenta da Beira	—	Passô
Passos (Nossa Senhora da Graça)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1849-1853 extinta 1886 Mirandela	integrou Eixes em 1841-1849 integrada em Sucções em 1849- 1853 separada de Sucções em 1886	Passos
Passos (São Julião)	Barcelos 1855 Braga	—	União das Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
Passos (São Sebastião)	Celorico de Basto 1836 Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Alvite e Passos
Passos (São Vicente)	Guimarães 1853 Fafe	—	Passos
Pataias (Nossa Senhora da Esperança)	Alcobaça 1836 Maiorga 1837 Alcobaça	separada Martingança em 1985 separada Moita em 1985	União das Freguesias de Pataias e Martingança
Paúl (Nossa Senhora da Anunciação)	Covilhã	—	Paúl
Paúl da Ota (São Bartolomeu)	Alenquer	integrada em Ota em 1841	—
Paus (São Pedro)	São Martinho de Mouros 1855 Resende	—	Paus
Pavia (Conversão de São Paulo)	Pavia 1838 Mora 1855 Montemor-o-Novo 1861 Mora 1895 Arraiolos 1898 Mora	—	Pavia
Pechão (São	Olhão	—	Pechão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Bartolomeu)			
Pederneira (Santa Maria das Areias)	Pederneira 1836 Maiorga 1837 Pederneira 1855 Alcobaça 1898 Pederneira 1912 (ver Nazaré)	passou a denominar- se Nazaré em 1912	—
Pedome (São Pedro)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Pedome
Pedorido (Santa Eulália)	Castelo de Paiva	—	União das Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso
Pedra Furada (Santa Leocádia)	Barcelos	—	União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
Pedraça (Santa Marinha)	Cabeceiras de Basto	—	Pedraça
Pedraído (São Bento)	Pedraído 1836 Cabeceiras de Basto 1837 Fafe	—	União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído
Pedralva (O Salvador)	Pedralva 1836 Braga 1853 Póvoa de Lanhoso 1855 Braga	—	Pedralva
Pedregais (O Salvador)	Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias da Ribeira do Neiva (Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras)
Pedreira (Santa Marinha)	Unhão 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pedreira	1933 Tomar	separada de Carregueiros em 1933	União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira
Pedreiras	1924 Porto de Mós	separada de Juncal, Porto de Mós – São João Batista e Porto de Mós – São Pedro em 1924	Pedreiras
Pedrógão (Nossa Senhora da Conceição)	(ver Alqueidão da Serra) 1878-1890 Torres Novas	denominou-se Alqueidão da Serra até 1878-1890	Pedrógão
Pedrógão (São Pedro)	Cuba 1836 Vidigueira	integrou Marmelar em 1936	Pedrógão
Pedrógão (São Pedro)	Penamacor 1997 (ver Pedrógão de São Pedro)	passou a denominar- se Pedrógão de São Pedro em 1997	—
Pedrógão de São Pedro	(ver Pedrógão) 1997 Penamacor	denominou-se Pedrógão até 1997	União das Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta
Pedrógão Grande (Nossa Senhora da Assunção)	Pedrógão Grande 1895 Figueiró dos Vinhos 1898 Pedrógão Grande	—	Pedrógão Grande
Pedrógão Pequeno (São João Batista)	Pedrógão Pequeno 1836 Oleiros 1837 Sertã	—	Pedrógão Pequeno
Pedroso (São Pedro)	Pedroso 1836 Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Pedroso e Seixezelo
Pedrouços	1985 Maia	separada de Águas Santas em 1985	Pedrouços
Pega (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda	—	Pega
Pegarinhos (Nossa Senhora da Assunção)	Murça 1855 Alijó	—	Pegarinhos
Pego (Santa Luzia)	Abrantes	—	Pego

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pegões	1985 Montijo	separada de Canha em 1985	União das Freguesias de Pegões (fusão das freguesias de Santo Isidro de Pegões e Pegões)
Pelariga (São João)	1847 Pombal	separada de Pombal em 1847	Pelariga
Pelmá (São João Batista)	Alvaiázere 1895 Vila Nova de Ourém 1898 Alvaiázere	—	Pelmá
Pena (São Miguel)	Vila Real	—	União das Freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova
Pena Lobo (São Nicolau)	Sortelha 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba
Pena Verde (Nossa Senhora da Purificação)	Pena Verde 1836 Algodres 1837 Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	Pena Verde
Penacova (Nossa Senhora da Assunção)	Penacova	—	Penacova
Penacova (São Martinho)	Guimarães 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Penacova
Penafiel (São Martinho)	Penafiel	anexada Santiago de Subarrifana em 1841-1849 separada Santiago de Subarrifana em 1934	Penafiel (absorveu Marecos, Milhundos, Novelas, Santa Marta e Santiago de Subarrifana)
Penajóia (O Salvador)	Lamego	—	Penajóia
Penalva de Alva (São)	Penalva de Alva 1853	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Tomé)	Sandomil 1855 Oliveira do Hospital		de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira
Penamacor – Nossa Senhora da Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Penamacor	integrou Penamacor – São Pedro e Penamacor – São Tiago em 1841	Penamacor
Penamacor – São Pedro (São Pedro)	Penamacor	integrada em Penamacor – Nossa Senhora da Conceição em 1841	—
Penamacor – São Tiago (São Tiago)	Penamacor	integrada em Penamacor – Nossa Senhora da Conceição em 1841	—
Penamaior (O Salvador)	Refojos de Riba de Ave 1836 Negrelos 1855 Paços de Ferreira	—	Penamaior
Penas Roias (Santa Maria)	Penas Roias 1836 Mogadouro	integrou Vilariza em 1841-1849 integrou Variz em 1936	Penas Roias
Penascals (Santa Marinha)	Ponte da Barca 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias do Vade (fusão de Atães, Covas, Penascals, Valões e Codeceda)
Pencelo (São João Batista)	Guimarães		Pencelo
Pendilhe (Nossa Senhora da Assunção)	Pendilhe 1836 Fráguas 1895 Castro Daire 1898 Vila Nova de Paiva	—	Pendilhe
Penedono – Salvador (São Salvador)	Penedono 1841 extinta	integrada em Penedono – São Pedro em 1841	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Penedono – São Pedro (São Pedro)	Penedono 1895 Meda 1898 Penedono	integrou Penedono – Salvador em 1841	União das Freguesias de Penedono e Granja
Penela – Santa Eufémia (Santa Eufémia)	Penela	—	União das Freguesias de São Miguel de Penela, Santa Eufémia de Penela e Rabaçal
Penela – São Miguel (São Miguel)	Penela	—	União das Freguesias de São Miguel de Penela, Santa Eufémia de Penela e Rabaçal
Penela da Beira (Nossa Senhora do Pranto)	Penela da Beira 1836 Trevões 1855 Penedono 1895 São João da Pesqueira 1898 Penedono	—	Penela da Beira
Penha de Águia (Nossa Senhora das Candeias)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia
Penha Forte (?)	Pinhel 1837 Jarmelo 1841 extinta	integrada em Lamegal em 1841	—
Penha Garcia (Nossa Senhora da Conceição)	Penha Garcia 1836 Penamacor 1837 Monsanto 1848 Salvaterra do Extremo 1855 Idanha-a-Nova	—	Penha Garcia
Penha Longa (Santa Maria)	Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Penha Longa e Paços de Gaiolo
Penhas Juntas (São Pedro)	Bragança 1836 Vinhais	integrou Brito em 1841	Penhas Juntas
Penhascoso	(ver Panascoso) 1941 Mação	denominou-se Panascoso até 1941	União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Peniche – Ajuda (Nossa Senhora da Ajuda)	Peniche	—	Peniche (fusão de Peniche – Ajuda, Peniche – Conceição e Peniche –São Pedro)
Peniche – Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Peniche	—	Peniche (fusão de Peniche – Ajuda, Peniche – Conceição e Peniche –São Pedro)
Peniche – São Pedro (São Pedro)	Peniche	—	Peniche (fusão de Peniche – Ajuda, Peniche – Conceição e Peniche –São Pedro)
Pensalvos (Santa Eulália)	Vila Pouca de Aguiar	—	União das Freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros
Penso (São João Batista)	Caria 1855 Sernancelhe	—	União das Freguesias de Penso e Freixinho
Penso (São Tiago)	Valadares 1855 Melgaço	—	Penso
Penso – Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Braga	—	União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)
Penso – São Vicente (São Vicente)	Braga	—	União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)
Pentieiros (Santa Eulália)	Guimarães 1936 extinta	integrada em Tabuadelo em 1936	—
Penude (São Pedro)	Lamego	—	Penude
Pepim (Nossa Senhora da)	Alva 1836 Sul 1855 Castro Daire	—	Pepim

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Anunciação)			
Pera (Divino Espírito Santo)	Silves	—	União das Freguesias de Alcantarilha e Pera
Pêra do Moço (São João Batista)	Guarda	—	Pêra do Moço
Pêra Velha (São Miguel)	Pera e Peva 1836 Leomil 1837 Moimenta da Beira	—	União das Freguesias de Pêra Velha, Aldeia de Nacomba e Ariz
Peraboa (Nossa Senhora da Conceição)	Covilhã	—	Peraboa
Perafita (São Mamede)	Maia 1836 Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo
Perais	(ver Alfrivida) 1950 Vila Velha de Ródão	denominou-se Alfrivida até 1950	Perais
Peral (São Sebastião)	Cadaval 1836 Óbidos 1837 Cadaval 1895 Azambuja 1898 Cadaval	—	Peral
Peral (São Tiago Menor)	Proença-a-Nova		União das Freguesias de Proença-a-Nova e Peral
Perelada (São Cristóvão)	Perelada 1836 Midões 1841 extinta	integrada em Covas em 1841	—
Peredo [dos Cavaleiros] (Santa Catarina)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros	—	Peredo
Peredo da Bemposta (São João Batista)	Bemposta 1836 Mogadouro	integrou Algosinho em 1841-1849	Peredo da Bemposta
Peredo dos Castelhanos (São Julião)	Torre de Moncorvo	—	União das Freguesias de Urrós e Peredo dos Castelhanos
Pereira (O Salvador)	Barcelos	—	Pereira
Pereira (Santo Estêvão)	Pereira 1836 Santo Varão 1853 Montemor-	—	Pereira

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	o-Velho		
Pereira	1933 Mirandela	separada de Avidagos em 1933	União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira
Pereiras-Gare	1985 Odemira	separada de Odemira – Santa Maria em 1985	(integrada em Santa Clara-a-Velha)
Pereiro (Menino Jesus)	Pinhel	integrou Gamelas em 1841	Alto do Palurdo (fusão de Pereiro e Vale de Madeira)
Pereiro (São Marcos)	Alcoutim	—	União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro
Pereiro (São Sebastião)	Castanheiro do Sul 1836 Trevões 1855 São João da Pesqueira 1895 Tabuaço	—	União das Freguesias de Távora e Pereiro
Pereiro de Palhacana (São Miguel)	Alenquer	separada Ribafria em 1989	União das Freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana
Pereiros (Santo Amaro)	Freixiel 1836 Carrazeda de Ansiães	—	Pereiros
Pereiros (Santo Amaro)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Rebordaínhos em 1841-1849	—
Pereiros (O Salvador)	São João da Pesqueira	integrou Covas em 1841	União das Freguesias de Vilarouco e Pereiros
Perelhal (São Paio)	Barcelos 1836 Esposende 1838 Barcelos	—	Perelhal
Pernes (Nossa Senhora da Purificação)	Pernes 1855 Santarém	—	Pernes
Pêro Moniz (São João Batista)	Cadaval 1836 Óbidos 1837 Cadaval 1895	—	União das Freguesias de Cadaval e Pêro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Óbidos 1898 Cadaval		Moniz
Pêro Pinheiro	1988 Sintra	separada de Montelavar em 1988	União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar
Pêro Soares (São Julião)	Guarda	—	União das Freguesias de Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro
Pêro Viseu [e Vales] (Nossa Senhora da Consolação)	Fundão	—	Pêro Viseu
Peroguarda (Santa Margarida)	Beja 1836 Ferreira do Alentejo	—	União das Freguesias de Alfundão e Peroguarda
Perosinho (O Salvador)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Serzedo e Perosinho
Perozelo (Santa Maria)	Penafiel	—	Perozelo
Perre (São Miguel)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	Perre
Peso (Nossa Senhora)	Coruche 1936 extinta	integrada em Couço em 1936	—
Peso (Santa Maria Madalena)	Covilhã	separada Vales do Rio em 1976	União das Freguesias de Peso e Vales do Rio
Peso (São Pedro)	Penas Róias 1836 Mogadouro 1841-1849 extinta	integrada em São Martinho do Peso em 1841-1849	—
Peso da Régua (São Faustino)	Santa Marta de Penaguião 1836 Peso da Régua	—	União das Freguesias de Peso da Régua e Godim
Pesqueira – Santa Maria (Santa Maria)	São João da Pesqueira 1841-1849 extinta	integrada em Pesqueira – Santiago em 1841-1849	—

[Continte] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pesqueira – Santiago (São Tiago)	São João da Pesqueira 1864-1878 extinta	integrou Pesqueira – Santa Maria em 1841-1849 integrada em Pesqueira – São João em 1864-1878	—
Pesqueira – São João (São João)	São João da Pesqueira	integrou Pesqueira – São Pedro em 1849- 1864 integrou Pesqueira – Santiago em 1864-1878	União das Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões
Pesqueira – São Pedro (São Pedro)	São João da Pesqueira 1849-1864 extinta	integrada em Pesqueira – São João em 1849-1864	—
Pessegueiro (São Simão)	Pampilhosa da Serra	—	Pessegueiro
Pessegueiro do Vouga (São Martinho)	Sever do Vouga 1895 Albergaria-a-Velha 1898 Sever do Vouga	—	Pessegueiro do Vouga
Petisqueira (São Lourenço)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Deilão em 1841-1849	—
Peva (Nossa Senhora da Assunção)	Pera e Peva 1836 Leomil 1837 Moimenta da Beira	engloba a localidade de Soutosa, que contituiu o concelho de Soutosa até 1801- 1835	União das Freguesias de Peva e Segões
Peva (Santa Maria Madalena)	Castelo Mendo 1836 Pinhel 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Azinhal, Peva e Vale Verde
Pias (Santa Luzia)	Moura 1898 Serpa	anexada Orada em 1859	Pias
Pias (São Lourenço)	Lousada 1836 Penafiel 1838 Lousada		União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pias (São Luís)	Pias 1836 Ferreira do Zêzere	—	União das Freguesias de Areias e Pias
Pias (São Tiago)	Monção		Pias
Picão (São Tiago)	Moção 1836 Castro Daire	—	União das Freguesias de Picão e Ermida
Pico (São Cristóvão)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Pico
Pico de Regalados (São Paio)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Pico de Regalados, Gondiães e Mós
Picote (São João Batista)	Miranda do Douro	—	Picote
Pigeiros (Santa Maria)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros
Pindelo (Santa Maria)	Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo
Pindelo dos Milagres (Nossa Senhora dos Milagres)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	Pindelo dos Milagres
Pindo (São Martinho)	Penalva do Castelo	—	Pindo
Pinela (São Nicolau)	Bragança	integrou Valverde em 1841-1849	Pinela
Pinelo (Santa Eulália)	Outeiro 1836 Vimioso	—	Pinelo
Pinhal do Douro (Espírito Santo)	Vilarinho da Castanheira 1836 Carrazeda de Ansiães 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Carrazeda de Ansiães 1936 extinta	integrada em Vilarinho da Castanheira em 1936	—
Pinhal do Norte (Nossa Senhora das Neves)	Carrazeda de Ansiães	—	Pinhal do Norte
Pinhal Novo	1928 Palmela	separada de Palmela	Pinhal Novo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		em 1928	
Pinhanços (Santa Luzia)	Seia	—	Pinhanços
Pinheiro (O Salvador)	Guimarães		Pinheiro
Pinheiro [de Lafões] (Santa Maria)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	Pinheiro
Pinheiro (Santa Maria)	Vieira do Minho	—	Pinheiro
Pinheiro (Santo António)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	Pinheiro
Pinheiro (São João Batista)	Moção 1836 Castro Daire	—	Pinheiro
Pinheiro (São Tiago)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras		Pinheiro
Pinheiro (São Vicente)	Penafiel	—	Termas de São Vicente (fusão das freguesias de Pinheiro, Portela e Paredes)
Pinheiro da Bemposta (São Paio)	Pinheiro da Bemposta 1855 Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz
Pinheiro de Ázere (São Miguel)	Pinheiro de Ázere 1836 Santa Comba Dão 1837 São João de Areias 1895 Santa Comba Dão	—	Pinheiro de Ázere
Pinheiro de Côja (São Tiago)	Côja 1853 Arganil 1855 Tábua	—	União das Freguesias de Pinheiro de Côja e Meda de Mouros
Pinheiro Grande (Santa Maria)	Santarém 1836 Chamusca	separada Carregueira em 1985	União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande
Pinheiro Novo (Santa Marinha)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1853	integrou Pinheiro Velho em 1841	União das Freguesias de Quirás e Pinheiro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Vinhais	integrada em Quirás em 1905 separada de Quirás em 1959	Novo
Pinheiro Velho (?)	Vinhais 1836 Santalha 1841 extinta	integrada em Pinheiro Novo em 1841	—
Pinheiros (Santa Eufémia)	Pinheiros 1836 Barcos 1855 Tabuaço	—	União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira
Pinheiros (São Cipriano)	Monção	—	Pinheiros
Pinhel – Castelo (Santa Maria)	Pinhel	integrou Pinhel – Santo André, Pinhel – São Martinho, Pinhel – São Pedro, Pinhel – Sé e Pinhel – Trindade em 1841	Pinhel
Pinhel – Santo André (Santo André)	Pinhel	integrada em Pinhel – Castelo em 1841	—
Pinhel – São Martinho (São Martinho)	Pinhel	integrada em Pinhel – Castelo em 1841	—
Pinhel – São Pedro (São Pedro)	Pinhel	integrada em Pinhel – Castelo em 1841	—
Pinhel – Sé (O Salvador)	Pinhel	integrada em Pinhel – Castelo em 1841	—
Pinhel – Trindade (Santíssima Trindade)	Pinhel	integrada em Pinhel – Castelo em 1841	—
Pinho (Santa Maria)	Montalegre 1836 Boticas	—	Pinho
Pinho (São João Batista)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	Pinho
Pinho Velho (Santa Maria)	Pinho Velho 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros 1855- 1864 extinta	anexada Gradíssimo em 1841-1849 integrada em Amendoeira em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1855-1864	
Pínzio (Santo António de Lisboa)	Jarmelo 1853 Guarda 1895 Pinhel	integrou Cheiras e Trocheiros em 1841	Pínzio
Piódão (Nossa Senhora da Conceição)	Avô 1855 Arganil	—	Piódão
Pitões das Júnias (Santa Maria)	Montalegre	—	Pitões das Júnias
Pó	1984 Bombarral	separada de Roliça em 1984	Pó
Pocariça (Nossa Senhora da Conceição)	Cantanhede	—	União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça
Poceirão	1988 Palmela	separada de Marateca e Palmela em 1988	União das Freguesias de Poceirão e Marateca
Poço do Canto (Nossa Senhora do Pranto)	Ranhados 1836 Meda	—	Poço do Canto
Poço Velho (Nossa Senhora da Conceição)	Vilar Maior 1841 extinta	integrada em Nave de Haver em 1841	—
Podame (São Cosme e São Damião)	Valadares 1855 Monção	—	Podame
Podence (Nossa Senhora da Purificação)	Bragança 1836 Izeda 1853 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Podence e Santa Combinha
Podentes (Nossa Senhora da Purificação)	Podentes 1836 Penela	—	Podentes
Poiares (Santo André)	Penacova 1836 Santo André de Poiares 1895 Lousã 1898 Poiares (1905) Vila Nova de Poiares	—	Poiares (Santo André)
Poiares (São Miguel)	Vila Real 1836 Canelas	englobava a	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1853 Peso da Régua	localidade de Canelas sede do concelho de Canelas separada Canelas em 1976	de Poiares e Canelas
Poiares (São Pedro)	Freixo de Espada à Cinta 1895 Torre de Moncorvo 1898 Freixo de Espada à Cinta	—	Poiares
Poiares (São Tiago)	Barcelos 1836 Ponte de Lima	—	Poiares
Polvoreira (São Pedro)	Guimarães	—	Polvoreira
Pomares (Santa Luzia)	Avô 1855 Arganil	separada parte de Moura da Serra em 1962	Pomares
Pomares (Santa Maria Madalena)	Jarmelo 1853 Guarda 1895 Pinhel	integrou Argomil em 1841	Agregação de Freguesias Sul de Pinhel (fusão de Gouveias e Pomares)
Pombal (Santa Marinha)	Alfândega da Fé 1895 Vila Flor 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Pombal e Vales
Pombal (São Lourenço)	Carrazeda de Ansiães	—	Pombal
Pombal (São Martinho)	Pombal	separada Pelariga em 1847	Pombal
Pombalinho (Nossa Senhora da Anunciação)	Pombalinho 1836 Rabaçal 1852 Soure	—	União das Freguesias de Degraças e Pombalinho
Pombalinho (Santa Cruz)	Santarém 1836 Golegã 1837 Santarém 2013 Golegã	—	Pombalinho
Pombares (São Frutuoso)	Bragança	—	União das Freguesias de Rebordãos e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Pombares
Pombeiro (O Salvador)	Pombeiro da Beira 1836 Arganil	—	Pombeiro
Pombeiro de Ribavizela (Santa Maria)	Pombeiro 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Pombeiro de Ribavizela
Pondras (São Pedro Fins)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	União das Freguesias de Venda Nova e Pondras
Ponte (São João)	Guimarães	integrada Corvite em 1936 separada Corvite em 2003	Ponte
Ponte (São Vicente)	(ver Caldelas) 1864- 1878 Vila Verde	denominou-se Caldelas até 1864- 1878	Ponte
Ponte da Barca (São João Batista)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães
Ponte de Lima (Santa Maria do Anjos)	Ponte de Lima	—	Arca e Ponte de Lima
Ponte de Sor (São Francisco de Assis)	Ponte de Sor	integradas Ervideira e Torre das Vargens em 1841 separadas Longomel e Vale de Açor em 1984 separada Tramaga em 1993	União das Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Açor
Ponte de Vagos	1968 Vagos	separada de Calvão em 1968	União das Freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina
Ponte do Rol (Nossa Senhora da Conceição)	Torres Vedras	—	Ponte do Rol

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pontével (Nossa Senhora da Purificação)	Cartaxo	separada Vale da Pedra em 1988	Pontével
Pontinha	1984 Loures 1998 Odivelas	separada de Odivelas em 1984	União das Freguesias de Pontinha e Famões
Pópulo (São Sebastião)	Murça 1855 Alijó	—	União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga
Porcas (São Silvestre)	Guarda 1928 (ver Vale de Estrela)	passou a denominar- se Vale de Estrela em 1928	—
Porches (Nossa Senhora da Encarnação)	Silves 1836 Lagoa	—	Porches
Porco (Santa Maria)	Celorico da Beira 1836 Guarda 1939 (ver Aldeia Viçosa)	passou a denominar- se Aldeia Viçosa em 1939	—
Porreiras (São Miguel)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Insalde e Porreiras
Portalegre – Madalena (Santa Maria Madalena)	Portalegre 1839 extinta	integrada em Portalegre – Sé em 1839	—
Portalegre – São Lourenço (São Lourenço)	Portalegre	—	União das Freguesias da Sé e São Lourenço
Portalegre – São Martinho (São Martinho)	Portalegre 1839 extinta	integrada em Portalegre – Sé em 1839	—
Portalegre – São Tiago (São Tiago)	Portalegre 1839 extinta	integrada em Portalegre – Sé em 1839	—
Portalegre – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Portalegre	integradas Portalegre – Madalena, Portalegre – São Martinho e Portalegre – São	União das Freguesias da Sé e São Lourenço

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Tiago em 1839	
Portel – Santa Maria (Santa Maria da Lagoa)	Portel	fundida com São João Batista em 1936	Portel
Portel – São João Batista (São João Batista)	Portel	fundida com Portel – Santa Maria em 1936	—
Portela (Santa Marinha)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela
Portela (Santo André)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Portela e Extremo
Portela (São João Batista)	Monção	—	Portela
Portela (São Paio)	Penafiel	—	Termas de São Vicente (fusão das freguesias de Pinheiro, Portela e Paredes)
Portela (São Pedro)	Pico de Regalados 1837 Amares		União das Freguesias de Torre e Portela
Portela [de Sacavém]	1985 Loures	separada de Moscavide e Sacavém em 1985	União das Freguesias de Moscavide e Portela
Portela das Cabras (O Salvador)	Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias da Ribeira do Neiva (Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras)
Portela do Fojo (Nossa Senhora da Paz)	Álvares 1836 Pampilhosa da Serra 1837 Álvares 1855 Pampilhosa da Serra	—	Portela do Fojo – Machio
Portela Susã (São	Barcelos 1836 Viana	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Salvador)	(1848) Viana do Castelo		de Subportela, Deocriste e Portela Susã
Portelo (São Sebastião)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em França em 1841-1849	—
Portimão	(ver Vila Nova de Portimão) 1924 Portimão	denominou-se Vila Nova de Portimão até 1924	Portimão
Porto – Cedofeita (São Martinho de Tours)	Porto	—	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Porto – Massarelos (Nossa Senhora da Boa Viagem)	Porto	—	União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos
Porto – Miragaia (São Pedro)	Porto	—	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Porto – Santo Ildefonso (Santo Ildefonso)	Porto	separada parte de Bonfim em 1841- 1849	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Porto – São Nicolau (São Nicolau)	Porto	—	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Porto – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Porto	separada parte de Bonfim em 1841- 1849	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			e Vitória
Porto – Vitória (Nossa Senhora da Vitória)	Porto	—	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Porto Covo	1984 Sines	separada de Sines em 1984	Porto Covo
Porto da Carne (São Pedro)	1841 Guarda	separada de Cavadoude em 1841	Porto da Carne
Porto de Mós – Martinhos (Santa Maria dos Martinhos)	Porto de Mós 1841 extinta	integrada em Porto de Mós – São João Batista em 1841	—
Porto de Mós – São João Batista (São João Batista)	Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	integrou Porto de Mós – Martinhos em 1841 separadas parte de Calvaria de Cima e parte de Pedreiras em 1924	Porto de Mós – São João Batista e São Pedro
Porto de Mós – São Pedro (São Pedro)	Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	separadas parte de Calvaria de Cima e parte de Pedreiras em 1924	Porto de Mós – São João Batista e São Pedro
Porto de Ovelha (Nossa Senhora da Expectação)	Castelo Mendo 1836 Vilar Maior 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1895 Almeida	—	União das Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha
Porto Salvo	1993 Oeiras	separada de Barcarena e de Oeiras e São Julião da Barra em 1993	Porto Salvo
Portunhos (São Julião)	Ançã 1853 Cantanhede	—	União das Freguesias de Portunhos e Outil
Possacos (Nossa Senhora das Neves)	Chaves 1836 Valpaços	—	Possacos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Pousa [Algo de] (Santa Cristina)	Barcelos	—	Pousa
Pousada (São Paio)	Braga	—	União das Freguesias de Crespos e Pousada
Pousada de Saramagos (São Martinho)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Pousada de Saramagos
Pousadas (São Pedro)	Mirandela 1841 extinta	integrada em Avantos em 1841	—
Pousade (Santa Ana)	Guarda	—	União das Freguesias de Pousade e Albardo
Pousafoles do Bispo (O Salvador)	Guarda 1836 Sortelha 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba
Pousaflores (Nossa Senhora das Neves)	Pousaflores 1836 Chão de Couce 1855 Figueiró dos Vinhos 1895 Ansião	—	Pousaflores
Pousos (Nossa Senhora do Desterro)	Leiria	separada parte de Santa Eufémia em 1928	União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
Póvoa (São Sebastião)	Miranda do Douro	—	Póvoa
Póvoa (?)	Torre de Moncorvo 1836 Alfândega da Fé 1853 Torre de Moncorvo 1853-1864 extinta	integrada em Adeganha em 1853- 1864	—
Póvoa d'El-Rei (São João Batista)	Trancoso 1895 Pinhel	—	Vale do Massueime (fusão de Santa Eufémia, Sorval e Póvoa d'El-Rei)
Póvoa da Isenta	1920 Santarém	separada de Almoster em 1920	Póvoa da Isenta
Póvoa de Agrações (São Bartolomeu)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853	—	União das Freguesias de Loivos e Póvoa de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Valpaços 1855 Chaves		Agrações
Póvoa de Atalaia (Santo Estêvão)	Castelo Novo 1836 Alpedrinha 1855 Fundão	—	União das Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo
Póvoa de Cervães (São João Batista)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	União das Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães
Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo)	1930 Póvoa de Lanhoso	separada de Fonte Arcada e Lanhoso em 1930	Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo)
Póvoa de Midões (Nossa Senhora da Graça)	Midões 1853 Tábua	—	Póvoa de Midões
Póvoa de Penela (Santa Margarida)	Póvoa de Penela 1836 Trevões 1855 Penedono 1895 São João da Pesqueira 1898 Penedono	—	Póvoa de Penela
Póvoa de Rio de Moinhos (São Lourenço)	Póvoa de Rio de Moinhos 1836 São Vicente da Beira 1871 Castelo Branco	—	União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede
Póvoa de Santa Iria	1916 Loures 1926 Vila Franca de Xira	separada de Santa Iria de Azoia em 1916	União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa
Póvoa de Santarém	(ver Póvoa dos Galegos) 1925 Santarém	denominou-se Póvoa dos Galegos até 1925	União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém
Póvoa de Santo Adrião (Santo Adrião)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures 1998 Odivelas	anexada Ameixoeira extramuros em 1886 separada Olival Basto em 1989	União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto
Póvoa de São Miguel	Moura	integrada Estrela em	Póvoa de São Miguel

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Miguel)		1936	
Póvoa de Varzim (Nossa Senhora da Conceição)	Póvoa de Varzim	—	União das Freguesias de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai
Póvoa do Concelho (Nossa Senhora da Graça)	Trancoso	—	Póvoa do Concelho
Póvoa dos Galegos (Nossa Senhora da Luz)	Santarém 1925 (ver Póvoa de Santarém)	passou a denominar- se Póvoa de Santarém em 1925	—
Póvoa Nova de Santa Cristina (São João Evangelista)	Póvoa Nova de Santa Cristina 1836 Tentúgal 1841 extinta	integrada em Tentúgal em 1841	—
Povolide (São Pedro)	Povolide 1836 Viseu	—	Povolide
Povos (Nossa Senhora da Assunção)	Povos 1836 Vila Franca de Xira 1936 extinta	integrada em Vila Franca de Xira em 1836	—
Prado (São Lourenço)	Melgaço	—	União das Freguesias de Prado e Remoães
Prado (São Miguel)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Prado (São Miguel)
Prado (?)	Paçô de Vinhais 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Vila Verde em 1841	—
Prado Gatão (Santa Isabel)	Miranda do Douro 1841- 1849 extinta	integrada em Palaçoulo em 1841- 1849	—
Prados (Nossa Senhora da Assunção)	Linhares 1855 Celorico da Beira	—	Prados
Pragal	1985 Almada	separada de Almada em 1985	União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
Praia de Mira	1984 Mira	separada de Mira em 1984	Praia de Mira

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Praia do Carvoeiro	1985 Lagoa	separada de Lagoa em 1985	União das Freguesias de Lagoa e Praia do Carvoeiro
Praia do Ribatejo	(ver Paio de Pele) 1927 Vila Nova da Barquinha	denominou-se Paio de Pele até 1927	Praia do Ribatejo
Prazeres (Nossa Senhora dos Prazeres)	Monforte 1895 Arronches 1898 Monforte 1936 extinta	integrada em Monforte em 1936	—
Prazins – Santa Eufémia (Santa Eufémia)	Guimarães	—	Prazins (Santa Eufémia)
Prazins – Santo Tirso (Santo Tirso)	Guimarães	—	União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite
Préstimo (São Tiago)	Préstimo 1836 Vouga 1853 Águeda	—	União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba
Pretarouca (São Nicolau)	Lamego 1936 extinta 1954 Lamego	integrada em Bigorne em 1936 separada de Bigorne em 1954	União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca
Prior Velho	1989 Loures	separada de Sacavém em 1989	União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho
Priscos (São Tiago)	Barcelos 1836 Braga	—	Priscos
Proença-a-Nova (Nossa Senhora da Assunção)	Proença-a-Nova		União das Freguesias de Proença-a-Nova e Peral
Proença-a-Velha (Nossa Senhora da Silva)	Proença-a-Velha 1836 Idanha-a-Nova	—	Proença-a-Velha
Prova (São João Batista)	Penedono 1836 Meda	—	União das Freguesias de Prova e Casteição
Provesende (São João Batista)	Provesende 1853 Sabrosa	—	União das Freguesias de Gouvães do Douro, Provesende e São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Cristóvão do Douro
Prozelo (Santa Marinha)	Arcos de Valdevez	—	Prozelo
Prozelo (São Tomé)	Amares	—	União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros
Punhete (São Julião)	Punhete 1836 (ver Constância)	passou a denominar- se Constância em 1836	—
Pussos (Santo Estêvão)	Vila Nova de Pussos 1836 Cabaços 1837 Alvaiázere 1895 Ferreira do Zêzere 1898 Alvaiázere	—	Pussos São Pedro
Quadra (São Pedro)	Vinhais 1836 Santalha 1841 extinta	integrada em Tuizelo em 1841	—
Quadrazais (Nossa Senhora da Assunção)	Sabugal	—	Quadrazais
Quarteira	1916 Loulé	separada de Loulé – São Clemente e Loulé – São Sebastião em 1916	Quarteira
Queijada (São João Batista)	Queijada e Boalhosa 1836 Ponte de Lima	—	Fornelos e Queijada
Queijas	1993 Oeiras	separada de Barcarena, Carnaxide e Paço de Arcos em 1993	União das Freguesias de Carnaxide e Queijas
Queimada (São Pedro)	Armamar	—	Queimada
Queimadela (Nossa Senhora da Piedade)	Lamego 1836 Armamar	—	Queimadela
Queimadela (São Pedro)	Guimarães 1836 Fafe	—	União das Freguesias de Monte e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Queimadela
Queiriga (São Sebastião)	Viseu 1837 Fráguas 1895 Sátão 1898 Vila Nova de Paiva	—	Queiriga
Queiriz (Santa Águeda)	Pena Verde 1836 Algodres 1837 Fornos de Algodres	engloba a localidade de Casal do Monte que constituiu o concelho de Casal do Monte até 1801- 1835	Queiriz
Queirã (São Miguel)	Lafões 1836 Vouzela	—	Queirã
Quelfes (São Sebastião)	Olhão	—	Quelfes
Queluz	1925 Sintra	separada de Belas em 1925 separadas Massamá e Monte Abraão em 1997	União das Freguesias de Queluz e Belas
Querença (Nossa Senhora da Assunção)	Loulé	separada Tôr em 1997	União das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim
Quiaios (São Mamede)	Quiaios 1836 Maiorca 1853 Figueira da Foz	separada Bom Sucesso em 1985	Quiaios
Quinchães (São Martinho)	Montelongo (1836) Fafe	—	Quinchães
Quintã (São Bartolomeu)	Vila Real 1836 Ermelo 1853 Vila Real	—	União das Freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova
Quintã de Pêro Martins (Espírito Santo)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia
Quinta do Anjo	1928 Palmela	separada de Palmela em 1928	Quinta do Anjo
Quinta do Conde	1985 Sesimbra	separada de	Quinta do Conde

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Sesimbra – Castelo em 1985	
Quintanilha (São Tomé)	Outeiro 1853 Bragança	integrou Veiga em 1841	Quintanilha
Quintas (Nossa Senhora da Assunção)	Mirandela 1836 Torre de Dona Chama 1841 extinta	integrada em Vale de Gouvinhas em 1841	—
Quintas de São Bartolomeu (São Bartolomeu)	Touro 1836 Sabugal	—	Quintas de São Bartolomeu
Quintela (Santa Marinha)	Paçô de Vinhais 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Paçô em 1841	—
Quintela [da Lapa] (São João Batista)	Lapa 1836 Sernancelhe 1837 Caria 1855 Sernancelhe	—	Quintela
Quintela de Azurara (São João Batista)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	Quintela de Azurara
Quintela de Lapaças (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança	integrou Bragada em 1841-1849 integrou Santa Combinha em 1878 separada Santa Combinha em 1895	Quintela de Lapaças
Quintiães (Santa Maria)	Barcelos	—	União das Freguesias de Quintiães e Aguiar
Quintos (Santa Catarina)	Beja	—	União das Freguesias de Salvada e Quintos
Quirás (O Salvador)	Barcelos 1936 extinta	integrada em Roriz em 1936	—
Quirás (São Pedro)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1853 Vinhais	integrou Vilarinho em 1841 integrou Pinheiro Novo em 1905 separada Pinheiro Novo em 1959	União das Freguesias de Quirás e Pinheiro Novo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Rabaça (São Martinho)	Jarmelo 1841 extinta	integrada em Castanheira em 1841	—
Rabaçal (Santa Maria Madalena)	Rabaçal 1852 Condeixa-a-Nova 1853 Penela 1853 Soure 1855 Penela	—	União das Freguesias de São Miguel de Penela, Santa Eufémia de Penela e Rabaçal
Rabaçal (São Paulo)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda	—	Rabaçal
Rabal (São Bartolomeu)	Bragança	—	Rabal
Raimonda (São Pedro)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Raimonda
Raiva (São João Batista)	Castelo de Paiva	—	União das Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso
Ramada	1989 Loures 1998 Odivelas	separada de Odivelas em 1989	União das Freguesias de Ramada e Caneças
Ramalde (O Salvador)	Bouças 1895 Porto	—	Ramalde
Ramalhal (São Lourenço)	Torres Vedras	—	Ramalhal
Ramela (São Pedro)	Guarda	—	Ramela
Ramirão (São Sebastião)	Algodres 1837 Fornos de Algodres 1841 extinta	integrada em Casal Vasco em 1841	—
Ramires (Santa Marinha)	Ferreiros de Tendais 1855 Cinfães	—	União das Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires
Rande (São Tiago)	Unhão 1836 Barrosas 1852 Felgueiras		União das Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande
Ranhados (Nossa Senhora de Ovide)	Ranhados 1835 Viseu	separada Repeses em 1933	Ranhados
Ranhados (São Martinho)	Ranhados 1836 Meda	integrou Alcarva em 1849-1864	Ranhados
Rans (São Miguel)	Penafiel	integrou Canas em	Rans

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1841-1849	
Rapa (Santo André)	Celorico da Beira	—	União das Freguesias de Rapa e Cadafaz
Raposa (Santo António)	Santarém 1836 Almeirim	separada parte de Fazendas de Almeirim em 1956	Raposa
Raposeira (Nossa Senhora da Encarnação)	Lagos 1836 Vila do Bispo 1855 Lagos 1861 Vila do Bispo 1895 Lagos 1898 Vila do Bispo	—	União das Freguesias de Vila do Bispo e Raposeira
Rapoula do Côa (Santa Maria Madalena)	Touro 1836 Sabugal	—	Rapoula do Côa
Rates (São Pedro)	Rates 1836 Póvoa de Varzim	—	Rates
Ratoeira (São Sebastião)	Celorico da Beira	—	Ratoeira
Real (O Salvador)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	—	União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira
Real (Santa Marinha)	Castelo de Paiva	—	Real
Real (São Jerónimo)	Braga	—	União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe
Real (São Paulo)	Penalva do Castelo	—	Real
Reboleira	1979 Amadora	separada de Amadora em 1979	dividida entre Águas Livres e Venteira
Reboleiro (Santa Catarina)	Trancoso	—	Reboleiro
Rebolosa (Santa Catarina)	Alfaiates 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	Rebolosa
Rebordaínhos (Santa Maria Madalena)	Rebordaínhos 1836 Bragança	integrou Pereiros em 1841-1849	União das Freguesias de Rebordaínhos e Pombares

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Rebordãos (Nossa Senhora da Assunção)	Rebordãos 1836 Bragança	integrou Sarzeda em 1841-1849	Rebordãos
Rebordelo (Nossa Senhora das Dores)	Celorico de Basto 1853 Amarante	—	Rebordelo
Rebordelo (São Lourenço)	Vinhais		Rebordelo
Rebordões (Santa Maria)	Rebordões 1836 Ponte de Lima	—	Rebordões (Santa Maria)
Rebordões (São Tiago)	Rebordões 1836 Negrelos 1855 Santo Tirso	—	Rebordões
Rebordosa (São Miguel)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Rebordosa
Reboreda (São João Batista)	Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	União das Freguesias de Reboreda e Nogueira
Recardães (São Miguel)	Recardães 1836 Águeda	—	União das Freguesias de Recardães e Espinhel
Recarei (Nossa Senhora do Bom Despacho)	1855 Paredes	separada de Sobreira em 1855	Recarei
Recezinhos – São Mamede (São Mamede)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Penafiel	—	Recezinhos (São Mamede)
Recezinhos – São Martinho (São Martinho)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1836 Penafiel	—	Recezinhos (São Martinho)
Recião (Nossa Senhora do Amparo)	Lamego 1841-1849 extinta	integrada em Várzea de Abrunhais em 1841-1849	—
Redinha (Nossa Senhora da Conceição)	Redinha 1836 Pombal 1895 Soure 1898 Pombal	—	Redinha

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Redondelo (São Vicente)	Chaves	—	Redondelo
Redondo (Nossa Senhora da Anunciação)	Redondo	integrou Monte Virgem, Santa Susana e Zambujal em 1936 integrou Aval e Freixo em 1946	Redondo
Redondos (Vera Cruz)	Figueira da Foz 1841 extinta	integrada em Buarcos em 1841	—
Refoios (Nossa Senhora da Expectação)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Zoio em 1841-1849	—
Refoios do Lima (Santa Maria)	Ponte de Lima	integrou Santa Eulália de Refoios em 1841-1849	Refoios do Lima
Refojos de Basto (São Miguel)	Refojos de Basto 1836 Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela
Refojos de Riba de Ave (São Cristóvão)	Refojos de Riba de Ave 1836 Negrelos 1853 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave
Refontoura (São Cipriano)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Refontoura
Regadas (Santo Estêvão)	Celorico de Basto 1855 Fafe	—	Regadas
Regilde (Santa Comba)	Guimarães 1836 Barrosas 1852 Felgueiras	—	Regilde
Rego (São Bartolomeu)	Celorico de Basto	—	Rego
Rego da Murta (São Pedro)	Alvaiázere 1836 Cabaços 1837 Alvaiázere 1895 Ferreira	—	Pussos São Pedro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	do Zêzere 1898 Alvaiázere		
Regodeiro (Santo Amaro)	Torre de Dona Chama 1841 extinta	Integrada em Múrias em 1841	—
Regueira de Pontes (São Sebastião)	Leiria	—	Regueira de Pontes
Reguenga (Santa Maria)	Refojos de Riba de Ave 1836 Santo Tirso	—	Reguenga
Reguengo (Nossa Senhora dos Remédios)	Leiria 1855 Batalha 1895 Leiria 1898 Batalha 1910 (ver Reguengo do Fetal)	passou a denominar- se Reguengo do Fetal em 1910	—
Reguengo (São Bartolomeu)	Alter do Chão 1841 extinta	integrada em Alter do Chão em 1841	—
Reguengo (São Gregório Maior)	Portalegre	—	União das Freguesias de Reguengo e São Julião
Reguengo do Fetal (Nossa Senhora dos Remédios)	(ver Reguengo) 1910 Batalha	denominou-se Reguengo até 1910 separada São Mamede em 1916	Reguengo do Fetal
Reguengo Grande (São Domingos)	Óbidos 1836 Lourinhã	—	Reguengo Grande
Reguengos de Monsaraz (Santo António)	Monsaraz 1838 Reguengos de Monsaraz 1843 Monsaraz 1847 Reguengos de Monsaraz	integrou Vidigueiras em 1841 integrou Caridade em 1936	Reguengos de Monsaraz
Rei Salvador (O Salvador)	Monforte 1841 extinta	integrada em Monforte – Graça em 1841	—
Reigada (São Vicente)	Reigada 1836 Almeida 1895 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Cinco Vilas e Reigada

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Reigadinha (Santo Amaro)	Pinhel	integrada em Pala em 1841	—
Reigoso (São Lourenço)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	União das Freguesias de Destriz e Reigoso
Reigoso (São Martinho)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	Reigoso
Relíquias (Nossa Senhora das Relíquias)	Odemira	separada parte de Luzianes-Gare em 1989	Relíquias
Remelhe (Santa Marinha)	Barcelos	—	Remelhe
Remoães (São João Batista)	Melgaço	—	União das Freguesias de Prado e Remoães
Remondes (Santa Catarina)	Mogadouro	—	União das Freguesias de Remondes e Soutelo
Rendo (São Sebastião)	Sabugal	—	Rendo
Rendufe (Santo André)	Rendufe 1836 Amares	—	Rendufe
Rendufe (São Romão)	São Romão de Rendufe 1836 Guimarães	—	União das Freguesias de Atães e Rendufe
Rendufe (São Salvador)	Ponte de Lima	—	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte
Rendufinho (Santa Maria)	Póvoa de Lanhoso	—	Rendufinho
Repeses	1993 Viseu	separada de Ranhados em 1993	União das Freguesias de Repeses e São Salvador
Represa (Nossa Senhora da Purificação)	Montemor-o-Novo 1936 extinta	integrada em Montemor-o-Novo – Nossa Senhora da Vila em 1936	—
Requeixo (São Paio)	Eixo 1853 Aveiro	separada Nossa	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Senhora de Fátima em 1985	de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz
Requião (São Silvestre)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Requião
Reriz (São Martinho)	Reriz 1836 Sul 1855 Castro Daire	—	União das Freguesias de Reriz e Gafanhão
Resende (São Salvador)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	União das Freguesias de Paredes de Coura e Resende
Resende (São Salvador)	Resende	—	Resende
Retaxo (Nossa Senhora de Belém)	1881 Castelo Branco	separada de Cebolais de Cima em 1881	União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo
Retorta (Santa Maria)	Maia 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Retorta e Tougues
Revels (Nossa Senhora do Ó)	Abrunheira 1844 Verride 1853 Montemor-o-Velho 1928 (ver Abrunheira)	passou a denominar- se Abrunheira em 1928	—
Revelhe (Santa Eulália)	Montelongo (1836) Fafe	—	Revelhe
Revinhade (Santa Maria)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Revinhade
Riachos	1923 Torres Novas	separada de Torres Novas – Santiago em 1923	Riachos
Riba de Âncora (Santa Maria)	Caminha	—	Riba de Âncora
Riba de Ave – Sanfins (São Pedro Fins)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Riba de Ave
Riba de Ave – Santo	Barcelos 1836	integrada em Bairro	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Estêvão (Santo Estêvão)	Famalicão 1841 extinta	em 1841	
Riba de Mouro (São Pedro)	Valadares 1855 Monção	—	Riba de Mouro
Ribadouro	1939 Baião	separada de Ancede e de Baião em 1939	União das Freguesias de Ancede e Ribadouro
Ribafeita (Nossa Senhora das Neves)	Viseu	—	Ribafeita
Ribafria	1989 Alenquer	separada de Pereiro de Palhacana em 1989	União das Freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana
Ribalonga (Santa Ana)	Vila Real 1836 Vilar de Maçada 1853 Alijó	—	União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga
Ribalonga (Santa Marinha)	Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Castanheiro do Norte e Ribalonga
Ribamar	1984 Lourinhã	separada de Santa Bárbara em 1984	Ribamar
Ribamondego	(ver Cabra) 1954 Gouveia	denominou-se Cabra até 1954	Ribamondego
Ribas (O Salvador)	Celorico de Basto	—	Ribas
Ribeira (São João Batista)	Ponte de Lima	—	Ribeira
Ribeira (São Mateus)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	Ribeira
Ribeira Branca (Nossa Senhora da Conceição)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca
Ribeira de Fárrio	1989 Ourém	separada de Freixianda em 1989	União das Freguesias de Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais
Ribeira de Frades	Coimbra	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Miguel)			de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades
Ribeira de Fráguas (São Tiago)	Pinheiro da Bemposta 1855 Albergaria-a-Velha	—	Ribeira de Fráguas
Ribeira de Nisa (Nossa Senhora da Esperança)	Portalegre	—	União das Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras
Ribeira de Pena – Salvador (O Salvador)	Ribeira de Pena 1836 Cerva 1838 Ribeira de Pena	integrada Ribeira de Pena – Santa Marinha em 1929 separada Ribeira de Pena – Santa Marinha em 1940	União das Freguesias de Ribeira de Pena – Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega
Ribeira de Pena – Santa Marinha (Santa Marinha)	Ribeira de Pena 1836 Cerva 1838 Ribeira de Pena	integrada em Ribeira de Pena – Salvador em 1929 separada de Ribeira de Pena – Salvador em 1940	Santa Marinha
Ribeira de São João	1984 Rio Maior	separada de São João da Ribeira em 1984	União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João
Ribeira do Roxo (Nossa Senhora)	Alvalade 1836 Messejana 1855 Aljustrel 1855-1864 extinta	integrada em Alvalade em 1855- 1864	—
Ribeira dos Carinhos (São Sebastião)	Jarmelo 1853 Guarda 1895 Pinhel 1898 Guarda	integrou Toito em 1841	(integrada em Jarmelo São Miguel)
Ribeiradio (São Miguel)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	Ribeiradio
Ribeirão (São Mamede)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Ribeirão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Ribeirinha (?)	Torre de Dona Chama 1841 extinta	Integrada em Fradizela em 1841	—
Ribeiros (Santa Maria)	Montelongo (1836) Fafe	—	Ribeiros
Ribolhos (Santo André)	Ribolhos 1836 Mões 1855 Castro Daire	—	União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos
Rio Cabrão (São Lourenço)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão
Rio Caldo (São João Batista)	Terras de Bouro 1837 Santa Marta do Bouro 1853 Terras de Bouro 1895 Vieira do Minho 1898 Terras de Bouro	—	Rio Caldo
Rio Covo – Santa Eugénia (Santa Eugénia)	Barcelos	—	Rio Covo (Santa Eugénia)
Rio Covo – Santa Eulália (Santa Eulália)	Barcelos	—	União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)
Rio de Couros (Nossa Senhora da Natividade)	Ourém 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém (1989) Ourém	—	União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
Rio de Fornos (Nossa Senhora da Expectação)	Vinhais 1841 extinta	integrada em Vinhais em 1841	—
Rio de Galinhas (São Miguel o Anjo)	Tuías 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Marco (fusão de São Nicolau, Tuías, Fornos, Rio de Galinhas e Freixo)
Rio de Loba (São Simão)	Viseu	—	Rio de Loba
Rio de Mel (Nossa Senhora da Graça)	Trancoso	—	Rio de Mel
Rio de Moinhos	Abrantes	—	Rio de Moinhos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(Santa Eufémia)			
Rio de Moinhos (Santa Eulália)	Arcos de Valdevez	—	Rio de Moinhos
Rio de Moinhos (São Martinho)	Penafiel	—	Rio de Moinhos
Rio de Moinhos (São Miguel)	Rio de Moinhos 1836 Penalva do Castelo 1837 Sátão	—	Rio de Moinhos
Rio de Moinhos (São Tiago)	Estremoz 1838 Borba 1895 Vila Viçosa 1898 Borba	—	Rio de Moinhos
Rio de Moinhos	1985 Aljustrel	separada de Aljustrel em 1985	União das Freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos
Rio de Mouro (Nossa Senhora de Belém)	Sintra	separada parte de Aigualva-Cacém em 1953 separada parte de Algueirão- Mem Martins em 1962	Rio de Mouro
Rio de Onor (São João Baatista)	Bragança	integrou Guadramil em 1841-1849	União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor
Rio Douro (Santo André)	Cabeceiras de Basto	—	Rio Douro
Rio Frio (Nossa Senhora da Assunção)	Outeiro 1853 Bragança	integrou Paçó em 1841	União das Freguesias de Rio Frio e Milhão
Rio Frio (São João Batista)	Arcos de Valdevez	—	Rio Frio
Rio Maior (Nossa Senhora da Conceição)	Santarém 1836 Rio Maior	separada Asseiceira em 1984	Rio Maior
Rio Mau (São Cristóvão)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim 1853 Vila do	—	União das Freguesias de Rio Mau e Arcos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Conde		
Rio Mau (São Martinho)	Portela de Penela 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias da Ribeira do Neiva (Duas Igrejas, Rio Mau, Goães, Godinhaços, Pedregais, Azões e Portela das Cabras)
Rio Mau	1984 Penafiel	separada de Sebolido em 1984	Rio Mau
Rio Meão (São Tiago)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Rio Meão
Rio Tinto (Santa Marinha)	Barcelos 1836 Esposende	—	União das Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto
Rio Tinto (São Cristóvão)	Rio Tinto 1836 Gondomar	separada Baguim do Monte (Rio Tinto) em 1985	Rio Tinto
Rio Torto (São Domingos)	Gouveia	—	União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos
Rio Torto (São Pedro)	Chaves 1836 Valpaços	integrou Lilela em 1841	Rio Torto
Rio Vide (São Tiago)	Lousã 1836 Miranda do Corvo 1837 Semide 1853 Miranda do Corvo	—	União das Freguesias de Semide e Rio Vide
Riodades (São Miguel)	Paredes da Beira 1836 Trevões 1855 São João da Pesqueira	—	Riodades
Rocamondo (São Pedro)	Guarda	—	União das Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo
Rocas do Vouga (São João Batista)	Sever do Vouga 1895 Albergaria-a-Velha 1898 Sever do Vouga	—	Rocas do Vouga

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Rochoso (Nossa Senhora da Anunciação)	Guarda	—	União das Freguesias de Rochoso e Monte Margarida
Roge (O Salvador)	Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale de Cambra	—	Roge
Rogil	1993 Aljezur	separada de Aljezur em 1993	Rogil
Raios (São João Batista)	Vila Flor	—	Raios
Roliça (Senhora da Purificação)	Óbidos 1914 Bombarral	separada Pó em 1984	Roliça
Romão (São Lourenço)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão 1841-1849 extinta	integrada em Aves em 1841-1849	—
Romarigães (São Tiago)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Romarigães
Romariz (Santo Isidoro)	Feira 1836 Fermedo 1855 Feira (1985) Santa Maria da Feira	integrou Duas Igrejas em 1855-1864	Romariz
Romãs (Nossa Senhora do Vale)	Gulfar 1836 Sátão	—	União das Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa
Romeira (São Brás)	Santarém	—	União das Freguesias de Romeira e Várzea
Romeu (Nossa Senhora da Assunção)	Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros 1884 Mirandela	—	União das Freguesias de Avantos e Romeu
Ronfe (São Tiago)	Ronfe 1836 Guimarães	—	Ronfe
Roriz (São Miguel)	Prado 1836 Barcelos	integrou Quirás em 1936	Roriz
Roriz (Nossa Senhora)	Monforte de Rio Livre	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
da Expectação)	1853 Chaves		de Travancas e Roriz
Roriz (São Pedro)	Roriz 1836 Negrelos 1855 Santo Tirso	—	Roriz
Rosário (Nossa Senhora do Rosário)	Almodôvar	—	Rosário
Rosário (Nossa Senhora do Rosário)	Arronches 1936 extinta	integrada em Arronches em 1936	—
Rosém (Santa Maria)	Benviver 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses		Avessadas e Rosém
Rosmaninhal (Nossa Senhora da Conceição)	Rosmaninhal 1836 Salvaterra do Extremo 1855 Idanha-a-Nova	—	Rosmaninhal
Rossas (Nossa Senhora da Conceição)	Arouca	—	Rossas
Rossas (São Salvador)	Rossas 1836 Cabeceiras de Basto 1837 Vieira do Minho	—	Rossas
Rossio ao Sul do Tejo (Nossa Senhora da Conceição)	1839 Abrantes	separada de Abrantes – São João em 1839	União das Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
Roussas (Santa Marinha)	Melgaço	—	União das Freguesias de Vila e Roussas
Rua (São Pelágio)	Rua 1836 Caria 1855 Sernancelhe 1896 Moimenta da Beira	—	Rua
Rubiães (São Pedro)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Rubiães
Ruilhe (São Paio)	Guimarães 1836 Barcelos 1855 Braga	—	Ruilhe
Ruivães (O Salvador)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	integrou Novais em 1841 separada Novais em 1878-	União das Freguesias de Ruivães e Novais

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1890	
Ruivães (São Martinho)	Ruivães 1853 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Ruivães e Campos
Ruivós (Nossa Senhora das Neves)	Sabugal 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas
Ruivos (Santa Eulália)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas
Runa (São João Batista)	Torres Vedras	—	União das Freguesias de Dois Portos e Runa
Ruvina (Nossa Senhora do Rosário)	Sabugal	—	União das Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas
Sá (Santa Maria)	Ponte de Lima	—	Sá
Sá (São João Batista)	Valadares 1855 Monção	—	União das Freguesias de Messegães, Valadares e Sá
Sá (São Pedro)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá
Sabacheira (Nossa Senhora da Conceição)	Tomar 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém 1855 Tomar	—	Sabacheira
Sabadim (O Salvador)	Arcos de Valdevez	—	Sabadim
Sabariz (São Tiago)	Sabariz 1836 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Sabariz
Sabóia (Nossa Senhora da Assunção)	Odemira	separada parte de Luzianes-Gare em 1989	Sabóia
Sabrosa (O Salvador)	Vila Real 1836 Sabrosa	—	Sabrosa
Sabroso de Aguiar	1993 Vila Pouca de Aguiar	separada de Vreia de Bornes em 1993	Sabroso de Aguiar
Sabugal – Santa	Sabugal	integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Maria (Santa Maria)		Sabugal — São João Batista em 1841	
Sabugal – São João Batista (São João Batista)	Sabugal	integrou Sabugal — Santa Maria em 1841	União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António
Sabugosa (Nossa Senhora do Pranto)	Sabugosa 1836 Tondela 1838 São Miguel do Outeiro 1855 Tondela	—	União das Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa
Sabugueiro	1988 Arraiolos	separada de Gafanhoeira em 1988	União das Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro
Sabugueiro (São João Batista)	Seia	integrada em Seia em 1936 separada de Seia em 1946	Sabugueiro
Sacavém (Nossa Senhora da Purificação)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Lisboa 1895 Loures	separada Sacavém extramuros em 1886 reintegrada Sacavém extramuros em 1895 anexada Olivais extramuros em 1895 separada Moscavide em 1928 separada parte de Portela em 1985 separada Prior Velho em 1989 separada parte de Parque das Nações em 2012	União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho
Sacavém extramuros	(ver Sacavém) 1886 Loures 1895 (ver Sacavém)	separada de Sacavém em 1886 integrada em Sacavém em 1895	—
Sacoias (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Baçal em 1841-1849	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Sado	1985 Setúbal	separada de Setúbal – São Sebastião em 1985	Sado
Safara (Nossa Senhora da Assunção)	Moura	integrou parte de Coroadá em 1851	União das Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração
Safira (Nossa Senhora da Natividade)	Montemor-o-Novo 1936 extinta	integrada em Vendas Novas em 1936	—
Safurdão (Santo Antão)	Pinhel	—	União das Freguesias de Atalaia e Safurdão
Sago (São Miguel)	Monção	—	União das Freguesias de Sago, Lordelo e Parada
Sagres (Nossa Senhora da Graça)	Sagres 1836 Vila do Bispo 1855 Lagos 1861 Vila do Bispo 1895 Lagos 1898 Vila do Bispo	—	Sagres
Salamonde (São Gens)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho	—	Salamonde
Saldanha (São Nicolau)	Algozo 1836 Vimioso 1855 Mogadouro	integrou Granja de Gregos em 1841- 1849 integrou Gregos em 1841- 1849	Saldanha
Saldonha (São Martinho)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros 1855 Alfândega da Fé 1895 Macedo de Cavaleiros 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
Salgueirais (Nossa Senhora das Neves)	Linhães 1855 Celorico da Beira	—	União das Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Salgueirais
Salgueiro [Quintãs de] (São Bartolomeu)	Fundão	—	Três Povos (fusão de Salgueiro e Escarigo)
Salgueiro do Campo (São Pedro)	Castelo Branco	separada parte de Juncal do Campo em 1933	Salgueiro do Campo
Salir (São Sebastião)	Loulé	—	Salir
Salir de Matos (Santo António)	Salir de Matos 1836 Caldas da Rainha	—	Salir de Matos
Salir do Porto (Nossa Senhora da Conceição)	Óbidos 1836 São Martinho do Porto 1855 Caldas da Rainha	—	União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto
Salreu (São Martinho)	Pinheiro da Bemposta 1836 Estarreja	—	Salreu
Salsas (São Nicolau)	Bragança 1836 Izeda 1853 Bragança	integrou Freixeda em 1841-1849 integrou Vale de Nogueira em 1841-1849	Salsas
Salselas (São Lourenço)	Bragança 1836 Izeda 1855 Macedo de Cavaleiros	integrou Limãos em 1841-1849 integrou Valdrez em 1841- 1849	Salselas
Salto (Santa Maria)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	Salto
Salvada (Nossa Senhora da Conceição)	Beja	separada Cabeça Gorda em 1911	União das Freguesias de Salvada e Quintos
Salvador [Aldeia do] (São Bartolomeu)	Monsanto 1836 Penamacor 1837 Monsanto 1848 Penamacor	—	Salvador
Salvador do Monte (São Salvador)	Gouveia 1836 Amarante	—	Salvador do Monte
Salvaterra de Magos	Salvaterra de Magos	separada Foros de	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Paulo)	1836 Benavente 1837 Salvaterra de Magos 1855 Benavente 1863 Salvaterra de Magos	Salvaterra em 1984	de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra
Salvaterra do Extremo (Nossa Senhora da Conceição)	Salvaterra do Extremo	integrada Monfortinho em 1841 separada parte de Toulões em 1951 separada Monfortinho em 1955	União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo
Salzedas (Santíssimo Nome de Jesus)	Ucanha 1836 Mondim da Beira 1895 Armamar 1898 Tarouca	—	Salzedas
Samaiões (Nossa Senhora da Expectação)	Chaves	integrou Outeiro Jusão em 1841	União das Freguesias de Madalena e Samaiões
Sambade (Nossa Senhora da Assunção)	Alfândega da Fé 1895 Macedo de Cavaleiros 1898 Alfândega da Fé	—	Sambade
Sameice (São Martinho)	Casal 1836 Ervedal da Beira 1855 Seia	—	União das Freguesias de Sameice e Santa Eulália
Sameiro (São João Batista)	Covilhã 1836 Manteigas 1895 Guarda 1898 Manteigas	—	Sameiro
Samil (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança	—	Samil
Samodães (São Pedro)	Lamego	—	Samodães
Samões (São Brás)	Vila Flor	—	Samões
Samora Correia (Nossa Senhora da Oliveira)	Samora Correia 1836 Benavente	—	Samora Correia
Samorinha (Santa Cruz)	Carrazeda de Ansiães 1936 extinta	integrada em Carrazeda de	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Ansiães em 1936	
Samouco (São Brás)	Alcochete 1895 Aldeia Galega do Ribatejo 1898 Alcochete	—	Samouco
Sampaio (Santa Maria Madalena)	Penas Roias 1836 Mogadouro 1936 extinta	integrada em Azinhoso em 1936	—
Sampaio (Santo André)	Sampaio 1836 Vila Flor	—	Sampaio
Sampriz (São Tiago)	Ponte da Barca	—	Sampriz
Samuel (Nossa Senhora da Purificação)	Samuel 1836 Abrunheira 1844 Verride 1853 Soure	engloba a localidade de Urmar que constituiu o concelho de Urmar até 1835	Samuel
Sanceriz (São Ciríaco)	Sanceriz 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Macedo do Mato em 1841-1849	—
Sanche (Santo Isidoro)	Gestaçô 1836 Amarante	separada Olo em 1934	União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea
Sande (Santa Eulália)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide
Sande (São Martinho)	Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Sande e São Lourenço
Sande (São Tiago)	Sande 1836 Lamego	—	Sande
Sande – São Clemente (São Clemente)	Guimarães	—	União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente
Sande – São Lourenço (São Lourenço)	Guimarães	—	União das Freguesias de Sande São Lourenço e Balazar
Sande – São Martinho (São Martinho)	Guimarães	—	Sande (São Martinho)
Sande – Vila Nova (Santa Maria)	Guimarães	—	União das Freguesias de Sande Vila Nova e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Sande São Clemente
Sandiães (São Mamede)	Albergaria de Penela 1836 Ponte de Lima	—	Associação das Freguesias do Vale do Neiva (Gaifar, Sandiães e Vilar das Almas)
Sandim (Santa Maria)	Sandim 1836 Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma
Sandomil (São Pedro)	Sandomil 1855 Seia	—	Sandomil
Sanfins (São Félix)	Sanfins 1836 Valença	—	União das Freguesias de Gondomil e Sanfins
Sanfins (São Pedro <i>ad vincula</i>)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	integrou Parada em 1841	Sanfins
Sanfins (São Pedro Fins)	Chaves 1836 Valpaços	—	Valpaços e Sanfins
Sanfins [de Sub-Feira] (São Pedro)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo
Sanfins de Ferreira (São Pedro Fins)	Aguiar de Sousa 1836 Paços de Ferreira	—	Sanfins Lamoso Codessos
Sanfins do Douro (Nossa Senhora da Assunção)	Vila Real 1836 Favaios 1853 Alijó	—	Sanfins do Douro
Sangalhos (São Vicente)	Sangalhos 1836 São Lourenço do Bairro 1853 Anadia	separada Amoreira da Gândara em 1928	Sangalhos
Sanguedo (Santa Eulália)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Sanguedo
Sanguinheira	1986 Cantanhede	separada de Cadima em 1986	Sanguinheira
Sanhoane (Santo André)	(ver Medim) 1841 Santa Marta de Penaguião 1895 Peso da Régua	denominou-se Medim até 1841	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1898 Santa Marta de Penaguião		Batista) e Sanhoane
Sanhoane (São João Batista)	Penas Róias 1836 Mogadouro	—	União das Freguesias de Brunhinho, Castanheira e Sanhoane
Sanjais do Nabo (São Gonçalo)	Vila Flor	—	União das Freguesias de Vila Flor e Nabo
Sanjurge (Santa Clara)	Chaves	—	União das Freguesias de Santa Cruz / Trindade e Sanjurge
Santa Ana (Santa Ana)	Serpa 1936 extinta	integrada em Serpa – Santa Maria em 1936	—
Santa Bárbara (Santa Bárbara)	Borba 1891 extinta	integrada em Borba – Matriz em 1891	—
Santa Bárbara	1952 Lourinhã	separada de Lourinhã em 1952 separada Ribamar em 1984	Santa Bárbara
Santa Bárbara de Nexe (Santa Bárbara)	Faro	—	Santa Bárbara de Nexe
Santa Bárbara de Padrões (Santa Bárbara)	Padrões 1836 Castro Verde	—	Santa Bárbara de Padrões
Santa Catarina (Santa Catarina)	Santa Catarina 1836 Caldas da Rainha 1896 Alcobaça 1898 Caldas da Rainha	—	Santa Catarina
Santa Catarina	1985 Vagos	separada de Covão do Lobo em 1985	União das Freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina
Santa Catarina da Serra (Santa Catarina)	Leiria	separada Chainça em 1989	União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Santa Catarina de Fonte do Bispo (Santa Catarina)	Tavira	—	Santa Catarina de Fonte do Bispo
Santa Clara (São Francisco)	1854 Coimbra	separada de Coimbra – Santa Cruz, Coimbra – São Bartolomeu, Coimbra – Sé Nova e Coimbra – Sé Velha em 1854	União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas
Santa Clara-a-Nova (Santa Clara)	Almodôvar	—	União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires
Santa Clara-a-Velha (Santa Clara)	Ourique 1836 Odemira	—	Santa Clara-a-Velha (integrou Pereiras- Gare)
Santa Clara de Louredo (Santa Clara)	Beja	—	Santa Clara de Louredo
Santa Comba [do Lima] (Santa Comba)	Bertiandos 1836 Ponte de Lima	—	Santa Comba
Santa Comba [de Prazins] (Santa Comba)	Longroiva 1836 Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa	—	Santa Comba
Santa Comba [a par de Seia] (Santa Comba)	Seia	—	Santa Comba
Santa Comba Dão (Nossa Senhora da Assunção)	Santa Comba Dão	—	União das Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro
Santa Comba de Rossas (Santa Comba)	Bragança	—	Santa Comba de Rossas
Santa Comba de Vilariça (São Pedro)	Vila Flor 1836 Alfândega da Fé 1853 Vila Flor	—	Santa Comba de Vilariça
Santa Combinha (Santa Comba)	Bragança 1853 Macedo de Cavaleiros 1855	integrada em Quintela de	União das Freguesias de Podence e Santa

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Bragança 1878 extinta 1895 Macedo de Cavaleiros	Lampaças em 1878 separada de Quintela de Lampaças em 1895	Combinha
Santa Cruz (Santa Maria do Pé da Cruz)	Almodôvar	—	Santa Cruz
Santa Cruz [de Lumiares] (Santa Cruz)	Lumiares 1836 São Cosmado 1855 Armamar	—	Santa Cruz
Santa Cruz (Santa Cruz)	Paçô de Vinhais 1836 Vinhais		União das Freguesias de Travanca e Santa Cruz
Santa Cruz [da Ribeira de Santarém] (Santa Cruz)	Santarém 1851 extinta	integrada em Santa Iria da Ribeira de Santarém em 1851	—
Santa Cruz (Santa Cruz)	Santiago do Cacém	—	União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Santa Cruz da Trapa (São Mamede)	Santa Cruz da Trapa 1836 São Pedro do Sul	—	União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões
Santa Cruz do Bispo (Santa Cruz)	Maia 1836 Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo
Santa Cruz do Douro (Santa Cruz)	Baião	—	União das Freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas
Santa Cruz [do Beiral] do Lima (Santo André)	Ponte de Lima	—	Santa Cruz do Lima
Santa Cruz / Trindade	2001 Chaves	separada de Outeiro Seco em 2001	União das Freguesias de Santa Cruz /

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Trindade e Sanjurge
Santa Eufémia (Santa Eufémia)	Trancoso 1836 Pinhel	—	Vale do Massueime (fusão de Santa Eufémia, Sorval e Póvoa d'El-Rei)
Santa Eufémia	1928 Leiria	separada de Caranguejeira e de Pousos em 1928	União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista
Santa Eugénia (Santa Eugénia)	Murça 1855 Alijó	—	Santa Eugénia
Santa Eulália (Santa Eulália)	Arouca	—	Santa Eulália
Santa Eulália (Santa Eulália)	Besteiros 1835 Tondela (ver Campo de Besteiros)	passou a denominar- se Campo de Besteiros em 1929	—
Santa Eulália (Santa Eulália)	Elvas	—	Santa Eulália
Santa Eulália [de Barrosas] (Santa Eulália)	Guimarães 1836 Barrosas 1852 Lousada 1998 Vizela	—	Santa Eulália
Santa Eulália (Santa Eulália)	Seia	—	União das Freguesias de Sameice e Santa Eulália
Santa Eulália de Refoios (Santa Eulália)	Ponte de Lima 1841- 1849 extinta	integrada em Refoios do Lima em 1841- 1849	—
Santa Iria (Santa Iria)	Serpa 1936 extinta	integrada em Serpa – Salvador em 1936	—
Santa Iria da Ribeira de Santarém (Santa Iria)	Santarém	integrou Santa Cruz da Ribeira de Santarém. Santarém — São João de Alfange e Santarém — São Mateus em 1851	União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Santa Iria de Azoia (Santa Iria)	Lisboa 1836 Alverca do Ribatejo 1855 Vila Franca de Xira 1886 Loures	anexada São João da Talha em 1896 separada Póvoa de Santa Iria em 1916 separada São João da Talha em 1939	União das Freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela
Santa Isabel extramuros (Santa Isabel Rainha de Portugal)	1852 Belém 1885 extinta	separada de Lisboa – Santa Isabel em 1852 integrada em Lisboa – Santa Isabel em 1885	—
Santa Justa (Santa Justa)	Alfândega da Fé 1895 Vila Flor 1898 Alfândega da Fé 1936 extinta	integrada em Eucísia em 1936	—
Santa Justa (Santa Justa)	Vila Nova de Erra 1836 Coruche 1936 extinta	integrada em Couço em 1936	—
Santa Justa (Santa Justa)	Vimieiro 1846 Évora Monte 1852 Vimieiro 1855 Arraiolos	—	União das Freguesias de São Gregório e Santa Justa
Santa Leocádia (São Bartolomeu)	Barcos 1855 Tabuaço	—	União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia
Santa Leocádia de Moreira (Santa Leocádia)	Chaves	—	Santa Leocádia
Santa Lucrecia de Algeriz (Santa Lucrecia)	Braga	—	União das Freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra
Santa Luzia (Santa Luzia)	Garvão 1836 Ourique 1855 Odemira 1875 Ourique	—	União das Freguesias de Garvão e Santa Luzia
Santa Luzia	1984 Tavira	separada de Tavira – Santiago em 1984	Santa Luzia
Santa Margarida da Coutada (Santa	Abrantes 1836 Punhete (1836) Constância 1895	—	Santa Margarida da Coutada

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Margarida)	Abrantes 1898 Constância		
Santa Margarida da Serra (Santa Margarida)	Grândola	—	União das Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Santa Margarida do Sádão (Santa Margarida)	Torrão 1836 Ferreira do Alentejo 1936 extinta	integrada em Figueira dos Cavaleiros em 1936	—
Santa Maria de Emeres (Nossa Senhora da Expectação)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	—	Santa Maria de Emeres
Santa Maria da Feira	(ver Feira) 1985 Santa Maria da Feira	denominou-se Feira até 1985	União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo
Santa Maria de Lamas (Santa Maria)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	Santa Maria de Lamas
Santa Maria de Sardoura (Santa Maria)	Castelo de Paiva	—	Santa Maria de Sardoura
Santa Marinha (Santa Marinha)	Santa Marinha 1836 Seia	—	União das Freguesias de Santa Marinha e São Martinho
Santa Marinha do Zêzere (Santa Marinha)	Baião	—	Santa Marinha do Zêzere
Santa Marta (Santa Marta)	Penafiel	—	[integrada em Penafiel]
Santa Marta da Montanha (Santa Marta)	Vila Pouca de Aguiar	—	Alvão (fusão de Afonsim, Gouvães da Serra, Lixa do Alvão e Santa Marta da Montanha)
Santa Marta de	Viana (1848) Viana do	—	Santa Marta de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Portuzelo (Santa Marta)	Castelo		Portuzelo
Santa Ovaia (Nossa Senhora da Expectação)	Avô 1855 Oliveira do Hospital	—	União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira
Santa Sofia (Santa Sofia)	Montemor-o-Novo 1396 extinta	integrada em Montemor-o-Novo – Nossa Senhora da Vila em 1936	—
Santa Susana (Santa Susana)	Alcácer do Sal	—	União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana
Santa Susana (Santa Susana)	Redondo 1936 extinta	integrada em Redondo em 1936	—
Santa Tecla [de Geraz do Minho] (Santa Tecla)	Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1841 extinta	integrada em Geraz do Minho em 1841	—
Santa Valha (Santa Eulália)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços		Santa Valha
Santa Vitória (Santa Vitória)	Beja	—	União das Freguesias de Santa Vitória e Mombeja
Santagões (São Miguel)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim 1853 Vila do Conde 1936 extinta	integrada em Bagunte em 1936	—
Santalha (Santa Eulália)	Vinhais 1836 Santalha 1853 Vinhais	integrou Seixas em 1841	Santalha
Santana (Santa Ana)	Portel	—	Santana
Santana	1988 Figueira da Foz	separada de Ferreira-a-Nova em 1988	integrada em Ferreira- a-Nova
Santana	1959 Nisa	separada de São Simão em 1959	Santana

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Santana da [Serra de] Azinha (Santa Ana)	Guarda	—	Santana da Azinha
Santana de Cambas (Santa Ana)	Mértola	—	Santana de Cambas
Santana [da Aldeia] do Mato (Santa Ana)	Coruche 1936 extinta 1984 Coruche	integrada em Coruche em 1936 separada de Coruche em 1984	Santana do Mato
Santana da Serra (Santa Ana)	Ourique	—	Santana da Serra
Santana do Campo (Santa Ana)	Arraiolos 1936 extinta	integrada em Arraiolos em 1936	—
Santão (Santo Adrião)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Vila Verde e Santão
Santar (Santa Maria)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Guilhadeses e Santar
Santar (São Pedro)	Senhorim 1852 Nelas	separada Moreira em 1986	União das Freguesias de Santar e Moreira
Santarém – Alcáçova (Santa Maria)	Santarém 1851 extinta	integrada em Santarém — Marvila em 1851	—
Santarém – Marvila (Nossa Senhora da Assunção)	Santarém	integrou Santarém — Alcáçova, Santarém – Santiago, Santarém – Santo Estêvão e Santarém – São Martinho em 1851	União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau)
Santarém – São Salvador (São Salvador)	Santarém	—	União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Salvador) e Santarém (São Nicolau)
Santarém – Santiago (São Tiago)	Santarém 1851 extinta	integrada em Santarém — Marvila em 1851	—
Santarém – Santo Estêvão [do Santíssimo Milagre] (Santo Estêvão)	Santarém 1851 extinta	integrou Santarém — São Julião e Santarém — São Lourenço em 1841- 1849 integrada em Santarém – Marvila em 1851	—
Santarém – São João de Alfange (São João Evangelista)	Santarém 1851 extinta	integrada em Santa Iria da Ribeira de Santarém em 1851	—
Santarém – São Julião (São Julião)	Santarém 1841-1849 extinta	integrada em Santarém — Santo Estêvão em 1841- 1849	—
Santarém – São Lourenço (São Lourenço)	Santarém 1841-1849 extinta	integrada em Santarém — Santo Estêvão em 1841- 1849	—
Santarém – São Martinho (São Martinho)	Santarém 1851 extinta	integrada em Santarém — Marvila em 1851	—
Santarém – São Mateus (São Mateus)	Santarém 1851 extinta	integrada em Santa Iria da Ribeira de Santarém em 1851	—
Santarém – São Nicolau (São Nicolau)	Santarém	—	União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			(São Nicolau)
Santiago [de Passos] (São Tiago)	Armamar	—	União das Freguesias de São Romão e Santiago
Santiago (São Tiago)	Seia	—	Santiago
Santiago da Guarda (São Tiago)	Rabaçal 1837 Ansião	—	Santiago da Guarda
Santiago da Ribeira de Alhariz (São Tiago)	Chaves 1836 Valpaços	—	Santiago da Ribeira de Alhariz
Santiago de Besteiros (São Tiago)	Besteiros 1835 Tondela	—	Santiago de Besteiros
Santiago de Cassurrães (São Tiago)	Azurara da Beira (1835) Mangualde	—	União das Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães
Santiago de Litém (São Tiago)	Pombal	—	União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze
Santiago de Montalegre	1928 Sardoal	separada de Sardoal em 1928	Santiago de Montalegre
Santiago de Piães (São Tiago)	Sanfins da Beira 1836 São Cristóvão de Nogueira 1837 Sanfins da Beira 1855 Cinfães	—	Santiago de Piães
Santiago de Subarrifana (São Tiago)	Penafiel 1841-1849 extinta 1934 Penafiel	integrada em Penafiel em 1841- 1849 separada de Penafiel em 1934	(integrada em Penafiel)
Santiago do Cacém (São Tiago)	Santiago do Cacém	—	União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Santiago do Escoural	Montemor-o-Novo	integrada São	Santiago do Escoural

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Tiago)		Cristóvão em 1936 separada São Cristóvão em 1946	
Santiago dos Velhos (São Tiago)	Lisboa 1836 Arruda dos Vinhos 1887 Sobral de Monte Agraço 1890 Arruda dos Vinhos 1895 Vila Franca de Xira 1898 Arruda dos Vinhos	—	Santiago dos Velhos
Santiago Maior (São Tiago Maior)	Terena 1836 Alandroal	—	Santiago Maior
Santo Adrião (Santo Adrião)	Barcos 1855 Armamar	—	União das Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião
Santo Aleixo (Santo Aleixo)	Monforte 1836 Veiros 1855 Fronteira 1871 Monforte 1895 Fronteira 1896 Estremoz 1898 Monforte	—	Santo Aleixo
Santo Aleixo (Santo Aleixo)	Montemor-o-Novo 1936 extinta	integrada em Vendas Novas em 1936	—
Santo Aleixo da Restauração (Santo Aleixo)	Moura	—	União das Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração
Santo Aleixo de Além Tâmega (Santo Aleixo)	Ribeira de Pena 1836 Cerva 1838 Ribeira de Pena	—	União das Freguesias de Ribeira de Pena – Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega
Santo Amador (Santo Amador)	Moura	—	União das Freguesias de Moura (Santo Agostonho e São João Batista) e Santo Amador
Santo Amaro (Santo Amaro)	Veiros 1855 Fronteira	—	Santo Amaro

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Amaro)	1932 Sousel		
Santo Amaro [de Vale de Boi] (Santo Amaro)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	(integrada em Vila Nova de Foz Côa)
Santo André	1973 Barreiro	separada de Lavrado e Palhais em 1973	União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena
Santo André	(ver Vilar de Perdizes – Santo André) 1993 Montalegre	denominou-se Vilar de Perdizes – Santo André até 1993	Santo André
Santo André (Santo André)	Santiago do Cacém	—	Santo André
Santo André das Tojeiras	1926 Castelo Branco	separada de Sarzedas em 1926	Santo André das Tojeiras
Santo André de Vagos	1985 Vagos	separada de Vagos em 1985	Santo André de Vagos
Santo Antão do Tojal (Santo Antão)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures		União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal
Santo António [de Vagos]	1985 Vagos	separada de Vagos em 1985	União das Freguesias de Vagos e Santo António
Santo António da Charneca	1985 Barreiro	separada de Palhais em 1985	Santo António da Charneca
Santo António de Monforte	1960 Chaves	separada de Águas Frias em 1960	Santo António de Monforte
Santo António dos Cavaleiros	1989 Loures	separada de Loures em 1989	União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas
Santo António dos Olivais (Santo António)	1854 Coimbra	separada de Coimbra – São Pedro, Eiras, São Paulo de Frades e Troxemil em 1854 integrou São	Santo António dos Olivais

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Sebastião das Torres em 1854 separada Torres do Mondego em 1934	
Santo António Velho (Santo António)	Serpa 1936 extinta	integrada em Serpa – Santa Maria em 1936	—
Santo Emilião (Santo Emilião)	Póvoa de Lanhoso	—	Santo Emilião
Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Serpa 1841-1849 extinta	integrada em Serpa – Salvador em 1841- 1849	—
Santo Estêvão (Nossa Senhora da Conceição)	Sortelha 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Santo Estêvão e Moita
Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Benavente	—	Santo Estêvão
Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Chaves	separada Faiões em 1925 separada Vila Verde da Raia em 1969	Santo Estêvão
Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Estremoz	—	União das Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão
Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Tavira	—	União das Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão
Santo Estêvão das Galés (Santo Estêvão)	Lisboa 1852 Olivais 1855 Mafra	—	União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés
Santo Ildefonso (Santo Ildefonso)	Elvas 1878-1890 extinta	anexada a Elvas – Salvador em 1878- 1890	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Santo Isidoro (Santo Isidoro)	Mafra	—	Santo Isidoro
Santo Isidoro [de Sanche] (Santo Isidoro)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1853 Marco de Canaveses	—	Livração (fusão de Toutosa e Santo Isidoro)
Santo Isidro de Pegões	1957 Montijo	separada de Canha e de Marateca em 1957	União das Freguesias de Pegões (fusão das freguesias de Santo Isidro de Pegões e Pegões)
Santo Quintino (Nossa Senhora da Piedade)	Lisboa 1836 Sobral de Monte Agraço 1855 Arruda dos Vinhos 1887 Sobral de Monte Agraço 1895 Torres Vedras 1898 Sobral de Monte Agraço	—	Santo Quintino
Santo Tirso (Santo Tirso)	Santo Tirso	—	União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães
Santo Varão (São Martinho)	Santo Varão 1853 Montemor-o-Velho	engloba a localidade de Formoselhe que constituía até 1835 o concelho de Formoselhe	Santo Varão
Santos Evos (Santo Isidoro)	Viseu	—	Santos Evos
Santulhão (São Julião)	Outeiro 1853 Vimioso	—	Santulhão
São Barnabé (São Barnabé e Santa Susana)	Almodôvar	—	São Barnabé
São Bartolomeu (São Bartolomeu)	Arronches 1936 extinta	integrou parte de Lameira em 1839	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		integrada em Arronches em 1936	
São Bartolomeu da Serra (São Bartolomeu)	Santiago do Cacém	—	União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
São Bartolomeu de Messines (São Bartolomeu)	Silves	—	São Bartolomeu de Messines
São Bartolomeu de Via Glória (São Bartolomeu)	Mértola 1936 extinta	integrada em São Sebastião dos Carros em 1936	—
São Bartolomeu do Outeiro [de Oriola] (São Bartolomeu)	Oriola 1836 Portel	—	União das Freguesias de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola
São Bartolomeu dos Galegos (São Lourenço)	Óbidos 1836 Lourinhã	—	União das Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo
São Bento	1933 Porto de Mós	separada de Alvados e Serro Ventoso em 1933	São Bento
São Bento de Ana Loura (São Bento)	Estremoz 1836 Veiros 1855 Fronteira 1872 Estremoz	—	União das Freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura
São Bento de Pomares (São Bento)	Évora 1946 extinta	integrada em Torre de Coelheiros em 1946	—
São Bento do Cortiço (São Bento)	Estremoz 1836 Veiros 1838 Estremoz	—	União das Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão
São Bento do Mato (São Bento)	Évora Monte 1836 Évora 1846 Évora	—	São Bento do Mato

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Monte 1852 Évora		
São Brás (São Brás)	Serpa 1936 extinta	integrada em Serpa – Santa Maria em 1936	—
São Brás	(ver Várzea) 1936 São Brás	denominou-se Várzea até 1936	São Brás e São Lourenço
São Brás	1997 Amadora	separada de Mina de 1997	Mina de Água (fusão de Mina e São Brás)
São Brás de Alportel (São Brás)	Faro 1914 São Brás de Alportel	—	São Brás de Alportel
São Brás do Regedouro (São Brás)	Évora 1936 extinta	integrada em Nossa Senhora da Tourega em 1936	—
São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) (São Brás)	Juromenha 1836 Alandroal 1936 extinta 1984 Alandroal	integrada em Juromenha em 1936 separada de Juromenha em 1984	União das Freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)
São Brissos (São Brissos)	Beja	—	União das Freguesias de Trigaches e São Brissos
São Brissos (São Brissos)	Montemor-o-Novo 1936 extinta	integrada em São Romão em 1936	—
São Caetano	1985 Cantanhede	separada de Cantanhede em 1985	São Caetano
São Cibrão (São Cibrão)	Bragança 1836 Vinhais 1841 extinta	integrada em Celas em 1841	—
São Cipriano (São Cipriano)	Aregos 1855 Resende	—	São Cipriano
São Cipriano (São Cipriano)	Viseu	—	União das Freguesias de São Cipriano e Vil

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			de Souto
São Cláudio (São Cláudio)	Viana (1848) Viana do Castelo 1841-1849 extinta	integrada em Nogueira em 1841- 1849	—
São Cosmado (São Cosme e São Damião)	São Cosmado 1855 Armamar	—	São Cosmado
São Cosme e São Damião (São Cosme e São Damião)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá
São Cristóvão (São Cristóvão)	Montemor-o-Novo 1936 extinta 1946 Montemor- o-Novo	integrada em Santiago do Escoural em 1936 separada de Santiago do Escoural em 1946 integrou São Romão em 1946	São Cristóvão
São Cristóvão de Cornes (São Cristóvão)	Maia (1841 (ver Santa Cristina de Malta)	passou a denominar- se Santa Cristina de Malta em 1841	—
São Cristóvão de Lafões (São Cristóvão)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões
São Cristóvão de Malta (São Cristóvão)	Algozo 1836 Chacim 1841-1849 extinta	integrada em Olmos em 1841-1849	—
São Cristóvão de Nogueira (São Cristóvão)	São Cristóvão de Nogueira 1837 Cinfães	—	São Cristóvão de Nogueira
São Cristóvão do Douro (São Cristóvão)	Gouvães do Douro 1836 Provesende 1853 Sabrosa	—	União das Freguesias de Gouvães do Douro, Provesende e São Cristóvão do Douro
São Domingos (São Domingos)	Santiago do Cacém	separada Vale de Água em 1997	União das Freguesias de São Domingos e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Vale de Água
São Domingos de Ana Loura (São Domingos)	Estremoz	—	São Domingos de Ana Loura
São Domingos de Rana (São Domingos)	Oeiras 1836 Cascais	separada parte de Estoril em 1915 separada Parede em 1953	São Domingos de Rana
São Facundo (São Facundo)	Abrantes	separada Vale de Mós em 1985	União das Freguesias de São Facundo e Vale de Mós
São Facundo (São Facundo)	Ançã 1836 Coimbra 1841 extinta	integrada em Antuzede em 1841	—
São Félix (São Félix)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	São Félix
São Félix da Marinha (São Félix)	Vila Nova de Gaia	—	São Félix da Marinha
São Francisco	1984 Alcochete	separada de Alcochete em 1984	São Francisco
São Francisco da Serra (São Francisco)	Santiago do Cacém		São Francisco da Serra
São Gens (São Bartolomeu)	Montelongo (1836) Fafe	—	São Gens
São Gens (São Gens)	Montemor-o-Novo 1936 extinta	integrada em Montemor-o-Novo – Nossa Senhora do Bispo em 1936	—
São Geraldo (São Geraldo)	Montemor-o-Novo 1936 extinta	integrada em Montemor-o-Novo – Nossa Senhora do Bispo em 1936	—
São Gião (São Gião)	Penalva de Alva 1836 Sandomil 1855 Seia 1898 Oliveira do Hospital	—	São Gião
São Gregório (São Gregório)	Arraiolos	—	União das Freguesias

[Contínente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Gregório)			de São Gregório e Santa Justa
São Gregório	(ver Fanadia) 1985 Caldas da Rainha	denominou-se Fanadia até 1985	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório
São Joanico (São João Batista)	Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Vale de Frades em 1841- 1849	—
São Joaninho (São João Batista)	Ermida do Paiva 1836 Castro Daire	separada Cujó em 1949	São Joaninho
São Joaninho (São João Batista)	Mosteiro 1836 Santa Comba Dão	—	São Joaninho
São João	1985 Ovar	separada de Ovar em 1985	União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã
São João da Boa Vista	(ver Oliveira de Fazemão) 1927 Tábua	denominou-se Oliveira de Fazemão até 1927	São João da Boa Vista
São João da Corveira (São João Batista)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	integrou Nozede em 1855-1864	São João da Corveira
São João da Fresta (São João Batista)	Tavares 1852 Penalva do Castelo 1852 Mangualde	—	São João da Fresta
São João da Madeira (São João)	Oliveira de Azeméis 1926 São João da Madeira	—	São João da Madeira
São João da Ribeira (São João Batista)	Santarém 1836 Rio Maior	separada Marmeleira em 1878-1890 separada Arrouquelas em 1962 separadas	União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Malaqueijo e Ribeira de São João em 1984	
São João da Ribeira (São João)	Sousel 1849-1853 extinta	integrada em Sousel em 1849-1853	—
São João da Serra (São João Batista)	Lafões 1836 São Pedro do Sul 1837 Oliveira de Frades	—	São João da Serra
São João da Talha (São João Batista)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures 1896 extinta 1939 Loures	anexada a Santa Iria de Azoia em 1896 separada de Santa Iria de Azoia em 1939 separada Bobadela em 1989	União das Freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela
São João das Lampas (São João Batista)	Sintra	—	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
São João de Areias (São João Batista)	São João de Areias 1836 Santa Comba Dão 1837 São João de Areias 1895 Santa Comba Dão	—	São João de Areias
São João de Fontoura (São João)	São Martinho de Mouros 1855 Resende	—	São João de Fontoura
São João de Loure (São João Batista)	Aveiro 1836 Paus 1841 Albergaria-a-Velha	—	União das Freguesias de São João de Loure e Frossos
São João de Lourosa (São João Batista)	Viseu	—	São João de Lourosa
São João de Negrilhos (São João)	Aljustrel 1895 Ferreira do Alentejo 1898 Aljustrel	—	São João de Negrilhos
São João de Rei (São João Batista)	São João de Rei 1836 Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852	—	São João de Rei

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Póvoa de Lanhoso		
São João de Tarouca	(ver Burgo) 1841 Mondim da Beira 1895 Armamar 1898 Tarouca	denominou-se Burgo até 1841	São João de Tarouca
São João de Ver (São João)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	São João de Ver
São João do Campo (Nossa Senhora da Conceição)	(ver Cioga do Campo) 1880 Coimbra	denominou-se Cioga do Campo até 1880	São João do Campo
São João do Monte (São João Batista)	São João do Monte 1855 Tondela	—	União das Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho
São João do Peso (São João Batista)	Vila de Rei 1895 Proença-a-Nova 1898 Vila de Rei	—	São João do Peso
São João dos Caldeireiros (São João Batista)	Mértola	—	São João dos Caldeireiros
São João dos Montes (São João)	Alhandra 1855 Vila Franca de Xira	—	União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz
São Jomil (São Pedro)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1853 Vinhais	integrou Vilar de Lomba em 1841 separada Vilar de Lomba em 1853- 1864	União das Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil
São Jordão (São Jordão)	Évora 1946 extinta	integrada em Torre de Coelheiros em 1946	—
São Jorge da Beira	(ver Cebola) 1960 Covilhã	denominou-se Cebola até 1960	São Jorge da Beira
São Jorge de Arcos (São Jorge)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de São Jorge e Ermelo
São Jorge de	Feira (1985) Santa	passou a denominar-	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Caldelas (São Jorge)	Maria da Feira 1985 (ver Caldas de São Jorge)	se Caldas de São Jorge em 1985	
São José da Lamarosa (São José)	Lamarosa 1836 Coruche 1936 extinta 1962 Coruche	integrada em Coruche em 1936 separada de Coruche em 1962	São José da Lamarosa
São Julião (São Julião)	Marvão 1837 Alegrete 1855 Portalegre	—	União das Freguesias de Reguengo e São Julião
São Julião da Barra (Nossa Senhoras da Conceição)	Oeiras 1895 Cascais 1898 Oeiras 1898 extinta	anexada a Oeiras em 1898	—
São Julião de Montenegro (São Julião)	Chaves	—	União das Freguesias de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela
São Julião de Palácios (São Bartolomeu)	Bragança	integrou Palácios em 1841-1849	União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão
São Julião do Tojal (São Julião)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures		União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal
São Leonardo (São Leonardo)	Mourão 1855 Reguengos de Monsaraz 1861 Mourão 1936 extinta	integrada em Mourão em 1936	—
São Lourenço (São Lourenço)	Elvas 1878-1890 extinta	anexada a Elvas – Assunção em 1878- 1890 desanexada de Elvas – Assunção e anexada a Várzea em 1900-1911	—
São Lourenço (São Lourenço)	Lavre 1836 Montemor- o-Novo 1838 Canha 1838 Montemor-o-Novo 1841-1849 extinta	integrada em Lavre em 1841-1849	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
São Lourenço de Azeitão	(ver Vila Nogueira de Azeitão) 1936 Setúbal	denominou-se Vila Nogueira de Azeitão até 1936	União das Freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão)
São Lourenço de Mamporcão (São Lourenço)	Estremoz	—	União das Freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura
São Lourenço de Riba Pinhão (São Lourenço)	Vila Real 1836 Vilar de Maçada 1853 Alijó 1855 Sabrosa	—	São Lourenço de Riba Pinhão
São Lourenço do Bairro (São Lourenço)	São Lourenço do Bairro 1853 Anadia	englobava a localidade de Paredes do Bairro que constituiu o concelho de Paredes do Bairro até 1835 separada Paredes do Bairro em 1985	São Lourenço do Bairro
São Lourenço do Douro (São Lourenço)	Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Sande e São Lourenço
São Luís (São Luís)	Odemira 1836 Cercal 1837 Odemira	—	São Luís
São Mamede	1916 Batalha	separada de Reguengo do Fetal em 1916	São Mamede
São Mamede de Infesta (São Mamede)	Leça do Bailio 1836 Bouças (1909) Matosinhos	—	União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora
São Mamede de Riba Tua (São Mamede)	São Mamede de Riba Tua 1836 Alijó	—	São Mamede de Riba Tua
São Mamede do Sádão (São Mamede)	Alcácer do Sal 1855 Grândola 1900-1911 extinta	reunida a Azinheira dos Barros em 1900- 1911	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
São Manços (São Manços)	Évora	integrou São Vicente do Pigeiro em 1936 separada São Vicente do Pigeiro em 1946	União das Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro
São Marcos	2001 Sintra	separada de Aigualva-Cacém em 2001	União das Freguesias do Cacém e São Marcos
São Marcos da Ataboeira (São Marcos)	Mértola 1836 Castro Verde	—	São Marcos da Ataboeira
São Marcos de Abóbada (São Marcos)	Évora 1946 extinta	integrada em Torre de Coelheiros em 1946	—
São Marcos da Serra (São Marcos)	Silves	—	São Marcos da Serra
São Martinho (São Martinho)	Alcácer do Sal 1936 extinta 1984 Alcácer do Sal	integrada em Alcácer do Sal – Castelo em 1936 separada de Alcácer do Sal – Castelo em 1984	São Martinho
São Martinho [a par de Seia] (São Martinho)	Seia	—	União das Freguesias de Santa Marinha e São Martinho
São Martinho das Amoreiras (São Martinho)	Ourique 1855 Odemira 1884 Ourique 1899 Odemira	separada parte de Luzianes-Gare em 1989	São Martinho das Amoreiras
São Martinho das Moitas (São Martinho)	Lafões 1836 Sul 1855 São Pedro do Sul	—	União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio
São Martinho de Angueira (São Martinho)	Miranda do Douro	—	São Martinho de Angueira
São Martinho de Antas (São Martinho)	Vila Real 1836 Sabrosa	—	União das Freguesias de São Martinho de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Antas e Paradela de Guiães
São Martinho de Árvore (São Martinho)	Coimbra 1836 Tentúgal 1853 Coimbra	—	União das Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa
São Martinho do Bispo (São Martinho)	Coimbra	—	União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades
São Martinho da Cortiça (São Martinho)	Pombeiro da Beira 1836 Farinha Podre 1853 Tábua 1855 Arganil	—	São Martinho da Cortiça
São Martinho da Gândara (São Martinho)	Oliveira de Azeméis	—	São Martinho da Gândara
São Martinho das Chãs (São Martinho)	Lumiães 1836 São Cosmado 1855 Armamar	—	São Martinho das Chãs
São Martinho de Mouros (São Martinho)	São Martinho de Mouros 1855 Resende	—	São Martinho de Mouros
São Martinho de Sardoura (São Martinho)	Castelo de Paiva	—	São Martinho de Sardoura
São Martinho do Peso (São Martinho)	Penas Roias 1836 Mogadouro	integrou Peso em 1841-1849 integrou Valcerto em 1841- 1849 integrou Macedo do Peso em 1936	São Martinho do Peso
São Martinho do Porto (São Martinho)	São Martinho do Porto 1855 Alcobaça 1895 Caldas da Rainha 1898 Alcobaça	—	São Martinho do Porto
São Mateus (São	Montemor-o-Novo 1936	integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Mateus)	extinta	Montemor-o-Novo – Nossa Senhora da Vila em 1936	
São Matias (São Matias)	Beja	—	São Matias
São Matias (São Matias)	Évora 1936 extinta	integrada em Nossa Senhora da Graça do Divor em 1936	—
São Matias [de Montes Claros de Caixeiro] (São Matias)	Nisa		São Matias
São Miguel de Acha (São Miguel)	São Miguel de Acha 1836 Idanha-a-Nova	—	São Miguel de Acha
São Miguel de Alcainça	1985 Mafra	separada de Igreja Nova e Malveira em 1985	União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça
São Miguel de Machede (São Miguel)	Évora	—	São Miguel de Machede
São Miguel [de Vila Chã] de Poiares (São Miguel)	Coimbra 1836 Santo André de Poiares 1895 Lousã 1898 Poiares (1905) Vila Nova de Poiares	—	São Miguel de Poiares
São Miguel de Vila Boa (São Miguel)	Sátão	integrou Ladário em 1840	São Miguel de Vila Boa
São Miguel do Mato (São Miguel)	Fermido 1855 Arouca	—	São Miguel do Mato
São Miguel do Mato (São Miguel)	Lafões 1836 São Pedro do Sul 1855 Vouzela	—	São Miguel do Mato
São Miguel do Outeiro (São Miguel)	São Miguel do Outeiro 1836 Tondela 1838 São Miguel do Outeiro 1855 Tondela	separada Parada de Gonta em 1884	União das Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa
São Miguel do Pinheiro (São Miguel)	Mértola	—	União das Freguesias de São Miguel do

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros
São Miguel do Rio Torto (São Miguel)	Abrantes	—	União das Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
São Miguel do Souto (São Miguel)	Feira 1926 Ovar 1928 Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô
São Nicolau (São Nicolau)	Canaveses 1835 Tuias 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Marco (fusão de São Nicolau, Tuias, Fornos, Rio de Galinhas e Freixo)
São Paio [de Gouveia] (São Paio)	Gouveia	—	São Paio
São Paio de Codesso (São Pelágio)	Seia 1841 Oliveira do Hospital 1919 (ver São Paio de Gramaços)	passou a denominar- se São Paio de Gramaços em 1919	—
São Paio de Farinha Podre (São Paio)	Óvoa 1836 Farinha Podre 1853 Tábua 1898 Penacova 1985 (ver São Paio do Mondego)	passou a denominar- se São Paio do Mondego em 1985	—
São Paio de Gramaços	(ver São Paio de Codeço) 1919 Oliveira do Hospital	denominou-se São Paio de Codeço até 1919	União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços
São Paio de Oleiros (São Paio)	Feira 1926 Espinho 1928 Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	São Paio de Oleiros
São Paio de Mondego	(ver São Paio de Farinha Podre) 1985 Penacova	denominou-se São Paio de Farinha Podre até 1985	União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego
São Paulo de Frades	Coimbra	parte integrada em	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Paulo)		Santo António dos Olivais em 1854	de Eiras e São Paulo de Frades
São Pedro d'Arcos (São Pedro)	Ponte de Lima	—	São Pedro d'Arcos
São Pedro da Afurada	1952 Vila Nova de Gaia	separada de Vila Nova de Gaia em 1952	União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada
São Pedro da Cadeira (São Pedro da Cadeira)	Torres Vedras	separada Silveira em 1926	São Pedro da Cadeira
São Pedro da Cova (São Pedro)	São Pedro da Cova 1836 Gondomar		União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova
São Pedro da Torre (São Pedro)	Valença	—	São Pedro da Torre
São Pedro de Agostém (São Pedro)	Chaves	—	São Pedro de Agostém
São Pedro de Alva (São Pedro)	(ver São Pedro de Farinha Podre) 1889 Penacova 1895 Tábua 1898 Penacova	denominou-se São Pedro de Farinha Podre até 1889	União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego
São Pedro de Castelões (São Pedro)	Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale de Cambra	—	São Pedro de Castelões
São Pedro de Farinha Podre (São Pedro)	Penacova 1836 Farinha Podre 1853 Tábua 1855 Penacova 1889 (ver São Pedro de Alva)	passou a denominar- se São Pedro de Alva em 1889	—
São Pedro de France (São Pedro)	Viseu	—	São Pedro de France
São Pedro de Pomares (São Pedro)	Beja 1953 extinta	integrada em Baleizão em 1953	—
São Pedro de Rio	Castelo Bom 1836	—	São Pedro de Rio

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Seco (São Pedro)	Almeida		Seco
São Pedro de Sarracenos (São Pedro)	Bragança	—	São Pedro de Sarracenos
São Pedro de Solis (São Pedro)	Mértola 1836 Almodôvar 1877 Mértola	—	União das Freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros
São Pedro de Tomar	(ver Beberriqueira) 1961 Tomar	denominou-se Beberriqueira até 196d	São Pedro de Tomar
São Pedro do Esteval (São Pedro)	Proença-a-Nova 1895 Mação 1898 Proença-a- Nova		São Pedro do Esteval
São Pedro do Sul (São Pedro)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões
São Pedro Fins (São Pedro Fins)	Maia	—	São Pedro Fins
São Pedro Velho (São Pedro)	Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	integrou Vilar de Ouro em 1855-1864	São Pedro Velho
São Romão (Nossa Senhora do Socorro)	São Romão 1836 Seia	separada Lapa dos Dinheiros em 1988	União das Freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros
São Romão (São Romão)	Armamar	—	União das Freguesias de São Romão e Santiago
São Romão (São Romão)	Montemor-o-Novo 1946 extinta	integrou São Brissos em 1936 integrada em São Cristóvão em 1946	—
São Romão (São Romão)	Vila Viçosa 1936 extinta	integrada em Ciladas em 1936	—
São Romão de	Aregos 1855 Resende	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Aregos (São Romão)			de Anreade e São Romão de Aregos
São Romão de Neiva (São Romão)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	São Romão de Neiva
São Romão do Sádão (São Romão)	Alcácer do Sal 1936 extinta	integrada em Torrão em 1936	—
São Roque	(ver Vila Chã de São Roque) 1993 Oliveira de Azeméis	denominada Vila Chã de São Roque até 1993	São Roque
São Salvador (Nossa Senhora das Neves)	Viseu	—	União das Freguesias de Repeses e São Salvador
São Salvador [do Adro] (Transfiguração)	Mirandela	—	São Salvador
São Salvador de Viveiro	1967 Boticas	separada de Covas do Barroso em 1967	União das Freguesias de Vilar e Viveiro
São Salvador do Campo (São Salvador)	Refojos de Riba de Ave 1836 Negrelos 1855 Santo Tirso	integrada em São Martinho do Campo em 1936 separada de São Martinho do Campo em 1961	União das Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede)
São Saturnino	(ver Valongo) 1936 Fronteira	denominou-se Valongo até 1936	São Saturnino
São Sebastião	1984 Rio Maior	separada de Fráguas em 1984	São Sebastião
São Sebastião da Feira (São Sebastião)	São Sebastião da Feira 1836 Penalva de Alva 1853 Sandomil 1855 Oliveira do Hospital	—	União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira
São Sebastião da Pedreira extramuros (São Sebastião)	1852 Belém 1885 extinta	separada de Lisboa – São Sebastião da Pedreira em 1852 integrada em Lisboa – São Sebastião da	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Pedreira em 1885	
São Sebastião das Torres (São Sebastião)	Coimbra 1854 extinta	integrada em Santo António dos Olivais em 1854	—
São Sebastião de Giesteira (São Sebastião)	Évora 1895 Montemor- o-Novo 1898 Évora 1936 extinta 1975 Évora	integrada em Nossa Senhora da Boa Fé em 1936 separada de Nossa Senhora da Boa Fé em 1975	União das Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé
São Sebastião dos Carros (São Sebastião)	Mértola	integrou São Bartolomeu de Via Glória em 1936	União das Freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros
São Silvestre [do Campo] (São Silvestre)	Coimbra 1836 Tentúgal 1853 Coimbra		São Silvestre
São Simão [de Pé da Serra] (São Simão)	Nisa	separada Santana em 1959	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão
São Simão de Azeitão	(ver Vila Fresca de Azeitão) 1936 Setúbal	denominou-se Vila Fresca de Azeitão até 1936	União das Freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão)
São Simão de Litém (São Simão)	Leiria 1836 Pombal	separada Albergaria dos Doze em 1923	União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze
São Teotónio (São Teotónio)	Odemira	separada Zambujeira do Mar em 1989	São Teotónio (integrou Zambujeira do Mar)
São Tiago de Riba UI (São Tiago)	Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, UI, Macinhata

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			da Seixa e Madail
São Tomé de Covelas (São Tomé)	Baião	—	União das Freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas
São Tomé do Castelo (São Tomé)	Vila Real	—	União das Freguesias de São Tomé do Castelo e Justes
São Torcato (São Torcato)	Coruche 1936 extinta	integrada em Coruche em 1936	—
São Torcato (São Torcato)	São Torcato 1836 Guimarães	—	São Torcato
São Veríssimo [de Amarante] (São Veríssimo)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1836 Amarante 1936 extinta	integrada em Amarante em 1936	—
São Vicente (Nossa Senhora da Natividade)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços 1855 Chaves	integrou Segre em 1841	São Vicente
São Vicente [de Fora] (São Vicente)	Elvas 1878-1890 extinta 1900-1911 Elvas	anexada a Caia em 1878-1890 desanexada de Caia e anexada Ventosa em 1900-1911	São Vicente e Ventosa
São Vicente da Beira (Nossa Senhora da Assunção)	São Vicente da Beira 1895 Castelo Branco	integrou Ninho do Açor em 1879 separada Ninho do Açor em 1895-1911	São Vicente da Beira
São Vicente de Lafões (São Vicente)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	São Vicente de Lafões
São Vicente de Pereira Jusã (São Vicente)	Pereira Jusã 1852 Ovar	—	União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã
São Vicente de Valongo (São Vicente)	Évora 1895 Redondo 1898 Évora 1936 extinta	integrada em Nossa Senhora de Machede	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		em 1936	
São Vicente do Paúl (São Vicente)	Santarém 1836 Pernes 1855 Santarém	—	União das Freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira
São Vicente do Pigeiro (São Vicente)	Évora 1895 Reguengos de Monsaraz 1898 Évora 1936 extinta 1946 Évora	integrada em São Manços em 1936 separada de São Manços em 1946	União das Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro
Sapardos (São Miguel)	Vila Nova de Cerveira 1836 Valença 1837 Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	Sapardos
Sapataria (Nossa Senhora da Purificação)	Lisboa 1836 Enxara dos Cavaleiros 1847 Azueira 1855 Arruda dos Vinhos 1887 Sobral de Monte Agraço 1890 Arruda dos Vinhos 1895 Torres Vedras 1898 Sobral de Monte Agraço	—	Sapataria (Nossa Senhora da Purificação)
Sapiãos (São Pedro)	Montalegre 1836 Boticas	—	Sapiãos
Sardoal (São Tiago e São Mateus)	Sardoal	separada Santiago de Montalegre em 1928 separada Valhascos em 1949	Sardoal
Sarilhos Grandes (São Jorge)	Aldeia Galega do Ribatejo (1930) Montijo	—	Sarilhos Grandes
Sarilhos Pequenos	1984 Moita	separada de Moita em 1984	União das Freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos
Sarnadas de Ródão (São Sebastião)	Vila Velha de Ródão 1836 Castelo Branco	—	Sarnadas de Ródão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1837 Vila Velha de Ródão 1895 Castelo Branco 1898 Vila Velha de Ródão		
Sarnadas de São Simão (São Simão)	Sarzedas 1836 Castelo Branco 1837 Sarzedas 1848 Oleiros	—	Sarnadas de São Simão
Sarraquinhos (Santa Maria)	Montalegre	—	Sarraquinhos
Sarrazola (São Domingos)	Seda 1836 Alter do Chão 1841 extinta	Integrada em Seda em 1841	—
Sarzedá (São Mateus)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Rebordãos em 1841- 1849	—
Sarzedá (Santa Luzia)	Sernancelhe	integrou Seixo em 1936	União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzedá
Sarzedas (Nossa Senhora da Conceição)	Sarzedas 1836 Castelo Branco 1837 Sarzedas 1848 Castelo Branco	separada Santo André das Tojeiras em 1926 separada parte de Juncal do Campo em 1933	Sarzedas
Sarzedinho (O Salvador)	Valença do Douro 1836 São João da Pesqueira	integrada em Ervedosa do Douro em 1936	—
Sarzedo (Nossa Senhora da Conceição)	Sarzedo 1836 Valhelhas 1855 Covilhã	—	União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo
Sarzedo (São Lourenço)	Leomil 1855 Moimenta da Beira	—	Sarzedo
Sarzedo (São João Batista)	Arganil	—	Sarzedo
Sátão	(ver Vila da Igreja) 1951 Sátão	denominou-se Vila da Igreja até 1951	Sátão
Sazes da Beira	Sandomil 1855 Seia	—	Sazes da Beira

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(Nossa Senhora do Rosário)			
Sazes do Lorvão (Santo André)	Coimbra 1836 Penacova	—	Sazes do Lorvão
Seara [Paradela de] (São Mamede)	Correlhã 1836 Ponte de Lima	—	Seara
Seara Velha (São Tiago)	Chaves 1836 Ervededo 1853 Chaves	—	União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha
Sebadelhe (São Lourenço)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Sebadelhe
Sebadelhe da Serra (Santa Margarida)	Trancoso	—	União das Freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho
Sebal [Grande] (São Pedro)	Coimbra 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Coimbra 1847 Condeixa-a-Nova	—	União das Freguesias de Sebal e Belide
Sebolido (São Paulo)	Penafiel	separada Rio Mau em 1984	Sebolido
Secarias (São Sebastião)	Arganil	—	Secarias
Seda (Nossa Senhora do Espinheiro)	Seda 1836 Alter do Chão	integrou Sarrazola em 1841	Seda
Sedielos (Santa Maria)	Santa Marta de Penaguião 1836 Peso da Régua 1895 Mesão Frio 1898 Peso da Régua	separada Vinhós em 1933	Sedielos
Segadães (São Pedro)	Segadães 1836 Vouga 1853 Águeda	—	União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga
Segirei (São Gonçalo)	Vilar Seco de Lomba 1836 Monforte de Rio	integrada em São Vicente em 1841	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Livre 1841 extinta		
Segões (São Martinho)	Caria 1836 Moimenta da Beira	—	União das Freguesias de Peva e Segões
Segude (São Paio)	Valadares 1855 Monção	—	Segude
Segura (Nossa Senhora da Conceição)	Segura 1836 Salvaterra do Extremo 1848 Idanha-a-Nova	—	União das Freguesias de Zebreira e Segura
Seia (Nossa Senhora da Assunção)	Seia	integrada Sabugueiro em 1936 separada Sabugueiro em 1946	União das Freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros
Seiça (Nossa Senhora da Purificação)	Ourém 1836 Aldeia da Cruz (1841) Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada parte de Alburitel em 1928 separada Caxarias em 1947	Seiça
Seide – São Miguel (São Miguel)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Seide [São Miguel e São Paio]
Seide – São Paio (São Paio)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Seide [São Miguel e São Paio]
Seidões (São Martinho)	Celorico de Basto 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões
Seixal (Nossa Senhora da Conceição)	Almada 1836 Seixal 1895 Barreiro 1898 Seixal	—	União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires
Seixas (São Martinho)	Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Seixas
Seixas (São Pedro)	Caminha	—	Seixas
Seixas (São Clemente)	Vinhais 1836 Santalha 1841 extinta	integrada em Santalha em 1841	—
Seixezelo (Santa Maria)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Pedroso e Seixezelo
Seixo (Santa Maria)	Sernancelhe 1936	integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Madalena)	extinta	Sarzedá em 1936	
Seixo	1984 Mira	separada de Mira em 1984	Seixo
Seixo Amarelo (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda	—	integrada em Gonçalo
Seixo da Beira	(ver Seixo do Ervedal) 1928 Oliveira do Hospital	denominou-se Seixo do Ervedal até 1928	Seixo da Beira
Seixo de Ansiães (São Sebastião)	Carrazeda de Ansiães	—	Seixo de Ansiães
Seixo de Gatões (São João Batista)	Seixo de Gatões 1836 Montemor-o-Velho	—	Seixo de Gatões
Seixo de Manhoses (Santa Bárbara)	Vilarinho da Castanheira 1836 Vila Flor 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Vila Flor	—	Seixo de Manhoses
Seixo do Coa (Nossa Senhora das Neves)	Guarda 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Seixo do Cõa e Vale Longo
Seixo do Ervedal (São Pedro <i>ad vincula</i>)	Seixo do Ervedal 1836 Ervedal da Beira 1855 Oliveira do Hospital 1928 (ver Seixo da Beira)	passou a denominar- se Seixo da Beira em 1928	—
Sejães (São Martinho)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães
Selhariz (Nossa Senhora da Expectação)	Chaves	—	Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras)
Selho – São Cristóvão	Guimarães	—	Selho (São Cristóvão)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
[de Cima] (São Cristóvão)			
Selho – São Jorge [de Cima] (São Jorge)	Guimarães	integrou Paraíso em 1936	Selho (São Jorge)
Selho – São Lourenço [de Cima] (São Lourenço)	Guimarães	—	União das Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães
Selmes (Santa Catarina)	Cuba 1836 Vidigueira	—	Selmes
Selores (São Gregório)	Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores
Semelhe (São João Batista)	Braga	—	União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe
Semide (Nossa Senhora da Assunção)	Semide 1836 Miranda do Corvo	—	União das Freguesias de Semide e Rio Vide
Sendas (São Pedro)	Bragança	integrou Fermentãos e Vila Franca de Lampaças em 1841- 1849	Sendas
Sendim (Santa Maria)	Sendim 1836 Tabuaço	—	Sendim
Sendim (São Pedro)	Miranda do Douro	—	União das Freguesias de Sendim e Atenor
Sendim (São Tiago)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	Sendim
Sendim da Ribeira (Espírito Santo)	Alfândega da Fé 1836 Chacim 1853 Alfândega da Fé 1895 Mogadouro 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
Sendim da Serra (São Lourenço)	Alfândega da Fé 1895 Torre de Moncorvo 1898	—	União das Freguesias de Ferradosa e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Alfândega da Fé		Sendim da Serra
Senharei (São Cipriano)	Arcos de Valdevez	—	Senharei
Senhora da Graça de Padrões (Nossa Senhora da Graça)	Padrões 1836 Almodôvar	—	União das Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões
Senhora da Hora	1933 Matosinhos	separada de Matosinhos em 1933	União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora
Senhora da Saúde	1997 Évora	separada de Évora – Sé em 1997	União das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde
Senhorim (Nossa Senhora da Assunção)	Senhorim 1852 Nelas	—	Senhorim
Senouras (Santa Catarina)	Castelo Mendo 1836 Almeida 1838 Castelo Mendo 1855 Sabugal 1870 Almeida	—	União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova
Sepins (São João Batista)	Cantanhede	—	União das Freguesias de Sepins e Bolho
Sequeade (São Tiago)	Barcelos	—	União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estêvão)
Sequeira (Santa Maria e São Saturnino)	Barcelos 1836 Braga	—	Sequeira
Sequeiró (São Martinho)	Landim 1836 Santo Tirso	—	União das Freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira
Sequeiros (São Paio)	Amareis 1836 Pico de Regalados 1837 Amareis	—	União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos
Sequeiros (São)	Aguiar da Beira 1895	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Sebastião)	Trancoso 1898 Aguiar da Beira		de Sequeiros e Gradiz
Serafão (São Julião)	Guimarães 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Agrela e Serafão
Seramil (São Paio)	Santa Marta do Bouro 1836 Amaress 1837 Santa Marta do Bouro 1853 Terras de Bouro 1855 Amares	—	União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas
Serapicos (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Izeda 1855 Bragança	integrou Carçãozinho em 1841-1849 integrou Vila Boa de Carçãozinho em 1841-1849	Serapicos
Serapicos (Santa Ana)	Chaves 1837 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	—	Serapicos
Serapicos (São Vicente)	Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Vale de Frades em 1841- 1849	—
Serdedelo (Santa Marta)	Ponte de Lima	—	Serdedelo
Sermonde (São Pedro)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Grijó e Sermonde
Sernache dos Alhos (Nossa Senhora da Assunção)	Sernache dos Alhos 1836 Coimbra 1910 (ver Cernache)	passou a denominar- se Cernache em 1910	—
Sernancelhe (São João Batista)	Sernancelhe	—	União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzedá
Sernande (São João Batista)	Unhão 1836 Barrosas 1852 Felgueiras	—	União das Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande
Seroa (São Mamede)	Frazão 1836 Paços de Ferreira	—	Seroa

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Serpa – Salvador (O Salvador)	Serpa	integrou Santo Estêvão em 1841- 1849 integrou Santa Iria em 1936	União das Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria)
Serpa – Santa Maria (Nossa Senhora de Guadalupe)	Serpa	integrou Santa Ana, Santo António Velho e São Brás em 1936	União das Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria)
Serpins (Nossa Senhora do Socorro)	Serpins 1836 Lousã	—	Serpins
Serra (Nossa Senhora da Purificação)	Tomar	—	União das Freguesias de Serra e Junceira
Serra d’El Rei (São Sebastião)	Atouguia da Baleia 1836 Peniche	—	Serra d’El Rei
Serra de Borges (São José)	Guarda 1841 (ver João Antão)	passou a denominar- se João Antão em 1841	—
Serra do Bouro (Nossa Senhora dos Mártires)	Óbidos 1836 São Martinho do Porto 1855 Caldas da Rainha	separada Foz do Arelho em 1919 separada Nadadouro em 1957	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro
Serra de Santo António	1918 Alcanena	separada de Minde em 1918	Serra de Santo António
Serrazes (O Salvador)	Lafões 1836 São Pedro do Sul 1838 Vouzela 1855 São Pedro do Sul	—	Serrazes
Serreleis (São Pedro)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Cardielos e Serreleis
Serro Ventoso (São Sebastião)	Porto de Mós 1895 Alcobaça 1898 Porto de Mós	separada parte de São Bento em 1933	Serro Ventoso
Sertã (São Pedro)	Sertã	—	Sertã
Serzedelo (Santa Cristina)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Serzedelo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1853 Guimarães		
Serzedelo (São Pedro)	Serzedelo 1836 Vieira do Minho 1837 Póvoa de Lanhoso 1853 Vieira do Minho 1855 Póvoa de Lanhoso	—	Serzedelo
Serzedo (São Mamede)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Serzedo e Perosinho
Serzedo (São Miguel)	Guimarães	—	União das Freguesias de Serzedo e Calvos
Sesimbra – Castelo (Nossa Senhora da Conceição)	Sesimbra	separada Quinta do Conde em 1985	Sesimbra – Castelo
Sesimbra – Santiago (São Tiago)	Sesimbra	—	Sesimbra – Santiago
Setúbal – Bocage	(ver Setúbal – São Sebastião) 1915 Setúbal 1946 (ver Setúbal – São Sebastião)	denominou-se Setúbal – São Sebastião até 1915 voltou a denominar- se Setúbal – São Sebastião em 1946	—
Setúbal – Marquês de Pombal	(ver Setúbal – Anunciada) 1915 Setúbal 1946 (ver Setúbal – Anunciada)	denominou-se Setúbal – Nossa Senhora da Anunciada até 1915 voltou a denominar- se Setúbal – Nossa Senhora da Anunciada em 1946	—
Setúbal – Nossa Senhora da Anunciada (Nossa Senhora da Anunciada)	Setúbal 1915 (ver Setúbal – Marquês de Pombal) 1946 Setúbal	integrou Ajuda em 1850 passou a denominar-se Setúbal – Marquês de Pombal em 1915	União das Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		voltou a denominar- se Setúbal – Nossa Senhora da Anunciada em 1946	
Setúbal – Santa Maria da Graça (Santa Maria da Graça)	Setúbal	—	União das Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)
Setúbal – São Julião (São Julião)	Setúbal	—	União das Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)
Setúbal – São Sebastião (São Sebastião)	Setúbal 1915 (ver Setúbal – Bocage) 1946 Setúbal	passou a denominar- se Setúbal – Bocage em 1915 voltou a denominar-se Setúbal – São Sebastião em 1946 separada Gâmbia– Pontes–Alto da Guerra em 1985 separada Sado em 1985	Setúbal – São Sebastião
Sever (Nossa Senhora da Conceição)	Sever 1836 Leomil 1855 Moimenta da Beira	—	Sever
Sever (Santo Adrião)	Santa Marta de Penaguião 1895 Peso da Régua 1898 Santa Marta de Penaguião	—	Sever
Sever do Vouga (Nossa Senhora da Assunção)	Sever do Vouga 1895 Albergaria-a-Velha 1898 Sever do Vouga	—	Sever do Vouga

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Sezelhe [e Travassos do Rio] (Santo André)	Montalegre	—	União das Freguesias de Sezelhe e Covelães
Sezulfe (São João Batista)	Sezulfe 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	—	Sezulfe
Sezures (Nossa Senhora da Graça)	Penalva do Castelo	—	Sezures
Sezures (São Mamede)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures
Silgueiros (Nossa Senhora da Natividade)	Viseu	—	Silgueiros
Silva (São Julião)	Barcelos	—	Silva
Silva (São Pedro)	Algozo 1836 Miranda do Douro	integrou Fonte Ladrão em 1841- 1849 integrou Granja de São Pedro em 1841-1849	União das Freguesias de Silva e Águas Vivas
Silva – Santa Maria (Santa Maria)	Valença	—	União das Freguesias de São Julião e Silva
Silva – São Julião (São Julião)	Valença	—	União das Freguesias de São Julião e Silva
Silvã de Baixo (São Jerónimo)	Gulfar 1836 Sátão 1936 extinta	integrada em Silvã de Cima em 1936	—
Silvã de Cima (São Silvestre)	Silvã de Cima 1836 Penalva do Castelo 1837 Sátão	integrada Silvã de Baixo em 1936	Silvã de Cima
Silva Escura (Santa Maria)	Maia	—	Nogueira e Silva Escura
Silva Escura (São João Batista)	Sever do Vouga 1895 Albergaria-a-Velha 1898 Sever do Vouga	separada Dornelas em 1989	União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Silvade (São Tiago)	Feira 1926 Espinho	—	Silvade
Silvares (Santa Ana)	Fundão	separada Bogas de Cima em 1841-1849	Silvares
Silvares (Santa Maria)	Silvares 1836 Tondela 1837 São João do Monte 1841 Tondela	—	União das Freguesias de Caparrosa e Silvares
Silvares (São Miguel)	Lousada 1836 Penafiel 1838 Lousada	—	União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Silvares – Santa Maria (Santa Maria)	Guimarães	—	Silvares
Silvares – São Clemente (São Clemente)	Guimarães 1836 Fafe	—	União das Freguesias de Antime e Silvares (São Clemente)
Silvares – São Martinho (São Martinho)	Guimarães 1836 Fafe	—	Silvares (São Martinho)
Silveira	1926 Torres Vedras	separada de São Pedro da Cadeira em 1926	Silveira
Silveiras	1988 Montemor-o-Novo	separada de Cabrela e Montemor-o-Novo – Nossa Senhora do Bispo em 1988	União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras
Silveiros (São João Batista)	Barcelos	—	União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)
Silves (Santa Maria)	Silves	—	Silves
Sinde (Nossa Senhora da Conceição)	Sinde 1836 Tábua	—	União das Freguesias de Espariz e Sinde
Sines (O Salvador)	Sines 1836 Santiago do Cacém 1837 Sines 1855 Santiago do Cacém 1914 Sines	separada Porto Covo em 1984	Sines
Sintra – Santa Maria	Sintra	anexada Sintra –	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
[da Arrábida] (Santa Maria)		São Miguel em 1841 separada parte de Algueirão-Mem Martins em 1962	de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)
Sintra – São Martinho (São Martinho bispo de Tours)	Sintra	—	União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)
Sintra – São Miguel (São Miguel)	Sintra 1841 extinta	anexada a Sintra – Santa Maria em 1841	—
Sintra – São Pedro de Penaferrim (São Pedro)	Sintra	separada parte de Algueirão-Mem Martins em 1962	União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)
Sistelo (São João Batista)	Arcos de Valdevez	—	Sistelo
Sítimos (Santa Catarina)	Alcácer do Sal 1936 extinta	integrada em Alcácer do Sal – Santiago em 1936	—
Soajo (São Martinho)	Soajo 1836 Arcos de Valdevez 1837 Soajo 1852 Arcos de Valdevez	—	Soajo
Soalhães (São Martinho)	Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Soalhães
Soalheira (São Lourenço)	Castelo Novo 1836 Alpedrinha 1855 Fundão	—	Soalheira
Sobradelo da Goma [Souto de] (Santa Maria)	Guimarães 1855 Póvoa de Lanhoso	—	Sobradelo da Goma
Sobrado (Santo André)	Aguiar de Sousa 1836 Valongo	—	União das Freguesias de Campo e Sobrado
Sobrado (Santo André)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila	integrada em Aves em 1841-1849	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Nova de Famalicão 1841-1849 extinta		
Sobrado [de Paiva] (Nossa Senhora da Assunção)	Castelo de Paiva	—	União das Freguesias de Sobrado e Bairros
Sobral (São João Batista)	Álvaro 1836 Oleiros	—	Sobral
Sobral (São Miguel)	Mortágua	—	Sobral
Sobral da Abelheira (Nossa Senhora da Oliveira)	Torres Vedras 1836 Maфра 1837 Azueira 1846 Torres Vedras 1847 Azueira 1855 Maфра		União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira
Sobral da Adiça (São Pedro)	Moura	integrou parte de Coroadada em 1851	Sobral da Adiça
Sobral da Lagoa (São Sebastião)	1837 Óbidos	separada de Óbidos – São João em 1837	União das Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa
Sobral da Serra (Nossa Senhora da Graça)	Celorico da Beira 1836 Guarda	—	Sobral da Serra
Sobral de Casegas (São Miguel)	Covilhã 1970 (ver Sobral de São Miguel)	passou a denominar- se Sobral de São Miguel em 1970	—
Sobral de Monte Agraço (O Salvador do Mundo)	Sobral de Monte Agraço 1855 Arruda dos Vinhos 1887 Sobral de Monte Agraço 1895 Torres Vedras 1898 Sobral de Monte Agraço	—	Sobral de Monte Agraço
Sobral de Papízios (Nossa Senhora das Boas Novas)	Viseu 1836 Carregal do Sal	—	União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral
Sobral de São Miguel	(ver Sobral de Casegas)	denominou-se Sobral	Sobral de São Miguel

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1970 Covilhã	de Casegas até 1970	
Sobral do Campo (São Sebastião)	São Vicente da Beira 1877 Castelo Branco	—	União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo
Sobral Pichorro (Nossa Senhora da Graça)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	União das Freguesias de Sobral Pichorro e Fuínhas
Sobralinho	1985 Vila Franca de Xira	separada de Alverca do Ribatejo em 1985	União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho
Sobreda	1985 Almada	separada de Caparica em 1985	União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda
Sobreira (São Brás)	Abreiro 1836 Murça 1936 extinta	integrada em Candedo em 1936	—
Sobreira (São Pedro)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	separada Recarei em 1855	Sobreira
Sobreira Formosa (São Tiago Maior)	Sobreira Formosa 1836 Proença-a-Nova 1838 Sobreira Formosa 1855 Proença-a-Nova	separadas Alvito da Beira e Montes da Senhora em 1920	União das Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira
Sobreiró de Baixo (São Mateus)	Vinhais		União das Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos
Sobreposta (Santa Maria)	Pedralva 1836 Braga 1853 Póvoa de Lanhoso 1855 Braga	engloba a localidade de Lageosa que constituiu o concelho de Lageosa até 1835	Sobreposta
Sobretâmega (Santa Maria)	Canaveses 1835 Tuías 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Sobretâmega
Sobrosa (Santa Eulália)	Sobrosa 1836 Paredes	—	Sobrosa
Soeima (São Pelágio)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Macedo	—	União das Freguesias de Gebelim e Soeima

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	de Cavaleiros 1855 Alfândega da Fé 1895 Macedo de Cavaleiros 1898 Alfândega da Fé		
Soeira (São Martinho)	Bragança 1836 Vinhais	—	União das Freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita
Soengas (São Martinho)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Caniçada e Soengas
Solveira (Santa Eufémia)	Vilar de Perdizes 1836 Ervededo 1855 Montalegre	—	Solveira
Sonim (Nossa Senhora da Assunção)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços	—	Sonim e Barreiros
Sopo (São Tiago)	Caminha 1836 Vila Nova de Cerveira 1895 Caminha 1898 Vila Nova de Cerveira	—	Sopo
Sortelha (Nossa Senhora das Neves)	Sortelha 1855 Sabugal	—	Sortelha
Sortes (São Mamede)	Bragança	integrou Lanção em 1841-1849 integrou Viduedo em 1841- 1849	Sortes
Sorval (Nossa Senhora da Graça)	Pinhel	—	Vale do Massueime (fusão de Santa Eufémia, Sorval e Póvoa d'El-Rei)
Sosa (São Miguel)	Sosa 1853 Vagos	separada Ouca em 1966	Sosa
Soure (São Tiago)	Soure	—	Soure
Souro Pires (São Lourenço)	Pinhel	—	Souro Pires

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Sousa (São Vicente)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras		União das Freguesias de Torrados e Sousa
Sousel (Nossa Senhora da Graça)	Sousel 1855 Fronteira 1863 Sousel 1895 Estremoz 1898 Sousel	integrou São João da Ribeira em 1849- 1853	Sousel
Sousela (Nossa Senhora da Expectação)	Aguiar de Sousa 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	Sousela
Souselas (São Tiago)	Coimbra	—	União das Freguesias de Souselas e Botão
Souselo (Santo André)	Sanfins da Beira 1855 Cinfães	integrou Escamarão em 1841	Souselo
Soutelinho da Raia (Santo António)	Chaves 1837 Ervededo 1853 Montalegre 1855 Chaves	—	União das Freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia
Soutelo (Santa Engrácia)	Mogadouro	—	União das Freguesias de Remondes e Soutelo
Soutelo (Santo Adrião)	Póvoa de Lanhoso 1836 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Anissó e Soutelo
Soutelo (São Miguel)	Larim 1836 Pico de Regalados 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	Soutelo
Soutelo (São Pedro)	Viana (1848) Viana do Castelo 1936 extinta	integrada em Freixieiro de Soutelo em 1936	—
Soutelo da Gamoeda (?)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Carragosa em 1841- 1849	—
Soutelo [do Vale] de Aguiar (São Tiago)	Vila Pouca de Aguiar	separada Lixa do Alvão em 2003	Soutelo de Aguiar
Soutelo do Bairro (Santa Maria)	Chaves	—	União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Soutelo do Douro (Nossa Senhora das Neves)	Soutelo do Douro 1836 São João da Pesqueira	—	Soutelo do Douro
Soutelo [de Pena] Mourisco (São Miguel)	Bragança 1836 Torre de Dona Chama 1841 extinta 1864-1878 Macedo de Cavaleiros	integrada em Espadanedo em 1841 separada de Espadanedo em 1864-1878	União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco
Souto (Nossa Senhora da Conceição)	Sabugal	—	Souto
Souto (O Salvador)	Souto 1836 Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	Souto
Souto (Santa Maria)	Guimarães	—	União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar
Souto [Mosteiro do] (São Salvador)	Guimarães	—	União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar
Souto (São Pedro)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Souto e Tabaçô
Souto [de Penedono] (São Pedro)	Souto de Penedono 1836 Penedono 1895 Meda 1898 Penedono	—	Souto
Souto (São Silvestre)	Abrantes 1836 Sardoal 1837 Abrantes	separadas Carvalho e Fontes em 1985	União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto
Souto da Casa (São Pedro)	Fundão	—	Souto da Casa
Souto da Velha (Santo Ildefonso)	Torre de Moncorvo	—	União das Freguesias de Felgar e Souto da Velha

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Souto [Maior] de Aguiar da Beira (São Sebastião)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	União das Freguesias de Souto de Aguiar da Beira e Valverde
Souto de Carpalhosa (São Salvador)	Leiria	separada Ortigosa em 1962 separada Carreira em 1989	União das Freguesias de Souto de Carpalhosa e Ortigosa
Souto de Lafões (São João Batista)	Lafões 1836 Vouzela 1837 Oliveira de Frades	—	União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães
Souto de Rebordões (Salvador)	Souto de Rebordões 1836 Ponte de Lima	—	Rebordões (Souto)
Souto Maior (Santa Bárbara)	Trancoso	—	União das Freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior
Souto Maior (Santa Comba)	Vila Real 1836 Sabrosa	—	Souto Maior
Subportela (São Pedro)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã
Sucções (Nossa Senhora da Assunção)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	integrou Passos em 1849-1853 separada Passos em 1886	Sucções
Sul (Santo Adrião)	Sul 1855 São Pedro do Sul	—	Sul
Tabaço (São Tiago)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Souto e Tabaço
Tabosa das Arnas (Santo António)	Sernancelhe 1936 extinta	integrada em Cunha em 1936	—
Tábua (Santa Maria Maior)	Tábua	—	Tábua
Tabuaças (São Julião)	Vieira do Minho	—	Tabuaças

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Tabuadelo (São Cipriano)	Guimarães	integrou Pentieiros em 1936	União das Freguesias de Tabuadelo e São Faustino
Tabuado (O Salvador)	Tabuado 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Tabuado
Tabuaço (Nossa Senhora da Conceição)	Tabuaço	—	Tabuaço
Tadim (São Bartolomeu) e Fradelos (São Martinho de Tours)	Barcelos 1853 Braga	separada Fradelos em 1989	Tadim
Tagilde (O Salvador)	Guimarães 1998 Vizela	integrou Vizela – São Paio em 1936 separada Vizela – São Paio em 1940	União das Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio)
Taião (Santa Marinha)	Valença	—	União das Freguesias de Gandra e Taião
Taíde (São Miguel)	Póvoa de Lanhoso	—	Taíde
Talhadas (São Mamede)	Préstimo 1836 Vouga 1853 Sever do Vouga 1895 Águeda 1898 Sever do Vouga	—	Talhadas
Talhas (São Miguel)	Bragança 1836 Izeda 1855 Macedo de Cavaleiros	—	Talhas
Talhinhas (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Izeda 1855 Macedo de Cavaleiros	integrou Gralhós em 1841-1849	União das Freguesias de Talhinhas e Bagueixe
Tamanhos (Santo António)	Trancoso	integrou Falachas em 1936	Tamanhos
Tamel – Santa Leocádia (Santa Leocádia)	Barcelos	—	União das Freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Monte
Tamel – São Pedro Fins (São Pedro Fins)	Barcelos	—	União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)
Tamel – São Veríssimo (São Veríssimo)	Manhente 1836 Barcelos	—	Tamel (São Veríssimo)
Tamengos (São Pedro)	Aguim 1836 Mealhada 1853 Anadia	integrou Aguim em 1841 separada Aguim em 1989	União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro
Tancos (Nossa Senhora da Conceição)	Tancos 1836 Barquinha (1839) Vila Nova da Barquinha 1895 Golegã 1898 Vila Nova da Barquinha	—	Tancos
Tangil (O Salvador)	Valadares 1855 Monção		Tangil
Tapéus (Espírito Santo)	Redinha 1836 Pombal 1864 Soure	—	Tapéus
Tarouca (São Pedro)	Tarouca 1895 Lamego 1898 Tarouca	—	União das Freguesias de Tarouca e Dálvares
Tarouquela (Santa Maria Maior)	Sanfins da Beira 1855 Cinfães	—	Tarouquela
Tavarede (São Martinho)	Figueira da Foz	—	Tavarede
Taveiro (São Lourenço)	Coimbra	—	União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila
Tavira – Santa Maria [do Castelo] (Santa Maria)	Tavira	—	União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)
Tavira – Santiago (São Tiago)	Tavira	separada Santa Luzia em 1984	União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)
Távora – Santa Maria (Santa Maria)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Távora (Santa

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Maria e São Vicente)
Távora (São João Batista)	Távora 1836 Tabuaço	—	União das Freguesias de Távora e Pereiro
Távora – São Vicente (São Vicente)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente)
Tazem (Nossa Senhora da Assunção)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços 1878-1890 extinta	anexada a Padrela em 1878-1890	—
Tebosa (O Salvador)	Barcelos 1836 Braga	—	Tebosa
Teixeira [de Cima] (Nossa Senhora da Conceição)	1841 Loriga 1855 Seia 1888 extinta 1946 Seia	separada de Alvoco da Serra em 1841 integrada em Vide em 1936 separada de Vide em 1946	Teixeira
Teixeira (Santa Isabel)	Côja 1836 Fajão 1855 Arganil	separada parte de Moura da Serra em 1962	União das Freguesias de Cepos e Teixeira
Teixeira (São Bartolomeu)	Algozo 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Atenor em 1841-1849	—
Teixeira (São Pedro)	Teixeira 1836 Mesão Frio 1837 Baião	—	União das Freguesias de Teixeira e Teixeiró
Teixeiró (Santa Maria)	Baião 1836 Mesão Frio 1837 Baião	—	União das Freguesias de Teixeira e Teixeiró
Teixoso (Nossa Senhora dos Coros)	Covilhã	separada parte de Canhoso em 1997	União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo
Telhado (Santa Maria)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela
Telhado (Santo André)	Fundão	integrou Freixial de Potes em 1841	Telhado
Telões (O Salvador)	Vila Pouca de Aguiar	—	Telões
Telões (Santo André)	Celorico de Basto 1836 Cabeceiras de Basto	—	Telões

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1837 Amarante		
Telões do Monte (Santa Comba)	Baião 1852 extinta	integrada em Loivos do Monte em 1852	—
Tendais (São Cristóvão)	Tendais 1836 São Cristóvão de Nogueira 1837 Cinfães	—	Tendais
Tenões (Santa Eulália)	Braga	—	União das Freguesias de Nogueiró e Tenões
Tentúgal (Nossa Senhora da Assunção)	Tentúgal 1853 Montemor-o-Velho	integrou Póvoa Nova de Santa Cristina em 1841	Tentúgal
Terena (São Pedro)	Terena 1836 Alandroal	—	Terena
Terrenho (São Martinho)	Moreira 1835 Moreira de Rei 1836 Trancoso	—	União das Freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho
Terroso (São Salvador)	Barcelos 1836 Póvoa de Varzim	—	União das Freguesias de A-Ver-o-Mar, Amorim e Terroso
Terroso (São Tomé)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Espinhosela em 1841-1849	—
Terrugem (Santo António)	Elvas 1878-1890 extinta 1900-1911 Elvas	anexada a Vila Boim em 1878-1890 desanexada de Vila Boim em 1900-1911	União das Freguesias de Terrugem e Vila Boim
Terrugem (São João Batista Degolado)	Sintra	—	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Tinalhas (Nossa Senhora da Assunção)	São Vicente da Beira 1877 Castelo Branco	integrada Ninho do Açor em 1936 separada Ninho do Açor em 1952	Tinalhas
Tinhela (Nossa Senhora da)	Monforte de Rio Livre 1853 Valpaços	—	Tinhela e Alvarelhos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Assunção)			
Tó (Santa Maria Madalena)	Bemposta 1836 Mogadouro	—	Tó
Tocha [Quintã e Senhora da] (São João Batista)	Cadima 1853 Cantanhede	—	Tocha
Tões (Santa Senhorinha)	Armamar	—	(integrada em Armamar)
Toito (Santa Catarina)	Jarmelo 1841 extinta	integrada em Ribeira dos Carinhos em 1841	—
Tolosa (Nossa Senhora da Encarnação)	Tolosa 1836 Alpalhão 1853 Nisa 1895 Crato 1898 Nisa	—	Tolosa
Tomar – Santa Maria dos Olivais (Santa Maria dos Olivais)	Tomar	separada Tomar – São João Batista em 1933	União das Freguesias de Tomar (São João Batista) e Santa Maria dos Olivais
Tomar – São João Batista	1933 Tomar	separada de Tomar – Santa Maria dos Olivais em 1933	União das Freguesias de Tomar (São João Batista) e Santa Maria dos Olivais
Tonda (São Salvador)	Besteiros 1835 Tondela	—	Tonda
Tondela (Santa Maria)	Besteiros 1835 Tondela	—	União das Freguesias de Tondela e Nandufe
Tôr	1997 Loulé	separada de Querença em 1997	União das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim
Torgueda (O Salvador)	Vila Real	—	Torgueda
Tornada (Nossa Senhora da Anunciação)	Óbidos 1836 Caldas da Raíña	—	União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto
Torno (São Fins)	Unhão 1836 Barrosas 1838 Lousada	—	Torno

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Torrados (São Pedro)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Torrados e Sousa
Torrão (Nossa Senhora da Assunção)	Torrão 1836 Alvito 1871 Alcácer do Sal	integrou São Romão do Sádão em 1936	Torrão
Torrão (Santa Clara)	Torrão 1836 Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Alpendurada, Várzea e Torrão
Torre (Santa Maria)	Amares 1836 Pico de Regalados 1837 Amares	—	União das Freguesias de Torre e Portela
Torre (São Salvador)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Torre e Vila Mou
Torre das Vargens (Nossa Senhora da Graça)	Ponte de Sor 1841 extinta	Integrada em Ponte de Sor em 1841	—
Torre de Coelhoiros (Nossa Senhora do Rosário)	Évora	integrou São Bento de Pomares, São Marcos de Abóbada e São Jordão em 1946	Torre de Coelhoiros
Torre de Dona Chama (Nossa Senhora da Encarnação)	Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	integrou Vilares em 1841	Torre de Dona Chama
Torre de Moncorvo (Nossa Senhora da Assunção)	Torre de Moncorvo	—	Torre de Moncorvo
Torre de Vale de Todos (Nossa Senhora da Graça)	Vale de Todos 1836 Penela 1837 Ansião	—	(integrada em Ansião)
Torre de Vilela (São Martinho)	Coimbra 1849-1864 extinta 1876 Coimbra	—	União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela
Torre do Pinhão (São)	Vila Real 1836 Vilar de	—	Torre do Pinhão

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Tiago Maior)	Maçada 1853 Alijó 1855 Sabrosa		
Torre do Terrenho (Nossa Senhora do Pranto)	Moreira 1835 Moreira de Rei 1836 Trancoso	—	União das Freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho
Torredeita (Nossa Senhora da Anunciação)	Viseu	—	União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita
Torreira	1926 Murtosa	separada de Murtosa em 1926	Torreira
Torres (Santa Águeda)	Trancoso	integrou Frechão em 1841-1849	União das Freguesias de Freches e Torres
Torres do Mondego	1934 Coimbra	separada de Santo António dos Olivais em 1934	Torres do Mondego
Torres Novas – Salvador (São Salvador)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)
Torres Novas – Santa Maria (Nossa Senhora da Expectação)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)
Torres Novas – Santiago (São Tiago)	Torres Novas	separada Riachos em 1923 separada parte de Entroncamento em 1926 separada Meia Via em 2001	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)
Torres Novas – São Pedro (São Pedro)	Torres Novas	—	União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Torres Vedras – Santa Maria do Castelo (Santa Maria do Castelo)	Torres Vedras	integrou Torres Vedras – São Miguel em 1900-1911 separada Campelos em 1945	União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago e Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães
Torres Vedras – São Miguel (São Miguel)	Torres Vedras 1900- 1911 extinta	integrada em Torres Vedras – Santa Maria do Castelo em 1900-1911	—
Torres Vedras – São Pedro (São Pedro)	Torres Vedras	integrou Torres Vedras – São Tiago em 1900-1911	União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago e Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães
Torres Vedras – São Tiago (São Tiago)	Torres Vedras 1900- 1911 extinta	integrada em Torres Vedras – São Pedro em 1900-1911	—
Torrozelo (Nossa Senhora do Rosário)	Torrozelo 1836 Sandomil 1855 Seia	—	União das Freguesias de Torrozelo e Folhadosa
Tortosendo (Nossa Senhora da Oliveira)	Covilhã	—	Tortosendo
Touça (Nossa Senhora da Pureza)	Touça 1836 Freixo de Numão 1853 Vila Nova de Foz Côa	—	Touça
Tougues (São Vicente)	Maia 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Retorta e Tougues
Touguinha (Nossa Senhora da Esperança)	Barcelos 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Touguinha e Touguinhó
Touguinhó (São Salvador)	Barcelos 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Touguinha e Touguinhó

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Toulões (Santo António)	Monsanto 1836 Salvaterra do Extremo 1841 extinta 1951 Idanha-a-Nova	integrada em Zebreira em 1841 separada de Salvaterra do Extremo e Zebreira em 1951	Toulões
Tourais (O Salvador)	Seia	—	União das Freguesias de Tourais e Lajes
Tourém (São Pedro)	Tourém 1836 Montalegre	—	Tourém
Tourigo	1986 Tondela	separada de Barreiro de Besteiros em 1986	União das Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo
Touro (São Sebastião)	Vila Cova à Coelheira 1836 Fráguas 1895 Castro Daire 1898 Vila Nova de Paiva	—	Touro
Toutosa (Santa Cristina)	Santa Cruz de Riba Tâmega 1853 Marco de Canaveses	—	Livração (fusão de Toutosa e Santo Isidoro)
Touvedo – Salvador (O Salvador)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador)
Touvedo – São Lourenço (São Lourenço)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador)
Trafaria	1926 Almada	separada de Caparica em 1926 separada Costa da Caparica em 1939	União das Freguesias de Caparica e Trafaria
Tramaga	1993 Ponte de Sor	separada de Ponte de Sor em 1993	União das Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Açor
Tramagal (Nossa Senhora da Oliveira)	Abrantes	—	Tramagal

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Trancoso – Santa Maria (Santa Maria de Guimarães)	Trancoso	integrou Venda do Cepo em 1841 integrou Trancoso – São João Batista e Trancoso – São Tiago em 1849	União das Freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior
Trancoso – São João Batista (São João Batista)	Trancoso 1849 extinta	integrada em Trancoso – Santa Maria em 1849	—
Trancoso – São João de Extramuros (São João)	Trancoso 1849 extinta	integrada em Trancoso – São Pedro em 1849	—
Trancoso – São Pedro (São Pedro)	Trancoso	integrou Courelas em 1841 integrou Trancoso – São João de Extramuros e Trancoso – Senhora da Fresta em 1849	União das Freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior
Trancoso – São Tiago (São Tiago)	Trancoso 1849 extinta	integrada em Trancoso – Santa Maria em 1849	—
Trancoso – Senhora da Fresta (Nossa Senhora)	Trancoso 1849 extinta	integrada em Trancoso – São Pedro em 1849	—
Trancozelos (O Salvador)	Penalva do Castelo	—	Trancozelos
Trandeiras (O Salvador)	Braga	—	União das Freguesias de Morreira e Trandeiras
Travanca (Nossa Senhora da Assunção)	Algozo 1836 Mogadouro	integrou Figueirinha em 1841-1849	Travanca
Travanca (O Salvador)	Travanca 1836 Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante		Travanca (O Salvador)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Travanca [do Douro] (Santa Leocádia)	Sanfins da Beira 1855 Cinfães	—	Travanca
Travanca (São Mamede)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo
Travanca (São Mamede)	Vinhais		União das Freguesias de Travanca e Santa Cruz
Travanca (São Martinho)	Pinheiro da Bemposta 1855 Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz
Travanca de Farinha Podre (São Tiago Maior)	Penacova 1836 Farinha Podre 1853 Tábua 1855 Penacova 1889 (ver Travanca do Mondego)	passou a denominar- se Travanca do Mondego em 1889	—
Travanca de Lagos (São Pedro)	Lagos da Beira 1836 Oliveira do Hospital	—	Travanca de Lagos
Travanca de Tavares (O Salvador)	Tavares 1852 Penalva do Castelo 1852 Mangualde	—	União das Freguesias de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca)
Travanca do Mondego (São Tiago Maior)	(ver Travanca de Farinha Podre) 1889 Penacova 1895 Tábua 1898 Penacova	denominou-se Travanca de Farinha Podre até 1889	União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego
Travancas (São Bartolomeu)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	—	União das Freguesias de Travancas e Roriz
Travancinha (Nossa Senhora do Rosário)	Casal 1836 Ervedal da Beira 1855 Seia	—	Travancinha
Travassô (São Miguel)	Recardães 1836 Águeda	—	União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira
Travassos (São Martinho)	Póvoa de Lanhoso	—	Travassos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Travassós (São Martinho)	Vila Chã 1836 Pico de Regalados 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós
Travassós (São Tomé)	Guimarães 1853 Fafe	—	Travassós
Tregosa (Santa Maria)	Barcelos	—	União das Freguesias de Durrães e Tregosa
Treixedo (Nossa Senhora da Assunção)	Treixedo 1836 Santa Comba Dão	separada Nagozela em 1984	União das Freguesias de Treixedo e Nagozela
Tremês (São Tiago)	Santarém 1836 Alcanede 1855 Santarém		União das Freguesias de Azoia de Cima e Tremês
Três Minas (São Miguel)	Alfarela de Jales 1853 Murça 1855 Vila Pouca de Aguiar	—	Tresminas
Tresouras (São Miguel)	Baião	—	União das Freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras
Trevões (Santa Marinha)	Trevões 1855 São João da Pesqueira	—	União das Freguesias de Trevões e Espinhosa
Trezói (São Tomé)	Mortágua	—	Trezói
Trigaches	1988 Beja	separada de Beringel em 1988	União das Freguesias de Trigaches e São Brissos
Trindade (Santíssima Trindade)	Beja	—	União das Freguesias de Albernoa e Trindade
Trindade (Santíssima Trindade)	Vila Flor	—	Trindade
Trinta (São Pedro)	Guarda	—	União das Freguesias de Corujeira e Trinta
Trocheiros (Nossa Senhora das Luzes)	Jarmelo 1841 extinta	integrada em Pínzio em 1841	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Trofa (O Salvador)	Trofa 1836 Vouga 1853 Águeda	—	União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga
Tronco (São Tiago)	Monforte de Rio Livre 1853 Chaves	—	Tronco
Tropeço (Santa Marinha)	Arouca	—	Tropeço
Troporiz (Santa Maria)	Monção		União das Freguesias de Troporiz e Lapela
Trouxemil (São Tiago Maior)	Coimbra	parte integrada em Santo António dos Olivais em 1854	União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela
Troviscal (São Bartolomeu)	Recardães 1836 São Lourenço do Bairro 1853 Oliveira do Bairro 1895 Anadia 1898 Oliveira do Bairro	—	União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa
Troviscal (São Vicente)	Sertã	—	Troviscal
Troviscoso (São Mamede)	Monção	—	União das Freguesias de Monção e Troviscoso
Trute (Santa Eulália)	Monção	—	Trute
Tuías (O Salvador)	Tuías 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	—	Marco (fusão de São Nicolau, Tuías, Fornos, Rio de Galinhas e Freixo)
Tuizelo (Santo André)	Vinhais 1836 Santalha 1853 Vinhais	integrou Cabeça de Igreja, Nuzedo de Cima e Quadra em 1841 separada Cabeça de Igreja em 1853-1864 integrada Cabeça de Igreja em 1936	Tuizelo

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Tunes	1985 Silves	separada de Algoz em 1985	União das Freguesias de Algoz e Tunes
Turcifal (Santa Maria Madalena)	Torres Vedras 1847 Azueira 1855 Torres Vedras	—	Turcifal
Turiz (Santa Maria)	Larim 1836 Pico de Regalados 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	Turiz
Turquel (Nossa Senhora da Conceição)	Turquel 1836 Alcobaça	—	Turquel
Ucanha (São João Evangelista)	Ucanha 1836 Mondim da Beira 1895 Armamar 1898 Tarouca	—	União das Freguesias de Gouviães e Ucanha
Ucha (São Romão)	Prado 1855 Barcelos	—	Ucha
UI (Santa Maria)	Pinheiro da Bemposta 1855 Oliveira de Azeméis	—	União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail
Ulme (Santa Maria)	Ulme 1855 Chamusca	—	Ulme
Unhais da Serra (Santo Aleixo)	Covilhã	—	Unhais da Serra
Unhais-o-Velho (São Mateus)	Covilhã 1836 Fajão 1855 Pampilhosa da Serra	—	Unhais-o-Velho
Unhão (O Salvador)	Unhão 1836 Barrosas 1852 Lousada 1855 Felgueiras	—	União das Freguesias de Unhão e Lordelo
Unhos (São Silvestre)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Loures	—	União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação
Urgezes (Santo Estêvão)	Guimarães	—	Urgezes
Urgueira [Aldeia de]	Sortelha 1851 Sabugal	passou a denominar-	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(Santo António)	1864-1878 (ver Aldeia de Santo António)	se Aldeia de Santo António em 1864- 1878	
Urqueira	1928 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Olival em 1928	Urqueira
Urra [Caiola] (São Tiago Menor)	Portalegre	—	Urra
Urrô (São Miguel)	Arouca	—	Urrô
Urrô (São Miguel)	Penafiel	—	Guilhufe e Urrô
Urrós (Santa Maria Madalena)	Algozo 1836 Mogadouro	—	Urrós
Urrós (São Bartolomeu)	Torre de Moncorvo	—	União das Freguesias de Urrós e Peredo dos Castelhanos
Usseira	1989 Óbidos	separada de Óbidos – São Pedro em 1989	Usseira
Uva (Santa Marinha)	Algozo 1836 Vimioso	integrou Mora em 1841-1849 integrou Vila Chã da Ribeira em 1841-1849	União das Freguesias de Algozo, Campo de Víboras e Uva
Vacalar	1958 Armamar	separada de Armamar em 1958	Vacalar
Vacariça (São Vicente)	Vacariça 1837 Mealhada	separada Mealhada em 1944	Vacariça
Vade – São Pedro (São Pedro)	Ponte da Barca	—	Vade (São Pedro)
Vade – São Tomé (São Tomé)	Ponte da Barca	—	Vade (São Tomé)
Vagos (São Tiago Maior)	Vagos	engloba a localidade de Sorrães que constituiu o concelho de Sorrães até 1836 separada Calvão em 1933 separada	União das Freguesias de Vagos e Santo António

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Gafanha da Boa Hora em 1966 separadas Santo André de Vagos e Santo António em 1985	
Vaiamonte (Santo António)	Monforte 1895 Fronteira 1898 Monforte	—	Vaiamonte
Vairão (O Salvador)	Maia 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Fornelo e Vairão
Valada (Nossa Senhora do Ó)	Cartaxo	—	Valada
Valadares (Nossa Senhora da Expectação)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	—	Valadares
Valadares (O Salvador)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Gulpilhares e Valadares
Valadares (Santa Eulália)	Valadares 1855 Monção		União das Freguesias de Messegães, Valadares e Sá
Valadares (São Tiago)	Baião	—	Valadares
Valado de Frades (São Sebastião)	Alcobaça 1836 Maiorga 1837 Pederneira 1855 Alcobaça 1898 Pederneira 1912 Nazaré	—	Valado de Frades
Valbom (Nossa Senhora da Assunção)	Pinhel	—	Valbom / Bogalhal
Valbom – São Martinho (São Martinho)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)
Valbom – São Pedro	Pico de Regalados 1855	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Pedro)	Vila Verde		de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)
Valbom (São Veríssimo)	Gondomar	—	União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim
Valcerto (São Lourenço)	Algozo 1836 Mogadouro 1841-1849 extinta	integrada em São Martinho do Peso em 1841-1849	—
Valdigem (São Martinho)	Valdigem 1836 Lamego	—	União das Freguesias de Parada de Bispo e Valdigem
Valdosende (Santa Marinha)	Terras de Bouro 1837 Santa Marta do Bouro 1853 Terras de Bouro 1895 Vieira do Minho 1898 Terras de Bouro	—	Valdosende
Valdreu (Divino Salvador)	Valdreu 1836 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	Valdreu
Valdrez (?)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Salselas em 1841- 1849	—
Valdujo (Nossa Senhora da Consolação)	Moreira 1835 Moreira de Rei 1836 Trancoso	—	Valdujo
Vale (Santa Maria)	Feira 1836 Fermedo 1855 Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior
Vale – São Cosme (São Cosme e São Damião)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela
Vale – São Martinho	Barcelos 1836	—	Vale (São Martinho)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
(São Martinho)	Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão		
Vale (São Pedro)	Arcos de Valdevez	—	Vale
Vale Benfeito (Nossa Senhora da Assunção)	Bragança 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	—	Vale Benfeito
Vale Covo	1948 Bombarral	separada de Bombarral em 1948	União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo
Vale da Amoreira	1988 Moita	separada de Baixa da Banheira em 1988	União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira
Vale da Coelha (Santa Maria Maior)	Almeida	—	União das Freguesias de Malpartida e Vale da Coelha
Vale da Madre (São Brás)	Mogadouro	—	Vale da Madre
Vale da Pedra	1988 Cartaxo	separada de Pontével em 1988	Vale da Pedra
Vale da Pinta (São Bartolomeu)	Santarém 1836 Cartaxo	—	União das Freguesias de Cartaxo e Vale da Pinta
Vale da Porca (São Vicente)	Bragança 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros	integrou Banreses em 1841-1849	Vale da Porca
Vale da Senhora da Póvoa	(ver Vale de Lobo) 1957 Penamacor	denominou-se Vale de Lobo até 1957	Vale da Senhora da Póvoa
Vale das Éguas (São João Degolado)	Sabugal 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas
Vale das Fontes (São Bartolomeu)	Vinhais	integrou Nuzedo de Baixo em 1841	Vale das Fontes
Vale de Afonsinho (São Gregório)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo		União das Freguesias de Vale de Afonsinho, Vilar de Amargo e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Algodres
Vale de Água	1997 Santiago do Cacém	separada de São Domingos em 1997	União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água
Vale de Algosó (Santa Engrácia)	Algosó 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Algosó em 1841-1849	—
Vale de Amoreira (Nossa Senhora da Assunção)	Valhelhas 1855 Guarda 1936 extinta 1988 Guarda 2001 Manteigas	integrada em Valhelhas em 1936 separada de Valhelhas em 1988	Vale de Amoreira
Vale de Anta (São Domingos)	Chaves	—	Vale de Anta
Vale de Asnes (São Pedro)	Vale de Asnes 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros 1871 Mirandela	integrou Cedainhos em 1936	Vale de Asnes
Vale de Azares (Nossa Senhora da Consolação)	Celorico da Beira	—	Vale de Azares
Vale de Bouro (São Martinho)	Celorico de Basto	—	Vale de Bouro
Vale de Cavalos (Divino Espírito Santo)	Santarém 1836 Ulme 1855 Chamusca 1919 Alpiarça 1926 Chamusca	separada Parreira em 1985	Vale de Cavalos
Vale de Espinho (Santa Maria Madalena)	Sabugal	—	Vale de Espinho
Vale de Estrela	(ver Porcas) 1939 Guarda	denominou-se Porcas até 1928	Vale de Estrela
Vale de Figueira (Nossa Senhora da Apresentação)	Chavães 1836 Barcos 1855 Tabuaço	—	União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira
Vale de Figueira (Nossa Senhora do	São João da Pesqueira	—	Vale de Figueira

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Rosário)			
Vale de Figueira (São Domingos)	Santarém	—	União das Freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira
Vale de Frades (Santo André)	Vimioso	integrou São Joanico em 1841-1849 integrou Serapicos em 1841-1849	União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso
Vale de Gouvinhas (Santo André)	Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	integrou Quintas em 1841	Vale de Gouvinhas
Vale de Guizo (Nossa Senhora do Monte)	Alcácer do Sal 1936 extinta	integrada em Alcácer do Sal – Santiago em 1936	—
Vale de Janeiro (Nossa Senhora da Assunção)	Vinhais	—	União das Freguesias de Curopos e Vale de Janeiro
Vale de la Mula (Nossa Senhora da Assunção)	Almeida	—	Vale de la Mula
Vale de Ladrões (São Pedro)	Marialva 1855 Vila Nova de Foz Côa 1872 Meda 1941 (ver Vale Flor)	passou a denominar- se Vale Flor em 1941	—
Vale de Lamas (?)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Baçal em 1841-1849	—
Vale de Lobo (São Gonçalo)	Mirandela 1841 extinta	integrada em Cedões em 1841	—
Vale de Lobo (São Tiago)	Penamacor 1957 (ver Vale da Senhora da Póvoa)	passou a denominar- se Vale da Senhora da Póvoa em 1957	—
Vale de Macieira (São Saturnino)	Fronteira 1841-1864 (ver Valongo)	passou a denominar- se Valongo em 1841- 1864	—
Vale de Madeira (São Sebastião Mártir)	Pinhel	—	Alto do Palurdo (fusão de Pereiro e Vale de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Madeira)
Vale de Mendiz (São Domingos)	Vila Real 1836 Favaios 1853 Alijó	—	União das Freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas
Vale de Mós	1985 Abrantes	separada de São Facundo em 1985	União das Freguesias de São Facundo e Vale de Mós
Vale de Mouro (Nossa Senhora da Graça)	Trancoso 1841 extinta	integrada em Falachas em 1841	—
Vale de Nogueira (Santa Maria)	Vale de Nogueira 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Salsas em 1841-1849	—
Vale de Nogueiras (São Pedro)	Vila Real	englobava a localidade da Galegos que constituiu o concelho da Galegos até 1801-1835	União das Freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras
Vale de Porco (São Brás)	Mogadouro	—	União das Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei
Vale de Prados [de Ledra] (São Jerónimo)	Torre de Dona Chama 1841 extinta	integrada em Múrias em 1841	—
Vale de Prados [o Grande] (São Jerónimo)	Vale de Prados o Grande 1836 Cortiços 1853 Macedo de Cavaleiros	—	Vale de Prados
Vale de Prazeres [e Mata] (São Bartolomeu)	Alpedrinha 1855 Fundão	separada Mata da Rainha em 1976	União das Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha
Vale de Reis (Nossa Senhora)	Alcácer do Sal 1936 extinta	integrada em Alcácer do Sal – Santa Maria do Castelo em 1936	—
Vale de Remígio (São	Mortágua	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Mamede)			de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça
Vale de Salgueiro (São Sebastião)	Mirandela	integrou Miradeses em 1841	Vale de Salgueiro
Vale de Sancha (São Gonçalo)	Frechas 1836 Mirandela 1936 extinta	integrada em Frechas em 1936	—
Vale de Santarém (Nossa Senhora da Expectação)	Santarém	—	Vale de Santarém
Vale de Santiago (Santa Catarina)	Santiago do Cacém 1836 Messejana 1855 Odemira	separada parte de Bicos em 1988	Vale de Santiago (integrou parte de Bicos)
Vale de Telhas (Santo Ildefonso)	Mirandela 1836 Torre de Dona Chama 1855 Mirandela	—	Vale de Telhas
Vale de Vargo (São Sebastião)	Moura 1898 Serpa	—	União das Freguesias de Vila Nova de São Bento e Vale de Vargo
Vale do Paraíso	1916 Azambuja	separada de Aveiras de Cima em 1916	Vale do Paraíso
Vale do Peso (Nossa Senhora da Luz)	Crato		União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso
Vale do Seixo (Nossa Senhora da Conceição)	Trancoso	—	União das Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia
Vale Flor	(ver Vale de Ladrões) 1941 Meda	denominou-se Vale de Ladrões até 1941	União das Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela
Vale Formoso	(ver Aldeia do Mato) 1949 Covilhã	denominou-se Aldeia do Mato até 1949	União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto
Vale Frechoso (São	Vila Flor	—	Vale Frechoso

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Lourenço)			
Vale Longo (Nossa Senhora das Neves)	Sabugal 1836 Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Seixo do Cõa e Vale Longo
Vale Pereiro (Santo Apolinário)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Alfândega da Fé 1895 Macedo de Cavaleiros 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
Vale Verde (Nossa Senhora da Graça)	Pinhel 1895 Almeida	—	União das Freguesias de Azinhal, Peva e Vale Verde
Válega (Santa Maria)	Pereira Jusã 1852 Ovar	—	Válega
Valença – Santo Estêvão (Santo Estêvão)	Valença 1841-1849 extinta	integrada em Valença – Senhora dos Anjos em 1841- 1849	—
Valença – Senhora dos Anjos (Santa Maria dos Anjos)	Valença	integrou Valença – Santo Estêvão em 1841-1849	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão
Valença do Douro (São Gonçalo)	Valença do Douro 1836 Tabuaço 1885 São João da Pesqueira 1895 Tabuaço	—	Valença do Douro
Vales (Santa Cruz)	Alfândega da Fé 1895 Macedo de Cavaleiros 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Pombal e Vales
Vales (São Nicolau)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços 1895 Murça 1898 Valpaços	—	Vales
Vales do Rio	1976 Covilhã	separada de Peso em 1976	União das Freguesias de Peso e Vales do Rio
Valezim (Nossa)	Valezim 1836 Loriga	—	Valezim

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora do Rosário)	1855 Seia		
Valhascos	1949 Sardeal	separada de Sardeal em 1949	Valhascos
Valhelhas (Santa Maria Maior)	Valhelhas 1855 Guarda	integrou Vale de Amoreira em 1878- 1890 separada Vale de Amoreira em 1988	Valhelhas
Valmaior (Santa Eulália)	Vouga 1841 Albergaria- a-Velha	—	União das Freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior
Valões (Santa Eulália)	Ponte da Barca 1838 Aboim da Nóbrega 1853 Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias do Vade (fusão de Atães, Covas, Penascais, Valões e Codeceda)
Valongo (São Gonçalo)	Murça 1924 (ver Valongo de Milhais)	passou a denominar- se Valongo de Milhais em 1924	—
Valongo (São Mamede)	Maia 1836 Valongo	—	Valongo
Valongo (São Saturnino)	Benavila 1836 Avis	—	União das Freguesias de Benavila e Valongo
Valongo (São Saturnino)	(ver Vale de Macieira) 1841-1864 Fronteira 1936 (ver São Saturnino)	denominou-se Vale de Macieira até 1841-1864 passou a denominar-se São Saturnino em 1936	—
Valongo de Milhais	(ver Valongo) 1924 Murça	denominou-se Valongo até 1924	Valongo de Milhais
Valongo do Vouga (São Pedro)	Vouga 1853 Águeda	englobava a localidade da Aguieira que constituiu o concelho da Aguieira até 1835	Valongo do Vouga

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		engloba a localidade de Brunhido que constituíu o concelho de Brunhido até 1835	
Valongo dos Azeites (Santa Catarina)	Valongo dos Azeites 1836 Trevões 1855 São João da Pesqueira	—	Valongo dos Azeites
Valoura (Santa Iria)	Vila Pouca de Aguiar	—	Valoura
Valpaço (?)	Vinhais 1841 extinta	integrada em Curopos em 1841	—
Valpaços (Santa Maria)	Chaves 1836 Valpaços	—	Valpaços e Sanfins
Valpedre (São Tiago)	Penafiel	—	Valpedre
Valtorno (Nossa Senhora da Assunção)	Vilarinho da Castanheira 1836 Vila Flor 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Vila Flor	—	União das Freguesias de Valtorno e Mourão
Valverde (?)	Rebordãos 1836 Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Pinela em 1841-1849	—
Valverde (Nossa Senhora da Encarnação)	Alfândega da Fé 1895 Torre de Moncorvo 1898 Alfândega da Fé	—	União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
Valverde (São Miguel)	Fundão	—	União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo
Valverde (São Pedro)	Aguiar da Beira 1895 Trancoso 1898 Aguiar da Beira	—	União das Freguesias de Souto de Aguiar da Beira e Valverde
Valverde (São Sebastião)	Mogadouro	—	União das Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Porco e Vilar de Rei
Valverde da Gestosa (Nossa Senhora da Encarnação)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas de Orelhão 1853 Mirandela	—	União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa
Valverdinho (Espírito Santo)	Sortelha 1855 Sabugal	integrada em Casteleiro em 1841	—
Vandoma (Santa Eulália)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Vandoma
Vaqueiros (Santa Maria)	Santarém 1836 Pernes 1855 Santarém	—	União das Freguesias de Casével e Vaqueiros
Vaqueiros (São Pedro)	Alcoutim	—	Vaqueiros
Varge (?)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Aveleda em 1841- 1849	—
Variz (Santo Antão)	Penas Roias 1836 Mogadouro 1936 extinta	integrada em Penas Roias em 1936	—
Várzea (Nossa Senhora da Conceição)	Santarém	—	União das Freguesias de Romeira e Várzea
Várzea [de Lafões] (Nossa Senhora da Expectação)	Lafões 1836 São Pedro do Sul	engloba a localidade de Termas de São Pedro do Sul que constituiu o concelho do Banho até 1836	União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões
Várzea (O Salvador)	Arouca	—	Várzea
Várzea (São Bento)	1841 Barcelos	separada de Crujeães em 1841 integrou Crujeães em 1936	Várzea
Várzea (São Brás)	Elvas 1878-1890 extinta 1936 Elvas 1936 (ver São Brás)	anexada a Elvas – Salvador em 1878- 1890 desanexada de Elvas – Salvador	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		e anexada São Lourenço em 1900- 1911 passou a denominar-se São Brás em 1936	
Várzea [do Marão] (São João Batista)	Gestaçô 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea
Várzea (São Jorge)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure
Várzea Cova (Santa Maria)	Refojos de Basto 1836 Cabeceiras de Basto 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova
Várzea da Serra (São Martinho)	Várzea da Serra 1836 Tarouca 1895 Lamego 1898 Tarouca	—	Várzea da Serra
Várzea de Abrunhais (São Pedro)	Lamego	integrou Recião em 1841-1849	Várzea de Abrunhais
Várzea de Góis (São Pedro)	Góis 1927 (ver Vila Nova do Ceira)	passou a denominar- se Vila Nova do Ceira em 1927	—
Várzea de Meruge (São Tiago)	Casal 1836 Ervedal da Beira 1855 Seia	—	União das Freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge
Várzea de Ovelha (Santo André)	Gouveia 1836 Soalhães 1852 Marco de Canaveses	anexada Aliviada em 1900-1911	Várzea, Aliviada e Folhada
Várzea de Tavares (Santa Maria)	Tavares 1852 Fornos de Algodres 1853 Mangualde	—	União das Freguesias de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca)
Várzea de Trevões (Espírito Santo)	Várzea de Trevões 1836 Trevões 1855 São João	—	União das Freguesias de São João da

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	da Pesqueira		Pesqueira e Várzea de Trevões
Várzea do Douro (São Martinho)	Pendurada 1836 Benviver 1852 Marco de Canaveses		Alpendurada, Várzea e Torrão
Várzea dos Cavaleiros (São Pedro)	Sertã	—	Várzea dos Cavaleiros
Varziela (São Miguel)	Felgueiras 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure
Varzielas (São Pedro Apóstolo)	Lafões 1836 São João do Monte 1855 Oliveira de Frades	—	União das Freguesias de Arca e Varzielas
Vascões (São Pedro)	Coura (1875) Paredes de Coura	—	Vascões
Vascoveiro (Nossa Senhora da Assunção)	Pinhel	—	Vascoveiro
Vassal (Nossa Senhora da Expectação)	Chaves 1836 Valpaços	—	Vassal
Vau (Nossa Senhora da Piedade)	Óbidos	—	Vau
Veade (Santa Maria)	Celorico de Basto	—	União das Freguesias de Veade, Gagos e Molares
Veiga (São Vicente)	Outeiro 1841 extinta	integrada em Quintanilha em 1841	—
Veiga de Lila – Santa Maria (Santa Maria)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853 Valpaços	—	Veiga de Lila
Veiga de Lila – São Pedro (São Pedro)	Chaves 1836 Carrazedo de Montenegro 1853	—	São Pedro de Veiga de Lila

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Valpaços		
Veiros (O Salvador)	Veiros 1855 Fronteira 1872 Monforte 1895 Estremoz	—	Veiros
Veiros (São Bartolomeu)	Estarreja	—	União das Freguesias de Beduído e Veiros
Vela (Nossa Senhora da Graça)	Guarda	—	Vela
Velosa (Nossa Senhora dos Prazeres)	Celorico da Beira	—	União das Freguesias de Açores e Velosa
Venade (Santa Eulália)	Caminha		União das Freguesias de Venade e Azevedo
Venda do Cepo (São Tiago)	Trancoso 1841 extinta	integrada em Trancoso – Santa Maria em 1841	—
Venda do Pinheiro	1985 Mafra	separada de Milharado em 1985	União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés
Venda Nova (São Simão)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	União das Freguesias de Venda Nova e Pondras
Venda Nova	1997 Amadora	separada de Falagueira-Venda Nova em 1997	Falagueira–Venda Nova
Vendada (São Brás)	Pinhel	integrada em Lameiras em 1864- 1878	—
Vendas Novas (Santo António)	Montemor-o-Novo 1962 Vendas Novas	integrou Safira e Santo Aleixo em 1936 integrou Landeira em 1962 separada Landeira em 1984	Vendas Novas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Venteira	1979 Amadora	separada de Amadora em 1979	Venteira (incorporou parte de Reboleira)
Ventosa (Nossa Senhora da Purificação)	Elvas 1878-1890 extinta	anexada a Caia em 1878-1890 desanexada de Caia e anexada a São Vicente em 1900- 1911	—
Ventosa (Nossa Senhora das Virtudes)	Alenquer 1836 Aldeia Galega da Merceana 1855 Alenquer	—	Ventosa
Ventosa (Santa Maria)	Lafões 1836 Vouzela	—	Ventosa
Ventosa (São Mamede)	Torres Vedras	—	Ventosa
Ventosa (São Martinho)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Ventosa e Cova
Ventosa do Bairro (Nossa Senhora da Assunção)	Ventosa do Bairro 1836 Mealhada	separada Antes em 1964	União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes
Ventozelo (Nossa Senhora da Assunção)	Mogadouro	—	União das Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo
Vera Cruz [de Marmelar] (Vera Cruz)	Portel	—	Vera Cruz
Verdelhos (São Pedro)	Covilhã 1836 Valhelhas 1855 Covilhã	—	Verdelhos
Verderena	1985 Barreiro	separada de Barreiro em 1985	União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena
Verdoejo (Santa Marinha)	Sanfins 1836 Valença	—	Verdoejo
Verim (Santa Maria)	São João de Rei 1836 Póvoa de Lanhoso 1837 São João de Rei 1852	—	União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Póvoa de Lanhoso		
Vermelha (São Simão)	Cadaval 1836 Óbidos 1837 Cadaval 1895 Óbidos 1898 Cadaval	—	Vermelha
Vermil (São Mamede)	Ronfe 1836 Guimarães		União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil
Vermiosa (Nossa Senhora da Conceição)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	—	Vermiosa
Vermoil (Nossa Senhora da Conceição)	Leiria 1836 Pombal	separada Carnide em 1952 separada Meirinhas em 1984	Vermoil
Vermoim (Santa Marinha)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Vermoim
Vermoim (São Romão)	Maia	—	Cidade da Maia (fusão de Gueifães, Maia e Vermoim)
Verride (Nossa Senhora da Conceição)	Verride 1836 Abrunheira 1844 Verride 1853 Montemor-o-Velho	separada Ereira em 1984	União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca
Vestiaria (Nossa Senhora da Ajuda)	Alcobaça	—	União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria
Viade de Baixo (Santa Maria)	Montalegre	—	União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas
Vialonga (Nossa Senhora da Assunção)	Lisboa 1852 Olivais 1886 Via Franca de Xira	separada Forte da Casa em 1985	Vialonga
Viana – Monserrate (Nossa Senhora)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Monsserrate) e Meadela
Viana – Santa Maria Maior (Santa Maria Maior)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monsserrate) e Meadela
Viana do Alentejo (Nossa Senhora da Anunciação)	Viana do Alentejo 1895 Évora 1898 Viana do Alentejo	integrou Aguiar em 1936 separada Aguiar em 1985	Viana do Alentejo
Viariz (São Faustino)	Baião	—	Viariz
Viatodos (Santa Maria)	Barcelos	—	União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães
Vidago	1925 Chaves	separada de Arcossó em 1925	Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras)
Vidais (Nossa Senhora da Piedade)	Óbidos 1836 Caldas da Raíña	—	Vidais
Vide (Nossa Senhora da Assunção)	Vide 1836 Loriga 1855 Seia	integrada Teixeira em 1936 separada Teixeira em 1946	União das Freguesias de Vide e Cabeça
Vide (São Lourenço)	Vila Flor 1836 Torre de Moncorvo 1841 extinta	integrada em Horta de Vilariça em 1841	—
Vide entre Vinhas (Nossa Senhora da Anunciação)	Celorico da Beira	integrou Galisteu em 1841	União das Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais
Videmonte (São João Batista)	Linhares 1855 Guarda	—	Videmonte
Vidigão (Nossa	Évora Monte 1836	integrada em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Senhora da Encarnação)	Vimieiro 1846 Évora Monte 1852 Vimieiro 1855 Arraiolos 1891 extinta	Vimieiro em 1891	
Vidigueira (São Pedro)	Vidigueira	—	Vidigueira
Vidigueiras (Nossa Senhora das Neves)	Monsaraz 1838 Reguengos de Monsaraz 1841 extinta	integrada em Reguengos de Monsaraz em 1841	—
Vidual de Cima (Santo António)	Covilhã 1836 Fajão 1855 Pampilhosa da Serra	—	Fajão – Vidual
Viduedo (São Bartolomeu)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Sortes em 1841-1849	—
Viduedo (Santo Apolinário)	Penas Róias 1836 Mogadouro 1841-1849 extinta	integrada em Azinhoso em 1841- 1849	—
Vieira de Leiria (Nossa Senhora dos Milagres)	Leiria 1836 Marinha Grande 1838 Leiria 1917 Marinha Grande	—	Vieira de Leiria
Vieira do Minho	1933 Vieira do Minho	separada de Cantelães e Mosteiro em 1933	Vieira do Minho
Vieiro (São Vicente)	Trancoso 1836 Pinhel	integrada em Ervedosa em 1841	—
Vil de Matos (São João Evangelista)	Ançã 1853 Cantanhede 1855 Coimbra	—	União das Freguesias de Antuzede e Vil de Matos
Vil de Souto (São João Batista)	Viseu	—	União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto
Vila Alva (Nossa Senhora da Visitação)	Vila Alva 1836 Vila de Frades 1853 Cuba	—	Vila Alva
Vila Boa (Santa Maria Madalena)	Lamas de Orelhão 1836 Mirandela 1838 Lamas	integrada em Franco em 1936 separada	União das Freguesias de Franco e Vila Boa

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	de Orelhão 1853 Mirandela 1936 extinta 1957 Mirandela	de Franco em 1957	
Vila Boa (São João)	Barcelos	—	União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro)
Vila Boa (São Pedro <i>ad vincula</i>)	Sabugal	—	Vila Boa
Vila Boa de Carçãozinho (?)	Bragança 1836 Izeda 1841-1849 extinta	integrada em Serapicos em 1841- 1849	—
Vila Boa de Ousilhão (São Miguel)	Bragança 1836 Vinhais	—	Vila Boa de Ousilhão
Vila Boa de Quires (Santo André)	Vila Boa de Quires 1836 Penafiel 1853 Marco de Canaveses	—	Vila Boa de Quires e Maureles
Vila Boa do Bispo (Santa Maria)	Vila Boa do Bispo 1836 Benviver 1852 Marco de Canaveses	—	Vila Boa do Bispo
Vila Boa do Mondego	(ver Jejua) 1949 Celorico da Beira	denominou-se Jejua até 1949	União das Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego
Vila Boim (São João Batista)	Vila Boim 1836 Elvas	anexada Terrugem em 1878-1890 desanexada Terrugem em 1900- 1911	União das Freguesias de Terrugem e Vila Boim
Vila Cã (São Bartolomeu)	Pombal	—	Vila Cã
Vila Caiz (São Miguel)	Vila Caiz 1836 Santa Cruz de Riba Tâmega 1855 Amarante	integrou Passinhos em 1936	Vila Caiz

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vila Chã (Nossa Senhora da Purificação)	Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale de Cambra	—	União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho
Vila Chã (Nossa Senhora das Boas Novas)	Algodres 1837 Fornos de Algodres	—	União das Freguesias de Cortiçô e Vila Chã
Vila Chã (São João Batista)	Esposende	—	Vila Chã
Vila Chã (São Mamede)	Maia 1836 Vila do Conde	—	Vila Chã
Vila Chã [da Montanha] (São Tiago)	Vila Real 1836 Alijó	—	Vila Chã
Vila Chã – Santiago (São Tiago)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Vila Chã (São João Batista e Santiago)
Vila Chã – São João Batista (São João Batista)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Vila Chã (São João Batista e Santiago)
Vila Chã da Beira	(ver Vila Chã de Cangueiros) 1961 Tarouca	denominou-se Vila Chã de Cangueiros até 1961	União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira
Vila Chã da Ribeira (?)	Algozo 1836 Vimioso 1841-1849 extinta	integrada em Uva em 1841-1849	—
Vila Chã de Braciosa (São Cristóvão)	Miranda do Douro	integrou Fonte Aldeia em 1841-1849 integrou Freixiosa em 1841-1849	Vila Chã de Braciosa
Vila Chã de Cangueiros (São Sebastião)	Ucanha 1836 Mondim da Beira 1895 Armamar 1898 Tarouca 1961 (ver Vila Chã da Beira)	passou a denominar- se Vila Chã da Beira em 1961	—
Vila Chã de Ourique	(ver Casal de Ouro)	denominou-se Casal	Vila Chã de Ourique

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	1926 Cartaxo	de Ouro até 1926	
Vila Chã de Sá (São João Batista)	Viseu	—	União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá
Vila Chã de São Roque (São Pedro)	Oliveira de Azeméis 1993 (ver São Roque)	passou a denominar- se São Roque em 1993	—
Vila Chã do Marão (Santo Estêvão)	Gestaçõ 1836 Amarante	—	Vila Chã do Marão
Vila Cortês da Serra (Nossa Senhora da Conceição)	Linhares 1855 Gouveia	—	Vila Cortês da Serra
Vila Cortês do Mondego (São Sebastião)	Celorico da Beira 1836 Guarda	—	Vila Cortês do Mondego
Vila Cova (Santa Maria)	Barcelos 1836 Esposende 1838 Barcelos	integrada Banho em 1936	União das Freguesias de Vila Cova e Feitos
Vila Cova (São Bartolomeu)	Guimarães 1853 Fafe	—	União das Freguesias de Freitas e Vila Cova
Vila Cova [de Vez de Avis] (São Romão)	Penafiel	—	Luzim e Vila Cova
Vila Cova (São Tiago)	Vila Real 1836 Ermelo 1853 Vila Real	—	União das Freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova
Vila Cova à Coelheira (São João Batista)	Vila Cova à Coelheira 1836 Fráguas 1895 Castro Daire 1898 Vila Nova de Paiva	—	Vila Cova à Coelheira
Vila Cova à Coelheira (São Mamede)	Vila Cova à Coelheira 1836 Sandomil 1855 Seia	—	Vila Cova à Coelheira
Vila Cova da Lixa (O Salvador)	Felgueiras 1836 Amarante 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vila Cova de Alva	(ver Vila Cova de Sub- Avô) 19234 Arganil	denominou-se Vila Cova de Sub-Avô até 1924	União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz
Vila Cova de Carros (São João Evangelista)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Paredes (fusão de Mouriz, Castelões de Cepeda, Vila Cova de Carros, Madalena, Besteiros, Gondalães e Bitarães)
Vila Cova de Perrinho (São João Batista)	Macieira de Cambra 1895 Oliveira de Azeméis 1898 Macieira de Cambra (1926) Vale de Cambra 1936 extinta 1940 Vale de Cambra	integrada em Codal em 1936 separada de Codal em 1940	União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho
Vila Cova de Sub-Avô (Natividade de Nossa Senhora)	Vila Cova de Sub-Avô 1836 Côja 1853 Arganil 1924 (Vila Cova de Alva)	separada Barril de Alva em 1924 passou a denominar- se Vila Cova de Alva em 1924	—
Vila Cova do Covelo (Nossa Senhora da Expectação)	Penalva do Castelo	—	União das Freguesias de Vila Cova do Covelo e Mareco
Vila da Igreja (Nossa Senhora da Graça)	Sátão 1951 (ver Sátão)	passou a denominar- se Sátão em 1951	—
Vila da Ponte (Nossa Senhora do Ameal)	Vila da Ponte 1836 Sernancelhe	—	Vila da Ponte
Vila da Ponte (Santa Maria Madalena)	Montalegre 1836 Ruivães 1853 Montalegre	—	Vila da Ponte
Vila de Ala (Nossa Senhora da Assunção)	Mogadouro	—	Vila de Ala
Vila de Cucujães	(ver Cucujães) 1927 Oliveira de Azeméis	denominou-se Cucujães até 1927	Vila de Cucujães

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vila de Frades (São Cucufate)	Vila de Frades 1853 Vidigueira	—	Vila de Frades
Vila de Punhe (Santa Eulália)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	Vila de Punhe
Vila de Rei (Nossa Senhora da Conceição)	Vila de Rei 1895 Sertã 1898 Vila de Rei	—	Vila de Rei
Vila de Touro (Nossa Senhora da Assunção)	Touro 1836 Sabugal	separada Baraçal em 1904	Vila de Touro
Vila do Bispo (Nossa Senhora da Conceição)	Vila do Bispo 1855 Lagos 1861 Vila do Bispo 1895 Lagos 1898 Vila do Bispo	—	União das Freguesias de Vila do Bispo e Raposeira
Vila do Carvalho	(ver Aldeia do Carvalho) 2001 Covilhã	denominou-se Aldeia do Carvalho até 2001 separada parte de Canhoso em 1997	União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho
Vila do Conde (São João Batista)	Vila do Conde	integrou Formariz em 1936	Vila do Conde
Vila do Prado (Santa Maria)	Prado 1855 Vila Verde	—	Vila do Prado
Vila dos Sinos (Nossa Senhora da Assunção)	Mogadouro 1883 extinta	integrada em Vilarinho dos Galegos em 1883	—
Vila Facaia (Santa Catarina)	Pedrógão Grande 1895 Figueiró dos Vinhos 1898 Pedrógão Grande	—	Vila Facaia
Vila Fernando (Nossa Senhora da Conceição)	Guarda	separadas Adão e Albardo em 1841	Vila Fernando
Vila Fernando (Nossa Senhora da Conceição)	Vila Fernando 1836 Elvas	—	União das Freguesias de Barbacena e Vila Fernando
Vila Flor (São	Vila Flor 1836 Gavião	Integrada em Amieira	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Bartolomeu)	1936 extinta	em 1936	
Vila Flor (São Bartolomeu)	Vila Flor	—	União das Freguesias de Vila Flor e Nabo
Vila Fonche [ou Guilhafonxe] (Santa Comba)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Arcos de Valdevez (São Salvador), Vila Fonche e Parada
Vila Frade (Santa Marta)	Chaves 1841 extinta	integrada em Lama de Arcos em 1841	—
Vila Franca (São Miguel)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	Vila Franca
Vila Franca da Beira	1988 Oliveira do Hospital	separada de Ervedal em 1988	União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira
Vila Franca da Serra (São Vicente)	Linhares 1855 Gouveia	—	Vila Franca da Serra
Vila Franca das Naves (Nossa Senhora dos Prazeres)	Trancoso 1836 Alverca da Beira 1837 Trancoso	—	União das Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital
Vila Franca de Lampaças (São Bento)	Vila Franca de Lampaças 1836 Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Sendas em 1841-1849	—
Vila Franca de Xira (São Vicente Mártir)	Vila Franca de Xira	integrou Povos em 1936	Vila Franca de Xira
Vila Franca do Deão (São Tiago Maior)	Guarda	—	Vila Franca do Deão
Vila Franca do Rosário	1939 Mafra	separada de Enxara do Bispo em 1939	União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário
Vila Fresca de Azeitão (São Simão)	Azeitão 1855 Setúbal 1936 (ver São Simão de Azeitão)	passou a denominar- se São Simão de Azeitão em 1936	—
Vila Frescaínha – São	Barcelos	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Martinho (São Martinho)			de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro)
Vila Frescaíña – São Pedro (São Pedro)	Barcelos	—	União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro)
Vila Fria (Santa Maria)	Guimarães 1836 Barrosas 1837 Felgueiras		União das Freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)
Vila Fria (São Martinho)	Barcelos 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria
Vila Garcia (Nossa Senhora dos Prazeres)	Trancoso	integrou Freixial em 1878-1890	União das Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia
Vila Garcia (Salvador)	Celorico de Basto 1836 Amarante	—	União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa
Vila Garcia (São Tiago Maior)	Guarda	—	Vila Garcia
Vila Jusã (São Martinho)	Santa Marta de Penaguião 1836 Mesão Frio	—	Mesão Frio (Santo André) (fusão de Mesão Frio (Santa Cristina), Mesão Frio (São Nicolau) e Vila Jusã
Vila Longa (Nossa Senhora da Graça)	Gulfar 1836 Sátão	—	União das Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa
Vila Maior (São Mamede)	Feira (1985) Santa Maria da Feira	—	União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior
Vila Marim (Santa Marinha)	Vila Real	—	Vila Marim

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vila Marim (São Mamede)	Mesão Frio	—	Vila Marim
Vila Meã [da Raia] (Santa Comba)	Chaves 1836 Ervededo 1853 Chaves 1853-1864 extinta	integrada em Vilarelho da Raia em 1853-1864	—
Vila Meã (São Paio)	Vila Nova de Cerveira 1836 Valença 1837 Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	União das Freguesias de Campos e Vila Meã
Vila Meã (?)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Deilão em 1841-1849	—
Vila Moreira	1920 Alcanena	separada de Alcanena em 1920	União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira
Vila Mou (São Martinho)	Lanheses 1836 Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Torre e Vila Mou
Vila Nogueira de Azeitão (São Lourenço)	Azeitão 1855 Setúbal 1936 (ver São Lourenço de Azeitão)	passou a denominar- se São Lourenço de Azeitão em 1936	—
Vila Nova (?)	Bragança 11841-1849 extinta	integrada em Donai em 1841-1849	—
Vila Nova (?)	Mirandela 1841 extinta	integrada em Carvalhais em 1841	—
Vila Nova (São João Batista)	1907 Miranda do Corvo	separada de Miranda do Corvo em 1907	Vila Nova
Vila Nova da Barca (Nossa Senhora da Conceição)	Montemor-o-Velho 1836 Abrunheira 1844 Verride 1853 Montemor-o-Velho	—	União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca
Vila Nova da Baronia (Nossa Senhora da Assunção)	Vila Nova da Baronia 1836 Alvito 1895 Cuba 1898 Alvito	—	Vila Nova da Baronia
Vila Nova da Barquinha (Santo António)	1839 Vila Nova da Barquinha 1895 Golegã 1898 Vila Nova da	separada de Atalaia em 1839	Vila Nova da Barquinha (integrou Moita do Norte)

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Barquinha		
Vila Nova da Rainha (Santa Marta)	Alenquer 1836 Castanheira do Ribatejo 1837 Alenquer 1855 Azambuja	—	Vila Nova da Rainha
Vila Nova da Rainha (Santo Nome de Jesus)	Treixedo 1836 Tondela 1837 Santa Comba Dão 1895 Tondela	—	União das Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha
Vila Nova da Telha (Nossa Senhora da Expectação)	Maia	—	Vila Nova da Telha
Vila Nova de Anços (Nossa Senhora de Finisterra)	Vila Nova de Anços 1836 Soure	—	Vila Nova de Anços
Vila Nova de Cerveira (São Cipriano)	Vila Nova de Cerveira 1895 Valença 1898 Vila Nova de Cerveira	—	União das Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe
Vila Nova de Erra (São Mateus)	Vila Nova de Erra 1836 Coruche 1936 extinta 1984 Coruche	integrada em Coruche em 1936 separada de Coruche em 1984	União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra
Vila Nova de Famalicão (Santo Adrião)	(ver Famalicão) 1841 Vila Nova de Famalicão	denominou-se Famalicão até 1841	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário
Vila Nova de Foz Côa (Nossa Senhora do Pranto)	Vila Nova de Foz Côa	—	Vila Nova de Foz Côa (integrou Mós e Santo Amaro)
Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	Vila Nova de Gaia	separada São Pedro da Afurada em 1952	União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada
Vila Nova de Milfontes (Nossa Senhora da Graça)	Vila Nova de Milfontes 1836 Cercal 1855 Odemira	—	Vila Nova de Milfontes
Vila Nova de	Vila Nova de Monsarros	—	Vila Nova de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Monsarros (São Miguel)	1836 Mealhada 1837 Anadia		Monsarros
Vila Nova de Muía (Nossa Senhora da Conceição)	Ponte da Barca	—	União das Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães
Vila Nova de Oliveirinha (São Miguel)	Oliveirinha 1836 Midões 1853 Tábua	—	União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha
Vila Nova de Ourém (Nossa Senhora da Piedade)	1841 Vila Nova de Ourém 1989 Ourém	separada de Ourém em 1841 separada parte de Gondemaria em 1928	Nossa Senhora da Piedade
Vila Nova de Paiva (São Sebastião)	(ver Barrelas) 1883 Fráguas 1895 Sátão 1898 Vila Nova de Paiva	denominou-se Barrelas até 1883	União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas
Vila Nova de Portimão (Nossa Senhora da Conceição)	Vila Nova de Portimão 1924 (ver Portimão)	passou a denominar- se Portimão em 1924	—
Vila Nova de São Bento	(ver Aldeia Nova de São Bento) 1988 Serpa	denominou-se Aldeia Nova de São Bento até 1988	União das Freguesias de Vila Nova de São Bento e Vale de Vargo
Vila Nova de São Pedro	1924 Azambuja	separada de Manique do Intendente em 1924	União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa
Vila Nova de Souto d'El Rei (São Sebastião)	Vila Nova de Souto d'El Rei 1836 Lamego	—	Vila Nova de Souto d'El Rei
Vila Nova [do Casal] de Tazem (Nossa Senhora da Assunção)	Casal 1836 Gouveia	—	Vila Nova de Tazem

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vila Nova do Ceira	(ver Várzea de Góis) 1927 Góis	denominou-se Várzea de Góis até 1927	Vila Nova do Ceira
Vila Nune (Santo André)	Cabeceiras de Basto	—	União das Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune
Vila Pouca da Beira (São Sebastião)	Vila Pouca da Beira 1836 Avô 1855 Oliveira do Hospital	—	União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira
Vila Pouca de Aguiar (O Salvador)	Vila Pouca de Aguiar	—	Vila Pouca de Aguiar
Vila Praia de Âncora	(ver Gontinhães) 1924 Caminha	denominou-se Gontinhães até 1924	Vila Praia de Âncora
Vila Real – Nossa Senhora da Conceição	1960 Vila Real	separada de Vila Real – São Dinis e Vila Real – São Pedro em 1960	União das Freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis)
Vila Real – São Dinis (São Dinis)	Vila Real	separada parte de Vila Real – Nossa Senhora da Conceição em 1960	União das Freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis)
Vila Real – São Pedro (São Pedro)	Vila Real	separada parte de Vila Real – Nossa Senhora da Conceição em 1960	União das Freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis)
Vila Real de Santo António (Nossa Senhora da Encarnação)	Vila Real de Santo António	separada Monte Gordo em 1984	Vila Real de Santo António
Vila Ruiva (Nossa Senhora da Encarnação)	Vila Ruiva 1836 Cuba	integrou Albergaria dos Fusos em 1936	Vila Ruiva

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vila Ruiva (Nossa Senhora da Graça)	Linhares 1855 Gouveia 1898 Fornos de Algodres	—	União das Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão
Vila Seca (Espírito Santo)	Vila Seca 1836 Barcos 1855 Armamar	—	União das Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião
Vila Seca (São Pedro)	Coimbra 1838 Condeixa-a-Nova 1846 Coimbra 1847 Condeixa-a-Nova	—	União das Freguesias de Vila Seca e Bem da Fé
Vila Seca (São Tiago)	Barcelos	—	Vila Seca
Vila Soeiro [da Serra] (Santa Ana)	Linhares 1836 Guarda	—	União das Freguesias de Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro
Vila Soeiro do Chão	1948 Fornos de Algodres	separada de Juncais em 1948	União das Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão
Vila Velha de Ródão (Nossa Senhora da Conceição)	Vila Velha de Ródão 1836 Castelo Branco 1837 Vila Velha de Ródão 1895 Castelo Branco 1898 Vila Velha de Ródão	—	Vila Velha de Ródão
Vila Verde (Santa Marinha)	Vila Real 1836 Vilar de Maçada 1853 Alijó	—	Vila Verde
Vila Verde (Santo Aleixo)	Figueira da Foz	—	Vila Verde
Vila Verde (Santo Apolinário)	Mirandela	—	União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde
Vila Verde (São Mamede)	Unhão 1836 Barrosas 1837 Felgueiras	—	União das Freguesias de Vila Verde e Santão
Vila Verde [de Vez] (São Miguel)	Paçõ de Vinhais 1836 Vinhais	integrou Prado em 1841	Vila Verde

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vila Verde (São Paio)	Vila Chã 1836 Pico de Regalados 1837 Vila Chã 1855 Vila Verde	—	Vila Verde e Barbudo
Vila Verde da Raia	1969 Chaves	separada de Santo Estêvão em 1969	Vila Verde da Raia
Vila Verde de Ficalho (São Jorge)	Vila Verde de Ficalho 1836 Serpa	—	Vila Verde de Ficalho
Vila Verde dos Francos (Nossa Senhora dos Anjos)	Vila Verde dos Francos 1836 Aldeia Galega da Merceana 1855 Alenquer	—	Vila Verde dos Francos
Vila Viçosa – Nossa Senhora da Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Vila Viçosa	—	Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu
Vila Viçosa – São Bartolomeu (São Bartolomeu)	Vila Viçosa	—	Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu
Vilaça (Santa Cecília)	Barcelos 1836 Braga	—	União das Freguesias de Vilaça e Fradelos
Vilaça (São Miguel Arcanjo)	Montalegre 1841-1849 extinta	integrada em Contim em 1841-1849	—
Vilamar	1985 Cantanhede	separada de Febres em 1985	União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima
Vilar (Nossa Senhora da Expectação)	Cadaval 1836 Óbidos 1837 Cadaval 1895 Alenquer 1898 Cadaval	—	Vilar
Vilar (Santa Maria)	Maia 1836 Vila do Conde	—	União das Freguesias de Vilar e Mosteiró
Vilar (Santa Marinha)	Terras de Bouro 1895 Amares 1898 Terras de Bouro	—	União das Freguesias de Chamoim e Vilar
Vilar (São	Fonte Arcada 1836	—	Vilar

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Bartolomeu)	Moimenta da Beira		
Vilar Barroco (São Sebastião)	Fundão 1836 Oleiros	—	Estreito – Vilar Barroco
Vilar Chão (Nossa Senhora da Assunção)	Castro Vicente 1836 Chacim 1853 Alfândega da Fé 1895 Mogadouro 1898 Alfândega da Fé	—	Vilar Chão
Vilar da Veiga (Santo António)	Ribeira de Soaz 1836 Vieira do Minho 1855 Terras de Bouro 1895 Vieira do Minho 1898 Terras de Bouro	—	Vilar da Veiga
Vilar das Almas (Santo Estêvão)	Portela de Penela 1855 Ponte de Lima	—	Associação das Freguesias do Vale do Neiva (Gaifar, Sandiães e Vilar das Almas)
Vilar de Amargo (São Miguel)	Castelo Rodrigo 1836 Almendra 1855 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Vale de Afonsoinho, Vilar de Amargo e Algodres
Vilar de Andorinho (O Salvador)	Vila Nova de Gaia	—	Vilar de Andorinho
Vilar de Besteiros (São João Batista)	Besteiros 1835 Tondela	engloba a localidade de Freixeda que constituiu o concelho de Freixeda até 1801-1835	União das Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas
Vilar de Cunhas (São Lourenço)	Cabeceiras de Basto		União das Freguesias de Gondiaães e Vilar de Cunhas
Vilar de Ferreiros (São Pedro)	Mondim de Basto 1895 Celorico de Basto 1898 Mondim de Basto	—	Vilar de Ferreiros
Vilar de Figos (São	Barcelos	—	União das Freguesias

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Paio)			de Milhazes, Vilar de Figos e Faria
Vilar de Ledra (São Miguel)	Mirandela 1841 extinta	integrada em Carvalhais em 1841	—
Vilar de Lomba (Santo André)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1841 extinta 1853-1864 Vinhais	integrada em São Jomil em 1841 separada de São Jomil em 1853-1864	União das Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil
Vilar de Maçada (Nossa Senhora da Conceição)	Vila Real 1836 Vilar de Maçada 1853 Alijó	—	Vilar de Maçada
Vilar de Mouros (Santa Eulália)	Caminha	—	Vilar de Mouros
Vilar de Murteda (São Miguel)	Viana (1848) Viana do Castelo	—	União das Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda
Vilar de Nantes (O Salvador)	Chaves	—	Vilar de Nantes
Vilar de Ossos (São Cipriano)	Vinhais	integrou Lagarelhos em 1841	Vilar de Ossos
Vilar de Ouro (?)	Torre de Dona Chama 1855 Mirandela 1855- 1864 extinta	integrada em São Pedro Velho em 1855-1864	—
Vilar de Paraíso (São Pedro)	Vila Nova de Gaia	—	União das Freguesias de Mafamude e Vilar de Paraíso
Vilar de Perdizes – Santo André (Santo André)	Vilar de Perdizes 1836 Ervededo 1855 Montalegre 1993 (ver Santo André)	passou a denominar- se Santo André em 1993	—
Vilar de Perdizes – São Miguel (São Miguel)	Vilar de Perdizes 1836 Ervededo 1855 Montalegre	—	União das Freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide
Vilar de Peregrinos (São Salvador)	Bragança 1836 Vinhais	integrou Cidões em 1841	Vilar de Peregrinos

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vilar de Pinheiro (Santa Marinha)	Maia 1870 Vila do Conde	—	Vilar de Pinheiro
Vilar de Porro (Santa Maria)	Montalegre 1836 Boticas	—	União das Freguesias de Vilar e Viveiro
Vilar de Rei (São Pedro)	Mogadouro	—	União das Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei
Vilar de Torno (Santa Maria Maior)	Unhão 1836 Barrosas 1838 Lousada	anexada Alentém em 1878-1890	Vilar de Torno e Alentém
Vilar do Chão (São Paio)	Vieira do Minho	—	União das Freguesias de Anjos e Vilar do Chão
Vilar do Monte (O Salvador)	Barcelos	—	União das Freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte
Vilar do Monte (São João Batista)	Ponte de Lima	—	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte
Vilar do Monte (São Martinho)	Bragança 1836 Chacim 1853 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Castelões e Vilar do Monte
Vilar Formoso (São João Batista)	Castelo Bom 1836 Almeida	—	Vilar Formoso
Vilar Maior (Nossa Senhora da Purificação)	Goja 1836 São Pedro do Sul	—	Vilar Maior
Vilar Maior (São Pedro)	Vilar Maior 1855 Sabugal	—	União das Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos
Vilar Seco (Nossa Senhora da Expectação)	Senhorim 1852 Nelas	—	Vilar Seco
Vilar Seco (São Tiago)	Miranda do Douro 1836	—	Vilar Seco

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
	Vimioso		
Vilar Seco de Lomba (São Julião)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1853 Vinhais	integrou Gestosa em 1841 separada Gestosa entre 1853 e 1864 integrada Gestosa em 1936	Vilar Seco de Lomba
Vilar Torpim (Nossa Senhora dos Prazeres)	Castelo Rodrigo 1836 Figueira de Castelo Rodrigo	—	União das Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim
Vilarandelo (São Vicente)	Chaves 1836 Valpaços	—	Vilarandelo
Vilarelho (Nossa Senhora da Encarnação)	Caminha	—	União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho
Vilarelho da Raia (São Tiago)	Chaves 1836 Ervededo 1853 Chaves	integrou Vila Meã em 1853-1864	Vilarelho da Raia
Vilarelhos (São Tomé)	Alfândega da Fé 1895 Vila Flor 1898 Alfândega da Fé	—	Vilarelhos
Vilares (Nossa Senhora da Graça)	Trancoso	integrou Maçal da Ribeira em 1864- 1878	União das Freguesias de Vilares e Carnicães
Vilares (Nossa Senhora das Neves)	Alfarela de Jales 1853 Murça	—	União das Freguesias de Carva e Vilares
Vilares (?)	Torre de Dona Chama 1841 extinta	integrada em Torre de Dona Chama em 1841	—
Vilares de Vilarça (Santa Catarina)	Alfândega da Fé 1895 Vila Flor 1898 Alfândega da Fé	—	Vilares de Vilarça
Vilarça (São Ciríaco)	Penas Roias 1836 Mogadouro 1841-1849 extinta	integrada em Penas Roias em 1841-1849	—
Vilarinho (São Mamede)	Pico de Regalados 1855 Vila Verde	—	União das Freguesias de Sande, Vilarinho,

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
			Barros e Gómide
Vilarinho (São Miguel)	Guimarães 1836 Negrelos 1855 Santo Tirso	—	Vilarinho
Vilarinho [da Lousã] (São Pedro)	Lousã	—	União das Freguesias de Lousã e Vilarinho
Vilarinho (?)	Vilar Seco de Lomba 1836 Santalha 1841 extinta	integrada em Quirás em 1841	—
Vilarinho da Castanheira (Santa Maria Madalena)	Vilarinho da Castanheira 1836 Carrazeda de Ansiães 1837 Vilarinho da Castanheira 1853 Carrazeda de Ansiães	integrou Pinhal do Douro em 1936	Vilarinho da Castanheira
Vilarinho das Azenhas (Santa Justa)	Vilas Boas 1836 Vila Flor 1841 Vilarinha da Castanheira 1853 Vila Flor	—	União das Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas
Vilarinho das Cambas (O Salvador)	Barcelos 1836 Famalicão (1841) Vila Nova de Famalicão	—	Vilarinho das Cambas
Vilarinho das Paranheiras (São Francisco de Assis)	Chaves	—	Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras)
Vilarinho de Agrochão (Santo Antão)	Nozelos 1836 Torre de Dona Chama 1855 Macedo de Cavaleiros		Vilarinho de Agrochão
Vilarinho de Cotas (Santo António)	Vila Real 1836 Favaios 1853 Alijó	—	União das Freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas
Vilarinho de Cova de Lua (?)	Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Espinhosela em	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		1841-1849	
Vilarinho de Samardã (São Martinho)	Vila Real	—	União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã
Vilarinho de São Romão (São Romão)	Vila Real 1836 Sabrosa	—	Vilarinho de São Romão
Vilarinho do Bairro (São Miguel)	Vilarinho do Bairro 1836 São Lourenço do Bairro 1853 Anadia	—	Vilarinho do Bairro
Vilarinho do Monte (São Sebastião)	Nozelos 1836 Torre de Dona Chama 1855 Macedo de Cavaleiros	—	União das Freguesias de Ala e Vilarinho do Monte
Vilarinho dos Freires (Nossa Senhora das Neves)	Vila Real 1836 Canelas 1853 Peso da Régua	—	Vilarinho dos Freires
Vilarinho dos Galegos (São Miguel)	Mogadouro	integrou Vila dos Sinos em 1936	União das Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo
Vilarouco (São Bartolomeu)	São João da Pesqueira	—	União das Freguesias de Vilarouco e Pereiros
Vilartão (São Lourenço)	Monforte de Rio Livre 1841 extinta	integrada em Bouçoães em 1841	—
Vilas Boas (Nossa Senhora da Conceição)	Beja 1836 Ferreira do Alentejo 1936 extinta	integrada em Ferreira do Alentejo em 1936	—
Vilas Boas (Santa Maria Madalena)	Vilas Boas 1836 Vila Flor	—	União das Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas
Vilas Boas (São Gonçalo)	Chaves	—	Vilas Boas
Vile (São Sebastião)	Caminha		Vile
Vilela (Santa Marta)	Arcos de Valdevez	—	União das Freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vilela (Santo Estêvão)	Aguiar de Sousa 1836 Paredes	—	Vilela
Vilela (São Miguel)	Póvoa de Lanhoso	—	Vilela
Vilela (São Tiago)	Santa Marta do Bouro 1836 Amares 1837 Santa Marta do Bouro 1853 Amares	—	União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas
Vilela do Tâmega (Nossa Senhora da Assunção)	Chaves	—	Vilela do Tâmega
Vilela Seca (Nossa Senhora da Assunção)	Chaves 1836 Ervededo 1853 Chaves	—	Vilela Seca
Vimeiro (São Miguel)	Lourinhã	—	Vimeiro
Vimeiro (São Sebastião)	Alcobaça	—	Vimeiro
Vimieiro (Nossa Senhora da Encarnação do Sobral)	Vimieiro 1846 Estremoz 1852 Vimieiro 1855 Arraiolos	integrou Vidigão em 1891	Vimieiro
Vimieiro (Santa Cruz)	Mosteiro 1836 Santa Comba Dão	—	União das Freguesias de Óvoa e Vimieiro
Vimieiro (Santa Ana)	Vimieiro 1836 Braga	—	União das Freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro
Vimioso (São Vicente)	Vimioso	—	Vimioso
Vinha da Rainha (Nossa Senhora da Graça)	Abrunheira 1844 Verride 1853 Soure	—	Vinha da Rainha
Vinhais (Nossa Senhora da Assunção)	Vinhais	integrou Bairros, Moaz e Rio de Fornos em 1841	Vinhais
Vinhas (São Vicente)	Bragança 1836 Izeda 1855 Macedo de Cavaleiros	integrou Castro Roupal em 1841- 1849	Vinhas

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Vinhó (Nossa Senhora da Assunção)	Gouveia	—	União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó
Vinhós (Santo Estêvão)	Montelongo (1836) Fafe	—	Vinhós
Vinhós	1933 Peso da Régua	separada de Sedielos em 1933	União das Freguesias de Moura Morta e Vinhós
Viseu (Nossa Senhora da Assunção)	Viseu 1841 extinta	dividida em Viseu Occidental e Viseu Oriental em 1841	—
Viseu – Coração de Jesus	1958 Viseu	separada de Viseu – Santa Maria e Viseu – São José em 1958	União das Freguesias de Viseu (fusão de Viseu – Coração de Jesus, Viseu – Santa Maria e Viseu – São José)
Viseu Occidental (Santa Maria)	1841 Viseu 1958 (ver Viseu – Santa Maria)	separada de Viseu em 1841 passou a denominar-se Viseu – Santa Maria em 1958	—
Viseu Oriental (São José)	1841 Viseu 1958 (ver Viseu – São José)	separada de Viseu em 1841 passou a denominar-se Viseu – São José em 1958	—
Viseu – Santa Maria	(ver Viseu Occidental) 1958 Viseu	denominou-se Viseu Occidental até 1958 separada parte de Viseu – Coração de Jesus em 1958	União das Freguesias de Viseu (fusão de Viseu – Coração de Jesus, Viseu – Santa Maria e Viseu – São José)
Viseu – São José	(ver Viseu Oriental) 1958 Viseu	denominou-se Viseu Oriental até 1958 separada parte de	União das Freguesias de Viseu (fusão de Viseu – Coração de

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
		Viseu – Coração de Jesus em 1958	Jesus, Viseu – Santa Maria e Viseu – São José)
Vitorino das Donas (São Salvador)	Santo Estêvão da Facha 1836 Ponte de Lima	—	Vitorino das Donas
Vitorino dos Piães (Santo André)	Barcelos 1836 Ponte de Lima	—	Navió e Vitorino dos Piães
Vizela – Santo Adrião (Santo Adrião)	Guimarães 1836 Barrosas 1852 Felgueiras 1998 Vizela	—	Vizela (Santo Adrião)
Vizela – São Faustino (São Faustino)	Guimarães	—	União das Freguesias de Tabuadelo e São Faustino
Vizela – São Jorge (São Jorge)	Guimarães 1836 Barrosas 1852 Felgueiras	—	União das Freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)
Vizela – São Paio (São Paio)	Guimarães 1936 extinta 1940 Guimarães 1998 Vizela	integrada em Tagilde em 1936 separada de Tagilde em 1940	União das Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio)
Vouzela (Nossa Senhora da Assunção)	Lafões 1836 Vouzela	—	União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues
Vreia de Bornes (Natividade de Nossa Senhora)	Vila Pouca de Aguiar	separada Sabroso de Aguiar em 1993	Vreia de Bornes
Vreia de Jales (Nossa Senhora da Assunção)	Alfarela de Jales 1853 Vila Pouca de Aguiar	—	Vreia de Jales
Zambujal (Nossa Senhora da Conceição)	Zambujal 1835 Rabaçal 1852 Condeixa-a-Nova 1853 Penela 1853 Soure 1855 Condeixa-a- Nova	—	Zambujal
Zambujal (São Bento)	Redondo 1936 extinta	integrada em Redondo em 1936	—

[Continente] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias	Lei 56/2012 de 8 de novembro ou Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro
Zambujeira do Mar	1989 Odemira	separada de São Teotónio em 1989	(integrada em São Teotónio)
Zebras (Nossa Senhora da Assunção)	Castelo Novo 1836 Alpedrinha 1841 extinta	anexada a Orca em 1841	—
Zebreira (Nossa Senhora da Conceição)	Zebreira 1836 Salvaterra do Extremo 1855 Idanha-a-Nova	integrada Toulões em 1841 separada parte de Toulões em 1951	União das Freguesias de Zebreira e Segura
Zedes (São Gonçalo)	Carrazeda de Ansiães	—	União das Freguesias de Amedo e Zedes
Zeive (São Cipriano)	Bragança 1853 Vinhais 1855 Bragança 1841-1849 extinta	integrada em Parâmio em 1841-1849	—
Zibreira (São Sebastião)	Torres Novas	—	Zibreira
Zoio (São Pedro)	Bragança	integrou Martim em 1841-1849 integrou Refoios em 1841-1849	Zoio

Madeira

[Madeira] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Achadas da Cruz (Nossa Senhora do Livramento)	São Vicente 1835 Porto Moniz 1848 São Vicente 1855 Porto Moniz 1895 Calheta 1898 Porto Moniz	—
Água de Pena (Santa Beatriz)	dividida entre Machico e Santa Cruz 1989 Machico	parte pertencente ao concelho de Santa Cruz integrada na freguesia de Santa Cruz em 1989
Arco da Calheta (São Brás)	Calheta	—
Arco de São Jorge (São José)	São Vicente 1841 Santana	—

[Madeira] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Boa Ventura (Santa Quitéria)	São Vicente	—
Calheta (Espírito Santo)	Calheta	—
Camacha (São Lourenço)	Santa Cruz	
Câmara de Lobos (São Sebastião)	Funchal 1835 Câmara de Lobos	—
Campanário (São Brás)	Funchal 1835 Câmara de Lobos 1914 Ribeira Brava	—
Canhas (Nossa Senhora da Piedade)	Ponta do Sol	—
Caniçal (São Sebastião)	Machico	—
Caniço (Santo Antão)	Santa Cruz	
Curral das Freiras (Nossa Senhora do Livramento)	Funchal 1835 Câmara de Lobos	—
Estreito da Calheta (Nossa Senhora da Graça)	Calheta	—
Estreito de Câmara de Lobos (Nossa Senhora da Graça)	Funchal 1835 Câmara de Lobos	separada Jardim da Serra em 1996
Faial (Natividade de Nossa Senhora)	Machico 1835 Santana	—
Fajã da Ovelha (São João)	Calheta	—
Funchal – Imaculado Coração de Maria	1955 Funchal	separada de Funchal – Santa Luzia e de Monte em 1955
Funchal – Santa Luzia (Santa Luzia)	Funchal	separada parte de Funchal – Imaculado Coração de Maria em 1955
Funchal – Santa Maria Maior (Nossa Senhora da Conceição)	Funchal	—
Funchal – São Pedro (São Pedro)	Funchal	—
Funchal – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Funchal	engloba as Ilhas Selvagens
Gaula (Nossa Senhora da Luz)	Santa Cruz	—

[Madeira] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Ilha	1989 Santana	separada de São Jorge em 1989
Jardim da Serra	1996 Câmara de Lobos	separada de Estreito de Câmara de Lobos em 1996
Jardim do Mar (Nossa Senhora da Piedade)	Calheta	—
Machico (Nossa Senhora da Conceição)	Machico	—
Madalena do Mar (Santa Maria Madalena)	Ponta do Sol	—
Monte (Nossa Senhora da Assunção)	Funchal	separada parte de Funchal – Imaculado Coração de Maria em 1955
Paúl do Mar (Santo Amaro)	Calheta	—
Ponta Delgada (Bom Jesus)	São Vicente	—
Ponta do Pargo (São Pedro)	Calheta 1835 Porto Moniz 1848 Calheta 855 Porto Moniz 1871 Calheta	separada Achadas da Cruz entre 1855 e 1864
Ponta do Sol (Nossa Senhora da Luz)	Ponta do Sol	—
Porto da Cruz (Nossa Senhora de Guadalupe)	Machico 1835 Santana 1852 Machico	—
Porto Moniz (Nossa Senhora da Conceição)	São Vicente 1835 Porto Moniz 1848 São Vicente 1855 Porto Moniz 1895 São Vicente 1898 Poorto Moniz	—
Porto Santo (Nossa Senhora da Piedade)	Porto Santo	—
Prazeres (Nossa Senhora das Neves)	Calheta	—
Quinta Grande (Nossa Senhora dos Remédios)	Funchal 1835 Câmara de Lobos	—
Ribeira Brava (São Bento)	Ponta do Sol 1914 Ribeira Brava	—
Ribeira da Janela (Nossa Senhora da Encarnação)	São Vicente 1835 Porto Moniz 1848 São Vicente 1855 Porto Moniz 1895 São	—

[Madeira] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
	Vicente 1898 Porto Moniz	
Santa Cruz (São Salvador)	Santa Cruz	engloba as Ilhas Desertas integrou parte da freguesia de Água de Pena pertencente ao concelho de Santa Cruz
Santana (Santa Ana)	Machico 1835 Santana	—
Santo António (Santo António)	Funchal	—
Santo António da Serra (Santo António)	dividida entre Machico e Santa Cruz	—
São Gonçalo (São Gonçalo)	Funchal	—
São Jorge (São Jorge)	Machico 1835 Santana	separada Ilha em 1989
São Martinho (São Martinho)	Funchal	—
São Roque (São Roque)	Funchal	—
São Roque do Faial (São Roque)	Machico 1835 Santana	—
São Vicente (São Vicente)	São Vicente	—
Seixal (São Antão)	São Vicente 1835 Porto Moniz 1848 São Vicente 1855 Porto Moniz 1895 São Vicente 1898 Porto Moniz	—
Serra de Água (Nossa Senhora da Ajuda)	Ponta do Sol 1914 Ribeira Brava	—
Tábua (Nossa Senhora da Trindade)	Ponta do Sol 1914 Ribeira Brava	—

Açores

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Achada (Nossa Senhora da Anunciação)	Nordeste	separada Santana em 1960
Achadinha (Nossa Senhora do Rosário)	Vila Franca do Campo 1839 Povoação 1855 Nordeste	separada Salga em 1980
Água de Alto (São Lázaro)	Vila Franca do Campo	—

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Água de Pau (Nossa Senhora dos Anjos)	Água de Pau 1853 Lagoa	separada Ribeira Chã em 1968
Água Retorta (Nossa Senhora da Penha de França)	Vila Franca do Campo 1839 Povoação	—
Agualva (Nossa Senhora de Guadalupe)	Praia (1837) Praia da Vitória	—
Ajuda da Bretanha	2002 Ponta Delgada	separada de Bretanha em 2002
Algarvia	2002 Nordeste	separada de Nordestinho em 2002
Almagreira (Nossa Senhora do Bom Despacho)	1906 Vila do Porto	separada de Santo Espírito em 1906
Altares (São Roque)	Praia (1837) Praia da Vitória 1870 Angra do Heroísmo	separada Raminho em 1878
Angra – Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
Angra – Santa Luzia (Santa Luzia)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	separada Posto Santo em 1980
Angra – São Pedro (São Pedro)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
Angra – Sé (Nossa Senhora da Assunção)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
Arrifes (Nossa Senhora da Saúde)	Ponta Delgada	—
Bandeiras (Nossa Senhora da Boa Nova)	Madalena 1895 São Roque do Pico 1898 Madalena	—
Biscoitos (São Pedro)	Praia (1837) Praia da Vitória	—
Bretanha (Nossa Senhora da Ajuda)	Ponta Delgada 1839 Capelas 1853 Ponta Delgada	separada Remédios em 1960 dividida em Ajuda da Bratanha e Pilar da Bretanha em 2002
Cabo da Praia (Santa Catarina)	Praia (1837) Praia da Vitória	—
Cabouco	1980 Lagoa	separada de Lagoa – Rosário em 1980
Calheta (Santa Catarina)	Calheta	—
Calheta (São Mateus)	Angra (1837) Angra do	—

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
	Heroísmo	
Calheta de Nesquim (São Sebastião)	Lages do Pico	—
Calhetas (Nossa Senhora da Boa Viagem)	Ribeira Grande 1841 extinta 1924 Ribeira Grande	integrada em Pico da Pedra em 1841 separada de Pico da Pedra em 1924
Candelária (Nossa Senhora das Candeias)	Madalena 1895 São Roque do Pico 1898 Madalena	—
Candelária (Nossa Senhora das Candeias)	Ponta Delgada	—
Capelas (Nossa Senhora da Apresentação)	Ponta Delgada 1839 Capelas 1853 Ponta Delgada	—
Capelo (Santíssima Trindade)	Horta	—
Castelo Branco (Santa Catarina)	Horta	—
Caveira (Benditas Almas)	Santa Cruz das Flores	—
Cedros (Nossa Senhora do Pilar)	Santa Cruz das Flores	—
Cedros (Santa Bárbara)	Horta	—
Cinco Ribeiras (Nossa Senhora do Pilar)	1879 Angra do Heroísmo	separada de Nove Ribeiras em 1879
Corvo (Nossa Senhora dos Milagres)	Santa Cruz das Flores 1832 Corvo 1895 Santa Cruz das Flores 1898 Corvo	—
Covoadá	1980 Ponta Delgada	separada de Relva em 1980
Criação Velha (Nossa Senhora das Dores)	Madalena 1895 São Roque do Pico 1898 Madalena	—
Doze Ribeiras (São Jorge)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
Faial da Terra (Nossa Senhora da Graça)	Vila Franca do Campo 1839 Povoação	—
Fajã de Baixo (Nossa Senhora dos Anjos)	Ponta Delgada	—
Fajã de Cima (Nossa Senhora da Oliveira)	Ponta Delgada	—

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Fajã Grande (São José)	Lages das Flores 1895 Santa Cruz das Flores 1898 Lages das Flores	—
Fajãzinha (Nossa Senhora dos Remédios)	Lages das Flores 1895 Santa Cruz das Flores 1898 Lages das Flores	—
Fazenda	1919 Lages das Flores	separada de Lages das Flores em 1919
Fenais da Luz (Nossa Senhora da Luz)	Ponta Delgada 1839 Capelas 1853 Ponta Delgada	—
Fenais de Ajuda (Santos Reis Magos)	Vila Franca do Campo 1839 Povoação 1855 Ribeira Grande	separada Lomba de São Pedro em 1980
Feteira (Divino Espírito Santo)	Horta	—
Feteira (Nossa Senhora das Mercês)	1906 Angra do Heroísmo	separada de Porto Judeu e Ribeirinha em 1906
Feteiras (Santa Luzia)	Ponta Delgada	—
Flamengos (Nossa Senhora da Luz)	Horta	—
Fonte do Bastardo (Santa Bárbara)	Praia (1837) Praia da Vitória	—
Fontinhas (Nossa Senhora da Pena)	Praia (1837) Praia da Vitória	—
Furnas (Santa Ana)	Vila Franca do Campo 1839 Povoação	—
Ginetes (São Sebastião)	Ponta Delgada	separada Sete Cidades em 1971
Guadalupe (Nossa Senhora de Guadalupe)	Santa Cruz da Graciosa	—
Horta – Angústias (Nossa Senhora das Angústias)	Horta	—
Horta – Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Horta	—
Horta – Salvador (Santíssimo Salvador)	Horta	—
Lagedo (Nossa Senhora dos Milagres)	Lages das Flores 1895 Santa Cruz das Flores 1898 Lages	—

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
	das Flores	
Lages (São Miguel Arcanjo)	Praia (1837) Praia da Vitória	separada São Brás em 1951
Lages das Flores (Nossa Senhora do Rosário)	Lages das Flores 1895 Santa Cruz das Flores 1898 Lages das Flores	separada Fazenda em 1919
Lages do Pico (Santíssima Trindade)	Lages do Pico	—
Lagoa – Nossa Senhora do Rosário (Nossa Senhora do Rosário)	Lagoa	separada Cabouco em 1980
Lagoa – Santa Cruz (Santa Cruz)	Lagoa	—
Lomba (São Caetano)	Lages das Flores 1895 Santa Cruz das Flores 1898 Lages das Flores	—
Lomba da Fazenda	1925 Nordeste	separada de Nordeste em 1925
Lomba da Maia (Nossa Senhora)	1907 Ribeira Grande	separada de Maia em 1907
Lomba de São Pedro	1980 Ribeira Grande	separada de Fenais da Ajuda em 1980
Luz (Nossa Senhora da Luz)	Praia da Graciosa 1870 Santa Cruz da Graciosa	—
Madalena (Santa Maria Madalena)	Madalena 1895 São Roque do Pico 1898 Madalena	—
Maia (Divino Espírito Santo)	Ribeira Grande	separada Lomba da Maia em 1907
Manadas (Santa Bárbara)	Velas	—
Mosteiro (Santíssima Trindade)	Lages das Flores 1895 Santa Cruz das Flores 1898 Lages das Flores	—
Mosteiros (Nossa Senhora da Conceição)	Ponta Delgada	—
Nordeste (São Jorge)	Nordeste	separada Lomba da Fazenda em 1925
Nordestinho (São Pedro)	Nordeste 2002 extinta	dividida em Algarvia, Santo António de Nordestinho e São Pedro de

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
		Nordestinho em 2002
Norte Grande (Nossa Senhora das Neves)	Velas	—
Norte Pequeno (São Lázaro)	Calheta	—
Nossa Senhora dos Remédios	1957 Povoação	separada de Povoação em 1957
Nove Ribeiras (Santa Bárbara)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	separada Cinco Ribeiras em 1879
Pedro Miguel (Nossa Senhora da Ajuda)	Horta	—
Pico da Pedra (Nossa Senhora dos Prazeres)	Ribeira Grande	integrada Calhetas em 1841 separada Calhetas em 1924
Piedade (Nossa Senhora da Piedade)	Lages do Pico	separada Ribeirinhas em 1980
Pilar da Bretanha	2002 Ponta Delgada	separada de Bretanha em 2002
Ponta Delgada (São Pedro)	Santa Cruz das Flores	—
Ponta Delgada – Santa Clara	2002 Ponta Delgada	separada de Ponta Delgada – São José em 2002
Ponta Delgada – São José (São José)	Ponta Delgada	separada Ponta Delgada – Santa Clara em 2002
Ponta Delgada – São Pedro (São Pedro)	Ponta Delgada	—
Ponta Delgada – São Sebastião (São Sebastião)	Ponta Delgada	—
Ponta Garça (Nossa Senhora da Piedade)	Vila Franca do Campo	—
Porto Formoso (Nossa Senhora da Graça)	Ribeira Grande	separada São Brás em 1980
Porto Judeu (Santo António)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	separada parte de Feteira em 1906
Posto Santo	1980 Angra do Heroísmo	separada de Angra – Santa Luzia em 1980
Povoação (Santa Mãe de Deus)	Vila Franca do Campo 1839 Povoação	integrada Ribeira Quente em 1939 separada Ribeira Quente em 1943

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
		separada Nossa Senhora dos Remédios em 1957
Praia (Santa Cruz)	Praia 1837 (ver Praia da Vitória)	passou a denominar-se Praia da Vitória em 1837
Praia da Graciosa (São Mateus)	Praia da Graciosa 1870 Santa Cruz da Graciosa	—
Praia da Vitória (Santa Cruz)	(ver Praia) 1837 Praia da Vitória	denominou-se Praia até 1837
Praia do Almojarife (Nossa Senhora da Graça)	Horta	—
Praia do Norte (Nossa Senhora das Dores)	Horta	—
Prainha (Nossa Senhora da Ajuda)	São Roque do Pico	—
Quatro Ribeiras (Santa Beatriz)	Praia (1837) Praia da Vitória	—
Rabo de Peixe (Bom Jesus)	Ribeira Grande	
Raminho (São Francisco Xavier)	1878 Angra do Heroísmo	separada de Altares em 1878
Regatos (São Bartolomeu)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
Relva (Nossa Senhora das Neves)	Ponta Delgada	separada Covoada em 1980
Remédios	1960 Ponta Delgada	separada de Bretanha em 1960
Ribeira Chã	1968 Lagoa	separada de Água de Pau em 1968
Ribeira das Taíñas	1980 Vila Franca do Campo	separada de Vila Franca do Campo – São Miguel em 1980
Ribeira Grande – Conceição (Nossa Senhora da Conceição)	Ribeira Grande	—
Ribeira Grande – Estrela (Nossa Senhora da Estrela)	Ribeira Grande	integrada Ribeirinha em 1841 separada Ribeirinha em 1948 separada de Porto Formoso em 1980
Ribeira Quente (São Paulo)	Vila Franca do Campo 1839 Povoação 1939 extinta 1943 Povoação	integrada em Povoação em 1939 separada de Povoação em 1943

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Ribeira Seca (São Pedro)	Ribeira Grande	separada Santa Bárbara em 1971
Ribeira Seca (São Tiago)	Calheta	—
Ribeira Seca	2002 Vila Franca do Campo	separada de Vila Franca do Campo – São Miguel em 2002
Ribeiras (Santa Bárbara)	Lages do Pico	—
Ribeirinha (São Mateus)	Horta	—
Ribeirinha (São Pedro)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	separada parte de Feteira em 1906
Ribeirinha (São Salvador)	Ribeira Grande 1841 extinta 1948 Ribeira Grande	integrada em Ribeira Grande – Estrela em 1841 separada de Ribeira Grande – Estrela em 1948
Ribeirinha	1980 Lages do Pico	separada de Piedade em 1980
Rosais (Nossa Senhora do Rosário)	Velas	—
Rosto de Cão – São Roque (São Roque)	Ponta Delgada	separada Rosto de Cão – Livramento em 1838
Rosto de Cão – Livramento (Nossa Senhora do Livramento)	1838 Ponta Delgada	separada de Rosto de Cão – São Roque em 1838
Salão (Nossa Senhora do Socorro)	Horta	—
Salga	1980 Nordeste	separada de Achadinha em 1980
Santa Bárbara (Santa Bárbara)	Vila do Porto	—
Santa Bárbara	1971 Ribeira Grande	separada de Ribeira Seca em 1971
Santa Bárbara	1986 Ponta Delgada	separada de Santo António em 1986
Santa Cruz da Graciosa (Santa Cruz)	Santa Cruz da Graciosa	—
Santa Cruz das Flores (Nossa Senhora da Conceição)	Santa Cruz das Flores	—
Santa Luzia (Santa Luzia)	São Roque do Pico	—
Santana	1960 Nordeste	separada de Achada em 1960
Santo Amaro (Santo Amaro)	São Roque do Pico	—
Santo Amaro (Santo Amaro)	Velas	—

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Amaro)		
Santo Antão (Santo Antão)	1891 Calheta	separada de Topo em 1891
Santo António (Santo António)	Ponta Delgada 1839 Capelas 1853 Ponta Delgada	separada Santa Bárbara em 1986
Santo António (Santo António)	São Roque do Pico	—
Santo António de Nordestinho	2002 Nordeste	separada de Nordestinho em 2002
Santo Espírito (Nossa Senhora da Purificação)	Vila do Porto	separada Almagreira em 1906
São Bento (São Bento)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
São Brás	1951 Praia da Vitória	separada de Lajes em 1951
São Brás	1980 Ribeira Grande	separada de Porto Formoso em 1980
São Caetano (São Caetano)	Madalena 1895 Lages do Pico 1898 Madalena	separada de São Mateus em 1880
São João (São João Batista)	Lages do Pico	—
São Mateus (São Mateus)	Madalena 1895 Lages do Pico 1898 Madalena	separada São Caetano em 1880
São Pedro (São Pedro)	Vila do Porto	—
São Pedro de Nordestinho	2002 Nordeste	separada de Nordestinho em 2002
São Roque do Pico (São Roque)	São Roque do Pico	—
São Sebastião (São Sebastião)	São Sebastião 1870 Angra do Heroísmo	—
São Vicente Ferreira (São Vicente)	Ponta Delgada 1839 Capelas 1853 Ponta Delgada	—
Serreta (Nossa Senhora dos Milagres)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
Sete Cidades	1971 Ponta Delgada	separada de Ginetes em 1971
Terra Chã (Nossa Senhora de Belém)	Angra (1837) Angra do Heroísmo	—
Topo (Nossa Senhora do Rosário)	Topo 1870 Calheta	separada Santo Antão em 1891
Urzelina (São Mateus)	Velas	—

[Açores] freguesia	concelhos a que pertenceu	evolução — criação, extinção, fusão, divisão e separação de freguesias
Velas (São Jorge)	Velas	—
Vila do Porto (Nossa Senhora da Assunção)	Vila do Porto	—
Vila Franca do Campo – São Miguel (São Miguel)	Vila Franca do Campo	separada Ribeira das Tainhas em 1980 separada Ribeira Seca em 2002
Vila Franca do Campo – São Pedro (São Pedro)	Vila Franca do Campo	—
Vila Nova (Espírito Santo)	Praia (1837) Praia da Vitória	—

3 – Distritos

Continente

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o Continente foi dividido em 17 distritos, denominados de acordo com as suas sedes: Aveiro; Beja; Braga; Bragança; Castelo Branco; Coimbra; Évora; Faro; Guarda; Lamego; Leiria; Lisboa; Portalegre; Porto; Santarém; Viana; e Vila Real.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Pelo Código Administrativo aprovado pela Lei de 4 de maio de 1896, os distritos deixaram de ser autarquias locais no Continente. Pelo Decreto com força de Lei de 13 de outubro de 1910, os distritos voltaram a ser autarquias locais no Continente. Pelo Decreto com força de Lei n.º 12073 de 9 de agosto de 1926, os distritos deixaram de novo de ser autarquias locais no Continente, situação que foi confirmada pelo Código Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, foi criado o distrito de Setúbal, separado do distrito de Lisboa.

Aveiro

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Aveiro englobava inicialmente 54 concelhos: Aguada de Cima; Aguiçãs; Angeja; Arada; Arouca e Burgo; Aveiro; Avelãs de Caminho; Avelãs de Cima; Barrô de Aguada; Bemposta; Cadima; Casal Comba; Castanheira do Vouga; Castelo de Paiva; Cortegaça; Crestuma; Cucujães; Eixo; Esgueira; Estarreja; Estêvão; Feira; Fermedo; Ferreiros; Frossos; Grijó; Ílhavo; Macieira de Cambra; Mira; Mogofores; Óis do Bairro; Óis da Ribeira; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Bairro; Ovar; Paus; Pereira Jusã; Préstimo; Recardães; Sandim; Sangalhos; São Lourenço do Bairro; Segadães; Serpins; Sever; Sorrães; Sosa; Tendais; Trofa; Vacariça; Vagos; Vila Nova de Monsarros; Vilarinho do Bairro; e Vouga.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835:

- foi transferido para o distrito de Aveiro 1 concelho — Alvarenga — do distrito de Lamego;
- foi transferido 1 concelho — Tendais — do distrito de Aveiro para o distrito de Lamego.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

• foram transferidos 3 concelhos — Cadima; Casal Comba; e Vila Nova de Monsarros — do distrito de Aveiro para o distrito de Coimbra;

• foram transferidos 3 concelhos — Crestuma; Grijó; e Sandim — do distrito de Aveiro para o distrito do Porto;

• foram extintos 25 concelhos — Aguada de Cima; Aguim; Alvarenga; Arada; Avelãs de Caminho; Avelãs de Cima; Barrô de Aguada; Castanheira do Vouga; Cortegaça⁹; Cucujães; Esgueira¹⁰; Estêvão; Ferreiros; Frossos; Mogofores; Óis do Bairro; Óis da Ribeira; Préstimo; Recardães; Sangalhos; Segadães; Serpins; Sorrães; Trofa; e Vilarinho do Bairro — no distrito de Aveiro;

• foram criados 2 concelhos — Águeda; e Anadia — no distrito de Aveiro.

O distrito de Aveiro passou, deste modo, a englobar 25 concelhos: Águeda; Anadia; Angeja; Arouca¹¹; Aveiro; Bemposta¹²; Castelo de Paiva; Eixo; Estarreja; Feira; Fermedo; Ílhavo; Macieira de Cambra; Mira; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Bairro; Ovar; Paus; Pereira Jusã; São Lourenço do Bairro; Sever; Sosa; Vacariça; Vagos; e Vouga.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi extinto 1 concelho — Vacariça — no distrito de Aveiro.

Por Decreto de 20 de outubro de 1841, a sede do concelho de Paus foi transferida para Albergaria-a-Velha.

Por Decreto de 28 de dezembro de 1852, foi extinto 1 concelho — Pereira Jusã — no distrito de Aveiro.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

• foi transferido para o distrito de Aveiro 1 concelho — Mealhada — do distrito de Coimbra;

• foram extintos 5 concelhos — Angeja; Eixo; São Lourenço do Bairro; Sosa; e Vouga — no distrito de Aveiro.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855

• foi transferido 1 concelho — Mira — do distrito de Aveiro para o distrito de Coimbra;

• foram extintos 2 concelhos — Bemposta; e Fermedo — no distrito de Aveiro.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foram extintos 4 concelhos — Ílhavo; Macieira de Cambra; Oliveira do Bairro; e Sever do Vouga — no distrito de Aveiro.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 4 concelhos — Ílhavo; Macieira de Cambra; Oliveira do Bairro; e Sever do Vouga — no distrito de Aveiro.

Por Decreto de 17 de agosto de 1899, foi criado 1 concelho — Espinho — no distrito de Aveiro.

Pelo Decreto n.º 12456 de 11 de outubro de 1926, foi criado 1 concelho — São João da Madeira — no distrito de Aveiro.

Pelo Decreto n.º 12569 de 29 de outubro de 1926, foi criado 1 concelho — Murtosa — no distrito de Aveiro.

⁹ O concelho de Cortegaça não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

¹⁰ O concelho de Esgueira não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

¹¹ No Decreto de 18 de julho de 1835 este concelho é denominado Arouca e Burgo.

¹² No Decreto de 18 de julho de 1835 este concelho é denominado Pinheiro da Bemposta.

Pelo Decreto n.º 12976 de 31 de dezembro de 1926, a sede do concelho de Macieira de Cambra foi transferida para a localidade de Gandra, localidade que passou a denominar-se Vale de Cambra, e o concelho de Macieira de Cambra passou a denominar-se Vale de Cambra.

Pela Lei n.º 39/85 de 14 de agosto de 1985, a localidade e o concelho da Feira passaram a denominar-se Santa Maria da Feira.

O distrito de Aveiro engloba em meados da segunda década do século XXI 19 concelhos: Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Arouca; Aveiro; Castelo de Paiva; Espinho; Estarreja; Ílhavo; Mealhada; Murtosa; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Bairro; Ovar; Santa Maria da Feira; São João da Madeira; Sever do Vouga; Vagos; e Vale de Cambra.

Beja

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Beja englobava inicialmente 34 concelhos: Água de Peixes, Albergaria; Alcoutim; Aljustrel; Almodôvar; Alvalade; Alvito; Beja; Beringel; Casével; Castro Verde; Colos; Cuba; Entradas; Faro do Alentejo; Ferreira [do Alentejo]; Garvão; Mértola; Messejana; Moura; Noudar e Barrancos; Odemira; Ourique; Padrões¹³; Panóias; Serpa; Viana do Alentejo; Vidigueira; Vila Alva; Vila de Frades; Vila Nova da Baronia; Vila Nova de Mil Fontes; Vila Ruiva; e Vila Verde de Ficalho.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferido para o distrito de Beja 1 concelho — Torrão — do distrito de Lisboa;
- foi transferido 1 concelho — Viana do Alentejo — do distrito de Beja para o distrito de Évora;
- foi transferido 1 concelho — Alcoutim — do distrito de Beja para o distrito de Faro;
- foram extintos no distrito de Beja 16 concelhos — Água de Peixes¹⁴; Albergaria; Alvalade; Beringel; Casével; Colos; Entradas; Faro do Alentejo; Garvão; Padrões; Panóias; Torrão; Vila Alva; Vila Nova da Baronia; Vila Ruiva; e Vila Verde de Ficalho.

O distrito de Beja passou, deste modo, a englobar 17 concelhos: Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Barrancos¹⁵; Beja; Castro Verde; Cercal ou Vila Nova de Mil Fontes; Cuba; Ferreira [do Alentejo]; Mértola; Messejana; Moura; Odemira; Ourique; Serpa; Vidigueira; e Vila de Frades.

Por Decreto de 19 de setembro de 1853, foi extinto 1 concelho — Vila de Frades — no distrito de Beja.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 2 concelhos — Cercal; e Messajana — no distrito de Beja.

Por Decreto de 21 de novembro de 1895, foram extintos 3 concelhos — Aljustrel; Alvito; e Barrancos — no distrito de Beja.

¹³ O concelho de Padrões não consta da lista do Decreto de 18 de julho de 1835.

¹⁴ O concelho de Água de Peixes não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

¹⁵ No Decreto de 18 de julho de 1835 este concelho é denominado Noudar e Barrancos.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 3 concelhos — Aljustrel; Alvito; e Barrancos — no distrito de Beja.

O distrito de Beja engloba em meados da segunda década do século XXI 14 concelhos: Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Barrancos; Beja; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Odemira; Ourique; Serpa; e Vidigueira.

Braga

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Braga englobava inicialmente 61 concelhos: Abadim; Aboim da Nóbrega; Amares; Apúlia; Arentim; Azevedo; Azurara; Barcelos; Bouro (Couto); Bouro (Santa Marta); Braga; Cabeceiras de Basto; Cambezes; Celorico de Basto; Cepães; Cervães; Esposende; Fafe ou Montelongo; Felgueiras; Fonte Arcada; Fralães; Freiriz; Vila Garcia; Gomide; Guimarães; Landim; Larim e Vila Chã; Manhente; Moreira de Rei; Moure; Parada de Bouro; Paredes Secas; Pedraído; Pedralva e Lageosa; Pico de Regalados; Pombeiro; Portela de Penela e das Cabras; Pousadela; Póvoa de Lanhoso; Póvoa de Varzim; Prado; Rates; Refoios de Basto; Rendufe; Rendufe (São Romão); Ribeira de Soaz; Ronfe; Rossas; Sabariz; São João de Rei; São Torcato; Serzedelo; Souto; Terras de Bouro; Tibães; Valdreu; Vieira [do Minho]; Vila Boa da Roda; Vila do Conde; Vila Nova de Famalicão; e Vimieiro.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidos 6 concelhos — Azurara; Felgueiras; Pombeiro; Póvoa de Varzim; Rates; e Vila do Conde — do distrito de Braga para o distrito do Porto;

- foram extintos 41 concelhos — Abadim; Aboim da Nóbrega; Apúlia; Arentim; Azevedo; Bouro (Couto); Bouro (Santa Marta); Cambezes; Cepães; Cervães; Fonte Arcada; Fralães; Freiriz; Gomide; Lageosa¹⁶; Landim; Larim e Vila Chã; Manhente; Moreira de Rei; Moure; Parada de Bouro; Paredes Secas; Pedraído; Pedralva¹⁷; Pousadela; Refoios de Basto; Rendufe (Couto)¹⁸; Rendufe¹⁹; Ribeira de Soaz; Ronfe; Rossas; Sabariz; São João de Rei; São Torcato; Serzedelo; Souto; Tibães; Valdreu; Vila Boa da Roda; Vila Garcia; e Vimieiro — no distrito de Braga.

O distrito de Braga passou, deste modo, a englobar 15 concelhos: Amares; Barcelos; Braga; Cabeceiras de Basto; Celorico de Basto; Esposende; Fafe²⁰; Guimarães; Penela²¹; Pico de Regalados; Póvoa de Lanhoso; Prado; Terras de Bouro; Vieira [do Minho]; e Vila Nova de Famalicão.

¹⁶ No Decreto de 18 de julho de 1835, é mencionado um único concelho de Pedralva e Lageosa.

¹⁷ No Decreto de 18 de julho de 1835, é mencionado um único concelho de Pedralva e Lageosa.

¹⁸ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Rendufe.

¹⁹ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Rendufe (São Romão).

²⁰ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Fafe ou Montelongo.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foram restaurados 2 concelhos — Santa Marta do Bouro; e São João de Rei — no distrito de Braga.

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi restaurado 1 concelho — Vila Chã — no distrito de Braga.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado 1 concelho — Aboim da Nóbrega — no distrito de Braga.

Por Decreto de 17 de fevereiro de 1852, foi extinto 1 concelho — São João de Rei — no distrito de Braga.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram extintos 2 concelhos — Aboim da Nóbrega; e Santa Marta do Bouro — no distrito de Braga.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram extintos 4 concelhos — Penela; Pico de Regalados; Prado; e Vila Chã — no distrito de Braga;

- foi criado 1 concelho — Vila Verde — no distrito de Braga.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi extinto 1 concelho — Terras de Bouro — no distrito de Braga.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado 1 concelho — Terras de Bouro — no distrito de Braga.

Pela Lei n.º 63/98 de 1 de setembro de 1998, foi criado 1 concelho — Vizela — no distrito de Braga.

O distrito de Braga engloba em meados da segunda década do século XXI 14 concelhos: Amares; Barcelos; Braga; Cabeceiras de Basto; Celorico de Basto; Esposende; Fafe; Guimarães; Póva de Lanhoso; Terras de Bouro; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; Vila Verde; e Vizela.

Bragança

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Bragança englobava inicialmente 44 concelhos: Abreiro; Alfândega da Fé; Algosó; Azinhoso; Bemposta; Bragança; Carrazeda de Ansiães; Castro Vicente; Chacim; Cortiços; Ervedosa; Failde e Carocedo; Frechas; Freixiel; Freixo de Espada à Cinta; Frieira; Gostei, Formil e Castanheira; Lamas de Orelhão; Miranda; Mirandela; Mogadouro; Moncorvo; Mós; Nozelos; Outeiro; Paçô de Vinhais; Penas Róias; Pinho Velho; Rebordãos; Rebordãos; Sanceris; Sampaio; Sezulfe; Torre de Dona Chama; Val de Asnes; Vale de Nogueira; Vale de Prados o Grande; Vila Flor; Vila Franca de Lampaças; Vilar Seco da Lomba; Vilarinho da Castanheira; Vilas Boas; Vimioso; e Vinhais.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram extintos 29 concelhos — Abreiro; Algosó; Azinhoso; Bemposta; Castro Vicente; Ervedosa; Failde e Carocedo; Frechas; Freixiel; Frieira; Gostei, Formil e Castanheira; Lamas de

²¹ Em termos formais, o Decreto de 6 de novembro de 1836 extinguiu o concelho de Portela das Cabras e de Penela e criou o concelho de Penela. Trata-se, porém, na prática, do mesmo concelho.

Orelhão; Mós; Nozelos; Paçô de Vinhais; Penas Róias; Pinho Velho; Rebordaínhos; Rebordãos; Sanceris; Sampaio; Sezulfé; Val de Asnes; Vale de Nogueira; Vale de Prados o Grande; Vila Franca de Lampaças; Vilar Seco da Lomba; Vilarinho da Castanheira; e Vilas Boas — no distrito de Bragança;

- foram criados 2 concelhos — Izedá; e Santalha — no distrito de Bragança.

O distrito de Bragança passou, deste modo, a englobar 17 concelhos: Alfândega da Fé; Bragança; Carrazeda de Ansiães; Chacim; Cortiços; Freixo de Espada à Cinta; Izedá; Miranda; Mirandela; Mogadouro; Moncorvo; Outeiro; Santalha; Torre de Dona Chama; Vila Flor; Vimioso; e Vinhais.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado 1 concelho — Vilarinho da Castanheira — no distrito de Bragança.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado 1 concelho — Lamas de Orelhão — no distrito de Bragança.

Por Decreto de 22 de junho de 1853, foi extinto 1 concelho — Outeiro — no distrito de Bragança.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foram extintos 5 concelhos — Chacim; Cortiços; Lamas de Orelhão; Santalha; e Vilarinho da Castanheira — no distrito de Bragança;

- foi criado 1 concelho — Macedo de Cavaleiros — no distrito de Bragança.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 2 concelhos — Izedá; e Torre de Dona Chama — no distrito de Bragança.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foram extintos 2 concelhos — Alfândega da Fé; e Freixo de Espada à Cinta — no distrito de Bragança.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 2 concelhos — Alfândega da Fé; e Freixo de Espada à Cinta — no distrito de Bragança.

O distrito de Bragança engloba em meados da segunda década do século XXI 12 concelhos: Alfândega da Fé; Bragança; Carrazeda de Ansiães; Freixo de Espada à Cinta; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro²²; Mirandela; Mogadouro; Moncorvo; Vila Flor; Vimioso; e Vinhais.

Castelo Branco

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Castelo Branco englobava inicialmente 27 concelhos: Alcaide; Alpedrinha; Atalaia; Bemposta; Caria; Castelo Branco; Castelo Novo; Covilhã; Fundão; Idanha-a-Nova; Idanha-a-Velha; Medelim; Monsanto; Pena Garcia; Penamacor; Póvoa de Rio de Moínhos; Proença-a-Velha; Rosmaninhal; Salvaterra do Extremo; São Miguel de Acha; São Vicente da Beira; Sarzedas; Sarzedo; Segura; Sortelha; Vila Velha do Ródão; e Zibreira.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

²² No Decreto de 18 de julho de 1835 e no Decreto de 6 de novembro de 1836, este concelho é denominado Miranda.

- foram transferidos para o distrito de Castelo Branco 13 concelhos — Álvaro; Amêndoa; Belver; Cardigos; Carvoeiro; Envendos; Mação; Oleiros; Pedrógão Pequeno; Proença-a-Nova; Sertã; Sobreira Formosa; e Vila de Rei — do distrito de Santarém;

- foram extintos 26 concelhos — Alcaide; Álvaro; Amêndoa; Atalaia; Belver; Bemposta; Cardigos; Caria; Carvoeiro; Castelo Novo; Envendos; Idanha-a-Velha; Medelim; Monsanto; Pedrógão Pequeno; Pena Garcia; Póvoa de Rio de Moínhos; Proença-a-Velha; Rosmaninhal; São Miguel de Acha; Sarzedas; Sarzedo²³; Segura; Sobreira Formosa; Vila Velha do Ródão; e Zibreira — no distrito de Castelo Branco.

O distrito de Castelo Branco passou, deste modo, a englobar 14 concelhos: Alpedrinha; Castelo Branco; Covilhã; Fundão; Idanha-a-Nova; Mação; Oleiros; Penamacor; Proença-a-Nova; Salvaterra do Extremo; São Vicente da Beira; Sertã; Sortelha; e Vila de Rei.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram restaurados 3 concelhos — Monsanto; Sarzedas; e Vila Velha de Ródão — no distrito de Castelo Branco.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado 1 concelho — Sobreira Formosa — no distrito de Castelo Branco.

Por Decretos de 15 de outubro e de 2 de novembro de 1841, foi transferido 1 concelho — Mação — do distrito de Castelo Branco para o distrito de Santarém.

Por Decreto de 16 de fevereiro de 1848, foram extintos 2 concelhos — Monsanto; e Sarzedas — no distrito de Castelo Branco.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferido para o distrito de Castelo Branco 1 concelho — Belmonte — do distrito da Guarda;

- foi transferido 1 concelho — Sortelha — do distrito de Castelo Branco para o distrito da Guarda.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 3 concelhos — Alpedrinha; Salvaterra do Extremo; e Sobreira Formosa — no distrito de Castelo Branco.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foram extintos 4 concelhos — Belmonte; São Vicente da Beira; Vila de Rei; e Vila Velha de Ródão — no distrito de Castelo Branco.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 3 concelhos — Belmonte; Vila de Rei; e Vila Velha de Ródão — no distrito de Castelo Branco.

O distrito de Castelo Branco engloba em meados da segunda década do século XXI 11 concelhos: Belmonte; Castelo Branco; Covilhã; Fundão; Idanha-a-Nova; Oleiros; Penamacor; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei; e Vila Velha de Ródão.

²³ O concelho de Sarzedo não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

Coimbra

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Coimbra englobava inicialmente 72 concelhos: Alhadas; Ançã; Ansião; Arazede; Arganil; Avô; Ázere; Bobadela; Botão; Buarcos; Candosa; Cantanhede; Carvalho; Casal; Celavisa; Coimbra; Côja; Couto do Mosteiro; Currelos; Eiras; Ervedal; Espinhal e Penela; Fajão; Figueira da Foz e Vila Verde; Góis; Lagares; Lagos da Beira e Percelada; Lavos; Lourosa; Lousã; Maiorca; Meãs; Midões; Miranda do Corvo; Montemor-o-Velho; Mortágua; Nogueira de Cravo; Oliveira do Conde; Oliveira do Hospital; Oliveirinha; Outil; Óvoa; Penacova; Pereira; Pinheiro de Ázere; Podentes; Pombalinho; Pombeiro; Póvoa Nova de Santa Cristina; Quiaios; Rabaçal e Zambujal; Samuel e Urmar; Sanguinheda; Santa Comba Dão; Santo Varão e Formoselhe; São João de Areias; Seixo de Gatões; Seixo do Ervedal; Semide; Sernache dos Alhos; Serro Ventoso; Silvares; Sinde; Tábua; Tentúgal; Treixedo; Val de Todos; Ventosa do Bairro; Verride; Vila Cova de Sub Avô; Vila Nova de Anços; e Vila Pouca da Beira.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidos para o distrito de Coimbra 3 concelhos — Cadima; Casal Comba; e Vila Nova de Monsarros — do distrito de Aveiro;
- foram transferidos para o distrito de Coimbra 5 concelhos — Álvares; Belide; Ega; Pampilhosa; e Soure — do distrito de Leiria;
- foram transferidos 3 concelhos — Casal; Ervedal; e Seixo de Ervedal — do distrito de Coimbra para o distrito da Guarda;
- foi transferido 1 concelho — Ansião — do distrito de Coimbra para o distrito de Leiria;
- foi transferido 1 concelho — Silvares — do distrito de Coimbra para o distrito de Viseu;
- foram extintos 48 concelhos — Alhadas; Álvares; Arazede; Ázere; Belide; Bobadela; Botão; Buarcos; Candosa; Carvalho; Casal Comba; Celavisa; Ega; Eiras; Lagares; Lagos da Beira²⁴; Lavos; Lourosa; Meãs; Mosteiro (Couto); Nogueira de Cravo; Oliveira do Conde; Oliveirinha; Outil; Óvoa; Percelada²⁵; Pereira; Pinheiro de Ázere; Podentes; Pombalinho; Pombeiro; Póvoa Nova de Santa Cristina; Quiaios; Samuel²⁶; Sanguinheda; São João de Areias; Seixo de Gatões; Semide; Sernache dos Alhos; Sinde; Treixedo; Val de Todos; Ventosa do Bairro; Verride; Vila Cova de Sub Avô; Vila Nova de Anços; Vila Nova de Monsarros; e Vila Pouca da Beira — no distrito de Coimbra;
- a sede do concelho de Currelos foi transferida para Carregal;
- foram criados 4 concelhos — Farinha Podre; Mealhada; Paião; e Santo André de Poiães — no distrito de Coimbra.

²⁴ No Decreto de 18 de julho de 1835, é mencionado um único concelho de Lagos da Beira e Percelada.

²⁵ No Decreto de 18 de julho de 1835, é mencionado um único concelho de Lagos da Beira e Percelada.

²⁶ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Samuel e Urmar.

O distrito de Coimbra passou, deste modo, a englobar 32 concelhos: Abrunheira ou Serro Ventoso²⁷; Ançã; Arganil; Avô; Cadima; Cantanhede; Carregal ou Currelos; Coimbra; Côja; Fajão; Farinha Podre; Figueira da Foz²⁸; Góis; Lousã; Maiorca; Mealhada; Midões; Miranda do Corvo; Montemor-o-Velho; Mortágua; Oliveira do Hospital; Paião; Pampilhosa; Penacova; Penela²⁹; Rabaçal³⁰; Santa Comba Dão; Santo André de Poiares; Santo Varão³¹; Soure; Tábua; e Tentúgal.

Por Decreto de 17 de janeiro de 1837, foram transferidos 3 concelhos — Carregal; Mortágua; e Santa Comba Dão — do distrito de Coimbra para o distrito de Viseu.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- a sede do concelho de Paião foi transferida para Lavos.
- foram restaurados 2 concelhos — Álvares; e Semide — no distrito de Coimbra.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi criado 1 concelho — Condeixa-a-Nova — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 7 de outubro de 1844 a sede do concelho de Abrunheira foi transferida para para Verride.

Por Decreto de 29 de agosto de 1846, foi extinto 1 concelho — Condeixa-a-Nova — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 20 de fevereiro de 1847, foi restaurado 1 concelho — Condeixa-a-Nova — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 6 de março de 1852, foi extinto 1 concelho — Rabaçal — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 27 de julho de 1853, foi extinto 1 concelho — Santo Varão — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferido 1 concelho — Mealhada — do distrito de Coimbra para o distrito de Aveiro;
- foram extintos 10 concelhos — Ançã; Cadima; Côja; Farinha Podre; Lavos; Maiorca; Midões; Semide; Tentúgal; e Verride — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foi transferido para o distrito de Coimbra o concelho de Mira do distrito de Aveiro;
- foram extintos 3 concelhos — Álvares; Avô; e Fajão — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foram extintos 2 concelhos — Mira; e Poiares — no distrito de Coimbra.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 2 concelhos — Mira; e Poiares — no distrito de Coimbra.

²⁷ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Serro Ventoso.

²⁸ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Figueira da Foz e Vila Verde.

²⁹ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Espinhal e Penela.

³⁰ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Rabaçal e Zambujal.

³¹ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Santo Varão e Formoselhe.

Por Decreto de 17 de agosto de 1905, o concelho de Poiares passou a denominar-se Vila Nova de Poiares.

O distrito de Coimbra engloba em meados da segunda década do século XXI 17 concelhos: Arganil; Cantanhede; Coimbra; Condeixa-a-Nova; Figueira da Foz; Góis; Lousã; Mira; Miranda do Corvo; Montemor-o-Velho; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra³²; Penacova; Penela; Soure; Tábua; e Vila Nova de Poiares.

Évora

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Évora englobava inicialmente 26 concelhos: Aguiar; Águias; Alandroal; Alcáçovas; Arraiolos; Borba; Cabeção; Canal; Estremoz; Évora; Évora Monte; Ferreira; Juromenha; Lavre; Monsaraz; Montemor-o-Novo; Montouto; Mora; Mourão; Oriola; Pavia; Portel; Redondo; Terena; Vila Viçosa; e Vimieiro.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferido para o distrito de Évora 1 concelho — Viana do Alentejo — do distrito de Beja;
- foram transferidos para o distrito de Évora 2 concelhos — Cabrela; e Canha — do distrito de Lisboa;

- foram extintos 15 concelhos — Aguiar; Águias; Alcáçovas; Cabeção; Cabrela; Canal; Canha; Évora Monte; Ferreira de Capelins³³; Juromenha; Lavre; Montouto; Mora; Oriola; e Terena — no distrito de Évora.

O distrito de Évora passou, deste modo, a englobar 14 concelhos: Alandroal; Arraiolos; Borba; Estremoz; Évora; Monsaraz; Montemor-o-Novo; Mourão; Pavia; Portel; Redondo; Viana do Alentejo; Vila Viçosa; e Vimieiro.

Por Lei de 2 de janeiro de 1838, foi restaurado 1 concelho — Canha — no distrito de Évora.

Por Lei de 17 de abril de 1838:

- foi extinto 1 concelho — Canha — no distrito de Évora;
- a sede do concelho de Pavia foi transferida para Mora.

Por Decreto de 9 de novembro de 1846:

- foi extinto 1 concelho — Vimieiro — no distrito de Évora;
- foi restaurado 1 concelho — Évora Monte — no distrito de Évora.

Por Decreto de 9 de novembro de 1852:

- foi extinto 1 concelho — Évora Monte — no distrito de Évora;
- foi restaurado 1 concelho — Vimieiro — no distrito de Évora.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 2 concelhos — Mora; e Vimieiro — no distrito de Évora.

Por Lei de 17 de setembro de 1861, foi restaurado 1 concelho — Mora — no distrito de Évora.

³² No Decreto de 18 de julho de 1835 e no Decreto de 6 de novembro de 1836, este concelho é denominado Pampilhosa.

³³ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Ferreira.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foram extintos 4 concelhos — Borba; Mora; Mourão; e Viana do Alentejo — no distrito de Évora.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 4 concelhos — Borba; Mora; Mourão; e Viana do Alentejo — no distrito de Évora.

Pelo Decreto-Lei n.º 44557 de 7 de setembro de 1962, foi criado 1 concelho — Vendas Novas — no distrito de Évora.

O distrito de Évora engloba em meados da segunda década do século XXI 14 concelhos: Alandroal; Arraiolos; Borba; Estremoz; Évora; Montemor-o-Novo; Mora; Mourão; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; Vendas Novas; Viana do Alentejo; e Vila Viçosa.

Faro

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Faro englobava inicialmente 16 concelhos: Albufeira; Aljezur; Alvor; Castro Marim; Faro; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Sagres; Silves; Tavira; Vila do Bispo; Vila Nova de Portimão; e Vila Real de Santo António.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferido para o distrito de Faro 1 concelho — Alcoutim — do distrito de Beja;
- foram extintos 4 concelhos — Aljezur; Alvor; Castro Marim; e Sagres — no distrito de Faro.

O distrito de Faro passou, deste modo, a englobar 13 concelhos: Albufeira; Alcoutim; Faro; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Silves; Tavira; Vila do Bispo; Vila Nova de Portimão; e Vila Real de Santo António.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foram restaurados 2 concelhos — Aljezur; e Castro Marim — no distrito de Faro.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 2 concelhos — Aljezur; e Vila do Bispo — no distrito de Faro.

Por Lei de 10 de setembro de 1861, foram restaurados 2 concelhos — Aljezur; e Vila do Bispo — no distrito de Faro.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foram extintos 3 concelhos — Aljezur; Castro Marim; e Vila do Bispo — no distrito de Faro.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 3 concelhos — Aljezur; Castro Marim; e Vila do Bispo — no distrito de Faro.

Pela Lei n.º 178 de 1 de junho de 1914, foi criado no distrito de Faro 1 concelho — [São Brás de] Alportel.

Pela Lei n.º 1692 de 11 de dezembro de 1924, a localidade e o concelho de Vila Nova de Portimão passaram a denominar-se Portimão.

O distrito de Faro engloba em meados da segunda década do século XXI 16 concelhos: Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Castro Marim; Faro; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; São Brás de Alportel; Silves; Tavira; Vila do Bispo; e Vila Real de Santo António.

Guarda

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito da Guarda englobava inicialmente 79 concelhos: Açores; Aguiar da Beira; Alfaiates; Algodres; Almeida; Almendra e Castelo Melhor; Alverca [da Beira]; Alvoco da Serra; Aveloso; Baraçal; Belmonte; Cabra; Carapito; Castanheiro; Casteição; Castelo Bom; Castelo Mendo; Castelo Rodrigo; Cedovim; Celorico da Beira; Cinco Vilas; Codeceiro; Ervedosa do Douro; Escalhão; Famalicão; Figueiró da Granja; Folgosinho; Forno Telheiro; Fornos de Algodres; Freixo de Numão; Gouveia; Guarda; Guilherme; Ínfias; Jarmelo; Lamegal³⁴; Linhares; Longroiva; Loriga; Manteigas; Marialva; Matança; Meda; Melo; Mesquitela; Moreira e Moreira de Rei; Muxagata; Paredes da Beira; Penalva de Alva; Penedono; Penela; Penha Verde; Pinhel; Póvoa; Ranhados; Reigada; Sabugal; Sandomil; Santa Marinha; São João da Pesqueira; São Romão; São Sebastião da Feira; Seia; Soutelo; Souto de Penedono³⁵; Torroselo; Touças; Touro; Trancoso; Trevões; Valença do Douro; Valongo dos Azeites; Valezim; Valelhas; Várzeas; Vide; Vila Cova à Coelheira; Vila Nova de Foz Coa; e Vilar Maior.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidos para o distrito da Guarda 3 concelhos — Casal; Ervedal; e Seixo do Ervedal — do distrito de Coimbra;
- foi transferido 1 concelho — Valença do Douro — do distrito da Guarda para o distrito de Viseu;
- a sede do concelho de Castelo Rodrigo foi transferida para a localidade de Figueira, que passou a denominar-se Figueira de Castelo Rodrigo;
- foram extintos 51 concelhos — Açores; Alfaiates; Alvoco da Serra; Aveloso; Baraçal; Cabra; Carapito; Casal; Castanheiro; Casteição; Castelo Bom; Castelo Mendo; Cedovim; Cinco Vilas; Codeceiro; Ervedosa do Douro; Escalhão; Famalicão; Figueiró da Granja; Folgosinho; Forno Telheiro; Fornos de Algodres; Guilherme; Ínfias; Lamegal³⁶; Longroiva; Matança; Melo; Mesquitela; Moreira de Rei³⁷; Muxagata; Paredes da Beira; Penela; Penha Verde; Póvoa; Ranhados; Reigada; Santa Marinha; São Romão; São Sebastião da Feira; Seixo do Ervedal³⁸; Soutelo; Souto de Penedono³⁹; Torroselo; Touças; Touro; Valongo dos Azeites; Valezim; Várzeas; Vide; e Vila Cova à Coelheira — do distrito da Guarda;

³⁴ O concelho de Lamegal não consta da lista do Decreto de 18 de julho de 1835.

³⁵ O concelho de Souto de Penedono não consta da lista do Decreto de 18 de julho de 1835.

³⁶ O concelho de Lamegal não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

³⁷ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Moreira e Moreira de Rei.

³⁸ O concelho de Seixo do Ervedal não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

³⁹ O concelho de Souto de Penedono não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

O distrito da Guarda passou, deste modo, a englobar 30 concelhos — Aguiar da Beira; Algodres; Almeida; Almendra⁴⁰; Alverca; Belmonte; Celorico; Ervedal; Figueira de Castelo Rodrigo; Freixo de Numão; Gouveia; Guarda; Jarmelo; Linhares; Loriga; Manteigas; Marialva; Meda; Penalva de Alva; Penedono; Pinhel; Sabugal; Sandomil; São João da Pesqueira; Seia; Trancoso; Trevões; Valhelhas; Vila Nova de Foz Côa; e Vilar Maior.

Por Lei de 12 de junho de 1837, a sede do concelho de Algodres foi transferida para Fornos de Algodres.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi transferido 1 concelho — Trevões — do distrito da Guarda para o distrito de Viseu.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853:

- foi transferido para o distrito da Guarda 1 concelho — Sortelha — do distrito de Castelo Branco;

- foi transferido 1 concelho — Belmonte — do distrito da Guarda para o distrito de Castelo Branco;

- foram transferidos 2 concelhos — São João da Pesqueira; e Penedono — do distrito da Guarda para o distrito de Viseu;

- foram extintos 4 concelhos — Alverca; Freixo de Numão; Jarmelo; Penalva de Alva — no distrito da Guarda.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855 foram extintos 9 concelhos — Almendra; Ervedal da Beira; Linhares; Loriga; Marialva; Sandomil; Sortelha; Valhelhas; e Vilar Maior — no distrito da Guarda.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foram extintos 2 concelhos — Aguiar da Beira; e Manteigas — no distrito da Guarda.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 2 concelhos — Aguiar da Beira; e Manteigas — no distrito da Guarda.

O distrito da Guarda engloba em meados da segunda década do século XXI 14 concelhos: Aguiar da Beira; Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Fornos de Algodres; Gouveia; Guarda; Manteigas; Meda; Pinhel; Sabugal; Seia; Trancoso; e Vila Nova de Foz Côa.

Lamego

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Lamego englobava inicialmente 97 concelhos: Abrunhosa; Alhais; Alva; Alvarenga; Arcos; Aregos; Armamar; Azurara da Beira ou Mangualde; Barcos; Boa Aldeia; Britiande; Cabril; Canas da Sabugosa; Canas de Senhorim; Caria; Castelo; Castro Daire; Chãs e Tavares; Chavães; Cinfães; Ermida do Paiva; Escamarão; Ferreira de Aves; Ferreiros de Tendais; Folhedal⁴¹; Fonte Arcada; Fontelo; Fráguas; Gafanhão; Goja ou Val Maior;

⁴⁰ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Almendra e Castelo Melhor.

⁴¹ O concelho de Folhedal não consta da lista do Decreto de 18 de julho de 1835.

Gosende e Campo Benfeito; Goujuim; Granja do Tedo; Guardão; Gulfar; Ladário; Lafões ou Vouzela; Lalim; Lamego; Lapa; Lazarim; Leomil; Loriga; Lumiares; Maceira Dão; Magueija; Mezio; Moção; Mões; Moimenta da Beira; Mondim; Mouraz e Carvalhal; Nagosa; Oliveira de Frades; Parada do Bispo; Parada de Ester; Paradela; Passó; Penalva do Castelo; Pendilhe; Pera e Peva; Pinheiros; Povolide; Reriz; Resende; Ribolhos; Rio de Moínhos; Rua; Sabugosa; Sande; Sanfins; Santa Eulália; São Cosmado; São Cristóvão de Nogueira; São João do Monte; São Martinho de Mouros; São Miguel do Outeiro; Sátão; Sendim; Senhorim e Agueira; Sernancelhe; Sever; Silvã de Cima; Sul; Tabuaço; Tarouca; Távora; Tondela ou Besteiros; Trapa; Ucanha; Valdigem⁴²; Várzea da Serra; Vila Cova à Coelheira; Vila da Ponte; Vila Nova de Souto d'El Rei; Vila Seca; e Viseu, Barreiros e Ranhados.

Por Decreto de 7 de agosto de 1835:

- foi transferido para o distrito de Lamego 1 concelho — Tendais — do distrito de Aveiro;
- foi transferido 1 concelho — Alvarenga — do distrito de Lamego para o distrito de Aveiro.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Leiria

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Leiria englobava inicialmente 40 concelhos: Abiul; Aguda; Alcobça; Alfeizerão; Aljubarrota; Alpedriz; Alvaiázere; Álvares; Alvorninha; Arega; Avelar; Batalha; Belide; Caldas da Rainha; Cela; Chão de Couce; Coz; Ega; Évora de Alcobça; Figueiró dos Vinhos; Leiria; Lourçal; Maças de Caminho; Maças de Dona Maria; Maiorga; Monte Real; Óbidos; Pampilhosa; Pederneira; Pedrógão Grande; Pombal; Porto de Mós; Pousa Flores; Redinha; Salir de Matos; Santa Catarina; São Martinho do Porto; Soure e Abitureiras; Turquel; e Vila Nova de Pussos.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidos 5 concelhos — Álvares; Belide; Ega; Pampilhosa; e Soure — do distrito de Leiria para o distrito de Coimbra;
- foi transferido para o distrito de Leiria 1 concelho — Ansião — do distrito de Coimbra;
- foi transferido para o distrito de Leiria 1 concelho — Cadaval — do distrito de Lisboa;
- foram suprimidos 25 concelhos — Abitureiras⁴³; Abiul; Aguda; Alfeizerão; Aljubarrota; Alpedriz; Alvorninha; Ansião; Arega⁴⁴; Avelar; Batalha; Cadaval⁴⁵; Cela; Coz; Évora [de Alcobça];

⁴² O concelho de Valdigem não consta da lista do Decreto de 18 de julho de 1835.

⁴³ O Decreto de 6 de novembro de 1836 extinguiu formalmente o concelho de Abitureiras, que o Decreto de 18 de junho de 1835 menciona em conjunto com o concelho de Soure.

⁴⁴ O concelho de Arega não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁴⁵ O Decreto de 18 de julho de 1835 integrara o concelho do Cadaval no distrito de Lisboa. O concelho do Cadaval não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

Maçãs de Caminho; Maçãs de Dona Maria; Monte Real⁴⁶; Pederneira⁴⁷; Pousaflores; Redinha; Salir de Matos; Santa Catarina; Turquel; e Vila Nova de Pussos — do distrito de Leiria;

- foram criados 2 concelhos — Cabaços; e Marinha Grande — no distrito de Leiria.

O distrito de Leiria passou, deste modo, a englobar 15 concelhos: Alcobaça; Alvaiázere; Cabaços; Caldas da Rainha; Chão de Couce; Figueiró dos Vinhos; Leiria; Louriçal; Maiorga ou Pederneira; Marinha Grande; Óbidos; Pedrógão Grande; Pombal; Porto de Mós; e São Martinho do Porto.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foi extinto 1 concelho — Maiorga — no distrito de Leiria;
- foram restaurados 2 concelhos — Batalha; e Pederneira — no distrito de Leiria.

Por Lei de 4 de julho de 1837:

- foi extinto 1 concelho — Cabaços — no distrito de Leiria;
- foram restaurados 2 concelhos — Ansião; e Maçãs de Dona Maria — no distrito de Leiria.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi extinto 1 concelho — Marinha Grande — no distrito de Leiria.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

- foram extintos 5 concelhos — Chão de Couce; Louriçal; Maçãs de Dona Maria; Pederneira; e São Martinho do Porto — no distrito de Leiria;
- foi transferido para o distrito de Leiria 1 concelho — Peniche — do distrito de Lisboa.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foram extintos 4 concelhos — Alvaiázere; Batalha; Pedrógão Grande; e Porto de Mós — no distrito de Leiria.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 4 concelhos — Alvaiázere; Batalha; Pedrógão Grande; e Porto de Mós — no distrito de Leiria.

Por Lei de 22 de junho de 1898, foi restaurado 1 concelho — Pederneira — no distrito de Leiria.

Por Lei de 18 de dezembro de 1912, o concelho de Pederneira passou a denominar-se concelho da Nazaré.

Pela Lei n.º 123 de 28 de março de 1914 e pelo Decreto n.º 465 de 6 de maio de 1914, foi criado 1 concelho — Bombarral — no distrito de Leiria.

Pela Lei n.º 203 de 17 de junho de 1914, foi criado 1 concelho — Castanheira de Pêra — no distrito de Leiria.

Pela Lei n.º 644 de 20 de janeiro de 1917, foi restaurado 1 concelho — Marinha Grande — no distrito de Leiria.

O distrito de Leiria engloba em meados da segunda década do século XXI 16 concelhos: Alcobaça; Alvaiázere; Ansião; Batalha; Bombarral; Caldas da Rainha; Castanheira de Pera; Figueiró dos Vinhos; Leiria; Marinha Grande; Nazaré; Óbidos; Pedrógão Grande; Peniche; Pombal; e Porto de Mós.

⁴⁶ O concelho de Monte Real não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁴⁷ Embora o concelho de Pederneira figure na lista dos concelhos extintos a denominação é utilizada em alternativa à do concelho de Maiorga.

Lisboa

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Lisboa englobava inicialmente 52 concelhos: Alcácer do Sal; Alcochete; Alcoentre; Aldeia Galega da Merceana; Aldeia Galega do Ribatejo; Alenquer; Alhandra; Alhos Vedros; Almada; Alverca do Ribatejo; Arruda dos Vinhos; Atouguia da Baleia; Aveiras de Baixo; Aveiras de Cima; Azambuja; Azeitão; Barreiro; Belas; Cabrela; Cadaval; Canha; Carvoeira; Cascais; Castanheira do Ribatejo; Cheleiros; Coina; Colares; Enxara dos Cavaleiros; Ericeira; Gradil; Grândola; Lavradio; Lisboa; Lourinhã; Mafra; Manique do Intendente; Moita; Oeiras; Palmela; Peniche; Povos; Ribaldeira; São Tiago do Cacém; Sesimbra; Setúbal; Sines; Sintra; Sobral de Monte Agraço; Torrão; Torres Vedras; Vila Franca de Xira; e Vila Verde dos Francos.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferido 1 concelho — Torrão — do distrito de Lisboa para o distrito de Beja;
- foram transferidos 2 concelhos — Cabrela; e Canha — do distrito de Lisboa para o distrito de Évora;
- foi transferido 1 concelho — Cadaval — do distrito de Lisboa para o distrito de Leiria;
- foi criado 1 concelho — Seixal — no distrito de Lisboa;
- foram extintos 13 concelhos — Atouguia da Baleia; Aveiras de Baixo; Aveiras de Cima; Carvoeira; Cheleiros; Coina; Gradil; Lavradio; Manique do Intendente⁴⁸; Moita; Povos; Sines; e Vila Verde dos Francos — no distrito de Lisboa.

O distrito de Lisboa passou, deste modo, a englobar 36 concelhos: Alcácer do Sal; Alcochete; Alcoentre; Aldeia Galega da Merceana; Aldeia Galega do Ribatejo; Alenquer; Alhandra; Alhos Vedros; Almada; Alverca; Arruda; Azambuja; Azeitão; Barreiro; Belas; Cascais; Castanheira; Colares; Enxara dos Cavaleiros; Ericeira; Grândola; Lisboa; Lourinhã; Mafra; Oeiras; Palmela; Peniche; Ribaldeira; São Tiago do Cacém; Seixal; Sesimbra; Setúbal; Sintra; Sobral; Torres Vedras; e Vila Franca de Xira.

Por Lei de 28 de abril de 1837, a sede do concelho de Alhos Vedros foi transferida para a Moita.

Por Lei de 12 de junho de 1837:

- foi extinto 1 concelho — Castanheira do Ribatejo — no distrito de Lisboa;
- foi criado 1 concelho — Azueira — no distrito de Lisboa;
- foram restaurados 3 concelhos — Alhos Vedros; Cadaval; e Sines — no distrito de Lisboa.

Por Decreto de 18 de julho de 1846, foi extinto 1 concelho — Azueira — no distrito de Lisboa.

Por Decreto de 21 de janeiro de 1847, foi restaurado 1 concelho — Azueira — e foi extinto 1 concelho — Enxara dos Cavaleiros — no distrito de Lisboa.

Por Decreto de 11 de setembro de 1852, foram criados 2 concelhos — Belém; e Olivais — no distrito de Lisboa.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855:

⁴⁸ O concelho de Manique do Intendente não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

- foram extintos 15 concelhos — Alcoentre; Aldeia Galega da Merceana; Alhandra; Alhos Vedros; Alverca do Ribatejo; Azeitão; Azueira; Belas; Colares; Ericeira; Moita; Palmela; Ribaldeira; Sines; e Sobral de Monte Agraço — no distrito de Lisboa.

- foi transferido 1 concelho — Peniche — do distrito de Lisboa para o distrito de Leiria.

Por Lei de 18 de setembro de 1861, foi restaurado 1 concelho — Moita — no distrito de Lisboa.

Por Lei de 18 de julho de 1885, foi extinto 1 concelho — Belém — no distrito de Lisboa.

Por Decreto de 22 de julho de 1886, a sede do concelho dos Olivais foi transferida para Loures.

Por Decreto de 10 de fevereiro de 1887, a sede do concelho de Arruda dos Vinhos foi transferida para Sobral de Monte Agraço.

Por Decreto de 20 de março de 1890, foi restaurado 1 concelho — Arruda dos Vinhos — no distrito de Lisboa.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram extintos 7 concelhos — Alcochete; Arruda dos Vinhos; Cadaval; Moita; Oeiras; Seixal; e Sobral de Monte Agraço — no distrito de Lisboa.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 7 concelhos — Alcochete; Arruda dos Vinhos; Cadaval; Moita; Oeiras; Seixal; e Sobral de Monte Agraço — no distrito de Lisboa.

Pela Lei n.º 167 de 19 de maio de 1914, foi restaurado 1 concelho — Sines — no distrito de Lisboa.

Pelo Decreto n.º 12615 de 1 de novembro de 1926, foi restaurado 1 concelho — Palmela — no distrito de Lisboa.

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, foram transferidos 13 concelhos — Alcácer do Sal; Alcochete; Aldeia Galega do Ribatejo; Almada; Barreiro; Grândola; Moita; Palmela; Santiago do Cacém; Seixal; Sesimbra; Setúbal; e Sines — do distrito de Lisboa para o distrito de Setúbal então criado.

Pela Lei n.º 45/79 de 11 de setembro de 1979, foi criado 1 concelho — Amadora — no distrito de Lisboa.

Pela Lei n.º 84/98 de 14 de dezembro, foi criado 1 concelho — Odivelas — no distrito de Lisboa.

O distrito de Lisboa engloba em meados da segunda década do século XXI 16 concelhos: Alenquer; Amadora; Arruda dos Vinhos; Azambuja; Cadaval; Cascais; Lisboa; Loures; Lourinhã; Mafra; Odivelas; Oeiras; Sintra; Sobral de Monte Agraço; Torres Vedras; e Vila Franca de Xira.

Portalegre

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Portalegre englobava inicialmente 41 concelhos: Alegrete; Alpalhão; Alter do Chão; Alter Pedroso; Amieira; Arez; Arronches; Assumar; Avis; Barbacena; Benávilas; Cabeço de Vide; Campo Maior; Cano; Castelo de Vide; Chancelaria; Crato; Elvas; Ervedal; Figueira [dos Cavaleiros]; Fronteira; Gáfete; Galveias; Gavião; Logomel e Margem; Marvão; Monforte; Montalvão; Montargil; Nisa; Ouguela; Ponte de Sor; Portalegre; Póvoa e Meadas; Seda; Sousel; Tolosa; Veiros; Vila Boim; Vila Fernando; e Vila Flor.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferido 1 concelho — Montargil — do distrito de Portalegre para o distrito de Santarém;
- foram suprimidos 23 concelhos — Alegrete; Alter Pedroso; Amieira; Arez; Assumar; Barbacena; Benávila; Cabeço de Vide; Cano; Chancelaria; Ervedal; Figueira dos Cavaleiros; Gáfete; Galveias; Logomel e Margem; Montalvão; Ouguela; Póvoa e Meadas; Seda; Tolosa; Vila Boim; Vila Fernando; e Vila Flor — no distrito de Portalegre.

O distrito de Portalegre passou, deste modo, a englobar 17 concelhos: Alpalhão; Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Fronteira; Gavião; Marvão; Monforte; Nisa; Ponte de Sor; Portalegre; Sousel; e Veiros.

Por Lei de 12 de junho de 1837, foi restaurado 1 concelho — Alegrete — no distrito de Portalegre.

Por Lei de 27 de setembro de 1837, foi restaurado 1 concelho — Cabeço de Vide — no distrito de Portalegre.

Por Decreto de 3 de agosto de 1853, foi extinto 1 concelho — Alpalhão — no distrito de Portalegre.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 4 concelhos — Alegrete; Cabeço de Vide; Sousel; e Veiros — no distrito de Portalegre.

Por Lei de 10 de julho de 1863, foi restaurado 1 concelho — Sousel — no distrito de Portalegre.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram extintos 4 concelhos — Gavião; Marvão; Monforte; Sousel — no distrito de Portalegre.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 4 concelhos — Gavião; Marvão; Monforte; e Sousel — no distrito de Portalegre.

O distrito de Portalegre engloba em meados da segunda década do século XXI 15 concelhos: Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Fronteira; Gavião; Marvão; Monforte; Nisa; Ponte de Sor; Portalegre; e Sousel.

Porto

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito do Porto englobava inicialmente 54 concelhos: Aboim e Codeçoso; Aguiar de Sousa; Amarante; Ancede; Aveleda; Avintes; Baião e Gosende; Baltar; Barbosa; Benviver; Bouças; Bustelo; Campanhã; Cete; Cova; Francemil; Frazão; Gestaçô; Gondomar; Gouveia; Lage; Leça do Bailio; Louredo; Lousada; Maia; Mancelos; Meinedo; Melres; Negrelos; Ovelha do Marão; Paços de Ferreira⁴⁹; Pedroso; Penafiel; Pendorada; Porto; Porto Carreiro; Rebordões; Refoios de Riba de Ave; Rio Tinto; Roriz; Santa Cruz de Riba Tâmega; Santo Tirso; São João da Foz; Soalhães; Sobrosa; Tabuado; Torrão; Travanca; Tuías e Canaveses; Unhão; Vila Boa de Quires; Vila Boa do Bispo; Vila Caiz; e Vila Nova de Gaia.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidos para o distrito do Porto 3 concelhos — Crestuma; Grijó; e Sandim — do distrito de Aveiro;

⁴⁹ O concelho de Paços de Ferreira não consta da lista do Decreto de 18 de julho de 1835.

- foram transferidos para o distrito do Porto 6 concelhos — Azurara; Felgueiras; Pombeiro; Póvoa de Varzim; Rates; e Vila do Conde — do distrito de Braga;

- foram extintos 47 concelhos — Aboim e Codeçoso; Aguiar de Sousa; Ancede; Aveleda; Avintes; Azurara; Baltar; Barbosa; Bustelo; Campanhã; Cete; Cova; Crestuma⁵⁰; Felgueiras; Francemil; Frazão; Gestaçô; Gouveia; Grijó⁵¹; Lage; Leça do Bailio; Louredo; Lousada; Mancelos; Meinedo; Melres; Ovelha do Marão; Pedroso; Pendorada; Pombeiro; Porto Carreiro; Rates (São Pedro); Rebordões; Refoios de Riba de Ave; Rio Tinto; Roriz; Sandim⁵²; São João da Foz; Sobrosa; Tabuado; Torrão; Travanca; Tuías e Canaveses; Unhão; Vila Boa de Queiriz; Vila Boa do Bispo; e Vila Caiz — do distrito do Porto;

- foram criados 3 concelhos — Barrosas; Paredes; e Valongo — no distrito do Porto.

O distrito do Porto passou, deste modo, a englobar 19 concelhos: Amarante; Baião⁵³; Barrosas; Benviver; Bouças; Gaia⁵⁴; Gondomar; Maia; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Porto; Póvoa de Varzim; Santa Cruz⁵⁵; Santo Tirso; São Tomé de Negrelos⁵⁶; Soalhães; Valongo; e Vila do Conde.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado 1 concelho — Felgueiras — no distrito do Porto.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado 1 concelho — Lousada — no distrito do Porto.

Por Decreto de 30 de junho de 1852, foi extinto 1 concelho — Barrosas — no distrito do Porto.

Por Decreto de 31 de março de 1852, os concelhos de Benviver e de Soalhães foram fundidos para constituir o concelho de Marco de Canaveses.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 2 concelhos — Santa Cruz; e São Tomé de Negrelos — no distrito do Porto.

Por Decreto de 6 de maio de 1909, o concelho de Bouças passou a denominar-se concelho de Matosinhos.

Pela Lei n.º 83/98 de 14 de dezembro de 1998, foi criado 1 concelho — Trofa — no distrito do Porto.

O distrito do Porto engloba em meados da segunda década do século XXI 18 concelhos: Amarante; Baião; Felgueiras; Gondomar; Lousada; Maia; Marco de Canaveses; Matosinhos; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Porto; Póvoa de Varzim; Santo Tirso; Trofa; Valongo; Vila do Conde; e Vila Nova de Gaia.

⁵⁰ O concelho de Crestuma não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁵¹ O concelho de Grijó não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁵² O concelho de Sandim não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁵³ No Decreto de 18 de julho de 1835 este concelho é denominado Baião e Gosende.

⁵⁴ No Decreto de 18 de julho de 1835 este concelho é denominado Vila Nova de Gaia.

⁵⁵ No Decreto de 18 de julho de 1835 este concelho é denominado Santa Cruz de Riba Tâmega.

⁵⁶ No Decreto de 18 de julho de 1835 este concelho é denominado Negrelos.

Santarém

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Santarém englobava inicialmente 44 concelhos: Abrantes; Águas Belas; Alcanede; Almeirim; Álvaro; Amêndoa; Asseiceira; Atalaia; Azambujeira; Belver; Benavente; Cardigos; Cartaxo; Carvoeiro; Chamusca; Coruche; Dornes; Envendos; Erra; Ferreira [do Zêzere]; Golegã; Lamarosa; Mação; Muge; Oleiros; Ourém e Aldeia da Cruz; Paialvo; Paio de Pele; Pedrógão Pequeno; Pernes; Pias; Proença-a-Nova; Punhete; Salvaterra de Magos; Samora Correia; Santarém; Sardoal; Sertã; Sobreira Formosa; Tancos; Tomar; Torres Novas; Ulme; e Vila de Rei.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram transferidos 13 concelhos — Álvaro; Amêndoa; Belver; Cardigos; Carvoeiro; Envendos; Mação; Oleiros; Pedrógão Pequeno; Proença-a-Nova; Sertã; Sobreira Formosa; e Vila de Rei — do distrito de Santarém para o distrito de Castelo Branco;

- foi transferido para o distrito de Santarém 1 concelho — Montargil — do distrito de Portalegre;

- foram extintos 15 concelhos — Águas Belas; Asseiceira; Atalaia⁵⁷; Azambujeira; Dornes; Lamarosa⁵⁸; Montargil; Muge; Paialvo; Paio de Pele; Pias; Salvaterra de Magos; Samora Correia; Tancos; e Vila Nova de Erra⁵⁹ — no distrito de Santarém;

- foram criados 2 concelhos — Barquinha; e Rio Maior — no distrito de Santarém.

O distrito de Santarém passou, deste modo, a englobar 19 concelhos: Abrantes; Alcanede; Almeirim; Barquinha; Benavente; Cartaxo; Chamusca; Coruche; Ferreira do Zêzere; Golegã; Ourém e Aldeia da Cruz; Pernes; Punhete; Rio Maior; Santarém; Sardoal; Tomar; Torres Novas; e Ulme.

Por Decreto de 7 de dezembro de 1836, a localidade e o concelho de Punhete passaram a denominar-se Constância.

Por Lei de 28 de abril de 1838, foi restaurado 1 concelho — Salvaterra de Magos — no distrito de Santarém.

Por Alvará de 25 de setembro de 1841, a localidade e o concelho de Aldeia da Cruz passaram a denominar-se Vila Nova de Ourém.

Por Decretos de 15 de outubro e de 2 de novembro de 1841, foi transferido para o distrito de Santarém 1 concelho — Mação — do distrito de Castelo Branco.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 3 concelhos — Alcanede; Pernes; e Ulme — no distrito de Santarém.

Por Decreto de 21 de Novembro de 1895, foram extintos 2 concelhos — Constância; e Vila Nova da Barquinha — no distrito de Santarém.

⁵⁷ O concelho de Atalaia não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁵⁸ O concelho de Lamarosa não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁵⁹ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Erra.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 2 concelhos — Vila Nova da Barquinha — no distrito de Santarém.,

Pela Lei n.º 156 de 8 de maio de 1914, foi criado 1 concelho — Alcanena — no distrito de Santarém.

Pela Lei n.º 129 de 2 de abril de 1914, foi criado 1 concelho — Alpiarça — no distrito de Santarém.

Pelo Decreto-Lei n.º 35184 de 24 de novembro de 1945, foi criado 1 concelho — Entroncamento — no distrito de Santarém.

Pela Lei n.º 35/89 de 23 de agosto de 1989, o concelho de Vila Nova de Ourém passou a denominar-se Ourém.

O distrito de Santarém engloba em meados da segunda década do século XXI 21 concelhos: Abrantes; Alcanena; Almeirim; Alpiarça; Benavente; Cartaxo; Chamusca; Constância; Coruche; Entroncamento; Ferreira do Zêzere; Golegã; Mação; Ourém; Rio Maior; Salvaterra de Magos; Santarém; Sardoal; Tomar; Torres Novas; e Vila Nova da Barquinha.

Setúbal

Pelo Decreto com força de Lei n.º 12870 de 22 de dezembro de 1926, o distrito de Setúbal englobava inicialmente 13 concelhos: Alcácer do Sal; Alcochete; Aldeia Galega do Ribatejo; Almada; Barreiro; Grândola; Moita; Palmela; Santiago do Cacém; Seixal; Sesimbra; Setúbal; e Sines.

Pelo Decreto n.º 18434 de 6 de junho de 1930, o concelho de Aldeia Galega do Ribatejo passou a denominar-se Montijo.

O distrito de Setúbal engloba em meados da segunda década do século XXI 13 concelhos: Alcácer do Sal; Alcochete; Almada; Barreiro; Grândola; Moita; Montijo; Palmela; Santiago do Cacém; Seixal; Sesimbra; Setúbal; e Sines.

Viana — Viana do Minho — Viana do Castelo

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Viana, também denominado Viana do Minho, englobava inicialmente 29 concelhos: Albergaria de Penela; Arcos de Valdevez; Barca; Bertandos; Cabaços; Caminha; Capareiros; Castro Laboreiro; Correlhã; Coura; Feitosa; Geraz do Lima; Gondufe; Lanhezes; Lindoso; Melgaço; Monção; Nogueira; Ponte de Lima e Refoios; Queijada e Boalhosa; Rebordões; Sanfins; Santo Estevão da Facha; Soajo; Souto de Rebordões; Valadares; Valença; Viana; e Vila Nova de Cerveira.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836, foram extintos 18 concelhos — Albergaria de Penela; Bertandos; Cabaços; Capareiros; Castro Laboreiro; Correlhã; Feitosa; Geraz do Lima; Gondufe; Lanhezes; Lindoso; Nogueira; Queijada e Boalhosa; Rebordões; Sanfins; Santo Estevão da Facha; Soajo; e Souto de Rebordões — no distrito de Viana.

O distrito de Viana passou, deste modo, a englobar 11 concelhos: Arcos de Valdevez; Caminha; Coura; Melgaço; Monção; Ponte da Barca⁶⁰; Ponte de Lima⁶¹; Valadares; Valença; Viana; e Vila Nova de Cerveira.

Por Decreto de 18 de março de 1842, foram restaurados 2 concelhos — Castro Laboreiro; e Soajo — no distrito de Viana.

Por Decreto de 20 de janeiro 1848, a localidade, o concelho e o distrito de Viana passaram a denominar-se Viana do Castelo.

Por Decreto de 17 de fevereiro de 1852, foi extinto 1 concelho — Soajo — no distrito de Viana do Castelo.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 2 concelhos — Castro Laboreiro; e Valadares — no distrito de Viana do Castelo.

Por Decreto de 15 de setembro de 1875, a sede do concelho de Coura foi transferida para Paredes de Coura.

Por Decreto de 12 de julho de 1895, foi extinto 1 concelho — Vila Nova de Cerveira — no distrito de Viana do Castelo.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado 1 concelho — Vila Nova de Cerveira — no distrito de Viana do Castelo.

O distrito de Viana do Castelo engloba em meados da segunda década do século XXI 10 concelhos: Arcos de Valdevez; Caminha; Melgaço; Monção; Paredes de Coura; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Valença; Viana do Castelo; e Vila Nova de Cerveira.

Vila Real

Por Decreto de 18 de julho de 1835, o distrito de Vila Real englobava inicialmente 36 concelhos: Água Revés; Alfarela de Jales; Alijó; Atei; Barqueiros; Canelas; Cerva; Chaves; Dornelas; Ermelo; Ervededo; Favaio; Fontes; Godim; Gouvães do Douro; Gralhas; Lordelo; Meixedo; Mesão Frio; Mondim de Basto; Monforte de Rio Livre; Montalegre; Murça; Padornelos; Padroso; Parada do Pinhão; Provesende; Ribeira de Pena; Ruivães; Santa Marta de Penaguião; São Mamede de Riba Tua; Teixeira; Tourém; Vila Pouca de Aguiar; Vila Real; e Vilar de Perdizes.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foram extintos 18 concelhos — Água Revés; Atei; Barqueiros; Dornelas; Fontes; Godim; Gouvães do Douro; Gralhas; Lordelo; Meixedo; Padornelos; Padroso; Parada do Pinhão; Ribeira de Pena; São Mamede de Riba Tua; Teixeira; Tourém; e Vilar de Perdizes — no distrito de Vila Real;

- foram criados 6 concelhos — Boticas; Carrazedo de Montenegro; Peso da Régua; Sabrosa; Valpaços; e Vilar de Maçada — no distrito de Vila Real.

O distrito de Vila Real passou, deste modo, a englobar 24 concelhos: Alfarela de Jales; Alijó; Boticas; Canelas; Carrazedo de Montenegro; Cerva; Chaves; Ermelo; Ervededo; Favaio; Mesão

⁶⁰ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Barca.

⁶¹ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Ponte de Lima e Refoios.

Frio; Mondim de Basto; Monforte de Rio Livre ou Lebução; Montalegre; Murça; Peso da Régua; Provesende; Ruivães; Sabrosa; Santa Marta⁶²; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar; Vila Real; e Vilar de Maçada.

Por Lei de 17 de abril de 1838, foi restaurado 1 concelho — Ribeira de Pena — no distrito de Vila Real.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram extintos 11 concelhos — Alfarela de Jales; Canelas; Carrazedo de Montenegro; Cervã; Ermelo; Ervededo; Favaios; Monforte de Rio Livre; Provesende; Ruivães; e Vilar de Maçada — no distrito de Vila Real.

Por Decreto de 26 de setembro de 1895, foram extintos 2 concelhos — Mondim de Basto; e Santa Marta de Penaguião — no distrito de Vila Real.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 2 concelhos — Mondim de Basto; e Santa Marta de Penaguião — no distrito de Vila Real.

O distrito de Vila Real engloba em meados da segunda década do século XXI 14 concelhos: Alijó; Boticas; Chaves; Mesão Frio; Mondim de Basto; Montalegre; Murça; Peso da Régua; Ribeira de Pena; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar; e Vila Real.

Viseu

Por Decreto de 15 de dezembro de 1835, a sede do distrito de Lamego foi transferida para Viseu.

Por Decreto de 6 de novembro de 1836:

- foi transferido para o distrito de Viseu 1 concelho — Silvares — do distrito de Coimbra;
- foi transferido para o distrito de Viseu 1 concelho — Valença do Douro — do distrito da Guarda;

- foram suprimidos 68 concelhos — Abrunhosa; Alhais; Alva; Arcos; Barreiros⁶³; Boa Aldeia; Britiande; Cabril; Canas da Sabugosa; Castelo; Chavães; Cinfães; Ermida do Paiva; Escamarão; Ferreira de Aves; Folhedal; Fontelo; Gafanhão; Goja⁶⁴; Gosende⁶⁵; Goujuim; Granja do Tedo; Guardão; Gulfar; Ladário; Lalim; Lapa; Lazarim; Loriga; Lumiares; Maceira Dão; Magueija; Mezio; Moção; Mouraz⁶⁶; Nagosa; Oliveira de Frades; Parada do Bispo; Parada de Ester; Paradela; Passó; Pendilhe⁶⁷; Pera e Peva; Pinheiros; Povolide; Reriz; Ribolhos; Rio de Moínhos; Rua⁶⁸; Sabugosa;

⁶² No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Santa Marta de Penaguião.

⁶³ O Decreto de 6 de novembro de 1836 extinguiu formalmente o concelho de Barreiros, que o Decreto de 18 de junho de 1835 menciona em conjunto com o concelho de Viseu.

⁶⁴ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Goja ou Val Maior.

⁶⁵ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Gosende e Campo Benfeito.

⁶⁶ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Mouraz e Carvalhal.

⁶⁷ O concelho de Pendilhe não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

Sande; Santa Eulália; São Miguel do Outeiro; Sendim; Sever; Silvã de Cima; Silvares⁶⁹; Távora; Tendais; Trapa; Ucanha; Valdigem; Valença do Douro; Várzea da Serra; Vila Cova à Coelheira; Vila da Ponte; Vila Nova de Souto d'El Rei; e Vila Seca — no distrito de Viseu;

- foi criado 1 concelho — São Pedro do Sul — no distrito de Viseu.

O distrito de Viseu passou, deste modo, a englobar 33 concelhos: Aregos; Armamar; Barcos; Canas de Senhorim; Caria e Rua⁷⁰; Castro Daire; Ferreiros de Tendais; Fonte Arcada; Fráguas; Lamego; Leomil; Mangualde ou Azurara da Beira; Mões; Moimenta da Beira; Mondim [da Beira]; Penalva do Castelo; Resende; Sanfins; São Cosmado; São Cristóvão da Nogueira; São João do Monte; São Martinho de Mouros; São Pedro do Sul; Sátão; Senhorim⁷¹; Sernancelhe; Sul; Tabuaço; Tarouca; Tavares⁷²; Tondela ou Besteiros; Viseu⁷³; e Vouzela⁷⁴.

Por Decreto de 17 de janeiro de 1837, foram transferidos para o distrito de Viseu 3 concelhos — Carregal; Mortágua; e Santa Comba Dão — do distrito de Coimbra.

Por Lei de 12 de junho de 1837, a sede do concelho de São Cristóvão de Nogueira foi transferida para Cinfães.

Por Lei de 4 de julho de 1837, foi restaurado 1 concelho — São João de Areias — no distrito de Viseu.⁷⁵

Por Lei de 7 de outubro de 1837, foi restaurado 1 concelho — Oliveira de Frades — no distrito de Viseu.

Por Lei de 17 de abril de 1838:

- foi transferido para o distrito de Viseu 1 concelho — Trevões — do distrito da Guarda;
- foi restaurado 1 concelho — São Miguel do Outeiro — no distrito de Viseu.

Por Decreto de 10 de fevereiro de 1852, foi extinto 1 concelho — Tavares — no distrito de Viseu.

⁶⁸ O concelho de Rua não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836, antes é enumerado em conjunto com o concelho de Caria nos concelhos que ficaram existindo.

⁶⁹ O concelho de Silvares não consta da lista dos concelhos explicitamente extintos pelo Decreto de 6 de novembro de 1836.

⁷⁰ No Decreto de 18 de julho de 1835, os concelhos de Caria e de Rua são enumerados em separado.

⁷¹ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Senhorim e Agueira.

⁷² No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Chãs e Tavares.

⁷³ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Viseu, Barreiros e Ranhados.

⁷⁴ No Decreto de 18 de julho de 1835, este concelho é denominado Lafões ou Vouzela.

⁷⁵ O concelho de São João de Areias foi separado dos concelhos de Carregal, Santa Comba Dão e Tondela do distrito de Viseu, mas, por lapso, é referido o distrito de Coimbra a que os dois primeiros desses concelhos pertenceram até ao Decreto de 17 de janeiro de 1837.

Por Decreto de 9 de novembro de 1852, os concelhos de Canas de Senhorim e de Senhorim foram fundidos para constituir o concelho de Nelas.

Por Decreto de 31 de dezembro de 1853, foram transferidos para o distrito de Viseu 2 concelhos — São João da Pesqueira; e Penedono — do distrito da Guarda.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 14 concelhos — Aregos; Barcos; Caria e Rua; Ferreiros de Tendais; Fonte Arcada; Leomil; Mões; Sanfins da Beira; São Cosmado; São João do Monte; São Martinho de Mouros; São Miguel do Outeiro; Sul; e Trevões — no distrito de Viseu.

Por Decreto de 7 de setembro de 1895, foram extintos 3 concelhos — Fráguas; Penedono; e São João de Areias — no distrito de Viseu.

Por Decreto de 26 de junho de 1896, foram extintos 2 concelhos — Mondim da Beira; e Tarouca — no distrito de Viseu.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898:

- foram restaurados 2 concelhos — Penedono; e Tarouca — no distrito de Viseu;
- foi criado 1 concelho — Vila Nova de Paiva — no distrito de Viseu.

O distrito de Viseu engloba em meados da segunda década do século XXI 24 concelhos: Armamar; Carregal do Sal; Castro Daire; Cinfães; Lamego; Mangualde; Moimenta da Beira; Mortágua; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Penedono; Resende; Santa Comba Dão; São João da Pesqueira; São Pedro do Sul; Sátão; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu; e Vouzela.

Madeira

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, a Madeira passou a constituir o distrito do Funchal, com sede no Funchal.

Após o desaparecimento dos distritos como autarquias locais no Continente, os distritos mantiveram-se como autarquias locais (distritos autónomos) nas Ilhas Adjacentes, situação que foi confirmada pelo Decreto-Lei n.º 30214 de 22 de dezembro de 1939, que tornou o Código Administrativo de 1936 extensivo às Ilhas Adjacentes com adaptações.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa entrada em vigor em 25 de abril de 1976, a Madeira passou a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de abril de 1976, foi extinto o distrito do Funchal.

Funchal

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o distrito do Funchal englobava inicialmente 10 concelhos: 9 — Calheta; Câmara de Lobos; Funchal; Machico; Ponta do Sol; Porto Moniz; Santa Ana; Santa Cruz; e São Vicente — na ilha da Madeira; e 1 — Porto Santo — na ilha de Porto Santo.

Por Decreto de 7 de novembro de 1849, foi extinto 1 concelho — Porto Moniz — no distrito do Funchal.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foi restaurado 1 concelho — Porto Moniz — no distrito do Funchal.

Por Decreto de 18 de novembro de 1895, foi extinto 1 concelho — Porto Moniz — no distrito do Funchal.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado 1 concelho — Porto Moniz — no distrito do Funchal.

Pela Lei n.º 154 de 6 de maio de 1914, foi criado 1 concelho — Ribeira Brava — no distrito do Funchal.

O distrito do Funchal foi extinto nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de abril de 1976.

Açores

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, os Açores foram divididos em 2 distritos: ocidental, com sede em Angra; e oriental, com sede em Ponta Delgada.

Por Lei de 28 de março de 1836, os Açores foram divididos em 3 distritos: central, com sede em Angra; ocidental, com sede na Horta; e oriental, com sede em Ponta Delgada.

Após o desaparecimento dos distritos como autarquias locais no Continente, os distritos mantiveram-se como autarquias locais (distritos autónomos) nas Ilhas Adjacentes, situação que foi confirmada pelo Decreto-Lei n.º 30214 de 22 de dezembro de 1939, que tornou o Código Administrativo de 1936 extensivo às Ilhas Adjacentes com adaptações.

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa entrada em vigor em 25 de abril de 1976, os Açores passaram a constituir uma região autónoma e, nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-B/76 de 30 de abril de 1976, foram extintos os respetivos distritos.

Angra — Angra do Heroísmo

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o distrito ocidental dos Açores, com sede em Angra, englobava inicialmente 15 concelhos: 1 — Corvo — na ilha do Corvo; 1 — Horta — na ilha do Faial; 2 — Lages; e Santa Cruz — na ilha das Flores; 2 — Praia; e Santa Cruz — na ilha Graciosa; 3 — Lages; Madalena; e São Roque — na ilha do Pico; 3 — Calheta; Topo; e Velas — na ilha de São Jorge; e 3 — Angra; Praia; e São Sebastião — na ilha Terceira.

Por Lei de 28 de março de 1836, o distrito central dos Açores, com sede em Angra, englobava inicialmente 8 concelhos: 2 — Praia; e Santa Cruz — na ilha Graciosa; 3 — Calheta; Topo; e Velas — na ilha de São Jorge; e 3 — Angra; Praia; e São Sebastião — na ilha Terceira.

Por Carta Régia de 12 de janeiro de 1837:

- a cidade, o concelho e o distrito de Angra passaram a denominar-se Angra do Heroísmo;
- a vila e o concelho de Praia da Terceira passaram a denominar-se Praia da Vitória.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, foram extintos 3 concelhos — Praia da Graciosa; São Sebastião; e Topo — no distrito de Angra do Heroísmo. Esta determinação apenas foi executada nos termos de Portaria de 12 de novembro de 1870.

O distrito de Angra do Heroísmo foi extinto nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-B/76 de 30 de abril de 1976.

Horta

Por Lei de 28 de março de 1836, o distrito ocidental dos Açores, com sede na Horta, englobava inicialmente 7 concelhos: 1 — Corvo — na ilha do Corvo; 1 — Horta — na ilha do Faial; 2 — Lages; e Santa Cruz — na ilha das Flores; e 3 — Lages; Madalena; e São Roque — na ilha do Pico.

Por Decreto de 18 de novembro de 1895, foram extintos 3 concelhos — Corvo; Lages das Flores; e Madalena — no distrito da Horta.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foram restaurados 3 concelhos — Corvo; Lages das Flores; e Madalena — no distrito da Horta.

O distrito da Horta foi extinto nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-B/76 de 30 de abril de 1976.

Ponta Delgada

Por Decreto de 12 de setembro de 1835, o distrito de Ponta Delgada englobava inicialmente 7 concelhos: 6 — Água de Pau; Lagoa; Nordeste; Ponta Delgada; Ribeira Grande; e Vila Franca do Campo — na ilha de São Miguel; e 1 — Vila do Porto — na ilha de Santa Maria.

Por Lei de 3 de julho de 1839, foram criados 2 concelhos — Capelas; e Povoação — no distrito de Ponta Delgada.

Por Decreto de 2 de julho de 1853, foi extinto 1 concelho — Capelas — no distrito de Ponta Delgada.

Por Decreto de 19 de setembro de 1853, foi extinto 1 concelho — Água de Pau — no distrito de Ponta Delgada.

O distrito de Ponta Delgada foi extinto nos termos do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-B/76 de 30 de abril de 1976.

4 – Províncias

A criação das províncias como autarquias locais no Continente foi determinada pela Constituição Política da República Portuguesa entrada em vigor em 11 de abril de 1933.

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o Continente foi dividido em 11 províncias: Minho; Trás-os-Montes e Alto Douro; Douro Litoral; Beira Alta; Beira Baixa; Beira Litoral; Ribatejo; Estremadura; Alto Alentejo; Baixo Alentejo; e Algarve.

A extinção das províncias como autarquias locais no Continente foi determinada pela revisão da Constituição Política da República Portuguesa através da Lei n.º 2100 de 29 de agosto de 1959. Essa extinção foi regulada pelo Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959.

Algarve

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província do Algarve, com capital em Faro, englobava 16 concelhos, todos do distrito de Faro: Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Alportel; Castro Marim; Faro; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; Silves; Tavira; Vila do Bispo; e Vila Real de Santo António.

Alto Alentejo

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província do Alto Alentejo, com capital em Évora, englobava 27 concelhos, dos quais 13 — Alandroal; Arraiolos; Borba; Estremoz; Évora; Montemor-o-Novo; Mora; Mourão; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; Viana do Alentejo; e Vila Viçosa — do distrito de Évora e 14 — Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Fronteira; Gavião; Marvão; Monforte; Nisa; Portalegre; e Sousel — do distrito de Portalegre.

Baixo Alentejo

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província do Baixo Alentejo, com capital em Beja, englobava 18 concelhos, dos quais 14 — Aljustrel; Almodôvar; Alvão; Barrancos; Beja; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Odemira; Ourique; Serpa; e Vidigueira — do distrito de Beja e 4 — Alcácer do Sal; Grândola; Santiago do Cacém; e Sines — do distrito de Setúbal.

Beira Alta

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província da Beira Alta, com capital em Viseu, englobava 33 concelhos, dos quais 18 — Carregal do Sal; Castro Daire; Mangualde; Moimenta da Beira; Mortágua; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Penedono; Santa

Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Sernancelhe; Tarouca; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu; e Vouzela — do distrito de Viseu, 2 — Oliveira do Hospital; e Tábua — do distrito de Coimbra e 13 — Aguiar da Beira; Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Fornos de Algodres; Gouveia; Guarda; Manteigas; Meda; Pinhel; Sabugal; Seia; e Trancoso — do distrito da Guarda.

Beira Baixa

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província da Beira Baixa, com capital em Castelo Branco, englobava 13 concelhos, dos quais 11 — Belmonte; Castelo Branco; Covilhã; Fundão; Idanha-a-Nova; Oleiros; Penamacor; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei; e Vila Velha de Ródão — do distrito de Castelo Branco, 1 — Pampilhosa da Serra — do distrito de Coimbra e 1 — Mação — do distrito de Santarém.

Beira Litoral

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província da Beira Litoral, com capital em Coimbra, englobava 38 concelhos, dos quais 14 — Arganil; Cantanhede; Coimbra; Condeixa-a-Nova; Figueira da Foz; Góis; Lousã; Mira; Miranda do Corvo; Montemor-o-Velho; Penacova; Penela; Poiares; e Soure — do distrito de Coimbra, 15 — Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Aveiro; Estarreja; Ílhavo; Mealhada; Murtosa; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Bairro; Ovar; São João da Madeira; Sever do Vouga; Vagos; e Vale de Cambra — do distrito de Aveiro, 8 — Alvaiázere; Ansião; Batalha; Castanheira de Pera; Figueiró dos Vinhos; Leiria; Pedrógão Grande; e Pombal — do distrito de Leiria e 1 — Vila Nova de Ourém — do distrito de Santarém.

Douro Litoral

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província do Douro Litoral, com capital no Porto, englobava 23 concelhos, dos quais 17 — Amarante; Baião; Felgueiras; Gondomar; Lousada; Maia; Marco de Canaveses; Matosinhos; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Porto; Póvoa de Varzim; Santo Tirso; Valongo; Vila do Conde; e Vila Nova de Gaia — do distrito do Porto, 4 — Arouca; Castelo de Paiva; Espinho; e Feira — do distrito de Aveiro e 2 — Cinfães; e Resende — do distrito de Viseu.

Estremadura

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província da Estremadura, com capital em Lisboa, englobava 29 concelhos, dos quais 12 — Alenquer; Arruda dos Vinhos; Cadaval; Cascais; Lisboa; Loures; Lourinhã; Mafra; Oeiras; Sintra; Sobral de Monte Agraço; e Torres Vedras — do distrito de Lisboa, 8 — Alcobaça; Bombarral; Caldas da Raíña; Marinha Grande; Nazaré; Óbidos; Peniche; e Porto de Mós — do distrito de Leiria e 9 — Alcochete; Almada; Barreiro; Moita; Montijo; Palmela; Seixal; Sesimbra; e Setúbal — do distrito de Setúbal.

Minho

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província do Minho, com capital em Braga, englobava 23 concelhos, dos quais 13 — Amares; Barcelos; Braga; Cabeceiras de Basto; Celorico de Basto; Esposende; Fafe; Guimarães; Póva de Lanhoso; Terras de Bouro; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; e Vila Verde — do distrito de Braga e 10 — Arcos de Valdevez; Caminha; Melgaço; Monção; Paredes de Coura; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Valença; Viana; e Vila Nova de Cerveira — do distrito de Viana do Castelo.

Ribatejo

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província do Ribatejo, com capital em Santarém, englobava 21 concelhos, dos quais 18 — Abrantes; Alcanena; Almeirim; Alpiarça; Benavente; Cartaxo; Chamusca; Constância; Coruche; Ferreira do Zêzere; Golegã; Rio Maior; Salvaterra de Magos; Santarém; Sardoal; Tomar; Torres Novas; e Vila Nova da Barquinha — do distrito de Santarém, 2 — Azambuja; e Vila Franca de Xira — do distrito de Lisboa e 1 — Ponte de Sor — do distrito de Portalegre.

Pelo Decreto-Lei n.º 35184 de 24 de novembro de 1945, foi criado o concelho do Entroncamento, separado do concelho de Vila Nova da Barquinha e englobado na província do Ribatejo.

Trás-os-Montes e Alto Douro

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, a província de Trás-os-Montes e Alto Douro, com capital em Vila Real, englobava 31 concelhos, dos quais 14 — Alijó; Boticas; Chaves; Mesão Frio; Mondim de Basto; Montalegre; Murça; Peso da Régua; Ribeira de Pena; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar; e Vila Real — do distrito de Vila Real, 12 — Alfândega da Fé; Bragança; Carraceda de Ansiães; Freixo de Espada à Cinta; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Torre de Moncorvo; Vila Flor; Vimioso; e Vinhais — do distrito de Bragança, 1 — Vila Nova de Foz Côa — do distrito da Guarda e 4 — Armamar, Lamego; São João da Pesqueira; e Tabuaço — do distrito de Viseu.

5 – Regiões

O Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969 dividiu o território do Continente e Ilhas Adjacentes em seis regiões e oito sub-regiões de planeamento:

a) Região do Norte

Sub-região do Litoral – distritos de Viana do Castelo, de Braga e do Porto.

Sub-região do Interior – distritos de Vila Real e de Bragança.

b) Região do Centro

Sub-região do Litoral – distritos de Aveiro, de Coimbra e de Leiria.

Sub-região do Interior – distritos de Viseu, da Guarda e de Castelo Branco.

c) Região de Lisboa

Sub-região do Litoral – distritos de Lisboa e de Setúbal.

Sub-região do Interior – distrito de Santarém.

d) Região do Sul

Sub-região do Alentejo – distritos de Portalegre, de Évora e de Beja.

Sub-região do Algarve – distrito de Faro.

e) Região dos Açores – distritos autónomos de Angra do Heroísmo, da Horta e de Ponta Delgada.

f) Região da Madeira – distrito autónomo do Funchal.

*

O Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, dividiu o território do Continente em cinco regiões (informalmente divididas em 54 sub-regiões, inculcadas pela forma de apresentação da composição das regiões em termos de concelhos):

a) A Região do Norte, com sede no Porto e compreendendo os concelhos de:

- Caminha; Melgaço; Monção; Paredes de Coura; Valença; e Vila Nova de Cerveira;
- Arcos de Valdevez; Ponte da Barca; Ponte de Lima; e Viana do Castelo;
- Barcelos; e Esposende;
- Amares; Braga; Terras de Bouro; e Vila Verde;
- Guimarães; Santo Tirso; e Vila Nova de Famalicão;
- Fafe; Póva de Lanhoso; e Vieira do Minho;
- Castelo de Paiva; Felgueiras; Lousada; Paços de Ferreira; Paredes; e Penafiel;
- Arouca; Feira; Oliveira de Azeméis; São João da Madeira; e Vale de Cambra;
- Amarante; Baião; Cabeceiras de Basto; Celorico de Basto; Marco de Canaveses; Mondim de Basto; e Ribeira de Pena;
- Boticas; Chaves; Montalegre; Valpaços; e Vila Pouca de Aguiar;
- Alijó; Mesão Frio; Murça; Peso da Régua; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; e Vila Real;

• Armamar; Cinfães; Lamego; Moimenta da Beira; Penedono; Resende; São João da Pesqueira; Sernancelhe; Tabuaço; e Tarouca;

• Alfândega da Fé; Carrazeda de Ansiães; Macedo de Cavaleiros; Mirandela; e Vila Flor;

• Freixo de Espada à Cinta; Mogadouro; Torre de Moncorvo; e Vila Nova de Foz Côa;

• Bragança; Miranda do Douro; Vimioso; e Vinhais

• Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Porto; Póvoa de Varzim; Valongo; Vila do Conde; e

Vila Nova de Gaia.

b) A Região do Centro, com sede em Coimbra e compreendendo os concelhos de:

• Aveiro; Estarreja; Ílhavo; Murtosa; Ovar; e Vagos;

• Figueira da Foz; Mira; Montemor-o-Velho; e Soure;

• Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Oliveira do Bairro; e Sever do Vouga;

• Cantanhede; Coimbra; Condeixa-a-Nova; Mealhada; e Penacova;

• Lousã; Miranda do Corvo; Penela; e Póvoa de Varzim;

• Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pera; Figueiró dos Vinhos; e Pedrógão Grande;

• Oliveira de Frades; São Pedro do Sul; e Vouzela

• Carregal do Sal; Mortágua; Santa Comba Dão; e Tondela;

• Arganil; Góis; Pampilhosa da Serra; e Tábua;

• Castro Daire; Mangualde; Nelas; Penalva do Castelo; Sátão; Vila Nova de Paiva; e Viseu;

• Fornos de Algodres; Gouveia; Oliveira do Hospital; e Seia;

• Belmonte; Covilhã; e Fundão;

• Aguiar da Beira; Celorico da Beira; Meda; e Trancoso;

• Almeida; Figueira de Castelo Rodrigo; e Pinhel;

• Guarda; Manteigas; e Sabugal;

c) A Região de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa e compreendendo os concelhos de:

• Batalha; Leiria; Marinha Grande; Pombal; e Porto de Mós;

• Alcobaça; Bombarral; Caldas da Raínha; Nazaré; Óbidos; e Peniche;

• Alenquer; Cadaval; Lourinhã; Sobral de Monte Agraço; e Torres Vedras;

• Ferreira do Zêzere; Tomar; e Vila Nova de Ourém;

• Alcanena; Chamusca; Entroncamento; Golegã; Torres Novas; e Vila Nova da Barquinha

• Almeirim; Alpiarça; Azambuja; Cartaxo; Rio Maior; e Santarém;

• Benavente; Coruche; e Salvaterra de Magos;

• Oleiros; Proença-a-Nova; Sertão; e Vila de Rei;

• Abrantes; Constância; Gavião; Mação; Ponte de Sor; e Sardoal;

• Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Penamacor; e Vila Velha de Ródão;

• Alcochete; Almada; Arruda dos Vinhos; Barreiro; Cascais; Lisboa; Loures; Mafra; Moita;

Montijo; Oeiras; Palmela; Seixal; Sesimbra; Setúbal; Sintra; e Vila Franca de Xira.

d) A Região do Alentejo, com sede em Évora e compreendendo os concelhos de:

• Alcácer do Sal; Grândola; Santiago do Cacém; e Sines;

• Arraiolos; Montemor-o-Novo; Mora; e Vendas Novas;

- Évora; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; e Viana do Alentejo
 - Aljustrel; Alvito; Beja; Cuba; Ferreira do Alentejo; e Vidigueira;
 - Almodôvar; Castro Verde; Mértola; Odemira; e Ourique;
 - Alter do Chão; Arronches; Castelo de Vide; Crato; Marvão; Monforte; Nisa; e Portalegre;
 - Alandroal; Avis; Borba; Estremoz; Fronteira; Sousel; e Vila Viçosa;
 - Campo Maior; e Elvas;
 - Barrancos; Moura; Mourão; e Serpa.
- e) A Região do Algarve, com sede em Faro e compreendendo os concelhos de:
- Aljezur; Lagoa; Lagos; Monchique; Portimão; Silves; e Vila do Bispo;
 - Albufeira; Faro; Loulé; Olhão; e São Brás de Alportel;
 - Alcoutim; Castro Marim; Tavira; e Vila Real de Santo António.

*

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, foi estabelecida a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), envolvendo três níveis de unidades:

O primeiro nível (NUTS I) com 3 unidades — Continente; Açores; e Madeira.

O segundo nível (NUTS II) com 7 unidades, das quais 5 — Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; e Algarve — correspondentes a subdivisões do Continente e 2 — Açores; e Madeira — correspondentes às NUTS I homónimas.

O terceiro nível (NUTS III) com 30 unidades, das quais 8 — Minho-Lima; Cávado; Ave; Grande Porto; Tâmega; Entre Douro e Vouga; Douro; e Alto Trás-os-Montes — correspondentes a subdivisões da região Norte, 10 — Baixo Vouga; Baixo Mondego; Pinhal Litoral; Pinhal Interior Norte; Pinhal Interior Sul; Dão-Lafões; Serra da Estrela; Beira Interior Norte; Beira Interior Sul; e Cova da Beira — correspondentes a subdivisões da região Centro, 5 — Oeste; Grande Lisboa; Península de Setúbal; Médio Tejo; e Lezíria do Tejo — correspondentes a subdivisões da região Lisboa e Vale do Tejo, 4 — Alentejo Litoral; Alto Alentejo; Alentejo Central; e Baixo Alentejo — correspondentes a subdivisões da região Alentejo, 1 — Algarve — corresponde à região Algarve, 1 — Açores — correspondente à região dos Açores e 1 — Madeira — correspondente à região da Madeira.

A composição por concelhos das NUTS III do Continente era a seguinte:

Minho-Lima — Arcos de Valdevez; Caminha; Melgaço; Monção; Paredes de Coura; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Valença; Viana do Castelo; e Vila Nova de Cerveira.

Cávado — Amares; Barcelos; Braga; Esposende; Terras de Bouro; e Vila Verde.

Ave — Fafe; Guimarães; Póvoa de Lanhoso; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; e Santo Tirso.

Grande Porto — Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Porto; Póvoa de Varzim; Valongo; Vila do Conde; e Vila Nova de Gaia.

Tâmega — Castelo de Paiva; Cabeceiras de Basto; Celorico de Basto; Amarante; Baião; Felgueiras; Lousada; Marco de Canaveses; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Mondim de Basto; Ribeira de Pena; Cinfães; e Resende.

Entre Douro e Vouga — Arouca; Feira; Oliveira de Azeméis; São João da Madeira; e Vale de Cambra.

Douro — Carrazeda de Ansiães; Freixo de Espada à Cinta; Torre de Moncorvo; Vila Flor; Vila Nova de Foz Côa; Alijó; Mesão Frio; Peso da Régua; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; Vila Real; Armamar; Lamego; Moimenta da Beira; Penedono; São João da Pesqueira; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca.

Alto Trás-os-Montes — Alfândega da Fé; Bragança; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Vimioso; Vinhais; Boticas; Chaves; Montalegre; Murça; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar.

Baixo Vouga — Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Aveiro; Estarreja; Ílhavo; Mealhada; Murtosa; Oliveira do Bairro; Ovar; Sever do Vouga; e Vagos.

Baixo Mondego — Cantanhede; Coimbra; Condeixa-a-Nova; Figueira da Foz; Mira; Montemor-o-Velho; Penacova; e Soure.

Pinhal Litoral — Batalha; Leiria; Marinha Grande; Pombal; e Porto de Mós.

Pinhal Interior Norte — Arganil; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Penela; Tábua; Vila Nova de Poiares; Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pera; Figueiró dos Vinhos; e Pedrógão Grande.

Pinhal Interior Sul — Mação; Oleiros; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei.

Dão-Lafões — Aguiar da Beira; Carregal do Sal; Castro Daire; Mangualde; Mortágua; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Santa Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu; e Vouzela.

Serra da Estrela — Fornos de Algodres; Gouveia; e Seia.

Beira Interior Norte — Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Guarda; Manteigas; Meda; Pinhel; Sabugal; e Trancoso.

Beira Interior Sul — Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Penamacor; e Vila Velha de Ródão.

Cova da Beira — Belmonte; Covilhã; e Fundão.

Oeste — Alcobaça; Bombarral; Caldas da Rainha; Nazaré; Óbidos; Peniche; Alenquer; Arruda dos Vinhos; Cadaval; Lourinhã; Mafra; Sobral de Monte Agraço; e Torres Vedras.

Grande Lisboa — Amadora; Cascais; Lisboa; Loures; Oeiras; Sintra; e Vila Franca de Xira.

Península de Setúbal — Alcochete; Almada; Barreiro; Moita; Montijo; Palmela; Seixal; Sesimbra; e Setúbal.

Médio Tejo — Abrantes; Alcanena; Constância; Entroncamento; Ferreira do Zêzere; Gavião; Sardoal; Tomar; Torres Novas; Vila Nova da Barquinha; e Vila Nova de Ourém.

Lezíria do Tejo — Azambuja; Almeirim; Alpiarça; Benavente; Cartaxo; Chamusca; Coruche; Golegã; Rio Maior; Salvaterra de Magos; e Santarém.

Alentejo Litoral — Alcácer do Sal; Grândola; Odemira; Santiago do Cacém; e Sines.

Alto Alentejo — Mora; Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Fronteira; Marvão; Monforte; Nisa; Ponte de Sor; e Portalegre.

Alentejo Central — Alandroal; Arraiolos; Borba; Estremoz; Évora; Montemor-o-Novo; Mourão; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; Vendas Novas; Viana do Alentejo; Vila Viçosa; e Sousel.

Baixo Alentejo — Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Barrancos; Beja; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Ourique; Serpa; e Vidigueira.

Algarve — Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Castro Marim; Faro; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; São Brás de Alportel; Silves; Tavira; Vila do Bispo; e Vila Real de Santo António.

O Decreto-Lei n.º 163/99 de 13 de maio de 1999 integrou o concelho de Odivelas na subregião da Grande Lisboa e os concelhos da Trofa e de Vizela na subregião do Ave.

O Decreto-Lei n.º 317/99 de 11 de agosto de 1999 transferiu o concelho de Gavião da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo e da subregião do Médio Tejo para a subregião do Alto Alentejo.

O Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro:

- transferiu as subregiões do Oeste e do Médio Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Centro;

- transferiu a subregião da Lezíria do Tejo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Alentejo;

- mudou a denominação da região de Lisboa e Vale do Tejo para região de Lisboa (que passou a ser constituída apenas pelas subregiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal);

- transferiu o concelho de Mafra da subregião do Oeste para a subregião da Grande Lisboa.

A Lei n.º 21/2010 de 23 de agosto transferiu o concelho de Mação da subregião do Pinhal Interior Sul para a subregião do Médio Tejo.

*

A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro determinou que as NUTS III passassem a ser as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais reguladas pela mesma Lei, a saber:

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (englobada na região Norte) — concelhos de: Arcos de Valdevez; Caminha; Melgaço; Monção; Paredes de Coura; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Valença; Viana do Castelo; e Vila Nova de Cerveira.

Comunidade Intermunicipal do Cávado (englobada na região Norte) — concelhos de: Amares; Barcelos; Braga; Esposende; Terras de Bouro; e Vila Verde.

Comunidade Intermunicipal do Ave (englobada na região Norte) — concelhos de: Fafe; Guimarães; Póvoa de Lanhoso; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; Vizela; Cabeceiras de Basto; e Mondim de Basto.

Área Metropolitana do Porto (englobada na região Norte) — concelhos de: Santo Tirso; Trofa; Arouca; Oliveira de Azeméis; Santa Maria da Feira; São João da Madeira; Vale de Cambra; Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Porto; Póvoa de Varzim; Valongo; Vila do Conde; Vila Nova de Gaia; e Paredes.

Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (englobada na região Norte) — concelhos de: Boticas; Chaves; Montalegre; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar; e Ribeira de Pena.

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (englobada na região Norte) — concelhos de: Amarante; Baião; Castelo de Paiva; Celorico de Basto; Cinfães; Felgueiras; Lousada; Marco de Canaveses; Paços de Ferreira; Penafiel; e Resende.

Comunidade Intermunicipal do Douro (englobada na região Norte) — concelhos de: Murça; Alijó; Armamar; Carrazeda de Ansiães; Freixo de Espada à Cinta; Lamego; Mesão Frio; Moimenta da Beira; Penedono; Peso da Régua; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; São João da Pesqueira; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca; Torre de Moncorvo; Vila Nova de Foz Côa; e Vila Real.

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (englobada na região Norte) — concelhos de: Alfândega da Fé; Bragança; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Vimioso; Vinhais; e Vila Flor.

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (englobada na região Centro) — concelhos de: Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Aveiro; Estarreja; Ílhavo; Murtosa; Oliveira do Bairro; Ovar; Sever do Vouga; e Vagos.

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (englobada na região Centro) — concelhos de: Cantanhede; Coimbra; Condeixa-a-Nova; Figueira da Foz; Mira; Montemor-o-Velho; Penacova; Soure; Mealhada; Mortágua; Arganil; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Penela; Tábua; e Vila Nova de Poiares.

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (englobada na região Centro) — concelhos de: Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pera; Figueiró dos Vinhos; Pedrógão Grande; Batalha; Leiria; Marinha Grande; Pombal; e Porto de Mós.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (englobada na região Centro) — concelhos de: Aguiar da Beira; Carregal do Sal; Castro Daire; Mangualde; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Santa Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu; e Vouzela.

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (englobada na região Centro) — concelhos de: Almeida; Celorico da Beira; Figueira de Castelo Rodrigo; Guarda; Manteigas; Meda; Pinhel; Sabugal; Trancoso; Belmonte; Covilhã; Fundão; Fornos de Algodres; Gouveia; e Seia.

Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (englobada na região Centro) — concelhos de: Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Penamacor; Vila Velha de Ródão; Oleiros; e Proença-a-Nova.

Comunidade Intermunicipal do Oeste (englobada na região Centro) — concelhos de: Alcobaça; Alenquer; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Cadaval; Caldas da Raíña; Lourinhã; Nazaré; Óbidos; Peniche; Sobral de Monte Agraço; e Torres Vedras.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (englobada na região Centro) — concelhos de: Abrantes; Alcanena; Constância; Entroncamento; Ferreira do Zêzere; Ourém; Sardoal; Tomar; Torres Novas; Vila Nova da Barquinha; Mação; Sertã; e Vila de Rei.

Área Metropolitana de Lisboa (correspondente à região de Lisboa) — concelhos de: Amadora; Cascais; Lisboa; Loures; Mafra; Odivelas; Oeiras; Sintra; Vila Franca de Xira; Alcochete; Almada; Barreiro; Moita; Montijo; Palmela; Seixal; Sesimbra; e Setúbal.

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (englobada na região do Alentejo) — concelhos de: Alcácer do Sal; Grândola; Odemira; Santiago do Cacém; e Sines.

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (englobada na região do Alentejo) — concelhos de: Sousel; Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Fronteira; Gavião; Marvão; Monforte; Nisa; Ponte de Sor; e Portalegre.

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (englobada na região do Alentejo) — concelhos de: Alandroal; Arraiolos; Borba; Estremoz; Évora; Montemor-o-Novo; Mourão; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; Vendas Novas; Viana do Alentejo; Vila Viçosa; e Mora.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (englobada na região do Alentejo) — concelhos de: Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Barrancos; Beja; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Ourique; Serpa; e Vidigueira.

Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (englobada na região do Alentejo) — concelhos de: Almeirim; Alpiarça; Azambuja; Benavente; Cartaxo; Chamusca; Coruche; Golegã; Rio Maior; Salvaterra de Magos; e Santarém.

Comunidade Intermunicipal do Algarve (correspondente à região do Algarve) — concelhos de: Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Castro Marim; Faro; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; São Brás de Alportel; Silves; Tavira; Vila do Bispo; e Vila Real de Santo António.

6 – Regiões autónomas

Nos termos da Constituição Política da República Portuguesa entrada em vigor em 25 de abril de 1976, os Açores e a Madeira passaram a constituir regiões autónomas.

Açores

O Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-B/76 de 30 de abril de 1976. Nos termos desse Estatuto, foram extintos os distritos autónomos de Angra do Heroísmo, da Horta e de Ponta Delgada.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores foi aprovado pela Lei n.º 39/80 de 5 de agosto de 1980 e alterado pela Lei n.º 9/87 de 26 de março de 1987, pela Lei n.º 61/98 de 27 de agosto de 1998 e pela Lei n.º 2/2009 de 12 de janeiro.

A Região Autónoma dos Açores tem três capitais: Angra do Heroísmo como residência do Ministro da República para os Açores, a partir de 2006 do Representante da República nos Açores; Horta como sede do Parlamento Regional; e Ponta Delgada como sede do Governo Regional.

A região autónoma dos Açores englobava inicialmente 19 concelhos: 1 — Corvo — na ilha do Corvo; 1 — Horta — na ilha do Faial; 2 — Lages; e Santa Cruz — na ilha das Flores; 1 — Santa Cruz — na ilha Graciosa; 3 — Lages; Madalena; e São Roque — na ilha do Pico; 1 — Vila do Porto — na ilha de Santa Maria; 2 — Calheta; e Velas — na ilha de São Jorge; 6 — Lagoa; Nordeste; Ponta Delgada; Povoação; Ribeira Grande; e Vila Franca do Campo — na ilha de São Miguel; e 2 — Angra; e Praia — na ilha Terceira.

A extensão e a divisão em concelhos da região autónoma dos Açores não foram alteradas até meados da segunda década do século XXI.

Madeira

O Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de abril de 1976. Nos termos desse Estatuto, foi extinto o distrito autónomo do Funchal.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira foi aprovado pela Lei n.º 13/91 de 5 de junho de 1991 e alterado pela Lei n.º 130/99 de 21 de agosto de 1999 e pela Lei n.º 12/2000 de 21 de junho.

A capital da Região Autónoma da Madeira é o Funchal como residência do Ministro da República para a Madeira, a partir de 2006 Representante da República na Madeira, e como sede da Assembleia Regional e do Governo Regional.

A região autónoma da Madeira englobava inicialmente 11 concelhos: 10 — Calheta; Câmara de Lobos; Funchal; Machico; Ponta do Sol; Porto Moniz; Ribeira Brava; Santana; Santa Cruz; e São Vicente — na ilha da Madeira; e 1 — Porto Santo — na ilha de Porto Santo.

A extensão e a divisão em concelhos da região autónoma da Madeira não foram alteradas até meados da segunda década do século XXI.